

25 Anos
Locus



LOCUS
revista de história



Dossiê:

Patrimônio e Relações Internacionais

Vol 26, n. 2 (2020) e-ISSN: 2594-8296 - ISSN-L: 1413-3024



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal de Juiz de Fora

LOCUS

Revista de História



e-ISSN: 2594-8296

ISSN-L:1413-3024

Equipe Editorial

Editor

Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Editor Assistente

Prof. Dr. Odilon Caldeira Neto  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Conselho Editorial

Prof. Dra. Ágnes Judit Szilágyi  
Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo  
Prof. Dr. Álvaro Garrido  
Prof. Dra. Armelle Enders  
Prof. Dra. Barbara Weinstein  
Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt 
Prof. Dr. Carlos Manuel Dias Fernandes 
Prof. Dra. Cláudia Viscardi  

Prof. Dr. Ernesto Bohoslavsky  
Prof. Dra. Hebe Mattos  
Prof. Dr. James Green  
Prof. Dr. Leandro Duarte Rust  
Prof. Dra. Maraliz Christo  
Prof. Dr. Vitor Izecksohn  
Prof. Dra. Wlamyra Albuquerque  

Conselho Consultivo

Prof. Dra. Alda Saúte Saíde
Prof. Dra. Amélia Polónia
Prof. Dra. Ana Maria
Mauad_
Prof. Dra. Ana Teresa
Marques Gonçalves
Prof. Dra. Angela de Castro
Gomes
Prof. Dr. António Costa
Pinto
Prof. Dr. Antônio Luigi
Negro
Prof. Dr. Antônio
Montenegro
Prof. Dr. Benjamin Arthur
Cowan
Prof. Dr. Carlos Alberto
Medeiros Lima
Prof. Dr. Charles Monteiro
Prof. Dr. Federico
Finchelstein

Prof. Dr. Fernando Londoño
Torres
Prof. Dr. Francisco Javier
Dosil Mancilla
Prof. Dr. Gerardo Caetano
Prof. Dra. Helena Hisako
Toida
Prof. Dra. Heloisa Starling
Prof. Dr. Henrique Espada
Lima
Prof. Dr. Ismael Saz
Prof. Dr. Jean Gormo
Prof. Dr. Jens R. Hentschke
Prof. Dr. Juan Carlos Ruiz
Vasquez
Prof. Dr. Juan Pan-Montojo
Prof. Dr. Júlio Cláudio Silva
Prof. Dr. Marcelo Casals
Prof. Dra. Maria Dolores
Lorenzo

Prof. Dra. Maria Inácia
Rezola
Prof. Dra. Maria Lígia Prado
Prof. Dra. Marina Franco
Prof. Dr. Mario Sznajder
Prof. Dr. Matteo Pasetti
Prof. Dr. Olivier Compagnon
Prof. Dr. Pedro Ernesto
Fagundes
Prof. Dr. Peter Blasenheim
Prof. Dr. Roger Griffin
Prof. Dra. Regina Horta
Duarte
Prof. Dra. Solange Pereira
Rocha
Prof. Dra. Sônia Gomes
Pereira
Prof. Dr. Stefan Rinke
Prof. Dr. Xosé Manoel Núñez
Seixas

Índice

Editorial	<i>Leandro Pereira Gonçalves</i>	1
As relações internacionais ligadas à preservação do património mudarão em um mundo pós pandemia?	<i>Rodrigo Christofoletti e Maria Leonor Botelho</i>	3
Preservar patrimónios e partilhar memórias em cidades-porto latino-americanas: Um projeto em ação: CoopMar – Cooperação Transoceânica, Políticas Públicas e Comunidade Sociocultural Ibero-Americana	<i>Amélia Polónia e Cátia Miriam Costa</i>	13
Ativos Regionais, Crescimento Industrial, Alcance Global: o estudo de caso da indústria cinematográfica na área da Baía de São Francisco	<i>Frederic Leriche</i>	29
Património Cultural e globalização: Trajetória, projetos e estratégias da Fundação Santa María la Real (Aguilar de Campoo, Castela e Leão. Espanha)	<i>Jaime Nuño González</i>	52
Política Externa de Cidades: Estratégia Internacional Modelada e Património Cultural	<i>Gilberto Marcos Antonio Rodrigues</i>	78
A Universidade de Coimbra e as diversas apropriações da chancela internacional de Património da Humanidade atribuída pela UNESCO	<i>Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus</i>	95
Troféus de guerra e relações diplomáticas	<i>Bruno Zétola</i>	123
Questões políticas da internacionalização do Louvre	<i>Marie-Alix Molinié-Andlauer</i>	150
Estátuas também morrem. Património, museus e memórias na mira de DAESH	<i>Jorge Elices Ocón</i>	169

A demanda pela restituição do patrimônio cultural através das relações entre a África e a Europa	193
<i>Karine Lima da Costa</i>	
Cabeças e pássaros: a construção e restituição do patrimônio neozelandês	210
<i>Manuel Burón Díaz</i>	
Soft Power Mineiro: O edital Circula Minas (2015-2018) como medida de preservação e difusão nacional e internacional da cultura e do patrimônio de Minas Gerais	235
<i>Vanessa Gomes de Castro e Thiago Rodrigues Tavares</i>	
As timbila de Moçambique no concerto das nações	261
<i>Sara Morais</i>	
“O abismo da história é grande o suficiente para todos”. Os primórdios da Carta de Atenas de 1931 e a afirmação da noção de patrimônio da humanidade	291
<i>Marcos Olender</i>	
La presencia afrodescendiente y la práctica jurídica en Lima y México en el siglo XVII	314
<i>Yobani Maikel Gonzales Jauregui</i>	
No Caminho das Minas, os jesuítas não eram bem-vindos: conflitos e disputas de poder na capitania do Rio de Janeiro, 1756-1759	342
<i>Marcia Amantino</i>	
Imigração ibérica: reflexões sobre trabalho e sobrevivência de mulheres portuguesas e galegas no Rio de Janeiro	359
<i>Érica Sarmiento e Lená Medeiros de Menezes</i>	
Disputas Historiográficas acerca do Nazismo e do Holocausto	386
<i>Karl Schurster e Alana de Moraes</i>	
Considerações historiográficas sobre corporativismo, cidadania regulada e a história da assistência à saúde no Brasil: dádiva ou direito? (1930-1964)	407
<i>José Roberto Franco Reis</i>	
Povo Desenvolvido é Povo Limpo: Propaganda e saúde no Brasil nos “anos de chumbo”	434
<i>Keila Auxiliadora Carvalho</i>	

Do “povo amorfo” ao populismo. A trajetória do conceito de populismo nas ciências sociais brasileiras	459
<i>Fábio Gentile</i>	
Memória ferroviária em perspectiva multidisciplinar	481
<i>Raick de Souza</i>	
Para pensar as crenças, a educação e a história	486
<i>Victor Hugo Nedel Oliveira</i>	
Latinidades autoritárias nos dois lados do Atlântico: uma proposta de estudos transnacionais das direitas no entreguerras por Valeria Galimi e Annarita Gori	490
<i>Pedro Ivo Tanagino</i>	
A Metástase Identitária	495
<i>Bruno Garcia</i>	
O partido Chega: reformulação e ascensão da direita populista em Portugal	500
<i>Gabriel Guimarães</i>	
Entrevista: Rupturas e continuidades na preservação do patrimônio cultural internacional: uma entrevista com Peter Burke	506
<i>Rodrigo Christofolletti, Maria Leonor Botelho</i>	
Avaliadores 2020	515
Gerentes e Assistentes Editoriais	523

Locus: pandemia e história

Locus: pandemic and history

Locus: pandemia e historia

Leandro Pereira Gonçalves

<https://orcid.org/0000-0002-9233-1098>

É o segundo número da *Locus* em pandemia. Às vésperas das eleições municipais brasileiras e da presidencial dos EUA, vivemos um clima de incertezas e instabilidade. Em um momento em que a busca pela ciência é cada vez mais necessária, principalmente a partir de pesquisas universitárias, o Departamento e Programa de Pós-Graduação em História cumpre o seu papel e apresenta mais uma edição comemorativa pelos 25 anos da *Locus: Revista de História*.

É um momento difícil para comemorações, pois, enquanto escrevo este texto, o número de 150 mil mortes pela COVID-19 é cada vez mais próximo, totalizando mais de 1 milhão em todo o mundo. Em contrapartida, governos negacionistas estabelecem ações contrárias à pesquisa a favor de uma política cada vez mais radical.

Com uma proposta de trabalho baseada na relação entre Patrimônio e Relações Internacionais, o dossiê foi organizado pelos professores Rodrigo Christofolletti (Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil) e Maria Leonor Botelho (Faculdade de Letras da Universidade do Porto-CITCEM, Portugal) e apresenta treze artigos compostos por especialistas de várias nacionalidades. Com textos em português, inglês e espanhol, houve uma grande demanda, o que ocasionou um dossiê extenso e de qualidade. O trabalho é brindado com uma espetacular entrevista feita pelos organizadores com Peter Burke, historiador inglês que dispensa maiores apresentações. Com o propósito de circular entre os mais diversos leitores, a *Locus* publica a entrevista nos três idiomas da revista. Assim, agradeço aos tradutores e revisores, Pedro Vieira Fellet, Jeremy Dioses Campaña, Kathia Espinoza Maurtua e Gabriela Santi Ramos Pacheco. O número é ainda composto

por sete artigos na seção livre, que navega entre os mais diversos temas da historiografia e cinco resenhas, que apresentam lançamentos de destaque do mercado editorial.

Editar uma revista como a *Locus* é possível graças à excelente equipe editorial, formada por professores, doutorandos e mestrandos do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, que busca o constante fortalecimento do periódico e que encerra nesta edição as comemorações das bodas de prata. Um especial agradecimentos aos mais de cem avaliadores que contribuíram com sua *expertise* em pareceres de qualidade e seriedade.

E para iniciar o novo ano, China e EUA serão pauta da *Locus* em 2021. Para o número 1 do volume 27, André Bueno (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil) e Bony Schachter (Hunan University, China) convidam os interessados a submeter artigos até 21 de dezembro de 2020 para o dossiê *Visões da história chinesa*. E até 31 de março de 2021, José Pedro Zúquete (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal) faz um convite para o dossiê que será tema do número 2 do volume 27, intitulado *O dia que mudou o mundo? O 11 de setembro 20 anos depois*. As edições de 2021 encerram a minha gestão à frente da revista, que terá o professor Odilon Caldeira Neto como futuro editor para o biênio 2022-2023 e que apresentará em breve o calendário de publicações, por isso acompanhe as nossas redes sociais¹ e fique por dentro das novidades acadêmicas da *Locus: Revista de História*.

Boa leitura, saúde e força a todos nós!

¹ <https://www.facebook.com/periodicos.ufjf.locus>; <https://twitter.com/UfjfLocus>;
<https://www.instagram.com/ufjffocus>

Apresentação

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.32546>

As relações internacionais ligadas à preservação do patrimônio mudarão em um mundo pós pandemia?

In a post-pandemic world, will international relations associated to the preservation of heritage be modified?

¿En un mundo pospandémico Cambiarán las relaciones internacionales vinculadas a la conservación del patrimonio?

*Rodrigo Christofolletti**

<https://orcid.org/0000-0002-6346-6890>

*Maria Leonor Botelho***

<http://orcid.org/0000-0002-2981-0694>

Como é de costume em épocas de crise, a COVID-19 evidenciou a necessidade da existência da cultura para o aliviar o estresse de pessoas e comunidades. Em um momento no qual bilhões de pessoas estão fisicamente separadas umas das outras, a cultura nos une.
(Ottone 2020)

Em momentos de crise, pessoas precisam de cultura. É com esse chamamento que Ernesto Ottone, Diretor Assistente Geral para a Cultura da UNESCO ilustra o cenário em que vivemos no primeiro semestre de 2020. É esta a dimensão que os atores vinculados ao patrimônio mundial começam a tomar conhecimento. Atualmente, estamos enfrentando uma crise global diferente de

* Professor de Patrimônio Cultural no curso de graduação e Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Líder do grupo de pesquisa Patrimônio e Relações Internacionais (CNPq). Conselheiro do COMPPAC - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico de Juiz de Fora. Colaborador do Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” (CITCEM) - Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Doutor em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-CPDOC). Atua na interface entre História e Relações Internacionais com foco no patrimônio cultural. E-mail: r.christofolletti@uol.com.br

** Professora Auxiliar do Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Diretora do Curso de Mestrado em História da Arte, Patrimônio e Cultura Visual. É investigadora do Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” (CITCEM/FLUP). Com a Prof. Lúcia Rosas e o Prof. Mário Barroca, coordena a Enciclopédia do Românico em Portugal (2018-2021), no âmbito do protocolo de colaboração celebrado entre a FLUP e a Fundación Santa María la Real del Patrimônio Histórico, un Proyecto desde Castilla y Leon. Os seus interesses de investigação são a gestão do patrimônio, o patrimônio mundial, o digital heritage, a história urbana e a historiografia da arquitetura da época românica. E-mail: mlbotelho@letras.up.pt

qualquer outra que vimos neste século. Milhares de pessoas perderam a vida para o COVID-19 e muitas outras foram infectadas. Bilhões de pessoas agora tem estado confinadas em suas casas em todo o mundo. O impacto do COVID-19 provavelmente será sentido muito tempo após o término desta crise sanitária.

A UNESCO está incentivando os locais do Patrimônio Mundial e plataformas da UNESCO, como as Jornadas Europeias do Patrimônio Mundial, a oferecerem meios para as pessoas explorarem o Patrimônio Mundial em suas casas. Numa época em que bilhões de pessoas estão fisicamente separadas uma da outra, a cultura nos une, mantendo-nos conectados e diminuindo a distância entre nós. Então, diante dessa mudança na visão global, como ficarão os agora já “antigos” temas do patrimônio? Como não sair impactado dessa nova ordem mundial?

Em publicação recente, Guilherme d’Oliveira Martins convoca a atualidade do tema do patrimônio cultural e de seu valor econômico, afirmando a urgência em desenvolver a ligação entre o patrimônio comum, os valores humanos universais e o equilíbrio entre as diferenças (2020, 32). Num contexto de isolamento social imposto pela pandemia COVID-19 colocado à escala internacional urge questionar o lugar do patrimônio na sociedade. De acordo com o mesmo autor, “quando falamos de patrimônio cultural, há a tentação de pensar que falamos de coisas do passado, irremediavelmente perdidas num canto recôndito da memória coletiva” (Martins 2020, 33). Daí que anteveja que “a necessidade de promover a diversidade cultural, o diálogo entre culturas e a coesão social, (...) bem como, salientar o papel do patrimônio nas relações internacionais, desde a prevenção de conflitos à reconciliação pós-conflito ou a recuperação do patrimônio destruído” (Martins 2020, 33-34). Foi motivado por esta nova realidade que nasceu a ideia deste Dossiê. Provavelmente, as relações internacionais nunca mais serão as mesmas após essa pandemia e, por extensão, o patrimônio e sua gestão também não serão como antes.

A título de exemplo, recorde-se que os maiores museus do mundo disponibilizaram recursos digitais sobre as suas coleções que até então tinham o seu acesso condicionado. Nunca como antes a visita virtual teve tanto impacto, perante a impossibilidade colocada pela ausência de acesso físico causado pelo isolamento social. Diante de um cenário interconectado pela veiculação de informação (não raras vezes, na chave da inverdade), essa temática se apresenta como um dos domínios a ser debatido, pois tem atuado na compreensão de elementos variados, funcionando como embaixadores de novas demandas mundiais. O tema é não só atual, como de discussão urgente.

O imediatismo dos media e das redes sociais tem trazido novo olhar sobre o patrimônio em escala internacional. O registro e a notícia de catástrofes, recentemente reportadas como a dos incêndios do Museu Nacional do Rio de Janeiro ou da Catedral de Notre-Dame de Paris, ou das

enchentes de Veneza, bem como as ações iconoclastas desenvolvidas em Bamiyan ou Mossul, só para referir alguns exemplos, tinham dado um novo lugar ao Patrimônio à escala das relações internacionais. Dois fatores se somam às assertivas elencadas acima. O primeiro diz respeito à incorporação crescente do patrimônio cultural em outras áreas do discurso internacional. O patrimônio cultural passou a ter maior visibilidade e participação relevante, muito por força da ação das redes sociais e dos media, havendo como consequência um avanço na presença de organismos de valorização nas mesas de negociação das políticas internacionais como jamais visto antes. O segundo se refere ao crescente poder econômico e político que países detentores de agendas preservacionistas desfrutaram no cenário internacional.

À medida que o novo século se desnuda, a radiografia dessas relações de poder revela novos atores, espaços e representações. O patrimônio cultural tem se tornado um ator cada vez mais importante dos diálogos multilaterais e, como tal, faz parte do alargamento das ações no âmbito das relações internacionais. Daí derivam outros objetos de estudo, ainda pouco incorporados pela temática: as marcas de um soft power cada vez mais multilateralizado; as dinâmicas de hierarquização dos temas e critérios consagrados pelos órgãos de assessoria da UNESCO; a presença cada vez maior de temas que abordem as “africanidades”, “asianidades”, “latinidades” e os “orientalismos” (tão pouco explorados por nossos pesquisadores, dada a hegemonia da visão europeísta/estadunidense); dentre outros. Em consonância, sítios arqueológicos, museus, espaços culturais, organismos internacionais de preservação, Estados nacionais, atores da paradiplomacia, expressões de tradição, vivência e modos de se fazer, a dicotomia entre inflação e destruição de patrimônios, dentre outros elementos tornaram-se protagonistas dessas representações mentais sobre o patrimônio que tem se transformado constantemente. Aprender os mecanismos de compreensão dessa expansão temática favorecerá a montagem de novas valorações do patrimônio, nacional e internacionalmente. Acrescentamos a este cenário o mundo digital que, superando os constrangimentos de um isolamento social forçado à escala global se assume como o único veículo de visita e transmissão de conhecimento dos recursos patrimoniais.

Como se percebe, todas as temáticas elencadas faziam sentido em um mundo sem restrição social, isolamento compulsório e combate a um vírus letal. Os temas elencados neste dossiê, seguiram uma realidade anterior à pandemia. As preocupações, necessidades e objetos respondiam a um mundo complexo, mas conhecido. As regras do jogo eram todas acordadas. Agora, diante desse novo alinhamento, tudo muda, inclusive as relações internacionais e suas preocupações. Por este motivo, acreditamos que este Dossiê poderá colaborar para unirmos os dois mundos: o das preocupações pregressas e das novas necessidades. Não fazemos futurologia quanto ao universo da preservação dos patrimônios no mundo, mas sinaliza-se uma considerável modificação nas

políticas públicas, no financiamento e na projeção de novas regras para um jogo que ainda não se saber jogar. Por este motivo, os textos selecionados para este Dossiê discutem realidades que provavelmente deverão também ser impactadas por esta mudança brusca nos caminhos recentes do mundo globalizado.

O texto de Amélia Polónia e Cátia Miriam Costa, *Preservar patrimônios e partilhar memórias em cidades-porto latino-americanas. Um projeto em ação: CoopMar – Cooperação Transoceânica, Políticas Públicas e Comunidade Sociocultural Ibero-Americana* analisa o projeto de uma rede de investigação e desenvolvimento financiada pelo CYTED (Programa Ibero-americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento) que promove formas ativas de diplomacia científica, visando potenciar sinergias existentes entre vários parceiros em torno de uma agenda de “mar e sociedade para o desenvolvimento”. CoopMar dá prioridade à circulação de conhecimento entre diferentes atores (universidades, museus, fundações, empresas, instituições públicas e sociedade em geral) e visa contribuir para uma sociedade do conhecimento, transnacional e transdisciplinar. Assume a troca cooperativa de valores e visões como um valor intangível que funciona como capital social capaz de beneficiar cidades portuárias da região Ibero-latino-americana.

Frédéric Lerich discute em *Regional Assets, Industrial Growth, Global Reach: The Case Study of the Film Industry in the San Francisco Bay Area*, uma dimensão pouco conhecida do público. De acordo com Lerich, dentro da indústria cinematográfica dos EUA, Hollywood é uma (grande) árvore que esconde a floresta. De fato, além desse cluster poderoso e dominante, existem outras formas - embora menores - de indústria cinematográfica, particularmente em Nova York e São Francisco. O artigo enfoca o último e argumenta que o desenvolvimento da indústria cinematográfica na área da baía de São Francisco depende de ativos regionais específicos: (1) uma cultura alternativa, (2) uma cultura tecnológica e (3) uma experiência urbana única. O artigo se baseia na ideia de que São Francisco é um local acolhedor para filmar e produzir filmes e que, como corolário, hoje em dia acolhe um cluster industrial dinâmico e com vários locais. Destaca diferentes estratégias que visam promover o desenvolvimento de ativos regionais relacionados à indústria cinematográfica e questiona suas capacidades de recuperação destacando seus impactos na influência global de São Francisco.

Jaime Nuño González constrói uma narrativa envolvente ao analisar em *Patrimonio Cultural y globalización: Trayectoria, proyectos y estrategias de la Fundación Santa María la Real (Aguilar de Campoo, Castilla y León. España)*, as dinâmicas de preservação em torno das ruínas de um mosteiro medieval situado na pequena localidade de Aguilar de Campoo (Palencia, Castilla y León. Espanha). Em 1977 uma associação foi formada com o objetivo de recuperar o monumento e transformá-lo no centro da dinamização cultural de uma região em crescente processo de despovoamento. A

Fundação Santa María la Real, herdeira dessa associação, diversificou os setores em que atua, ampliando suas intervenções em toda a Espanha. Neste texto, González apresenta os projetos de gestão, comunicação e preservação da fundação, apontando os caminhos pelos quais essas ruínas se tornaram um dos mais proeminentes exemplos de preservação patrimonial ibérico.

Gilberto Marcos Antônio Rodrigues discute os impactos do Patrimônio cultural como inserção internacional de cidades. Em *Política Externa de Cidades: Estratégia Internacional Modelada e Patrimônio Cultural* aborda uma questão central: no caso de patrimônios culturais, sejam eles materiais ou imateriais, que não dispõem de valorização ou proteção nacional, como pode a cidade aproveitá-lo como vetor de uma ação internacional? No âmbito da dimensão cultural das relações internacionais de cidades, o patrimônio cultural é um vetor pouco explorado em sua potencialidade e capacidade de promover a inserção internacional local no Brasil. O objetivo do artigo é analisar como o patrimônio cultural pode ser transformado em recurso ativo para uma Estratégia Internacional Modelada (EIM) visando alavancar e apoiar a política externa de cidades médias ou pequenas no Brasil.

Em diálogo com o texto de Rodrigues, Gustavo de Jesus Nóbrega, perscruta o universo da paradiplomacia e apresenta os resultados parciais de pesquisa ligada ao projeto interdisciplinar "Os diversos usos dos espaços institucionais na preservação do Patrimônio Cultural", na qual analisa o uso e a apropriação da Universidade de Coimbra (UC) e da própria cidade em questão por diversos agentes, a partir da apresentação da instituição de ensino como um Patrimônio Cultural da Humanidade e seus bens edificados como verdadeiros acervos de um museu a céu aberto. A hipótese levantada por Nóbrega em *A Universidade de Coimbra e as diversas apropriações da chancela internacional de Patrimônio da Humanidade atribuída pela UNESCO*, é que a nomeação pela UNESCO, em 2013, alavancou a iniciativa de utilizar a marca "Coimbra", como um soft power que objetiva reestabelecer a notoriedade da cidade e da Universidade como espaços de ponta em nível mundial.

O artigo de Bruno Miranda Zétola, *Troféus de guerra e relações diplomáticas* examina as singularidades do troféu de guerra como patrimônio cultural e sua relevância para as relações diplomáticas. A partir de três estudos de caso, aponta-se para possíveis paradigmas do uso desse tipo de patrimônio como recurso de política externa. Troféus de guerra são uma categoria muito específica de patrimônio, visto tratar-se de artefatos militares obtidos no campo de batalha e cujo valor cultural é aferido após sua apreensão. Prática recorrente desde a Antiguidade clássica, a obtenção e exibição de troféus de guerra nunca foi considerada ilícito internacional. Suas implicações para as relações internacionais, entretanto, podem ser significativas, consoante a valorização do artefato tornado troféu pelas narrativas historiográficas das sociedades que o perdem ou que o conquistam.

O Louvre, renomado museu e patrimônio francês, agora responde a um pedido do governo para aperfeiçoar sua interação e influência internacionais. A internacionalização do Louvre é, portanto, entendida não como a reputação do Louvre em nível internacional, mas como o uso dessa herança em estratégias políticas internacionais. O texto de Marie-Alix-Mólinier-Andlauer, *Political Issues of the Louvre's Internationalisation* enfoca a internacionalização do Louvre desde os anos 2000. O Estado francês, através de sucessivos governos, vem mobilizando o Louvre, como intermediário em acordos internacionais. Este museu e instituição cultural tornou-se participante direto das relações internacionais francesas, o que motivou Andlauer a analisar as questões e controvérsias que cercam a estreita relação entre o Louvre e o Estado francês. Concluí este trabalho, uma análise do discurso da mídia francesa sobre a mobilização do Louvre pelo Estado o que revela tensões e controvérsias em torno da internacionalização de um dos museus mais famosos do mundo.

Se por um lado museus guardam estátuas (independentemente da discussão se devem ou não manter sob sua tutela peças controvertidas de origens, muitas vezes, duvidosas), por outro, em certas ocasiões, são palco de destruição e vandalismo. A onda de destruição de museus e estátuas locais realizados pelo DAESH (Estado Islâmico) na Síria e no Iraque não deve ser considerada simples ato de vandalismo ou ação iconoclasta com base em sua interpretação radical e distorcida do Islã. Tais atos ocultam um discurso complexo que deve ser compreendido no debate atual sobre a redefinição do patrimônio, particularmente de estátuas, questionada por representar um passado colonial ou autocrático que não é mais considerado digno de ser preservado e lembrado. Em *Las estatuas también mueren. Patrimonio, museos y memorias en el punto de mira de DAESH*, Jorge Elices Ocón apresenta o estado da arte deste debate focalizando a diferença notável entre as ações iconoclastas mencionadas no texto e as do DAESH. Para os terroristas, não há possibilidade de resignificação das estátuas. Como vaticina Ocón, “não é um discurso de justiça, mas de ódio, e não busca apenas a morte de estátuas, mas a de pessoas e culturas”.

Para além da destruição, do tráfico ilícito de bens culturais e da revisão histórica de símbolos outrora extorquidos, um dos temas de maior visibilidade dentro das relações internacionais é o das solicitações de restituição de patrimônios espoliados. Colabora nesta temática o texto de Karine Lima da Costa que analisa a questão da restituição ou repatriação dos bens culturais, especialmente os artefatos da África subsaariana, a partir da publicação do Relatório Savoy-Sarr, concluído em 2018. Em, *A restituição do patrimônio cultural através das relações entre a África e a Europa* Costa aborda o caso dos bronzes do Benin, retirados da África no século XIX, e atualmente distribuídos em diferentes instituições museológicas, sobretudo na França e na Inglaterra. A repatriação e/ou restituição também diz respeito à uma mudança de atitude em relação ao tratamento e

entendimento dos bens culturais, que deve considerar algo que, às vezes, parece ser esquecido nesse processo: o seu sentido coletivo. Por este motivo, são as novas formas de se relacionar com o patrimônio cultural que a problemática da repatriação convoca, pois ao falarmos de restituição estamos falando, também, de diplomacia. Essas formas não devem se limitar apenas ao retorno permanente, mas ao empréstimo, ao intercâmbio cultural, à circulação das obras – algo que já faz parte do cotidiano de muitas instituições museológicas, mas que são limitados por falta de acordos e cooperação entre os agentes envolvidos.

Em diálogo aberto com o texto de Costa, Manuel Burón Díaz, apresenta o caminho percorrido pelo patrimônio da Nova Zelândia, analisando o estudo da construção, intercâmbio, exibição, reclamação e restituição do patrimônio, por meio de uma leitura crítica do próprio estatuto de devolução. Para o autor, o patrimônio, os materiais que o compõem, assim como os significados que lhes damos, não são estáticos; variam com o tempo e, na sua mudança, desenham no mapa interessantes trajetórias. Neste texto, Díaz aborda como as recentes demandas da restituição patrimonial supõem um desdobramento mais atuante na alargada série de significados que atribuímos a certos materiais culturais, sublinhando como, na atualidade, a repatriação de certos objetos tem se convertido em uma importante ferramenta de relações internacionais. *Cabezas y pájaros: La construcción y restitución del patrimonio en Nueva Zelanda* é, portanto, uma busca por clarificar a ideia de que o patrimônio tem sido um instrumento fundamental para as relações diplomáticas, pois ao simbolizar diferentes desejos e atender a diferentes necessidades, regula os contatos entre culturas ou nações. Mas isso, adverte o autor, não deve fazer o observador cair no mais estéril relativismo nem no mais imóvel essencialismo cultural.

Em, *Soft Power Mineiro: O edital Circula Minas (2015-2018) como medida de preservação e difusão nacional e internacional da cultura e do patrimônio de Minas Gerais*, Vanessa Gomes de Castro e Thiago Rodrigues Tavares discutem o programa de internacionalização da cultura do estado de Minas Gerais, por meio do Programa Circula Minas. Os autores analisam os resultados e implicações do intercâmbio cultural patrocinado pela Secretaria de estado da Cultura de Minas Gerais, sobretudo, em relação ao patrimônio cultural, apresentando seus argumentos a partir de uma leitura crítica do conceito de soft power. Para os autores o Edital Circula Minas, ao receber e apoiar financeiramente projetos na área da cultura, possibilitou a participação da sociedade civil na salvaguarda dos bens culturais, mas, políticas culturais não podem ser apenas prerrogativa exclusiva do Estado e seus representantes, devendo envolver a participação da sociedade civil nas diversas etapas do processo de preservação, fato legitimado pelos dispositivos jurídicos internacionais.

O texto *As timbila de Moçambique no concerto das nações*, de Sara S. Morais discute aspectos do processo de patrimonialização das “timbila chopes” de Moçambique que culminou com seu

reconhecimento como Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade em 2005, pelo Programa das Obras-Primas da UNESCO. Inspirada em análises sobre processos de objetificação e redução semântica implicados no reconhecimento oficial de expressões como patrimônio cultural, a autora aborda elementos da trajetória histórica e social das timbila para compreender seu lugar no imaginário nacional e sua escolha como o primeiro bem cultural imaterial em Moçambique consagrado em arenas internacionais. Enfatiza diversos elementos que localizam esse país africano no âmbito das suas relações internacionais; discutindo algumas das dinâmicas perpetuadas pelo colonialismo, traçando reflexões sobre a relação de Moçambique com a UNESCO, à luz da história política do país e de sua recepção em relação a certos critérios e entendimentos desse organismo internacional no que tange ao patrimônio imaterial. Destaca, por fim as interpretações dadas pelo Estado moçambicano aos ideais de participação social da UNESCO e mostra como o dossiê produzido pelo governo moçambicano utilizou o critério de autenticidade para justificar a escolha das timbila.

Encerra o Dossiê, o texto provocativo de Marcos Olender que aborda nova leitura sobre um dos documentos mais conhecidos da preservação do patrimônio. Para responder às indagações do presente e compreender as dinâmicas na construção do imaginário dos patrimônios mundiais, Olender retroage à icônica Carta de Atenas de 1931, produzindo uma leitura verticalizada dos bastidores do primeiro documento internacional referente à proteção do patrimônio histórico e artístico em âmbito institucional internacional. O texto *“O abismo da história é grande o suficiente para todos”*. Os primórdios da Carta de Atenas de 1931 e a afirmação da noção de patrimônio da humanidade aborda o processo histórico que constrói a conjuntura da elaboração do citado documento, iniciado no contexto da Primeira Grande Guerra e pela implantação de instituições que começaram a estruturação de uma política internacional de proteção ao patrimônio, na qual é destacada a preocupação pela conceituação de um patrimônio da humanidade.

As inquietações apresentadas pelos autores ajudaram na elaboração da entrevista transcrita neste volume. A premissa básica foi discutir: como a leitura de um observador do presente dá conta de compreender as mudanças que se aceleram no universo da preservação dos patrimônios em um mundo oscilante entre a perpetuação e efemeridade? Este foi o mote da entrevista com o historiador britânico, Peter Burke, interlocutor que buscou consolidar respostas concisas, “diante do tempo das indefinições”. Frente a um cenário interconectado e em função do caráter de “novidade temática”, como enxergar a crescente preocupação sobre a preservação do patrimônio em tempos que pendulam entre o esquecimento generalizado e a super produção de memórias? O patrimônio (sobretudo, o chancelado como mundial) tem força para ser combustível de mudança social e política? E diante da pandemia de COVID-19 e as sequentes restrições ao nível da

acessibilidade, como fugir da “despatrimonialização” desses lugares? Estaremos já a caminhar para um tempo do “pós-patrimônio”? Responder a esses questionamentos não foi tarefa fácil, mas as respostas elencadas por Burke, podem nos auxiliar a compreender um pouco mais o cenário em que vivemos, independentemente da concordância ou discordância de seus posicionamentos.

Mesmo diante do imponderável, continuaremos trabalhando para que a temática ganhe cada vez mais destaque e que as mudanças que se projetam sejam assimiladas pelos temas correlatos à preservação do patrimônio cultural e seus aspectos internacionais. Conseguir responder ao questionamento central desse dossiê, se as relações internacionais ligadas à preservação do patrimônio mudarão em um mundo pós pandemia? nos parece precipitado. No entanto, a cada dia que passa projeta-se um cenário no qual o planeta e, por tabela, o próprio patrimônio mundial refletirão as mudanças ocorridas nas agendas dos governos, na preferência dos estudiosos e na dinâmica global de um mundo afetado em grande escala.

As palavras de Oliveira Martins, para quem: “o valor do patrimônio cultural, material e imaterial exige a aceitação da verdade dos acontecimentos, positivos e negativos, para que possamos ganhar em experiência, pelo ‘trabalho de memória’” (2020, 28), nos motiva a continuar preservando. Neste mundo, marcado por uma pandemia sem igual, cabe questionar os acontecimentos, buscar compreendê-los, criar deles memória patrimonial e, por meio da experiência obtida, abrir novos caminhos para a compreensão sobre nós mesmos. Certos estamos que tais caminhos jamais serão como antes, mas que o novo aprendizado venha carregado de significados para que saibamos dosar a preservação entre o novo e o ancestral. Que o patrimônio (elemento que transita entre a memória e a história) encontre nas agendas internacionais espaço de protagonismo, mediando as demandas existentes entre o local e o global, sem sobreposições ou prejuízos de nenhuma natureza. E não podemos deixar de lembrar, as palavras visionárias de Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1998), publicadas em tempos tão diferentes daqueles em que vivemos, que “Patrimônio é tudo o que tem qualidade para a vida cultural e física do homem e tem notório significado na existência e na afirmação das diferentes comunidades” às mais diversas escalas. Se assim o é, também concordamos com este autor quando tão antecipadamente escreveu que

o Patrimônio não pode ser olhado apenas como uma reserva e, menos ainda, como uma recordação ou nostalgia do passado mas, antes, como algo que tem de fazer parte do nosso presente. O Patrimônio, para o ser, tem de estar presente e vivo, de algum modo (Almeida 1998).

O Dossiê que agora se dá ao prelo bem o reflete e demonstra. O patrimônio tem hoje um novo lugar: é um ator efetivo nas relações internacionais às mais diversas escalas. Alcançou este *status* porque não é mais uma reserva do passado. Está no presente e tem valores prospectivos.

Referências bibliográficas

Almeida, Carlos Alberto Ferreira de. *Patrimônio. O seu entendimento e a sua gestão*. Porto: Edições Etnos, 1998.

Martins, Guilherme d'Oliveira. *Patrimônio cultural: realidade viva*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2020.

Ottone, Ernesto. 2020. "Em momentos de crise, as pessoas precisam de cultura".
<https://pt.unesco.org/news/em-momentos-crise-pessoas-precisam-cultura>

Dossiê: Patrimônio e Relações Internacionais

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.31151>

Preservar patrimônio s e partilhar memórias em cidades-porto latino-americanas. Um projeto em ação: CoopMar – Cooperação Transoceânica, Políticas Públicas e Comunidade Sociocultural Ibero-Americana*

Sharing memories and preserving heritage in Latin American port cities. A project in motion: CoopMar –Transoceanic Cooperation, Public Policies and Ibero-American Sociocultural Community

Preservar patrimonios y compartir memorias en las ciudades puerto de América Latina. Un proyecto en acción: CoopMar – Cooperación transoceánica, Políticas Públicas y Comunidad Sociocultural Iberoamericana

*Amélia Polónia***

<https://orcid.org/0000-0001-2345-6789>

*Cátia Miriam Costa****

<https://orcid.org/0000-0002-7666-5661>

* Este artigo contou com o apoio da rede CoopMar, financiada pelo CYTED – Programa Iberoamericano Ciencia y Tecnología para el Desarrollo (617RT0532).

** Coordenadora científica do CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória). Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, as suas áreas de investigação incidem em estudos coloniais e da globalização, em particular no período moderno. Foi investigadora responsável de projetos financiados por agências portuguesas e europeias. É coordenadora da rede de investigação CoopMar – Cooperação Transoceânica, Políticas Públicas e Comunidade Sociocultural Ibero-Americana, financiada pelo CYTED – Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento. Informações sobre publicações, organização de eventos científicos, transferência de conhecimento e participação em programas de mobilidade docente e redes de investigação podem ser consultadas em <https://www.cienciavitae.pt/portal/6310-2507-EFDC>. E-mail: amelia.polonia@gmail.com

*** Investigadora integrada no Centro de Estudos Internacionais (IUI) e professora auxiliar convidada do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa. É ainda diretora da Cátedra Ibero-América do Instituto Europeu de Estudos Internacionais (Estocolmo/Salamanca). A investigadora tem participado e coordenado diversos projetos científicos internacionais, financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia – Portugal, pela União Europeia e pelo CYTED – Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento. Tem publicado artigos científicos e capítulos de livros em várias línguas. Mais informações: <https://ciencia.iscte-iul.pt/authors/catia-costa/cv>. E-mail: Catia.Miriam.Costa@iscte-iul.pt

RESUMO: Os portos marítimos foram, durante séculos, a mais contínua plataforma de interface e de intercâmbio entre a Europa, a África e a América. As cidades portuárias emergem como estruturas e construções sociais com características próprias. O seu estudo permite conhecer e debater questões relacionadas com a complexidade urbana e social, pois reúnem, por norma, marcas de diversidade, humana e cultural, e por isso apresentam-se como locais privilegiados para o desenvolvimento de estudos sobre alteridade e sobre formas de permeabilidade, inclusive cultural. As cidades-porto, na Europa, e na América Latina, deparam-se também com desafios, e com riscos, decorrentes dos elevados níveis de desenvolvimento de uma indústria turística que explora patrimônios, materiais e imateriais, edificados, simbólicos ou naturais, frequentemente sem benefícios para os construtores, herdeiros e fautores desses patrimônios — as comunidades locais. Esta matéria agudiza-se quando nos encontramos perante memórias e patrimônios construídos historicamente através de dinâmicas coloniais. Muitas questões se levantam em torno da gestão dessas memórias e dessas heranças. As comunidades exigem hoje o reconhecimento de identidades e de valores autóctones e clamam por distintos conceitos e práticas de preservação das suas próprias memórias e patrimônios. São estes os principais desafios com que se debate o projeto sustentado pela rede CoopMar, de cujos objetivos, estratégias e realizações trata este artigo.

Palavras-chave: Cidades-porto. Ibero-América. Diplomacia patrimonial. CoopMar.

ABSTRACT: Seaports were, for centuries, the most continuous exchange platform between Europe, Africa and America. Port cities emerge as structures and social constructions with their own characteristics. Taking them as study foci favours the debate of issues related to urban and social complexity, as they usually bring together marks of diversity, both human and cultural, and for this reason they present themselves as privileged places for the development alterity and permeability studies, including cultural. Port cities in Europe and Latin America are also challenged by risks arising from the high levels of development of a tourist industry. This one exploits heritage, material and immaterial, built, symbolic or natural, often without benefits for the makers and heirs of those assets — the local communities. This matter becomes more acute when we are dealing with memories and heritage historically built through colonial dynamics. Many questions arise around the management of these memories and these inheritances. Today communities in Latin America demand recognition of indigenous identities and values and call for different concepts and practices for the preservation of their own memories and heritage. These are the main challenges faced by the project supported by the CoopMar Network, whose objectives, strategies and achievements this article deals with.

Keywords: Port cities. Ibero-America. Heritage diplomacy. CoopMar.

RESUMEN: Los puertos marítimos fueron, durante siglos, la plataforma más continua para de intercambio entre Europa, África y América. Las ciudades portuarias emergen como estructuras y construcciones sociales con sus propias características. Su estudio permite conocer y debatir cuestiones relacionadas con la complejidad urbana y social, ya que generalmente reúnen marcas de

diversidad, tanto humanas como culturales, y por esta razón se presentan como lugares privilegiados para el desarrollo de estudios sobre alteridad y formas de permeabilidad, incluso cultural. Las ciudades portuarias de Europa y América Latina también enfrentan desafíos y riesgos derivados de los altos niveles de desarrollo de una industria turística que explota el patrimonio, material e inmaterial, construido, simbólico o natural, a menudo sin beneficios para los constructores, herederos y creadores de estos activos: las comunidades locales. Este asunto se agudiza cuando nos enfrentamos con memorias y patrimonio construidos históricamente a través de la dinámica colonial. Surgen muchas preguntas sobre la gestión de estas memorias y herencias. Las comunidades de hoy exigen el reconocimiento de las identidades y valores indígenas y exigen diferentes conceptos y prácticas para la preservación de sus propios patrimonios. Estos son los principales desafíos que enfrenta el proyecto apoyado por la Red CoopMar, de cuyos objetivos, estrategias y logros trata este artículo.

Palabras clave: Ciudades portuarias. Iberoamérica. Diplomacia patrimonial. CoopMar.

Como citar este artigo:

Polónia, Amélia; Costa, Cátia Miriam. “Preservar patrimônios e partilhar memórias em cidades-porto latino-americanas. Um projeto em ação: CoopMar – Cooperação Transoceânica, Políticas Públicas e Comunidade Sociocultural Ibero-Americana”. *Locus: Revista de História*, 26, n.2 (2020): 13-28.

Memória(s), Patrimônio e Empreendedorismo – os fundamentos de um projeto¹

A maneira como o passado e a sua memória são apropriados pelos atores contemporâneos está sujeita a múltiplos entendimentos, ao envolver diferentes *stakeholders*² e interpretações contestadas. A introdução de uma lógica empresarial, ligada ao empreendedorismo cultural e à ação de empreendedoras indústrias criativas, vem exacerbar o debate e exigir um diálogo participado das múltiplas entidades e agentes envolvidos no processo. A emergência de uma “indústria do patrimônio” acrescenta atores a este debate, incluindo decisores políticos, académicos, gestores de patrimônio e empresários, veiculando diferentes perspetivas face à mesma realidade, por vezes portadoras de tensões inibidoras de uma ação informada (Falser e Juneja 2013, 1). Esta evolução foi reconhecida, em geral, pelas diplomacias nacionais dos vários estados, que fizeram entrar na

¹ Para maiores desenvolvimentos sobre esta matéria vide (Polónia e Costa 2018, 639-645).

² Usamos a palavra *stakeholders* em inglês por nos parecer que a sua tradução para a língua portuguesa é imperfeita, atribuindo, neste caso, o significado de “partes interessadas” e “partes envolvidas” nos processos de construção e revisitação da memória.

equação diplomática o papel do indivíduo e da comunidade circundante (Telles 2011, 25). Mais recentemente, e dependendo de políticas públicas em ação, as comunidades locais tendem a ser integradas nestes debates. Isto plasma, por um lado, a consciência, não só do seu direito a memórias e a patrimônios de que devem ser os principais beneficiários, e decorre, por outro lado, da constatação de que alguns projetos de preservação patrimonial que não as envolviam foram contestados ou falharam completamente, devido à sua falta de identificação com esses projetos. Acresce que uma parte considerável dos planos de preservação e usos patrimoniais se encontra associada a fins turísticos e impõe a esses sítios um grande número de visitantes, vistos como intrusos em *loci* tidos como essenciais na estruturação de identidades locais, por vezes desconsiderando as suas memórias e os significados simbólicos.

Esta matéria agudiza-se quando nos encontramos perante memórias e patrimônios construídos historicamente através de dinâmicas coloniais, como aquelas impostas pelos Europeus na África, na América e na Ásia desde os tempos modernos, também identificados como a Primeira Idade Global (1400-1800). Muitas questões se levantam em torno da gestão de memórias e de heranças vistas como decorrentes dessas dinâmicas coloniais (Stoler 2013, 2; McAtackney e Palmer 2016, 473), levantando discussões em torno da mesmidade e alteridade relativamente aos diferentes grupos étnicos que são parte destas sociedades. Como resultado, assiste-se a uma difícil assimilação de alguns sítios ou componentes desse património pelas comunidades atuais, que exigem o reconhecimento de identidades e valores autóctones e clamam por vezes por distintos conceitos e práticas de preservação das suas próprias memórias e patrimônios (Luco 2013, 256).

As cidades portuárias da Ibero-América e da Península Ibérica têm uma história comum, que gerou um património importante, parte dele classificado como património cultural mundial. A maioria desses sítios classificados é um verdadeiro exemplo de encontro de culturas, devido a migrações, forçadas e livres, produzindo uma herança muito rica em manifestações tangíveis e intangíveis. As conexões entre o mundo americano e o europeu são uma fonte para novas abordagens da herança construída, mas também para o estudo das memórias compartilhadas, algumas delas traumáticas, relacionadas com o domínio colonial europeu e refletidas em património material e imaterial. Neste caso, foi evidente a sucessão de interpretações acerca do legado colonial e a forma como integrá-lo e com ele dialogar no seio das sociedades ibero-americanas, mesmo quando em presença das instituições que lançavam na comunidade internacional novas formas diplomáticas que transpunham a diplomacia cultural, propondo uma diplomacia centrada no património e, sobretudo, no património partilhado (Winter 2015, 1007-1011).

A União Europeia tem vindo a reconhecer o potencial dos setores criativos e culturais e o benefício das trocas culturais, bem como a aprendizagem mútua através de projetos comuns, o que é claro no documento publicado em 2017, relativo a uma nova estratégia para colocar a cultura no centro das relações internacionais da União Europeia (European Commission 2017, 1). Um exemplo da consumação desta política é o projeto ILUCIDARE, apoiado por fundos comunitários e dedicado à inovação orientada para o património, envolvendo vários parceiros comunitários e apenas um parceiro extracomunitário, o Equador. O projeto visa o incremento do desenvolvimento territorial sustentado e das trocas culturais, mas ainda sem lidar com um dos aspetos mais marcantes da diplomacia patrimonial europeia fora deste continente: a herança colonial.

O novo enquadramento internacional tem vindo a permitir o desenvolvimento de importantes organizações internacionais, mas também de novas formas de cooperação técnica, ancoradas no entendimento entre estados, mas também entre instituições e comunidades nacionais. Esse reconhecimento internacional ficou plasmado no surgimento e manutenção de organizações como a UNESCO, Conselho Internacional de Museus (ICOM), ou o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), que está desenvolvendo um trabalho importante em 108 países de todo o mundo, incluindo todos os envolvidos no projeto CoopMar. Recentemente, o ICOMOS lançou um “Guia sobre Recuperação e Reconstrução Pós-Trauma para Propriedades Culturais do Património Mundial” (ICOMOS, 2017), focado em áreas destruídas por guerras e catástrofes naturais. O ICOMOS defende também a intervenção técnica em paisagens construídas, através de boas práticas de conservação e preservação, mas também direcionou a sua atenção para outras áreas, como a da ocupação humana e das memórias associadas ao espaço construído.

No Chile, um dos países parceiros do projeto, Valparaíso, cidade detentora de património cultural classificado, tem sido alvo dessas. O principal desafio é o de conciliar os interesses das diversas partes envolvidas em projetos urbanos ligados a legados históricos. Uma série de conferências lideradas por especialistas em património e urbanismo foram realizadas, e trabalhos científicos desenvolvidos, promovendo simultaneamente campanhas, como as do “Lugar Validoso”, em 2001, tentando incentivar a conexão entre o comércio local e tradicional e o uso do património, ou a campanha de 2002 para manter as características dos edifícios recuperados. Nos dois casos, a ideia era promover o intercâmbio de conhecimentos e atividades entre universidades, ONG, instituições públicas e sociedade civil.

Cidades portuárias e transculturalidade – espaço para debate

As cidades portuárias da Ibero-América apresentam-se como um universo de análise particularmente pertinente para a abordagem da questão das memórias e patrimônios, seus usos e interpretações. Os desafios colocados às cidades portuárias em tempos do aumento significativo do turismo aumentam exponencialmente o valor social e económico do património marítimo, seja ele constituído por paisagens costeiras ou por expressões materiais ou imateriais de legados históricos. Acresce que as cidades portuárias se mantêm como atores privilegiados em processos de globalização. O seu estudo afirma-se como essencial para entender a modernidade. Em geral, elas sintetizam e transportam na sua memória legados contraditórios, porque foram palco de estratégias de colonização e de constituição de impérios, porque foram nós essenciais em processos de escravatura, de trabalho forçado, de conflitos laborais e políticos, porque foram identificadas secularmente como espaços de marginalidade e de conflitualidade. Mas elas constituem-se também como zonas de contacto, de trocas culturais, de transferência de conhecimento, de experiências sincréticas.

As cidades portuárias permanecem como estruturas e construções sociais com características próprias. O seu estudo permite conhecer e debater questões relacionadas com a complexidade urbana e social, pois reúnem, por norma, marcas de diversidade, humana e cultural, e por isso apresentam-se como locais privilegiados para o desenvolvimento de estudos sobre alteridade. Os portos marítimos foram, durante séculos, a mais contínua plataforma de interface e de intercâmbio entre a Europa, a África e a América. Elas têm sido vistas como espaços de desenvolvimento económico, mas também como espaço de risco, nomeadamente ambiental.

No decurso do século XX, foram acionados movimentos internacionais de proteção dos patrimônios dessas cidades. Com início na Europa, EUA e Japão, esses movimentos espalharam-se rapidamente. Nos anos 90, algumas cidades latino-americanas aderiram a esse movimento. Havana (Cuba) e Santos (Brasil) foram das primeiras cidades portuárias da região a ter um centro histórico renovado e uma orla marítima requalificada. Para confluir com as expectativas dos habitantes dessas áreas, o acesso às áreas de lazer, os espaços verdes e a integração desses espaços no perímetro urbano foram garantidos por projetos de intervenção urbana (Hoyle 2002, 142). Ainda assim, o risco de antagonizar a comunidade e os seus interesses é elevado. Diálogos com a comunidade são também necessários para conscientizar os poderes públicos e instituições internacionais de seus sentimentos sobre a transformação dos centros históricos e identificar quais as memórias que eles associam a esses lugares. A modernização e o investimento nesses polos são

bem recebidos, mas a sua aceitação diminui quando outras implicações desses investimentos públicos e privados interferem na vida quotidiana dos cidadãos. Em algumas dessas cidades reabilitadas, o turismo massivo tornou-se um ponto de tensão com a comunidade local, ao sentir o seu espaço invadido ou mesmo desrespeitado. Estudos recentes baseados em abordagens interdisciplinares e transdisciplinares indicam a necessidade de implementar iniciativas “bottom-up”³ na conceção e implementação de projetos de preservação e dinamização patrimonial (Parkinson, Scott e Redmond 2016, 2).

O desenvolvimento de debates com as comunidades ajuda a reunir opiniões compartilhadas e a adicionar novas perspectivas ao resultado esperado dos múltiplos projetos em ação (Falser e Juneja 2013, 2). Espera-se que a obtenção de um acordo da comunidade sobre as intervenções a realizar ajude a estabilizar o diálogo político e social e forneça uma melhor interpretação dos processos de transformação projetados ou em curso. Isto requer intervenções locais e uma interação permanente com as comunidades e implica equipas multidisciplinares em ação, usando uma ampla variedade de canais de comunicação. São necessários cientistas sociais (sociólogos, economistas, psicólogos), mas também técnicos e gestores de património bem preparados, além de agentes de mediação capazes de estabelecer pontes entre as expectativas da população e as políticas urbanas e patrimoniais, as quais devem obedecer a preceitos que já não são apenas locais, regionais ou nacionais, mas internacionais.

A classificação atribuída pela UNESCO a alguns desses sítios implica a observação de regras internacionais, o que exige a assimilação e reconhecimento dos seus significados e exigências. Isso conduz a uma outra dimensão do debate: a reinterpretação do património à luz dos novos estatutos dessas cidades, como cidades globais (Curtis 2016). Isso implica que a cidade se veja como um espaço urbano inserida em redes de contactos próprias e desenvolva uma política pública e estratégica baseada no (re)significado dos seus patrimônios como espaço com fundações não europeias, a despeito do colonialismo europeu, o qual frequentemente constituiu a via da sua integração num espaço globalizado (Curtis 2016, 1).

Como lugares construídos socialmente, as cidades da América Latina, como todas as cidades, enfrentam o desafio de lidar com o antigo e o novo e, ao mesmo tempo, com factos e memórias. Os tomadores de decisão precisam também de levar em consideração que o património imaterial, incluindo memórias e discursos, é tão importante quanto o património material e

³ Tomamos aqui o conceito de *bottom-up* como todas as iniciativas que têm por base a participação cidadã, ou seja, que são implementadas tendo em consideração as expectativas da comunidade e tomando-as como contribuição para as políticas públicas que, neste caso, não se fundamentam apenas na decisão técnica ou política.

edificado. Daí que o envolvimento das comunidades locais seja essencial para o sucesso de qualquer projeto que envolva patrimônio, tanto aquele que é classificado como material (tangível), como aquele que é considerado imaterial (intangível).

Em suma, em todos os continentes, com particular ênfase na América Latina, debates acalorados exigem essa participação das populações locais no planeamento e execução de políticas de patrimônio. Nas cidades portuárias latino-americanas, altamente associadas ao predomínio de patrimônios coloniais, isso torna-se particularmente relevante, por dois motivos. Primeiro, porque durante décadas assistiu-se a uma aceitação acrítica da herança colonial, num contexto em que as elites de poder emergentes as viam como parte de um projeto político de unificação e reconhecimento internacional. Segundo, porque, em épocas em que o patrimônio (natural, cultural, material e imaterial) possui, principalmente nesses países, valor económico, é fundamental considerar novas políticas para implementar a integração dos diversos estratos da população como atores económicos ativos e beneficiários das dinâmicas resultantes dos usos económicos do patrimônio.

Quanto ao primeiro tópico, a afirmação de reivindicações nativistas e a consciência crítica da herança colonial trazem novas ideias e apontam novos rumos para políticas de memória. Para esclarecer algumas dessas questões, torna-se necessário estudar a mobilidade (de pessoas, ideias e bens), as migrações e a criação de redes permitidas e fomentadas pelas condições naturais, sociais e políticas das cidades portuárias. Da mesma forma, o diálogo entre a população, técnicos do patrimônio e outras partes interessadas, incluindo agentes económicos, precisa de ser iniciado, sem evitar os aspetos controversos inerentes ao facto de se lidar com memórias plurais e frequentes vezes conflituantes.

Os projetos implementados tendo como base patrimônios coloniais das cidades portuárias e a literatura sobre essa matéria são claros sobre os benefícios da conexão entre especialistas, “policy-makers”⁴, investidores e comunidades locais. Esse diálogo deve cada vez mais incluir a formação profissional de técnicos e a conscientização pública sobre as vantagens sociais e económicas oferecidas por uma gestão informada de patrimônios. Somente uma política de memória compartilhada e participativa e uma abordagem plural do patrimônio material e imaterial podem contribuir para a sua preservação sem gerar insatisfação. Torna-se necessária uma abordagem transcultural, além da multidisciplinar, para permitir novas interpretações do passado,

⁴ Recorremos a este termo para referenciar os protagonistas das políticas públicas, ou seja, aqueles que definem a ação política.

enquanto se tenta converter patrimônios em desuso e sítios que incorporam memórias negativas em locais com novas funções. O desenvolvimento de indústrias criativas e culturais, novas soluções económicas e um diálogo permanente entre a academia e a sociedade podem ajudar essas cidades portuárias ao seu estatuto de locais de contacto transcultural, abertos a tendências e a movimentos globais, mas considerando, integrando e beneficiando as populações locais, que são e têm sido durante séculos construtoras ativas de patrimônios, sem deles serem necessariamente beneficiárias. O objetivo é o de incorporar a sua voz na dinâmica global da preservação de patrimônios e nas decisões a tomar quanto aos seus usos socioculturais e económicos. Neste percurso, académicos, formuladores de políticas e gestores de patrimônios têm a oportunidade de reativar presenças e vozes silenciosas, que, sendo essenciais para a construção de mundos pré-coloniais, coloniais e pós-coloniais, dificilmente são ouvidas. Mulheres, escravos, população crioula, minorias étnicas e religiosas são apenas algumas delas, apesar da preocupação atual com a escravatura e as marcas culturais de uma cultura afro-latino-americana ou com questões de género.

CoopMar – um projeto em ação

CoopMar afirma-se como um projeto capaz de contribuir para este debate, focando-se especificamente na região ibero-americana. CoopMar é uma rede de investigação e desenvolvimento financiada pelo CYTED (Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento) que promove formas ativas de diplomacia científica, visando potenciar sinergias existentes entre vários parceiros em torno de uma agenda de “mar e sociedade para o desenvolvimento”. CoopMar dá prioridade à circulação de conhecimento entre diferentes atores (universidades, museus, fundações, empresas, instituições públicas e sociedade em geral) e visa contribuir para uma sociedade do conhecimento, transnacional e transdisciplinar. Assume a troca cooperativa de valores e visões como um valor intangível que funciona como capital social capaz de beneficiar cidades portuárias da região ibero-latino-americana.

A rede CoopMar envolve equipas de seis países ibero-americanos: Portugal, país coordenador, Brasil, Chile, Cuba, Espanha e Panamá. Essas equipas integram historiadores, economistas, jornalistas, arqueólogos, curadores de museus, peritos em ciência política e em relações internacionais, e um total de 23 instituições, entre universidades, centros de investigação, fundações e museus.

Entre os seus objetivos contam-se os de promover o intercâmbio operativo de valores patrimoniais como capital social capaz de beneficiar cidades-porto da região ibero-americana;

incentivar uma transferência ativa de saberes entre Universidades, Centros de Investigação, poderes públicos, instituições culturais de gestão de património, empresas e sociedade; dar sentido, através de práticas concretas, ao conceito de responsabilidade social quando aplicado a políticas públicas de memória e património e a soluções económicas que visam, por norma, os cidadãos, mas nem sempre (ou raramente) os integram nas suas tomadas de decisão.

Daí decorrem objetivos específicos, entre os quais os de promover um diálogo participado entre agentes políticos, técnicos de cultura e património, universidades, centros de investigação e comunidades da Ibero-América; influenciar políticas públicas e promover formas participadas de desenvolvimento sustentável em cidades-porto atlânticas.

Faz também parte da sua agenda programática a sensibilização das comunidades e dos poderes públicos para a questão patrimonial como fator de desenvolvimento sustentado; a inventariação, na América Latina e na Europa, de patrimónios e memórias marginalizadas e silenciadas (incluindo as ligadas a sociedades pré-coloniais e as resultantes de processos de migração e de escravização de populações africanas). A rede pretende, ainda, propor e promover modelos de negócio baseados em experiências de empreendedorismo cultural, incluindo práticas próprias das novas economias do mar e das indústrias criativas.

Prosseguindo estes objetivos, CoopMar promove formas ativas de diplomacia científica, diplomacia patrimonial e de paradiplomacia, visando potenciar sinergias existentes entre vários parceiros, académicos e não académicos, em torno de uma agenda de “mar e sociedade para o desenvolvimento”. A rede CoopMar procura materializar o conceito de uma sociedade do conhecimento transnacional e transdisciplinar, através da promoção da cooperação técnica e da aprendizagem partilhada.

Coerente com estes objetivos, a rede assume como missão o desenvolvimento de investigação estratégica sobre recursos intangíveis compartilhados pela região ibero-americana e a apresentação de produtos úteis nas áreas de sustentabilidade social e da conservação do património em cidades portuárias. O objetivo final deste projeto é o de consolidar uma rede que venha a ter sustentabilidade para além do seu financiamento, com o objetivo de inventariar, preservar, promover e valorizar patrimônios comuns.

Pretendendo contribuir para estratégias de inovação, envolvendo as comunidades, através da aplicação de novas ferramentas e métodos associados às novas tecnologias, a rede vive de uma intensa interconectividade entre os investigadores e as instituições envolvidas, visando uma difusão ativa dos seus resultados, dos quais se esperam impactos sociais palpáveis. Entre as suas estratégias de ação conta-se a promoção de um diálogo participativo entre países, organizações e comunidades

das cidades portuárias envolvidas, bem como a definição de um plano de ação conjunta para investigadores, cidadãos, empresários e políticos.

Sendo hoje consensual a ideia de que História, Memória, Patrimônio s se constituem como ferramentas ativas de desenvolvimento social e como atores influentes no delinear de políticas de diplomacia científica, a experiência, o olhar e o saber de historiadores, em diálogo com outros especialistas das Ciências Sociais e Humanas (arquitetos, urbanistas, museólogos, sociólogos, cientistas políticos, economistas), revela-se essencial.

Coerente com esses objetivos e plano estratégico, a rede CoopMar assume a missão de desenvolver investigações e ações estratégicas sobre recursos tangíveis e intangíveis compartilhados pela região ibero-americana e promover produtos úteis nas áreas de sustentabilidade social e conservação do patrimônio. O objetivo final deste projeto é o de consolidar uma rede de ação nas cidades portuárias constituintes da rede, promovendo a conscientização do imperativo da sustentabilidade, preservação e conservação do patrimônio comum e oferecendo novas opções para políticas públicas que impliquem o envolvimento de um amplo espectro social. Acredita-se que o valor dessa força ainda não foi explorado em profundidade com a aplicação das novas ferramentas e métodos oferecidos pelas novas tecnologias. Estas são também utilizadas como um meio de garantir uma interconectividade mais eficaz entre os investigadores e as instituições, por comunicação remota, bem como para facilitar a divulgação dos resultados do trabalho realizado.

Os seus objetivos concretizam-se através da organização de vários eventos, incluindo conferências, seminários e cursos de formação. A divulgação científica através da publicação conjunta de livros e artigos em revistas e jornais científicos faz parte também da sua vocação. Em termos de disseminação, as suas atividades e programas de ação são disponibilizados na sua webpage⁵, através da realização de videodocumentários⁶ e de programas de TV e rádio, e através das redes sociais⁷.

Um dos pontos identificados como críticos em ordem a garantir a preservação do patrimônio é a falta de preparação para uma intervenção ativa e informada da sociedade civil. Daí que a rede tenha definido como prioritária a formação de estudantes, organizações e técnicos como meio para promover uma intervenção da sociedade civil na proteção do patrimônio . Entre essas iniciativas conta-se a realização do Curso de “Boas práticas para políticas públicas de memória,

⁵ <https://coopmarcooperation.wordpress.com/>.

⁶ <https://www.youtube.com/channel/UC8g2XaGTeIeYkkwiHhyR80A>;
<https://canal.uned.es/video/5db04a50a3ceb0d2188b4568>.

⁷ <https://www.facebook.com/RedeCYTED/>.

ciência e patrimônio” (Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia, 20 e 21 de novembro de 2017). O curso foi transmitido através da plataforma UNED para toda a comunidade ibero-americana⁸. Do curso resultou um e-book, que se espera seja útil para uso de técnicos de gestão patrimonial da região ibero-americana.

Os seus projetos passam também pela criação de um arquivo documental, bibliográfico e iconográfico, o “Arquivo CoopMar”, e a montagem de uma exposição digital sobre os impactos da Rota de Magalhães/Elcano nas cidades da rede, segundo uma leitura transversal, que articule o passado com o presente.

Os temas e os atores institucionais envolvidos nos Encontros promovidos pela rede ou em que a sua participação coletiva avulta são reveladores da forma como tem prosseguido a sua missão. Destacam-se, a título de exemplo, a sessão realizada a 23 de outubro de 2018 no Museo del Canal Interoceánico de Panamá sobre “Políticas y prácticas de preservación patrimonial en Iberoamérica” em que participaram representantes do Museo del Canal, do Patronato Panamá Viejo, membros do CoopMar e entidades ligadas ao poder local, ou o Simposio CoopMar, realizado a 22 de outubro, na Universidad Latina de Panamá, sobre “Emprendedurismo Cultural, Conectividad e Industrias Creativas en Ciudades Puertos Latinos e Iberoamericanos”, em que participaram representantes da Autoridade Portuária da cidade do Panamá, da Municipalidade, da Universidad Marítima Internacional de Panamá, da Universidad Latina e da rede CoopMar.

Momento importante para uma disseminação dialogante das atividades da rede CoopMar, desta vez no meio académico, foi a realização da Mesa Redonda sobre “Desarrollo sostenible en ciudades puerto Ibero-Latinoamericanos – el rol de la diplomacia científica” no âmbito do XVII Congreso Nacional de Ciencia y Tecnología APANAC 2018 (Ciudad de Panamá 23- 26 outubro 2018).

As atividades desenvolvidas em Havana, em 2018, prosseguiram os objetivos da rede numa outra dimensão: a da sua articulação com o mundo do empreendedorismo e da criatividade. O Seminário “Industrias Culturales y Creativas, Patrimonio y Emprendimiento” (Universidad de La Habana 4-8 dezembro 2018) revelou-se de grande importância neste domínio, complementado pela reunião com representantes da Oficina del Historiador, na sede del Plan Maestro de la Habana Vieja. Esta vertente, ligada ao empreendedorismo com incidência na área do Turismo e do Patrimônio Cultural como um bem social e económico, prossegue a senda da participação da

⁸ As várias sessões do curso podem ser visualizadas de forma integral e em acesso aberto em <https://canal.uned.es/video/5a6f2dd1b1111f907a8b456a>.

equipa, em julho de 2017, na cidade do Porto, no TOCREA (*International Conference of Tourism and Creative Industry Promotion*), através da organização de um painel plenário sobre *Public Policies, heritage management and cultural tourism promotion in the Ibero-American space*⁹.

O Simpósio CoopMar, realizado a 7 de dezembro de 2018 no Colegio Universitario San Gerónimo de La Habana, centrou-se numa outra dimensão, mais reflexiva, sobre “Processos de Memorialização no Espaço Ibero-Americano”. A preservação e a difusão de formas de património e o respeito por memórias marginalizadas ao longo de uma história marcada por processos de colonialismo e de silenciamento de culturas e línguas dos vários povos da América Latina ou de populações africanas escravizadas, a par da atuação das mulheres ou dos “homens comuns”, fazem também parte da missão da rede CoopMar, associada à análise de políticas públicas de memória. Sobre esta mesma temática realizou-se, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em abril de 2018, o *Seminário Internacional Imprensa Periódica e Memória*¹⁰ e, em Lisboa, no ISCTE-IUL, o *II Seminário Imprensa Periódica. Criação e Recriação dos discursos político, económico, literário e científico*¹¹. Estes seminários pretenderam analisar a relação entre imprensa periódica e cidades-porto, a forma como estes espaços urbanos potenciaram projetos de formação de opinião e debate público, e como originaram nova informação especializada.

Dando prioridade a uma relação direta com a Comunidade, revelou-se igualmente essencial a participação no Ciclo de *Charlas sobre Cultura & Tecnologia*, coordenado pela equipa CoopMar de Valparaíso, a 23 de agosto de 2018, ou a apresentação da rede no programa da Radio Viña.fm pelo coordenador da mesma equipa.

O Chile foi o país que acolheu a reunião geral da rede, de 20 a 22 de outubro de 2019. O evento previa uma intensa atividade de reuniões com representantes de poderes públicos, associações de cidadãos e culturais, ciclos de cinema e exposições. A forte agitação social instalada no Chile nesse período constituiu um obstáculo concreto, e real, evidenciando como os contextos políticos e sociais interferem diretamente com ações de implementação de um debate aberto e uma política de intervenção participada por todos os agentes envolvidos. Impedidos de levar a cabo o plano gizado, os membros da rede CoopMar não deixaram, porém, de intervir nesse debate, *in locu*, produzindo um videodocumentário que sintetiza algumas das reflexões da rede sobre essas questões¹².

⁹ <http://online.fliphtml5.com/bugp/pcdj/#p=1>.

¹⁰ http://www.citcem.org/documents/events/Programa_Final.pdf.

¹¹ <https://cei.iscte-iul.pt/eventos/evento/ii-seminario-imprensa-colonial/>.

¹² <https://www.youtube.com/watch?v=-ZGI1-SSWgQ>.

Ainda em outubro e dezembro de 2019, a CoopMar foi parceira da Casa da América Latina e do European Institute for International Studies nas VI e VII Cátedras Ibero-América Global, intituladas “Ibero-América: Pacífico ou Atlântico? Os 500 anos da fundação da Cidade do Panamá” e “Ibero-América e o Triângulo Atlântico (África, Ibero-América e Europa): os 500 anos da fundação de Havana”, respetivamente. Este constitui um exemplo concreto da capacidade da rede para se associar a iniciativas suscetíveis de assinalável projeção para a comunidade sociocultural ibero-americana. A colaboração com a Casa da América Latina transcende, porém, esta realização. Criada em 1998 com a missão de aproximar Portugal da América Latina através do estímulo ao conhecimento e da cooperação com os países latino-americanos, a Casa da América Latina, constituída pelo Município de Lisboa, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, pelas Embaixadas dos países latino-americanos e por um conjunto de empresas, desenvolve ação em dois eixos: *Cultura e Conhecimento* e *Economia e Política*, incluindo atividades no campo empresarial. A Casa da América Latina, ao visar a promoção e o desenvolvimento das relações económicas e comerciais entre Portugal e os países latino-americanos, bem como enquanto entidade vocacionada para a cooperação institucional no campo político-diplomático, constitui-se como parceira fundamental da CoopMar em múltiplas das suas dimensões.

As realizações previstas para 2020, o último ano de exercício financiado da rede, pretendem completar este puzzle através de uma semana de imersão, na cidade do Espírito Santo, Brasil, com outras memórias e patrimônios: os das comunidades indígenas ainda persistentes e ativas nessa região e as de um passado de forte ligação a África, de que diversos quilombos no estado do Espírito Santo dão prova viva.

Em todo este processo, as articulações com instituições e entidades públicas e com associações locais são de fundamental importância. Para além dos contactos estabelecidos com municípios, museus e entidades culturais das várias cidades envolvidas na rede, podem também sublinhar-se as sinergias estabelecidas com a Casa da América Latina (Lisboa)¹³; os contactos estabelecidos com a Oficina del Historiador (Havana), as articulações com o Consejo Nacional de la Cultura (CNCA), Chile, e La Unidad de Patrimonio Histórico, coordenada por Fernando Vergara (U. Valparaíso, Chile), bem como à Dirección de Vinculación con el Medio (Chile) e com o Patronato Panamá Viejo (Panamá). Todas dão prova de uma profunda articulação entre a rede e agentes ativos da vida política e cultural de referência nos países envolvidos.

¹³ <http://casamericalatina.pt/2017/09/26/cal-estabelece-parceria-com-rede-coopmar/>.

Projetando o futuro e viabilizando a terceira vertente de intervenção da rede — o empreendedorismo cultural —, a rede CoopMar tem vindo a refletir sobre modelos de negócios baseados em experiências de empreendedorismo cultural, incluindo formas de economia social, envolvendo, entre outras, as indústrias culturais e criativas. Espera-se que a rede venha a obter resultados palpáveis, através da interação esperada entre a academia e os agentes de negócios, nomeadamente os envolvidos com o Turismo. Iniciativas relacionadas com o incentivo ao empreendedorismo jovem consolidam avanços dos quais são esperados frutos mais palpáveis no decurso de 2020. Contactos permanentes têm vindo a ser desenvolvidos por investigadores da rede com gabinetes de promoção ao empreendedorismo, nas suas universidades, nomeadamente na PUCV (Pontificia Universidad Católica de Valparaíso) e na Universidade do Porto. Grupos de trabalho vinculados a centros de investigação que patrocinam a rede e o envolvimento em programas de mestrado dedicados à formação de estudantes em modelos de negócios baseados em experiências de empreendedorismo cultural atestam também a articulação da rede, através dos seus investigadores, com esta área de intervenção.

Além disso, estão a ser promovidos protocolos de colaboração com o eHeritageLab (U. Porto) – Laboratório de Novos Média para o Patrimônio ¹⁴. Trata-se de um laboratório multidisciplinar e colaborativo que combina competências, conhecimentos e tecnologias aplicadas ao património .

A abertura de um Concurso de Ideias de Negócios em ordem a promover o empreendedorismo jovem consubstancia outra via de intervenção. O seu objetivo é o de gerar novas ideias e propostas a desenvolver no âmbito do empreendedorismo cultural. Espera-se que as propostas vencedoras possam vir a ser desenvolvidas através da sua inclusão nas incubadoras e spin-offs¹⁵ das várias universidades da rede comprometidas com o projeto CoopMar. Tenta-se, também por esta via, projetar para o futuro os resultados do trabalho levado a cabo desde 2017 pela rede CoopMar.

Referências bibliográficas

Curtis, Simon. *Global Cities and Global Order*. Oxford: Oxford University Press, 2016.
<https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780198744016.001.0001>

¹⁴ <https://mil.up.pt/eheritagelab/>.

¹⁵ Recorremos ao termo *spin-off* para referenciar os possíveis subprodutos originados nas subáreas de atividade das universidades ligados direta ou indiretamente às incubadoras e aos projetos de indústrias criativas aí existentes.

European Commission. 2017. “A new strategy to put culture at the heart of EU international relations”. https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/MEMO_16_2075

Falser, Michael, e Monica Juneja, eds. “*Archaeologizing*” *Heritage? Transcultural Entanglements between Local Social Practices and Global Virtual Realities*. Berlin & Heidelberg: Springer, 2013. <https://doi.org/10.1007/978-3-642-35870-8>

Hoyle, Brian. “Urban Waterfront Revitalization in Developing Countries: The Example of Zanzibar’s Stone Town”. *Geographical Journal*, 168, n. 2 (2002): 141-162. <https://doi.org/10.1111/1475-4959.00044>

ICOMOS. 2017. *ICOMOS Guidance on Post Trauma Recovery and Reconstruction for World Heritage Cultural Properties*. <http://openarchive.icomos.org/1763/19/ICOMOS%20Guidance%20on%20Post%20Trauma%20Recovery%20.pdf>.

ICOMOS. 2017. *ICOMOS Post Trauma Recovery and Reconstruction for World Heritage Cultural Properties*. <http://openarchive.icomos.org/1763/19/ICOMOS%20Guidance%20on%20Post%20Trauma%20Recovery%20.pdf>

Luco, Fabienne. “The Angkorian Palimpsest: The Daily Life of Villagers Living on a World Heritage Site”. Em “*Archaeologizing*” *Heritage? Transcultural Entanglements between Local Social Practices and Global Virtual Realities*, eds. Michael Falser e Monica Juneja, 251-262. Berlin & Heidelberg: Springer, 2013. https://doi.org/10.1007/978-3-642-35870-8_14

McAtackney, Laura, e Russell Palmer. “Colonial Institutions: Uses, Subversions, and Material Afterlives”. *International Journal History and Archaeology*, 20, n. 3 (2016): 471-476. <https://doi.org/10.1007/s10761-016-0353-6>

Parkinson, Arthur, Mark Scott, e Declan Redmond. “Revalorizing Colonial Era Architecture and Townscape Legacies: Memory, Identity and Place-Making in Irish Towns”. *Journal of Urban Design*, 22, n. 4 (2016): 1-18. <https://doi.org/10.1080/13574809.2015.1106917>

Stoler, Ann Laura, ed. *Imperial Debris. On Ruins and Ruination*. Durham & London: Duke University Press, 2013. <https://doi.org/10.1215/9780822395850>

Telles, Edgard Ribeiro. *Diplomacia Cultural: seu papel na política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011

Winter, Tim. “Heritage Diplomacy”. *International Journal of Heritage Studies*, 21, n. 10 (2015): 997-1015. <https://doi.org/10.1080/13527258.2015.1041412>

Recebido: 07 de maio de 2020

Aprovado: 28 de julho de 2020

Dossiê: Patrimônio e Relações Internacionais

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.31327>

Regional Assets, Industrial Growth, Global Reach: the case study of the Film Industry in the San Francisco Bay area*

*Ativos Regionais, Crescimento Industrial, Alcance Global: o estudo de caso da indústria
cinematográfica na área da Baía de São Francisco*

*Activos Regionales, Crecimiento Industrial, Alcance Global: el estudio de caso de la
Industria Cinematográfica en el área de la Bahía de San Francisco*

Frédéric Leriche**

<https://orcid.org/0000-0003-1865-2077>

ABSTRACT: Within the US motion picture industry, Hollywood is a (big) tree that hides the forest. Indeed, in this industry, besides this powerful and dominating industrial cluster, there are other—though minor—clusters, particularly in New York and San Francisco. The paper focuses on the latter and argues that the development of the film industry in the San Francisco Bay Area relies on specific regional assets: (1) a unique urban context and experience, (2) a unique alternative culture, and (3) a world-class technological cluster. The paper starts by briefly describing the path dependency of the film industry in the Bay Area, and how the city of San Francisco has started (in the 1980s) to implement a dedicated policy aimed at promoting the development of this industry. In this context, the paper explores the way that the San Francisco Bay Area became an attractive place for filmmakers and the fact that the 1970s marked the beginning of a new regime of film

* Thanks to Leonor Botelho, Modesta Suárez, and Cécile Michoudet for their support. Thanks also to Jasper Rubin for his time and essential inputs. Special thanks to Allen J. Scott who put me on the tracks, and helped me to clarify my hypothesis. Special thanks also to Richard A. Walker for his time, and for his invaluable comments and inputs.

** Is full professor of geography at the Université de Versailles Saint-Quentin (UVSQ) / Université Paris-Saclay, France. He is a member of the LIMEEP-PS (Laboratoire Interdisciplinaire Mutations des Espaces Economiques et Politiques – Paris-Saclay). He is interested in the economic geography and urban geography of the USA, focusing his research on the metropolises of California. His research highlights the interactions between new forms of economic development (high technology, cultural industries, and tourism industries) and urban growth (agglomeration economies, globalization of cities, and forms of urban development). His purpose is, in the end, to show that US metropolises are the cornerstones of US global influence. Amongst his recent papers are: “Division du travail, développement spatial et le nouvel ordre économique mondial”, *Les Annales de géographie*, 723-724 (2018): 635-657 (with Allen J. Scott); “La Californie : axis du basculement des Etats-Unis vers un monde pacifico-centré”, *L’Espace Politique*, 34/2018-1 (2018) [on line]: <http://journals.openedition.org/espacepolitique/4604>; “Du local au global : géopolitique de la Silicon Valley”, *Revue Diplomatie*, 85/Mars-Avril (2017): 87-91. He also has coordinated the book *Les Etats-Unis: géographie d’une grande puissance*, Paris: A. Colin, 2016. E-mail: frederic.leriche@uvsq.fr

shootings. The paper then describes how, since then, the Bay Area asserted itself as a place for film production, and that has resulted in a multisite and smoothly expanding industrial cluster with a quite dynamic local labor market. Finally, the paper questions the mechanics of the film industry cluster in the Bay Area, its connections with Hollywood, and its impacts on the global influence of San Francisco.

Keywords: Film Industry. San Francisco Bay. Regional Assets.

RESUMO: Dentro da indústria cinematográfica dos EUA, Hollywood é uma (grande) árvore que esconde a floresta. Com efeito, neste setor, além deste poderoso e dominante cluster industrial, existem outros, embora menores, especialmente em Nova York e San Francisco. O artigo centra-se neste último e argumenta que o desenvolvimento da indústria cinematográfica na área da Baía de San Francisco conta com ativos regionais específicos: (1) um contexto e uma experiência urbanos únicos, (2) uma cultura alternativa única e (3) um cluster tecnológico de classe mundial. O artigo começa por descrever brevemente a dependência do caminho da indústria cinematográfica na área da Baía de São Francisco e como a cidade começou (na década de 1980) a implementar uma política dedicada à promoção do desenvolvimento dessa indústria. Nesse contexto, o artigo explora o fato de que a área da Baía de São Francisco se foi convertendo num lugar atraente para os cineastas e como a década de 1970 marcou definitivamente o início de um novo regime de filmagens. O artigo descreve como a área da Baía, desde a década de 1970, também se afirmou como um local para a produção de filmes, e que, como corolário, acolhe hoje em dia um cluster industrial em gradual expansão e “multisite”, bem como um mercado de trabalho local bastante dinâmico. Finalmente, o artigo questiona a mecânica do cluster da indústria cinematográfica na área da Baía de São Francisco, as suas conexões com Hollywood e os seus impactos na influência global de São Francisco.

Palavras-chave: Indústria Cinematográfica. Baía de São Francisco. Ativos regionais.

RESUMEN: En la industria cinematográfica estadounidense, Hollywood es un árbol (grande) que esconde el bosque. De hecho, en este sector, más allá de este poderoso y dominante cluster industrial, hay otros, aunque más pequeños, especialmente en Nueva York y en San Francisco. El artículo se centra en esto último y argumenta que el desarrollo de la industria cinematográfica en la zona de la bahía de San Francisco tiene activos regionales específicos: 1) un contexto y una experiencia urbanos únicos, 2) una cultura alternativa única y 3) un cluster tecnológico de nivel mundial. El artículo comienza describiendo brevemente la dependencia del camino de la industria cinematográfica en el área de la bahía de San Francisco y cómo la ciudad comenzó (en la década de 1980) a aplicar una política dedicada a promover el desarrollo de esta industria. En este contexto, el artículo explora el hecho de que dicha área se ha convertido en un lugar atractivo para los cineastas y cómo los años 1970 marcaron definitivamente el comienzo de un nuevo régimen de filmación. El artículo describe cómo el área de la Bahía, desde la década de 1970, también se ha establecido como un lugar para la producción de películas y que, como corolario, ahora alberga un cluster industrial de expansión gradual y “multisitio”, así como un mercado laboral local muy

dinámico. Por último, el artículo cuestiona la mecánica del cluster de la industria cinematográfica en la Bahía de San Francisco, sus conexiones con Hollywood y sus impactos en la influencia global de San Francisco.

Palabras-clave: Industria cinematográfica. Bahía de San Francisco. Activos regionales.

How to cite this article:

Leriche, Frédéric. “Regional Assets, Industrial Growth, Global Reach: the case study of the Film Industry in the San Francisco Bay area”. *Locus: Revista de História*, 26, n.2 (2020): 29-51.

For a century now, Hollywood has dominated the US film industry (Scott and Leriche 2008), and, as a cornerstone of the US “soft power” (Nye 2009), has spread over the world US cultural-products and images (Mingant 2009). Meanwhile, in the US, despite Hollywood (the biggest concentration of capital and labor in this industry), other places have witnessed the growth of (smaller) industrial clusters, contributing to the US global influence. This is particularly the case with New York and San Francisco, two metropolises which are associated with renowned filmmakers such as Martin Scorsese, Woody Allen or Spike Lee in New York (Lippy 2000), Francis Ford Coppola, George Lucas or Clint Eastwood in San Francisco. Surprisingly, the latter has drawn very little attention amongst social scientists. Hence, though the San Francisco Bay Area is renowned for its high tech industry, i.e. Silicon Valley, in this paper, we would like to discuss the case of the Bay Area in regards to its multifaceted relations with the motion picture industry¹. We argue here that, even though the film industry in the Bay Area is connected in different ways to the “neighboring” Hollywood cluster² (in terms of capitalistic, industrial, technical, labor, commercial, and market links), this industry has been able to rise and grow thanks to specific regional assets that led to the development of a relatively independent (in terms of industrial organization and capitalistic status) and original (in terms of aesthetic production and creativity) industrial cluster.

At this starting point, since it is a key concept of our argument, we need to define what we mean by “specific regional assets”, and how they take shape in the Bay Area. As opposed to generic regional assets—or generic resources—, which are basic resources available in many different

¹ “San Francisco” refers here to the city-county of San Francisco, located at the center of the metropolis, with a population of roughly 800 000, while the “San Francisco Bay Area”—or simply the “Bay Area”—refers to the whole metropolitan area, which comprises nine counties: Alameda, Contra Costa, Marin, Napa, San Francisco, San Mateo, Santa Clara, Solano, and Sonoma, with a population of more than 7 million.

² There is indeed a relative geographic proximity between Los Angeles (Hollywood) and San Francisco, which are distant of less than 400 miles (600 kilometers); it is a six hours drive, or one hour flight.

points in the economic space (briefly defined here as a firm or an industry related by the division of labor) or in the geographic space (a concrete place), specific regional assets—or specific resources—are original and non-interchangeable resources, inherited from nature, social life, or history (like a landscape or a landmark), or endogenously built through time by a productive entity evolving in the economic space or in the geographic space (Storper and Walker 1989; Colletis and Pecqueur 1996; Gumuchian and Pecqueur 2007). Specific regional assets in San Francisco are of three kinds: (1) a unique high standard metropolitan context and experience—promoted worldwide by cinema, literature, and other media, like advertising, or by the tourist industry—embedded in cherished natural and artificial landscapes, and iconic landmarks (like the Golden Gate Bridge) (Walker 2007); (2) a unique culture, since San Francisco is a place that has historically fostered “alternative” and disruptive ways of thinking and living, compared to the *Mainstream America*, such as environmentalist movements, Beatniks and Hippies, LGTB prominent communities (Leriche and Rubin 2011; Celnik 2012); and (3) a leading-edge technological cluster, dominating the world communication technologies and multimedia industries, and historically connected with motion picture techniques (Kenney 2000; Walker 2018).

The three types of inherited and socially built resources identified here give San Francisco’s cinematographic production an idiosyncratic aesthetic and narrative dimension. American Zoetrope, one of the major firms located in San Francisco, provides a significant testimony of an explicitly proclaimed specificity of San Francisco’s film industry: “American Zoetrope has constantly embraced the creative possibilities of technology, and is known for orchestrating alternative approaches to filmmaking and challenging stale Hollywood standards”³. Hence, the purpose of this paper is to show that, thanks to these specific regional assets, the Bay Area is, despite the continuing reassertion of Hollywood’s dominance⁴, “*California’s Alternative Film Capital*” (Stein 1984, 30). In other words, we argue that the Bay Area cannot be considered as a simple satellite production center, and that, despite symbiotic relations with Hollywood, on the contrary, like many other film industry clusters, such as Vancouver (Coe 2001) or Soho in London (Chapain and Stachowiak 2017), the Bay Area’s film cluster has been able to exist by itself, to partially get out of Hollywood’s sphere of influence, and even to regularly shake up Hollywood’s industrial and commercial routines.

³ Source: <https://www.zoetrope.com/american-zoetrope/> (06/22/2020).

⁴ The most striking examples of the domination of Hollywood over San Francisco’s film industry probably occurred when Disney Corporation bought Pixar (in 2006) and Lucasfilm (in 2012).

From “Picture in Motion” to “Motion Picture” in San Francisco: first historical steps, and detour developments

The purpose of this section is to briefly describe the path dependency of the film industry in San Francisco, and how it is related to the global reputation of the Bay Area. It shows that San Francisco has played a pioneering role in the industry, though it rapidly fell in Hollywood’s shadow after the mid-1910s, and that, nonetheless, a local film industry reemerged in the 1970s and 1980s, meeting and melting with high tech industries in the 1980s and 1990s. It also shows that, since the 1980s, taking advantage of these industrial dynamics, San Francisco local authorities have actively backed the development of the industry, thanks to a dedicated policy aimed at promoting economic growth.

Path creation, and path development: a brief historical overview

San Francisco and the Bay Area have played a key-role in the development of the basic techniques of the “picture in motion”. In this regards, Solnit (2010) highlights that, thanks to Eadweard Muybridge, who was an innovative photographer, San Francisco was indeed a pioneer in the film industry. As Solnit puts it:

Photographer Eadweard Muybridge laid the foundation for a new technology of moving pictures that would evolve into cinema as we know it. (...) In that period [1855-1881], Muybridge sped up photography, which hitherto could produce those images the film business calls “stills” but so far had been able to capture only the slow world and the world stopped for the camera. Muybridge made photography fast; he was the fastest camera in the West, the first photographer who could capture horses and men in motion. He shot them in series that could be projected onto a big screen, projected in quick sequences that simulated life. Thus began the road to cinema. It was as though the ice of frozen photographic time had broken free into a river of images. (Solnit 2010, 23 and 26).

Thereafter, in the silent film era, the small town of Niles—latter incorporated in the city of Fremont⁵—became an important place of the film industry, though for a short period of time. Indeed in 1915, the Essanay Studios hired Charlie Chaplin to work in Niles, where he shot five films in three months (including his famous *The Tramp*) (Barack 1998). Other filmmakers came to Niles, and, in the end, tens of films were shot there in the 1910s and 1920s, particularly “Cowboy films”. Anyway, despite such promising *débuts*, the Bay Area, like New York (which was the dominating cluster in the cinema industry until the mid-1910s), has not been able to benefit from this first mover advantage. Indeed, between 1915 and 1920, and particularly thanks to David W. Griffith’s movie *The Birth of a Nation* (1915), Hollywood made a spectacular breakthrough in the

⁵ Fremont is located in Alameda County.

industry, overshadowing all other production locations, leading to their stagnation or decline (Scott 2005).

Nonetheless, after Hollywood's breakthrough, San Francisco continued to grow in its own way, growing as an industrial city, becoming a leading center in industrial innovation (Walker 1996), and exploring new technological horizons (signal treatment, radio communication, and electronics) (Sturgeon 2000). Although all along this period San Francisco was not directly involved in the film industry strictly speaking, some of these innovations have contributed to the improvement of techniques required in the motion picture industries. Some examples are the invention of vacuum tube (in 1907), television (in 1927), and sound techniques like Dolby (in 1965) and THX (in 1983)—developments rooted in regional technology. Hollywood took advantage of the Bay Area innovation capacities. In 1939, for instance, Walt Disney Studios bought specialized tubes to Hewlett-Packard, at that time a new firm located in Palo Alto (Santa Clara County); such tubes were necessary equipment to develop sophisticated sound techniques for the film *Fantasia* (released in 1940)⁶. In other words, the rise and growth of Silicon Valley—in Santa Clara County—spared little room for the development of relations between technology and industry on the one hand, aesthetic creativity and (visual) arts on the other.

Furthermore, relations between capital and technologic innovation, on the one side, and culture and artistic creativity, on the other, led in the 1970s and 1980s to the development of new ideas, new projects, and new firms, involved in the film industry (notably, as we shall see below, American Zoetrope, Lucasfilm, and Pixar). The development of specific skills in computer generated images—thanks to local technology professional networks embedded in Silicon Valley—reinforced the growth of a very distinct sort of motion picture industry, in which visual effects play a key-role, including animated films. This movement was strengthened in the 1990s by the rise of the internet and multimedia industry in San Francisco, which set the scene for the rise of a new sort of firms, exploring firstly the video on demand (VOD) market, before exploring secondly the production of films. In this regards, the Netflix Company definitely played a pioneering and disruptive role. The commercial success of these leading firms laid the foundation for the development of a dynamic industrial cluster. But, before developing this point, we need to emphasize that local governments, and particularly the city of San Francisco, aware of the

⁶ Another example is the Ampex Company, which “stole” the German patent for tape recording at the end of World War II; created in 1944 and located in San Carlos (Santa Clara County), Ampex built recorders massively used in film, radio and television industries of Southern California (and elsewhere).

opportunities offered by the development of the film industry, took several initiatives aiming at backing the growth of the industry.

The rise of a dedicated public policy: urban (re)development and industrial growth

In the 1980s and 1990s, the economic context was marked by the rise of a new industrial paradigm, featured by the development of so-called “creative cities” (Landry and Bianchini 1995), by the development of a new “creative class” (Florida 2002), or, more accurately and in broader theoretical terms, by the development of a “cognitive-cultural capitalism” (Scott 2008). In this context, San Francisco, like many other cities, regions, and countries around the world, engaged a public policy aiming at promoting the development of a local cultural and cognitive economy (Leriche and Rubin 2012). The film industry is one of the major aspects of this local economic development strategy. This led to the creation, in 1988, of the San Francisco Film Commission, which aims both at attracting film shootings and at helping regional producers to implement their projects:

The San Francisco Film Commission works to develop, recognize and promote film activities in San Francisco. We work to promote the San Francisco Bay Area as a film destination while also working with the local film community to support local projects with significant ties to San Francisco⁷.

To back the development of the film industry, the city of San Francisco has constantly promoted both its comparative advantages (generic regional assets) and competitive advantages (specific regional assets), through a set of various *tax incentives*, dedicated services to interact with filmmakers (the San Francisco Film Commission and its extension, Film San Francisco), and an urban development policy aiming at providing specific facilities to filmmakers. This policy has proven to be successful, since the number of films shot in San Francisco has considerably increased since the 1970s (figure 1 below). In 2007, the ICF report emphasized the success of this policy, in terms of direct, indirect, and induced economic impact (employment, firms, and local taxes)⁸. Moreover, by worldly broadcasting images, the film industry advertises the city of San Francisco and the Bay Area, and consequently has a major impact on the global reputation and fame of the city, hence on its influence and, conversely, on its attraction (particularly on migrants, investors and tourists).

⁷ Source: <https://filmsf.org/film-commission> (06/22/2020).

⁸ This report was ordered by the San Francisco Film Commission.

Besides, urban redevelopment, engaged in the 1990s, plays a crucial role in this public policy. In the early 1990s, both global historic context and local geographic context have impacted San Francisco's land market, hence the economic development strategy of the city of San Francisco, and, as a corollary, the locational structure of the industry. The end of the Cold war, indeed, offered land and real estate opportunities in the Bay Area, and, particularly, in San Francisco. Two military bases (Treasure Island and The Presidio) have shot down, and have then been reintegrated in the civilian urban fabric, i.e. in the speculative processes of the real estate industry. Treasure Island is a landfill island, developed for the 1939 international fair (Golden Gate International Exposition). Though it has then been a military base, during a long period of time (between 1941 and 1991), Treasure Island has welcomed some film shootings in the late 1980s (for movies like *Indiana Jones* or *Copycat*). The global geopolitical context led to the retrocession of the island to the city in 1997. After quite controversial negotiations, a redevelopment project was finally approved in 2011, and this zone is since then being converted, and is the site of new urban developments, including offices, commercial spaces, hotels, and housing (Walker, 2017). But, the most important change is related to The Presidio, a formerly military base (between 1848 and 1994), which has been the setting of the 1988 eponym film. After complex negotiations, The Presidio was retroceded to the city of San Francisco, opening new development perspectives (Booth Wiley 2000). In 2005, Lucasfilm, which facilities had spread out over several locations within Marin County⁹, decided to move some of its major services to the Presidio, where a dedicated new building—the *Letterman Digital Arts Center*—nowadays welcomes tech services like computer generated images and online communication (*Industrial Light & Magic*, *LucasArts*, and *Lucas OnLine*). This relocation from Marin County to San Francisco (referred to here as the “Lucasfilm effect”) was an opportunity to concentrate different services at the same place, potentially allowing the decreasing of the cost of internal transactions. It also dramatically impacted the locational structure of firms and employment in the Bay Area (table 2 below), since roughly 1500 workers were involved in this relocation process.

Regional assets and film shootings: San Francisco, an attractive place for filmmakers

San Francisco has always been an attractive place for film shootings, and also for actors, filmmakers and producers, to live and work. Different regional assets, both generic and—

⁹ This spatial spread out is common in the case of a rapidly expanding firm; indeed, initial facilities can rapidly be overwhelmed by the success of the firm and, in this situation by the “physical expansion” of the firm.

moreover—specific ones, are used as inputs, shaping a quite distinctive—compared to Hollywood’s products—aesthetics of such films. At the same time, many of these films have contributed to the worldwide broadcasting of iconic images of the city of San Francisco and of the Bay Area, contributing to the promotion of the fame of the whole metropolitan area, and hence to its influence and its attractiveness.

Shootings: a growing number of films

After Hollywood’s breakthrough, San Francisco became a place for shooting films and TV series (like *The Streets of San Francisco*, 1972-1977). Indeed, San Francisco, as a “unique” and distinct city in the US, has attracted many film shootings, and still does—even more and more (figure 1). Furthermore, and this is a crucial point, like Hollywood did in the 1910s with Cecil B. DeMille, David W. Griffith, and Thomas H. Ince, San Francisco has attracted—particularly in the late 1960s and early 1970s—many major filmmakers. Some of them (notably Francis Ford Coppola and George Lucas) decided to make their living—and to work and create their own studio—in the Bay Area, setting the ground for the development of a local—production—film industry. As Film San Francisco puts it, “The first moving image was captured in Northern California and since then San Francisco has been a magnet for filmmakers such as Alfred Hitchcock, Clint Eastwood, Chris Columbus, Francis Ford Coppola, Philipp Kaufman, and George Lucas”¹⁰.

Echoing the general development of the industry, the number of films (and TV series) mainly or partly shot in San Francisco has spectacularly increased, from two in the 1920s to more than sixty in the last three decades¹¹. In this regards, the 1970s definitely marked the beginning of a new regime of film shootings.

¹⁰ Source: <https://filmsf.org/film-fun-sf> (06/18/2020).

¹¹ The list provided by filmsf.org does not mention the silent era films of the 1910s and 1920s shot in Niles, nor the animated films released by Pixar since the mid-1990s. Likewise, this list does not mention, surprisingly, *Barbary Coast* (1935), which we have included here. Exact numbers are: 2 in the 1920s (actually, the first film mentioned in this list was shot in 1923); 5 in the 1930s (including *Barbary Coast*); 6 in the 1940s; 10 in the 1950s; 16 in the 1960s; 25 in the 1970s; 47 in the 1980s; 64 in the 1990s; 63 in the 2000s; 49 on the period 2010-2016. Total: 287 films and TV series.

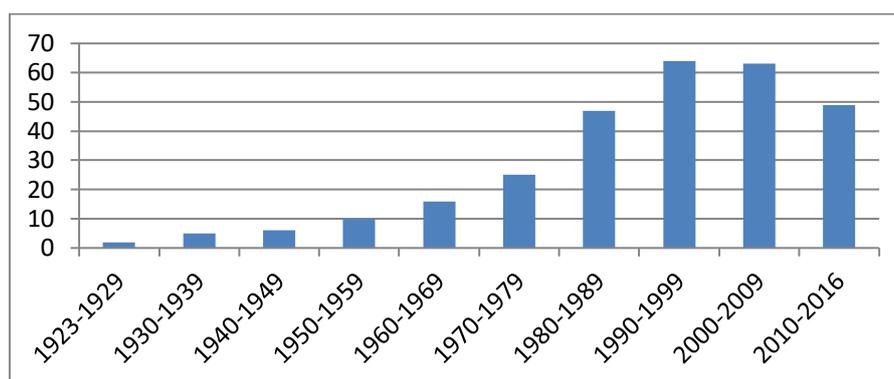


Fig. 1: “Number of films, and TV series, mainly or partly shot in San Francisco, 1920s-2010s”, <https://filmsf.org/sf-filmography>

San Francisco’s regional assets and the aesthetics of films

Table 1 provides a selected and non-exhaustive, but illustrative, list of twenty-six films partly (or, for some of them, mainly) shot in San Francisco or the Bay Area for outside scenes, in which different aspects of the city (natural and urban landscapes, local history and culture, social and economic lives) are used as inputs. Refining Pleven’s distinction (2013) between “*ville prétexte*”, i.e. films in which the city plays a marginal role in the scenario (and is used for its *clichés* images), and “*ville texte*”, i.e. films in which the city plays a central role in the story (and influences action and characters), we suggest to distinguish four ways the Bay Area’s regional assets are used: *universal*, *background*, *ingredient*, *purpose*. We acknowledge that this categorization partly relies on aesthetic considerations that are not measurable, that the limits between such categories are fuzzy, and even that the relevance of such categories is subject to debates¹². Still, we believe this helps to understand the way the Bay Area’s regional assets are designed and economically used by the film industry.

Title	Film Maker	Released (year)	Category
<i>Barbary Coast</i>	Howard Hawks	1935	<i>Purpose</i>
<i>San Francisco</i>	W.S Van Dyke	1936	<i>Purpose</i>
<i>The Lady from Shanghai</i>	Orson Welles	1947	<i>Background</i>
<i>Dark Passage</i>	Delmer Daves	1947	<i>Ingredient</i>
<i>Vertigo</i>	Alfred Hitchcock	1958	<i>Ingredient</i>
<i>Bullitt</i>	Peter Yates	1968	<i>Ingredient</i>
<i>Take the Money and Run</i>	Woody Allen	1969	<i>Background</i>

¹² Such debates belong to humanities and social sciences, like Cultural Studies or Film Studies / Film Theory, for instance. It is beyond the ambition of this geographic paper to develop this point and to enter in these debates.

<i>THX 1138</i>	George Lucas	1971	<i>Universal</i>
<i>Dirty Harry</i>	Don Siegel	1971	<i>Purpose</i>
<i>The Conversation</i>	Francis Coppola	1974	<i>Background</i>
<i>The Towering Inferno</i>	John Guillermin	1974	<i>Purpose</i>
<i>Invasion of the Body Snatchers</i>	Philip Kaufman	1978	<i>Background</i>
<i>Escape from Alcatraz</i>	Don Siegel	1979	<i>Purpose</i>
<i>Sudden Impact</i>	Clint Eastwood	1983	<i>Background</i>
<i>The Presidio</i>	Peter Hyams	1988	<i>Background</i>
<i>Basic Instinct</i>	Paul Verhoeven	1992	<i>Background</i>
<i>Copycat</i>	Jon Amiel	1995	<i>Universal</i>
<i>The Rock</i>	Michael Bay	1996	<i>Purpose</i>
<i>Metro</i>	Thomas Carter	1997	<i>Background</i>
<i>Sucker Free City</i>	Spike Lee	2004	<i>Background</i>
<i>Harvey Milk</i>	Gus Van Sant	2008	<i>Purpose</i>
<i>Rise of the Planet of the Apes</i>	Rupert Wyatt	2011	<i>Ingredient</i>
<i>Blue Jasmine</i>	Woody Allen	2013	<i>Background</i>
<i>Dawn of the Planet of the Apes</i>	Matt Reeves	2014	<i>Ingredient</i>
<i>San Andreas</i>	Brad Peyton	2015	<i>Ingredient</i>
<i>War for the Planet of the Apes</i>	Matt Reeves	2017	<i>Ingredient</i>

Fig.2: “Films mainly or partly shot in San Francisco (non-exhaustive selection)”, <https://filmsf.org/sf-filmography>

First, for some of these films, based on a scenario that we will here consider as *universal*, the shooting could take place in any other city, and the value-added of a shooting located in San Francisco remains marginal; this is the case with *Copycat* (1995) for instance. Second, in some films, San Francisco’s landscapes or features are chiefly *backgrounds*, as in *The Conversation* (1974), *Basic Instinct* (1992), or *Blue Jasmine* (2013). In this case, the scenario is not deeply embedded in San Francisco’s culture, history, social or economic life. Aspects of the city are used as inputs that provide a distinctive aesthetic dimension to the scenario. In other words, though the scenario of such films could take place elsewhere, the specific natural and urban landscapes of San Francisco are commercially interesting inputs that give a positive dimension to the film. Third, in some films, different features of the city itself—and of the Bay Area—are used as *ingredients* that play a key-role in the narrative line of the story. This is the case with the *Planet of the Apes* franchise (2011, 2014, 2017), dystopic science-fiction movies picturing a dark future generated by the combination of

greedy capitalism and tech culture of Silicon Valley. The city of San Francisco can then become—sometimes uncomfortably—overwhelming, as in the movie *Dark Passage* (1947). As Peirano (2012) puts it:

Dark Passage represents a new step of the film noir : the accession of the city to the rank of a personage marks the period of maturity of this genre, forthcoming other films in which San Francisco plays a major role, like *Vertigo* (1958) and *Bullitt* (1968)¹³.

Fourth, sometimes, the “unique” local history, social life, and culture are the very reasons of a scenario, and even the issue and *purpose* of the film itself. This is the case with, for instance, *San Francisco* (1936), *Dirty Harry* (1971), *Escape from Alcatraz* (1979), or *Harvey Milk* (2008), which echo several iconic aspects of San Francisco’s natural and cultural features. The film *The Towering Inferno* (1974), a disaster movie which denounces real estate speculation and cynical capitalism, referring to the early 1970s debate about the manhattanization of downtown San Francisco (Brugman and Sletteland 1971), is another clear example of this category.

The first category suggested here is composed of films that are sort of Hollywood *runaway productions*, or, conversely, films locally produced, which could have been shot elsewhere. In this case, San Francisco has to directly compete with other shooting locations, like Vancouver (Scott and Pope 2007), and the cost of generic regional assets is the main factor leading to the choice of the shooting place. This is the case with the film *THX 1138*, directed by George Lucas and produced by American Zoetrope and Warner Bros, that was supposed to be shot in Japan, but, facing a lack of funds, that was finally shot in the Bay Area and Los Angeles¹⁴. But a few films can really be considered as belonging to this category. For the numerous films belonging to the second, third, and fourth categories, the locational factors of the shooting process are clearly based on San Francisco’s specific regional assets. In other words, natural and urban landscapes, local history, and local alternative and tech cultures become crucial inputs integrated in the final products. As in the case of Hollywood’s film industry, using Los Angeles icons and symbols to fill its film production with specific urban images (Christopherson and Storper 1986), different facets of San Francisco’s patrimony (landscapes, symbolic neighborhoods and places, architectural icons, cultural features, historical events, and historic characters) are injected in these films, contributing to the shaping of the quite distinctive—and sometimes unique—aesthetic dimension of the films shot in the Bay Area.

¹³ “*Dark Passage* représente une nouvelle étape dans le film noir : l’accession de la ville au rang de personnage marque les années de maturité du genre, tout en annonçant d’autres films dans lesquels San Francisco joue un rôle majeur, comme *Vertigo* (1958) et *Bullitt* (1968)”; translation FL.

¹⁴ Source: <https://filmsf.org/sf-filmography> (07/10/2020). The film was a commercial failure, and Francis Ford Coppola actually lost money (Pollock 1983).

Regional assets and film production: growth of the cinema industry in the San Francisco Bay Area

Meanwhile, and most importantly here, the Bay Area has become a production site for films, chiefly thanks to the success of three important local firms: American Zoetrope, Lucasfilm, and Pixar, a “short list” that Netflix has recently caught up with. In this regards, a different set of specific regional assets is required, leading to the production of original films. These regional assets can be categorized in a more classical way: capital, in the form of a production system made of leading firms, and many kinds of specialized subcontractors and suppliers, and labor, in the form of artistic creativity and technologic skills. As a result, the film industrial cluster of the Bay Area is organized at two different geographic scales: a regional cluster, and three “local” clusters, anchored to the leading firms mentioned above.

Locational structure of the industry

Many firms—of all sizes and specializations—are involved in the industry, at different stages of the production process. The number of these firms has slightly increased between 2003, 2011, and 2018 (from 606 to 620, and 699; +12.7% in the last census period)¹⁵. The recent accelerating increase of the number of firms corroborates the growth of the local labor market (see below), and definitely confirms the idea that the Bay Area’s film industry is expanding.

The micro-geography of the film industry in the Bay Area, shown in table 2, underlines a logical correlation between firms and employment. In other words, the locational pattern of the industry in the Bay Area, expressed by the locational structure of the firms, is attuned to the locational structure of employment, forming three major local clusters. Each of these local clusters is spread over two proximate counties. The first local cluster is made up of Marin County and San Francisco, whose developments are clearly connected, and is remarkably stable (at 283 and 284 firms) from 2003 to 2011; but, thereafter, the number of firms increased to 315 firms (+10.9% between 2011 and 2018). The crossover between these two counties is the result of the relocation of some production facilities of the Lucasfilm Company, from Marin County to San Francisco in 2005 (the “Lucasfilm effect” mentioned above). This first local cluster represents 45.1% of all Bay Area firms in 2018, and is, by far, the most important one. Alameda and Contra Costa counties together are home to the second local cluster, which was stable between 2003 and 2011 (with 154

¹⁵ The stability in the number of firms—and employment—between 2003 and 2011 is likely explained, fundamentally, by the economic context of this census period, marked by the Great Recession (2008-2010).

and 156 firms), but then showed a remarkable increase in the number of firms, rising to 202 in 2018 (+31.2%). This local cluster makes up 28.9% of the Bay Area firms in 2018. Finally, San Mateo and Santa Clara counties house a third local cluster, displaying the same development pattern (123 firms in 2003, 126 in 2011, but 139 in 2018, hence +10.3% in the last census period). This local cluster accounts for 19.9% of the Bay Area firms in 2018.

	1990	2003			2011			2018		
County	E	E	F	E/F	E	F	E/F	E	F	E/F
Alameda	1385	1729	105	16.5	2286	107	21.4	2018	161	12.5
Contra Costa	513	1313	49	26.8	633	49	12.9	2480	41	60.5
Marin	525	2240	92	24.3	760	79	9.6	507	96	5.3
Napa	60	65 <i>(est.)</i>	7	9.3 <i>(est.)</i>	75 <i>(est.)</i>	4	18.7 <i>(est.)</i>	86	5	17.2
San Francisco	2213	1771	191	9.3	3718	215	17.3	4035	219	18.4
San Mateo	845	716	50	14.3	730 <i>(est.)</i>	46	15.9 <i>(est.)</i>	746	58	12.9
Santa Clara	1765	1836	73	25.2	1590	80	19.9	2080	81	25.7
Solano	354 <i>(est.)</i>	284	7	40.6	215	7	30.7	194	6	32.3
Sonoma	194	485	32	15.2	437	33	13.2	546	32	17.1
Total	7854 <i>(est.)</i>	10439 <i>(est.)</i>	606	17.2 <i>(est.)</i>	10444 <i>(est.)</i>	620	16.8 <i>(est.)</i>	12692	699	18.2

Fig. 3: California Employment and Development Department (1990); Census Bureau - County Business Patterns (2003, 2011, 2018). “Employment (number of workers, ‘E’, 1990, 2003, 2011, and 2018), firms (number of firms, ‘F’, 2003, 2011, and 2018), and size of firms (‘E’/ ‘F’, 2003, 2011, and 2018) in the cinema industry, San Francisco Bay Area, per county, NB: Standard Industrial Classification (SIC) for 1990 / North American Industrial Classification Standards (NAICS) after 1997. NAICS 512 – Motion Picture and Sound Recording Industries. NB: *estimations (est.)*, due to data not available and proxies, result from our calculations, based on employment tendencies”.

Geography of the local labor market

Despite statistical bias (particularly the lack of accuracy of data for San Mateo County in 2011¹⁶), table 2 shows that employment in the film industry in the Bay Area has regularly increased between 1990 and 2018, though showing a slight decrease between 2001 and 2004 (ICF 2007). The number of employees in the industry rose from about 7900 in 1990, to 10400 in 2003 and 2011, and 12700 in 2018 (+21.5% in the last census period, 2011-2018).

The micro-locational pattern of the film industry in the Bay Area again displays a structure made of three major employment loci (or clusters) (figure 2). Displaying an impressive employment crossover, the two counties of Marin and San Francisco represent the most important locus (2738 jobs in 1990, increasing to 4542 in 2018)¹⁷. In the last census period (2011-2018), employment has hardly increased (+1.4%). Nevertheless, the relative weight of this locus in the Bay Area is quite stable (34.9% of all jobs of the Bay Area's film industry, in 1990, and 35.8% in 2018). The employment shift between these two counties dramatically impacted the average size of firms, with Marin dropping from 24.3 to 9.6 employees per firm between 2003 and 2011, while San Francisco, conversely, increased from 9.3 to 17.3 (this tendency is confirmed in 2018). Alameda and Contra Costa counties represent the second most important locus in size, and the most dynamic one. Indeed, the growth of employment in these two counties (from 1898 jobs in 1990, to 4498 in 2018) has been amazingly high in the last census period (2011-2018), at +64.9%, particularly thanks to Contra Costa County (+291.8%), contrasting with Alameda County (-11.7%). This growth likely relies on the tremendous success of the Pixar Company, located in Emeryville (North of Alameda County). As a result, the relative weight of this locus in the Bay Area has increased (from 25.1% of all jobs of the Bay Area's film industry, in 1990, to 35.4% in 2018). A third—smaller yet promising—locus is found in the counties of San Mateo and Santa Clara. In the long run employment has increased rather smoothly (from 2610 jobs in 1990 to 2826 jobs in 2018), and the relative weight of this locus in the Bay Area has actually declined (from 33.2% in 1990 to 22.3% in 2018). Nonetheless, employment in this locus displayed a noticeable increase in the last census period (2011-2018), at +21.8%, essentially thanks to Santa Clara County (1590 jobs in 2011, and 2080 jobs in 2018; +30.8%). The recent and fast growth of employment in this locus is likely related

¹⁶ In 2011 indeed, the Census Bureau provides proxies of employment (1000-2499); we have here suggested estimations to complete table 2.

¹⁷ Employment in Marin County has dropped between 2003 and 2011, from 2240 to 760 (and has continued to decline since then, at 507 in 2018), while in San Francisco, conversely, employment has increased on the same period 2003-2011, from 1771 to 3718 (and has continued to increase at 4035 in 2018).

to the commercial success of the Netflix Company, located in Los Gatos (Santa Clara County, the heart of Silicon Valley). This third locus is hence likely to continue its expansion.

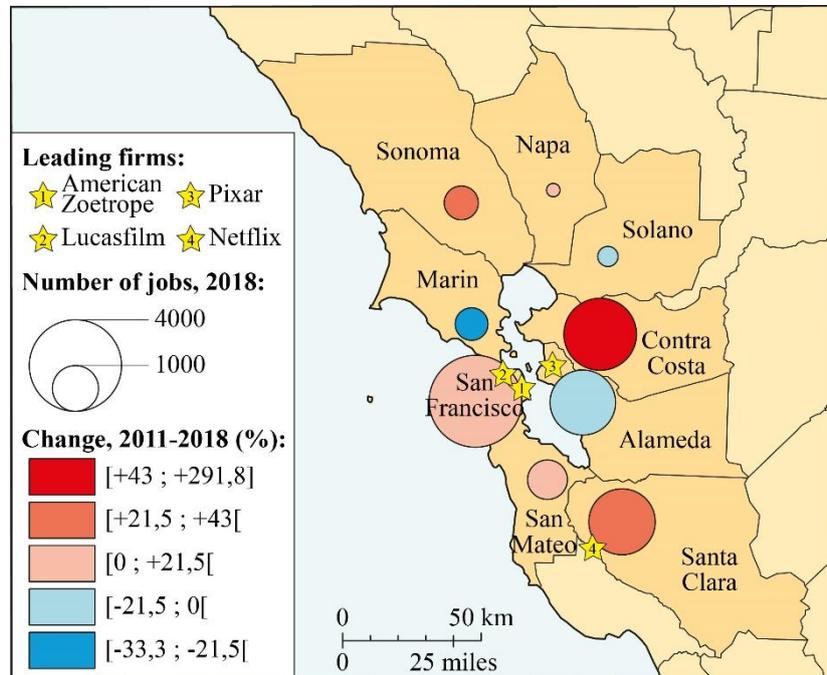


Fig. 4: Frédéric Leriche; Cécile Michoudet (Adobe Illustrator®), “Employment in the film industry, San Francisco Bay Area: geographic concentrations (2018), and growth (2011-2018), per county”, Based on Census Bureau - County Business Patterns (2018)

San Francisco’s film cluster(s): innovation, disruption, global reach

Compared to Hollywood (with roughly 120 000 workers), the film industry in the Bay Area is much smaller. The purpose of this section is to briefly discuss the path dependency of the three film industry local clusters of the Bay Area, showing that a few related firms have played a leading role, and that San Francisco’s film industry, though symbiotically connected to Hollywood, is likely to maintain some forms of creative independence and strategic autonomy, and to shine over the world by itself, thanks to its regionally specific assets.

Genealogy of the film clusters in San Francisco

The geographic and functional proximity of the firms involved in the film industry in the Bay Area—in the form of three local clusters—deserves some comments and explanations. To be sure, identifying and measuring inter-firms connections and co-operations would require in-depth research that is beyond the scope of this paper. Nevertheless, such connections are clearly

suggested by previous research (ICF 2007), and are highlighted by prominent actors in the industry, particularly regarding the connections between creative firms and tech firms¹⁸.

Moreover, an analysis of the three leading firms in each cluster, i.e. American Zoetrope, Lucasfilm, and Pixar, illustrates three key facts about the Bay Area's film industry. First, the path creation (Garud and Karnøe 2001)—or the “planting of the seed”—of the film industry in San Francisco was the result of a “rejection” of the Hollywood studio system. Second, the development paths of these three companies are closely intertwined with each other. Third, the commercial success of these firms, from the 1970s to the 2000s, gave a strong impetus to the Bay Area to become an alternative film production center to Hollywood.

When Francis Ford Coppola and George Lucas created their own company, American Zoetrope, in 1969 and located it in San Francisco, their purpose was to distance themselves from the Hollywood studios, which they found creatively stultifying. American Zoetrope, which is a relatively small firm but of a high reputation, played a key-role in the rise of the industry in San Francisco as *the* pioneering studio in the metropolitan area. Nevertheless, and quite paradoxically, Hollywood and the Bay Area were still strongly connected. In this regards, we need to emphasize the impact of Francis Ford Coppola's trilogy *The Godfather*¹⁹, which marked a shift in US cinematographic production, as a commercial and artistic landmark of American *film d'auteur*. Furthermore, Lewis (2009) argues that thanks to its commercial success, to its creative influence on filmmakers, and to its effects on the renewing of the gangster film genre, *The Godfather* saved Paramount and—probably pushing his point a bit too far—saved Hollywood. Conversely, this film allowed Francis Ford Coppola to fund his future *film d'auteur* projects, like *The Conversation* (1974) for instance.

Leaving American Zoetrope in 1971, George Lucas created Lucasfilm, whose tremendous growth—thanks to the worldwide commercial success of the sagas *Indiana Jones* and *Star Wars*—played then a determinant role in the development of San Francisco's film industry in the 1970s and 1980s. Lucasfilm was a pioneer in computer-enhanced film making, particularly in the *Star Wars* saga, and in a new generation of fantasy blockbusters. Lucasfilm is still a major employer of the industry in the Bay Area, despite having been purchased by Disney Corporation in 2012 upon the retirement of George Lucas.

¹⁸ Source: <https://www.zoetrope.com/american-zoetrope/> (06/22/2020).

¹⁹ *The Godfather* (1972), *The Godfather Part II* (1974), *The Godfather Part III* (1990); the American Film Institute ranks *The Godfather* second on its “The 100 Greatest American Films of All Time” list (source: <https://www.afi.com/afis-100-years-100-movies-10th-anniversary-edition/>) (07/28/2020).

Over the East Bay, in Emeryville (Alameda County), Pixar has been a powerhouse in animated films since the 1990s. Pixar is related to Lucasfilm, since it was founded in 1986 by Steve Jobs, who purchased the Graphics Group, a service of the Lucas Computer Division (an affiliate of Lucasfilm) dedicated to software vision effects, from George Lucas. Pixar revolutionized animated filmmaking with its computer generated images, leading to several imitators in Hollywood and around the world²⁰. In this sense, Pixar has become the clearest symbol of the association between artistic creativity and technologic innovation embedded in Silicon Valley. Pixar was bought up by Disney Corporation in 2006, but still operates relatively independently.

In the 2000s, another new and innovative firm, Netflix, emerged in the Bay Area. Its development has proven to be disruptive for the relations between the film industry—as a creative industry—and high tech, and for the relations between the Bay Area and Hollywood. Netflix was founded in 1997 as a DVD rental company, and located in Los Gatos. The company subsequently took advantage of the rise of the multimedia industries in the Bay Area (Zook 2001; Epstein 2005). In 2007, it successfully switched to the expanding and lucrative VOD market and became the leading streaming system for the next decade. Then, in 2013, Netflix started producing films and TV series, and even distributing for other producers. After Netflix, other companies, belonging both to the tech industry (Apple and Amazon) or the creative industries (Disney Studios), have developed their own VOD platforms and have moved back to Hollywood to buy up studios for production. In other words, thanks to Netflix, the Bay Area proved to be innovative, disruptive, and able to benefit from the first mover advantage, and, *in fine*, to challenge Hollywood.

San Francisco's film cluster development: a framework

As many researchers have demonstrated, the design of complex technological products and of cultural products requires geographic proximity (Scott, 1988; Power and Scott 2004; Boschma 2005; Scott and Leriche 2005; Talbot 2010; Torre and Talbot 2019). Nevertheless, geographic proximity does not necessarily imply functional proximity, and, as a consequence, efficiency of the production process. In other words, co-location does not mean co-operation, and performance and effectiveness of any production system, or of any economic space, require *ad hoc* institutions, political order and local collective governance.

²⁰ Between 1995 and 2020, Pixar has released 22 animated feature films. Source: <https://www.pixar.com/feature-films-launch> (07/16/2020).

For decades now, the factors leading to success and regional growth have attracted the attention of many researchers in social sciences, particularly in economic geography. The purpose of this paper is not to go back to the scientific debates and to the huge bibliography that has resulted²¹, but to suggest a framework aiming at highlighting the foundations of regional development, and to confront it with the empirical case of the Bay Area's film cluster. According Scott (2002), regional development relies on five key foundations, related to geographic agglomeration, which stimulates positive externalities and increasing returns effects: (1) a complex of various kinds of firms, connected by traded and untraded relations; (2) a local labor market comprising complementary specialized categories of workers²²; (3) collective structures of training, learning, and innovation²³; (4) institutional infrastructures, both public and private²⁴; (5) physical infrastructures and planning policies. The combining of these five foundations fosters the Bay Area's film cluster. Nonetheless, our view is that more is required than the analysis of inter and intra-firms interactions and local labor markets. This case study indeed shows the importance of being embedded in specific regional assets that inspire and nourish the cluster, even as a new growth center (here, the Bay Area's film industry) remains deeply connected to the primary one (Hollywood) and to the rest of the world through different types of relations (capitalistic, industrial, technical, labor, commercial, and market links).

Concluding remarks

The development and the peculiarities of the Bay Area's film industry have been influenced by regional assets that are available in the city of San Francisco and in the Bay Area: an amazing geographic context, a unique progressive culture, and a local technology expertise. The example of San Francisco's film cluster corroborates Sarita, Chapain and Comunian's (2017)—amongst others—hypothesis about the importance of place in understanding cultural industries dynamics. As they express it:

this literature [about the economic geography of the creative industries] discusses how creative workers and industries are embedded within place in terms of inspiration, cultural framework,

²¹ On this debate, see for instance Benko and Lipietz (1992), Storper (1997), and Scott (2006), amongst many others.

²² This includes, in the case of the film industry, which is a major segment of cultural industries, artists, creative and innovative workers. As demonstrated by Markusen and King (2003), art and artistic creativity are at the center of the cultural economy system.

²³ Like, for example in San Francisco, the *School of Digital Filmmaking* (created in 2005).

²⁴ Amongst such institutional infrastructures, we can mention the yearly programming of 48 film festivals in the Bay Area, like the *Noir City Film Festival*, the *San Francisco International Gay & Lesbian Film Festival*, the *Wine Country Film Festival*, the *United Nations Association Film Festival*, the *Bicycle Film Festival*, *French Cinema Now*. Source: <https://filmsf.org/film-commission> (06/22/2020).

economic dynamics, skills and professional practices and supporting infrastructure—local and national idiosyncrasies, economic and social contexts and policies play a role—in addition to connecting with global networks and economic dynamics (9).

Balancing between competition and cooperation, the relations between the Bay Area and Hollywood are complex, multi-faceted, and symbiotic. On the one side, these two clusters have always been closely linked, yet the foundations of the Bay Area's film industry rely on a certain rebellion against the domination of Hollywood, even as the latter has reasserted its control with the buyouts by Disney Corporation. But, on the other side, thanks to its specific regional assets, the Bay Area's film industry remains different, innovative, and displays some forms of rebounding capacities, which, in the end, allow the Bay Area's film cluster to preserve a relative industrial and aesthetic independence.

Furthermore, from Zoetrope to Netflix, the Bay Area's film industrial complex has demonstrated its ability to take disruptive aesthetic, technologic, industrial, and commercial initiatives. The development of the four leading companies in the Bay Area have, one after the other, disrupted the routines of Hollywood producers and changed the entire film industry. This is an exceptional record for a secondary industrial center. Storper and Walker (1989) suggested that such innovation could generate new growth center and also that the latter might replace the original primary industrial center. In this case, however, that has not happened and Hollywood clearly remains the leading production center, partly thanks to the adoption and absorption of the Bay Area's innovations and innovators. In other words, despite the capitalistic, financial, industrial, and commercial domination of the industry by Hollywood, the Bay Area's film industry has been able to take advantage of its regional assets to move forward on its own path, allowing the Bay Area to reinforce its global image and influence. To put it in a metaphoric way, within the "forest" of the US motion picture industry, Hollywood indeed is a big "tree". But, behind this tree, there are smaller ones, of different species, rooted in different soils, and giving different fruits, though these trees might be interconnected by different types of lianas, in both directions.

Bibliographic references

Afi. 2007. "AFI's 100 Years...100 Movies – 10th Anniversary Edition".

<https://www.afi.com/afis-100-years-100-movies-10th-anniversary-edition/>.

Barack, Lauren. "Unwelcome Tramp". *Metroactive*, Metro Publishing Inc, June 4th to 10th, 1998.

<http://www.metroactive.com/papers/metro/06.04.98/slices-9822.html>

Benko, Georges, and Alain Lipietz, eds. *Les régions qui gagnent*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

- Boschma, Ron. "Proximity and Innovation: a Critical Assessment". *Regional Studies*, 39, 1 (2005): 61-74. <https://doi.org/10.1080/0034340052000320887>
- Brugman, Bruce, and Greggar Sletteland. *The Ultimate Highrise: San Francisco's Mad Rush toward the Sky*. San Francisco: Bay Guardian Books, 1971.
- Celnik, Julie. "L'environnementalisme américain à San Francisco". In Giband, David, éd. *L'Amérique du Nord au XXIème siècle: enjeux, défis et perspectives*. 145-157. Paris: Ellipses, 2012.
- Chapain, Caroline, and Krzysztof Stachowiak. "Innovation Dynamic in the Film Industry: The Case of the Soho Cluster in London". In Chapain, Caroline, and Tadeusz Strykiewicz, eds. *Creative industries in Europe: drivers of sectoral and spatial dynamic*. 65-94. Cham: Springer, 2017. https://doi.org/10.1007/978-3-319-56497-5_4
- Christopherson, Susan, and Michael Storper. "City as Studio, the World as Back Lot: The Impact of Vertical Disintegration on the Location of the Motion Picture Industry". *Environment and Planning D: Society and Space*, 4 (1986): 305-320. <https://doi.org/10.1068/d040305>
- Coe, Neil. "A Hybrid Agglomeration? The development of Satellite-Marshallian Industrial District in Vancouver's Film Industry". *Urban Studies*, 38 (2001): 1753-1775. <https://doi.org/10.1080/00420980120084840>
- Colletis, Gabriel, and Bernard Pecqueur. "Les facteurs de la concurrence spatiale et la construction des territoires". In Péraldi, Michel, and Évelyne Perrin, eds. *Réseaux productifs et territoires urbains*. 167-182. Toulouse: PUM, 1996.
- Epstein, Edward Jay. *The Big Picture: The New Logic of Money and Power in Hollywood*. New York: Random House, 2005.
- Filmsf. "Film Commission". <https://filmsf.org/film-commission>.
- Florida, Richard. *The Rise of the Creative Class*. New York: Basic Books, 2002.
- Garud, Raghu, and Peter Karnøe, eds. *Path Dependence and Creation*. Mahwah, NJ: Earlbaum ed., 2001.
- Gumuchian, Hervé, and Bernard Pecqueur, eds. *La ressource territoriale*. Paris: Economica, 2007.
- ICF Consulting. 2007. *San Francisco Film Cluster Economic Analysis*. San Francisco: Report for the San Francisco Film Office.
- Kenney, Martin, ed. *Understanding Silicon Valley*. Stanford: Stanford University Press, 2000.
- Landry, Charles, and Franco Bianchini. *The creative City*. London: Demos / Comedia, 1995.
- Leriche, Frédéric, and Jasper Rubin. "Contre-culture et territoire: de North Beach à Haight-Ashbury (San Francisco)". In Robert, Frédéric, éd. *Révoltes et utopies: la contre-culture américaine dans les années soixante*. 119-129. Paris: Ellipses, 2011.
- Leriche, Frédéric, and Jasper Rubin. "Économie culturelle et urbanisation: San Francisco, produit culturel". In Vallas, Sophie, Phelan Richard, Mathé Sylvie, and Christol Hélène, eds. *San Francisco. À l'Ouest d'Éden*, 41-55. Aix-en-Provence: Presses Universitaires de Provence, 2012.
- Lewis, Jon. *The Godfather*. London: BFI Publishing, 2009. <https://doi.org/10.1007/978-1-349-92423-3>
- Lippy, Tod, ed. *New York Film-makers on Film-making*. London: Faber and Faber, 2000.
- Malik, Sarita, Caroline Chapain, and Roberta Comunian. *Community Filmmaking: Diversity, Practices and Places*. London; New York: Routledge, 2017. <https://doi.org/10.4324/9781315642727>
-

- Markusen, Ann, and David King. *The Artistic Dividend*. Minneapolis: University of Minnesota, 2003.
- Mingant, Nolwenn. “La Motion Picture Export Association de Jack Valenti (1966-2004), corps diplomatique des majors hollywoodiennes à l'étranger”. *Revue française d'études américaines*, 121 (2009): 102-114. <https://doi.org/10.3917/rfea.121.0102>
- Nye, Joseph. *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York: PublicAffairs, 2009.
- Peirano, Pierre-François. “La représentation de San Francisco dans *Dark Passage* de Delmer Daves (1947)”. In Vallas, Sophie, Phelan Richard, Mathé Sylvie, and Christol Hélène, eds. *San Francisco. À l'Ouest d'Éden*. 207-218. Aix-en-Provence: Presses Universitaires de Provence, 2012.
- Pixar. “Feature Films”. <https://www.pixar.com/feature-films-launch>.
- Pleven, Bertrand. “Le cinéma contemporain et les territoires urbains en mutation : la capacité créatrice en question, pistes de réflexion sur le cas parisien”. *Bulletin de L'Association de Géographes Français*, 90, 2 (2013): 201-218. <https://doi.org/10.4000/bagf.2319>
- Pollock, Dale. *Skywalking. The Life and Films of George Lucas*. London: Elm Tree Books, 1983.
- Power, Dominic, and Allen John Scott, eds. *Cultural Industries and the Production of Culture*. London: Routledge, 2004.
- Scott, Allen John. *New Industrial Spaces*. London: Pion, 1988.
- Scott, Allen John. “Regional Push: the Geography of Development and Growth in Low and Middle-Income Countries”. *Third World Quarterly*, 23, 1 (2002): 137-161. <https://doi.org/10.1080/01436590220108216>
- Scott, Allen John. *On Hollywood: the Place, the Industry*. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- Scott, Allen John. *Geography and Economy*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- Scott, Allen John. *Social Economy of the Metropolis: Cognitive-Cultural Capitalism and the Global Resurgence of Cities*. Oxford: Oxford University Press, 2008. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199549306.001.0001>
- Scott, Allen John, and Frédéric Leriche. “Les ressorts géographiques de l'économie culturelle: du local au mondial”. *L'Espace Géographique*, 3 (2005): 207-222. <https://doi.org/10.3917/eg.343.0207>
- Scott, Allen John, and Frédéric Leriche. “Hollywood, un siècle d'industrie cinématographique”. In Leriche, Frédéric, Sylvie Daviet, Mariette Silvertin-Blanc, and Jean-Marc Zuliani, eds. *L'économie culturelle et ses territoires*. 29-41. Toulouse: PUM, 2008.
- Scott, Allen John, and Naomi Pope. “Hollywood, Vancouver, and the world: employment relocation and the emergence of satellite production centers in the motion-picture industry”. *Environment and Planning A*, 39, 6 (2007): 1364-1381. <https://doi.org/10.1068/a38215>
- Solnit, Rebecca. “Cinema City: Muybridge Inventing Movies, Hitchcock Making Vertigo... The Eyes of the Gods”. In Solnit, Rebecca, ed. *Infinite City: A San Francisco Atlas*. 23-30. Berkeley and Los Angeles: UC Press, 2010.
- Stein, Elie. “I Got my Start in San Francisco”. *American Film*, July-August. (1984): 30-35/72.
- Storper, Michael. *The Regional World: Territorial Development in a Global Economy*. New York: Guilford Press, 1997.
- Storper, Michael, and Richard Walker. *The Capitalist Imperative: Territory, Technology, and Industrial Growth*. Oxford: Wiley-Blackwell, 1989.
-

Sturgeon, Timothy. "How Silicon Valley Came to Be". In Kenney, Martin, ed. *Understanding Silicon Valley*. 15-47. Stanford: Stanford University Press, 2000.

Talbot, Damien. "La dimension politique dans l'approche de la proximité", *Géographie, Économie, Société*, 12, 2 (2010): 125-144. <https://doi.org/10.3166/ges.12.125-144>

Torre, André and Damien Talbot. "Questionner la proximité", *Mondes sociaux*, (2019); [online] <https://sms.hypotheses.org/19070>

Walker, Richard. "Another Round of Globalization in San Francisco", *Urban Geography*, 17, 1 (1996): 60-94. <https://doi.org/10.2747/0272-3638.17.1.60>

Walker, Richard. *The Country in the City: The Greening of the San Francisco Bay Area*. Seattle: University of Washington Press. 2007.

Walker, Richard. "The Island at the Center of the Bay". In Horuichi, Lyenne, and Tanu Salankia, eds. *Urban Reinventions. San Francisco's Treasure Island*. 26-45. Honolulu: University of Hawai'i Press, 2017. <https://doi.org/10.2307/j.ctv105b9k8.7>

Walker, Richard. *Pictures of a Gone City: Tech and the Dark Side of Prosperity in the San Francisco Bay Area*. Oakland: PM Press, 2018.

Wiley, Peter Booth. *San Francisco: America's Guide for Architecture and History Travellers*. New York: Wiley ed., 2000.

Zoetrope. "American Zoetrope: Dedicated to Creating Classics". <https://www.zoetrope.com/american-zoetrope/>.

Zook, Matthew. "The Geography of the Internet Industry, 1994-2000: Venture Capital, Internet Firms and Regional Development". Ph. D. dissertation, Berkeley: UC Berkeley, 2001.

Received: June 26, 2020

Approved: August 12, 2020

Dossiê: Patrimônio e Relações Internacionais

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.31250>

Patrimonio Cultural y globalización: Trayectoria, proyectos y estrategias de la Fundación Santa María la Real (Aguilar de Campoo, Castilla y León. España)

Patrimônio Cultural e globalização: Trajetória, projetos e estratégias da Fundação Santa María la Real (Aguilar de Campoo, Castela e Leão. Espanha)

Cultural Heritage and globalization: Trajectory, projects and strategies of the Santa María la Real Foundation (Aguilar de Campoo, Castile and Leon. Spain)

Jaime Nuño González*

<https://orcid.org/0000-0001-8131-2062>

RESUMEN: En torno a las ruinas de un monasterio medieval ubicado en la pequeña localidad de Aguilar de Campoo (Palencia, Castilla y León, España) se formó en el año 1977 una asociación con el ánimo de recuperar el monumento y convertirlo en el centro de dinamización cultural de una comarca en creciente proceso de despoblación, sin grandes recursos económicos pero con un patrimonio cultural muy rico. Desde entonces y hasta hoy, la actividad que se ha desarrollado a partir de tal iniciativa ha sido enorme y muy variada, y la Fundación Santa María la Real, heredera de aquella asociación, ha diversificado mucho los sectores en los que trabaja, extendiendo además sus intervenciones por toda España y otros países. El vínculo con el arte románico, una de las señas de identidad de la comarca de Aguilar, siempre ha permanecido muy vivo, aunque se ha llegado mucho más lejos, especialmente a través de la publicación de un ambicioso trabajo, la Enciclopedia del Románico en la Península Ibérica, obra hoy de referencia. La proyección internacional de esta Fundación, en un mundo cada vez más globalizado y con mayor demanda de cultura y patrimonio, es cada vez mayor, con actuaciones en distintos campos y en proyectos muy diversos. Sin embargo, nunca se han olvidado las raíces ni los fundamentos ideológicos que animaron a aquellas personas que hace ya más de cuarenta años, sin dinero, pero con mucho entusiasmo, decidieron que el papel de la sociedad civil es clave para la conservación y divulgación del patrimonio y para que esa riqueza

* Director del Centro de Estudios del Románico, de la Fundación Santa María la Real, institución a la que lleva vinculado desde 1985. Arqueólogo y medievalista, es coordinador general de la *Enciclopedia del Románico en la Península Ibérica* y ha publicado más de setenta trabajos, relacionados con el arte, la historia y la cultura de la Edad Media, así como con la gestión del Patrimonio Cultural. Es autor de varios libros, especialmente de divulgación histórica, entre los que destaca *Una aldea en tiempos del Románico* (2009), galardonado por el Ministerio de Cultura de España con un premio nacional. También, en esa misma línea divulgativa, ha publicado *Peregrinar a Compostela en la Edad Media* (2016), y más recientemente *Palencia, románico imprescindible* (2019). E-mail: jnunno@santamarialareal.org

cultural, lejos de ser un coste, se vea como un enorme recurso. Así lo creyeron, y se pusieron manos a la obra.

Palabras clave: Patrimonio. Territorio. Economía. Internacionalización. Estrategias.

RESUMO: Em 1977, foi formada uma associação em torno das ruínas de um mosteiro medieval localizado na pequena cidade de Aguilar de Campoo (Palência, Castela e Leão. Espanha), com o objetivo de recuperar o monumento e transformá-lo no centro da revitalização cultural de uma região em crescente processo de despovoamento, sem grandes recursos económicos, mas com um património cultural muito rico. Desde então, e até hoje, a atividade desenvolvida a partir de tal iniciativa tem sido enorme e muito variada, e a Fundação Santa María la Real, herdeira dessa associação, diversificou bastante os setores em que atua, ampliando as suas intervenções, em toda a Espanha e noutros países. A ligação com a arte românica, uma das marcas da região de Aguilar, manteve-se sempre muito viva. Contudo, muito mais foi feito, especialmente através da publicação de uma obra ambiciosa, a *Enciclopedia del Románico en la Península Ibérica*, hoje uma obra de referência. A projeção internacional desta Fundação, num mundo cada vez mais globalizado e com maior demanda por cultura e por património, está aumentando, com ações em diferentes campos e em projetos muito diversos. No entanto, nunca se perderam as raízes e fundamentos ideológicos que animaram aqueles que há mais de quarenta anos, sem dinheiro, mas com grande entusiasmo, decidiram que o papel da sociedade civil é essencial para a preservação e disseminação de património e para que essa riqueza cultural, longe de ser um custo, seja vista como um enorme recurso. Nisto acreditaram e puseram mãos à obra.

Palavras-chave: Patrimônio. Território. Economia. Internacionalização. Estratégias.

ABSTRACT: In 1977, an association was formed around the ruins of a medieval monastery located in the small town of Aguilar de Campoo (Palencia, Castile and Leon. Spain) with the aim of recovering the monument and turning it into the center of the cultural revitalization of a region in increasing depopulation process, without great economic resources but with a very rich Cultural Heritage. Since then and until today, the activity that has been developed from the initiative has been enormous and very varied, and the Santa María la Real Foundation, heir to that association, has greatly diversified the sectors in which it works, also extending its problems throughout Spain and other countries. The link with Romanesque art, one of the hallmarks of the Aguilar region, has always remained very much alive, although it has gone much further, especially through the publication of an ambitious work, the *Enciclopedia del Románico en la Península Ibérica* a work of reference today. The international projection of this Foundation, in an increasingly globalized world and with a greater demand for culture and heritage, is even greater, with actions in different fields and in very diverse projects. However, the members of the Foundation have never forgotten the roots, nor their ideological convictions which animated them, more than forty years ago, without money, but with great enthusiasm, and decided that the role of civil society is the key to the preservation and dissemination of the Heritage and for that cultural wealth, far from being a cost, be seen as a huge resource.

Keywords: Heritage. Territory. Economy. Internationalization. Strategies.

Cómo citar este artículo:

González, Jaime Nuño. “Patrimonio Cultural y globalización: Trayectoria, proyectos y estrategias de la Fundación Santa María la Real (Aguilar de Campoo, Castilla y León. España)”. *Locus: Revista de História*, 26, n.2 (2020): 52-77.

Esta historia empezó hace más de cuarenta años o, mejor dicho, hace más de mil, porque la Fundación Santa María la Real lo que ha hecho en las últimas cuatro décadas ha sido recoger el testigo histórico del monasterio de Santa María la Real, fundado en las postrimerías del primer milenio. La trayectoria, en la que medió un largo hiato de casi siglo y medio, entre 1835 y 1977, no ha sido continuista, como ha ocurrido en otros muchos monasterios que fueron desamortizados y que después recuperaron la comunidad de monjes o monjas, sino que ha supuesto un cambio total de orientación en objetivos, usos, personas y formas de actuar, dando lugar a un sistema de trabajo en torno al patrimonio que ha sido ampliamente reconocido como modélico. Los fundamentos ideológicos, el recorrido –en el que el autor de estas líneas lleva implicado 35 años y que por tanto conoce de primera mano– y los resultados, es lo que pretendemos contar en este artículo.

La Historia como sujeto y como recurso: del monasterio a la Fundación

El origen del monasterio se halla escondido entre las brumas de la Alta Edad Media. La leyenda lo sitúa en los años centrales del siglo IX, con una fundación vinculada –como no podía ser de otra manera– a un episodio en el que hay un caballero, un abad, un bosque, dos cuevas con altares y reliquias, en definitiva, un acontecimiento casi milagroso. Pero leyendas y documentos apócrifos aparte, lo que sabemos es que el monasterio ya existía poco antes del año mil. Sus inicios no fueron fáciles, pero logró sobrevivir mejor que otras muchas pequeñas casas monásticas que sucumbieron apenas algunas décadas después de haberse fundado, cuando dejaron de tener el apoyo directo del rey o del magnate que las había levantado, de ahí que el hacerse con recursos propios que permitieran cierta independencia y aseguraran la supervivencia al margen de las decisiones del patrono, siempre fue la obsesión de los monasterios y, como se sigue demostrando hasta hoy, solo los recursos propios son los que dan solvencia a las instituciones, una de las enseñanzas que la Fundación Santa María la Real (FSMLR) ha heredado de aquellos antiguos cenobios.

Afortunadamente para el monasterio, en el año 1169 el rey de Castilla Alfonso VIII, junto con una serie de nobles que tenían el patronato sobre esta casa, lo entregó a la orden premostratense, empezando ahí la renovación del edificio y la consolidación y engrandecimiento de la institución. Ese cambio fue trascendental para el monasterio, pero fue dramático para la pequeña comunidad que lo habitaba hasta entonces, porque esos monjes fueron expulsados –a cambio de unas pequeñas rentas– para asentar a la nueva orden. Otra enseñanza se deriva de aquí: las personas cambian, pero son las instituciones las que trazan los largos recorridos. Fue a partir de ese momento cuando Santa María la Real se convirtió en un gran monasterio, protegido por la monarquía y amparado por una nueva y dinámica orden que, aunque no llegó a alcanzar la implantación de benedictinos o cistercienses, fue una de las más importantes de la plena Edad Media, con una diferencia sustancial respecto a aquéllas, pues no era claustral, sino que su función era predicar y formar al bajo clero, cuya capacidad intelectual entonces dejaba mucho que desear. Esta labor de implicación directa con el entorno y sus gentes ha sido otra de las herencias asumidas por la FSMLR, además de una nueva lección: si las instituciones prestigian a las personas que las componen –en este caso los premostratenses aportaron su reputación y fama–, son las personas quienes deben alimentar a su vez ese prestigio, como ocurrió aquí con una serie de abades capaces de promover el engrandecimiento del monasterio.



Fig. 1: Claustro románico de Santa María la Real (Foto: César del Valle)

Desde entonces, Santa María la Real vivió tiempos mejores y peores, pero no vamos a contar aquí su trayectoria como casa monástica pues, aunque aún está por hacer una historia completa de la misma, sí existen numerosos trabajos sobre ella (Assas 1872; Rodríguez 1897; Mérida 1915; García Guinea 1975, 185-195; 1992; Matesanz 1994; Hernando Garrido 1995 y 2002; López de Guereño 1997, 341-438; Rodríguez de Diego 2004; Pérez “Peridis” 2017; entre otros muchos

estudios parciales) y lo que realmente interesa aquí es el proceso de recuperación y desarrollo después de que desaparecieron los monjes. Esto último ocurrió en 1835, con la *Real Orden de Exclaustración Eclesiástica*, a la que siguió al año siguiente un procedimiento de desamortización por el cual el estado se incautaba de los bienes de las órdenes religiosas para posteriormente sacarlos a subasta pública. Desde algunos años antes (1827), en el monasterio de Aguilar se había puesto en marcha una Escuela de Artes, donde se enseñaba lógica, ontología, física general, matemáticas, geografía y astronomía, pero poco duró la experiencia y en 1836 terminó definitivamente su vida monástica. Los muebles poco a poco fueron llevándose a otros lados o desapareciendo, el archivo se dispersó –aunque parte de él se conserva en el Archivo Histórico Nacional y la Biblioteca Nacional– y los bienes inmuebles salieron a la venta, adquiriéndose las tierras y huertas, pero sin que el edificio hallara comprador. Este fue el fin de muchos edificios históricos, que acabaron desmantelados, otros se transformaron en granjas, con desigual fortuna para este patrimonio artístico, en algunos casos las iglesias quedaron como parroquias y las dependencias de los monjes se convirtieron en ayuntamientos, escuelas, cuarteles... y, en ocasiones, algunos volvieron a la vida religiosa décadas después, acogiendo a nuevas comunidades. El de Aguilar quedó sumido poco a poco en la ruina –acelerada incluso por la destrucción de arcos, pilares y columnas para llevarse buena parte de sus capiteles al Museo Arqueológico Nacional–, con algunas familias instaladas en su cada vez mayor decrepitud. Ruina imparable era cuando hacia 1920 el escritor Miguel de Unamuno se acercó por aquí, recogiendo sus impresiones en unas sentidas páginas, constatando que “las ruinas siguen arruinándose” y preguntándose “¿Quedan entre estas ruinas hombres? ¿Quedan en los arruinados hombres hombría?”, para terminar con una llamada de futuro, convencido de que “hasta una ruina puede ser una esperanza” (Unamuno 1922, 236-237). Sus palabras no cayeron en el vacío, pero aún faltaría más de medio siglo para que la ruina empezara a convertirse en esperanza. Un intento de restaurar el monasterio se llevó a cabo en la década de 1960, con unos criterios historicistas que empezaron a despojar al edificio de añadidos postmedievales para devolverle su “pureza” románica. Desgraciadamente –o afortunadamente, a la vista de todo lo que se fue eliminando– los presupuestos se acabaron y el monasterio volvió a su acostumbrado olvido, a la maleza y al musgo. Así hasta el año 1977.

Tras la muerte del dictador Franco a finales de 1975 en España empezaron a vislumbrarse vertiginosos cambios. Hubo un rápido desarrollo del asociacionismo –no solo político, que fue quizás el más visible–, surgiendo grupos y organizaciones preocupadas por la cultura, por sacarla del hasta entonces monopolio estatal para que la participación ciudadana fuera más directa. En los pequeños pueblos algunos aún recordaban las Misiones Pedagógicas que, desde 1931, se

desarrollaron mientras existió la Segunda República, haciendo llegar a los rincones más apartados el arte, la lectura, el teatro, el cine, la música culta... , una labor en la que se implicaron muchos de los más eminentes intelectuales y artistas de la época, y ahora se veía una nueva oportunidad para ese dinamismo cultural. A la vez, la muerte de Franco supuso el derrumbe de su estado centralista y el resurgimiento de regionalismos y nacionalismos que fueron poco a poco perfilándose en lo que unos pocos años después serían las Comunidades Autónomas. Regionalistas y nacionalistas miraban hacia el pasado para fundamentar ideológicamente las bases de sus opciones políticas, y en ese pasado la cultura local, las tradiciones y el patrimonio artístico –tanto los grandes monumentos como, y sobre todo, las pequeñas construcciones propias de cada región– jugaban un papel decisivo. Rápidamente caló en la sociedad, o al menos en sus grupos mejor posicionados, un enorme interés por la cultura, pero aquellos años de despertar coincidieron a la vez con una crisis económica de tal calibre que imposibilitó cualquier tipo de financiación pública, especialmente en territorios que, como el de Aguilar de Campoo, estaban muy alejados de los grandes núcleos urbanos. Fue entonces el momento en que la sociedad civil empezó a organizarse para poder cumplir sus sueños y el monasterio de Aguilar fue uno de los primeros monumentos que empezó a resurgir, y no solo como construcción, sino como ente activo.

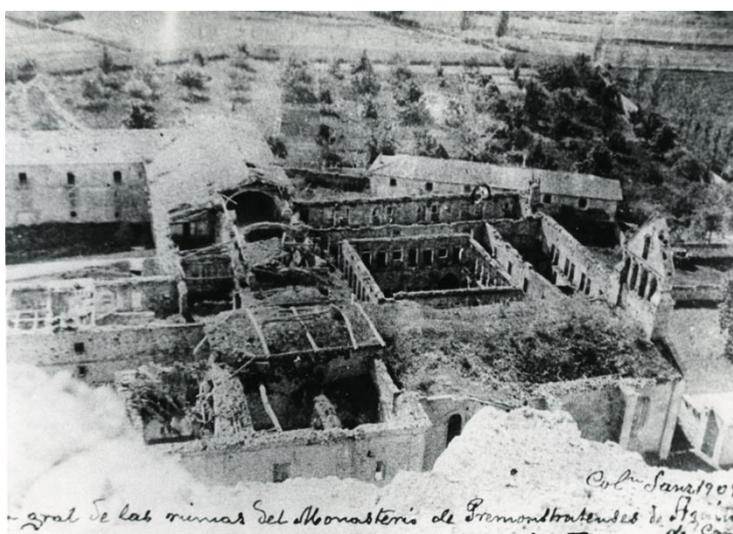


Fig. 2: El monasterio de Santa María la Real en el año 1908 (Foto: Colección Sanz/FSMLR)

Fue en el año 1977 cuando un pequeño grupo de “aguilarenses de nacimiento, de adopción o de corazón” comprendieron que es más fácil y fructífero que actúen las personas en primer lugar, para implicar después a las instituciones, que al revés, y así se puso en marcha la Asociación de Amigos del Monasterio de Aguilar (AAMA), liderada por el polifacético arquitecto José María Pérez, más conocido como “Peridis”, a la larga el promotor de muchas de las iniciativas que se

pusieron en marcha en las décadas posteriores bajo la marca de *Santa María la Real*. El objetivo de la asociación no era solo la rehabilitación arquitectónica, sino que se quería llegar mucho más allá, como se cuenta en el primer número del *Boletín* que publicaron: instalar un instituto de enseñanzas medias, crear una universidad de verano, un museo, biblioteca, hospedería, parque público, constituir un Centro de Estudios del Románico, organizar exposiciones y conciertos y que el monasterio fuera un sitio de formación permanente (VV.AA. 1977, 1). Poco a poco, el que hasta entonces era conocido como el *Convento Caído*, fue recuperando su nombre: monasterio de Santa María la Real, mientras que la dinámica que se experimentaba ahí se trasladó también a los pequeños pueblos de la comarca, empezando a organizarse unas *Semanas del Románico* que acercaban a las numerosas iglesias de ese estilo que hay en el entorno una serie de actividades culturales. Con el paso de los años se concluyó la restauración arquitectónica y, con la misma perseverancia, todos aquellos objetivos enunciados inicialmente se fueron consiguiendo.



Fig. 3: Santa María la Real en la actualidad (Foto: César del Valle)

Las propias obras de restauración fueron un laboratorio de experimentación, no solo arquitectónica, sino también social. Ante los escasos recursos financieros, la imposibilidad de traer operarios experimentados y la magnitud de la empresa a realizar, inicialmente se contrató a jóvenes de la comarca sin ninguna formación en los oficios tradicionales que eran necesarios (albañilería, cantería, forja, carpintería...), que poco a poco se fueron formando a la sombra del maestro de la obra, Francisco Gómez Canales, y como el resultado fue muy positivo, se pensó en convertir este sistema en un programa más formal, que contara con el apoyo de las instituciones públicas y que, a la vez, se replicara en otros muchos monumentos que tenían urgente necesidad de ser restaurados y utilizados. La larga crisis que se vivía en España había expulsado a muchos jóvenes de escuelas e institutos, de modo que, sin la alternativa de trabajar en una industria cada vez más decaída y sin

ningún tipo de formación, su futuro laboral se vislumbraba como muy comprometido. Nacieron así, en 1985, las Escuelas Taller, dirigidas a este colectivo, pero en las que tenían cabida también jóvenes licenciados en muy diversas materias –desde arquitectos a músicos, desde arqueólogos a diseñadores, desde biólogos a animadores culturales– que, además de tener igualmente su primera oportunidad profesional, asumían en buena parte la responsabilidad de la obra y, paralelamente, la formación cultural de esos otros jóvenes que iban a empezar su experiencia en un oficio manual. Se consideraba, en definitiva, que la mejor forma de comprometerse con lo que se estaba haciendo en un monumento era un conocimiento global del edificio y de todos sus contextos: histórico, natural y social. Pero, además de los profesionales, también los alumnos cobrarían un salario, porque durante este periodo formativo, lo que ellos hacían con sus propias manos quedaba integrado en la obra, luego también eran trabajadores. Así, en la inauguración de la que se creó en el monasterio de Aguilar, “Peridis”, promotor también de este programa, explicaba el sentido del mismo a sus primeros alumnos-trabajadores de esta manera:

“En la escuela taller se aprende a hacer el trabajo con unas manos inteligentes, convirtiendo las ruinas en espacios de educación y convivencia. Puesto que somos lo que hacemos, nos vamos construyendo a nosotros mismos con el ejercicio de nuestro trabajo. Aquí tenéis a vuestros maestros dispuestos a enseñaros la dignidad de tener un oficio. Pronto sabréis por propia experiencia que con la albañilería se aprende a construir el futuro, con la cantería se labra el porvenir, con la fragua se forja el carácter y con la piedra se talla la personalidad” (Pérez “Peridis” 2017, 194).

Gracias a la financiación del Fondo Social Europeo, en España se pusieron en marcha a partir de entonces miles de escuelas taller que han trabajado en los monumentos y espacios naturales más emblemáticos del país, no pocos de ellos declarados posteriormente Patrimonio de la Humanidad. Un tiempo más tarde, en 1991, el programa, con estos mismos fundamentos, se extendió a varios países de Latinoamérica e incluso a algunos de África y Asia, de modo que hasta 2017, al margen de España, se habían implantado más de 290 proyectos en 24 países, con una participación superior a los 37.000 alumnos (Mazo Salgado y Huamaní Mosqueira 2018, 24). En todos estos lugares la asimilación social de los sectores sociales más empobrecidos y marginados ha sido un fundamento básico, como ha ocurrido en Colombia, donde ha servido para la integración de grupos vinculados a la guerrilla tras la firma de la paz. Y todavía hoy el programa sigue vivo y con perspectivas de futuro, tanto en España como en muchos de esos países.



Fig. 4: Mapa de la implantación de las Escuelas Taller hasta 2017: España, Cuba, El Salvador, Guatemala, Haití, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Puerto Rico, República Dominicana, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, Paraguay, Perú, Venezuela, Argelia, Cabo Verde, Marruecos, Senegal, Filipinas y Territorios Palestinos (Fuente: Mazo Salgado y Huamaní Mosqueira 2018).

Este ha sido quizás el más exitoso proyecto emanado desde el monasterio de Santa María la Real de Aguilar y el que mayor proyección internacional ha alcanzado, aunque desde un principio surgió con vida propia en cada caso: se aportó la idea, pero hasta ahí llegó el intervencionismo de los promotores. Mientras tanto, el monasterio y la Asociación debían continuar con su propia dinámica, tratando de concluir las obras y conseguir los objetivos arriba enunciados, ambiciones que poco a poco se fueron consiguiendo, de modo que en 1984 se inauguró el instituto de enseñanza media y en 1988 la recuperación del edificio estaba prácticamente concluida. Este mismo año se otorgó a la AAMA, por su trabajo, el Premio Europa Nostra y entonces, con su misión prácticamente culminada al cabo de siete años, la Asociación vio la necesidad de extinguirse o, mejor, refundarse con nuevos objetivos que ahora traspasaran los muros del monasterio y los límites de la comarca circundante. Así nació en 1988 el Centro de Estudios del Románico (CER), también con el estatus de asociación, pero con objetivos más ambiciosos y, como su nombre indicaba, orientado en buena medida al estudio, pero también a la gestión de ese importante recurso que es el arte románico, desarrollando proyectos de rehabilitación, difusión y explotación, tratando de generar empleo, economía y actividad en torno al patrimonio. Fue entonces cuando se puso en marcha un ambicioso proyecto, la *Enciclopedia del Románico*, con la premisa de que para explotar los recursos primero hay que conocerlos bien y divulgarlos, para que toda la sociedad sea consciente de su existencia y valor. Con la herencia y el espíritu de la vieja Asociación, el CER continuó su crecimiento, multiplicándose los proyectos, de modo que, una vez más, fue necesario reforzar la estructura y adaptarse a unas exigencias y un dinamismo cada vez mayores: así nació en 1994 la

Fundación Santa María la Real (FSMLR) que, con diversos cambios, sigue manteniendo su trayectoria hasta el día de hoy.

Quizás al lector le pueda haber resultado excesivamente larga esta explicación del sustrato previo al nacimiento de la Fundación Santa María la Real, cuando lo que se trata es de contar las estrategias de esta institución respecto a la gestión del patrimonio cultural en un mundo globalizado, pero es que la FSMLR no nació de la nada, sino que su origen y lo que aún hoy sigue siendo hunde sus raíces en todo lo que hasta aquí hemos relatado. La Fundación trabaja la historia desde la historia, aunque en los últimos años se han abierto también otros muchos campos de actuación, especialmente en el ámbito de la formación y de la atención social, sobre los que no podemos entrar en estas páginas pero que, por su filosofía, planteamiento y resultados, resultan también experiencias muy innovadoras y gratificantes.

El patrimonio cultural como emblema de los territorios

Desde que se fundó la AAMA siempre se tuvo muy presente que un monumento forma parte de un contexto muy amplio. El monasterio de Santa María la Real, como cualquier otro edificio o institución, surgió y evolucionó bajo diversas circunstancias históricas, con diferentes procesos artísticos y siempre ha vivido rodeado de una sociedad en constante evolución, tanto en estructura, como en gustos, como en mentalidad. El monumento, si queremos que siga vivo y no sea una pieza de museo, hoy también debe formar parte de su entorno, tanto físico, como social, de ahí que los tres conceptos de patrimonio, paisaje y personas en realidad deben formar parte de una misma realidad y, por tanto, su tratamiento debe ser abordado desde este principio. Si una intervención sobre un conjunto monumental se hace sin contar con las características de su entorno físico y, sobre todo, con su entorno humano –como ocurre tantas veces– el monumento perderá sus vínculos y pasará a ser una pieza que posiblemente mantenga su belleza pero que será repudiada por los suyos. Es lo que ocurre con muchas de las grandes referencias monumentales, tanto en pequeños pueblos como en grandes ciudades, que han dejado de ser vistas por sus ciudadanos como algo cercano, íntimo incluso, como parte de su historia, de sus recuerdos y de su esencia, para pasar a convertirse en un objeto solo apto para turistas, que genera economía para un sector –que muchas veces ni siquiera reside en la misma población, especialmente si son pueblos pequeños–, pero que el resto ve con indiferencia, incluso con cierto rechazo, especialmente cuando empieza a ser objeto de visitas masivas y continuas. Si esos monumentos se han mantenido a lo largo de los siglos es porque ha habido una sociedad en su entorno que los ha utilizado y, aunque a veces también esa misma sociedad haya sido en cierto modo responsable de su deterioro por

actuaciones inadecuadas, siempre hay que contar con ella si queremos que tenga vitalidad, siga arropado y no se convierta en pieza de parque temático, el gran riesgo que corre el patrimonio monumental, y en general el cultural, con el vertiginosos crecimiento del turismo.

Desde la FSMLR se ha visto siempre la necesidad de que las personas se identifiquen con este patrimonio que, aunque la propiedad esté en unas u otras manos, siempre han considerado como “suyo”. Por ese mismo motivo los proyectos y programas que ha desarrollado siempre han procurado tener una dimensión territorial, porque solo los espacios con cierta amplitud, especialmente en el mundo rural, pueden ser capaces de trabajar con éxito, uniendo esfuerzos y proyectándose más lejos. Más allá de pelear solo por lo “mío”, hay que comprender que el éxito del vecino en materia de patrimonio cultural también nos acabará beneficiando, porque lo “suyo” en realidad es también “nuestro”. Explicar a la población esta idea ha sido una de las prioridades de la Fundación en casi todas sus intervenciones.

Por otro lado, siempre se tiene presente un segundo principio: son los propios territorios los agentes necesarios para su desarrollo; se puede importar el modelo y coordinar las actuaciones por alguien llegado de fuera, conocedor del asunto y de la dinámica, pero son los propios habitantes quienes han de desarrollar todo lo que se pueda de las distintas tareas, porque hacia ellos van dirigidas las intervenciones y su implicación es fundamental. En definitiva, esta simbiosis entre patrimonio, territorio y sociedad es una de las principales directrices que ha tenido en cuenta la FSMLR a la hora de poner en marcha cualquiera de sus proyectos, tanto en su territorio de origen, la comarca de Aguilar de Campoo, como en otros muchos, dentro o fuera de España.

Podríamos pensar que este el concepto de lo “territorial” como espacio pequeño, abarcable, de dimensión humana, es contradictorio con un mundo de globalización vertiginosa, donde todo se unifica y donde la diversidad más extrema está al alcance de muy pocas horas de coche, tren o avión, pero precisamente el concepto de lo territorial –en su sentido tradicional de “país”, que no como concepto político o administrativo, como ahora se suele emplear– es lo que nos permite explorar lo que hay y tenemos de diferente, lo que debemos cuidar y promover, lo que constituye lo personal e intransferible que, bien trabajado, puede resultar de interés para otros y, en consecuencia, ser un recurso para la economía del territorio. El patrimonio cultural puede convertirse así en un elemento de identidad, icónico, que afortunadamente no es deslocalizable, lo contrario que ocurre con las instalaciones fabriles, que periódicamente se trasladan de país creando primero grandes expectativas y riquezas para unos años después dar lugar a grandes bolsas de pobreza y frustración. El miedo que ahora mismo provoca China a muchos países por su creciente monopolio industrial por suerte no afecta al patrimonio cultural ni a su primera traducción laboral

y económica, el turismo. Hace unos años escribíamos un artículo de opinión en un diario que titulamos *China como oportunidad*, donde expresábamos la idea de que el creciente desarrollo económico del gigante asiático será a la larga beneficioso para aquellos países occidentales que tienen un gran patrimonio cultural, porque el enriquecimiento genera necesidad de conocer otros países y culturas, de viajar, hacer turismo y, al menos hasta ahora, la gran Cultura (con mayúsculas) sigue siendo la occidental, especialmente la europea (Nuño González 2011), por eso Europa cada vez está recibiendo más visitantes chinos, que crecen exponencialmente, como antes fueron los japoneses, otro país que experimentó unos procesos de desarrollo con pautas similares a las chinas: mano de obra barata aprovechada por las empresas del primer mundo, imitación de lo que se produce por encargo, desarrollo de tecnologías propias y, finalmente, innovación puntera. La globalización, que empezó con la internacionalización de productos, evolucionó a la internacionalización de servicios y, en este sentido, a la demanda generalizada de patrimonio, que se ha convertido cada vez más en un bien transversal. Hoy muchas personas, sin renegar de sus orígenes, se consideran ciudadanos del mundo, y por ello consideran como propio todo el patrimonio cultural, tanto el más cercano –sobre el que es verdad que pueden existir unos vínculos más afectivos o “de raíz”– como el más lejano, de ahí el enorme éxito de la figura Patrimonio de la Humanidad, convertida en verdadera marca de calidad a nivel mundial. En la actualidad, cualquier apartado rincón ha dejado de estar verdaderamente aislado y de ello hay que ser consciente, aprovechando las oportunidades, pero a la vez desarrollando verdaderos procesos de gestión sostenible y equilibrada, algo que ahora es una auténtica preocupación para no pocos lugares. Otro de los retos es buscar una diferenciación, es decir, trabajar por la originalidad y la definición de una personalidad propia, pues, aunque pueda haber elementos comunes con otros territorios –que siempre los hay– las réplicas, las imitaciones y las competiciones solo conducen al fracaso.

A lo largo de esta trayectoria histórica que venimos contando, desde que se creó la Asociación de Amigos del Monasterio de Aguilar y hasta la actual Fundación, siempre ha habido un elemento fundamental sobre el que se ha trabajado: el arte románico. La comarca de Aguilar de Campoo conserva decenas de pequeñas iglesias románicas y algún gran monasterio del mismo estilo, entre ellos el de Santa María la Real, construcciones levantadas por toda Europa en los siglos XI y XII –o incluso en el XIII en algunas zonas–, entonces tiempos brillantes y que, sin embargo, se han conservado aquí prolíficamente gracias a una decadencia de siglos en la que no hubo nunca dineros para renovar esos templos por otros más modernos, ni hubo tampoco necesidad de cambiarlos por otros mayores, porque la población de muchos de esos pueblos se mantuvo casi igual desde el siglo XII hasta mediados del XX, cuando empezó la emigración masiva a las ciudades

y entonces asomó la ruina. Hoy, en esta comarca, aparte de Aguilar, que tiene algo más de 6.000 habitantes, prácticamente el 90% de los pueblos no llega a los 100 habitantes y un 40% está por debajo de los 20, una situación verdaderamente dramática, especialmente porque nadie va a crear aquí un tejido industrial nuevo –más allá del que ya existe en Aguilar–, salvo que sean instalaciones peligrosas o contaminantes, opciones que se han planteado alguna vez y que la propia población ha rechazado. Ante esto solo cabe apostar por los recursos propios y su gestión, para convertir esos “recursos” en “productos”, y ahí es donde entra en juego el arte románico –situado generalmente en un entorno paisajístico excepcional–, que a lo largo de estos años se ha convertido en el factor distintivo de la zona, en su elemento umbilical.



Fig. 5: Simbiosis entre arte románico y paisaje limpio. Ermita de Santa Cecilia en Vallespinoso de Aguilar (Foto: J. Nuño).

Desde el principio de su trayectoria, la FSMLR –y sus precedentes– ha tenido un estrecho vínculo con este arte, primero de la propia comarca, pero después de otros territorios e incluso de otros países, y lo ha entendido siempre como una materia prima que había que manufacturar para que el beneficio quedara en el sitio. Para esta transformación ha establecido un plan de trabajo que cumple los procesos de conocer, conservar y divulgar para llegar a explotar, es decir, ha convertirlo el arte románico en un bien económico y de generación de empleo para la propia comarca o para todos aquellos que, viniendo de fuera, quieran sumarse al proyecto, que en estos años hemos sido muchos. Aun siendo fundación, los procesos de trabajo se plantean desde la perspectiva empresarial, pero precisamente por ser fundación también debe haber un planteamiento *non profit* en los resultados económicos.

Del trabajo en la comarca a la proyección internacional: el románico como hilo conductor

Quizás una de las cosas que más satisfacción ha dejado a quienes durante estos años hemos trabajado en la FSMLR es el gigantesco paso que se ha dado desde trabajar en una pequeña comarca rural, casi deshabitada, hasta tener una proyección internacional. Pero no ha habido en ello ningún milagro, sino simplemente la habilidad de contar con un equipo que ha sabido tener imaginación, perseverancia, compromiso, intuición y perspectiva para poder vislumbrar las oportunidades y aprovecharlas con agilidad y eficacia. Hablaremos ahora de algunas de esas acciones.

Al ponerse en marcha la primera escuela taller en el monasterio de Aguilar en octubre de 1985, una de las tareas encomendadas a los historiadores que empezaron a trabajar ahí –uno de ellos era quien lo está contando ahora– fue estudiar las principales iglesias románicas del entorno para poder explicar este contexto a los alumnos. Poco a poco lo que iba a ser simple material escolar se fue convirtiendo en una documentación más exhaustiva, el equipo fue creciendo y se pensó en la posibilidad de editar una guía de la comarca que, finalmente, se quiso hacer extensible a toda la provincia, tratando de poner al día la obra de Miguel Ángel García Guinea, *El Arte Románico en Palencia*, libro de enorme éxito, que había sido el germen y la ventana para que la provincia de Palencia empezara a ser considerada como un destino turístico cultural gracias al románico, en un tiempo en el que apenas existía turismo cultural. Pero este escalón también se subió rápidamente, sin siquiera llegar a materializarse, porque pronto se consideró que había que ser más ambiciosos si se quería tener alguna trascendencia. Fue así como se llegó a la *Enciclopedia del Románico en Castilla y León*, que pretendía documentar todos los testimonios de ese estilo artístico que hay en las nueve provincias de la comunidad autónoma. Fueron largos años de trabajos, de ralentizaciones, de parones incluso, hasta que finalmente, en el año 2002 empezaron a publicarse los 17 volúmenes que constituyeron los estudios sobre el románico en Castilla y León y que merecieron un nuevo Premio Europa Nostra por esta “labor en el campo sobre el patrimonio cultural”.

La *Enciclopedia del Románico*, una obra tan exhaustiva que quería recoger hasta el más insignificante testimonio que se conservase, era una tarea que ningún equipo de investigación de cualquier universidad, ni ninguna administración pública se habían planteado nunca por su complejidad. Se necesitaba un equipo amplio, que hiciera una labor de campo completa para localizar edificios o restos hasta ahora desconocidos, se debía fotografiar absolutamente todo y levantar planimetrías de los edificios significativos, que en Castilla y León eran varios cientos. Ninguna institución contaba con un presupuesto capaz de abordar semejante labor, pero una vez más se recurrió a la imaginación, y se encontró el dinero necesario. Un acuerdo con el Instituto Nacional de Empleo, dependiente del Ministerio de Trabajo, permitió crear una experiencia piloto

que, inspirada en las escuelas taller, posibilitara la formación de jóvenes universitarios desempleados que mientras encontraban una primera posibilidad laboral desarrollaban un trabajo efectivo y perdurable, de interés social. Fue así como equipos de historiadores y arquitectos, recién licenciados unos, otros con más tiempo en desempleo, fueron capaces de realizar semejante obra, a la que se incorporaron también los investigadores más consagrados y prestigiosos, que eran los encargados de hacer algunos estudios generales o el análisis de los elementos más relevantes o complejos. Cientos de personas pasaron en distintas etapas por la *Enciclopedia del Románico en Castilla y León*, con diverso grado de participación, pero si algo hay que destacar de la obra es la paradoja de que en su mayor parte ha sido realizada por personas procedentes del desempleo, lo que da pie a pensar que muchas veces las sociedades no son capaces de ver y aprovechar sus propios recursos, que, sin valorarlos, los marginan. Construir esta *Enciclopedia* con parados fue muy significativo.

Pero contar con el equipo no era suficiente para poder publicar la obra, puesto que la edición e impresión requería también mucho esfuerzo económico. Aquí es donde entró en juego la colaboración de una caja de ahorros, Caja Duero, que se tomó la *Enciclopedia* como algo propio y financió generosamente su publicación. Muchos fueron los avatares y contratiempos habidos durante los largos años que se empleó en hacer esta obra, sobre todo para coordinar a los equipos y controlar la calidad del trabajo, pero no menos para que obispos, sacerdotes, lugareños, propietarios privados de edificios, coleccionistas de piezas, o museos facilitaran el acceso y el estudio a personas muchas veces sin trayectoria conocida en la investigación, que venían avalados por una institución pequeña y rural que pretendía hacer un trabajo que ningún organismo o institución se había planteado por descomunal. Muy pocos pensaban que se pudiera conseguir, pero se hizo, y tampoco fue milagro, solo trabajo y perseverancia.

El éxito de esta *Enciclopedia del Románico en Castilla y León* fue rápido y pronto la FSMLR pensó que la experiencia podría trasladarse a otros territorios, puesto que el método ya se conocía y la fórmula se había desarrollado con éxito. De esta manera, en 2003, cuando se terminaron de publicar los volúmenes de Castilla y León, se planteó el estudio de todo el románico español, que poco después se quiso ampliar también a Portugal para dar lugar a la *Enciclopedia del Románico en la Península Ibérica*. La experiencia era un aval y el nombre de la FSMLR empezaba a ser ya conocido en toda España, pero cada comunidad autónoma es un mundo diferente y la financiación ahora tenía que ser aún mayor. Poco a poco se empezó a contactar con los distintos gobiernos e instituciones autonómicas, aunque una vez más el gobierno central, a través del Ministerio de Trabajo y del de Cultura prestaron su apoyo. Igualmente, Caja Duero decidió seguir apoyando la empresa, pero llegó 2007 y entonces la enorme crisis terminó con muchos trabajos, no pocas empresas y especialmente con la mayoría de las actividades relacionadas con el patrimonio cultural.

Para esas fechas se acababan de publicar los dos tomos correspondientes al románico de Asturias –además de otros dos dedicados al extraordinario y altamente significativo prerrománico de esta comunidad– y tres al de Cantabria, pero se estaba terminando el trabajo de documentación en otros lugares y el riesgo de que no pudieran publicarse, dadas las circunstancias económicas, era muy grande. Hubo que redoblar entonces los esfuerzos para implicar a grandes empresas españolas, gobiernos autonómicos y otras instituciones que, con aportaciones menores, sumaran entre todas lo necesario para que la *Enciclopedia* siguiera adelante. Así se pudo continuar con no poco esfuerzo y mucha incertidumbre, pero la posterior implicación de la Obra Social “la Caixa” fue determinante para que los trabajos de documentación se hayan completado y la edición de los libros prácticamente esté culminada. A día de hoy, son 55 los volúmenes que componen la *Enciclopedia del Románico*, quedando solo las provincias españolas de Gerona (3 volúmenes) y Lérida (4 volúmenes) por editarse. En el caso de estas dos provincias, así como de las otras dos catalanas (Barcelona y Tarragona) se hace una edición en español y otra en catalán, mientras que los tres que se editaron sobre el País Vasco/Euskadi eran bilingües: español y euskera.

Mientras se estaba trabajando a pleno rendimiento en la documentación del románico español, pero en mitad de la crisis, se presentó la oportunidad de empezar a trabajar sobre el románico de Portugal. La ocasión vino de la mano de la Fundación Ramón Areces, otro de los fieles y necesarios socios de la FSMLR en muchas de sus iniciativas. Era el año 2009 y esa fundación planteó la posibilidad de hacer un libro sobre ese arte en Portugal. Fue así como la *Enciclopedia del Románico en España* pasó a ser la *Enciclopedia del Románico en la Península Ibérica*, aunque su materialización debería esperar aún unos cuantos años.



Fig. 6: La “Enciclopedia del Románico en la Península Ibérica” (aquí en una imagen parcial), es el más ambicioso proyecto editorial de la Fundación Santa María la Real (Foto: Marce Alonso/FSMLR).

Como ya se ha comentado arriba, uno de los principios que rige en cualquiera de los proyectos que pone en marcha la FSMLR es contar con la implicación del territorio y de sus gentes e instituciones. Así ha sido a lo largo de todo el trabajo de la *Enciclopedia* en las distintas comunidades autónomas españolas, donde han sido las personas de cada una de ellas, sus propios habitantes, los encargados de estudiar su patrimonio; el papel de la Fundación ha sido buscar los medios y coordinar los procesos, entendiendo que el actor y beneficiario último de lo que se lleva a cabo es el territorio en el que se interviene. Para estudiar el románico portugués se buscó igualmente la complicidad de instituciones y empresas portuguesas, pero entonces no fue posible, de modo que aquel intento de hacer un trabajo similar al que se estaba realizando en España se quedó en algo parcial, cuyo resultado fue el libro *Arte românica em Portugal*, hecho por especialistas portugueses y editado en 2010.¹

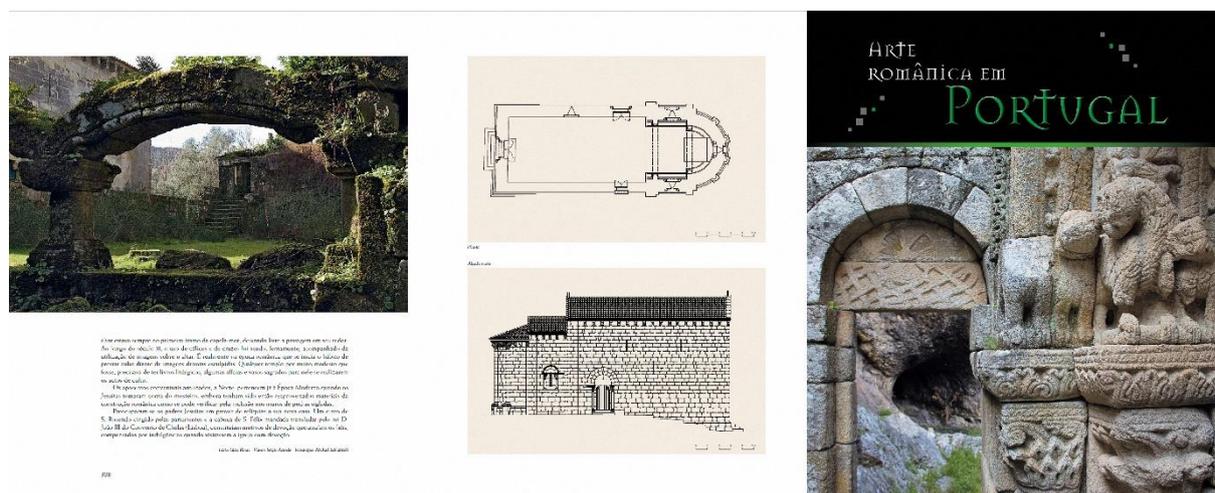


Fig. 7: “Arte românica em Portugal” (detalle de dos páginas interiores y portada) (Foto: FSMLR).

¹ El románico fue la traslación artística de los procesos culturales, económicos y sociales vividos en la Europa plenomedieval. Para el lector lusoparlante creemos que pueden resultar interesantes algunas especificaciones sobre la valoración de este estilo en Portugal. Según (Botelho 2010) en el contexto internacional, fue a partir del siglo XVII cuando se empezó a valorar la arquitectura medieval, y esta valorización se acentuó durante el siglo XIX. Sólo entonces, en el primer cuarto del siglo XIX, aparecen los primeros estudios que diferencian las características formales, constructivas e iconográficas del románico frente al gótico. El establecimiento de metodologías, la definición de cronologías y la caracterización estilística crearon un marco conceptual y sentaron las bases para el avance de la disciplina en torno a la alteridad del románico en relación con el gótico. En Portugal, el estudio sobre el románico parece tardío en comparación con el resto de Europa. A partir de 1870, cuando se publicó la primera obra dedicada a este estilo artístico, su estudio se ha extendido hasta la actualidad, afirmándose a través de sucesivas etapas de conocimiento que reflejan enfoques, temas y problemas bien fechados. Sin embargo, los logros y desarrollos que la historiografía sobre el tema ha ido realizando, materializados en un gran número de obras editadas, contribuyeron y mucho al conocimiento actual del románico portugués. La originalidad del románico portugués fue reconocida por la historiografía de la especialidad. Su íntima relación con el territorio, la importancia nuclear que asumían sus testimonios arquitectónicos en la ordenación territorial, en los más diversos niveles, estaba siendo asimilada por quienes se dedicaban a su estudio. Además, la percepción de una fuerte presencia de influencias extranjeras, a pesar de los problemas asociados a ella, adaptada en un contexto muy específico, donde las preexistencias asumen un papel nuclear, acentúa aún más el carácter único de la arquitectura portuguesa del período románico.

Pero una vez más la constancia da sus frutos y unos años más tarde la misma Fundación Ramón Areces decidió asumir en solitario la elaboración de la *Enciclopedia del Románico en Portugal*, cuyos trabajos de documentación empezaron en 2018, con el horizonte de 2021 como fecha de publicación de sus tres volúmenes, que recogerán los tres centenares de testimonios románicos que hay en el país, con varios estudios generales sobre distintos aspectos. Aunque la financiación es íntegramente española, ambas fundaciones mantienen el criterio expresado de la implicación de los agentes locales, no solo por la necesaria colaboración de los propietarios o responsables administrativos de los bienes que se estudian, sino porque su ejecución se está llevando a cabo por especialistas portugueses, de quienes depende también la coordinación científica de la obra.

En la actualidad la *Enciclopedia del Románico* es uno de los más significativos ejemplos de la internacionalización de las acciones de la FSMLR, no solo por haber salido fuera de España en los estudios realizados, sino por la enorme difusión que ha alcanzado la obra, que se puede encontrar en las bibliotecas más prestigiosas del mundo, casi un centenar repartidas también por países como Reino Unido, Francia, Italia, Alemania, Canadá o Estados Unidos.

Todo el fondo documental que se ha ido reuniendo para esta obra –no todo publicado, especialmente las fotografías– se va poniendo poco a poco a disposición pública, de forma abierta, a través de una web que busca ser el gran portal del arte románico, un punto de encuentro entre especialistas y aficionados: <https://www.romanicodigital.com>. Aquí se puede consultar toda la obra, hacer búsquedas o incorporar nuevos datos, investigaciones y publicaciones de forma paulatina. En definitiva, es la expresión *on line* del Centro de Estudios del Románico, una herramienta para la divulgación y socialización del conocimiento acumulado, que trabaja además para la integración de esos contenidos en repositorios como Europeana y que también está presente en las redes sociales Facebook y Twitter, con unos 50.000 seguidores.

A la vez que se empezaban a dar los primeros pasos en el estudio del arte románico, otro equipo emprendía un camino paralelo para la divulgación del patrimonio, igualmente desde la perspectiva necesaria de la rentabilidad económica y la creación de empleo. Después de un tiempo de formación en las escuelas taller, nació así Ornamentos Arquitectónicos (OA), una pequeña empresa dedicada a hacer maquetas de distintos monumentos, pero siempre con gran calidad de ejecución, con el máximo realismo, con sorprendente detalle y con posibilidad de replicarse a molde. Se empezó primero reproduciendo pequeñas iglesias de la zona, después, de otros lugares, más tarde se empezó a ejecutar cualquier tipo de monumento e incluso edificios o construcciones de cualquier índole que sus propietarios o gestores –generalmente instituciones o corporaciones empresariales– querían divulgar por su valor representativo. Así se empezaron a hacer fachadas,

esculturas, detalles arquitectónicos, cascos históricos..., incluso presas de embalses o estadios de fútbol, llegando también en este caso a una internacionalización del producto al replicarse obras como la Torre Eiffel, el Arco del Triunfo y la catedral de Notre-Dame de París, la ciudadela de Carcasonne, el Mont Saint-Michel, la casa natal de Mozart en Salzburgo, el Monumento a los Descubrimientos de Lisboa, la mezquita de al-Haram de La Meca o el conjunto de la Explanada de las Mezquitas de Jerusalén..., así hasta un total que supera las 600 piezas originales, de las que 29 pertenecen a monumentos de fuera de España. Hechos en una marmorina artificial, especialmente compuesta para ellos, y pintados a mano, el éxito de estos productos fue enorme, pero de ahí vino su amenaza, porque empezaron las copias pirata que, a partir de los modelos originales de OA, se fabricaban en China por unos precios mucho más bajos, aunque con una calidad también mucho menor, en plástico, lo que obligó a centrarse en piezas mucho más especializadas y a buscar preferentemente el encargo directo y personalizado, un segmento en el que ahora se trabaja de manera especial.

En paralelo, otra parte del equipo de trabajo se focalizó sobre acciones de restauración y conservación del patrimonio mueble e inmueble del entono, buscando financiación para ello tanto en las administraciones públicas como en entidades privadas que entre los objetivos de su responsabilidad social incluyen el compromiso con el patrimonio y la cultura. Esta labor ha permitido intervenir hasta la fecha en un centenar de edificios, aunque hemos de reconocer que en los últimos años la dedicación de recursos para la conservación del patrimonio cultural está dejando mucho que desear. Entre todos los programas desarrollados en este sentido cabe destacar el “Plan Románico Norte”, que con un presupuesto de casi 10 millones de euros permitió, entre 2005 y 2012, la intervención en 54 iglesias románicas, tanto en los propios edificios como en su mobiliario y en sus entornos. También en 2010 se puso en marcha el plan transfronterizo hispano-portugués “Románico Atlántico”, que con el apoyo de las administraciones públicas y con la financiación de la Fundación Iberdrola, aún está vigente, después de casi 30 actuaciones y una inversión cercana a los 5 millones de euros. El modelo ha sido replicado por la Fundación o por otras entidades también en otros territorios, pero siguiendo pautas similares y con el criterio fundamental de que la población ha de estar siempre informada de los trabajos que se hagan y que a la vez se pongan en marcha una serie de iniciativas para la promoción exterior de ese patrimonio. Por eso el lema de Románico Norte era “intervenimos y lo contamos”, porque el conocimiento público es primordial para la conservación futura de estos bienes.



Fig. 8: Cuatro ejemplos de las pequeñas maquetas que realiza Ornamentos Arquitectónicos. Catedral de Notre-Dame de París. Portada de La Madeleine de Vézelay, Ciudadela medieval de Carcassonne y Château de Chenonceau sobre el Loira (Fotos: César del Valle).

La orientación divulgativa ha sido una constante en las actividades de la FSMLR y sus antecesores, de modo que, aprovechando la infraestructura que ofrecía el monasterio y su enorme atractivo –incluso durante el desarrollo de las obras de restauración– se empezaron a organizar, ya desde 1985, distintos cursos y talleres sobre aspectos diversos, aunque relacionados preferentemente con el arte y la cultura de la Edad Media. Este año 2020 se celebra la XXXV edición del *Seminario sobre Historia del Monacato*, que es una de las referencias más importantes dentro de los cursos de verano de su categoría en toda España, pero además es la XXI edición de *Las Claves del Románico* o la XI del *Taller Didáctico del Románico*, completándose el programa con otros talleres de música medieval, caligrafía medieval o fotografía del patrimonio. Estos encuentros, que tradicionalmente se hacen en Aguilar, poco a poco están empezando a organizarse también en otras ciudades, como las *Jornadas sobre Arte Románico* que, en colaboración con el Consejo Superior de Investigaciones Científicas, tienen lugar en Madrid. Pero entre todos ellos queremos destacar los coloquios *Ars Mediaevalis*, que en 2020 alcanzaría su décima edición –frustrada por la Covid-19– y que están experimentando una creciente repercusión internacional; siendo una de las citas más especializadas –y precisamente por ello menos numerosas–, atrae a especialistas de muy diversos países, tanto europeos como americanos, que poco a poco van hallando aquí un espacio de encuentro y de debate que resulta ameno pero que es ante todo riguroso en sus contenidos.

La fidelidad de alumnos y ponentes es enorme, no sólo porque ven en estos cursos y talleres unos temas apropiados y una organización exigente, sino porque han descubierto en Aguilar un lugar de acogida, donde otras personas con sus mismas inquietudes disfrutan de un ambiente y unas experiencias que no es fácil encontrar. Estas actividades mayoritariamente han conseguido

acercar la academia a las personas no especializadas, pero con gran interés por el patrimonio, estrechando una distancia que a veces resulta abismal. Y una vez más la estrategia del éxito se ha basado en bases tan sencillas como la honestidad, la humildad y un trabajo preciso y eficaz.

Las ponencias de una parte de estos cursos se publican puntualmente, en un plazo máximo de medio año, siendo en estos momentos la FSMLR quizás la única editorial española especializada en cultura medieval o, al menos, la que tiene un fondo más amplio de títulos sobre ese tema. Anualmente se publican de forma habitual cinco o seis libros, entre los que se halla la revista *Codex Aquilarensis*, que va por su número 35 y que está indexada y evaluada en SCOPUS, CIRC, Dialnet, Emerging Sources Citation Index, ERIHPlus, LATINDEX, MIAR, SHERPA/RoMEO, International Medieval Bibliograph, ISOC y Regesta Imperii. En su consejo editorial y científico hay reputados investigadores de universidades y organismos de España, Portugal, Francia, Suiza, México y Estados Unidos.

Al margen de estas publicaciones que recogen las ponencias impartidas en los cursos o coloquios, se editan otros trabajos monográficos, que van desde tesis doctorales a libros infantiles, pasando por guías, pero también una revista cuatrimestral: *Patrimonio*. Nació ésta como herramienta para la divulgación de las actividades de la Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León, entidad que desarrollaba una activa labor en la restauración y divulgación de la riqueza cultural de la comunidad autónoma y que se unió a la FSMLR en 2015. En ese momento los contenidos se abrieron a temas más amplios, incluso de interés internacional, incorporándose a su nombre el subtítulo de *Revista de patrimonio y turismo cultural*, que desde entonces fue su nueva vocación. Cuando escribimos estas líneas acaba de ver la luz el nº 70 y *Patrimonio* es un símbolo de lo que la Fundación quiere que sea su futuro en el ámbito de la actividad cultural: divulgación desde el conocimiento, diversificación de contenidos y emotividad desde el respeto y la calidad.

Más allá del románico

El arte románico estuvo en el origen de todo este trabajo y durante muchos años ha sido uno de los ejes sobre los que han pivotado numerosos proyectos, pero el futuro pasa necesariamente por la apertura de horizontes, aunque no se olviden las raíces y esa convivencia natural que tiene la FSMLR con la cultura de la Edad Media y especialmente por la que se halla representada en la comarca de Aguilar de Campoo. Si desde hace largos años ya se han ido poniendo en marcha proyectos relacionados con la atención social a personas mayores, con la formación en diversos ámbitos pero sobre todo para el empleo, o con el desarrollo de sistemas de inteligencia artificial aplicada a la protección del patrimonio, las iniciativas relacionadas con el

mundo de la cultura, de su conocimiento y disfrute se siguen viendo como fundamentales de cara al futuro y en los últimos años han constituido un intenso campo de trabajo para los equipos humanos de la Fundación.

Conscientes de que la proyección y demanda del patrimonio cultural pasa por su divulgación y que las maneras de divulgar han cambiado, se puso en marcha en 2006 *Canal Patrimonio* (<https://www.canalpatrimonio.com>), una plataforma especializada en vídeos y noticias sobre este ámbito, con un carácter eminentemente didáctico e interactivo, creando un espacio virtual dedicado por completo a la promoción y difusión del arte, la historia, la arquitectura, la arqueología, el turismo y la cultura, una comunidad que cuenta con más de 50.000 seguidores en redes sociales.

Pero si en un documental se pueden ver las características, la historia y la belleza de un monumento, un paisaje o un lienzo, ¿por qué no ir a disfrutarlo *in situ* acompañados por personas capaces de contarlo todo y contarlo bien? Y así nació Cultur Viajes SLU, una agencia de viajes propiedad de la Fundación cuyo objetivo es trasladar el aula al campo, a la ciudad, a cualquier sitio donde exista un elemento patrimonial digno de ser apreciado. La oferta se basa en un principio muy simple: disfrutar con calidad, entendiendo que esta calidad ha de estar en los transportes, en los alojamientos, las comidas, los lugares visitados, en las explicaciones dadas, el material complementario..., por eso, afortunadamente, esta iniciativa, que arrancó como una pequeña prueba en 2014, está teniendo un crecimiento exponencial, contando con un perfil de cliente que es bastante similar al que acude a los cursos, es decir, exigente, con un alto grado interés por la cultura y con capacidad económica suficiente para destinar una parte de su presupuesto a disfrutar de ella. Después de seis años, Cultur Viajes llega ya a distintos países de Europa y Oriente Medio, con la perspectiva de ampliar en breve su oferta a Asia, África y América, eso sí, siempre con el patrimonio cultural como objetivo y destino.

La FSMLR también se mantiene muy activa colaborando en proyectos internacionales, especialmente en los vinculados a la Unión Europea, once de los cuales están activos mientras escribimos estas páginas: CD-ETA, para la digitalización del patrimonio cultural y natural, con participación de Estonia, España, Bulgaria, Rumanía, Grecia, Eslovenia e Italia y con un presupuesto de 2 millones de euros. GEFRECON-POPTEC, que destina un millón de euros para la gestión forestal conjunta España-Portugal y para la prevención de incendios. INUNDATIO-Interreg Sudoe, una colaboración entre España, Portugal y Francia para el desarrollo de un sistema que permita reducir el riesgo ante inundaciones por tormentas repentinas combinando sensórica, inteligencia artificial, sistemas de información geográfica y telecomunicaciones, modelización del terreno y estrategias de prevención y gestión de emergencia, con un montante de 1,4 millones €. NAPOPTEC, para el diseño, promoción y comercialización de rutas turísticas con Napoleón como

protagonista, dotado con 700.000 €. DISCOVER DUERO-DOURO, con el objetivo de promover el turismo sostenible en torno al Duero español y Douro portugués, financiado con 1 millón €. IBERICC GLOBAL-POPTEC, que, con una dotación de 1,2 millones €, tiene como objetivo promover la internacionalización de Industrias Culturales y Creativas (ICCs) en territorios fronterizos de España y de Portugal a través de la cooperación empresarial y de la implementación de nuevos modelos, herramientas digitales y estrategias para el sector. Impactour-Horizon 2020, dotado con 3 millones € y que persigue convertir el turismo cultural en verdadero eje de desarrollo territorial, evaluando los recursos, diversificando acciones, fomentando las actividades e implantando una política de buenas prácticas. MUS.NET-Europa Creativa, que dedica 325.000 € al desarrollo de buenas prácticas para mejorar experiencias y captar nuevas audiencias en pequeños museos. “MUSEum NETwork”, proyecto que cuenta con otros 325.000 € para el desarrollo de audiencias diseñado para una red de instituciones culturales de cuatro países europeos –Italia, España, Polonia y Eslovenia– que buscan mejorar la visibilidad de sus centros y atraer a nuevos públicos. HERIT-DATA, cuyo objetivo es el desarrollo y la aplicación de nuevas tecnologías para medir y reducir el impacto del turismo de masas en las ciudades patrimoniales, tarea en la que están comprometidos entidades, empresas y centros tecnológicos de Bosnia-Herzegovina, Croacia, España, Francia, Grecia, Italia y Portugal y que cuenta con un presupuesto de 4,2 millones €. Y, finalmente, BODAH-INTERREG ATLANTIC AREA, que dedica 1,5 millones € a la aplicación de Big and Open Data para una mejor gestión del turismo y el patrimonio en ciudades del área Atlántica: España, Portugal, Francia y Reino Unido. Muy recientemente ha finalizado también WINE & SENSES, dotado con 300.000 €, cuyo objetivo era potenciar el turismo en cinco regiones viticultoras rurales europeas –de España, Italia, Hungría, Portugal y Chequia– generando circuitos en torno el patrimonio vitivinícola.

Como puede observarse, la presencia de las nuevas tecnologías en la gestión del patrimonio cultural, en todas sus dimensiones, resulta ya imprescindible, por eso la FSMLR puso en marcha hace años el proyecto MHS (*Monitoring Heritage System*), una plataforma tecnológica, que facilita la gestión de edificios, conjuntos o ciudades patrimoniales mediante la instalación de una red de sensores inalámbricos en puntos clave para controlar en tiempo real parámetros ambientales, estructurales u otros más vinculados al consumo energético, la seguridad o la afluencia de visitantes. Los datos recogidos se transforman en conocimiento y se vuelcan en un panel de control, en el que a través de un modelo 3D del edificio o la ciudad, el gestor puede saber en todo momento cómo se está comportando cada espacio para tomar las decisiones precisas de conservación y gestión.

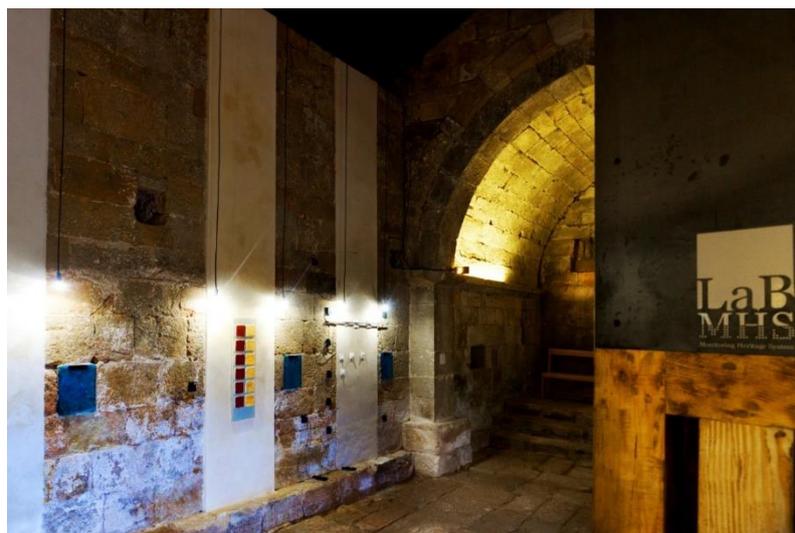


Fig. 9: Laboratorio de MHS en la ermita medieval de Santa María de Canduela (Foto: Marce Alonso).

Son muchas las actividades que desde que se inició la recuperación del monasterio de Santa María la Real se han llevado a cabo, adaptándose a los tiempos, a las nuevas demandas y explorando siempre novedosas vías. Aquí hemos hablado de las vinculadas al patrimonio cultural, pero es que también se han multiplicado los ámbitos de actuación, con proyectos relacionados con la atención social a personas mayores, la formación para el empleo o la gestión de recursos. La versatilidad de la FSMLR es una de sus características y su labor ha sido reconocida con numerosos premios (<https://www.santamarialareal.org/premios-y-reconocimientos>), aunque quizás el mejor haya sido su propia sostenibilidad, con una perduración que ha permitido consolidar la estructura y crecer, con una plantilla comprometida que en estos momentos ronda las 200 personas, el mejor y más evidente ejemplo de que el patrimonio puede generar empleo y economía y que la iniciativa puede ser viable en cualquier rincón.

A modo de colofón: las colaboraciones necesarias para avanzar hacia el futuro

Que la unión hace la fuerza es una conclusión que nadie o casi nadie discute, de ahí que en las actividades de la FSMLR las propuestas colaborativas siempre hayan resultado fundamentales, viéndose confirmadas por la experiencia y los resultados de muchos años. Se ha perseguido el alineamiento con entidades públicas y privadas con los mismos intereses y objetivos, de modo que en cualquier proyecto el listado de socios sea amplio. Se ha tratado de ser competitivos, pero no entrar en competencia, porque la exclusividad, si es soledad, no aporta nada, muy al contrario, requiere más esfuerzos para peores resultados, por ello siempre se ha buscado la participación de personas o colectivos coincidentes. En patrimonio cultural los recursos económicos para invertir siempre son pocos y las necesidades muchas, por eso es crucial aprovechar las oportunidades

ideando proyectos, buscando apoyos y socios y llevando una gestión exquisita y una comunicación adecuada. La experiencia demuestra que los protagonismos innecesarios son absurdos, que son los resultados los que aportan valor y fama, no solo la foto. Ayudar para que te ayuden es buena política, por eso cuando ha sido posible, desde aquí también se han apoyado proyectos interesantes: desde la puesta en marcha del Centre Européen d'Art et Civilisation Médiévale, en Conques (Francia), en 1990, a la gestión de la Escuela Taller de Saint-Louis, en Senegal (2008-2014), desde el diseño en 2012-2013 de un plan para el estudio y recuperación de los fuertes del río Valdivia y Bahía de Corral, en Valdivia (Chile), hasta los actuales proyectos europeos. En la lista de socios y colaboradores de la FSMLR los nombres se cuentan por docenas, desde pequeñas asociaciones locales, a gobiernos o multinacionales. La Fundación ha desarrollado sobre todo un método de trabajo, una estrategia que ha llevado desde el monasterio de Aguilar a otros muchos territorios: el patrimonio como valor económico, el papel de la población (su identificación con ese patrimonio y el reconocimiento como una seña de identidad), la consideración de los entornos (en su sentido más amplio) y la gestión con la sociedad civil como protagonista más allá del necesario papel de las administraciones.

El futuro, como ha demostrado el pasado, también pasa por el aprovechamiento de oportunidades, el análisis de los escenarios viables, la creatividad y la sostenibilidad de las actuaciones, tratando de mantener la independencia (sobre todo económica) y no basar toda actuación sobre el patrimonio cultural en el exclusivo amparo de las administraciones públicas.

Referencias bibliográficas

Assas, Manuel de. "Monasterio o Abadía de Aguilar de Campoó". *Museo Español de Antigüedades*, I (1872): 597-620.

Botelho, Maria Leonor. "A Historiografia da Arquitectura da Época Românica em Portugal (1870-2010)". Tese de doutoramento. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2010.

García Guinea, Miguel Ángel. *El Románico en Palencia*. Segunda Edición. Palencia: Excma. Diputación Provincial, 1975.

Hernando Garrido, José Luis. *Escultura tardorrománica en el Monasterio de Santa María la Real en Aguilar de Campoo (Palencia)*. Aguilar de Campoo: Centro de Estudios del Románico, 1995.

Hernando Garrido, José Luis. "Aguilar de Campoo. Monasterio de Santa María la Real". En *Enciclopedia del Románico en Castilla y León. Palencia I*, Miguel Ángel García Guinea y José María Pérez González (directores). Aguilar de Campoo: Fundación Santa María la Real – Centro de Estudios del Románico, 2002: 186-214.

López de Guereño Sanz, María Teresa. *Monasterios Medievales Premonstratenses. Reinos de Castilla y León*. Salamanca: Junta de Castilla y León, 1997. <https://doi.org/10.15366/cupauam1994.21.010>

Matesanz Vera, Pedro. “Arqueología y restauración arquitectónica: el caso del monasterio de Santa María la Real (Aguilar de Campoo, Palencia)”. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*, 21 (1994): 313-340.
<https://doi.org/10.15366/cupauam1994.21.010>

Mazo Salgado, Miguel del, y Soledad Huamaní Mosqueira. *Escuelas Taller 2030. “Aprender haciendo”*. Madrid: Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo, 2018.

Mélida, José Ramón. “El monasterio de Aguilar de Campoo”. *Boletín de la Real Academia de la Historia*, 66 (1915): 43-49.

Nuño González, Jaime. “China como oportunidad”. *El Norte de Castilla*. 29 de marzo de 2011, Opinión, 25.

Pérez “Peridis”, José María. *Hasta una ruina puede ser una esperanza. Monasterio de Santa María la Real de Aguilar de Campoo*. Aguilar de Campoo: Fundación Santa María la Real del Patrimonio Histórico, 2017.

Rodríguez, Daniel. *El monasterio aquilareense o Abadía de Aguilar de Campoo*. Madrid: Romero Impresor, 1897.

Rodríguez de Diego, José Luis. *Colección diplomática de Santa María de Aguilar de Campoo*. Salamanca: Junta de Castilla y León, 2004.

Unamuno, Miguel de. *Andanzas y visiones españolas*. Madrid: Renacimiento, 1922.

VV.AA. *Boletín de la Asociación de Amigos del Monasterio de Aguilar*, 1 (1977), Aguilar de Campoo.

Recibido: 19 de junio de 2020

Aprobado: 10 de septiembre de 2020

Dossiê: Patrimônio e Relações Internacionais

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.31203>

Política Externa de Cidades: Estratégia Internacional Modelada e Patrimônio Cultural

Foreign Policy of Cities: International Modelling Strategy and Cultural Heritage

Política Exterior de Ciudades: Estrategia Internacional Modelada y Patrimonio Cultural

*Gilberto Marcos Antonio Rodrigues**

<https://orcid.org/0000-0001-5150-5146>

RESUMO: No âmbito da dimensão cultural das relações internacionais de cidades, o patrimônio cultural é um vetor pouco explorado em sua potencialidade e capacidade de promover a inserção internacional local do Brasil. O problema principal que se coloca nesse artigo é: no caso de patrimônios culturais, sejam eles materiais ou imateriais, que não dispõem de valorização ou proteção nacional, como pode a cidade aproveitá-lo como vetor de uma ação internacional? O objetivo do artigo é analisar como o patrimônio cultural pode ser transformado em recurso ativo para uma Estratégia Internacional Modelada (EIM) visando alavancar e apoiar a política externa de uma cidade média ou pequena no Brasil. A hipótese principal a ser explorada é que o patrimônio cultural, embora pouco valorizado no país como recurso ativo de inserção e projeção internacional, pode ser um interessante e efetivo vetor para a uma EIM visando a elaboração de políticas externas de cidades pequenas e médias. Num cenário adverso para a cultura no Brasil, as cidades ganham novo papel como atores internacionais em prol da proteção do patrimônio cultural local.

Palavras-chave: Cidades. Paradiplomacia. Patrimônio. Internacionalização. Cultura.

ABSTRACT: In the cultural dimension of international relations, cultural heritage has not been sufficiently explored in its capacity as a way to promote Brazil's international local insertion. The main question of this article is: in case of tangible and intangible cultural heritage without national

* Professor do Bacharelado e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC). Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP e mestre em Relações Internacionais pela Universidad para la Paz (Costa Rica). Autor de Organizações Internacionais (Moderna) e co-organizador de Cidades em Relações Internacionais (Desatino). Coordena o Grupo de Pesquisa do CNPq Núcleo de Estudos sobre Federalismo e Poder Local. Pesquisador produtividade (DT) do CNPq. Foi pesquisador visitante sênior (Capes-Print) na Universidade Duisburg-Essen, Alemanha. E-mail: gilberto.rodrigues@ufabc.edu.br

protection, how can a city take advantage of that cultural resource to foster international relations? The article aims to analyse how small and middle-size cities may transform cultural heritage as a resource for an International Modelling Strategy (IMS) in order to leverage and support the foreign policy of small and middle-size cities in Brazil. The main hypothesis is: despite the fact of cultural heritage is undervalued as an active resource of international insertion and projection, it may be an interesting and effective vector for an IMS for small and middle-size cities' foreign policies. In a difficult political scenario for the culture in Brazil, cities are gaining a new role as international actors on the protection of local cultural heritage.

Keywords: Cities. Paradiplomacy. Heritage. Internationalization. Culture.

RESUMEN: En el ámbito de la dimensión cultural de las relaciones internacionales de ciudades el patrimonio cultural es un vector poco explorado en su potencialidad y capacidad de promover la inserción internacional local de Brasil. El punto principal del artículo es: en el caso de patrimonios culturales, ya sean materiales o inmateriales, los cuales no disponen de valoración o protección nacional, como puede la ciudad utilizarlos como vector de acciones internacionales? El objetivo del artículo es analizar como el patrimonio cultural puede ser transformado en recurso activo para una Estrategia Internacional Modelada (EIM) visando impulsar y apoyar la política externa de una ciudad mediana o pequeña en Brasil. La hipótesis principal a ser desarrollada es que el patrimonio cultural no obstante su baja valoración en el país como recurso activo de inserción y proyección internacional, puede ser un interesante y efectivo vector de una EIM para la elaboración de políticas externas de ciudades pequeñas y medianas. En un escenario de dificultades políticas para la cultura en Brasil, las ciudades ganan un nuevo rol como actores internacionales en aras de protección del patrimonio cultural local.

Palabras clave: Ciudades. Para-diplomacia. Patrimonio. Internacionalización. Cultura.

Como citar este artigo:

Rodrigues, Gilberto Marcos Antonio. "Política Externa de Cidades: Estratégia Internacional Modelada e Patrimônio Cultural". *Locus: Revista de História*, 26, n.2 (2020): 78-94.

“Era uma vez uma cidade onde havia um importante patrimônio cultural, um edifício antigo e ainda preservado, mas poucas pessoas na cidade o valorizavam; até o dia em que uma famosa atriz de cinema estrangeira, de passagem pela cidade, pousou com uma amiga para uma foto na frente dessa construção. Depois da postagem dessa imagem numa rede social, milhares de pessoas do mundo todo curtiram e quiseram saber onde era aquele lindo lugar, o que era aquele edifício...Seria um patrimônio cultural do lugar?”

Começo este artigo narrando uma situação hipotética que poderia ocorrer em uma pequena cidade brasileira, onde um indeterminado patrimônio cultural material (arquitetônico) jaz desconhecido, desvalorizado e esquecido por sua própria comunidade. Muito provavelmente ele esteja abandonado por omissão de seu proprietário ou por falta de iniciativa do poder público. E se não for tombado (fato que, no Brasil, pode vir a gerar abandono), corre sério risco de ser derrubado, do dia para a noite, por uma empreiteira financiada por algum grupo empresarial interessado em investir num megaempreendimento imobiliário. E talvez esteja na mira de algum plano de gentrificação de um bairro decadente da cidade. Um cenário como esse de “revitalização econômica” contaria com apoio incondicional da maioria parlamentar na câmara de vereadores e da prefeitura local, dado seu “potencial” de desenvolvimento econômico e geração de empregos para o município (sem mencionar os benefícios escusos que tais empreendimentos imobiliários historicamente geram para uma pequena parcela de agentes públicos envolvidos em sua aprovação no legislativo e no executivo). Na guerra dos lugares (Rolnik 2016), patrimônios culturais também são sacrificados no altar do capital. A realidade brasileira mostra que o patrimônio cultural o mais das vezes é visto como empecilho, como obstáculo ao desenvolvimento local. Esse é o triste e trágico destino de centenas de patrimônios culturais materiais, em milhares de cidades pequenas e médias, num país com baixa consciência de preservação cultural como o Brasil. Contudo, aquela imaginária foto da atriz, viralizada na internet pelo mundo, é uma promessa de redenção daquele patrimônio e da inserção internacional da cidade num universo não apenas cultural, mas econômico. Promessa que a população local e seus políticos não logram, na maior parte dos casos, dimensionar.

O mesmo poderia ser imaginado como narrativa hipotética de patrimônios culturais arqueológicos e imateriais, que dependem, cada qual, de consciência e educação patrimonial da população, investimento público e privado para garantir sua existência, além de especialistas em patrimônio para a sua preservação.

Material ou imaterial, o patrimônio cultural deve ter um significado para a comunidade em que está inserido, tenha ou não reconhecimento oficial. Somente assim, haverá a necessidade – e surgirá a prioridade - de sua preservação.

Como então transformar o patrimônio cultural de uma cidade em recurso ativo de inserção internacional local, a partir de sua imantação com a identidade cultural da cidade, atraindo para si cooperação técnica internacional, investimentos estrangeiros, turismo cultural e desenvolvimento local? Para além da hipotética estória da atriz de cinema estrangeira, da foto e da celebração de

um patrimônio cultural antes desconhecido, existem estratégias técnicas e políticas de inserção internacional da cidade com enorme potencial em aberto.

Nesse sentido, a atuação internacional de cidades é hoje objeto de estudos e pesquisas de diferentes campos de conhecimento. As cidades são reconhecidas como atores políticos (Castells e Borja 1996) e no campo das Relações Internacionais são consideradas atores políticos internacionais. Tal condição das cidades, enquanto poderes políticos locais com capacidade de inserção e projeção internacional, remete aos estudos e teorias sobre paradiplomacia, cooperação internacional descentralizada, governança multinível e federalismo. Em qualquer desses âmbitos conceituais e teóricos, as relações internacionais de cidades assumem papel crescentemente relevante na discussão e implementação de políticas públicas no âmbito local.

Como ensina Noe Cornago (2018), a paradiplomacia ganhou terreno nos últimos anos facilitada pela globalização da economia e a interconectividade global e como expressão das relações internacionais de entes subnacionais. Essa expressão é tão mais viva e pujante quanto mais descentralizado for o Estado nacional, daí o tema da paradiplomacia ter se desenvolvido com particular ênfase em países como sistema federal, onde a divisão e o compartilhamento de competências estão definidas na constituição do país (Michelmann 2009).

Tomando como base a categorização elaborada por Michael Keating (2000), dentre os três principais vetores motivacionais de atuação internacional subnacional ou descentralizada – econômico, político e cultural – o cultural parece ser o menos estudado. E, mesmo assim, dentro do que é investigado nesse âmbito, sobressaem as questões linguísticas e étnicas, componentes de uma identidade cultural normalmente vinculada a uma minoria linguística ou étnica dentro de uma região ou país, imbricada a uma motivação política de atuação voltada à obtenção de mais autonomia dentro e fora do país.

No âmbito da dimensão cultural das relações internacionais, o patrimônio cultural é parte da diplomacia cultural e da cultura como “poder brando” dos países nas relações internacionais, a partir da concepção de “*soft power*” elaborada por Joseph Nye (Christofoletti 2017)¹. Entretanto, a dimensão cultural, enquanto vetor de relações internacionais das cidades, é pouco explorada em sua potencialidade e capacidade de promover a inserção internacional local. Embora possa se argumentar em sentido contrário – que o patrimônio cultural constitui elemento crucial para atrair turismo internacional para muitas cidades e, portanto, seja em muitos casos fator de projeção

¹ A cultura, enquanto poder brando, se faz presente na diplomacia cultural, uma das áreas mais importantes das relações internacionais dos Estados nacionais. Por meio dela, as chancelarias tratam de atrair interesse, curiosidade e adesão aos valores do país, podendo resultar em diversas formas de apoio – do comércio ao alinhamento geopolítico.

internacional – enquanto elemento central indenitário de uma cidade, o patrimônio cultural raramente está no centro da projeção internacional da *urbis*, constituindo um elemento a mais a somar-se no conjunto de ações econômicas, sociais e políticas da atuação internacional de cidades.

Em casos de patrimônios culturais nacionalmente conhecidos e reconhecidos, que podem levar a candidaturas a credenciamentos internacionais, ou efetivamente serem inscritos na lista de Patrimônio Mundial da UNESCO, há uma projeção internacional da cidade promovida pelo próprio Estado nacional e por organizações internacionais que avalizam aquele patrimônio como parte de uma rede global de valorização e proteção culturais. No Brasil, até o momento, há 15 sítios do patrimônio cultural mundial reconhecidos pela UNESCO (UNESCO 2020). Eles estão nas seguintes cidades (com respectivos anos de reconhecimento): Ouro Preto, MG (1980), Olinda, PE (1982), São Miguel das Missões, RS (1983), Salvador, BA (1985), Congonhas do Campo, MG (1985), Brasília, DF (1987), São Raimundo Nonato, PI (1991), São Luís, MA (1997), Diamantina, MG (1999), Goiás, GO (2001), São Cristóvão, SE (2010), Rio de Janeiro, RJ (2012), Belo Horizonte, MG (2016), Rio de Janeiro, RJ (2017), Paraty e Ilha Grande, RJ, SP (2019).²

É evidente que a maioria avassaladora dos 5.570 municípios brasileiros está fora desse âmbito privilegiado das relações internacionais culturais num âmbito global promovido pela UNESCO. Com efeito, a grande maioria dos patrimônios culturais nacionais e locais carece desse tipo de projeção internacional. Não obstante, há municípios que logram usar seu patrimônio como fator de atração para o turismo cultural em âmbito internacional, a exemplo de capitais como João Pessoa (PB), Recife (PE), Natal (RN) e Fortaleza (CE), na região Nordeste, e as cidades de Mariana e Tiradentes, em Minas Gerais. Cidades com patrimônios culturais que aspiram reconhecimento internacional, como no caso do Geoparque Aspirante Seridó em relação à Lista de Geoparques da UNESCO, que envolve seis cidades do interior do Rio Grande do Norte, também tratam de fomentar seu turismo internacional pela via do patrimônio cultural.

E há muitos patrimônios que não tem sequer reconhecimento nacional, seja por meio dos órgãos oficiais como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no caso do Brasil, seja por falta de conhecimento e de políticas de preservação estadual e local desse patrimônio.

A questão principal, o problema de pesquisa deste artigo é: no caso de patrimônios culturais locais, sejam eles materiais (arqueológicos, arquitetônicos etc.) ou imateriais, que não dispõem de valorização ou proteção nacional, como pode a cidade aproveitá-lo como vetor de sua inserção

² Para saber os detalhes sobre a inscrição das cidades brasileiras na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, ver *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade* (Silva 2012).

internacional? Outras questões derivadas dessa pergunta de pesquisa mais geral, são: patrimônios culturais que dizem respeito à cidade, à sua história e à sua identidade local, são hábeis a inserir internacionalmente uma cidade? Como transformar esse patrimônio em recurso ativo para uma ação internacional de cidades?

A partir da pergunta geral e das perguntas derivadas expostas acima, o objetivo do artigo é analisar como o patrimônio cultural pode ser transformado em recurso ativo para uma Estratégia Internacional Modelada - EIM, visando alavancar e apoiar a política externa de uma cidade média ou pequena. A hipótese principal a ser explorada é que o patrimônio cultural, embora pouco valorizado no Brasil como recurso ativo de inserção internacional, pode ser um interessante e efetivo vetor para a uma EIM visando contribuir com a política externa de cidades pequenas e médias³.

Ação internacional subnacional

O campo das ações internacionais de entes subnacionais está bem desenvolvido e bem delineado no Brasil, seja na prática de estados e municípios, seja na literatura resultante das pesquisas de diferentes campos de conhecimento como Administração Pública, Ciência Política, Direito, Economia, Relações Internacionais, entre outras (Vigevani *et al* 2004; Rodrigues 2008; CNM 2011; Tavares 2012; Marcovitch e Dallari 2014; Santomauro 2017; Prado 2018).

Na literatura internacional, o fenômeno das ações internacionais subnacionais recebe diversas denominações, sendo as mais comuns paradiplomacia, cooperação internacional descentralizada e relações internacionais de entes constitutivos. No Brasil, outras denominações foram criadas para explicar o caso brasileiro, como diplomacia federativa, política externa federativa, relações internacionais federativas e cooperação internacional federativa (Prado 2018). O termo paradiplomacia tem sido majoritariamente utilizado no mundo, sobretudo na literatura anglo-saxã, embora a expressão cooperação internacional descentralizada seja largamente utilizada pela União Europeia e conte com a preferência de muitos gestores públicos, que não querem se confundir ou se indispor com a diplomacia nacional (o termo paradiplomacia tem, para muitas chancelarias, o significado de competição com a diplomacia nacional, o que não se confirma na maioria dos casos, ao menos no Brasil, do qual dependem para muitas situações envolvendo governança multinível e relações intergovernamentais com a união.

³ O tamanho das cidades é baseado em sua população. Cidades médias são consideradas as que têm entre 100 mil e 500 mil habitantes. As pequenas as que têm menos de 100 mil habitantes.

Em relação às cidades, outros termos vêm sendo adotados e utilizados, como diplomacia de cidades e diplomacia urbana, revelando uma especificidade que tanto as organizações internacionais, com a União Europeia, como as redes nacionais e internacionais de poderes locais, e os próprios gestores municipais, reivindicam como mais apropriada para definir essa esfera das relações internacionais.

No âmbito de seu interesse local, o município tem competência legal para atuar no campo cultural e compartilha com a união, o estado e o distrito federal a responsabilidade de preservar o patrimônio cultural. De acordo com a Constituição Federal, em seu artigo 23, III, os três entes da federação (mais o distrito federal) têm competência comum para “proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos”. No caso brasileiro, a Constituição Federal define essa responsabilidade compartilhada que, no federalismo, implica ações cooperativas entre os entes federados para efetivar ações e otimizar recursos. Mas, além disso, o município tem competência própria para, nos termos da Constituição Federal em seu artigo 30, IX - “promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual”. Essa competência se aplica para a atuação doméstica, mas não impede nem exclui a atuação internacional. Trata-se do “princípio da subsidiariedade”, desenvolvido pelo Direito Alemão, e adotado pela União Europeia, que reconhece o papel crucial do poder local na criação e implementação de políticas públicas em nível local. De forma geral, a maioria dos juristas brasileiros considera que as ações internacionais de governos subnacionais operam dentro da legalidade e da segurança jurídica (Sala 2009).

O significado dessa moldura constitucional é permitir que cada ente federado – a união, os estados, o distrito Federal e os municípios possam desenvolver de forma autônoma ações no âmbito de sua competência, seja compartilhada (como no caso da proteção ambiental e cultural) seja exclusiva, no âmbito do interesse local.

Há diversas ações internacionais subnacionais que contam com a iniciativa e o apoio da esfera federal. O Ministério das Relações Exteriores tem na sua estrutura uma agência especializada em cooperação internacional, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), cuja agenda tem sido permeada de diversas ações e relações direcionadas à cooperação internacional subnacional. Há, nesse aspecto, uma complexa teia de relações intergovernamentais envolvendo a temática internacional e políticas públicas que se desenvolvem no âmbito da governança multinível, incluindo desde agências internacionais do sistema ONU até os poderes locais e organizações da sociedade civil.

Inserção internacional subnacional e política externa de cidades

A inserção internacional de um ator no âmbito global ou regional é tema prioritariamente estudado pelo campo das Relações Internacionais, com ênfase majoritária no Estado nacional, a partir de sua centralidade histórica - ao menos desde a Paz de Vestfália (1648), fixada como o marco das relações internacionais estatais contemporâneas. O estudo da política externa, enquanto política do Estado nacional para planejar e definir o quando e o como das relações bilaterais e multilaterais do país, tem sido objeto de interesse tanto de diplomatas e do ministério das relações exteriores, quanto da academia; esta, a partir de metodologias que vão da análise de discursos de presidentes e ministros, votos do país nos órgãos das organizações internacionais (como Assembleia Geral da ONU) e pesquisa em fontes primárias e documentos históricos, como telegramas entre as representações diplomáticas e o ministério, onde são encontradas as razões e os interesses dos agentes públicos para se adotar uma ou outra política em relação a temas bilaterais ou multilaterais⁴.

A política externa, enquanto política do Estado nacional, sempre foi percebida como monopólio do governo central ou do governo federal em federações. A Constituição Federal do Brasil reserva à união a competência de manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais (art. 21, I) e declarar guerra e paz (art. 21, II). Ao Presidente da República compete privativamente manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos (art. 84, VII) e celebrar tratados, convenções e atos internacionais (art. 84, VIII); declarar guerra (art. 84, IX) e celebrar a paz (art.84, XX). Há, sem dúvida, grande concentração de competências e poderes no chefe do executivo e da união no tema das competências externas (Dallari 2001). Além disso, no Brasil o Ministério das Relações Exteriores, o Itamaraty, é um corpo estável e profissional de assessoramento ao Presidente nas relações externas, reforçando a centralidade da política externa enquanto política pública do estado nacional. Entretanto, essa concentração de competências no executivo federal e o silêncio da constituição sobre a possibilidade de ações internacionais dos demais entes subnacionais não impede nem desautoriza a legitimidade e a legalidade das ações subnacionais internacionais.

Mesmo assim, há internacionalistas no Brasil, acadêmicos e diplomatas que, ainda hoje, não admitem possa haver uma política externa subnacional, ou que não possa ser qualificada dessa maneira, quando se trata de relações internacionais subnacionais. Embora possa soar como preciosismo terminológico, qualificar como política externa um conjunto de ações formuladas e

⁴ Letícia Pinheiro define política externa como: “(...) o conjunto de ações e decisões de um determinado ator, geralmente mas não necessariamente o Estado, em relação aos outros Estados ou atores externos – tais como organizações internacionais, corporações multinacionais ou atores transnacionais –, formulada a partir de oportunidades e demandas de natureza doméstica/e ou internacional” (Pinheiro 2004, 7).

voltadas a uma inserção internacional de um governo subnacional tem lógica e faz sentido, uma vez que se assume que estados federados e municípios são atores internacionais aptos a produzir ações internacionais, convergentes ou não com a política externa nacional. Por isso, a possibilidade de formulação de uma política externa de cidades é algo factível, legítimo e legal, considerando tratar-se de uma manifestação da política pública local (nesse caso, como atividade-meio), baseada e vinculada ao interesse local do município (Rodrigues 2004).

Um estudo da Confederação Nacional de Municípios (CNM 2011) analisou os principais motivadores para a criação da área internacional de municípios que sabidamente estabeleceram estruturas para atuar internacionalmente. Dentre os motivadores principais são: captação de recursos; cooperação técnica; projeção internacional (que a CNM denomina marketing internacional); promoção econômica; e turismo internacional.

A temática cultural, incluindo o patrimônio cultural, se insere em mais de uma dessas motivações apontadas, o que torna esse tema um nicho de atuação complexo e ao mesmo tempo flexível para sua inclusão na agenda internacional da cidade. A cooperação técnica é importante para o patrimônio cultural, uma vez que tanto as organizações internacionais de caráter técnico, como a UNESCO, quanto as agências de desenvolvimento, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e os bancos internacionais de fomento ao desenvolvimento, como o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) apoiam projetos visando a preservação e o incremento do patrimônio cultural local⁵. A projeção internacional, a partir do patrimônio cultural, é outra possibilidade e se conecta com o turismo internacional, que pode estar amparado nas variadas formas de patrimônio cultural.

Estratégia Internacional Modelada (EIM) para cidades

Partindo do argumento já desenvolvido de que cidades não só podem realizar ações internacionais, mas que tais ações podem derivar para uma política externa da cidade – o que se traduz em um conjunto de ações planejadas e voltadas para as relações externas de um poder local, visando sua inserção e projeção internacional, em termos bilaterais e multilaterais – cabe analisar qual o lugar e o papel que o patrimônio cultural pode ter nessa política externa.

Em cidades globais (Sassen 1991), com destaque para São Paulo e Rio de Janeiro, e em praticamente todas as capitais dos estados e cidades grandes em regiões metropolitanas, no caso

⁵ A esse grupo de agências de fomento cabe incluir o Novo Banco de Desenvolvimento (*New Development Bank-NDB*), criado pelos BRICS, em 2014.

do Brasil, há uma internacionalização local “natural”, ainda que não planejada ou organizada, pela própria dimensão populacional, econômica, política e cultural localizada no território urbano. Esse caráter internacional das cidades pode ser identificado por meio de indicadores, por exemplo, a partir das 13 características apontadas por Panayotis Soldatos (apud Yhan Filho 2019) que definem uma “cidade internacional”.⁶ Em geral – mas não sempre – cidades de grande porte incorporam as relações internacionais em sua agenda e dispõem de estruturas de assessoramento encarregadas do fazer internacional da cidade. Entretanto, o mesmo não pode ser dito sobre cidades médias e muito menos de cidades pequenas.

A Estratégia Internacional Modelada (EIM) é um meio de elaborar a estratégia de inserção internacional local, no âmbito da política externa da cidade, amparado nos recursos materiais e humanos de que a cidade dispõe (Rodrigues 2019). Porém, para que ela possa ser iniciada e efetivada, no âmbito do poder executivo municipal, como política pública local, algumas condições mínimas são necessárias.

A primeira condição é que a prefeitura tenha no mínimo um(a) funcionário(a) que atue como ponto focal da área internacional. Tendo em vista as diversas experiências acumuladas e relatadas de ações internacionais de cidades (Rodrigues, Romão e Xavier 2009; Marcovitch e Dallari 2014) sabe-se que para levar a cabo a inserção internacional de uma cidade é preciso compor uma estrutura que pode incluir desde uma assessoria direta ao prefeito ou prefeita a uma coordenadoria e até uma secretaria municipal para cuidar dessa área, com recursos, pessoal e orçamento próprios para o tema. Todavia, em se tratando de uma cidade pequena ou média, nem sempre é possível criar ou manter uma estrutura para elaborar e implementar a política externa local. Nesse primeiro quesito cabe agregar que o funcionário que atue como ponto focal deveria ser alguém que tivesse formação na área e/ou experiência internacional e que se comunicasse em inglês, e que não se

⁶ De acordo com Soldatos (apud Yhan Filho 2019), as 13 características que conformam uma cidade internacional moderna são: 1. Tem posição geográfica de abertura para o mundo; 2. Recebe fatores de produção estrangeiros (investimento, mão-de-obra, etc.) e fluxo de comércio (mercadorias e serviços); 3. Abriga instituições estrangeiras e internacionais (empresas, bancos e diversas outras instituições socioeconômicas, culturais e científicas; organizações internacionais; etc.); 4. Exporta fatores de produção e suas instituições econômicas, sociais, culturais e científicas têm presença no exterior; 5. Tem multiplicidade de comunicações sociais com o exterior; 6. É diretamente interligada com o exterior por meios de transportes e de comunicações; 7. Possui um setor de serviços voltado para o exterior e oferecendo um sistema de suporte aos atores estrangeiros ou internacionais (hotéis, escolas internacionais, centros de convenções, etc.); 8. Tem uma mídia de repercussão e difusão internacionais; 9. Acolhe, regularmente, encontros e outros tipos de atividades internacionais (congressos, exposições, festivais, jogos esportivos, etc.); 10. Abriga instituições nacionais, regionais e locais de reputação internacional ou ativas no âmbito das relações internacionais; 11. Exerce uma paradiplomacia urbana (pública ou privada), apoiada em serviços especializados de relações internacionais e em estratégias de internacionalização; 12. Mantém entendimentos (acordos, protocolos, etc.) com atores estrangeiros ou internacionais e participa das redes internacionais de cidades ou de instituições de cidades; 13. Tem uma população com composição étnica diversificada.

confundisse com chefe ou assessor(a) de cerimonial – uma área importante porém diferente da assessoria internacional.

A segunda condição é que haja um arquivo individualizado, físico e virtual, e organizado dos documentos, incluindo mensagens com autoridades e comunidade estrangeira, atas de reunião, relatos de viagem e processos vinculados à área. Esse arquivo paradiplomático é de fundamental importância para possibilitar a continuidade de contatos e negociações internacionais que ultrapassam muitas vezes o período de mandato de um(a) prefeito(a), evitando-se perdas e descontinuidades quando há troca do mandatário e de seu partido no poder. O acervo é igualmente importante para atender a lei de transparência pública e o acesso público a documentos. A iniciativa pioneira de criar um arquivo paradiplomático no Brasil foi do Estado de São Paulo (Tavares 2012).

A terceira condição é que haja uma comissão ou conselho, formado por integrantes da prefeitura e representantes da sociedade civil, setor privado, instituições científicas, de ensino, pesquisa e culturais, coordenado ou secretariado pela pessoa que atue como ponto focal da política externa local. Essa comissão ou conselho municipal pode ter caráter de órgão consultivo e também deliberativo, e exerce papel importante para conferir legitimidade, em chave de federalismo participativo, por meio do debate sobre as necessidades e interesses locais para a política externa local e para a constituição e implementação da EIM voltada para a inserção e projeção internacional, podendo assim ter o patrimônio cultural e outros temas como objeto.

A quarta condição é que haja diálogo com os vereadores na câmara municipal sobre a política externa e sobre a EIM, visando criar consciência da transcendência do tema e do distinto *timing* que a política externa exige, dentro do âmbito das relações internacionais, em que resultados e ganhos não são obtidos rapidamente, dependendo de negociações internacionais que podem inclusive ultrapassar o espaço de tempo de um mandato.

A quinta e última condição é que o prefeito ou prefeita concorde em participar das reuniões bilaterais e dos encontros multilaterais nas quais a política externa da cidade apostou como vetor de sua inserção internacional. Essa presença do(a) chefe do Executivo é de fundamental importância nas relações internacionais, onde se estabelecem relações de confiança e de prioridade no apoio às cidades que se fazem representar por seus/suas altos(as) mandatários(as).

Com essas cinco condições, a EIM pode ser elaborada e aplicada em uma cidade, visando criar e impulsionar uma plataforma com objeto e foco definidos, a partir das necessidades e interesses locais que irão informar a política externa da cidade.

No período da pandemia de covid-19, desencadeada no início de 2020, em que o mundo se vê impactado pelas restrições de mobilidade interna e internacional impostas pela emergência

sanitária declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a elaboração de uma EIM para o poder local se faz mais relevante, a fim de encontrar e abrir novos caminhos para a inserção internacional de cidades, afetadas pelos impactos da pandemia e com horizonte de uma crise econômica sem precedentes na história recente (FAL 2020).

História da cidade, patrimônio cultural e a EIM

As cidades são as unidades de poder e de governo mais antigas da História humana. São aos atores políticos germinais da humanidade e sua existência antecede em milênios o Estado nacional, como bem mostra Lewis Mumford, em seu clássico *A Cidade na História* (Mumford 2008). Todas as cidades importantes ao longo da história, em todos os continentes, deixaram um legado de patrimônio histórico que as definem e inspiram em sua identidade no tempo presente (Norwich 2009).

Uma tendência recente de valorização da identidade local, inclusive no âmbito educacional, tem levado algumas cidades no Brasil a investir em sua história, por meio da compilação, organização e publicação das narrativas de sua fundação e de sua trajetória enquanto ator único no universo territorial e cultural do estado e do país⁷. Essa narrativa “fundacional” remete ao debate realizado por Joseph Rykwet (2006) sobre a ideia de cidade, em que o autor destaca a importância dos elementos simbólicos na fundação das cidades, mais além de razões geográficas e econômicas. A par desse elemento fundante, simbólico, da cidade, outros elementos da história urbana, incluindo patrimônios culturais que se agregam no trajeto histórico da cidade, podem se converter em importantes referências culturais da *urbis*. A partir da narrativa da história local, o patrimônio cultural ganha seu espaço no imaginário local e passa a integrar a identidade mais ampla da cidade.

Partindo, pois, dessa história local o patrimônio cultural pode ser melhor apropriado por atores públicos e privados envolvidos em ações internacionais. Na formulação de uma EIM com base no patrimônio cultural é essencial haver uma conexão entre este e o âmbito mais amplo da identidade cultural local. A elaboração da política externa local, como política pública local para o exterior, se assemelha, assim, à política externa nacional, em que deve haver uma tradução da realidade interna para a externa. A marcante diferença entre uma e outra é que a política externa local terá um escopo menos diverso e mais homogêneo – quanto menor for a cidade.

Exemplos de patrimônios culturais materiais são o patrimônio arquitetônico, incluídos edifícios históricos e obras arquitetônicas da cidade, que marcam aspectos fundacionais da cidade

⁷ Nesse sentido, a título de exemplo: (Trindade 2010; Puntchart 2012).

ou de sua trajetória política, econômica e cultural. Especificamente, podem-se citar residências de personalidades da história local, ou de personagens nacionais ou internacionais, oriundos da cidade, cuja memória dos anos de infância e juventude foram preservados, e em muitos casos foram transformados em museus. Esses são alguns exemplos de patrimônios culturais materiais com potência para uma EIM a impulsionar a política externa cultural local. Da mesma forma, patrimônios culturais imateriais tem potência para serem trabalhados por uma EIM e alimentar a política externa da cidade, nesse caso auxiliando cidades que ainda não contam com um patrimônio material “em pé” para serem usados como potência, por exemplo através da valorização das festividades locais em cidades pequenas do Nordeste (Froio e Medeiros 2020); e no caso de cidades de vida mais recente, que não contam com um patrimônio material “dito importante”.

O multilateralismo subnacional como espaço de inserção internacional cultural

Uma das características já apontadas das relações internacionais de cidades é a possibilidade de atuação em redes internacionais de governos locais sejam globais ou regionais, gerais ou específicas. Para as cidades sul-americanas, a principal referência é a Rede Mercocidades, lançada em 1995, logo após a criação do Mercosul como bloco institucional entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (Corradi e Gomes 2015). A Rede Mercocidades tornou-se a mais importante rede de intercâmbio e de cooperação técnica horizontal para as cidades sul-americanas, incluindo um conjunto de cidades brasileiras que ao longo de 25 anos vem atuando como filiações e dirigentes da rede e de suas unidades temáticas.

A Mercocidades adotou o sistema de Unidades Temáticas, para constituir grupos de cidades com interesses focados em determinados temas (Mattioli e Rodrigues 2017). Existe uma Unidade Temática de Cultura, que abarca a temática do patrimônio cultural. Em seu Plano de Trabalho 2019-2021, a Unidade Temática de Cultura, coordenada pela cidade de Lambaré, Paraguai, tendo como vice-coordenadoras as cidades de Santo André, Brasil, e Villa Maria, Argentina, lançou o projeto “Rede cultural turística sustentável, para salvaguarda do patrimônio cultural das cidades da região” (Mercocidades 2019).

Cabe recordar que o próprio Mercosul criou o Mercosul Cultural, em 2012, um foro que reúne ministros de cultura do bloco, e mantém a Comissão de Patrimônio Cultural (CPC), que já reconheceu como Patrimônio Cultural do Mercosul bens culturais localizados em cidades fronteiriças entre os países mercosulinos (IPHAN 2020).

Outra vertente importante de atuação multilateral subnacional se dá por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), via Agenda 2030, em que os poderes locais exercem reconhecida centralidade na implementação dessa que é a política pública global mais abrangente e ambiciosa da atualidade (ONU 2020). Organizações internacionais de cidades, como a Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), com sede em Barcelona, conferem grande importância à Agenda 2030 e vem atuando na ONU e prestando cooperação técnica a governos locais em todo o mundo, visando a implementação progressiva dos ODS (CGLU 2020).

Por meio de uma EIM, a política externa de uma cidade pode realizar sua inserção internacional por via de uma rede internacional de cidades e desta forma transformar seu patrimônio cultural em um ativo de política externa local, divulgando sua identidade local perante cidades homólogas de outros países, em redes regionais na América do Sul, como em redes globais, e praticando a cooperação internacional horizontal entre cidades.

Política externa de cidades e patrimônio cultural em ambiente nacional adverso à cultura

Para finalizar o argumento deste artigo, cabe fazer uma consideração de natureza mais conjuntural em relação ao ambiente adverso, ou extremamente adverso, em que a cultura brasileira e as políticas públicas culturais ingressaram a partir da posse do presidente Jair Bolsonaro, em janeiro de 2019. O Ministério da Cultura foi extinto, tornando-se uma secretaria “desidratada” e com pouca ascendência no governo. Notoriamente a área cultural foi desprestigiada e marginalizada na esfera federal, perdendo quaisquer espaços nas prioridades do governo.

Nesse contexto explicitamente adverso para as políticas de preservação e promoção cultural, a política externa de cidades com ênfase na cultura e no patrimônio cultural ganha um *plus* de importância, e uma dimensão inusitada, qual seja, a de resistência cultural contra o desmonte da cultura. Em um cenário em que o Estado nacional se recusa a apoiar a cultura, e a nega em vários sentidos, cumpre aos entes subnacionais assumirem um papel – muitas vezes heroico pela falta de recursos materiais e humanos, porém fundamental pelo exercício do princípio federativo - de garantir a preservação do mínimo cultural.

Nesse cenário que beira o absurdo nas relações internacionais do país, onde o ministro das relações exteriores Ernesto Araújo qualifica como “marxismo cultural” e “comunismo” políticas de ação afirmativa de gênero e de raça, as ações internacionais subnacionais passam a ter um caráter de diplomacia alternativa, diante de um Ministério das Relações Exteriores que vem atuando fora

do esquadro diplomático e da racionalidade, comprometendo a credibilidade de décadas de reputação diplomática brasileira.

Considerações finais

À maneira de conclusão, cabe refletir sobre o papel que o patrimônio cultural local pode desempenhar em uma ação internacional planejada e concertada, a partir de uma cidade média ou pequena. Colocado como centro, foco ou prioridade para lograr a inserção internacional da cidade na dimensão cultural das relações internacionais, o patrimônio cultural local pode obter reconhecimento e proteção, atrair cooperação técnica e financiamento internacional, atrair turismo internacional, ao mesmo tempo em que possibilita a inserção e a projeção internacional do poder local em âmbito global ou regional.

Longe de ser uma ação aleatória ou dependente apenas da *fortuna*, tal movimento pode ser elaborado por meio da *virtú*, mediante uma política externa local, adotando-se uma Estratégia Internacional Modelada (EIM), em que a prefeitura, ainda que com modestos recursos, mas firme na sua disposição de manter equipe mínima e planejamento sustentável visando transformar o patrimônio local em vetor de internacionalização da cidade, pode lograr um duplo ganho: dotar o seu patrimônio cultural de proteção permanente e transformá-lo em poderoso elemento de inserção e projeção internacional impactando positivamente seu desenvolvimento sustentável local por via de uma política externa municipal. Nesse sentido, quanto mais completo e detalhado for o inventário do patrimônio cultural da cidade (daí a importância dos órgãos de cultura e preservação histórica em funcionamento no município, e do apoio do estado e da união para essa tarefa do poder local), maiores as chances de que a EIM possa encontrar suas fontes de realização.

Em uma conjuntura adversa para a cultura e para as políticas de preservação e promoção culturais, como a que se instalou no Brasil a partir do governo Bolsonaro, desde janeiro de 2019, com a extinção do ministério da cultura, as ações internacionais subnacionais ganham nova importância para o desenvolvimento de uma diplomacia subnacional alternativa em prol da proteção do patrimônio cultural local.

Referências bibliográficas

Castells, Manuel, e Jordi Borja. “As cidades como atores políticos”. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 45 (1996): 152-166.

CGLU. 2020. “Agenda 2030”. <https://www.cglu.org/es/search/node/agenda%202030>.

- Christofoletti, Rodrigo, org. *Bens Culturais e Relações Internacionais: O Patrimônio como Espelho do Soft Power*. Santos: Editora Universitária Leopoldinaum, 2017.
- CNM. 2011. *As Áreas Internacionais dos Municípios Brasileiros*. Brasília: CNM.
<https://paradiplomacia.org/libro/5062020183129>.
- Cornago, Noe. Paradiplomacy and Protodiplomacy. *The Encyclopedia of Diplomacy*. May, 2018.
<https://doi.org/10.1002/9781118885154.dipl0211>.
- Corradi, Rodrigo, e Joseli Gomes, org. *Paradiplomacia em movimento: perspectivas em homenagem aos 20 anos de atuação da Rede Mercocidades*. Porto Alegre: UniRitter, 2015.
- Dallari, Pedro B. *Constituição e Relações Exteriores*. São Paulo: Saraiva, 2001.
- FAL. “El impacto mundial del covid-19”. *Foreign Affairs Latinoamérica*, Vol. 20, n. 30 (2020).
- Froio, Liliana R.; Priscilla E. A. Medeiros. “Internacionalização de cidades pequenas. O caso dos municípios paraibanos”, *Revista Relações Exteriores*, 14 de agosto de 2020. Disponível em:
<https://relacoesexteriores.com.br/internacionalizacao-de-cidades-pequenas/>
- IPHAN. 2020. “Patrimônio Cultural do Mercosul”.
<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/411>.
- Keating, Michael, e Francisco Aldecoa, orgs. *Las relaciones internacionales de las regiones*. Madrid: Marcial Pons, 2000.
- Marcovitch, Jacques, e Pedro Dallari, org. 2014. *Relações internacionais de âmbito subnacional: a experiência de Estados e Municípios no Brasil*. São Paulo: IRI/USP.
<http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/download/266/239/1062-1?inline=1>
- Mattioli, Thiago, e Gilberto M. A. Rodrigues. “Paradiplomacy, security policies and city networks: the case of the Mercocities Citizen Security Thematic Unit”. *Contexto Internacional*, Vol. 39, n. 3 (2017): 569-587. <https://doi.org/10.1590/s0102-8529.2017390300006>
- Mercociudades. 2019. “Unidad Temática de Cultura”. <https://mercociudades.org/descarga/plan-de-trabajo-de-la-unidad-tematica-de-cultura-4/>.
- Michelmann, Hans, ed. *Foreign Relations in Federal Countries*. Montreal: Mac Gill Queen’s University Press, 2009.
- Mumford, Lewis. *A Cidade na História*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- Norwich, John J. *The Great Cities in History*. London: Thames & Hudson, 2009.
- ONU. 2020. “Agenda 2030”. <https://nacoesunidas.org/tema/agenda2030/>.
- Pinheiro, Leticia. *Política Externa Brasileira (1889-2002)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- Prado, Debora F. M. “A atuação internacional dos governos subnacionais: Construções conceituais, limites e contribuições para o caso brasileiro”. *Carta Internacional*, V. 13, n. 3 (2018).
<https://doi.org/10.21530/ci.v13n3.2018.846>.
- Puntaschart, William. *Mauá. Entendo o passado, trabalhando o presente e construindo o futuro*. São Paulo: Noovah America, 2012.
- Rodrigues, Gilberto M. A. *A implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em cidades médias por meio de Estratégias Internacionais Modeladas (EIM)*. Projeto de Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora (DT), UFABC/CNPq (2019-2022), 2019. Disponível em:
<https://sig.ufabc.edu.br/sigaa/public/programa/pesquisa.jsf>
-

Rodrigues, Gilberto M. A., Wagner Romão e Marcos Xavier, org. *Cidades em Relações Internacionais*. São Paulo: Desatino, 2009.

Rodrigues, Gilberto M. A. “Política Externa de Cidades”. *Margem*, n. 20 (2004): 19-30.

Rodrigues, Gilberto M. A. “Relações internacionais federativas no Brasil”. *Dados*, Vol. 51, n. 4 (2008): 1015-1034. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582008000400007>.

Rolnik, Raquel. *Guerra dos Lugares*. A Colonização da Terra e da Moradia na Era das Finanças. São Paulo: Boitempo, 2016.

Rykwert, Joseph. *A ideia de cidade: A antropologia da forma urbana em Roma, Itália e no mundo antigo*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

Sala, Jose Blanes, org. *O município e as relações internacionais: aspectos jurídicos*. São Paulo: Educ, 2009.

Santomauro, Fernando. “Os governos locais e um novo mundo possível”. Em *Paradiplomacia do Estado do Rio de Janeiro (2007-2017)*. 36-51. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

Sassen, Saskia. *The Global City: New York, London, Tokyo*. New Jersey: Princeton University Press, 1991.

Silva, Fernando Fernandes da. *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade*. 2ª. ed. revista e ampliada. São Paulo: Edusp/Peirópolis, 2012.

Tavares, Rodrigo. *Paradiplomacy*. Oxford University Press, 2012.

Trindade, Raquel. *Embu. De aldeia de m'boy a terra das artes*. 2ª. ed., São Paulo: Noovah America, 2010.

UNESCO. 2020. “Patrimônio Mundial no Brasil”.
<https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/world-heritage-brazil>.

Vigevani, Tullo, Luiz E. Wanderley, L. E., et al., org. *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo: Educ, 2004.

Yhan Filho, Armando Gallo. “A inserção internacional da cidade de Uberlândia-MG: um processo em evolução”. *Brazilian Journal of International Relations*, Vol. 8, n. 1(2019): 70-96.
<https://doi.org/10.36311/2237-7743.2019.v8n1.05.p69>.

Recebido: 13 de junho de 2020

Aprovado: 12 de agosto de 2020

Dossiê: Patrimônio e Relações Internacionais

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2020.n26.31069>

A Universidade de Coimbra e as diversas apropriações da chancela internacional de Patrimônio da Humanidade atribuída pela UNESCO*

The University of Coimbra and the various appropriations of the international seal of Patrimony of Humanity attributed by UNESCO

La Universidad de Coimbra y las diversas apropiaciones del sello internacional del Patrimonio de la Humanidad atribuido por la UNESCO

Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus**

<https://orcid.org/0000-0002-1377-8829>

RESUMO: O intuito do artigo é apresentar os resultados da primeira parte da pesquisa ligada ao projeto interdisciplinar “Os diversos usos dos espaços institucionais na preservação do Patrimônio Cultural”, na qual buscou-se analisar o uso e a apropriação da Universidade de Coimbra (UC) e da própria cidade em questão por diversos agentes, a partir da apresentação da instituição de ensino como um Patrimônio Cultural da Humanidade e seus bens edificados como acervos de um museu a céu aberto. A hipótese levantada é que a nomeação pela UNESCO, em 2013, alavancou a iniciativa de utilizar a marca “Coimbra”, especificamente por meio de seu Patrimônio Cultural-Educacional, como um verdadeiro *soft power*, objetivando reestabelecer a notoriedade da cidade e da Universidade como espaço de desenvolvimento educacional e de pesquisa de ponta em caráter mundial.

Palavras-chave: Universidade de Coimbra. Patrimônio Cultural. Relações Internacionais. Patrimônio da Humanidade.

ABSTRACT: The purpose of the article is to present the results of the first part of the research linked to the interdisciplinary project “The different uses of institutional spaces in the preservation

* Pesquisa financiada pelo programa de incentivo à pesquisa docente da PUC-SP, “PEXT-PUC-SP- Estágios de Curta Duração no Exterior”, contemplado pelo EDITAL PIPEq 3801/2018 e, também pela linha de incentivo à pesquisa em Patrimônio Cultural e Memória da Fundação Pró-Memória de Indaiatuba.

** Doutor em História (UNESP), Pós-Doutor em História da Arte (UNICAMP), Superintendente da Fundação Pró-Memória de Indaiatuba e pós-doutorando do Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes (DHEEAA) da FLUC – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a supervisão do professor Doutor João Paulo Avelãs Nunes. Foi Diretor do Museu da Cultura da PUC-SP entre 2016-2019, além de ser professor concursado no Departamento de História e no Programa de Pós-Graduação de tal Universidade no mesmo período. E-mail: cnobregadejesus@yahoo.com.br

of Cultural Heritage”, in which we sought to analyze the use and appropriation of the University of Coimbra (UC) and of the city itself in question by several agents, from the presentation of the educational institution as a Cultural Heritage of Humanity and its assets built collections of an open-air museum. The hypothesis raised is that the nomination by UNESCO, in 2013, leveraged the initiative to use the “Coimbra” brand, specifically through its Cultural-Educational Heritage, as a true soft power, aiming to reestablish the city's and University's notoriety as a space for cutting-edge educational development and research worldwide.

Keywords: University of Coimbra. Cultural Heritage. International Relations. World Heritage.

RESUMEN: El objetivo del artículo es presentar los resultados de la primera parte de la investigación vinculada al proyecto interdisciplinario “Los diferentes usos de los espacios institucionales en la preservación del Patrimonio Cultural”, en el que buscamos analizar el uso y la apropiación de la Universidad de Coimbra (UC) y de la ciudad en cuestión por diversos agentes, desde la presentación de la institución educativa como Patrimonio Cultural de la Humanidad y sus activos construidos como colecciones de un museo al aire libre. La hipótesis planteada es que la nominación por la UNESCO, en 2013, aprovechó la iniciativa para utilizar la marca “Coimbra”, específicamente a través de su Patrimonio Cultural y Educativo, como un verdadero poder blando, con el objetivo de restablecer la notoriedad de la ciudad y la Universidad como un espacio para el desarrollo educativo y la investigación de vanguardia en todo el mundo.

Palabras clave: Universidad de Coimbra. Patrimonio Cultural. Relaciones Internacionales. Patrimonio Mundial.

Como citar este artigo:

Jesus, Carlos Gustavo Nóbrega de. “A Universidade de Coimbra e as diversas apropriações da chancela internacional de Patrimônio da Humanidade atribuída pela UNESCO”. *Locus: Revista de História*, 26, n.2 (2020): 95-122.

Introdução

O intuito do artigo é apresentar os resultados da primeira parte da pesquisa ligada ao projeto interdisciplinar de pós-doutorado “Os diversos usos dos espaços institucionais na preservação do Patrimônio Cultural”¹, na qual buscou-se analisar o uso e a apropriação feitos pela Universidade de Coimbra (UC) a partir da chancela atribuída pela UNESCO de Patrimônio Cultural da

¹ O projeto é uma das várias partes da pesquisa de pós-doutorado desenvolvida desde 2018 no Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes (DHEEAA) da FLUC – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC) e supervisionadas pelo professor Dr. João Paulo Avelãs Nunes.

Humanidade em 2013². Tal marca atribuiu status de excepcionalidade mundial aos seus bens edificados e práticas culturais, o que do nosso ponto de vista colaborou para um maior desenvolvimento de suas estratégias políticas de divulgação internacional. A ideia utilizada é a de que a nomeação garantiria que fossem não só apreciados integralmente em caráter mundial, mas também apropriados como bens pertencentes a toda humanidade, o que auxiliaria na consolidação de sua imagem na atração de estudantes estrangeiros, do turismo e principalmente de divisas financeiras. O documento utilizado para chegar-se a tais hipóteses foi o Dossiê de Candidatura da UC-Alta e Sofia, entregue à Unesco em 2012, contando com mais de duas mil páginas (dividida em sete volumes: Candidatura a Patrimônio Mundial; Plano de Gestão; Textos Gerais; Influências; Execução; Planos Diretores; e Zona de Proteção) o escrito foi fruto de um estudo de um grupo interdisciplinar de investigadores e técnicos ligados à questão do Patrimônio Cultural.

Entre outras questões notou-se em tais escritos a intencionalidade de apresentar a arquitetura a ser avaliada como acervo de um museu a céu aberto, ideia que está ligada às iniciativas da “Nova Museologia” e de seus conceitos relacionados a museus comunitários e de território, temas que foram estudados em fases anteriores da pesquisa e objeto de outros artigos e, por isso, não serão abordados profundamente aqui³. A hipótese levantada nessa parte da pesquisa é que com tal nomeação atribuída pela UNESCO, em 2013, alavancou-se a possibilidade de utilizar a marca “Coimbra”, especificamente por meio de seu Patrimônio Cultural-Educacional, como uma política internacional estratégica de divulgação e propaganda, que objetivava reestabelecer a notoriedade da cidade e da Universidade como espaço de desenvolvimento educacional e de pesquisa de ponta, em caráter mundial. Situação que, conseqüentemente, atrairia, a partir daí, um maior fluxo turístico cultural e educacional, o que poderia colaborar, imensamente, para um maior desenvolvimento econômico e social de toda região da cidade portuguesa.

Tal prática pode ser denominada como *soft power* ou “poder brando”, – conceito do início dos anos 1990 advindo da área de Relações Internacionais, criado pelo cientista político, norte-

² A UNESCO foi criada pela organização internacional de caráter governamental United Nations(ONU), em 1945, a fim de auxiliar a “manutenção da paz e da segurança, estreitando a colaboração entre as nações através da educação, da ciência e da cultura a fim de assegurar o respeito universal pela justiça, pela lei e pelos direitos humanos e liberdades fundamentais para todos”. De acordo com suas diretrizes propõe-se a auxiliar o estabelecimento de um diálogo intercultural entre sociedades globalizadas (UNESCO, 2016).

³ A partir dos anos 1980, novas experiências museais abriram caminho para o Movimento Internacional da Nova Museologia, que no final do século XX, ajudou a concretizar a ideia de museu construído por muitos e para todos, tendo dentre suas linhas teóricas (Cf. Moutinho; 1993, 1; Varine, 2000, 62). Tais premissas foram discutidas em outra fase da pesquisa na qual se elegeu dois estudos de casos: a relevância cultural da PUC-São Paulo e seu prédio do campus de Perdizes, e o Patrimônio Arquitetônico de uma específica região do interior do Estado de São Paulo, a denominada “Boca do sertão”, onde se localizam cidades como Indaiatuba, Sorocaba, Itu, Jundiaí e Campinas. Os temas foram tratados em artigos específicos a conferir: *Museu da Cultura (PUC-SP): patrimônio cultural, história e memória, olhares distintos a partir da nova museologia* (2018) e *Da “Boca do sertão” ao ouro verde: Indaiatuba, Itu e a evolução da arquitetura rural paulista* (2018).

americano Joseph Nye Jr. para “designar habilidades de persuasão na esfera decisiva de governos e na estratégia geopolítica de Estados-Nacionais. Trata-se da busca por alternativas ao uso da força física, à exclusividade do poderio bélico, à intervenção militar e, no limite, à guerra” (Hollanda 2017, 9). A definição de *soft power* dado pelo próprio Joseph Nye Jr. reza que a prática de caráter internacionalista se caracteriza principalmente pela: “[...] the ability to get what you want through attraction rather than coercion or payments. It arises from the attractiveness of a country’s culture, political ideals, and policies. When our policies are seen as legitimate in the eyes of others, our soft power is enhanced” (Nye 2004, 14). Assim, de acordo com ambas as considerações, *soft power* ou “poder brando” pode ser entendido como uma prática da política externa utilizada pelos Estados Nacionais ou como propõe a paradiplomacia, pelas entidades subnacionais, para desenvolver a influência e atração externa por meio da cultura ou de práticas culturais, substituindo assim o poder bélico e/ou econômico (*hard power*), costumeiramente utilizado em tais iniciativas⁴. Situação que ao nosso ver pode definir as estratégias de divulgação e internacionalização utilizadas pela UC, principalmente depois que foi nomeada Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 22 de junho de 2013. Por outro lado, não se desprezou o fato de que tal classificação foi vista com cautela por muitos especialistas, que creditam a tal iniciativa a redução das “características particulares do lugar para melhor adequá-las à classificação mundial do patrimônio”, fazendo com que os interesses do órgão supranacional se sobreponha aos do Estado à medida que disciplina as ações de proteção àquele patrimônio, revelando que as políticas externas de preservação do patrimônio podem vir a deixar de lado bens ou práticas culturais verdadeiramente reconhecidas pela comunidade local. (Almeida 2017, 32-72).

Assim, fica evidenciado que a problematização apontada na pesquisa depende do diálogo interdisciplinar, da História, com a Arquitetura, com a Museologia e principalmente com as Relações Internacionais no campo da Diplomacia Cultural, ramo ainda pouco estudado, mas que, aos poucos, vai ganhando espaço devido ao fato de que cada vez mais “no cenário contemporâneo (...) os conflitos e demandas socioculturais aparecem no cerne da dinâmica das relações internacionais”. (Barão 2014, 77). Nesse sentido Rodrigo Christofolletti (2017, 15) tratou de abrir um leque de possibilidades para enxergar os bens culturais como instrumentos a serviço de uma

⁴ Por critérios iniciais de argumentação, a paradiplomacia corresponde minimamente à inserção internacional de atores subnacionais ou à ação direta internacional por parte dos atores subnacionais que complementam e/ou desafiam as políticas centrais do Estado. Tais atores subnacionais compreendem ‘cidades, municípios, estados federados, províncias, departamentos, regiões, cantões, condados, conselhos distritais, comunidades autônomas’ (...)” (Junqueira 2018, 43). Apesar de não haver unanimidade da definição de Diplomacia Cultural na maioria das tentativas de conceituação, o termo pode ser entendido como “O canal da política externa responsável pela promoção da cultura e dos valores nacionais no exterior” (Barão 2014, 86).

prática política internacional, sendo que para isso eles “traduzam valores universais”. Caso notório, nesse sentido, é o intuito do uso do Patrimônio Cultural como instrumento de influência devido à legitimidade que ganha depois de ser chancelado como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. Segundo o autor tal apropriação é pontuada por uma série de questões, começando pelo fato de que o estudo das candidaturas e nomeações dos bens, por muito tempo, não fugiram dos parâmetros eurocêntricos e centralizados das economias mais poderosas do mundo. (Christofolletti 2017, 14, 21 e 24). Além disso, a conjuntura marcada pela globalização e o internacionalismo contribuiu para que a política de *soft power* pudesse ser feita também pelos entes chamados subnacionais (municípios, regiões, empresas, universidades, centros de pesquisa e organizações não governamentais) situação que pode ser vista na política externa portuguesa que será tratada, especificamente aqui, a partir do caso da Universidade de Coimbra (UC).

Assim, deve-se destacar que a pesquisa teve como seu objetivo primeiro buscar entender como o Patrimônio Cultural em Portugal passou a ser um dos grandes responsáveis pelo desenvolvimento econômico do país nas últimas décadas, hipótese que foi desenvolvida após o contato com a Universidade de Coimbra e a pesquisa feita em loco em 2018, na qual notou-se as estratégias políticas e propagandísticas internacionais utilizadas pela Universidade e pela cidade de Coimbra ao se valer do seu Patrimônio Cultural, sua preservação e a chancela da UNESCO, para atrair, direta e indiretamente, diversas ações favoráveis para cidade e para UC.

A pesquisa apoiou-se no método investigativo baseado na análise e cruzamento de documentos, advindos de suportes e materialidades variadas como, por exemplo, os bens edificados da Universidade e da cidade de Coimbra, legislações diversas e o documento de candidatura encaminhada à UNESCO para a UC pleitear a chancela de Patrimônio da Humanidade.

Tais “documentos/monumentos” foram tomados como fontes históricas, buscando-se para tal fim os fundamentos teóricos e metodológicos ligados a tal ramo do saber⁵. Ao analisar a arquitetura edificada da Universidade e da cidade de Coimbra, dialogou-se, também com métodos da História da Arte, principalmente a partir da ideia de que tais fontes visuais são “(...) certamente uma das fontes mais ricas, que traz embutida nas escolhas do produtor todo o contexto na qual foi concebida, idealizada, forjada ou inventada” (Paiva 2002, 17). Nesse aspecto, ao ser tomado de tal forma, o bem edificado deve ser analisado como uma fonte histórica “(...) e assim como as demais, tem de ser explorada com muito cuidado”, ou seja, deve-se historicizar tal edificação patrimonial,

⁵ Tal conceito foi utilizado por Michel Foucault em 1969 no livro *Arqueologia do saber* (2009) e depois por Jaques Le Goff (1992, 547-548): “o documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (...) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias”.

indo além do óbvio e atentando-se às suas diversas representações e aos seus silêncios, para, a partir daí pontuá-la no campo histórico que foi produzida, apropriada, consumida, analisando-a como produto de um “contexto, incluindo as convenções artísticas (...) de um determinado lugar e tempo, bem como os interesses do artista, do patrocinador original ou do cliente” (Meneses 2003, 27-28).

Além disso, buscou-se também na própria teoria da história contemporânea o suporte para avaliar tais documentos tridimensionais e escritos, não como portadores de verdades absolutas, mas como verdadeiras construções ligadas a valores de um determinado tempo e espaço específico, ou seja, a partir da crítica e do questionamento de tais fontes, buscando, nas suas entrelinhas, no seu “não dito”, as evidências e sinais que possam vir a sustentar a nossa hipótese⁶. Mas, deve-se destacar que o método utilizado em tal investigação aqui apresentada partiu de uma elaboração teórico-metodológica que foi criada a partir do diálogo com tais propostas, o que não quer dizer que as reproduzimos como “receitas de bolo”, pois acredita-se que cada investigação científica requer uma metodologia original e específica referente à problematização levantada e depois desenvolvida, prática essa que atribui relevância e caracteriza a verdadeira pesquisa acadêmica.

Dessa forma, buscou-se historicizar o uso do patrimônio edificado e imaterial do sítio em questão, ou seja, procurou-se estudar a história das práticas culturais e costumes que foram utilizados para vários fins, salientando que já há tempos a UC lançava mão de estratégias de divulgação de suas potencialidades culturais, para divulgar a cidade em circuitos nacionais e internacionais. Coimbra, que abriga uma das mais antigas Universidades da Europa (século XIII)⁷, ao longo de sua trajetória teve um extenso histórico de apropriações e usos diversos, a partir de matizes variadas (políticas, econômicas, culturais e sociais), o que ajudou a moldar seu perfil

⁶ Parece ser óbvio, mas é bom sempre lembrar que tal prática ocorre somente por meio do ofício do historiador, muito bem definido desta forma por Marc Bloch: “Historiador é aquele que busca nos documentos, algo além de explicações explícitas, ou seja, buscam extorquir os esclarecimentos que eles não pretendiam fornecer” (Bloch 2001, 81), e segundo Michel de Certeau (2000, 77) as evidências, às vezes, estão naquilo que não está dito, ou seja, no que chamou de o “não dito”, o que reforça a recomendação de que é a tarefa do investigador encontrar aquilo que está submerso nas suas fontes investigativas.

⁷ Tendo sido criada em 1290, a Universidade de Coimbra é a primeira em Portugal e uma das mais antigas da Europa e “(...) reconhecida historicamente por ter sido a única Universidade portuguesa até 1911, com exceção do período em que coexistiu com a Universidade de Évora (Portugal), entre os anos de 1559 e 1759. Desse modo, seu impacto em relação ao universo do conhecimento foi universal, principalmente por corresponder ao império português e espanhol, de escala mundial, com a expansão marítima e seus “achamentos” (...) a Universidade passou por diferentes modos de uso e ocupação, sempre centrados no conhecimento, na pesquisa e no ambiente de ensino. Com a reforma universitária de D. João III, a Instituição Universitária foi transferida definitivamente de Lisboa para Coimbra. Essa alteração levou ao desenvolvimento de um polo escolar maior, devido ao grande afluxo estudantil e com a concessão de grande número de graus acadêmicos. (...) ocupou diferentes estruturas físicas, (...) inicialmente concentrada em colégios jesuítos, localizados na Rua da Sofia (...) o núcleo físico mais antigo da Universidade foi o Paço das Escolas. Anteriormente a seu uso universitário, era a antiga morada régia do país, o antigo Paço Real de Coimbra. Por conta disso, as instalações físicas trazem grande valor arquitetônico e decorativo ao conjunto do bem cultural, como a Biblioteca Joanina, que foi fundada como livreria de estudo e era reservada ao serviço da comunidade universitária (Almeida 2017, 216).

cultural, arquitetônico, patrimonial e imaterial. Tal prática é bem exemplificada nas diversas análises historiográficas panorâmicas dos usos políticos e ideológicos feitos tanto da Universidade, quanto da cidade na Reforma Pombalina (1792) e no Estado Novo Português (1933-1974). (Pires e Pereira 2010; Brites 2014; Rosamaninho 2006). Com isso, chegou-se a uma hipótese: de que tais singularidades fazem desse local um relevante exemplo para estudos e assimilações de práticas a serem aplicadas em outros casos e espaços, respeitando sempre as especificidades locais.

Dessa forma, fica claro que a investigação tem um caráter muito amplo, mas deve-se destacar que com os primeiros resultados da pesquisa houve o cuidado de apresentar, de forma detalhada, evidências que enfatizaram as práticas de *soft power* utilizadas como subsídios pela UC. Nesse quesito, nota-se o uso feito de forma estratégica de sua história, da sua memória, bem como dos processos de preservação e conservação do seu Patrimônio Cultural para dar bases ao desenvolvimento sustentável, tanto da cidade como da Universidade de Coimbra.

Deve-se atentar para o relevante planejamento de, primeiramente, fazer um projeto de candidatura junto à UNESCO para receber a classificação de Patrimônio da Humanidade e depois utilizar o sucesso de tal empreitada para fins econômicos, políticos e sociais. A iniciativa não ocorreu de uma hora para outra, ou seja, investiu-se capital financeiro, humano, intelectual e tempo para depois colher os frutos de tal estratégia por meio de iniciativas diversas, entre elas o turismo e o *marketing* no incentivo à procura da Universidade por estudantes estrangeiros.

Uma última ressalva deve ser feita aqui: a utilização de políticas ou de iniciativas de internacionalização de uma marca como *soft power* em proveito de um desenvolvimento sustentável, é uma ótima saída não só para questões econômicas e sociais, mas também para a prática de preservação de bens e ou iniciativas culturais, pois tal relação funciona como “uma via dupla: o patrimônio enquanto esteio do *soft power*, e o *soft power* enquanto vetor de preservação da cultura” (Christofolletti 2017, 37).

Bens culturais em Portugal: do *soft power* ao Turismo Cultural

Deve-se destacar que o bom resultado da política de divulgação da cultura e especificamente do Patrimônio Cultural de Coimbra é reflexo de um projeto político maior, de Escala Nacional, que auxiliou Portugal a crescer economicamente a partir do século XXI. Não se deve desprezar, nesse sentido, a explicação econômica para tal prosperidade, que se apoia na adesão ao Euro em 1999 e às iniciativas econômicas ao longo dos dez anos seguintes, – situação que deu as bases para o um maior desenvolvimento da economia portuguesa, que além da adesão à moeda comunitária contou, também, com a fixação irrevogável do câmbio. (Aguiar-Conraria 2012, 302-

303). No entanto, o que nos chama atenção em tal avanço é a contribuição da tradição cultural portuguesa em tal desenvolvimento. Fica claro que a cultura e principalmente o Patrimônio Cultural foram utilizados a partir de uma estratégia de *soft power* para, principalmente, divulgar a tradição portuguesa mundo afora.

Dentro desse planejamento deve-se destacar aqui, primeiramente, um conjunto de leis criadas para se pensar a preservação Patrimônio Cultural Português e o desenvolvimento sustentável. De acordo com tal propósito, não podemos deixar de mencionar a Lei de Bases do Patrimônio Cultural, n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabeleceu a política de proteção e valorização do Patrimônio Cultural em Portugal e foi amplamente responsável pela contribuição do aumento do turismo histórico e cultural no desenvolvimento do Estado português nas últimas décadas. Tal legislação teve como base a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e a democratização da cultura, por meio, principalmente do aumento do bem-estar social e económico, e o desenvolvimento regional e local” (Portugal, Título III, Artigo 12.º, Lei 107/2001, 5810), o que demonstra a importância dada aos fundamentos do desenvolvimento sustentável nas bases do código de proteção dos bens culturais. Nesse mesmo sentido, também deve-se destacar a contribuição do Decreto/Lei n.115/2012 que centralizou os serviços e organismos para a área da cultura através da criação de uma estrutura orgânica, a *Direção Geral do Património Cultural* (DGPC), que dentre as atribuições destaca-se a de propor ao membro do Governo responsável pela área da cultura “planos regionais de intervenções prioritárias em matéria de estudo e salvaguarda do património arquitetónico e arqueológico e os programas e projetos anuais e plurianuais da sua conservação, restauro e valorização” (Portugal 2012, 2774).

A criação de leis homólogas às duas citadas incentivou o progresso do turismo, pois a partir desse momento o país buscou uma política que extrapolava a tradicional fórmula estruturada desde a década de 60, baseada na “comercialização” do seu clássico produto “Sol e Mar”, “mais conhecido pelo turismo dos 3 “S” – *Sun, Sea and Sand*. O planejamento turístico precisou diversificar esse ramo, pois tinha uma grande “competitividade com outros países Europeus” (Daniel 2010, 264).

Foi de acordo com essa visão que surgiu o “Plano Estratégico Nacional de Turismo” (PENT), planejamento que acabou por marcar essa virada no turismo cultural português ao ser apresentado como uma iniciativa de longo prazo, sustentável e de subsídio ao turismo regional, respeitando e explorando as especificidades de cada região. Ele foi apresentado em 15 de fevereiro de 2007, para o horizonte temporal de 2006-2015 e dentro do seu plano de ação, a cultura se mostrou como protagonista no item “Experiências e Conteúdos”, sendo marcado, principalmente, pela transmissão e valorização dos conteúdos tradicionais portugueses, ou seja, “a história, a cultura

e património de cada região são vistas como ofertas diferenciadoras, ofertas que vão enriquecer a experiência do turista”. (Portugal 2007).

No entanto, o tempo demonstrou que a definição dos objetivos propostos na aprovação do PENT em 2007 não foi realista, uma vez que os resultados ficaram muito aquém do esperado, o que pode ser explicado pelo papel preponderante que a crise financeira internacional de 2008-2009 teve na Europa, contribuindo para o não estabelecimento de metas em diversos ramos da economia.

Por isso, houve o compromisso de uma nova avaliação, planejamento que ocorreu em 2012 e foi denominado “Plano Estratégico Nacional de Turismo, com propostas para revisão no horizonte 2015 – versão 2.0”. (Portugal 2012). Tal revisão estratégica buscou apresentar o balanço de três anos do plano, chamando ainda mais atenção para o avanço da proposta de um turismo de desenvolvimento sustentável e se os índices não atingiram as expectativas, também não demonstraram um desempenho tão ruim, o que pode ser visto como um ponto positivo da implementação da lei. (Portugal 2012, 9-10).

Já, nesse momento, se trabalhava com a hipótese de que a economia do país iria a voltar a se desenvolver, pois divulgou-se que Portugal iria “crescer acima da média europeia, sobretudo ao nível das receitas, visto que se assume como prioridade o incremento da receita média por turista”. De acordo com as projeções, haveria um crescimento “médio anual de 8,4% nas receitas e de 4,6% nas dormidas até 2015, reforçando o peso do Turismo no total de exportações portuguesas de bens e serviços para 15,8%”. (Portugal 2012, 10). O que nos chama a atenção nessa releitura do planejamento turístico é a confiança do reestabelecimento da economia através do incentivo à cultura local, especialmente regional e a paisagem cultural. Nessa perspectiva destaca-se as 11 linhas de desenvolvimento elencadas como base do turismo sustentável, entre elas, o item 9 – “urgência em se investir e melhor explorar a qualidade urbana e paisagística, pois os bens culturais edificados, os espaços e o conjunto urbano” são “componentes fundamentais de valorização e qualificação do destino Portugal”. (Portugal 2012, 11). Além disso, apresentou-se, também, a marca “Destino Portugal”, almejada para ser um ponto agregador em relação às: “(...) várias ofertas, contribuindo para reforçar a identidade nacional e a coesão do território”. Neste contexto, importa reforçar as ideias chave associadas à proposta de valor do “Destino Portugal”: clima e luz, história, cultura e tradição, hospitalidade e diversidade, dentro de uma visão que tem como eixo central a sustentabilidade de Portugal enquanto destino turístico. (Portugal 2013, 2017).

O objetivos comuns entre tais leis e propostas era dotar Portugal de estrutura para receber um grande número de turistas que buscavam atividades variadas, já que houve um aumento considerável de tal iniciativa nos últimos três anos, – situação que, do nosso ponto de vista, já

estava intimamente ligada ao planejamento feito desde 2007 (Portugal 2013, 2171). Assim, em 2013, logo após o conjunto histórico-cultural da Universidade de Coimbra-Alta e Sofia ser classificada como Patrimônio Mundial pela Unesco, foi lançado um novo planejamento turístico nacional, denominado o “Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal para o período de programação comunitária 2014-2020”. O Plano pode ser visto como uma continuidade daquele revisto em 2012, tendo como sua principal característica não o mero apelo aos visitantes externos, mas sim uma política para a implantação de uma estrutura que pudesse receber o turista de forma sustentável, beneficiando, também, o desenvolvimento social interno.

Assim, tal análise acurada da legislação diagnosticou um projeto que visava proporcionar, em âmbito nacional, um desenvolvimento sustentável muito bem delineado e amparado nas várias perspectivas setoriais, almejando, assim, “integrar as diferentes especificidades e estratégias regionais (...)”, fomentando, “uma articulação entre promotores e projetos, promovendo, nomeadamente uma melhor articulação entre os setores público e privado”. (Portugal 2013, 3). Nessa proposta há também o lançamento do projeto *Cluster Estratégico do Turismo no Portugal 2020*, uma série de estratégias que buscava a eficiência coletiva no desenvolvimento do Turismo em Portugal até 2020. A meta foi ambiciosa: “Afirmar o turismo como *hub* para o desenvolvimento econômico, social e ambiental em todo o território, posicionando Portugal como um dos destinos turísticos mais competitivos e sustentáveis do mundo” (Portugal 2017).

De acordo com a leitura crítica de tais legislações tomadas como fontes históricas, pode-se concluir que a ideia central era continuar desenvolvendo o turismo regional e suas especificidades, mas agora de forma integrada, como uma rede, o que visa um “contínuo aparecimento de novos destinos devido ao desenvolvimento das acessibilidades e das soluções de transporte”. No que se trata da cultura, ela foi, como sempre, apresentada como protagonista, mas agora acompanhada de outras iniciativas, como a saúde e a questão ambiental, pois o estudo exibiu o aumento de procura nos “destinos considerados mais benéficos para a saúde, **turismo cultural e programas específicos segmentados para diferentes públicos, (...) e turismo de aventura**”; salientando, também, um relevante aumento “da procura por atividades associadas ao turismo de natureza” (Portugal 2014, 28; 30, grifo nosso).

Diante de tudo isso, em 2019, os números oficiais apresentaram o turismo como a maior atividade econômica exportadora do país, sendo, nesse ano, “responsável por 52,3% das exportações de serviços e por 19,7% das exportações totais”. Além disso, as receitas turísticas registaram um contributo de 8,7% para o PIB nacional, situação reconhecida a nível nacional e internacional, recebendo inúmeros prêmios internacionais, como, por exemplo, o *World Travel*

Awards 2019, que considerou o Turismo de Portugal o melhor “Organismo Oficial de Turismo do Mundo”, pelo terceiro ano consecutivo (Portugal 2013).

Os dados mais recentes relativos ao mercado emissor europeu confirmam a preponderância do turismo de sol e mar. No entanto, os segmentos de *city breaks* e *touring*, “que inclui o turismo cultural e religioso, evidenciam ritmos de crescimento mais elevados que, a manterem-se, poderão alterar o ranking da popularidade dos segmentos turísticos no futuro (...). Isto significa que, hoje em dia, os turistas de massa são, também, consumidores de cultura e património” (Sousa 2016, 49). Situação que privilegia Portugal, pois dispõe de um rico e variado património histórico-cultural, aliado a um território de dimensão relativamente reduzida, mas com uma grande riqueza e variedade de atrações⁸. Assim, deve-se concordar com a ideia de que “o património constitui um recurso essencial para o desenvolvimento do turismo. (...). O passado e os seus recursos históricos estão, hoje, no âmago do turismo global. O ser humano viaja, cada vez mais, para observar ou consumir lugares com importância histórica. (Marujo; Serra; Borges 2014, 2).

É importante chamar a atenção para o fato de que tal iniciativa não é uma via de mão única, pois se bem gerido o turismo contribui, também, para “uma política ativa no campo da preservação da cultura e da valorização do património português” (Sousa 2016, 49). Coimbra, com certeza, se beneficiou de tal conjuntura nacional para reativar suas pretensões econômicas, sociais, educacionais e culturais, o que fez com que apresentasse a candidatura à UNESCO para que a Universidade se tornasse Patrimônio da Humanidade, ou seja, uma chancela internacional para seu *soft power*, inclusive, possibilitando atrair, além de turistas, estudantes estrangeiros e executivos, retomando seu espaço como uma Universidade Global⁹.

Como já foi afirmado aqui, pelo fato de ser reconhecida internacionalmente na área cultural, principalmente no que se refere ao Patrimônio Cultural, a chancela da UNESCO é um ótimo atalho para forjar a imagem de uma cidade, de um bem ou de uma prática cultural supostamente excepcional, contribuindo conseqüentemente, nas transformações desses bens em *soft power* (Christofoletti 2017, 21).

No entanto, tal reconhecimento, como também o apelo turístico que ele traz, tem seus pontos controversos. É evidente que a UNESCO legitima o valor histórico e cultural de bens materiais e imateriais a partir do momento que os nomeiam Patrimônios Mundial, contribuindo,

⁸ Tal situação é evidenciada de acordo com uma pesquisa específica feita pelo Departamento de Turismo de Portugal, que concluiu a quantidade e variedade de Patrimônios Culturais são os principais motivos escolhidos para visitas não só em Portugal, mas também em países, Itália, França, Espanha (Turismo de Portugal 2012, 11).

⁹ Interesse que está claro no seu Plano Estratégico (2015-2019). Disponível em: https://www.uc.pt/planeamento/2015_2019_ficheiros/plano_estrategico_UC20152019_vpublica_web.pdf. Acesso em 29 jun. 2020.

assim, para o processo de sua preservação, devido ao valor simbólico que a chancela lhes atribui. Por outro lado, como qualquer classificação, tal apontamento é atravessado por tendências e posturas políticas, ideológicas e culturais, e destes o mais emblemático está ligado à ideia de excepcionalidade, autenticidade e valor universal-superior dos bens culturais inscritos na Lista do Patrimônio Mundial. Tal situação eleva o conceito de hierarquia de valor de um bem em relação a outro, o que seria um problema menos grave se tal discurso não fosse utilizado como base da narrativa que busca propagandear tais bens, com fins turísticos e meramente mercadológicos.

A simplificação da leitura que enquadra o bem em qualquer lista de excepcionalidades, a ânsia em espetacularizar tais bens patrimoniais e sua extrema fetichização, algumas vezes, obscurece a relevância de se divulgar suas problematizações, como, por exemplo, os detalhes ou singularidades culturais/históricas de um sítio que uma narrativa abordada de forma mais crítica proporcionaria, tornando o contato com o bem muito mais valoroso e completo. O professor da UC, Paulo Peixoto levanta questões igualmente problemáticas do ponto de vista de quem reside nesses espaços que são apropriados para fins fetichistas e mercadológicos. Segundo ele, tal operação, muitas vezes, não contribui para a difusão da verdadeira cultura e práticas culturais locais e por isso pode ter um sentido inverso, se é que realmente pretende-se difundir tais particularidades identitárias locais, pois para ele essa prática se singulariza por se distanciar de uma realidade realmente vivida, ou seja, muitos dos aspectos que, supostamente, representam a vida quotidiana dos indivíduos ou de uma cidade se dão, por via da encenação, por via da elaboração de cenografias turísticas, algo de exterior aos residentes ou à cidade. (Peixoto 2003, 218-219)

Esse é um dos principais riscos desta apropriação extremamente reducionista que ocorre com os bens culturais, com fins apenas políticos e mercadológicos. O grande desafio de quem pensa e gere o Patrimônio Cultural é atravessar essa linha tênue que divide a extrema comercialização dos bens para fins políticos e econômicos, e o fato de utilizar tal evidência para preservá-lo e instruir a partir de uma problematização crítica de seus valores. Nas próximas linhas, buscaremos apresentar como se deu essa complexa operacionalização, que culminou com a nomeação da Universidade de Coimbra-Alta e Sofia como Patrimônio da Humanidade.

Universidade de Coimbra: da internacionalização a Patrimônio da Humanidade

Acompanhando uma tendência mundial e europeia, a grande maioria das instituições portuguesas de ensino superior, públicas ou privadas, tem um Gabinete de Relações Internacionais (GRI). Na UC o programa de internacionalização é um dos pilares de sua gestão política e pedagógica. Por ser uma das mais antigas universidades do mundo, referência principalmente para

brasileiros que até 1920 a enxergavam como a única opção para a formação superior, a Universidade de Coimbra já teve um grande protagonismo mundial na área, situação que ficou um pouco obscurecida até os anos 1980, quando a cooperação em termos educativos “começou a desenhar-se no Ato Único Europeu em 1986 e, um pouco mais tarde, em 1992 com o Tratado de Maastricht, o qual deu uma nova forma à integração europeia com a criação da EU” (Gasici 2016, 25).

Segundo o próprio discurso oficial divulgado pela Universidade, pode-se notar que tal política internacional é um dos pontos fortes da gestão universitária, inclusive aparecendo com destaque no seu Plano Estratégico de Desenvolvimento Universitário para os anos de 2015 a 2019:

O Plano Estratégico da UC encara a internacionalização não como um objetivo em si mas como uma dimensão transversal das diferentes missões e pilares institucionais. Contudo a UC tem um posicionamento estratégico específico na cena internacional. É uma marca de referência no mundo lusófono. Durante 400 anos foi a única instituição de formação de elites no mundo lusófono. É a alma mater das universidades brasileiras e é ainda destino preferencial de aprendizagem do português para muitos estrangeiros. (Universidade de Coimbra 2020, 1).

Tal proposta não fica no âmbito do discurso e pode-se afirmar que a UC tem uma sólida experiência de “internacionalização mais estruturada e integrada”. De acordo com a narrativa oficial, a “inovação e a modernização da UC, no seu conjunto, passam também pela internacionalização” (Universidade de Coimbra 2020, 2-4). Na prática pode-se dizer que tal estratégia se beneficiou das possibilidades de um novo contexto internacional, marcado pela paradiplomacia, pois a inserção internacional e a autonomia que grupos subnacionais (Universidades, Municípios, Associações Privadas, Fundações) ganharam com o fim da Guerra Fria possibilitou trocas internacionais de vários gêneros, de forma mais ampla e ativa. Situação que se refletiu fortemente na área da educação, principalmente nos países das maiores economias do mundo. A questão a ser respondida é: o que as instituições subnacionais e até mesmo os Estados ganham com tal política internacionalista dos órgãos de ensino? Tal questionamento não se reduz a uma só resposta, mas se pudéssemos cravar uma devolutiva, se resumiria na visibilidade e no poder de influência cultural muito maior de tais instituições que aderiram a estratégia voltada para a internacionalização.

Mas, por detrás da prática, há uma discussão política e ideológica que beira a polarização de ideias e posturas. Críticos desse processo de internacionalização das Universidades, apontam para os interesses mercadológicos de tal iniciativa:

Ao longo da década de 1990, a internacionalização do ensino superior intensificou-se em todo o mundo de maneira inédita. O avanço dos processos de globalização neoliberal estendeu-se ao setor educacional, acelerando a tendência de categorizar a educação como um serviço possível de ser comercializado e não mais um bem público, responsabilidade unicamente do Estado, podendo ter interferência de iniciativas privadas. Desta forma, liberou-se a exploração da educação dentro de

uma lógica mercantil e transnacional. A educação deixou, portanto, de ser um bem público componente fundante do Estado-Nação e passou a ser uma mercadoria passível de ser comercializada (Franca 2016, 60).

Há até mesmo o discurso que defende que a iniciativa é uma forma de exercer uma postura (neo)colonialista retomada pelas antigas metrópoles, pois segundo tal ideia “não se pode perder de vista o fato de que a internacionalização do ensino superior é *per se* um projeto de dominação do mundo desenvolvido baseado em ideologias opressoras e excludentes, ao qual os países em desenvolvimento buscam encaixar-se e reproduzirem” (Franca 2016, 61).

Acordos bilaterais, como a *Declaração de Bolonha* (1999), se apoiam principalmente nas máximas de “promover (...) a empregabilidade e a competitividade internacional do sistema europeu do Ensino Superior” (Declaração de Bolonha 2020). Mas, a explicação mais difundida é que a internacionalização “visa a mobilidade e ou transferência de conhecimento do sistema educacional de um Estado para o sistema de outro Estado” ou acaba se resumindo na necessidade de “resposta quanto aos desafios impostos pela globalização e pelos princípios da nova economia fundada sobre o conhecimento” (Gasic 2016, 11).

Longe de apoiar um ou outro benefício advindo da prática de Diplomacia Cultural, deve-se pensar que todas elucidações aqui apresentadas passam pela ideia de *soft power*, ou seja, o interesse na internacionalização ocorre em *pari-passu* com o intuito de influenciar, doutrinar, instruir o outro, a partir da identidade cultural, ideológica e política. Nesse quesito, as instituições educacionais têm claramente um papel essencial, pois são espaços de construção e divulgação de saberes, de edificação de identidades, e principalmente de informação, iniciativas essenciais para exercer qualquer poder e influência em caráter nacional e internacional. Por isso as Instituições de Ensino Superior utilizam todos os seus instrumentos, e afortunadas são aquelas que, além de seus saberes, oferecem sua cultura material, representada por meio de edificações classificadas como excepcionais, – realidade que, mesmo isolada, também transmite poder e influência.

Por isso, não se deve desprezar o empenho na candidatura do complexo Universidade de Coimbra-Alta e Sofia para compor o Patrimônio da Humanidade, pois essa foi mais uma, entre tantas chancelas para internacionalização e influência mundial da instituição e de seus valores. No entanto, resta-nos saber qual o poder simbólico que esse conjunto arquitetônico exerce ou exerceu, a ponto de ser apropriado para projetos de internacionalização, visando a publicizar a marca “Universidade de Coimbra”.

Coimbra/Patrimônio Cultural: Universidade e cidade

O conjunto arquitetônico, histórico e cultural da Universidade ganhou excepcionalidade internacional oficial em 2013, mas desde a sua criação a UC buscou formas de se destacar e divulgar suas experiências, assim como teve sua riqueza cultural apropriada para difusão de um poder político ou ideológico.

Tal conclusão foi salientada depois de um estudo inventarial crítico a respeito dos bens edificados e das práticas culturais da cidade e da Universidade portuguesa. A investigação necessitou primeiro de um levantamento fotográfico dos bens da cidade e da Universidade, depois, de uma análise de suas características arquitetônicas e históricas, sua relação com a comunidade e as práticas políticas e culturais destas e, por fim, da relação de tudo isso com o processo de preservação e divulgação do espaço como Patrimônio da Humanidade.

Para dar início aos trabalhos, dividiram-se as atividades em dois blocos, o primeiro consistiu na análise de campo que buscou identificar, de forma problematizada, a arquitetura da Cidade Universitária de Coimbra. Após partiu-se para a análise dos bens patrimoniais identificados como acervo museológico e/ou documento histórico. Assim, de acordo com esse olhar, a arquitetura, o bem edificado e as experiências comunitárias ganharam “status” incomuns, ou seja, ao receber a definição de acervos museológicos, alcançaram outras dimensões na produção do conhecimento crítico, englobando variados aspectos do patrimônio material e imaterial. Mas, de acordo, com a professora Heloisa Barbuy (1995, 221), uma vez “tomados como acervo, tais bens devem ser tratados como documentos”, ou seja, tornam-se alvos de uma leitura crítica e reflexiva própria de qualquer fonte histórica. A proposta busca enxergar a arquitetura não de forma isolada, mas a partir do olhar de conjunto analisado como uma série de fontes históricas.

No caso de museu tradicional poderíamos dizer que fariam parte de uma mesma coleção, no entanto, como se buscou analisar tal conjunto de uma forma dinâmica, distanciou-se dessa concepção advinda da museologia clássica, ao contrário nos amparamos na ideia de bens arquitetônicos como fontes históricas da cultura material, ou seja, tomados, ao mesmo tempo, como frutos e portadores de relações sociais de um determinado contexto ou tempo histórico. Tal procedimento possibilitou visualizar que a ideia de acervo museológico e documento histórico foi inversamente apropriada de forma totalmente simplista, não problematizada e ideológica pelo Estado Novo Português (1933-1974), quando impôs a ideia de Cidade Universitária à UC.

Deve-se salientar que essa não foi a primeira vez que a Universidade teve sua arquitetura e seu patrimônio inserido em uma proposta política com fins ideológicos e políticos. No século XVIII, Marquês de Pombal ao querer dar um caráter mais científico e laico para Universidade criou vários centros de pesquisa, museus e fez intervenções nos seus prédios para mudar o caráter religioso que tinham até então. Mas, o que nos interessou foi o fato relevante das intervenções

serem feitas num momento em que a Universidade se tornou Cidade Universitária, pois se acredita que, mesmo sendo visto de forma equivocada como um conjunto museológico uniforme, essa leitura estadonovista foi uma das principais iniciativas que possibilitou a classificação da UC como Patrimônio da Humanidade da Unesco.

À primeira vista, nota-se que na arquitetura da cidade universitária domina o modelo classicista monumental, cuja expressão só não é maior porque ficaram por construir alguns pórticos. Esta feição estabelecida até 1944, influenciadas pelas obras de Albert Speer e de Marcello Piacentini em Portugal, pode ser bem exemplificada pela Faculdade de Letras, na Biblioteca Geral e na grande escadaria. No entanto, a ideia de Cidade Universitária de Coimbra foi concebida e dirigida por Cottinelli Telmo, nos anos de 1941 a 1948, e prosseguida por Cristino da Silva, entre 1949 e 1966, sob o signo da monumentalidade: vastas perspectivas, simetria e ortogonalidade no desenho urbano e classicismo monumental na arquitetura.

O despojamento e a dureza de expressão da Faculdade de Letras (1945-1951) geraram críticas do Conselho Superior de Obras Públicas, formulada em nome de inefáveis valores tradicionais e do “reaportuguesamento” da arquitetura. Assim, Alberto José Pessoa converteu em Biblioteca Geral a anterior Faculdade de Letras, construída poucos anos antes, mediante ao projeto de Silva Pinto. Em 1948 entrou em cena Cristino da Silva, que liderou a construção das Faculdades de Medicina e de Ciências. A substituição não alterou os princípios orientadores, mas o classicismo monumental perdeu o vigor de meados dos anos quarenta. O imóvel da Matemática, voltado para a Praça de Dom Dinis, foi concluído em 1969, e a de Física e Química apenas em 1975. No entanto, nesse momento, os tempos já eram outros, o Estado Novo já havia se encerrado e junto com ele a resistência à monumentalidade classicizante que o caracterizou crescera entre os arquitetos, embora a mantivesse em algumas obras, como os tribunais, por isso o edifício da Matemática, com o seu grande portal, esculpido por Gustavo Bastos, ainda hoje evoca esse cânone, mas o edifício da Física e da Química afasta-se definitivamente dele, com a vasta abertura para o pátio interior, onde, aliás, se colocou uma escultura geométrica de Fernando Conduto.

Não é demais afirmar que a expressão arquitetônica da Cidade Universitária de Coimbra construída durante o Estado Novo só não foi mais forte pela ausência dos pórticos, o que ajudaria a integrar tais edifícios. Todos os edifícios projetados e construídos até aos anos sessenta previam esta interligação. Mas a demora verificada na construção, associada aos atrasos na edificação do Hospital, que deveria ter ocupado a face norte da Praça de Dom Dinis, acabou por impor o abandono dos pórticos, tal ausência auxiliou muito na valorização das especificidades e das diferenças de tais bens arquitetônicos. Assim, pode-se afirmar que a recusa da construção dos pórticos exerce uma crítica liminar aos fundamentos estéticos e ideológicos da Cidade Universitária

de Coimbra, mostrando o desmonte do classicismo monumental como arte oficial do Estado Novo português.

De acordo com a análise da documentação e da bibliografia especializada, concluiu-se também, que para se manter essa condição monumentalista clássica, as obras de construção da cidade Universitária não respeitaram as leis de preservação, promovendo demolições de prédios históricos e não fazendo estudos arqueológicos necessários para a valorização de um espaço de mais de quinhentos anos. Notou-se, ainda, que a busca para criar uma cidade Universitária tinha um objetivo ideológico, o controle de alunos e professores, partindo de um modelo em que estes podiam ser vistos e controlados, prática dissimulada pelo discurso de que a distribuição do espaço era feito com o intuito de simbolizar o progresso do Regime Estadonovista, ideia que ao nosso ver aproxima tal iniciativa das formas nazifacistas.

Outra questão interessante vista nos documentos e na bibliografia é que esse discurso conservador amparado na ideia de Cidade Universitária não teve oposição na época, nem de grupos de esquerda nem de grupos de direita, que viram na proposta de arrasamento de boa parte da Alta Coimbra, onde estava a Universidade, como sinônimo de progresso e modernidade, requerido até mesmo pela comunidade acadêmica. Este fato está, também, intimamente ligado à ideia propagandeada pelo Estado Novo português de desenvolvimentos e modernização; nesse caso, Coimbra não poderia ficar de fora de tal processo, pois era o principal símbolo de desenvolvimento cultural educacional de Portugal. De acordo com este ponto de vista, os núcleos históricos urbanos eram tortuosos e esses arruamentos não deveriam coexistir com os prédios do novo conjunto universitário, pois essa feição híbrida poderia parecer desagradável para as fortes correntes progressistas que em nome dos valores da higiene e da monumentalidade condenavam as zonas históricas da cidade.

Na verdade, pode-se dizer que os ideólogos progressistas defenderam as demolições em nome da renovação das cidades – situação também aceita por boa parte da população, que acatou tais intervenções, passivamente como inevitáveis e benignas, o que deixa claro, nesse momento, que o entusiasmo foi urbanístico, estético e político. A ideia de regeneração tinha traços messiânicos e a conveniência das demolições acontecia em nome de uma cidade Universitária moderna. A opinião que parecia ilustrada era aquela que minimizava as destruições em nome do progresso e da higiene urbana.

Em 1966, houve iniciativas como exposições que favoreceram memórias saudosas, avivando a consciência de perda do patrimônio. A partir desse momento, começou-se a ter as primeiras críticas da construção de um ambiente musealizado de forma artificial, em nome de interesses políticos e ideológicos. As comparações aos ideais nazistas e fascistas ajudaram a fazer

surgir olhares críticos a respeito desse empolado ambiente histórico, construído a partir de preceitos forçados da Cidade Universitária, num ambiente que ao mesmo tempo era histórico, mas também se pretendia moderno.

No declinar do Estado Novo, acentuou-se esse desprezo estético e as construções foram comparadas a imóveis caixotes, casarões monstruosos e tristes. A partir dos anos 1970, a condenação da Cidade Universitária começou a ser compreendida juntamente com a condenação ideológica da ideia de construção de um ambiente museológico artificial. Nesse momento também começou a aparecer as primeiras críticas às destruições imparciais dos núcleos históricos feito em nome de padrões estéticos, políticos e ideológicos. Não é demais afirmar que já estava claro que a intervenção foi realmente uma verdadeira destruição insensível, em nome de premissas estéticas-ideológicas, baseadas numa ideia que primava por um discurso arquitetônico museológico coeso.

Na década de 1990, no sétimo centenário da Universidade, começaram a surgir as primeiras investigações sobre a relação de sua arquitetura com a política do Estado Novo. É importante frisar que nesse momento buscou-se compreender o regime sem um forte juízo de valor, ou seja, enxergando sua arte, sua propaganda e ideologia. Assim, esses estudos não significaram a aceitação de tais iniciativas, mas uma tentativa de praticar uma suposta neutralidade histórica para analisar criticamente a formação de um núcleo arquitetônico museológico a partir de interesses políticos. A aceitação e a valorização patrimonial da Cidade Universitária não estavam mais em pauta, mas sim os seus usos a partir de propostas estéticas de um regime autoritário. A partir daí, tentou-se historicizar a destruição patrimonial sem um olhar tão passional; com isso, em nenhum momento pode-se dizer que o juízo de valores desapareceu, mas perdeu a dominância que tiveram nos anos 1970 e 1980.

Até o final dos anos 2000, a ideia de alguém defender a beleza geral da Cidade Universitária ou suas virtudes simbólicas parecia absurda, até que alunos protestaram contra a vandalização das escadas monumentais e alegaram seu valor simbólico identitário. Deve-se destacar que essa característica identitária foi o ponto de partida para a solicitação de Patrimônio da Humanidade para a Unesco, ou seja, essa prática mostra uma certa mudança de referencial de excepcionalidade, pois o gosto não era mais pontuado pelo valor estético, intimamente ligado ao Estado Novo, mas ao simbólico, ao histórico e ao tradicional, atribuindo, assim, olhar crítico para a construção museológica, deixando de lado juízo de valores e salientando a relevância da análise histórica e crítica da memória da Universidade¹⁰.

¹⁰ “A etapa de avaliação da candidatura à Patrimônio da Humanidade, é fundamentada a partir da análise de uma documentação técnica consistente (...) Nessa documentação devem constar a comprovação do valor intrínseco do bem cultural, a elaboração de um dossiê descritivo desse valor e um plano detalhado administrativo e de proteção. (...) a

Universidade como patrimônio Mundial da Unesco

Ao ter acesso ao dossiê da candidatura da UC a Patrimônio Mundial, pode-se notar que o caráter científico-investigativo bem fundamentado da propositura foi o grande trunfo para receber a chancela da UNESCO, o que fica claro pela própria documentação enviada que foi definida como: “dossiê científico de intenções”, diferentemente dos comumente organizados sob o título de “documento de intenção”. (Almeida 2017, 38). Isso se deve, provavelmente, ao envolvimento de técnicos experientes na área de preservação como o arquiteto e urbanista Nuno Ribeiro e os pesquisadores da UC como os professores Raimundo Mendes, docente associado do Departamento de Engenharia-FCTUC e João Gouveia Monteiro, do curso de História, da Faculdade de Letras-FLUC. Assim, pode-se dizer que a proposta de mais de duas mil páginas foi desenvolvida por uma equipe técnica-científica interdisciplinar.¹¹

O esboço do documento foi estruturado pelo reitor da Universidade de Coimbra e por mais dois pró-reitores, que coordenaram áreas diferentes, composto de sete volumes: Candidatura a Patrimônio Mundial; Plano de Gestão; Textos Gerais; Influências; Execução; Planos Diretores; e Zona de Proteção. Intitulado “Candidatura a Patrimônio Mundial” foram apresentadas duas áreas da cidade, a Alta e a Sofia como constituintes do bem cultural, assinalado “principalmente pelos edifícios e espaços da Universidade de Coimbra ao longo da história. Sua estrutura foi dividida em partes: os conteúdos e a investigação; a área de reabilitação e a preservação física; e a preservação do patrimônio e a reabilitação. (Almeida 2017, 38)

partir desses critérios estabelecidos, será definido o valor universal excepcional do bem, sua autenticidade e a comprovação, se o Estado que apoiou a candidatura a patrimônio adotou as medidas protetoras adequadas e suficientes em relação ao bem inscrito” (Almeida 2017, 70-71). Desse modo, a lista de bens culturais considerados de valor universal excepcional busca representar e selecionar bens conforme algumas representatividades e diretrizes, como: “realização artística única, uma obra-prima do gênio criativo humano ou que exerça grande influência, por um período de tempo ou dentro de uma área cultural específica do mundo, a respeito do desenvolvimento da arquitetura, das artes monumentais, do planejamento de cidades ou do modelo de paisagens, ou; representa um testemunho especial ou no mínimo excepcional de uma civilização ou tradição cultural desaparecida; é um excepcional exemplo de um tipo de construção ou conjunto arquitetônico ou paisagem que ilustre significativo(s) estágio(s) da história humana, ou; é um exemplo excepcional de ocupação humana tradicional ou de uso de terra representativo de uma cultura (ou culturas), especialmente quando se torna vulnerável sob o impacto de mudanças irreversíveis, ou; é direta ou claramente associado com eventos ou tradições vivas, com ideias ou com crenças, com obras artísticas e literárias de importância universal excepcional (o Comitê considera que esse critério deve justificar a inclusão na lista somente em excepcionais circunstâncias ou aliadas a outros critérios) (UNESCO 2016).

¹¹ O professor Fernando Seabra Santos que foi Reitor da UC de 2003 a 2011, foi o principal idealizador e organizador da candidatura. Segundo o professor Raimundo Mendes (*apud* Almeida 2017, 307) “um primeiro dossiê preliminar foi feito em 2004, uma primeira proposta, que fez com que a UC fosse incluída na lista indicativa de Patrimônio Mundial, iniciativas que ocorrem de vez em quando, que indica que tais bens são suscetíveis de ser patrimônio da humanidade (...). A estrutura da candidatura foi organizada da seguinte forma, O Reitor nomeou dois pró-reitores para coordenar áreas distintas, (...) área dos conteúdos e de investigação (...) e a área de preservação física e da preservação do patrimônio e sua reabilitação. O pró-reitor para área de reabilitação física, portanto da preservação patrimonial foi o próprio professor Raimundo e de investigação foi o professor de História da Faculdade de Letras, João Gouveia Monteiro. Com o evoluir dos trabalhos foi criado um Gabinete Técnico e Nuno Ribeiro que tinha sido Diretor do Centro Histórico de Évora foi chamado para a coordenação dessa parte técnica do projeto.

A proposta era de que a Universidade pudesse ser vista como um conjunto arquitetônico/histórico/museológico culturalmente pluralizado, mas que guardava pelo menos um ponto que agregaria todo esse complexo, ou seja, a excepcionalidade dos edifícios e dos demais bens e práticas culturais que, devido uma suposta estética, história ou cultura diferenciadas marcaram uma época, situação que justificaria a chancela e a sua preservação em caráter global. Para tanto, as evidências a respeito das mudanças, demolições e novas construções não deixaram de ser pontuadas, mas foram muito bem adaptadas a tal discurso de excepcionalidade e da relevância da apresentação de um legado da cultura lusitana para o mundo. A ideia era dar um certo teor dinâmico a tal acervo a céu aberto, que conservou representações das várias fases históricas da cultura e da tradição lusitana por meio da Universidade-cidade.

Além disso, ficou muito claro que tais monumentos foram apresentados a partir de um olhar historiográfico, ou seja, buscando-se afastar o máximo de possíveis anacronismos que pudessem atribuir algum tipo de juízo de valor do tempo presente àquelas construções do passado. Nesse sentido, procurou-se mostrar como os hoje monumentos-documentos eram impregnados por questões relevantes de seu tempo, mas que também carregaram consigo o estereótipo de temporalidades distintas da época em que foram erigidos, mostrando as várias faces que podem ter o mesmo bem cultural, dependendo da representação que lhes é feita num certo momento histórico. Foi assim no esplendor do Estado Novo, na crítica pós-Salazar e na apropriação das escadarias por estudantes já no século XXI. Essas questões estavam ligadas a uma grande variedade de memórias que faziam com que a Universidade fosse de maior interesse para os visitantes que buscavam visitar a cidade. O que se percebe é que a construção da Cidade Universitária tem caráter central no documento, mas ao mesmo tempo em que não se condena o fato de a construção ser fruto de um Estado autoritário, por outro lado, também não se esconde que tal obra teve apoio irrestrito da comunidade universitária e da própria cidade naquele momento.

Com isso, nota-se que o dossiê buscou contemplar as várias estâncias da memória, indo além de uma mera pretensão contemplativa, mostrando o significativo desejo, em determinados momentos, de preservação do espaço físico e valorização do patrimônio. Mas isso não impediu que fossem documentadas as destruições sem critérios históricos em nome de propostas políticas ideológicas, regressando, inclusive, para as origens da Universidade e suas diversas demolições. É dessa forma que se procurou, por meio de um olhar dinâmico, enxergar e pontuar as intervenções ao longo do tempo, demonstrando como também, tais operações contribuíram para formação da identidade da Universidade e conseqüentemente da própria cidade.

Mesmo que no dossiê se busque privilegiar a Universidade de Coimbra-Alta e Sofia, nota-se também o enfoque relevante dado à apresentação da cidade. A história de Coimbra e de sua

comunidade auxilia na difícil harmonização do conjunto arquitetônico-museológico, cuja memória está ou esteve intimamente associada à instituição acadêmica, quer participando da concepção de suas construções, quer contribuindo para o desenvolvimento das tradições culturais e identitárias singulares portuguesas, que supostamente se encontrariam somente naquele local, por isso passível de visitação e da chancela de excepcionalidade. Para tanto, não se escondeu que toda essa construção sempre esteve ligada a um tipo de poder, político, ideológico, cultural e até mesmo natural. Desse modo, dividiu-se a análise em ciclos: Antecedentes (século XII e XIII), Origens (século XIV), Época Moderna (século XVI e XVII), Ilustração (século XVIII), Época Liberal/Republicana (século XIX), Estado Novo (século XX), Época Democrática (século XXI).

Dentro dessa perspectiva, ao analisar minuciosamente tal dossiê como documento histórico, notou-se que foram desenhadas várias vertentes materiais e imateriais que expressam a importância de uma instituição cuja influência e simbolismo deveriam ultrapassar as fronteiras locais, regionais e nacionais para adquirir uma verdadeira dimensão universal, pois, devido à sua singularidade, deveria ser compartilhada com toda a humanidade.

É interessante notar, em tal documento, que nem todos os edifícios que refletem os períodos históricos descritos foram preservados até a atualidade, como é o caso de uma das primeiras estruturas edificadas, que depois veio a ser o Colégio São Paulo no século XIV, e também onde se encontra a biblioteca geral da Universidade. Desta sede subsistem apenas alguns vestígios arqueológicos guardados no Museu Nacional Machado de Castro. Do mesmo modo, chama-se a atenção para o fato de que são elencados no dossiê alguns dos muitos colégios edificadas depois da transferência definitiva da Universidade de Lisboa para Coimbra, em 1537, mas que foram demolidos para atender as outras necessidades espaciais ou educacionais. Incluem-se, ainda, nesse panorama o arrasamento do reservatório astronômico pertencente à fase cultural e científica do século XVIII, localizado no topo Sul do pátio das escolas.

A leitura crítica de tal documento, o tornando fonte histórica da pesquisa ajudou a entender que a menção à memória de tais bens é apresentada como quase uma compensação por não existirem mais, mas que nem por isso deveriam ser esquecidos, pois fariam parte desta narrativa epopeica e quase que retilínea que o dossiê pretendia apresentar, – relato que beneficiava a grande maioria dos edifícios históricos ligados à UC que estão de pé até hoje de forma incontornável, estabelecendo a imagética da cidade em constante processo de evolução e transformação, juntamente com o percurso da Universidade enquanto instituição científica.

Assim, pode-se dizer que o conjunto que foi apresentado à candidatura reuniu uma soma de elementos físicos, materiais e imateriais que reproduzem e representam o legado de uma instituição enquanto centro difusor de saber, determinando a estrutura urbana do espaço que

acolheu e um número sem fim de memórias individuais e coletivas que estabeleceram a influência da Universidade no âmbito nacional e internacional.

Como já se disse, evidenciou-se que não houve a pretensão de esconder a fase de apoio ao regime e a arquitetura autoritária da ditadura salazarista; pelo contrário, tal situação está na justificativa de pedido de proteção do conjunto de bens patrimoniais, salientando-se que estes simbolizam, também, parte do momento histórico e da memória que hoje dá alicerce à característica singular do conjunto histórico. Semelhante postura se teve com as reformas pombalinas feitas a partir de 1772, pois longe de serem condenadas foram problematizadas, demonstrando que, tal como em outras conjunturas políticas, a Universidade de Coimbra desempenhou um papel de relevo na maturação teórica da história política portuguesa, o que é exemplificado, também, quando se menciona o fato do seu corpo docente formar parte dos mais destacados dirigentes do país, principalmente da ditadura estadonovista.

Especificamente as edificações de estruturas vitais do regime e da criação de aparelhos repressivos integraram um conjunto simbólico da Universidade que buscava atender e a garantir a plena subordinação orgânica da sociedade ao poder político. Por meio de tais memórias de pedra e cal, pode-se relembrar que entre 1936 e 1945 assistiu-se ao crescimento da instrumentalização do sistema educativo em prol das necessidades ideológicas e políticas do Salazarismo. Nesse sentido, há várias evidências que mostram que a generalidade dos professores da Universidade de Coimbra manteve uma atitude de colaboração ou de contestação ao Estado Novo, – situação delicada, mas nem por isso deixada de lado no dossiê, pois a ideia do domínio por meio do espaço ajudou na reconfiguração de tais locais, onde a aprendizagem se desenvolvia, e moldou parte da característica da atual arquitetura histórica da Universidade.

Nota-se que a hipótese de museu a céu aberto e/ou cidade museu atravessou a proposta da candidatura, pois assim como no estudo de um acervo museológico suas peças foram expostas e problematizadas como documentos históricos; isso ocorreu mesmo com aquelas que poderiam mexer com antigas feridas no presente. Dessa forma, a proposta subverteu a ordem estabelecida nas propostas preservacionistas internacionais, pois buscou a excepcionalidade justamente naquilo que não era dito ou estava escondido, diluído na suposta harmonização arquitetônica que, na verdade, escondia uma série de demolições que hoje seriam provavelmente criminosas.

Esse tom crítico e reflexivo dado pelo dossiê de candidatura contribuiu muito para o sucesso da empreitada, no entanto, ainda não é possível saber qual será o seu impacto quando também for utilizado na estratégia de divulgação ou no uso do conjunto patrimonial como *soft power*, pois para muitos especialistas a chancela da UNESCO acaba por reduzir as “características particulares do lugar para melhor adequá-las à classificação mundial do patrimônio”. Tais críticos

acreditam que para se adaptar aos critérios exigidos pela classificação da UNESCO, os tecidos urbanos tradicionais da cidade são “desconstituídos de seu significado” recriando “novas articulações urbanas que intensifiquem e reduzam realidades complexas” de seus processos de patrimonialização. Considera-se, assim, “um processo dialético de proteção cultural do sítio”, pois as especificidades valorativas locais do ambiente e da paisagem cultural da cidade, dão lugar a promoção de determinadas áreas específicas que se adequem melhor ao discurso classificatório globalizante da UNESCO, podendo assim, afirmar, que essa organização sobrepõe-se à decisão do Estado à medida que disciplina as ações de proteção daquele patrimônio. Assim, tal prática acaba revelando uma política de preservação do patrimônio que deixa “de ter como local privilegiado os Estados nacionais” e as especificidades locais (Almeida 2017, 32-72).

No entanto não se pode negar que a chancela permite a difusão cultural de tal espaço, podendo levar ao desenvolvimento econômico, advindo da prática de *marketing* e turismo cultural, marcas de uma prática de *soft power*, que se utilizada com parcimônia, de modo sustentável pode, inclusive, contribuir para uma política social e preservacionista mais justa, profissional e responsável.

Considerações finais

Nas linhas que se seguiram buscou-se evidenciar a relevância do Patrimônio Edificado e Imaterial para uma Universidade e para uma comunidade, contribuindo inclusive para a principal função de uma instituição de ensino superior, ou seja, a formação de cidadãos críticos e reflexivos. Isso ocorre pois a proteção de bens culturais “pode ser considerada uma contribuição intrínseca ao bem-estar humano” já que “além de seu valor inerente para as gerações presentes e futuras, o patrimônio pode significar também uma contribuição instrumental importante para o desenvolvimento sustentável em todas as suas várias dimensões” (Christofoletti 2017, 20).

Infelizmente tal conscientização, a nível mundial e principalmente nacional brasileiro, está longe do ideal; diferentemente, no caso em questão notou-se que uma série de fatores foram agregados aos bens culturais para buscar, na chancela internacional da UNESCO, um apoio para a utilização da UC como *soft power*. Assim, no caso da instituição e da cidade de Coimbra, a conscientização das potencialidades do Patrimônio Cultural auxiliou primeiro na ideia da candidatura, depois no objetivo de utilizar as excepcionalidades demarcadas no nomeado Patrimônio para atrair alunos e turistas, gerando um maior desenvolvimento econômico, social e político.

Nesse sentido, podemos afirmar que instituições de ensino que possuem ou estão fisicamente fixadas em “lugares de memória” podem ser consideradas privilegiadas, pois contam com utensílios valorativos na construção intelectual, cultural e humana de sua comunidade, além de poder utilizar tais bens para sua internacionalização e, conseqüentemente, para um maior desenvolvimento econômico, político e cultural, de acordo com que manda um mundo refém do capital e da globalização.¹² No entanto, não devemos perder de vista que boa parte dessa contrapartida deve ser revertida para preservação e financiamento de iniciativas que enxerguem o Patrimônio Cultural não como uma mera mercadoria, fetichizada, mas sim como um relevante instrumento para o desenvolvimento social e educacional, tanto de turistas como da comunidade na qual os bens estão inseridos.

É importante, nesse sentido, atentar para as recomendações do professor Paulo Peixoto (2003, 219 -220), que afirma que tais questões ligadas ao Patrimônio Cultural e o desenvolvimento sustentável devem ser colocadas da seguinte forma: “até que ponto espaços que estão a ser ordenados para actividades lúdicas e de consumo, onde os elementos locais, incluindo os indivíduos, são preservados como atracções, são verdadeiramente sustentáveis?”. Infelizmente a distorção do real motivo de divulgação e utilização do Patrimônio com fins principalmente econômicos podem colaborar para o processo de “desvitalização”, pois, segundo o professor, “há uma revivificação em parte encenada por um certo excesso de animação e recuperação voluntariosa de tradições”. Dessa forma, questiona até que ponto um espaço preferencialmente voltado ao turismo e ao consumo “eventualmente repulsivo às actividades quotidianas e aos cidadãos locais” permite realmente ser sustentável no sentido de trazer reais benefícios à comunidade? É interessante levantar tais questionamentos, salientando que vários processos de restauração que visam especificamente ao turismo e à mercantilização acabam funcionando como “alegoria nas situações em que o seu esplendor e a qualidade urbanística dos seus espaços, as cores garridas das fachadas recuperadas”, contrastam com “o resto da cidade que os envolve, os tornam uma espécie de obra de arte que representa uma ideia abstracta de qualidade de vida” (Peixoto 2003, 222). Talvez o mais simbólico e triste exemplo de tal prática seja o processo de recuperação do Pelourinho em Salvador na Bahia, no qual o bem-estar da comunidade que residia não foi pensada de modo

¹² O termo “Lugares de memória” foi concebido originalmente pelo historiador francês Pierre Nora para uma coleção de textos da qual foi coordenador, denominado *Les lieux de mémoire*. Segundo o historiador os “Lugares de Memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (...) são lugares, efetivamente, nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, mas simultaneamente em graus diversos. Inclui um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação lhe confere uma aura simbólica. (Nora 1993, 13).

sustentável, ocorrendo, inclusive, a remoção dos antigos moradores da região. (Cifelli 2016, 234-252).

Nesse sentido, mesmo não sendo totalmente perfeito (será que alguma proposta o é?), a sugestão de uma política sustentável apoiada no Patrimônio, no Turismo e na internacionalização da marca “Universidade de Coimbra”, deu um bom exemplo de como aproveitar o potencial de um Patrimônio Cultural ligado à uma Universidade-cidade, o que não ocorre na maior parte das Instituições de ensino Superior e cidades no Brasil, que poderiam explorar positivamente seus bens. Fica mais que comprovado por iniciativas como essas que tais espaços devem utilizar o turismo na difusão internacional em prol não só da preservação, mas também, dos principais objetivos de instituições de ensino superior, que envolvem a participação da comunidade acadêmica em atividades de (re)valorização do espaço social e das memórias de que fazem parte, possibilitando o desenvolvimento cognitivo e prático do saber, por meio de pesquisas e da produção de conhecimento, além de ampliar a prática e o gosto pela preservação do Patrimônio Cultural. Iniciativas primordiais para construção da cidadania e situação mais que urgente num momento em que tal virtude está tão deturpada diante da atual realidade política de nosso país.

Assim, acredita-se que entender e estudar a experiência consolidada de Coimbra e de sua Universidade em tais práticas ajuda a dar ainda mais dinamismo aos projetos e atividades desenvolvidas em torno do tema, podendo abrir o leque de possibilidades de envolvimento comunitário no próprio processo de pesquisa, preservação, recuperação e restauração dos bens e das práticas culturais e sociais de uma localidade.

O contexto internacional contribui para isso, pois com o desenvolvimento da paradiplomacia, espaços como Universidades, Instituições de Ensino Superior e Centros de Pesquisa se tornam cada vez mais interlocutores válidos no jogo político e econômico internacional. Mas, deve-se estar atento para evidenciar que tal tarefa não é simples, pois durante a pesquisa ficou claro que o diferencial de toda essa operação se deve ao fato de que tal prática não se concentrou na questão meramente econômica, mas sim num planejamento sustentável, visando, para tanto, buscar, também, as benesses sociais, culturais e educacionais que tal iniciativa pode trazer para a comunidade que a cerca.

Referências bibliográficas

Aguiar-Conraria, Luís, Alexandre Fernando e Manuel Correia de Pinho. “O euro e o crescimento da economia portuguesa: uma análise contrafactual”. *Análise Social*, 203, (2012): 298-321.

Almeida, Maisa. “Processos Urbanos de Patrimonialização Mundial: espaços de contradição e resignificação dos tecidos urbanos patrimoniais. Tese de Doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2017.

Barbuy, H. “A conformação dos ecomuseus: elementos para compreensão e análise”. *Anais do Museu Paulista*, 3, n.1, (1995): 209-236. <https://doi.org/10.1590/S0101-47141995000100019>

Barão, G. R. “Cultura e diplomacia cultural no século XXI: proposta de revisão do pensamento brasileiro de Relações Internacionais”. *Monções: Revista de Relações Internacionais*, 3, n. 5, (2014): 74-102.

Bloch, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Brites, Joana Rita da Costa. *Arquitetura da CGDCP: filiais e agências da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (1929-1970)*. Lisboa: Prosafeita, 2014.

Brites. *O capital da arquitetura: Estado Novo, arquitetos e Caixa Geral de Depósitos (1929-1970)*. Lisboa: Prosafeita, 2014.

Certeau, Michel. *A escrita da História*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

Christofoletti, Rodrigo, org. *Bens culturais e relações internacionais: o patrimônio como espelho do soft power*. Santos (SP): Editora Universitária Leopoldianum, 2017.

Christofoletti, Rodrigo. 2017. “Patrimônio como Esteio das relações Internacionais”. Anais do 1º Simpósio Científico ICOMOS Brasil. Belo Horizonte, Brasil, maio de 2017.

Cifelli, Gabrielli. “Imagem, representação e o uso turístico do Patrimônio Mundial: uma análise de Ouro Preto (MG) e Salvador (BA)”. Tese Doutorado. Campinas, Unicamp, 2016.

Coimbra. “Documento do dossiê de Candidatura da Universidade de Coimbra a Patrimônio da UNESCO”, versão digital, composto por sete volumes: Candidatura a Patrimônio Mundial; Plano de Gestão; Textos Gerais; Influências; Execução; Planos Diretores; e Zona de Proteção. Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=852336>. Acesso em 10 jun. 2014.

Daniel, Ana Cristina Marques. “Caracterização do Sector Turístico em Portugal”. *Têkne*, 14, (2010): 255-276.

Franca, Thais; Padilla, Beatriz. “Acordos bilaterais de cooperação acadêmica entre Brasil e Portugal: Internacionalização ou (pós) colonização universitária?”. *Revista Universidades*, n. 69 (2016): 57-73.

Foucault, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

Gasic, Diana. “Internacionalização do Ensino Superior em Portugal através dos programas Europeus de Mobilidade”. Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade de Lisboa Faculdade de Letras, 2016.

Hollanda, Bernardo Buarque de. “Prefácio”. Em *Bens culturais e relações internacionais: o patrimônio como espelho do soft power*, org. Christofoletti, Rodrigo, 9-12. Santos (SP): Editora Universitária Leopoldianum, 2017.

Junqueira, Cairo Gabriel Borges. “Paradiplomacia: a transformação do conceito nas relações internacionais e no Brasil”. *Revista Bib*, São Paulo, n. 83 (fevereiro de 2018): 43-68.

Nye J. S. *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs. 2004.

Nora, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10 (1993): 7-28.

Le Goff, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1992.

Marujo, Noémi, Jaime Serra e Maria do Rosário Borges. “Turismo Cultural em Cidades Históricas: a Cidade de Évora e as Motivações do Turista Cultural”. *Revista de Investigación em Turismo y Desarrollo local*, 6, n. 14 (2013).

Meneses, Ulpiano T. Bezerra de. “Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares”. *Revista Brasileira de História*. vol. 23, n. 45, (2003): 11-36. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882003000100002>

Moutinho, Mário. “Sobre o Conceito de Museologia Social”. *Cadernos de Sociomuseologia*, v.1, n.1: (1993).

Paiva, Eduardo França. *História & Imagens*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

Peixoto, Paulo. 2003. “Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades”. Colóquio: A cidade entre projectos e políticas. Porto, Portugal, junho de 2003.

Pires, Catarina Pereira, e Gilberto Gonçalves Pereira. O Museu da Ciência da Universidade de Coimbra: Valorização de um património científico secular. Em *Coleções científicas luso-brasileiras: património a ser descoberto*, org. Granato, Marcus, e Marta Lourenço, 285-210. Rio de Janeiro: Editora MAST, 2010.

Portugal. Assembleia da República. Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro de 2001. A presente lei estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura. *Diário da República*. 1ª. série A.n.º 209, 8 Set. 2001.

Portugal. Presidência do Conselho de Ministros de Portugal. Conselho de Ministros. Resolução n. 74, de 16 de abril de 2013. No processo de revisão do atual PENT, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007, de 4 de abril, iniciado em 2010, identificou-se também a necessidade de antecipar e incorporar o impacto da evolução global da economia e decorrentes alterações – quantitativas e qualitativas – do comportamento do consumidor, com impacto na evolução da procura turística até 2015. *Diário da República*, 1ª. série, n. 74, 16 Abr. 2013.

Portugal. Presidência do Conselho de Ministros de Portugal. Decreto Lei n. 115, de 25 de maio de 2012. O presente decreto- lei representa um contributo para a concretização da política enunciada, em consonância com o disposto na orgânica da Presidência do Conselho de Ministros, no que respeita aos serviços e organismos para a área da cultura, através da criação da estrutura orgânica da Direção Geral do Património Cultural, que, entre outros aspetos, sucede nas atribuições do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I. P., com exceção das atribuições nos domínios das ações regionais e locais de salvaguarda e acompanhamento do património arqueológico, nas relativas à emissão de parecer sobre os planos, projetos, trabalhos e intervenções nas zonas de protecção dos imóveis classificados ou em vias de classificação que não lhe estejam afetos e no domínio do acompanhamento e fiscalização das obras e intervenções em imóveis situados naquelas zonas de protecção. *Diário da República*, 1ª. série, n. 102, 25 maio 2012.

Portugal. Secretário de estado do turismo de Portugal. Ministério da Economia e da Inovação. *Plano Estratégico Nacional de Turismo*, n. 1, de 15 de fevereiro de 2007. O principal objetivo deste plano, para além do crescimento económico, é destacar Portugal, a nível europeu, como destino turístico. A principal funcionalidade do PENT é criar uma ligação entre as políticas definidas no sector turístico e outras áreas, como no ordenamento do território, 15 Fev. 2007.

Portugal. *Projeto Cluster de Turismo*. Lisboa. 16 ago.2017. Disponível em: <http://institucional.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/gestao/ficha-projeto-cluster-turismo-competi.pdf>. Acesso em 28 jun.2020.

Portugal. Turismo de Portugal. Plano n. 3. O Turismo 2020: Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal, constitui o referencial estratégico que estabelece os objetivos e as prioridades de investimento para o Turismo do País e das Regiões, especificamente para o ciclo de programação comunitária 2014-2020 – Portugal 2020. *Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal*, 2 Dez. 2013.

Rosamaninho. *O poder da arte. O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*. Coimbra: Editora IUC, 2006. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-0377-3>

Sousa, Manoel Jorge Nunes de. “Património e Turismo: desafios de uma microempresa de turismo receptor”. Tese de Mestrado, Porto, Faculdade de Letras Universidade do Porto, 2016.

UNESCO. “Étude sur les dispositions juridiques nécessaires pour assurer la protection du patrimoine monumental ou naturel des États” de 26 de janeiro de 1968, documento sobre a adoção de medidas em escala internacional, princípios técnicos, científicos e jurídicos aplicáveis no campo de proteção dos bens culturais, dos monumentos e dos sítios, em um estudo sobre as disposições jurídicas necessárias para assegurar a proteção do patrimônio monumental. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/1968/shc-cs-27-8f.pdf>. Acesso em 9 jul. 2020.

Varine, Hughes. “O Ecomuseu”. *Ciências & Letras- Revista da Faculdade Porto Alegre de Educação*, 1, n. 27 (2000): 61-90.

Recebido: 01 de maio de 2020

Aprovado: 30 de julho de 2020

Dossiê: Patrimônio e Relações Internacionais

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.30980>

Troféus de guerra e relações diplomáticas

War Trophies and diplomatic relations

Trofeos de guerra y relaciones diplomáticas

Bruno Miranda Zétola*

<http://orcid.org/0000-0003-1863-2607>

RESUMO: Troféus de guerra são uma categoria muito específica de patrimônio, visto tratar-se de artefatos militares obtidos no campo de batalha e cujo valor cultural é aferido após sua apreensão. Prática recorrente desde a Antiguidade clássica, a obtenção e exibição de troféus de guerra nunca foi considerada ilícito internacional. Suas implicações para as relações internacionais, entretanto, podem ser significativas, consoante a valorização do artefato tornado troféu pelas narrativas historiográficas das sociedades que o perdem ou que o conquistam. Este artigo examina as singularidades do troféu de guerra como patrimônio cultural e sua relevância para as relações diplomáticas. A partir de três estudos de caso, aponta-se para possíveis paradigmas do uso desse tipo de patrimônio como recurso de política externa.

Palavras-chave: Patrimônio. Troféus de guerra. Relações diplomáticas.

ABSTRACT: War trophies are a very specific category of heritage, since they are military artifacts obtained on the battlefield and whose cultural value is conferred after their apprehension. Dating back to classical antiquity, the act of obtaining and displaying war trophies has never been considered an international crime. Its implications for international relations, however, can be significant, depending on the valorization of the artifact made trophy by the historiographical narratives of the societies that lost it or that conquered it. This article examines the singularities of the war trophy as cultural heritage and its relevance to diplomatic relations. Based on three case studies, we point to possible paradigms for using this type of heritage as a foreign policy resource.

* Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), na linha de pesquisa “Cultura e Poder”. Autor de diversos artigos sobre o tema, especialmente sob a perspectiva das relações diplomáticas. Atualmente desenvolve estágio pós-doutoral no programa de pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília, sob o tema “Quando o Itamaraty tinha bossa: a era de ouro da diplomacia cultural brasileira”. E-mail: brunozetola@gmail.com

Keywords: Heritage. War trophy. Diplomatic relations.

RESUMEN: Los trofeos de guerra son una categoría muy específica del patrimonio, ya que son artefactos militares obtenidos en el campo de batalla y cuyo valor cultural se evalúa después de su captura. Práctica recurrente desde la Antigüedad clásica, obtener y exhibir trofeos de guerra nunca fue considerado un delito internacional. Sin embargo, sus implicaciones para las relaciones internacionales pueden ser significativas, dependiendo de la valorización del artefacto hecho trofeo por las narrativas historiográficas de las sociedades que lo perdieron o lo conquistaron. Este artículo examina las singularidades del trofeo de guerra como patrimonio cultural y su relevancia para las relaciones diplomáticas. Con base en tres estudios de caso, señalamos posibles paradigmas para usar este tipo de patrimonio como un recurso de política exterior.

Palabras clave: Patrimônio. Trofeos de guerra. Relaciones diplomáticas.

Como citar este artigo:

Zétola, Bruno Miranda. “Troféus de guerra e relações diplomáticas”. *Locus: Revista de História*, 26, n.2 (2020): 123-149.

Quem controla o passado, controla o futuro; quem controla o presente,
controla o passado. (Orwell 1949)

No campo do patrimônio cultural, uma das categorias menos debatidas, embora das mais relevantes para as relações internacionais, é a dos troféus de guerra. A obtenção e exibição de troféus de guerra constituem práticas simbólicas recorrentes ao longo da história para a construção de narrativas de legitimação de poder. Desde a Antiguidade, campanhas militares são coroadas com retornos triunfais de exércitos portando, entre os butins, elementos claramente identificáveis ao exército da nação subjugada, como inquestionável prova de sua supremacia militar.

O troféu de guerra caracteriza-se, portanto, como um lugar de memória coletiva que simboliza e reforça valores essenciais para determinada sociedade, como patriotismo, republicanismo, sacrifício (Nora 1993). Há casos de troféus que recebem o estatuto de patrimônio cultural da nação vencedora, dada a projeção que adquiriram na historiografia da sociedade a que se integraram. Em outros casos, a valorização do troféu para a sociedade que o perdeu pode gerar um possível atritante diplomático com o estado que passou a detê-lo. Também registra-se casos em que o troféu é ressignificado, tornando-se um monumento votivo para ambos os ex-beligerantes.

Embora a legislação contemporânea internacional condene a subtração de bens culturais por combatentes em conflitos armados, os artefatos de guerra arrebanhados pelo estado vencedor como símbolos de sua conquistas não se enquadram em nenhuma legislação a respeito de condutas militares ou de proteção do patrimônio. Desse modo, a prática de retenção e exibição de troféus de guerra perseverou à marcha do tempo, sendo ainda recorrente em todo o mundo.

O presente artigo visa examinar a importância dos troféus de guerra na agenda das relações diplomáticas contemporâneas. Em um primeiro momento será feita uma abordagem conceitual, a partir de aproximações epistemológica, jurídica e histórica, para entender-se a singularidade desse tipo de patrimônio. Em seguida, serão apresentados três casos emblemáticos em que troféus de guerra foram protagonistas na agenda das relações diplomáticas de determinados países, cada um com um desfecho diferente: sua repatriação voluntária, como sinal de aproximação política; sua demanda unilateral, como forma de gerar um fato novo na agenda bilateral; e sua valorização como um monumento binacional, de forma a construir uma narrativa de concórdia e conciliação entre dois ex-contrincantes. A escolha desses casos deve-se à relevância que tais troféus ganharam na agenda diplomática dos países envolvidos e à sua representatividade tipológica para as relações diplomáticas. Desse modo, independentemente de seu valor cultural, o que interessa aqui é sobretudo examinar possíveis paradigmas do uso dos troféus de guerra como instrumento de ação diplomática no mundo contemporâneo.

Troféus de Guerra: uma categoria específica de patrimônio

O troféu de guerra é um patrimônio cultural que se distingue por três elementos: trata-se de um artefato militar que não se caracteriza como objeto histórico *a priori*; foi apreendido em um campo de batalha, não pilhado de um palácio, igreja ou museu; e passou por um processo de transculturação, isto é, adquiriu um novo significado para a sociedade a que passou a pertencer. De acordo com Isidoro de Sevilha, um dos maiores etimologistas do mundo clássico, a palavra troféu deriva do grego “*tropé*” - a volta e fuga do inimigo. Por isso, o general que colocava em fuga um inimigo era merecedor de um troféu (Reta e Casquero 1982, 182). Era a segunda maior honraria a que um homem público poderia almejar receber do seu estado por seus feitos de armas; encontrando-se apenas abaixo do triunfo, cerimônia reservada àqueles que aniquilavam totalmente o exército inimigo.

A história mostra que os primeiros troféus eram feitos de equipamentos militares do inimigo subjugado. Esses artefatos bélicos dispostos como monumentos poderiam ficar nos campos de batalha ou retornar com os vencedores, sempre com o propósito de recordar uma

vitoriosa campanha militar. Trata-se, em certa medida, de um espólio de guerra, mas de natureza muito particular. Considerá-los como um mero butim ou mesmo como reparação por danos do conflito seria reduzir esses patrimônios a uma perspectiva econômica, subtraindo todo o valor cultural que o caracteriza como troféu. Por outro lado, tampouco se trata de bens cujo caráter cultural é definido *a priori*, já que são equipamentos bélicos arrebatados de um campo de batalha, e não obras históricas ou artísticas. Cumpre observar que a definição de bens culturais costuma abranger mais do que obras de arte, incluindo todo artefato que expressa a forma de pensar e de ser de um povo, histórica e antropologicamente. Contudo, mesmo nessa conceitualização expandida de “bens culturais”, as armas de guerra não podem integrar tal categoria, já que, durante o conflito armado, não são vistas como bens culturais sequer pelo país que as construiu.

O que permite caracterizar o troféu de guerra como um patrimônio cultural e ao mesmo tempo o diferenciar dos demais itens de um espólio de guerra é justamente seu caráter imagético, que lhe dará um valor cultural ou afetivo *a posteriori*. Como elemento simbólico, o troféu só faz sentido no seio de determinado imaginário social adequadamente estruturado em relação a referenciais inteligíveis para a maioria da sociedade. Conforme sugeriu Baczko,

os bens simbólicos, que qualquer sociedade fabrica, nada têm de irrisório e não existem, efetivamente, em quantidade ilimitada. Alguns deles são particularmente raros e preciosos. A prova disso é que constituem o objecto de lutas e conflitos encarniçados e que qualquer poder impõe uma hierarquia sobre eles (Baczko 1985, 289).

É por isso que a maior parte dos troféus de guerra é constituída por equipamentos ou símbolos militares do oponente, epítome de seu poderio bélico e, portanto, inteligível a praticamente qualquer grupo social. Sua subtração da nação vencida não tem o objetivo de contribuir para o erário da nação vencedora ou de seus combatentes, mas sim o de manifestar publicamente uma vitória militar ou de recordar um heróico episódio bélico. Trata-se, portanto, de um instrumento ideológico poderoso pois, ao exercer a função de um lugar da memória, permite tornar inteligível a construção de uma narrativa laudatória dos feitos de armas de uma nação.

Por estar vinculado ao campo das ideologias, o troféu de guerra não possui um valor absoluto *per se*; sua apreciação depende, em larga medida, do conjunto de valores e referenciais da sociedade da qual ele foi subtraído e a qual ele passará a integrar. Nessa perspectiva, é natural que os troféus de guerra sejam algumas vezes mais valorizados pelas nações vencidas, à luz do valor simbólico e afetivo que lhe devotam, do que pelas vencedoras. Em outros casos, entretanto, nota-

se o fenômeno de transculturação do bem, isto é, de sua ressignificação e valorização pela sociedade a que passou a pertencer¹.

A construção de uma narrativa *a posteriori*, associada a práticas rituais de incorporação desse bem à nova sociedade, pode contribuir para dissociar o objeto de seu significado anterior e conferir-lhe novo sentido. São três os principais estágios que permitem essa transculturação e ressignificação. A primeira etapa ocorre em um contexto estritamente militar. As bandeiras e canhões desempenham um papel ativo nas batalhas, como armas, dispositivos de sinalização e de encorajamento. Uma vez capturados, passam às mãos do comandante estrangeiro e inicia-se a próxima etapa do processo de transculturação, com sua remoção para outro país em um contexto civil. Movendo fisicamente os objetos e expondo-os em novos contextos públicos, como um palácio, igreja ou arsenal, os objetos formam conexões com a sociedade ou com grupos sociais. O último passo é a patrimonialização dos objetos. Após a singularização e a exibição ritual, os bens são manuseados, armazenados e registrados de acordo com uma perspectiva museológica, de modo a inserirem-se como peças relevantes para uma narrativa mais ampla, geralmente ufanista, de determinada sociedade (Tetteris 2014, 33). É por meio da execução desses rituais, que podem ser desfiles militares, propaganda política, musealização, tombamento, que se confere uma identidade de patrimônio a um artefato de guerra, removendo-o do campo de batalha e assimilando-o como um monumento, a partir de determinada narrativa historiográfica e museográfica. Nesses casos, é possível que seu valor simbólico para o país que toma o troféu venha a ser maior do que para o país que o perde².

Em qualquer dos casos, é nítida a função do troféu como recurso inteligível da memória, permitindo vencer a barreira do tempo e tornar perene feitos de armas ocorridos em campos de batalha. Desse modo, conforme a apreciação desse bem para a sociedade vencedora ou vencida, o troféu de guerra poderá, de acordo com os sabores do tempo, ser instrumentalizado tanto como um elemento de aproximação quanto de atrito nas relações entre essas sociedades.

Troféus de Guerra: uma aproximação histórica

¹ Sobre esse tema é interessante a reflexão Christofoletti a respeito da repatriação de bens, ao apontar que “embora muita atenção se dê ao ato da repatriação em si, nem sempre a devolução da obra causa comoção ou retém significado maior nos países e/ou culturas que a produziram; caindo às vezes até no limbo do esquecimento e tornando-se, inclusive, inacessíveis ao público” (Christofoletti 2017, 124).

² Um exemplo seria a captura da bandeira nazista da 148ª Divisão de Infantaria Alemã pelo Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial. Atualmente exposta no Museu Marechal José Machado Lopes, é a única bandeira do gênero capturada pela Força Expedicionária Brasileira, o que a torna um elemento relevante para a história militar do Brasil. Para a Alemanha, seja pela quantidade de itens similares de que dispõe em seus acervos, seja pelo que lugar que ocupa em sua historiografia, é pouco relevante sua exibição em um museu brasileiro.

No imaginário social do mundo clássico, os troféus de guerra funcionavam simultaneamente como monumento histórico e religioso. Os gregos acreditavam que, assim como os deuses dirigiam e influenciavam as vidas humanas, eles também decidiam os resultados de conflitos e, portanto, consideravam seu dever render-lhes graças. O troféu servia não apenas como celebração de uma vitória, mas também como uma oferta votiva. Era, ao mesmo tempo, o símbolo visível do sucesso militar e do agradecimento público pela assistência dos deuses.

Um dos primeiros relatos a respeito dos troféus de guerra encontra-se na *Ilíada*, quando Ulisses e Diomedes matam Dolon (Homero 2020, 10.465-68). Eles tiram sua armadura, penduram-na em um arbusto de tamarisco e depois fazem uma oração a Atena, que os ajudou na batalha. No princípio, o troféu geralmente assumia a forma das armas e armaduras saqueadas do inimigo derrotado, penduradas ou pregadas no tronco de uma árvore ou poste. Era organizado na forma de uma figura, provavelmente representando um guerreiro vitorioso ou uma divindade ajudando na batalha; construído imediatamente após o final de uma batalha; geralmente no ponto do primeiro contato, ou no local onde o exército derrotado se virou para fugir, fazendo jus à etimologia, isto é, referindo-se ao ponto de virada da batalha, quando um lado alcançou uma vantagem decisiva sobre o outro. (Novakova e Salyova 2019, 192).

Com o passar do tempo, os troféus começaram a ser levados de regresso para as cidades dos vencedores, de forma tanto a capitalizar politicamente a conquista militar, quanto agradecer aos deuses em templos locais a boa fortuna obtida nos campos de batalha. O santuário de Delfos é exemplo emblemático dessa dupla perspectiva sobre os espólios de guerra - as armas ali depositadas permitiam, de forma pública e perene transmitir uma mensagem de sucesso para a era contemporânea e para as gerações futuras, que assim encontraram um foco para admirar e honrar a coragem de seus antepassados, e render um devido tributo aos deuses.

Os romanos emularam esse traço cultural grego e o levaram em suas conquistas a toda a Europa. Se no período republicano o exército romano queimava os armamentos inimigos como forma de oferenda aos deuses pelos bons auspícios, na época imperial os espólios de guerra serão usados na confecção de monumentos votivos. Nesses casos, além de agradecer aos deuses, os troféus serviam para veicular a *auctoritas* do general triunfante junto ao *populus*, exército e senado (Rich 2013). O cristianismo medieval manteve a estrutura desse ritual clássico dos triunfos pagãos, de oferecer à divindade uma prova tangível de reconhecimento pela proteção recebida durante um combate, embora revestido com um verniz da doutrina cristã. Desse modo, as entradas triunfais em espaços cívicos foram gradativamente substituídas por processões eclesiásticas, sendo as igrejas e basílicas o local primordial para pedir e agradecer os êxitos de armas (Zétola 2006). Até o século

XIX, há registro de troféus depositados em igrejas, como a dos Inválidos (França) e a de São Domingos (Argentina).

A consolidação dos estados nacionais, as reformas protestantes, o Iluminismo e a Revolução Francesa paulatinamente relativizaram o papel da religião no imaginário social ocidental, com impactos sobre a tradição ocidental de prestar oferenda ao outro mundo em tributo às glórias de armas. Efetivamente, não foi por uma questão religiosa, mas por um exercício de poder que Napoleão mandou fundir os canhões austríacos na batalha de Austerlitz para mandar erigir a famosa Coluna de Vendôme, de modo a competir uma segunda vez para a lembrança da batalha, já tão plena de significados afetivos por sobrepor a alegria da conquista à comemoração do primeiro aniversário da coroação de Napoleão (Stoiani 2002, 162). Do mesmo modo, tinha um valor mais político que religioso a exibição anual, pelo governador do Rio de Janeiro, de bandeiras francesas tomadas do corsário francês Duclerc, as quais eram amarradas ao rabo de cavalos, no âmbito de uma encenação de um simulacro do combate (Lagrange 1967, 60).

A despeito dessa mudança do eixo religioso para o cívico-ostentatório, o ocaso da Era dos Impérios e a ascensão de projetos nacionalistas por todos os lados conferiu ao tema dos troféus de guerra renovado vigor no século XIX. Não é por outro motivo senão um espírito de exaltação patriótica que o Barão do Rio Branco, em suas “Efemérides Brasileiras”³, esforça-se por minorar as perdas de troféus sofridas pelo Império nas diversas campanhas platinas. Na América do Norte, alguns exemplos são a tomada da bandeira texana “New Orleans Grey” pela infantaria mexicana na batalha de El Alamo, em 1836; e a tomada do pavilhão mexicano por tropas norte-americanas do Castelo de Chapultepec, em 1847. Na América espanhola, após as frustradas tentativas de invasão britânicas no início do século XIX ao Vice-Reino do Prata, os espanhóis capturaram uma série de bandeiras, que ainda hoje se encontram expostas na cidade de Buenos Aires. Já no continente asiático, um exemplo conhecido é o dos sinos das igrejas de Balangiga, usados como sinal para um ataque surpresa filipino e, posteriormente, tomado como troféu de guerra pelos norte-americanos na guerra entre os dois países. E para o continente africano, há quem diga que os famosos bronzes do Bênin teriam sido levados a Londres como troféu de guerra pelos ingleses no contexto dos conflitos ocorridos na cidade em 1897.

³ Como na Batalha de Ituzáingo (“apenas um canhão, cujas rodas se quebraram, caiu em poder do inimigo. Este foi o seu único troféu da jornada”); em escaramuças navais entre corsários brasileiros e a armada argentina, em 1828 (“a bandeira do pobre e insignificante corsário foi recolhida com grande aparato pelo almirante e levada a Buenos Aires como troféu”); e na defesa da cidade Jaguarão contra o ataque do exército uruguaio (“O governo de Montevideu fez acreditar aos seus partidários que Muñoz obtivera uma brilhante vitória no Jaguarão, e festejou-a, fazendo arrastar pelas ruas uma bandeira brasileira, que declarou ter sido tomada naquele combate.”). (Garcia 2012, 168; 36; 89).

Paralelamente, no rescaldo das pilhagens sem precedentes efetuadas pelas tropas napoleônicas, o século XIX também testemunhou o surgimento das primeiras legislações referentes à proteção do patrimônio cultural. Se a pilhagem passará a ser definida como crime, a prática de apreender equipamentos militares inimigos, incluindo entre esses os que se tornam troféus de guerra do estado captor, continuou a ser considerada um ato legítimo e aceitável em conflitos armados internacionais. Os princípios de repatriação inaugurados pelo Duque de Wellington na Paris ocupada integrariam, posteriormente, uma das primeiras codificações a respeito da preservação do patrimônio em tempos de guerra - o Código de Lieber, encomendado pelo presidente norte-americano Abraham Lincoln durante a Guerra de Secessão. Elaborado pelo cientista político Francis Lieber, que havia lutado em Waterloo no exército prussiano e acompanhado os tumultos na capital francesa decorrentes das pilhagens napoleônicas, foi o primeiro código a estabelecer como regra a prática de longa data em conflitos armados segundo a qual uma parte no conflito pode apreender equipamentos militares pertencentes a uma parte adversa como butim de guerra. Nessa perspectiva, o Código de Lieber determina que, “de acordo com a moderna lei da guerra”, todo o butim pertence ao governo do apreensor e não ao indivíduo que o apreende⁴. Já da perspectiva do patrimônio, recomenda-se preservar a integridade das obras de arte clássicas, coleções científicas e instrumentos técnicos (Art. 35), mas permite que, sejam levadas como espólio em benefício da nação vencedora, contanto que não colocadas à venda (Art. 36). Parece pouco, mas se reconhecia, pela primeira vez, o valor histórico e artístico do patrimônio.

O Código Lieber, por seu pioneirismo, teve forte influência nos documentos internacionais que surgiram nos anos seguintes propondo regras para conflitos armados. Na Declaração de Bruxelas (1874), nota-se a condenação da prática de destruição de bens culturais (Decl. Brux. Art. 8); na I Convenção da Haia (1899), declara-se a neutralidade dos bens culturais, “contanto que não utilizados para fins militares” (Conv. Haia, I Art. II, 27 e 56), o que evidentemente exclui os troféus de guerra; e na II Convenção da Haia (1907), condena-se a prática da pilhagem (Conv. Haia II, IV. 47.), mas se estabelece expressamente quais são os bens passíveis de ser apreendidos por um exército de ocupação de Estado inimigo: “dinheiro, fundos e valores mobiliários que são estritamente de propriedade do Estado, depósitos de armas, meios de transporte, e suprimentos, além de todos os bens móveis pertencentes ao Estado que possam ser usado para operações militares” (Conv. Haia II, IV, 53.) Os contratantes da Convenção da Haia não apenas revestem de legalidade a apreensão de equipamentos militares do inimigo como dispõem de um entendimento

⁴ Cod. Lieb. 45. O princípio será refletido em vários manuais militares contemporâneos, incluindo o Código Penal Militar brasileiro, que admite a pena capital ao militar que venha a saquear território ocupado. (Art. 406).

amplo do que poderia ser considerado butim de guerra, contemplando quaisquer bens do Estado oponente, não apenas aqueles apreendidos no campo de batalha.

Outro documento relevante para o desenvolvimento do conceito de proteção do patrimônio cultural em conflitos armados foi o Pacto de Roerich, aprovado na VII Conferência Pan-Americana de Montevideu (1933). Trata-se da primeira legislação de proteção de patrimônio cultural a que se submeteram muitos dos países americanos, por meio da internalização do tratado (Guedes 2018). Sua essência residia em declarar a neutralidade e deixar identificável, em tempos de guerra, “os monumentos históricos, os museus e as instituições científicas, artísticas, educativas e culturais”. O documento não abordou o tema dos armamentos e artefatos de guerra, pois não os considerava como potenciais patrimônios culturais.

Pouco tempo depois, seria deflagrada a Segunda Guerra Mundial, um dos momentos de maior apreensão e mobilidade de troféus de guerra na história. Em todo o mundo, milhares de bens foram tomados, especialmente das potências do Eixo, e integrados a acervos de museus de forma a constituir narrativas valorizadoras do sacrifício de seus combatentes e de seus ideais pátrios. Um exemplo paradigmático do uso de troféus de guerra nesse período é o do vagão do armistício de Compiègne, da Primeira Guerra Mundial. Hitler exigiu que a capitulação francesa fosse assinada no mesmo vagão que, anos antes, testemunhara a rendição alemã. Utilizado como potente veículo de transmissão da hegemonia militar alemã e da subjugação das forças francesas, o vagão foi levado à Alemanha como um dos principais troféus de guerra do nazismo.

Findo o conflito e verificada a pouca efetividade das convenções anteriores, a comunidade internacional aposta no entendimento cultural como um dos elementos prioritários na agenda multilateral. São frutos desse espírito de concórdia do pós-Guerra a Convenção de Genebra de 1949 e a Convenção da UNESCO de 1954⁵. A Convenção de 1949 legitima a apreensão de equipamentos militares de oponentes, ao afirmar que os prisioneiros de guerra poderão manter seus artigos de uso pessoal, “exceto armas, cavalos, equipamento militar” (Art 18, par I.). Ademais, dispõe que distintivos de posição e nacionalidade, decorações e artigos que tenham um valor essencialmente pessoal ou sentimental não podem ser retirados dos prisioneiros de guerra. (Art 18, par 3). O texto da Convenção da Haia de 1954, por seu turno, apresenta uma renovada proposta de proteção do patrimônio cultural, mas é absolutamente indiferente à prática de apreensão de artefatos bélicos por parte dos exércitos vencedores. Não se inclui esse tipo de bem em seu extenso Artigo 1, que elenca uma série de bens que poderiam ser tipificados como patrimônio cultural. No

⁵ Não por acaso, o preâmbulo da Constituição da UNESCO, de 1945, identifica que “a ignorância dos modos de vida uns dos outros tem sido uma causa comum, através da história da humanidade, de suspeita e desconfiança entre os povos do mundo, causando guerras”

artigo 14, que dispõe sobre os bens que gozariam de imunidade de captura, tampouco há qualquer referência que possa incluir algum troféu de guerra. Os dois protocolos adicionais que se somaram à convenção, que ainda constitui a principal legislação internacional para proteção do patrimônio cultural, também tangenciam o tema do butim de guerra, não condenando a prática de captura de propriedade militar adversária (Henckaerts 1999).

Novo marco para a trajetória da proteção do patrimônio cultural é a Convenção da UNESCO de 1970, relativa às medidas a serem adotadas para impedir a exportação e a transferência compulsórias de propriedade de bens culturais, que decorram direta ou indiretamente da ocupação de um país por uma potência estrangeira. Esse talvez seja o ato normativo que mais se aproxima da questão dos pedidos de repatriamento de troféus de guerra na legislação contemporânea, sobretudo em vista de que os bens relacionados com a história militar e com os acontecimentos de importância nacional aparecem como um tipo de bem passível de proteção pela Convenção (Art.1 Alin. b.) Seria exagero, contudo, afirmar que tal normativa impede a prática de apreensão e exibição de troféus de guerra. Como a Convenção dispõe sobre bens relacionados à história militar e nacional, isso pressupõe certo distanciamento histórico para poder categorizar aqueles artefatos como bens relevantes para a história de determinado país. Outro fosse o entendimento, um estado poderia declarar todo seu arsenal de guerra patrimônio cultural visando a impedir sua tomada pelo exército oponente. Esse raciocínio já estava presente, aliás, na Convenção de 1954, que determina não poder ser objeto de proteção os bens utilizados para fins militares (Conv. Haia. 1954. VIII, b.)

A legislação internacional mais recente a respeito do tema possivelmente é a Resolução 2347 do Conselho de Segurança da ONU, aprovada por unanimidade em 24 de março de 2017. O documento é interessante por ser a primeira vez na história que uma resolução da ONU abrange toda a variedade de ameaças ao patrimônio cultural, sem nenhuma limitação geográfica ou de autoria dos crimes contra o patrimônio. O texto inclui dois dos principais resultados de importante conferência internacional a respeito do tema realizada em Abu Dhabi, em 2016: a criação de um fundo internacional e a organização de uma rede de locais seguros para bens culturais em perigo. A resolução encoraja os estados a envidar esforços para a proteção de seu próprio patrimônio, por meio de inventários e de depósitos seguros e identificáveis. (Pár. 16). Evidentemente que um artefato militar não poderia receber tal estatuto, por ser empregado diretamente no campo de batalha. Desse modo, por exclusão, também esse documento considera legítima a prática de apreensão de troféus de guerra em conflitos contemporâneos.

Não encontrando quaisquer impeditivos na legislação internacional, a prática de apreensão e exibição de troféus de guerra persevera pelo curso do tempo e persiste como um dos traços

culturais mais duradouros da civilização ocidental. O que evoluiu significativamente foi a distinção entre a apreensão de bens culturais ou de propriedade individual de combatentes, considerados como pilhagem, daqueles bens públicos de uso militar do oponente, que podem ser retirados do campo de batalha para a segurança das tropas. Ao examinar-se recentes ações bélicas britânicas, percebe-se essa distinção muito claramente. Por um lado, há registros de combatentes britânicos que enfrentaram a corte marcial por reter bens de propriedade privada de soldados iraquianos (Nightingale 2013). Por outro lado, a exibição da bandeira do chamado Estado Islâmico no Imperial War Museum de Londres demonstra que a prática de obter troféus de guerra para glorificar as campanhas militares de um estado segue atual. (Imperial War Museum 2019, 20).

Se o ato de apreensão e exibição de troféus de guerra não pode ser considerado um ilícito internacional, isso não significa que tal prática não possa gerar demandas, controvérsias, atritos, sinalizações de boa vontade e de aproximação entre dois ex-contrincantes. Alguns casos recentes auxiliam a desvelar a relevância e atualidade do tema para as relações internacionais.

A devolução unilateral de troféus de guerra: o caso das bandeiras mexicanas tomadas por Napoleão III

Uma das aventuras militares mais inusitadas do século XIX, que comprova que o realismo mágico não poderia ter tido melhor berço que a América Latina, foi a invasão do México por tropas francesas para alçar ao poder um arquiduque Habsburgo. Como se sabe, o Estado mexicano estava falido após a guerra contra os Estados Unidos (1846-48) e de um severo conflito civil (1857-61), motivo que levou o presidente Benito Juárez a declarar a moratória da dívida externa. Era o pretexto de que precisava Napoleão III para apoiar o projeto das elites conservadoras de estabelecer o Segundo Império Mexicano. Malfadada uma efêmera aliança tripartite com espanhóis e britânicos, os franceses projetam-se em voo solo nessa empreitada colonialista, que visava, em última análise, estabelecer um protetorado no México para ampliar a área de influência para seus produtos e, ao mesmo tempo, apoiar a administração das Antilhas e demais colônias francesas na América, garantindo a estabilidade de fornecimento de matérias-primas à França.

Após a épica vitória mexicana na Batalha de Puebla, em 5 de maio de 1862, os franceses enviaram reforços para a campanha mexicana e tomariam a estratégica cidade no ano de 1863, abrindo caminho para a vitória e entronização de Maximiliano I. É nesse contexto que as tropas francesas apreendem numeroso butim de guerra, incluindo três troféus muito estimados pelos mexicanos: o estandarte do “Primer Regimiento de Caballería de Durango”; a bandeira do “Segundo Batallón de la Guardia Nacional de San Luis Potosí”; e o estandarte dos “Lanceros de

Aguascalientes” (Colunga Hernandez 2004). As bandeiras, depositadas no Museu dos Inválidos de Paris representam elementos simbólicos significativos para a história mexicana, pois eram estandartes de exércitos constituídos com forte apelo popular e que representam a luta em nome do ideal republicano e nacionalista, em que padeceram milhares de mexicanos. Um jornal da época assim descreveu a relevância dos pendões:

Ellas vieron combatir con fiereza a los chinacos, a los zacapoaxtlas y a todo un pueblo de filiación republicana, que se alzó indignado para rechazar al monarca extranjero que se le quiso imponer por la fuerza. Ellas vieron cómo los hombres pelearon por la integridad del territorio y al final capturadas, lejos del suelo mexicano supieron de la triste historia del Cerro de las Campanas y del triunfo final de México y supieron del lema de Benito Juárez: “El respeto al derecho ajeno es la paz.” (El Nacional 5/3/1964)

Em março de 1964, as bandeiras foram repatriadas com pompa e circunstância pelo governo do general De Gaulle. Foi a primeira vez que a França restituiu voluntariamente troféus de guerra tomados a um país. A análise da conjuntura internacional da época auxilia a entender como a devolução desse patrimônio foi utilizada como um eficiente elemento simbólico não apenas para as relações bilaterais mas também para a política externa francesa.

Marcada pela busca da restauração da “*grandeur*” francesa, a política externa de De Gaulle enxergava numa distensão que se avizinhava um espaço de autonomia na ordem bipolar, que poderia ser ocupado por uma diplomacia que remetesse à vocação universalista e à missão civilizatória da França (Vaisse 1998). A “*tournéé*” do General pela América Latina, em 1964, pode ser entendida como parte de seu projeto de uma “terceira via”, mobilizando, nos países por que passou, multidões cansadas das promessas nunca concretizadas de uma cooperação econômica mais efetiva por parte dos EUA.

Da perspectiva da política externa mexicana, dois fatores pareciam limitar a projeção de uma diplomacia mais autônoma, condizente com sua condição de potência média regional - a proximidade natural com os Estados Unidos; e a Revolução Cubana de 1959, que tornou a América Latina um dos polos da rivalidade bipolar. Nesse contexto, o presidente mexicano Adolfo López Mateos logo entendeu os riscos decorrentes da possibilidade de que os EUA utilizassem as tensões internacionais para reforçar seu domínio sobre os países latino-americanos, ou, ao menos, tutelar sua política externa sob o pretexto de uma ameaça comunista. Nessa perspectiva, o dinamismo de sua política exterior explica-se como uma tática destinada muito mais a obter uma margem mínima de autonomia diplomática diante da hegemonia norte-americana do que o desejo de constituir uma liderança regional de uma terceira via no mundo bipolar (Loaeza 1990).

Esse desconforto diplomático da potência média regional encontrava eco no desconforto da potência média global, havendo uma coincidência de perspectivas entre México e França. Desse

modo, a visita de De Gaulle ao México foi cuidadosamente preparada para que gerasse sinais de empatia a essa terceira via que a França buscava liderar. Com vistas a criar uma predisposição positiva aos interesses franceses no México, dias antes da chegada de De Gaulle, o embaixador francês procedeu com a repatriação das bandeiras tomadas como troféu de guerra pelas tropas de Napoleão III há exatos cem anos. A cerimônia transcorreu na manhã de 5 de março de 1964, no Palácio Nacional, tendo como protagonistas o presidente López Mateos e o embaixador francês, Raymond Offroy, na presença de altas autoridades do governo mexicano e do corpo diplomático. No dia seguinte, o jornal *El Nacional* assim noticiou a cerimônia:

La escena impresiona, conmueve. Muchos niños y hombres presencian con lágrimas en los ojos. El silencio se vuelve a hacer, cuando se escucha la última nota del Himno Patrio. Y es entonces cuando el embajador Offroy toma de manos del militar francés que porta, la bandera del 2º Batallón de la Guardia Nacional y la entrega al Presidente López Mateos. Al hacerlo, dice: «Señor Presidente: en nombre del gobierno y del pueblo de la República Francesa, tengo el honor en entregarle la Bandera del Segundo Batallón de la Guardia Nacional de San Luis Potosí», López Mateos visiblemente satisfecho, la recibió y, a su vez dijo: «En nombre del pueblo de México, recibo esta gloriosa bandera, que se reintegra a la patria». Luego, al ponerla en manos del Teniente Coronel de Infantería Jesús Castañeda Gutiérrez y, mientras éste la sostiene, el primer magistrado toma una de las puntas del lábaro y lo besa (*El Nacional* 6/3/1964).

As bandeiras mexicanas já tinham um destino designado pelo governo - o Museu Nacional de História, localizado no Castelo Chapultepec. Os troféus de guerra percorreram esse trajeto pelas principais avenidas da capital de maneira épica, recebendo fervoroso tributo do público que saudou solenemente a passagem das bandeiras. A eficiência da cerimônia elaborada pelas autoridades francesas e mexicanas é reforçada pelo discurso das autoridades. O Secretário da Educação mexicano, por exemplo, não deixou de reiterar a generosidade francesa no ato da devolução dos lábaros e o que isso significava para a aproximação entre os dois países:

el regreso de las banderas perdidas durante la intervención, honra tanto al gobierno que devuelve como el gobierno que recibe. Desde el Museo de los Inválidos donde recordaban luchas pasadas, esas banderas vienen hoy al Museo de Chapultepec, donde atestiguarán para bien de las generaciones hasta qué punto la amistad de dos pueblos libres es su mejor victoria. (*Novedades* 6/3/1964).

Já nas palavras do presidente López Mateos, a iniciativa francesa era um gesto de “provada caballerosidad gala”, que lhe pareceu tão comovedor que o levou a afirmar que essa repatriação apagava “del todo un incidente que no pudo enturbiar jamás la firme amistad franco mexicana” (*Tiempo* 1964). As bandeiras integrariam uma exposição cujo título é bastante sintomático dos usos políticos passíveis de serem imputados aos troféus de guerra - “La Pátria Recobrada”.

Não seria exagerado, contudo, supor que essa boa disposição em esquecer as antigas aventuras intervencionistas francesas visavam a contra-arrestar a atual hegemonia norte-americana. A devolução dos troféus de guerra representava uma autocrítica francesa pela sua aventura

imperialista do século XIX, construindo uma narrativa de concórdia, respeito e amizade entre os povos, que lhe permitia contrapor-se à posição imperialista norte-americana do século XX.

A aproximação entre os dois países, marcada pelos emblemáticos rituais da devolução dos troféus e da visita de De Gaulle, significava para ambos os países um ensaio de autonomia para suas políticas externas no quadro de um mundo bipolar. Mas para o lado francês, os ganhos talvez tenham sido mais evidentes⁶, e De Gaulle não deixaria de registrar seu otimismo com a perspectiva da “*grandeur*” diplomática francesa ao despedir-se de seu embaixador no México: “*Plantez-mois un drapeau français ici, aux portes des États-Unis*” (Offroy 1987, 27). Iniciada com um impacto no imaginário causado pela restituição das bandeiras mexicanas pela França, a ofensiva diplomática terminaria com o idealizado retorno da própria bandeira francesa ao México.

O caso franco-mexicano sugere que a devolução de troféus de guerra pode servir como estratégia diplomática eficiente para a aproximação política ou distensão entre dois estados⁷. Se o troféu possui um valor simbólico baixo para o estado que o tomou, mas alto para o estado que o perdeu, o retorno desse patrimônio não implica maiores controvérsias ou perdas para a construção da memória coletiva e de narrativas militares nacionais, em comparação aos significativos ganhos diplomáticos. Por tratar-se de recursos imagéticos extremamente limitados, são poucos os países e escassas as oportunidades para que os troféus de guerra sejam utilizados como vetores de adensamento das relações diplomáticas. Desse modo, independentemente da maior ou menor perda para as narrativas historiográficas nacionais, seu repatriamento em contextos propícios constitui uma ferramenta sem rival de que dispõe a diplomacia de algumas nações.

A demanda unilateral de troféus de guerra: o caso do canhão El Cristiano

O final do século XIX foi um momento de exacerbado nacionalismo para os países da América do Sul, que vivenciaram duas guerras totais que legaram profundas cicatrizes em suas sociedades. É natural que, nesse contexto, o tema dos troféus de guerra tenha ganhado especial atenção por parte dos governantes da região. No âmbito da Guerra da Tríplice Aliança, um dos troféus mais emblemáticos é uma peça de artilharia que repousa discretamente no pátio Epitácio

⁶ A visita ao México culminou na formação de uma Comissão Mista de Cooperação e de um comunicado conjunto expressando ideais em linguagem muito prudente que não irritaria os Estados Unidos (Loeza 1990, 312). Em parte, uma das realizações concretas dessa aproximação com o México foi que, dois anos depois, aquele país conferiu à França a construção da linha de metrô da capital e isso aconteceu apesar de todos os obstáculos que Estados Unidos.

⁷ Outro exemplo desse uso de troféu foi a devolução pelos norte-americanos dos sinos de Balangiga, no final de 2018. Nesse caso, trata-se de um gesto diplomático de Washington em relação às Filipinas, em um momento em que o presidente filipino Rodrigo Duterte dava sinais de que desejava estabelecer relação preferencial com Pequim.

Pessoa do Museu Nacional do Brasil. É um canhão de grande diâmetro, meio desproporcional, como se feito às pressas. Entre metralhadoras tomadas aos nazistas na Segunda Guerra Mundial, e bandeiras perdidas aos argentinos nas campanhas platinas, nenhum troféu de guerra é tão relevante para a historiografia brasileira quanto essa peça - o canhão Cristiano⁸.

No teatro de operações da Guerra da Tríplice Aliança, uma das maiores dificuldades a ser vencida pelos exércitos aliados era a fortaleza de Humaitá, que barrava a passagem do Rio Paraguai até Assunção. Em vista de sua posição estratégica, os paraguaios armaram-na com mais de 180 canhões, alguns dos quais tão grandes que receberam nomes específicos, como o Criollo, o General Díaz, o Acá-berá e o El Cristiano⁹. Um dos orgulhos do exército paraguaio, o El Cristiano pesava doze toneladas, foi fabricado em 1867 e diz-se que sua matéria prima teria sido o bronze dos sinos das igrejas paraguaias. Nele está gravado “da Religião para o Estado”, para lembrar que essa arma cujo som surdo e abrupto anunciava a guerra, teria sua origem em instrumentos sacros que antes conclamavam os fiéis para momentos de meditação e paz. Embora houvesse escassez de munição para o funcionamento de uma peça de artilharia desse calibre, o El Cristiano integrava a bateria da Fortaleza de Humaitá, de modo que a historiografia paraguaia celebra sua participação na batalha de Curupaiti, talvez a maior vitória paraguaia na Guerra. A passagem de Humaitá cobrou milhares de vidas de lado a lado em dois anos de conflito e, para que os esforços e sacrifícios dos combatentes não fossem esquecidos pelas futuras gerações, os comandantes das forças aliadas retiveram e partilharam artefatos bélicos capturados no campo de batalha como elementos de memória. Entre esses artefatos estava o canhão El Cristiano.

A apreensão de troféus nessa guerra não foi exclusividade do lado brasileiro. Encontra-se exposto atualmente como troféu no museu do Vapor Cué, o navio brasileiro Anhambai, capturado pelas forças paraguaias quando invadiram o Mato Grosso do Sul, além dos destroços do navio Rio de Janeiro¹⁰. No lado aliado, as tropas dos três países apreenderam butim e troféus nos campos de

⁸ Embora tecnicamente um obuseiro, em todos os textos e comunicações oficiais o artefato é descrito como um canhão, denominação que será seguida neste estudo.

⁹ Sobre o tema, Doratioto comenta que, durante o conflito, “foram fabricados muitos canhões na fundição de Ibicuí, alguns de grosso calibre, todos sob a supervisão de engenheiros ingleses. (...) Utilizou, desde então, o trabalho de presos comuns, e seu primeiro diretor foi o inglês Godwin, e, posteriormente, passou a produzir material bélico. Em fins de 1866, vinte prisioneiros de guerra foram obrigados a trabalhar na fundição. Dos canhões produzidos em Ibicuí nessa época, os três maiores foram o Cristiano, o General Díaz e o Acá-berá?”. (Doratioto 2002, 259).

¹⁰ A respeito do tema, Doratioto recorda que um sargento tornou-se o primeiro oficial negro na história do exército paraguaio graças ao seu hábito de decapitar e reter as cabeças de combatentes brasileiros como troféus de guerra levados aos campos de batalha (Doratioto 2002, 201). Embora o uso de restos humanos como troféus de guerra seja recorrente o longo da história, não se enquadra no escopo deste artigo, visto não se tratar de um patrimônio.

batalha. Gradualmente, devolveu-se boa parte dos bens apreendidos, sendo o Uruguai o pioneiro nesse gesto, seguido por Brasil e Argentina (Brezza 2013)¹¹.

No caso do Brasil, a devolução de butins e troféus estendeu-se pelo século XX. Getúlio Vargas foi o primeiro presidente brasileiro a visitar o país vizinho e responsável por cancelar a dívida de guerra e devolver a Ata com que, em 1844, o Império reconheceu a independência do Paraguai. Em 1975, durante a visita do presidente Ernesto Geisel, foi restituído o “Livro de Ouro”, oferecido pelas damas de Assunção a Solano López. Em 1977, o então embaixador em Assunção, Fernando Ramos de Alencar, entregou ao governo paraguaio várias peças de uso do Marechal e de sua família. Em 1980, o presidente Figueiredo entregou ao presidente Stroessner uma série de documentos e peças que se encontravam custodiadas pelo governo brasileiro, como documentos do Arquivo Nacional do Paraguai, um sabre e uma espada de Solano López e objetos pessoais de sua família. (Jornal de Brasília. 10/4/1980).

O tema assumiu uma dimensão particularmente relevante na década de 1970, em boa medida decorrente do empreendimento de Itaipu, que adensou a relação bilateral. É dessa época um projeto de Lei do deputado Ítalo Conti

oferecendo ao povo paraguaio o que está faltando para a plena distensão entre os dois países: a devolução dos troféus de guerra. Somente assim, daremos ao país vizinho e amigo a grande prova de nossa sinceridade e, principalmente, do nosso respeito, tanto pela confiança que temos, nas vantagens e benefícios de um futuro comum, quanto pela solidariedade humana que tivemos, no passado, no seu mais supremo momento de infortúnio” (Congresso Nacional, PL 1820 de 1976).

Ao confundir butim com troféus de guerra, a proposta foi apreciada negativamente pela chancelaria brasileira:

Por todos os motivos, considero sem fundamento, infeliz e inoportuno o projeto do Deputado Ítalo Conti. O assunto é delicado e não pode ser tratado amadoristicamente sob um aspecto exclusivamente emocional. (...) Uma lei no sentido desejado pelo Deputado Conti funcionaria, na prática, como um instrumento de pressão permanente a ser aproveitado pelo Governo estrangeiro interessado em detrimento do direito inequívoco de decidir sobre a oportunidade de medidas desse gênero, que pacificamente compete ao Executivo. Devo assinalar, por outro lado, que, no trato dessa matéria, é mister definir nitidamente o que são troféus de guerra. O autor do anteprojeto de lei, não o faz e inadvertidamente considera como tal o "Livro de Ouro" restituído recentemente pelo Senhor Presidente da República ao Governo paraguaio e que, não se enquadrando naquela categoria de bens, estava simplesmente "em depósito" junto ao Governo brasileiro. (Despacho ao Memorandum ARC/34 de 31/3/1976).

Na perspectiva do Itamaraty estava muito clara a distinção entre troféu de guerra e as demais relíquias de que o Governo brasileiro era o depositário. Sobressai também o receio de que

¹¹ No caso brasileiro, Doratioto comenta que, desde o final do século XIX já existia no Rio de Janeiro uma *Comissão Benjamin Constant*, integrada por positivistas e cujo objetivo era defender a devolução ao Paraguai dos troféus conquistados pelo Brasil e obter o perdão da dívida de guerra paraguaia, no contexto de um revisionismo histórico que visava a responsabilizar o regime monárquico pelo conflito, com vistas a enaltecer a República. (Doratioto 2012, 88).

a legislação pudesse interferir na autonomia do Executivo em estabelecer a política externa no caso, servindo de munição para interesses estrangeiros, o que denota um entendimento nítido da possibilidade de uso dos troféus de guerra como instrumento de política externa¹².

É interessante notar que, naquela época, o El Cristiano não era indicado em listas de inventários de autoridades brasileiras como troféu de guerra e tampouco era objeto de qualquer demanda de repatriação do lado paraguaio. Ao produzir informação a respeito de quais as “reliquias de que o governo brasileiro era depositário” e quais os “troféus de guerra” dispunha, identificaram-se os seguintes itens:

(...) no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro: espada que empunhava Solano López por ocasião da morte, quebrada na ponta e autenticada por fotos existentes na vizinha capital; faixa tricolor de Marechal (Banda); condecoração brasileira conferida por D. Pedro II; relógio de uso pessoal; relógio de campanha (de sol); uma chancela (selo de mando); duas bandeiras, uma tomada em Corrientes e outra em Establecimientos; “Livro de Ouro” contendo assinaturas de damas da sociedade paraguaia, inclusive Madame Lynch; e, possivelmente, jóias encontradas no Palácio Governo, atribuídas à progenitora do prócer paraguaio. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Seção de Manuscritos): o Arquivo Público incluindo o do Ministério das Relações Exteriores do Paraguai. No Museu do Exército (Marechal Deodoro da Fonseca): Banda tricolor e quépi. Na Igreja da Cruz dos Militares do Rio de Janeiro: bandeiras de guerra.

Dentre os bens mencionados, dois - o Arquivo Público do Paraguai e o “Livro de Ouro” - possuem especial significação histórica e valor estimativo para o povo guarani. Ambas as peças não podem, segundo conceituação jurídica, ser caracterizadas como troféus de guerra, não tendo sido conquistadas no campo de batalha pelas forças armadas brasileiras na Guerra do Paraguai. Assim, o Governo brasileiro é tão somente depositário daqueles bens, de inequívoca propriedade do Governo do país irmão. (Ministério das Relações Exteriores. Informação ao Presidente da República. N. 304 12/11/1975)

Se o canhão El Cristiano não constava da lista de troféus militares brasileiros, tampouco terá sido objeto de demanda, seja pela sociedade civil ou pelo governo paraguaio. A esse respeito, é curioso notar que, em editorial que clamava ao Brasil o retorno de troféus da Guerra, o jornal paraguaio La Tribuna informava que o El Cristiano já havia regressado a Assunção, quando Perón restituiu àquele país os troféus apreendidos pela Argentina, o que indica que havia, àquela época, um desconhecimento historiográfico da trajetória do patrimônio (La Tribuna 6/8/1974).

O tema da repatriação de troféus de guerra entre os dois países ficou relativamente adormecido ao longo das décadas de 1990 e 2000. Nos anos 2010, o assunto volta à baila como um elemento relevante da agenda bilateral na perspectiva paraguaia. Alguns analistas apontam que, entre os fatores que levaram ao pleito naquele momento, sobressaem elementos culturais, como a afinidade entre os dois governos de turno e a proximidade do bicentenário do Paraguai¹³. Há,

¹² O projeto foi reapresentado em 1979 e, apesar de aprovado na Câmara dos Deputados, acabou por ser rejeitado pelo Senado, muito em função de sua inocuidade, em vista da devolução de parte significativa do espólio por ocasião da visita do presidente João Figueiredo ao Paraguai. (Senado Federal. Ofício n. 460. 7 de junho de 1983).

¹³ Uma manifestação eloquente dessa perspectiva foi a do assessor internacional do Ministério da Cultura do Brasil na época, que apontou que os dois países viviam um momento de estreitamento nas relações culturais bilaterais, de modo

porém, aqueles que apontam que o tema da repatriação relaciona-se com a dinâmica da política interna paraguaia, e que o pleito teria por objetivo criar um fato novo na agenda política¹⁴. Uma terceira vertente interpretativa, de cunho historiográfico, aponta para o fato de que a ditadura de Alfredo Stroessner teria logrado veicular um poderoso discurso nacionalista de culto aos fatos e personagens da Guerra, o qual teria sido criticado durante o período de transição democrática, mas ganharia força novamente no final da década de 2000¹⁵.

Independentemente da motivação para o pedido de repatriamento do troféu, a demanda criou um fato novo na agenda bilateral, com relevância política suficiente para fazer com que Ministro da Cultura do Brasil encaminhasse um ofício ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) propondo seu destombamento para posterior devolução. O tema foi examinado na 65ª reunião do IPHAN, em novembro de 2010, em que afloraram diferentes perspectivas a respeito do tema. Para a assessoria internacional do Ministério da Cultura da época,

(...) gestos de boa vontade, gestos construtivos contribuem para minorar certas feridas do passado que possam, eventualmente, ensejar projetos políticos pequenos. (...) Eu recordaria ainda o bicentenário do Paraguai, em dois mil e onze. (...) Nesse momento, o Brasil quer ser o amigo, quer ser o parceiro, quer ser o país que faz gestos de boa vontade, de grandeza com relação ao Paraguai. É nesse sentido que defendemos a devolução do canhão. (...) Para a museografia brasileira ou mesmo a memória da guerra, não acredito, como o Ministro não acredita, que o canhão tenha tanto valor assim. (...) Agora, para os paraguaios, tem um significado muito grande, fundamentado na alegação de ter sido originado de sinos derretidos. Tem para os paraguaios um valor afetivo, simbólico, ainda que o fundamento histórico concreto desse simbolismo possa ser questionado. O canhão representa muito para quem tem pouco. Nós temos muito e podemos ter a grandeza de sermos generosos nesse momento. (IPHAN 2010, 9)

que os ministros da Cultura “chegaram à conclusão de que seria excelente para o aprofundamento das nossas boas relações e cooperação o retorno do canhão no contexto do bicentenário do Paraguai” (IPHAN 2010, 4).

¹⁴ Sobre essa hipótese, pode-se citar o posicionamento de Isabel Fleck, para quem o tema “reaparece na política paraguaia toda vez que as relações com o Brasil não andam bem. (...) Depois de o Paraguai ter sido suspenso do Mercosul por causa do impeachment-relâmpago de Fernando Lugo no ano passado, o presidente Federico Franco voltou ao tema em 1º de março, data em que o país homenageia os soldados caídos na maior guerra da história da América do Sul (1864-70) (Fleck 2013). Sobre o tema do uso de troféus como recurso de política interna paraguaia, Doratioto afirma que, no contexto do acirramento das tensões internas que levariam à renúncia do presidente Guggiari e à Guerra do Chaco, um dos elementos que poderia ter contribuído para fortalecer sua imagem junto à opinião pública era a devolução pelo Brasil dos troféus da Guerra do Paraguai. Contudo, naquela época a devolução dos troféus era inviável, pela reação contrária não só da opinião pública, mas, ainda, dos militares brasileiros. (Doratioto 2012, 368).

¹⁵ Sobre o tema, uma elaborada crítica da historiografia tradicional é a de Guido Alcalá, para quem “Ese revisionismo histórico no revisaba nada ni tampoco era historia. Por eso se prestaba a la manipulación política, y no debe sorprender que Stroessner haya levantado el monumento a O’Leary que todavía sigue en pie en la Plaza O’Leary de Asunción. Su discurso, que distinguía en forma tajando entre amigos y enemigos, entre patriotas y traidores, entre lopistas y antilopistas resultaba muy conveniente para Stroessner, el heredero del Mariscal: no estar con él era estar contra la Patria; las objeciones críticas eran traición. Estar con él exigía aceptar la superioridad de lo militar sobre lo civil; del jefe sobre los subordinados.” (Alcalá 2018, 75). Segundo o autor, “la enseñanza de la historia en el Paraguay no ha variado fundamentalmente desde la caída de Stroessner. En los textos de enseñanza sancionados por la comisión de reforma de la educación formada después de la caída del dictador, se encuentran «preguntas didácticas» tendenciosas” (Alcalá 2018, 93). Nessa mesma perspectiva, Herib Campos, analisando a celebração do “Dia de los heroes”, aponta que “el uso dado a la figura de Francisco Solano López durante la larga dictadura de Alfredo Stroessner (1954-1989), hizo que durante la transición a la democracia (1989-2008), dicha celebración fuese constantemente cuestionada e incluso se convirtió en un festejo circunscrito en el ámbito militar, quedando su reinterpretación, ampliación y discusión postergada, hasta que en el año 2011, se produjo la introducción al Panteón Nacional de los Héroes del presidente Eligio Ayala.” (Campos 2012, 69).

Na perspectiva do General Synésio Scofano Fernandes, representante da Fundação Cultural do Exército Brasileiro,

O que está em jogo é a significação do objeto El Cristiano e ousar dizer que é extremamente significativo e importante na nossa sociedade. A sua importância simbólica para muitos segmentos da sociedade brasileira é evidente. Basta consultar a mídia para se constatar os inúmeros posicionamentos contrários à providência de devolver o Canhão aos paraguaios, posicionamentos veementes e defendidos com argumentos consistentes, oriundos de intelectuais, entidades de natureza cultural, representantes de entidades da sociedade civil e, segmentos militares. Correm, na mídia, abaixo-assinados contra essa medida. Por que essa reação preventiva com um ato cogitado, mas ainda não efetivado? O que está movendo isso? Porque o El Cristiano tem um simbolismo forte que afeta, ainda hoje, diferentes segmentos de nossa sociedade. (...) O El Cristiano não nos pertence apenas a nós brasileiros, que vivemos os nossos dias, mas está indissolúvelmente ligado aos três mil brasileiros mortos, há quase 150 anos, em Curupaiti. Mortos porque a nação brasileira necessitou desse sacrifício, naquele momento, não importa qual a interpretação que se construa em relação ao conflito, que de fato ocorreu. (IPHAN 2010, 15)

Já o especialista em patrimônio cultural Luís Phelipe Andrès ponderou que

Qualquer que seja a solução final, se o canhão ficar de um ou de outro lado, haverá sempre algum descontentamento forte de parcelas significativas. O Brasil foi capaz de construir uma empresa binacional em campo que considero bastante complexo também, o das relações comerciais difíceis de conciliar; um empreendimento grande - uma usina hidrelétrica - foi realizado e vem funcionando. Então, em nosso pequeno campo da cultura, porque não criamos uma organização binacional? Um museu comum aos dois países, que tivesse como acervo esse canhão e outras peças, como foi mencionado pelo Conselheiro Synésio Scofano Fernandes, e que nesse espaço comum aos dois países se constituíssem, doravante, num memorial histórico que também passasse a reunir documentos resultantes de um cenário conflituoso, difícil sempre de ser equacionado sem que alguma das partes se sinta prejudicada. Seria a criação de um espaço comum entre as duas nações, próximo da fronteira, ou na fronteira, e não seria tão difícil para dois países que estão empenhados em conviver harmoniosamente. (IPHAN 2010, 21)

Dentre as teses apresentadas, a que acabou prosperando à época foi a da não devolução do “El Cristiano”. Com isso, o tema segue latente na agenda bilateral, sendo levantado com alguma frequência pelo lado paraguaio. Independentemente de haver uma narrativa certa ou errada¹⁶, sua mera demanda gera um tema na relação bilateral, sujeito a diversas perspectivas de análise e à qual o Brasil deverá responder, mesmo que negativamente. Caso o Brasil demandasse a restituição dos troféus retidos pelo Paraguai, criaria do mesmo modo um novo tema nas relações bilaterais, cabendo ao Paraguai responder a essa demanda brasileira.

O caso do “El Cristiano” é particularmente interessante porque se trata de um patrimônio que significa para ambos países muito mais do que uma arma. Para os paraguaios, representa a perseverança de seu povo na guerra, chegando a atitudes extremas, como derreter os sinos das igrejas de Assunção para construir uma arma em defesa de um ideal nacional. O canhão, para a

¹⁶ Adler Castro aponta que um elemento que poderia contribuir para que esse lugar da memória seja um elemento de reflexão mais profícua seria sua melhor contextualização no Museu Histórico Nacional. Sua legenda atual informa apenas que se trata de um obuseiro fundido no Paraguai e utilizado contra encouraçados brasileiros. Nessa direção, sugere que, para auxiliar numa narrativa mais valorativa do patrimônio, “o ideal seria um texto objetivo, que permitisse ao visitante estabelecer seus próprios juízos de valor sobre o assunto, fugindo de todas as ideias preconcebidas e, portanto, preconceituosas, de “certo” e “errado”, de “bom” ou “mau”. (Castro 2014, 121).

narrativa paraguaia, não é apresentado como um símbolo da derrota do país na guerra, mas sim da resiliência e perseverança de uma sociedade que se consumiu até as últimas consequências em torno de uma causa que lhes foi apresentada como justa e inescapável. Para o Brasil, “El Cristiano” significa uma relíquia de um episódio marcante para a história nacional, que recorda a saga de soldados que lutaram bravamente pelos interesses de sua nação. Ao longo de cento e cinquenta anos em território brasileiro, passou por um processo de transculturação que o tornou um lugar de memória, em que se recorda o sacrifício de milhares de vidas perdidas no combate para restauração da paz regional.

O caso do “El Cristiano” representa, por conseguinte, um exemplo de um troféu valorizado ao mesmo tempo pela sociedade que o perdeu e que o recebeu, e cuja demanda cria um tema novo na agenda bilateral, o qual demanda reiterada atenção das duas chancelarias. Como um lugar da memória alusivo ao sacrifício humano de lado a lado, o El Cristiano é igualmente legítimo aos dois países, sendo difícil haver consenso sobre o local de exibição da peça. Foi para tentar escapar a essa dicotomia que o conselheiro Luis Phelippe Andrès, na referida reunião do IPHAN a respeito do tema, sugeriu como solução consensual a valorização do troféu como um patrimônio binacional. Um modelo interessante nessa direção é o caso do monitor Huáscar, troféu chileno na Guerra do Pacífico, transformado em santuário binacional por meio de uma interessante narrativa que visa a honrar os combatentes dos dois países e amenizar as cicatrizes da guerra.

O troféu de guerra como monumento binacional: o caso do monitor Huáscar

Ancorado na base naval chilena de Talcahuano encontra-se um navio amarelo e branco, cujo modesto tamanho contrasta com sua enorme importância na história de Peru e Chile. Trata-se do monitor “Huáscar”, mandado construir por ordem do governo do Peru aos estaleiros ingleses Laird Brothers, em 1864, para combater ao lado do Chile contra as forças restauradoras espanholas. No entanto, o navio entraria efetivamente em operação anos depois, justamente contra as forças armadas chilenas, no contexto da Guerra do Pacífico, confronto que sangrou o continente de 1879 a 1883. Embora o Huáscar seja a segunda embarcação de seu tipo mais antiga do mundo em exibição, não é a curiosidade histórica o motivo das milhares de visitas que recebe todos os anos. É a carga emotiva que transmite a chilenos e peruanos há quase 150 anos que o torna um patrimônio cultural tão valorizado.

Comandado pelo almirante Miguel Grau Seminário, patrono das forças armadas peruanas, o Huáscar foi responsável por numerosas campanhas vitoriosas contra a marinha chilena, muito melhor equipada que a peruana. Apesar da astúcia de seu comandante e tripulação, o monitor

Huascar foi finalmente capturado na Batalha de Angamos, combate naval que resultou num saldo de 33 mortos, incluindo o próprio almirante Grau.

Apesar dos extensos danos sofridos no combate, suas partes vitais não foram afetadas de modo que pode ser rebocado para o porto de Valparaíso, onde foi completamente reparado e integrado à Armada chilena. A partir desse momento, o monitor Huáscar passou a ser legalmente um navio chileno, sob o conceito de presa de guerra. Serviu à Armada chilena até o final do século XIX, desempenhando importantes feitos, sobretudo na Guerra do Pacífico, ocasião em que dois comandantes chilenos morreram em operações bélicas a bordo do Huáscar.

Seu uso pelas forças armadas chilenas terá aberto um processo de transculturação do patrimônio como elemento relevante também da história chilena, de modo que o monitor, após seu descomissionamento, foi transformado em um museu naval flutuante da Marinha do Chile. Foi restaurado duas vezes, primeiro em 1933 e depois entre 1971 e 1972. Em 1995, o World Ship Trust outorgou-lhe o prêmio "Maritime Heritage Award" pelo excelente trabalho de restauração, tornando-o um dos trinta navios históricos em todo o mundo a receber tal distinção.

É interessante notar que a Armada chilena passou a veicular a ideia de que o Huáscar seria “no sólo una reliquia, sino un santuario flotante a las Glorias Navales de Chile y Perú.” (Armada de Chile s.d.). Nessa perspectiva, predica que “La restauración se realizó pensando siempre en las glorias vividas por las Armadas de Chile y Perú, es así como en la Cámara del Comandante se instalaron los retratos de Arturo Prat, Miguel Grau y Manuel Thomson, los tres Comandantes que murieron en sus cubiertas” (Armada de Chile s.d.). A despeito dos esforços chilenos de promovê-lo como um santuário dedicado às dezenas de marinheiros das duas nacionalidades que nele pereceram, muitos o vem sobretudo como um acintoso troféu que dificulta a cicatrização das feridas abertas na Guerra do Pacífico. Em recente depoimento sobre esse patrimônio, o diretor do Museu Naval do Peru, contra-almirante Francisco Yabar, expressou que

Para nosotros, el Huáscar representa la nave cuya tripulación luchó heroicamente en la Guerra del Pacífico al mando de nuestro más grande héroe nacional, que es el gran almirante Miguel Grau. El Huáscar y su tripulación son para nosotros una sola cosa, es el Perú en el mar... La peruanidad, el espíritu de lucha, el heroísmo de los marinos por defender su patria. (Gozzer 2019).

Por seu turno, o atual comandante do Huáscar aponta que

El Huáscar, para Chile, es un símbolo muy importante porque aquí fue donde murió uno de los héroes máximos que tiene nuestra historia, Arturo Pratt, y nosotros lo conservamos así y lo mantenemos como un gran símbolo al que pueden venir todos los chilenos. (Gozzer 2019).

Por esse motivo, houve quem sugerisse que o navio deveria ser afundado para deixar de ser um pomo da discórdia entre os dois países. Entre os defensores de tal destino estavam ninguém menos que o ex-chanceler peruano, Antonio Bellaunde (El Comercio 13/6/2016) e o Almirante

Luiz Giampietri, vice-presidente peruano de 2006 a 2011, que considera ser essa a melhor maneira de eliminar a “espinha” que o Huáscar representa na relação entre os dois países:

En el Huáscar murió Grau y Pratt. Yo creo que habría que complementar y terminar lo que quiso hacer la dotación original de ese buque. Una vez muerto Grau, la gente intentó hundirlo. Yo creo que ese sería un buen fin del Huáscar, hundirlo. Eso ayudaría a eliminar las posibles discrepancias entre ambos países y le daría una tumba común en donde ambos murieron.(El Comercio 20/8/2010).

Apesar de seguir despertando paixões e controvérsias de lado a lado, parece haver um movimento de conciliação chileno-peruano para encerrar de vez as rusgas decorrentes da Guerra do Pacífico, das quais o Huáscar é um dos símbolos mais inteligíveis. Um gesto nessa direção ocorreu em 2010, quando o ministro da Defesa do Chile, Jaime Ravinet, fez declarações à imprensa peruana sugerindo um possível retorno do monitor ao Peru, como um gesto de boa vontade para superar as antigas diferenças (RPP 16/8/2010). Ainda que a reação majoritária de parlamentares e políticos chilenos tenha sido de total rejeição (La Tercera, 18/8/2010), o aceno do ministro Ravinet é eloquente sobre a ciência da importância do bem para a sociedade peruana.

O jornal La República, um dos mais importantes do Peru, posicionou-se contra a ideia, fazendo a distinção, tantas vezes ignorada, entre troféu e butim de guerra: “El Huáscar es un trofeo de guerra. En cambio los documentos y monumentos históricos que Chile robó durante su ocupación sí son un botín” E fazendo suas as palavras de um renomado historiador peruano, que lamenta a desvalorização dos feitos de armas por seus concidadãos, arremata:

¿Queremos un trofeo de guerra? Saquemos la Covadonga del mar de Chancay, ese fue nuestro trofeo, obtenido por apenas tres peruanos tras una estratégica explosión. Justo cuando estábamos en lo peor de la guerra. La hundieron tres valientes, a quienes nadie recuerda, y a los que no rendimos ningún honor pensando en un buque que nos ganaron. (La República 5/9/2010)

Situação semelhante, ocorreu anos depois, quando boa parte do Congresso peruano subscreveu uma petição solicitando o retorno do Huáscar ao Peru, por empréstimo, por ocasião do bicentenário do país (El Comercio 13/6/2016). A proposta foi rechaçada pelo executivo peruano e sofreu duras críticas da imprensa. Em editorial no principal periódico do país, o ex-chanceler Jorge Colunge mais uma vez recordava a distinção entre troféu e butim de guerra.

La malhadada propuesta de casi la mitad de los miembros del Congreso saliente para pedir a Chile “prestado” el Huáscar con motivo del bicentenario, halló de inmediato la oposición objetiva de dos ex cancilleres colegas y de algunos artículos periodísticos que se pronunciaron en la misma dirección. No podía esperarse una reacción diferente sobre semejante despropósito. (..) el Huáscar se convirtió en un museo que para Chile es un santuario, donde se rinde homenaje a las glorias navales de ambos países, realzando un espíritu de veneración a quienes ofrendaron su vida por sus patrias. Así, el Huáscar no es solo un trofeo de guerra. Y de nuestra parte, la imagen del monitor no debería llevarnos a nacionalismos exacerbados o a una xenofobia sin sentido, pero sí a respetar a nuestros muertos y a conocer nuestra historia.

Una cosa muy diferente son, sin embargo, las acciones de saqueo y pillaje ocurridas durante la ocupación. Acciones que en su época no solo estuvieron reguladas por los códigos penales militares,

sino que sobre ellas el derecho internacional ya había asimilado enfática doctrina y señalamiento expreso sobre variados delitos que fueron desarrollados desde 1863 hasta culminar con el llamado Manual de Oxford de 1880. En ese clásico compendio del Derecho se califica como crímenes de guerra numerosos actos de pillaje y robo, como los perpetrados sobre el Palacio de la Exposición y las numerosas obras de arte de Lima, el Archivo Nacional, el Observatorio Astronómico de Lima, la Biblioteca Nacional, el monumento del 2 de Mayo, los gabinetes de física y química de San Marcos, el reloj de Pedro Ruiz Gallo y hasta los animales del jardín zoológico y demás objetos de alto valor científico y artístico. (Colunge 2016).

É interessante que o editorial do ex-chanceler traça com muita nitidez as diferenças entre pilhagem e espólio de guerra, prática prevista, inclusive, no próprio código militar peruano (Peru. Resolución Ministerial 49/2010.100). Tal como no aventado retorno do navio ao Peru por decisão unilateral chilena, em 2010, também nesta ocasião resta claro que, para os formadores de opinião peruanos, a maior ofensa à dignidade pátria não é a existência de um navio peruano como troféu pelo Chile, mas as pilhagens cometidas pelo exército chileno na ocupação de Lima.

Nessa direção, um gesto que poderá ter ajudado a distensionar as relações entre os dois países com relação à memória da Guerra do Pacífico foi a devolução de parte dos livros subtraídos da Biblioteca Nacional do Peru. Em 2007, a presidente Michele Bachelet devolveu 3.788 livros que se encontravam na Biblioteca Nacional do Chile. Dez anos depois, um novo aporte com 720 livros, incluindo verdadeiras jóias bibliográficas, veio a reforçar esse gesto de aproximação. Parte do acervo foi declarado patrimônio nacional cultural, com o seguinte desiderato alegado pela Biblioteca Nacional do Peru: “Esta declaratoria como Patrimonio Cultural de la Nación es resultado del esfuerzo de Chile y Perú por superar las diferencias político-militares producidas a lo largo de los años. Este es el único caso de restitución en Sudamérica” (Biblioteca Nacional del Perú / NP N° 205-2019). É interessante notar que a declaração não se esquiva de recordar o atritante político da Guerra do Pacífico, mas o apresenta em uma perspectiva otimista, em que sobressai o desejado movimento de reconciliação esboçado pelo governo chileno.

Outro elemento que poderá ter ajudado a cicatrizar as feridas da guerra foi a sentença favorável ao Peru no processo arbitrado pela Corte Internacional da Haia referente à controvérsia sobre os limites do mar territorial e da zona econômica exclusiva dos dois países, litígio ainda decorrente da Guerra do Pacífico. O sucesso peruano no diferendo, concluído em 2014, foi considerado uma importante vitória diplomática do país, permitindo um desagravo com relação à narrativa de cabal derrota militar do Peru por ocasião do conflito.

Desse modo, parece haver no caso do Huáscar um progressivo entendimento com relação ao destino do patrimônio. Decorrente do amadurecimento das duas sociedades, do crescente fluxo de comércio e de pessoas entre os dois países e de um gesto conciliador do vencedor, que propôs veicular a ideia de que um troféu de guerra pode ser um santuário binacional, o caso do monitor Huáscar aponta para a possibilidade de que os troféus de guerra sejam mantidos pelos países

vencedores, por fazerem parte de suas histórias nacionais, sem que isso seja um fator de atritante com os países que os perderam. Se exitosa a narrativa de que se trata de um santuário binacional, seria possível conjecturar a hipótese de que, futuramente, o navio que guerreou por Peru e Chile venha a se tornar um elemento de aproximação e concórdia entre ambos.

Considerações finais

Diferentemente de bens culturais e de butins tomados em conflitos armados, os troféus de guerra ainda constituem objeto de poucos estudos nos campos da História, do Direito Público Internacional e das Relações Internacionais. Sua continuidade como um dos traços mais longevos da cultura ocidental, sua peculiaridade jurídica e suas múltiplas implicações na agenda diplomática contemporânea sugerem que o tema deverá merecer mais atenção de especialistas proximamente. Sem a pretensão de esgotar os diferentes usos e significados que podem ser dados aos troféus de guerra sob a perspectiva das relações internacionais, o presente estudo buscou apontar algumas ideias preliminares a respeito do tema, com vistas a iniciar uma tipologia de uso desse artefato no âmbito das relações internacionais.

Seja para neutralizar o ataque inimigo, para incorporá-lo em suas próprias forças armadas ou para compor o acervo de um museu, a tomada de bens militares de oponentes em conflitos armados encontra pleno amparo legal nos compêndios internacionais vigentes, tanto da perspectiva de atos de guerra, quanto da proteção do patrimônio. Desse modo, a apreensão, manutenção, exibição e até mesmo a devolução de bens como troféu de guerra é assunto da legislação interna de cada país. Mais do que isso, é uma questão atinente às narrativas historiográficas nacionais, tributárias de processos públicos de construção de imaginários sociais e de memórias coletivas.

Como um lugar de memória, o troféu de guerra é um objeto cultural, que relaciona a memória coletiva à identidade do grupo social. Nessa perspectiva, os troféus constituem categoria muito apreciada de patrimônio cultural, pois dispõem de um valor imagético relevante. Conforme apontou Christofolletti,

com a apropriação do patrimônio cultural para fins comerciais e políticos dentro das economias de todas as partes do globo, a conservação do patrimônio agora desempenha um papel importante na diplomacia cultural, elevando seu status de mera estratégia diplomática de relações de boa vizinhança a uma elaborada tática de soft power em diferentes países ao redor do globo (Christofolletti 2017, 20)

Com efeito, conforme dada narrativa ou imaginário social, os objetos podem servir a diferentes fins e integrar novos significados, transitando entre as categorias de "sagrado" e "mercadoria" muito rapidamente. Por conseguinte, mesmo após a ressignificação e transculturação

dos troféus de guerra dos campos de batalha para os museus, as narrativas ao seu redor estão sempre em construção. Reorganizando exposições, adicionando ou excluindo informações ao catálogo, sendo restituído, demandado, ostensivamente exibido, um troféu pode servir a múltiplos interesses de política interna e externa¹⁷.

Se a hipótese de Steven Pinker estiver correta e o mundo estiver cada vez mais pacífico (Pinker 2011), com menor número de guerras entre os estados, isso impactará não apenas no número de troféus existentes, mas, sobretudo, na forma como os troféus serão ressignificados para efeitos de política interna e externa. Mais do que propor a supremacia de um país sobre outro, o valor do troféu de guerra residirá, cada vez mais, em seu potencial de uso como poder brando de um estado, isto é, em sua capacidade de veicular um ideário, sinalizar um gesto, reinterpretar a história. A devolução, demanda, exibição ou ressignificação de um troféu pode, por exemplo, servir para reforçar o alinhamento de um país a um determinado ideário, apoiar seu reposicionamento geopolítico ou contribuir com uma autocrítica, promovendo rupturas com antigos paradigmas. “Quem controla o passado, controla o futuro; quem controla o presente, controla o passado.” - a abordagem orwelliana da história permite entender os troféus como um poderoso fragmento material do passado, um patrimônio que simboliza e reforça valores essenciais para as nações, e que permite reconstruir, aos sabores e humores de cada época, diferentes narrativas sobre o passado.

Referências bibliográficas

Alcalá, Guido. “Imágenes de la Guerra de la Tríplice Alianza. *Diálogos*, 10,1, (2018): 105-115. <https://doi.org/10.4025/dialogos.v10i1.122>

Armada de Chile. s.d. “Monitor Huáscar”. Acedido em 14/5/2020. <https://www.armada.cl/armada/tradicion-e-historia/unidades-historicas/h/monitor-huascar/2014-02-13/155207.html>

Baczko, Bronislaw. “A Imaginação Social”. Em *Enciclopédia Einaudi. v. 5. Anthropos-Homem*. 283-347. Lisboa: Casa Nacional da Moeda, 1985.

Biblioteca Nacional del Peru. *Nota pública NP N° 205-2019*. 14 de novembro de 2019.

Brezza, Liliana. *La devolución de los trofeo de guerra*. Assunção: El Lector, 2013.

Campos, Herib Caballero. “Consideraciones Sobre Lo Heroico y El Establecimiento Del Día De Los Héroes En Paraguay.” *Identidad e Historia. Pensamientos Del Bicentenario*, 1 (2012): 55-71

Castro, Adler Homero Fonseca de. “O Poder Político Vem Do Cano De Uma Arma.” 90 Anos do Museu Histórico Nacional Em Debate (1922-2012), 2014.

¹⁷ Um bom estudo do potencial de usos e ressignificados inerentes aos troféus de guerra ao longo do tempo é o de Jonathan Vance a respeito de canhões apreendidos pelo Canadá na Primeira Guerra Mundial. (Vance 1995, 55).

- Christofoletti, Rodrigo. org. *Bens culturais e relações internacionais: o patrimônio como espelho do soft power*. Santos: Leopoldianum, 2017.
- Colunga Hernández, María de los Ángeles. “De trofeos de Guerra a Mensajeros de Paz”. *Diario de Campo*, n. 64 (2004): 34-36.
- Colunge, Jorge. “El Huáscar y el derecho internacional.” *El Comercio*. 25 de maio de 2016.
- Congresso Nacional, *Projeto de Lei 1820/1976*.
- Conselho de Segurança das Nações Unidas. *Resolução n. 2347/2017* Disponível em [https://www.undocs.org/S/RES/2347%20\(2017\)](https://www.undocs.org/S/RES/2347%20(2017))
- Doratioto, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- Doratioto, Francisco Fernando Monteoliva. *Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação*. Brasília: FUNAG, 2012.
- El Comercio*. (s.a.). 13 de junho de 2016.
- El Comercio* (s.a.). 20 de agosto de 2010
- El Nacional* (s.a.). 5 de março de 1964
- El Nacional* (s.a.). 6 de março de 1964
- Fleck, Isabel. “A honra por um canhão”. Folha de São Paulo. 18/4/2013.
- Garcia, Rodolfo, org. *Obras do Barão do Rio Branco: Efemérides brasileiras*. Brasília: FUNAG, 2012.
- Gozer, Stefania. “Huáscar: la fascinante historia del barco que divide a Perú y Chile desde hace 140 años (y qué tiene que ver con la Guerra del Pacífico)” BBC, 15 de outubro de 2019. <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-49968056>
- Guedes, Maria Tarcila Ferreira. “A proteção dos bens culturais em tempos de guerra e de paz: a participação brasileira na Conferência de Haia, no Pacto de Röerich e na Convenção de Haia.” *Anais do Museu Paulista*, 26, n. 19 (2018): 1-31. <https://doi.org/10.1590/1982-02672018v26e19>
- Henckaerts, Jean-Marie. “New Rules for the protection of cultural property in armed conflict”. *International Review of the Red Cross*. v. 81, 835 (1999): 593-620.
- Homero. *Iliada*. Vieira, Trajano (org.). São Paulo: Editora 34, 2020.
- Imperial War Museum. *Annual Report and Accounts 2018–2019*. Disponível em https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/819427/IWM_Annual_Reports_and_Accounts_2018-2019.pdf.
- Instituto do Patrimônio Histórico Nacional. *Ata da LXV Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural*. 4 de novembro de 2010
- Jornal de Brasília* (s.a.). 10 de abril de 1980.
- La República*. (s.a.). 5 de setembro de 2010 <https://larepublica.pe/archivo/482938-donde-debe-estar-el-huascar/>
- La Tribuna*. (s.a.). 6 de agosto de 1974.
- La Tercera* (s.a.). <https://www.latercera.com/noticia/alusion-de-ravinet-a-posible-devolucion-del-huascar-a-peru-abre-debate-entre-parlamentarios-2/>
- Lagránge, Louis Chancel de. *A Tomada do Rio de Janeiro em 1711 por Duguay-Trouin*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1967.
-

- Ministério das Relações Exteriores. *Informação ao Presidente da República*. n. 304. 12/11/1975.
- Ministério das Relações Exteriores. *Despacho ao Memorandum ARC/34*. 31 de março de 1976.
- Loeza, Soledad. “La Visita Del General De Gaulle a México: El Desencuentro Francomexicano.” *Foro Internacional*. v. 31, n. 2 (1990): 294–313.
- Nora, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares.”. *Projeto História*, n. 10 (1993): 7-28
- Nightingale, Danny. *Bulford Military Court Centre. Sentencing remarks of HHJ Jeff Blackett*. 25/7/2013. Disponível em <https://web.archive.org/web/20130823050521/http://www.judiciary.gov.uk/Resources/JCO/Documents/Judgments/130725-nightingale-sentencing-remarks.pdf>
- Novakova, Lucia; Salyova, Romana. “Celebrating victory: art and war booty in Classical Greece.” *Ilria Internacional Revie*, v. 9, n.2 (2019): 191-201.
- Novidades (s.a.) 6/3/1964
- Offroy, Raymond. “De Gaulle et l’Amérique latine”. *Espoir*, n. 61 (1987) : 27-57.
- Orwell, George. 1984. London: Secker and Warburg, 1949.
- Peru. “Manual de Derecho Internacional Humanitario y Derechos Humanos para las Fuerzas Armadas”. *Resolución Ministerial No. 049-2010/ DE/VP*. 21 de maio de 2010.
- Pinker, Steven. *The better angels of our nature*. New York: Viking, 2011.
- Reta, Jose Oroz e Manuel Casquero. eds. *San Isidoro de Sevilla. Etimologías, vol.I-II*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1982.
- Rich, John. “Roman rituals of war”. Em *The Oxford Handbook of Warfare in the Classical World*. org. Bryan Campbell e Bryan Trittle, 542-68. Oxford: Oxford Handbooks, 2013. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780195304657.013.0028>
- Radio Pública Peruana (s.a.)*. 16 de agosto 2010. Disponível em <https://rpp.pe/politica/actualidad/ministro-ravinet-chile-esta-renovando-su-sistema-de-defensa-antiaereo-noticia-288225>
- Senado Federal. *Ofício n. 460*. 7 de junho de 1983.
- Stoiani, Raquel. “Da Espada à Águia: Construção Simbólica do Poder e Legitimação Política de Napoleão Bonaparte.” Dissertação de Mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2002.
- Tetteris, Karin. “The embodiment of victory. Heritagization of war trophies in early modern Sweden.” Dissertação de Mestrado, Estocolmo, Universidade de Estocolmo, 2014.
- Tiempo*. vol. XLIV. num. 1141. (s.a.). 16 de março de 1964
- Vance, J. F. . “Tangible Demonstrations of a Great Victory: War Trophies in Canada”. *Material Culture Review*, n. 42 (1995): 47-56.
- Vaïsse, Maurice. *La Grandeur: politique étrangère du général de Gaulle*. Paris: Fayard, 1998.
- Zétola, Bruno Miranda. “Triunfos militares e legitimação de poder na antiguidade romana”. *Mé□ tis*, 5, (2006): 35-59.

Recebido: 24 de junho de 2020

Aprovado: 21 de julho de 2020

Dossiê: Patrimônio e Relações Internacionais

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.30963>

Political Issues of the Louvre's Internationalisation

Questões políticas da internacionalização do Louvre

Cuestiones políticas de la internacionalización del Louvre

Marie-Alix Molinié-Andlauer*

<https://orcid.org/0000-0001-2345-6789>

ABSTRACT: This article focuses on the internationalisation of the Louvre since the 2000s. A flagship of French culture, it is, along with the British Museum in London, the universal museum of reference. The French state, through successive governments, has mobilised the Louvre, that is, the institution, as an intermediary in international agreements. This museum and cultural institution then become a real stakeholder in international relations. Thus, the whole point of our remarks is to analyse the issues and controversies surrounding the close relationship between the Louvre and the French State. The Louvre, a renowned French museum and heritage site, is now multi-spatial. This model responds in part to a request from the French government to perfect the interplay of international influence. The internationalisation of the Louvre is thus understood not as the Louvre's reputation on an international level, but as the use of this heritage in international political strategies. By approaching this case in French international relations, we can first of all question the stakes of the transition from heritage to National Branding. In other words, to understand how in contemporary literature, heritage is transformed not only as a tool to retrace the past of a society, but also how it becomes an emblem that can be mobilised by States to claim a form of legitimacy from other States. The method, which is essentially based on interviews conducted within the framework of these, aims to answer two questions. What does the deterritorialisation of a national heritage such as the Louvre produce regarding international relations between the Louvre, the city

* PhD in geography from Sorbonne Université-Lettres and a researcher affiliated to the Research Unit “Mediation-Sciences of Places, Sciences of Links”, my research themes are articulated around two major themes: human geography and relations between sciences and society. Before preparing my thesis to understand the stakes of the internationalisation of a heritage such as the Louvre, I carried out several works in geography and sociology to question the representations and political stakes of bridges or to question the discourses of transhumanism in France. Several articles have been published alone or in collaboration, the main ones being: “From the Louvre Museum to the Louvre Territory?” published in *Géographie et cultures*, “LOPECST au travail. Enquête sur la genèse d'un rapport”, in *Histoire de la Recherche Contemporaine* (with Emilien Schultz). Keywords: Heritage, Museums, Arts, Louvre, Territorial Factory, Representations, Relationships, Epistemology, Territorial dynamics, Economy and territory, Geopolitical issues. E-mail: mariealix.molinie@hotmail.fr.

of Abu Dhabi and in relations between France and the United Arab Emirates, then the impact that the Louvre Abu Dhabi can have at the local and regional level.

Keywords: National Branding. Geopolitics. Louvre. Heritage. Controversies.

RESUMO: Este artigo enfoca a internacionalização do Louvre desde os anos 2000. Uma bandeira da cultura francesa, é, juntamente com o Museu Britânico em Londres, o museu universal de referência. O Estado francês, através de sucessivos governos, tem mobilizado o Louvre, ou seja, a instituição, como intermediário em acordos internacionais. Este museu e instituição cultural passa então a ser um verdadeiro protagonista nas relações internacionais. Assim, o objetivo de nossas observações é analisar as questões e controvérsias em torno da estreita relação entre o Louvre e o Estado francês. O Louvre, um renomado museu e patrimônio francês, é hoje multiespacial. Este modelo volta em parte a um pedido do governo francês para aperfeiçoar a interação da influência internacional. A internacionalização do Louvre é assim entendida não como a reputação do Louvre em nível internacional, mas como a utilização desse patrimônio em estratégias políticas internacionais. Ao abordarmos este caso nas relações internacionais francesas, podemos, antes de tudo, questionar os desafios da transição do patrimônio para o National Branding. Em outras palavras, entender como, na literatura contemporânea, o patrimônio se transforma não apenas como um instrumento para refazer o passado de uma sociedade, mas também como ele se torna um emblema que pode ser mobilizado pelos Estados para reivindicar uma forma de *legitimacy* de outros Estados. O método, que é essencialmente baseado em entrevistas realizadas no âmbito de um destes, visa responder a duas perguntas. O que a desterritorialização de um patrimônio nacional como o Louvre produz nas relações internacionais em nível do Louvre, a cidade de Abu Dhabi e nas relações entre a França e os Emirados Árabes Unidos, então o impacto que o Louvre Abu Dhabi pode ter em nível local e regional.

Palavras-chave: National Branding. Geopolítica. Louvre. Patrimônio. Controvérsias.

RESUMEN: Este artículo se centra en la internacionalización del Louvre desde la década de 2000. Un símbolo de la cultura francesa, es, junto con el Museo Británico de Londres, el museo universal de referencia. El Estado francés, a través de los sucesivos gobiernos, ha movilizad al Louvre, es decir, a la institución, como intermediario en los acuerdos internacionales. Este museo e institución cultural se convierte entonces en un verdadero actor de las relaciones internacionales. Así pues, el objetivo de nuestras observaciones es analizar las cuestiones y controversias que rodean la estrecha relación entre el Louvre y el Estado francés. El Louvre, un famoso museo y sitio patrimonial francés, es ahora multiespacial. Este modelo responde en parte a la petición del gobierno francés de perfeccionar la interacción de la influencia internacional. La internacionalización del Louvre se entiende así no como la reputación del Louvre a nivel internacional, sino como el uso de este patrimonio en las estrategias políticas internacionales. Al abordar este caso en las relaciones internacionales francesas, podemos en primer lugar cuestionar lo que está en juego en la transición del patrimonio a la Marca Nacional. En otras palabras, comprender cómo en la literatura contemporánea, el patrimonio se transforma no sólo como herramienta para remontar el pasado de una sociedad, sino también cómo se convierte en un emblema que puede ser movilizad por los

Estados para reclamar una forma de legitimidad a otros Estados. El método, que se basa esencialmente en entrevistas realizadas en el marco de un éstas, tiene por objeto responder a dos preguntas. ¿Qué produce la desterritorialización de un patrimonio nacional como el del Louvre en las relaciones internacionales entre el Louvre, la ciudad de Abu Dhabi y en las relaciones entre Francia y los Emiratos Árabes Unidos, y luego el impacto que puede tener el Louvre de Abu Dhabi a nivel local y regional?

Palabras clave: Branding nacional. Geopolítico. Louvre. Patrimonio. Controversias.

How to cite this article:

Molinié-Andlauer, Marie-Alix. "Political Issues of the Louvre's Internationalisation". *Locus: Revista de História*, 26, n.2 (2020): 150-168.

The relationship between heritage and politics is not recent, since as Sébastien Jacquot explains (2012, 13) "heritage is a vector of stakes both in its existence, in its definition, and in its uses and addressees". Heritage is what one inherits; the choice to conserve and preserve it is a political choice. The consensus in UNESCO's definition of heritage shows that the common interest of humanity takes precedence over state and national decisions.

UNESCO World Heritage or UNESCO World Heritage refers to a group of cultural and natural properties of outstanding interest for the common heritage of humanity, updated annually since 1978 by the World Heritage Committee of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), a specialized agency of the United Nations¹.

This definition is in line with a positive internationalization of the controversial concept of the common heritage of humanity. In other words, it would allow an international understanding of the concepts of heritage and humanity.

Nowadays, the stakes around heritage are, beyond conservation and preservation issues, strategic issues at an international level, allowing categorisation of conflicts (Melé 2005; Jacquot 2012). The three types of conflicts would relate to the "appropriation of heritage, the modes of patrimonialisation and conflicts in heritage spaces, putting the actors at the centre and notably the modes of regulation" (Jacquot 2012 [Mélé 2005], 13).

Questions of interference in the way of preserving and patrimonialising can crystallise tensions that can impact on international relations. Indeed, for Koïchiro Matsuura (2006, 1045):

It has become customary in the field of international relations to associate culture and politics", as witnessed by the remarks made in May 2005 by the President of the Commission of the African Union (AU), Alpha Oumar Konaré, at the headquarters of the United Nations Educational,

¹ <https://whc.unesco.org/en/conventiontext/>.

Scientific and Cultural Organization (UNESCO): “The cultural struggle is also a political project aimed at giving a social content to the Union and building up a body of influence around Africa”².

However, while heritage seems to be a subject of consensus since the 1970s, we have seen the circulation of certain heritages, including museums, appear for economic and political reasons. It would appear that it is they are part of the strategies of influence of the Western States, which respond to the expectations of developed or developing countries.

The aim of this article is to understand how the internationalisation of the Louvre Museum is manifesting itself at different levels. For this purpose, after having established the literature review, we will explain the research questions and the method applied to this article, and will finally share the results of this research.

From Heritage to National Branding: literature review

Using Identity and Narrative in an International Context

Museums are indeed institutions that lie between “nationalism and cosmopolitanism [...] They are capable of representing an idea of the nation while at the same time telling a cosmopolitan, frictional discourse” (Ang 2016, 1). This ambivalence is quite visible in Jamie Gillen's (2014) paper when he uses the case of the War Remnants Museum in Ho Chi Minh City, Vietnam, to explain the tension between the creation of a national narrative and the way the United States projects and shapes Vietnamese identity. Or, Rana Mitter (2009) who in her article highlights the behind-the-scenes of museums in China, also serving history and memory. Indeed, heritage and nationalism, as a political force, have special connections (Allen 2010).

In this sense, in Greece, the Ministry of Culture seeks to promote the Greek national narrative through heritage, which then becomes an internationally recognised and valued brand. “The official promotion of heritage by a state may project a symbolic sense of “imagining”: with national identity within a multicultural and heterogeneous world” (Kavoura 2012, 69). “Museums preserved and constituted people's past. They were places for the public to learn more about nations' histories and cultures” (Gervits 2011, 32). In some instances, the museum, as an institution, perfectly embodies the political stakes, especially when it comes to international visibility, cooperation, but also a certain hegemony in terms of culture (Grincheva 2020a).

In another case, the internationalisation of museums responds to the museum's concern to reach a wider public, but also to its ability to conform to world museum standards (Peyre 2018). In order to respond to this, significant financial resources and institutional support at different levels

² Translation proposed by the author.

are obviously required. The internationalisation of major museums is an opportunity for States to promote their Culture and Heritage in an international context of diplomacy. This is known as soft power or influence through the prism of Culture when “nation states have supported the international missions of museums to promote national cultural ideas and values abroad to pursue strategic geopolitical interests” (Grincheva 2020b, 89).

The case of the Guggenheim Museum, present on different continents, illustrates this point in a certain context because it embodies “the complex process of neoliberal globalisation and political decentralisation” (Grincheva 2020b, 89). This museum of contemporary art is governed by American law, allowing American museums to manage their collections. In addition, the Guggenheim collection is a private collection which, depending on insurance, allows works to be permanently deposited in locations other than the New York museum. It is generally individual wills, often considered visionary, that bring institutions to reinvent themselves to correspond or initiate an impulse in a complex international context (Ritvala and Piekari and Franck and Granqvist 2017). Nowadays, some museums are transformed into a brand comparable to a multinational company negotiating to obtain this label in a new territory is a complex legal and political issue, which the case of the Louvre, and especially the Louvre's different levels of internationalisation from Paris to Abu Dhabi.

Connecting international relations and Louvre's internationalisations

By combining international relations and the internationalisation of the Louvre, it highlights different levels of decision-making. On the one hand, at the level of the Louvre, the museum has its own governance and depends on national or international networks that enable it to establish its status as a major international museum (Molinié-Andlauer 2019). On the other hand, the internationalisation of the Louvre can also be a collateral effect of French state policies, since “cultural diplomacy has traditionally been a strategic instrument of national governments to achieve foreign policy objectives” (Grincheva 2020b, 89).

One thinks in particular of the Louvre Abu Dhabi, a project jointly carried out by the French Ministries of Culture and Foreign Affairs and the UAE Department of Culture and Tourism on the other hand (de Font-Réaulx 2016; Molinié-Andlauer 2019). But there are also more ephemeral partnerships that are part of a cultural diplomacy project: this was the case between Japan and France (2018) or Iran and France (2018).

The Louvre's internationalisation is therefore based on the provenance of visitors, the actions implemented (excavations, exhibitions), the partnerships established with other major

museums (Louvre Atlanta between 2006 and 2009), the networks to which it belongs (experts) but also its “involvement” in France's foreign cultural policies. The internationalisation of the Louvre may only be idealised, especially when the analysis is placed in a globalised context. It is a Western institution, initially unique in the world, and today follows the economic model of the Guggenheim, a private museum whose collections are not inalienable, as those of French museums can be.

The case of Louvre Abu Dhabi: overview

The case of the Louvre Abu Dhabi, opened in 2017, shows another involvement that of the United Arab Emirates in globalisation which now involves architectural projects that are increasingly extravagant and ambitious (Ajana 2015), in order to combine the past with the times to come (El Amrousi and Elhakeem and Paleologos 2018).

In the last decade, scholars and policymakers have paid greater attention to the role of famous designers' pieces of architecture not only in regenerating urban areas but also in defining a positive and communicative image in the global economic competition among cities [...] this rationale assumes that the use of a well-known architect's name can give a competitive advantage to a city in many ways (Ponzini 2011, 251).

Their objective was to create an Emirati museum with an evocative name for 30 years (2007-2037) to enable the Emirati government to promote Abu Dhabi as a destination with world-renowned brands.

Couched within the entertainment and leisure package that visitors have come to expect in their totalising museum experience nowadays, this provides an interesting alternative to the sheer brawn of Guggenheim Inc. for the 21st-century art museum. There may be something here for institutions considering their own transformation, even if they don't quite match the Louvre's vital statistics or share its particular vision of the world (Stara 2015, 50).

But this case also shows on a regional and local scale how the establishment of a renowned museum transforms the surrounding area (Grincheva 2020b). Tensions may arise (the omission of Qatar on the map when the Louvre Abu Dhabi was inaugurated) but regional dynamics in terms of the attraction of the countries of the Arab-Persian Gulf are also emerging. The gradual transformation of the United Arab Emirates into a tourist destination is boosting tourism in the Sultanate of Oman, for example (Molinié-Andlauer 2019).

By choosing the Louvre to complete the picture of this cultural cluster, the Emiratis are also betting on the value of the brand and its “reputation”³. However, as T.L. Poulin points out, reputation is not just what the Emiratis are looking for; “as a cultural authority, but also around the tourism generated by the Louvre and the attention that would naturally arrive with the satellite

³ “Reputation can be defined as a shared, provisional and localised social representation, associated with a name and resulting from more or less powerful and formalised social evaluations”, (Chauvin 2013).

of the Louvre” (Poulin 2010, 3). This identity participates in the development of this country by proposing a discourse that serves the opening to the international.

Indeed, the Louvre's origin and early development promoted the country's newfound freedom, equality, and wealth, offering to the French people cultural knowledge as well as the ability to identify themselves as members of this powerful nation (Poulin 2010, 1).

From the arid lands to the harsh climate of the Persian Gulf region, the Louvre was built in several stages. On Saâdiyat Island, a cultural cluster of international scope is planned. The greatest architects and their workshops are recruited to propose containers that are just as impressive as the development of the Emirati cities that defy time and gravity.

What it represents plays a major role in the attractiveness of Abu Dhabi (Stara 2015). In this sense, this universal and Abu Dhabian museum “represents an experimental trans-disciplinary design that includes continuity and discontinuity from tradition” (El Amrousi and Elhakeem and Paleologos 2018, 1). The circuit subtly imposed by the museography also requires a diplomatic and political reading of this museum. The sizes of the works follow one another in an established order and chronology that the museum's youthfulness makes sway. However, this vision is not entirely complete and accurate. A systemic analysis of the facts reveals that paradoxes emerge with this project, particularly in terms of branding and urban marketing (Ponzini 2011).

The establishment of this museum in the United Arab Emirates thus enables both the French State to ensure a military presence in the Arab-Persian Gulf (Boulanger 2011) and the Louvre Museum to enter into new partnerships with the museums of this region. These internationalisations are therefore joint with international relations.

Research questions and methodological approach

Research questions: a stakeholder for itself and French State

We have been able to see from current readings that the Louvre is a museum that is becoming international at different levels. In this article, we will go beyond these analyses by demonstrating that the internationalisation of the Louvre museum, which is intimately linked to the liberalisation of trade produced by globalisation and which serves:

- The economic interests of the French State and the Louvre Museum,
- France's geopolitical strategy in the Arab-Persian Gulf,
- The influence and attractiveness of the United Arab Emirates in the world,
- The Louvre Museum's international partnerships.

This strong link that has existed for decades between the Louvre and the French state partly explains the museum's involvement in national cultural diplomacy. What it embodies and what it

represents in the collective imagination, which is often restricted to a few masterpieces, only fuels visitors' desire to visit the museum. It therefore attracts and promotes France abroad. However, the constant decline in public subventions, therefore from the French State through the Ministry of Culture, obliges the museum to find other private resources to meet the international requirements of major museums. The paradox occurs at the level of the French State when the latter mobilises the Louvre Museum for geostrategic and economic purposes; the financing of French culture and more particularly of a unique French heritage is traded internationally. Thus, by locating the Louvre in Abu Dhabi, they hope for a “transfer of reputation” (Chauvin 2013, 26) to appear in the world as a country that is a vector of culture and turned towards the arts and knowledge. If we consider this, we see the possibility of a “Louvre effect” along the lines of the famous “Bilbao effect”. This translates into the way in which the uniqueness of the Louvre, i.e. the heritage that it is and the inalienable collections that make up its identity, is mobilised to “act” on territory under construction. Its evocation is less formal, and the questions focus more on the future and the temporalities of the project's implementation, in particular its viability, management, cost and the image of the Louvre Museum in terms of reputation.

This raises the question of what the deterritorialisation of the Louvre is producing for the benefit of international relations within a museum world that is undergoing a major turning point in terms of the actual definition of the museum. On a more local scale, the question is to determine whether the establishment of the Louvre in Abu Dhabi produces effects similar to the transformations of the cities of Bilbao (Guggenheim) or Liverpool (Tate Modern). On the basis of these findings, it must be assumed that:

- The location of the Louvre in Abu Dhabi fundamentally redefines the Louvre museum and its influence,
- The Louvre Museum offers its own museum and international model, different from the Guggenheim franchised model and independent of national and international policies,
- The “reputation transfer” of the Louvre brand has been impacted by international perceptions of the UAE and French cultural policy management since the 1980s,
- The very principle of universality associated with the Louvre is a geostrategic and controversial issue: the Louvre heritage is dissociated from the Louvre museum.

Methodological approach

The methodology of this paper is based on fieldwork completed as part of a thesis conducted between 2016 and 2019. The main resources are the semi-directive interviews conducted with advisors to the Louvre's President-Director between 2017 and 2018. They were supplemented by interviews conducted at the Louvre Abu Dhabi and Agence France Museums in 2018.

Archive work and analysis of the various reports written for the development of the Louvre abroad was also carried out. These include the study of the Scientific and Cultural Project (SCP) of the Louvre Abu Dhabi (not available online), the activity reports of the Louvre Museum (2007-2017) and the 2007 intergovernmental agreement (decree n°2008-879)⁴. An in-depth reading of these documents provides an understanding of both the ambitions of the Louvre Museum to open up and be present on the international scene in the world of museums, and the mobilisation of this museum by the French State as part of a diplomatic game of influence. An observation during the study day “24 hours ... at the Louvre Abu Dhabi”, on 17 and 18 November 2018, for the first anniversary of the Louvre Abu Dhabi, also provided an opportunity to understand the various French protagonists in the establishment of this museum in the United Arab Emirates.

The purpose of this method is therefore to understand the context in which the Louvre was established abroad. More precisely, it leads us to see how this implantation profoundly transforms the Louvre museum in Paris, the city of Abu Dhabi, and relations between France and the United Arab Emirates. Then, more generally, we question the role of the museum in the 21st century on the territories.

Impact of international relations at the level of the Louvre and the city of Abu Dhabi: the role of influence by Culture and Heritage

Branding a city with a unique brand Museum: regional impact

The story of the establishment of the Louvre Abu Dhabi has not been an easy one. Whether it was the Parisian museum or the Agence France Museums, the question of setting up a Louvre in Abu Dhabi clearly shows how closely linked politics and heritage are in France. This can be dated back to the creation of the Pyramid of Pei inaugurated in 1989, and the various shifts associated with the transformation of the Palais du Louvre into the Louvre Museum. The Louvre depends on the “fact of the Prince”, i.e. it embodies a symbolic power on which the various successive French presidents base their national and international policies⁵.

⁴ Agreement “between the Government of the French Republic and the Government of the United Arab Emirates on the Universal Museum of Abu Dhabi, signed in Abu Dhabi on 6 March 2007”: [https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000019417311&dateTexte=.](https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000019417311&dateTexte=)

⁵ Interview with the scientific manager of the Centre Vivant Denon Vivant, Louvre Museum, conducted in March 2018.

Originally it was a request from the Emirati people, which was astonishing and destabilising since no one had in mind what they really wanted. In fact, they wanted to make a Louvre identical to the one in Paris, to build one from A to Z. At first, we thought they wanted some experts or opinions, but no they wanted to “have” a Louvre. The Louvre has taken responsibility for this, because it is a regalian tool at the service of the state, to respond as well as possible to their request⁶.

The Emiratis of Abu Dhabi wanted to distinguish themselves from what Dubai had to offer by accentuating their approach to the Culture, Heritage and History of the United Arab Emirates. Indeed, Dubai began its economic transformation some twenty years ago with the aim of beginning the urban and social transition from an economy based on the extraction of fossil fuels, a resource that is becoming increasingly rarefied, to a tertiary economy linked to leisure and tourism⁷. In a similar way, the urban project of Abu Dhabi (Abu Dhabi 2030) is also based on resorts to international standards with beaches as far as the eye can see, restaurants, villas and museums, places of knowledge and learning. They are being established on the Saâdiyat Island, considered as the Cultural district of Abu Dhabi.

In the 2010s, the intention is to move forward “by rake” to complete the projects of the Guggenheim, the Louvre and the National Sheikh Zayed Museum⁸. The Emiratis are employing Frank Gehry to design the architecture of the Guggenheim, Norman Foster (Foster & Partners) for the Sheikh Zayed Museum, whose architecture is a reference to the emirate's emblem: the falcon. But before knowing that the Louvre would be located near the other international museums, a request was made to the Jean Nouvel workshops to create this universal museum, wanted by the Emiratis, whose architecture would be a projection of what the West can have of the Arab world. From 2009 to 2016, the geopolitical context of the region is shaken by the Arab Spring. The Saâdiyat Island project is reviewed, the authorities choose not to rake ahead any further, i.e. one of the three major museums of the project had to be chosen and no longer envisage concomitant constructions. Preserving the Louvre as the spearhead of the Saâdiyat project made it possible to preserve both the exceptional character and the visibility expected by the Emiratis.

Unlike other projects based on renowned museums (Guggenheim, Tate Modern, Hermitage), the Louvre Abu Dhabi's project is to obtain a name strongly rooted in a city and a country. It is a heritage associated with the French centralised policy, since the Louvre Museum's partnerships abroad have generally been limited in time (a few months to three years), and were not intended to lead to a more “sustainable” structure. Secondly, the territory itself, i.e. the city of Abu Dhabi, was not in economic decline but in transformation inherent to the current context.

⁶ Remarks by Jean d'Haussonville, Director General, Domaine national de Chambord, during the “24 hours ... at the Louvre Abu Dhabi”, 17 and 18 November 2018, auditorium of the Louvre Museum, “The Louvre Abu Dhabi, history of dialogue”.

⁷ Interview with the AFM's scientific manager, conducted in March 2018.

⁸ Interview with advisor to the Louvre's President-Director, conducted in September 2017.

This is why the cases of Bilbao, Liverpool and Lens are very different in many ways. What globalisation has produced in these territories is an abandonment of a single economic activity (mining, fishing) with no prospects for the inhabitants⁹. It is only when considering urban projects for the rehabilitation of these cities that the idea of betting on a cultural and museum infrastructure to transform them comes to mind.

Although the time frame for setting up museums and their architecture differs between these three cities, it is nevertheless noticeable that for the Louvre Abu Dhabi the investment is massive in terms of museums. Saâdiyat Island will host not just one iconic museum, but two international museums and two other national museums run by starchitects. Thus, the development model of the Louvre in Abu Dhabi, although it stems from a bilateral will, is part of a larger project alongside the Guggenheim Abu Dhabi Museum, the Maritime Museum and the Zayed Museum, which was supported by the British Museum.

In fact, the Louvre model in Abu Dhabi should be understood not only as National Branding, but also as a marketing brand of a more global whole to establish Abu Dhabi as a renowned tourist destination in the region. Indeed, since the liberalisation of trade and the democratisation of air travel, the cities of the Arab Persian Gulf have become major international hubs where passengers make stopovers. Kuwait, Doha, Dubai and Abu Dhabi are airports that redistribute transit passengers between Europe and South East Asia. The objective of the United Arab Emirates was that, beyond transit, the country should be promoted so that passengers would become tourists. Thus, a whole communication effort was set up in the airports around the opening of the Louvre in Abu Dhabi and its surroundings¹⁰. This approach, which is very different from the communication of the Louvre museum in Paris, enabled the Parisian institution to demonstrate that these two museums, although the name and the experts may be the same, were very distinct entities with different prerogatives¹¹:

- For the Louvre Abu Dhabi, the aim is to introduce a population to museum culture and attract visitors to the territory. Indeed, the events, workshops and conferences offered by the Louvre Abu Dhabi are equivalent to those of any museum; they tend to make it a cultural reference point for the city in the next thirty years of the intergovernmental agreement (2007-2037) that correspond to a generation. This

⁹ Interview with the scientific manager of the Centre Vivant Denon Vivant, Louvre Museum, conducted in March 2018.

¹⁰ Interview with advisor to the Louvre's President-Director, conducted in September 2017.

¹¹ *Ibid.*

generation will be able to be satisfied with a reputable museum and thus have access to the best of culture, the Louvre Museum¹².

- For the Louvre Museum, this means managing visitor flows and continuing to promote the museum's collections to different types of public¹³.

The Louvre's multi-spatial setting contributes to its redefinition. The monetisation of the brand allows the Louvre to rethink its structure and its welcome policy and the city of Abu Dhabi to benefit from the reputation of the name “Louvre”. But what are the impacts of these actions?

French International relations: the impact of Culture and the impact on Culture

Since the signature of the bilateral partnership in March 2007¹⁴, the French cultural scene has been highlighting the political stakes and the “international relations” dimension of this agreement (Des Cars 2009, 59)¹⁵. These polemics question the real involvement of the French State in the management and conservation of heritage, particularly in terms of means (Cachin and Clair and Recht 2006). They also highlight the fact that major museums must respond to a geostrategic (we already saw the establishment of a French military base) and diplomatic state policy by taking a market value (cultural and university institutions, the Louvre and the Sorbonne). While in 2007, the creation of the Agence France Museums had not yet been mentioned, they introduced it to question the future of this project. They seek to “detail” the project, question the management and then present the repercussions in terms of the public.

This agency, the only one of its kind at the time, acted as a link between French expertise and the various funding sources¹⁶. The decrease in public subventions from the Ministry of Culture has made it necessary for the services of the Louvre Museum to resort to patrons and partnerships with private institutions and companies. Within the museum, this translates into the rental of spaces and events financed by large groups such as LVMH¹⁷. The Louvre's project in Abu Dhabi provides a filigree opportunity to reconsider the French cultural landscape through the funding planned over

¹² Jean-Luc Martinez, President and Director of the Louvre Museum, said “What must be pointed out is the confidence of the UAE authorities who believe that we are the best in our field”, during the “24 hours ... at the Louvre Abu Dhabi”, 17 and 18 November 2018, Louvre Museum Auditorium, “The Louvre Abu Dhabi, history of a dialogue”.

¹³ Interview with advisor to the Louvre's President-Director, conducted in July 2017 and reports 2014-2018.

¹⁴ Agreement “between the Government of the French Republic and the Government of the United Arab Emirates on the Universal Museum of Abu Dhabi, signed in Abu Dhabi on 6 March 2007”: <https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000019417311&dateTexte=>.

¹⁵ Interview with advisor to the Louvre's President-Director, conducted in September 2017.

¹⁶ Agreement “between the Government of the French Republic and the Government of the United Arab Emirates on the Universal Museum of Abu Dhabi, signed in Abu Dhabi on 6 March 2007”: <https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000019417311&dateTexte=>.

¹⁷ Interview with advisor to the Louvre's President-Director, conducted in September 2017.

30 years¹⁸. This funding will obviously go partly to the Louvre museum, but also to the Ministry of Culture and the French State¹⁹, since “the Emiratis are attracting France and the Louvre to show their interest in France”²⁰.

Assisted by Agence France Museums to build up the Louvre Abu Dhabi's collection, the staff has to manage the loans of varying lengths from the thirteen French partner museums, then the frantic pace of the four temporary exhibitions produced each year, to attract the public again and again within the framework of the bilateral partnership²¹. These experts enabled the Louvre Abu Dhabi teams to understand how the art market works when the investment is made within the framework of a museum institution. The rhythms of the Louvre Museum and the Louvre Abu Dhabi are different as well as their visibility. The transformation of the Louvre Museum now involves not only the actions of the Louvre Abu Dhabi but also those of the Louvre in Lens²². This regional branch also responds to the internationalisation of the Louvre and plays a discreet role in international relations, as shown by the hosting of the exhibition on the margin of the signing of the partnership between Iran and France (2018).

The impact of culture in this case is to develop international diplomatic relations, promote new cultures and benefit from an income. “The name of the Louvre is rented, but not the Louvre, the brand belongs to the French State, and this allows the Louvre to live and to compensate for the decrease in subsidies, we must not forget that the money comes to feed this republican heritage. France's interest in having a Louvre in Abu Dhabi is obviously financial. The gain is in the order of 1 billion euros, including 190 million for the organisation, 400 million for the brand and the rest for the expertise”²³. At a more local level, culture participates in the development and dynamism of territories.

¹⁸ Agreement “between the Government of the French Republic and the Government of the United Arab Emirates on the Universal Museum of Abu Dhabi, signed in Abu Dhabi on 6 March 2007”: <https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000019417311&dateTexte=> and interview with advisor to the Louvre's President-Director, conducted in September 2017, completed by the interview with the AFM's scientific manager, conducted in March 2018.

¹⁹ Remarks by Jean d'Haussonville, Director General, Domaine national de Chambord, during the “24 hours ... at the Louvre Abu Dhabi”, 17 and 18 November 2018, auditorium of the Louvre Museum, “The Louvre Abu Dhabi, history of dialogue”.

²⁰ Statements made by Renaud Donnedieu de Vabres, former culture minister, as part of the 24 hours ... at the Louvre Abu Dhabi, 17 and 18 November 2018, auditorium of the Louvre Museum, “The Louvre Abu Dhabi, history of a dialogue”.

²¹ Interview with the AFM's scientific manager, conducted in March 2018 and SCP of Louvre Abu Dhabi.

²² Interview with advisor to the Louvre's President-Director, conducted in September 2017, completed by the interview with the AFM's scientific manager, conducted in March 2018.

²³ Agreement “between the Government of the French Republic and the Government of the United Arab Emirates on the Universal Museum of Abu Dhabi, signed in Abu Dhabi on 6 March 2007”: <https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000019417311&dateTexte=> and interview with advisor to the Louvre's President-Director, conducted in September 2017.

However, international relations based on national branding also have an impact on culture, sometimes creating controversies²⁴. Thus, the controversies surrounding the internationalisation of the Louvre Museum are on several levels. They range from discussions about the inalienability of French museum collections and the museum's location within the capital to the transfer of powers to territories that have a reputation of their own. Moreover, the controversies are also at the level of the debates that question the international deployment of the Louvre museum to satisfy international relations between France and the United Arab Emirates. This attachment leads to questions about the role and challenges of heritage in the 21st century.

The first point to be highlighted would be that in Paris, the Louvre Museum is difficult to be part of the city, both in terms of architecture and representation. This difficult link between the city and the museum, which the institution is aware of through its policies for welcoming the public, makes it necessary to rethink the way in which the Louvre museum could occupy the territory²⁵. But this occupation cannot be achieved without the financial resources that accompany social and cultural projects, and expansion (including Louvre-Lens). Aware that this other Louvre abroad may be prejudicial to them, the Louvre Museum provides a highly political discourse centred on the orientations of the Parisian museum and its regional branch.

Actually, we are not looking, but if customers are interested, we will see. We weren't applicants for the Louvre in Abu Dhabi, it was the Emirati people who came to see us and wanted to have our expertise, it's a co-construction process. Initially, their project was to have a pinacothèque with a few paintings and that's it. We studied this together to end up with a universal museum project²⁶.

In this equation, which includes the Louvre Museum, the French State and the United Arab Emirates, we can see that the French State's stranglehold on “its” heritage serves above all as a strategy to influence and shield its international policy and de facto international relations. The Louvre, in addition to being a National Branding, is becoming an international or even a Universal Branding, based on French know-how and the reputation of the Louvre, which now circulate and become appropriated by other instances.

The impact on culture of cultural diplomacy with the case of the Louvre shows that there is now a dissociation from what the Louvre is. A distinction is made between the Louvre museum, which is dependent on its collections, the Palais du Louvre, which is the heritage that cannot be relocated, and the Louvre brand, which is materialised by the circulation of expertise, a few

²⁴ « In the controversy, “it is always a question of creating the conditions to take as a witness, or even as a resource, the public of a debate. This public can be virtual, or represent posterity or universality: the presupposition of its existence opens the space for the manifestation of truth” » (Fabiani quote by Lemieux 2007).

²⁵ Interview with advisor to the Louvre's President-Director, conducted in July 2017.

²⁶ Interview with advisor to the Louvre's President-Director, conducted in September 2017.

masterpieces and universalist discourse in the sense of the museum's accessibility and the period of the collections.

Perceptions of the Louvre's Influence on the Territories and as a Heritage

Internationally renowned, the Louvre has 75% foreign visitors²⁷, making it the world's leading museum in terms of attendance. What it represents abroad, i.e. art, culture, knowledge, the Emiratis are looking for it. The reputation of the Louvre Museum thus serves the territorial development of Abu Dhabi, and its establishment in the Middle East is causing a shift in the focus of the institution, transforming this same reputation. The process of internationalisation is then reconfigured, no longer starting from a single point of radiation (Paris), the Louvre as such is a polycentric network, whose different poles serve to enhance the reputation of the brand and the territories that host it. The international dimension is once again present, revealing a multi-spatial Louvre system.

This politicised and conscious internationalisation triggers a recentralisation of the institution on its reference territory, which is Paris. In Abu Dhabi, the Louvre is at the heart of a gentrification project (El Amrousi and Elhakeem and Paleologos 2018) to build a “cosmopolitan” social space, which could lead to a “clash of cosmopolitanism” (Krebs and Mermier 2019, 295-296), as much ink has been spilt over its construction.

The deployment in this region of the global challenges the authors who integrate a post-colonial approach. We can read that the establishment of a Louvre in this region is only a resurgence of a certain form of colonialism (Poulin 2010) by using the concept of “universal museum”. Indeed, it is noted that it remains a “mission to cultivate the global populace in the old-fashioned manner of western art historical narratives - because the pieces may be global but ‘chronology’ or the idea of a universal 'humankind' are distinctly western concepts” (Stara 2015, 50).

By introducing the Louvre Abu Dhabi as a universal museum, the message sent to the museum world from the French side is “we can shift our perspective on the world”²⁸ and actively participate in rebalancing the circulation of works of art. For the Emirati people, what is sought in the establishment of this museum and the setting up of a lasting partnership is what the museum

²⁷ “9,6 millions de visiteurs au Louvre en 2019”, <https://presse.louvre.fr/96-millions-de-visiteurs-br-au-louvre-en-2019/>. Trad. 9.6 million visitors to the Louvre in 2019.

²⁸ Interview with the AFM's scientific manager, conducted in March 2018.

and French culture represent. So we find ourselves faced with ambivalence in the speeches, which explains the tensions inherent in the creation of this Louvre in the United Arab Emirates.

The change in management of the Louvre Museum in April 2013 is then highlighted and explains the developments that the Louvre must undergo. A more social museum, more refocused on its territory and attentive to visitors from Paris and Lens²⁹. But this refocusing on French territory was only possible, however, through its international deployment. The Louvre's new geography is profoundly redefining the institution. The different Louvres offer new ways of experiencing the museum, which differs in every respect from the Guggenheim model, which applies a systemisation of these different museums. The links between the three Louvres are changing the brand's reputation. An action at the Louvre Abu Dhabi or the Louvre-Lens has repercussions (positive or negative) on the Louvre museum³⁰. The transfer of reputation operates in both directions and deserves to be more thorough afterwards.

In this case, international relations result in the circulation of cultural goods, expertise and brand at short notice to serve other political agreements with the United States, Iran, Japan and United Arab Emirates. International relations related to the Louvre thus serve both the internationalisation of the museum and the internalisation of the French state.

Conclusion

We made several hypotheses at the beginning of the article that suggested that 1) the relocation of the Louvre to Abu Dhabi would help redefine the Louvre Museum. 2) The Louvre would present its own model of a multi-spatial museum institution. 3) That a transfer of reputation would be observable and that 4) the principle of universality would become a geostrategic and cross-cutting issue. These hypotheses were intended to answer the two questions concerning the interest of the deterritorialisation of the Louvre in international relations and the effects at the local level of the establishment of the Louvre in Abu Dhabi.

Throughout the demonstration of this article, we were able to validate several hypotheses. The first is validated even though the Louvre Abu Dhabi is recent. The intergovernmental agreement has allowed the Louvre Museum to obtain funding over a period of 30 years, thus offsetting the decline in public subsidies. The Louvre Museum has been transformed by these means (restoration of rooms, works of art, partnerships, work in the reception hall, investment for the local public - digital and media actions).

²⁹ Interview with advisor to the Louvre's President-Director, conducted in July 2017.

³⁰ Interview with advisor to the Louvre's President-Director, conducted in September 2017.

Secondly, the Louvre Museum is indeed presenting its own model, since the Louvre Abu Dhabi is not a French museum, but an Emirati museum that has been called "Louvre" for 30 years. For the time being, this partnership is not intended to be developed internationally. The effects may be similar to other pre-existing models of multi-spatial museums, but the initial requests are very different.

The question of the transfer of reputation remains to be developed. In the very short time available for analysis, yes, we can see that there are reciprocity effects, but this analysis must be carried out over a much longer period of time in order to be able to measure them truthfully.

Finally, the question of universality and the model of the universal museum show the existing tension of this concept. This was not the aim of this article, but the current stakes around the restitution of works in their country of origin and the current critical literature on the concept of the universal museum clearly show a strong and oriented polarisation of what the term "universal" means. This bilateral agreement promoting the universal museum of the Louvre Abu Dhabi positions the United Arab Emirates as being in a logic of domination similar to the Western countries of the early 19th century. Here again, there are still many elements to be dealt with in order to deepen this subject.

What we can retain, however, is that the deterritorialization of the Louvre strengthens its international image while serving (geo)political and local interests in the development and transformation of a particular region and city.

It is also reflected in the question of the circulation of goods on different time scales (short and long). The lending of works is part of diplomacy of the significant influence that France can afford. Finally, it translates into the transformation of heritage into a commercial and coveted object for countries whose cultural referential remains France.

Bibliographic references

Ajana, Btihaj. "Branding, legitimation and the power of museums: The case of the Louvre Abu Dhabi. Museum and Society". *Museum and Society*, 13, n.3 (2015): 322-341.
<https://doi.org/10.29311/mas.v13i3.333>

Allen, Richard. "Heritage and nationalism". In *Understanding the Politics of Heritage, Understanding global heritage*, ed. Rodney Harrison, 197-233. Manchester: Manchester University Press, 2010.

Ang, Ien. "What are museums for? The enduring friction between nationalism and cosmopolitanism", *Identities*, 2016. <https://doi.org/10.1080/1070289X.2016.1260019>

Boulanger, Philippe. "Le positionnement géostratégique de la France dans le golfe Arabo-Persique : la base interarmées d'Abu Dhabi". *Outre-Terre*, 29, n3 (2011) : 531-537.
<https://doi.org/10.3917/oute.029.0531>

Cachin, Françoise, Jean Clair, Roland Recht. “Les musées ne sont pas à vendre”, *La tribune de l'art*, 2006.

Chauvin, Pierre-Marie. “La sociologie des réputations. Une définition et cinq questions”, *Communications*, n.93 (2013) : 131-145. <https://doi.org/10.3917/commu.093.0131>

de Font-Réaulx, Dominique. “Chapitre 3. Le Louvre, modèle singulier pour le musée universel?”. In *Le Louvre Abu Dhabi. Nouveau musée universel ?*, ed. Charlotte Chastel-Rousseau, 45-62. Presses Universitaires de France, 2016. <https://doi.org/10.3917/rom.173.0045>

des Cars, Laurence. “Le Louvre-Abou Dabi, une réponse française à la mondialisation ? Un aperçu”. *Les cahiers Irice*, 3, n. 1 (2009) : 59-61. <https://doi.org/10.3917/lci.003.0059>

Decree n°2008-879, Agreement “between the Government of the French Republic and the Government of the United Arab Emirates on the Universal Museum of Abu Dhabi, signed in Abu Dhabi on 6 March 2007”:
<https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000019417311&dateTexte=>

El Amrousi, Mohamed, Mohamed Elhakeem, Evan Paleologos. “International Museums and Transcultural Impact on Gulf States: The Louvre Abu Dhabi as a Case Study”, In *Human Systems Engineering and Design*, 1-6. Publisher: Springer Nature Switzerland, 2018.
https://doi.org/10.1007/978-3-030-02053-8_24

Gervits, Maya. “Historicism, Nationalism, and Museum Architecture in Russia from the Nineteenth to the Turn of the Twentieth Century”, *Visual Resources*, Volume 27, 2011.
<https://doi.org/10.1080/01973762.2011.542352>

Gillen, Jamie. “Tourism and Nation Building at the War Remnants Museum in Ho Chi Minh City, Vietnam”. *Annals of the American Association of Geographers*, 104, n.6 (2014).
<https://doi.org/10.1080/00045608.2014.944459>

Grincheva, Natalia. “Museums as Actors of City Diplomacy: From “Hardware” Resources to “Soft” Power Strategies”. In *City Diplomacy: Current Trends and Future Prospects*, ed. Sevin, E. and A. Sohaela. Palgrave MacMillan, 2020a. https://doi.org/10.1007/978-3-030-45615-3_6

Grincheva, Natalia. “Glocal diplomacy of Louvre Abu Dhabi: Museum diplomacy on the cross-roads of local, national and global ambitions”. *Museum Management and Curatorship*, 35, n.1 (2020b) : 89-105. <https://doi.org/10.1080/09647775.2019.1683883>

Jacquot, Sébastien. “Analyser l'action publique patrimoniale, un triple regard sur la patrimonialisation”. *Construction politique et sociale des territoires*, n.1 (2012) : 7-18.

Kavoura, Androniki. “Politics of Heritage Promotion: Branding the Identity of the Greek State”, *Tourism Culture & Communication*, 15, n. 2-3 (2012): 69-83.
<https://doi.org/10.3727/109830413X13575858951086>

Krebs, Anne, Franck Mermier. “Louvre Abu Dhabi: a Clash of Cosmopolitanisms?”. In *Aesthetic Cosmopolitanism and Global Culture, Youth in a Globalizing World*, Volume: 9, 295-312. Publisher: Brill, 2019. https://doi.org/10.1163/9789004411487_015

Lemieux, Cyril. “À quoi sert l'analyse des controverses?”. *Mil neuf cent. Revue d'histoire intellectuelle*, 25, n. 1 (2007) : 191-212. <https://doi.org/10.3917/mnc.025.0191>

Matsuura, Koïchiro. “L'enjeu culturel au cœur des relations internationales”, *Politique étrangère*, hiver, n.4 (2006) : 1045-1057. <https://doi.org/10.3917/pe.064.1045>

Melé, Patrice. “Heritage conflicts and urban regulations”. *ESO*, 51-57, 2005.

Mitter, Rana. "Behind the Scenes at the Museum: Nationalism, History and Memory in the Beijing War of Resistance Museum, 1987–1997", Volume 161, Published online by Cambridge University Press, 279-293, 2009 [2000]. <https://doi.org/10.1017/S0305741000004033>

Molinié-Andlauer, Marie-Alix. "Musée et pouvoir symbolique". Doctoral Theses, Paris, Sorbonne University-Humanities, 2019.

Peyre, Nicolas. "Le Centre Pompidou Málaga, un exemple de la mondialisation de l'immatériel et de la diplomatie d'influence française". In *Marques muséales, un espace public revisité*, ed. Martine Regourd, 155-167. Institut universitaire Varenne/Collection Colloques & Essais, Lextenso LGDJ, 2018.

Ponzini, Davide. "Large scale development projects and star architecture in the absence of democratic politics: The case of Abu Dhabi, UAE". *Cities*, 28, n.3 (2011): 251-259. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2011.02.002>

Poulin, T. L. "An Oasis in the Desert? Issues and Intricacies Concerning the Louvre-Abu Dhabi Museum Expansion", *Inquiries Journal/ Student Pulse*, n°2, 2010.

Ritvala, Tiina, Rebecca Piekari, Franck Henrika and Nina Granqvist. "The International Expansion of an Art Museum: Guggenheim's Global–Local Contexts". In *Growth Frontiers in International Business*, ed. Kevin Ibeh & al., 145-166. Palgrave Macmillan, 2017. https://doi.org/10.1007/978-3-319-48851-6_8

Stara, Alexandra. "The Louvre Effect". In: *Skiascope 7: Art, Museum, Architecture*, ed. Arvidsson Kristoffer, 50-87. Gothenburg, Sweden: Gothenburg Museum of Art, 2015.

Received: June 22, 2020

Approved: August 13, 2020

Dossiê: Patrimônio e Relações Internacionais

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.30949>

Las estatuas también mueren. Patrimonio, museos y memorias en el punto de mira de DAESH

Estátuas também morrem. Patrimônio, museus e memórias na mira de DAESH

Statues also die. Heritage, museums and memories in the spotlight of DAESH

Jorge Elices Ocón*

<https://orcid.org/0000-0002-4794-7934>

RESUMEN: Las destrucciones de estatuas, yacimientos y museos llevadas a cabo por DAESH en Siria e Iraq no deben ser considerados simples actos vandálicos o acciones iconoclastas en base a su interpretación radical y tergiversada del islam, sino que en realidad esconden un discurso complejo que debe entenderse dentro del debate actual sobre la redefinición del patrimonio, particularmente de las estatuas, cuestionadas por representar un pasado colonialista o autocrático que ya no se considera digno de ser conservado y recordado.

Palabras claves: ídolos, destrucción, islam, iconoclasta, Palmira, Mosul.

RESUMO: As destruições de estátuas, sítios arqueológicos e museus pelo DAESH na Síria e no Iraque não devem ser consideradas simples atos de vandalismo ou ações iconoclastas baseadas em uma interpretação radical e distorcida do Islã, mas na verdade ocultam um discurso complexo que deve ser entendido no debate atual sobre a redefinição do patrimônio, particularmente das estátuas, questionadas por representar um passado colonial ou autocrático que não é mais considerado digno de ser preservado e lembrado.

Palavras chaves: ídolos, destruição, islã, iconoclasta, Palmyra, Mosul.

* Pesquisador de pós-doutorado na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) onde atualmente, está desenvolvendo um projeto intitulado “Esculturas clássicas em al-Andalus. De ídolos pagam a talismãs”, graças ao apoio da FAPESP 2018/15102-7. As publicações mais recentes são um artigo em conjunto com Eduardo Manzano Moreno (CSIC-Madri), sobre os usos do passado no início da Península Ibérica Medieval, no journal *Medieval Worlds* e há alguns meses foi publicado o livro dele, resultado de sua tese de doutorado: *Respeto o Barbarie. El islam ante la antigüedad. De al-Andalus a DAESH*. Os tópicos de interesse e pesquisa incluem estudos de recepção da antiguidade, usos e abusos do passado, memória cultural, identidade ou patrimônio. E-mail: jorge.elices.ocon@gmail.com

ABSTRACT: The destruction of statues, sites and museums carried out by DAESH in Syria and Iraq should not be considered as a simple act of vandalism or iconoclasm based on a radical and forced interpretation of Islam, but it actually hides a complex discourse that must be understood within the current debate on the redefinition of heritage, particularly statues, questioned for representing a colonial or autocratic past that is no longer considered worthy of being preserved and remembered.

Keywords: Idols. Destruction. Islam. Iconoclasm. Palmyra. Mosul.

Cómo citar este artículo:

Ocón, Jorge Elices. “Las estatuas también mueren. Patrimonio, museos y memorias en el punto de mira de DAESH”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 2 (2020): 169-192.

Las estatuas también mueren (Marker *et al.*, *Les statues meurent aussi*, 1953) es una película-ensayo escrita por Chris Marker y dirigida junto con Alain Resnais, como parte de una iniciativa de la revista *Présence Africaine* para abordar la concepción tradicional del arte y la escultura africana en Francia, desafiando el discurso colonialista, denunciando sus consecuencias y ofreciendo nuevas perspectivas de consideración a un público más amplio (Alter 2006, 58; Cooper 2008; Chamarette 2009; Di Iorio 2016, 16-17)¹.

La película analiza la relación entre las sociedades y la cultura material, en este caso, la cultura africana, argumentando que, una vez que el sistema colonialista destruyó las culturas locales, los objetos producidos fueron apropiados y pasaron a engrosar las colecciones de los museos occidentales bajo la etiqueta de “Arte y Escultura africana” (Fig. 1). Sin embargo, estos objetos quedaron desprovistos de su significado originario y constituyen un enigma para el espectador europeo que los malinterpreta, puesto que aluden a un mundo y unas prácticas que no son “las de nuestros ancestros” (Marker *et al.* 1953; Alter 2006, 59).

La película aborda diferentes temas (animismo, arte, historia, cultura o preservación) desde un punto de vista ambivalente. Máscaras y estatuas parecen cobrar vida con el enfoque de la cámara, mientras que objetos de la vida diaria, imbuidos en las prácticas religiosas de las comunidades africanas, quedan mortificados en los museos, capturados para el espectador, apropiados y desmitificados para que puedan tener una nueva vida a los ojos occidentales, como “arte de bazar,

¹ Sobre la naturaleza de la película en conexión con la percepción de África y el arte africano (Fraiture 2016). En la segunda parte del documental, censurada en Francia hasta 1963, se denuncia la hipocresía y el colonialismo imperante en Occidente, que se nutre de la cultura, la música y el deporte africano al tiempo que la policía reprime de forma radical las protestas de la población negra. Siete años después de la película se producía la independencia de buena parte de las colonias francesas en África (Alter 2006, 60 y Di Iorio 2016, 20).

cosmopolita”. Personas, rituales y objetos africanos son instrumentalizados para Occidente al servicio de discursos políticos, identitarios y mercantiles (Alter 2006, 59-60).



Fig. 1: Escena de *Les statues meurent aussi*, 1953.

La pregunta que se plantea en la película es la siguiente: ¿mueren las estatuas de igual modo que desaparecen las culturas y prácticas culturales que les otorgaban sentido? Las estatuas mueren ciertamente, transformadas en arte, confinadas en los museos. Sin embargo, la película puede ser entendida también como una advertencia. Sugiere que las estatuas constituyen un elemento de resistencia, como punto de partida para acercarse al pasado y a las culturas africanas (Di Iorio 2016, 17 y 21). Según se afirma, “el sujeto no se posee” y estas estatuas aluden a una memoria, que puede ser “recuperada en el presente”. Se entiende también que las estatuas son referencia para nuevas prácticas culturales, integrándose en la sociedad presente. En su última parte, la película abandona el museo y se adentra en la cultura contemporánea de los afrodescendientes. Su música, cultura y deporte son también “arte negro”. De este modo, las estatuas no están sentenciadas a muerte, sino que, como las serpientes, podrían mudar la piel, siendo resignificadas y adoptando nuevas formas y narrativas. Desde esta perspectiva, la película termina aludiendo a las estatuas como una referencia para el futuro, aunando la civilización africana y la occidental en una sola cultura, la civilización humana.

El propósito de este trabajo no es analizar *Les statues meurent aussi*, sino abordar las perspectivas de análisis que ofrece la película, considerando recientes iniciativas museísticas y varias acciones iconoclastas contra estatuas que esconden, a mi entender, un profundo debate en torno al concepto de patrimonio, cuestionando la teórica conservación incondicional de determinados monumentos cuando estos hacen alusión a unas memorias actualmente bajo revisión. En concreto,

me interesa analizar el discurso esgrimido por los terroristas de DAESH a la hora de argumentar la destrucción de antigüedades y estatuas en Siria e Iraq, puesto que, aunque este ha sido un tema analizado desde múltiples perspectivas, cabe preguntarse si las actuaciones de los terroristas, aun disfrazándose con argumentos religiosos y adoptando la forma de una destrucción brutal, obedecen a pautas globales que están cuestionando la conservación de estatuas y monumentos al estar vinculados a una determinada narrativa, la misma que denunciaba *Les statues meurent aussi*, un discurso colonialista, capitalista, blanco y europeo, que ha dejado morir a las estatuas, transformándolas en meros testimonios del discurso occidental.

De este modo, cabe revertir la pregunta planteada en la película y cuestionarse ¿qué sucede con las estatuas si se pone en entredicho el discurso al que se las asoció en un principio y la sociedad ya no se ve representadas en ellas? ¿Está la estatua irremediabilmente vinculada a ese discurso, y por tanto, condenada a muerte, o puede ser resignificada y revivir en el seno de una nueva sociedad y cultura, como se sugiere en *Les statues meurent aussi*?. En este artículo voy a abordar estas cuestiones, considerando en un primer apartado la concepción tradicional del monumento histórico, las nuevas iniciativas que están actualizando el papel del museo en la sociedad moderna y diversas acciones iconoclastas contra estatuas, ocurridas en fechas recientes. En un segundo apartado voy a analizar el discurso de los terroristas de DAESH y las destrucciones perpetradas en Palmira y Mosul. Con ello pretendo demostrar que las acciones de los terroristas comparten y desafían el debate actual en torno al patrimonio y a la conservación de determinados monumentos y estatuas.

Viejos y nuevos discursos sobre estatuas, patrimonio, museos y memoria

Tal y como señalaba F. Choay, un monumento histórico tiene como objetivo advertir o lembrar (*monere*, en latín), en definitiva, revivir un pasado, seleccionado para un fin vital, en la medida en que contribuye a preservar la identidad de una comunidad (étnica, religiosa, nacional, tribal o familiar). Desasociado del contexto y el propósito en el que fue creado, el monumento adquiere un valor histórico y estético y se constituye en un objeto de saber y de arte. Un monumento exige también, al menos de forma teórica, su conservación incondicional (Choay 2017, 18 y 26-27). Ya en la Edad Media se atestiguan testimonios que conceden un valor histórico y estético a determinados objetos, estatuas o monumentos, sin embargo, la valoración y conservación de estos monumentos quedaba condicionada a su utilidad y a las necesidades del presente. La noción de patrimonio es en realidad una invención de Occidente, la culminación de la labor de anticuarios y coleccionistas ya en el contexto de la Revolución Francesa, asociada a una serie de instrumentos y medidas que garantizaban la conservación (Momigliano 1950; Schnapp 1998;

Schnapp *et al.* 2013; Harloe 2013; Díaz-Andreu 2015; Anderson y Rojas 2017). El museo institucionaliza justamente esta preservación material (Shaw 2003; Çelik 2016).

A raíz del éxito de esta fórmula, el concepto de monumento histórico fue exportado fuera de Europa a partir de la segunda mitad del siglo XIX, erigiéndose un museo en cada estado que se quisiera considerarse una nación moderna, ampliándose incluso el *corpus* de lo que se consideraba como patrimonio, incluyendo también las ciudades como objeto de arte no reductible a sus monumentos y sujeta también a conservación (Choay 2017, 25 y 28). Finalmente, en las últimas décadas del siglo XX, coincidiendo con la universalización del sistema de valores y referencias occidentales, se aceptó y difundió la noción occidental de patrimonio por parte de la UNESCO en 1972. Es a este contexto al que responde *Les statues meurent aussi*, donde se entreen ya algunos de los postulados definidos posteriormente, por ejemplo, la necesidad de las ciencias humanas de trascender el eurocentrismo, o la idea de que el patrimonio es una pertenencia común de todos, valorado igualitariamente en todas sus manifestaciones. Sin embargo, en la película también se apuntan ya algunos de los problemas que conlleva la mundialización de esta concepción occidental del monumento, por ejemplo, la conversión de la cultura en una industria que, aunque sea capaz de democratizar la cultura, acaba transformando los vestigios y monumentos en productos, dispuestos para ser consumidos por un turismo de masas que acaba muchas veces malinterpretando y destruyendo los monumentos.

Les statues meurent aussi también abordaba otro problema actual: la apropiación y reinterpretación de determinados monumentos como testimonios de una particular narrativa, un discurso colonialista acerca de la supuesta primacía de unos valores occidentales (civilización, progreso, laicidad) sobre el resto de sociedades, en este caso, África. Esta idea fue posteriormente desarrollada desde una perspectiva diferente por P. Nora, que acuñó la expresión “lieux de mémoire” para referirse a esos monumentos que actúan como dispositivos o repositorios que preservan una determinada memoria e identidad de una comunidad (étnica, religiosa, nacional, tribal o familiar), puestos generalmente al servicio de la construcción de discursos de corte colonialista, imperialista o nacionalista (Nora 1989; Basu 2012). El reciente incendio parcial de Notre-Dame y la ola de solidaridad internacional posterior ahonda en la concepción de la catedral gótica parisiense no solo como un monumento más del patrimonio francés o mundial, sino ante todo como un icono de la identidad francesa y la civilización occidental (Mora 2013).

Notre-Dame no es un caso aislado. Monumentos, objetos y yacimientos se convierten en campo de batalla política para reclamar la soberanía sobre un territorio, como sucede con la actual región de Crimea y el conflicto entre Rusia y Ucrania (Bonet 2020). El número de monumentos inscritos en la lista del patrimonio mundial tiende a transformarse también en un índice de prestigio

internacional o incluso de liderazgo y contribución a la civilización humana (Choay 2017, 208). Los objetos en los museos, muchos de ellos procedentes del expolio de países colonizados o adquiridos en dudosas circunstancias, se convierten en objeto de disputa internacional, y un mismo monumento, por ejemplo los relieves y esculturas del Partenón, puede quedar asociado a distintos discursos, opuestos entre sí (Sánchez Vallejo 2016; García Vega 2017).

La propia concepción del museo también está siendo revisada y cuestionada. Más allá de su labor fundamental en la conservación e investigación sobre las sociedades y su cultura material, parece primar a veces su concepción como mero almacén de piezas prestigiosas. La quema y destrucción del Museo Nacional de Río de Janeiro en 2018 supuso una pérdida irreparable, pero desde determinados círculos se sugería que podía recuperarse gracias a nuevas adquisiciones o donaciones (Nitahara 2019). En Egipto, el Gran Museo Egipcio, cuya inauguración ha quedado pospuesta a 2021, es un antiguo proyecto ideado en la época de Honsi Mubarak, pensado como trampolín económico y político para un régimen autocrático cuestionado dentro y fuera de sus fronteras. Sus cifras en piezas, presupuesto o infraestructuras están destinadas a situar a Egipto en el mapa internacional y a los ojos occidentales (Antón 2020).

Existen obviamente intentos de reformular el papel de los museos y reinterpretar sus objetos más allá del discurso colonialista. Este es el caso de algunas de las instituciones a las que ya se aludía en *Les statues meurent aussi*, como el *Musée de l'homme* o el Museo del África Central en Bélgica. El primero ha transferido la mayoría de su colección al *Musée du Quai Branly – Jacques Chirac* y el segundo ha sido recientemente remodelado y rebautizado como *Africa Museum*. Los dos abogan por insertar las piezas en una narrativa más amplia y actualizada, la civilización humana y sus singularidades, algo que ya se apuntaba en la película de Chris Marker y Alain Resnais. Sin embargo, los esquemas eurocéntricos y colonialistas se siguen repitiendo. En el caso del museo francés, las piezas seleccionadas corresponden a culturas africanas, asiáticas u oceánicas, dispuestas sin ningún tipo de criterio organizativo, simplemente el de no ser europeas (Sanogo 2013). La reforma del *Africa Museum* en Bélgica pretendía justamente descolonizar el museo, pero pese a los esfuerzos, la reforma no ha contentado a todos. El museo no parece poder desprenderse tan fácilmente del estigma dejado por la brutal colonización de Leopoldo II en el Congo y el debate sobre el pasado colonial sigue abierto en Bélgica, sin que resulte claro qué cabe recordar y olvidar (Doncel 2013 y Sánchez 2018).

Los museos renacen, pero están cuestionados desde el primer momento. El nuevo museo de Abu Dhabi es fruto de un acuerdo con el gobierno francés, por el cual el museo estará asociado al Louvre y acogerá sus piezas y exposiciones (Fig. 2). Las franquicias son una fórmula cada vez más recurrente, no exenta de críticas. En este caso, el museo de Abu Dhabi pretende celebrar la

creatividad universal de la humanidad, desde la prehistoria hasta el presente, invitando a ver la sociedad humana bajo una nueva luz (Seisdedos 2019). Sin embargo, el museo ahonda en la desvinculación de la población local con las antigüedades propias de la región y apuesta por la globalización de la lectura del pasado y su patrimonio acorde con la visión occidental, europea y francesa. En definitiva, entiende que el arte es capaz de difundir ciertos valores en la región (civilización, progreso, democracia, laicidad) para que, como un bálsamo, cure las heridas abiertas por las recientes destrucciones del patrimonio a manos de DAESH (Vicente 2019).



Fig. 2: Vicente, 2019, “Visitantes del Louvre Abu Dhabi durante la inauguración del museo el 11 de noviembre de 2017”, foto de Karim Sahib/AFP.

El problema de esta reconceptualización de los museos radica en que las piezas siguen vinculadas a su origen colonial y este pasado sigue siendo todavía una herida abierta. La idea de devolver las colecciones europeas a sus países originarios, aún siendo también una cuestión debatida, ha sido planteada directamente por el presidente francés Emmanuel Macron. Con ello las iniciativas de reforma de estos museos aparecen retratadas como gestos menores o insuficientes (Sánchez 2016; Vicente 2018; Searcey y Nayeri 2019). El argumento de que los museos europeos constituyen la auténtica salvaguarda de este patrimonio, garantizando su conservación y acceso para el conjunto de la población (a veces de manera gratuita, como en el caso del British Museum), comienza también a cuestionarse puesto que nuevos museos en países africanos u asiáticos aspiran a convertirse igualmente en referentes culturales a nivel continental e internacional. El Museo de las Civilizaciones Negras, inaugurado a finales del 2018 en Dakar (Senegal), tiene como objetivo declarado celebrar y reivindicar la cultura y el arte negro acogiendo todas sus manifestaciones pasadas y presentes (Vicente 2018 y Naranjo 2019; Searcey y Nayeri 2019).

Hay un tercer factor a considerar junto con las nuevas consideraciones que suscita el patrimonio y los intentos de reformular el papel de los museos: una serie de acciones iconoclastas dirigidas particularmente contra estatuas. Este tipo de acciones no son nuevas en la historia, sin embargo, no se trata ahora de casos aislados sino que, más allá del contexto político o religioso que las impulsa, lo cierto es que estas acciones parecen ser un reflejo de las propias dudas que rodean la definición de patrimonio y museo (Gamboni 1997; Kolrud y Prusac 2014; Kristensen y Stirling, 2016). Determinados colectivos cuestionan qué y por qué debe recordarse y conservarse como patrimonio. Por un lado, cabe destacar a grupos sociales tradicionalmente discriminados y excluidos de las narrativas “oficiales” construidas en torno al pasado y su cultura material, como son las mujeres, los negros, indígenas o los colectivos LGBTQ+. Ellos no se sienten representados por el patrimonio, ni reconocidos en las narrativas históricas e identitarias. Por otro lado, estas acciones también están protagonizadas por grupos vinculados a la extrema-derecha y al fundamentalismo religioso que, ante el cuestionamiento abierto del pasado colonial o dictatorial de muchos países, prefieren adherirse a la visión tradicional. Estos colectivos reivindican la historia tradicional e incluso abogan por borrar las trazas de aquello que no se ajuste su discurso.

El debate en torno al patrimonio, los museos y las memorias vinculadas a ellos no solo se ejemplifica en acciones iconoclastas (mutilación o destrucción de estatuas o monumentos). Sin llegar a estos términos, cabe señalar una serie de evidencias que cuestionan abiertamente el relato tradicional. En Brasil se pueden apuntar algunos ejemplos que cabe relacionar con la coyuntura política del momento y con el incendio del Museo Nacional de Rio de Janeiro. Sin poder intervenir en la configuración de esta narrativa o en la selección de piezas en el museo, diversos colectivos buscan y reclaman su propia representación. Grafitis repartidos por la ciudad recuperan episodios, motivos y protagonistas ausentes en el relato tradicional de corte europeo y colonialista, haciendo del espacio ciudadano un museo al aire libre o un lugar de memoria, conmemoración y reconocimiento público. Las iniciativas estatales para integrar estas demandas no siempre resultan acertadas. En 2016 se erigió en Sao Paulo una estatua de Zumbi, líder de la revuelta de los esclavos frente al gobierno colonial portugués e icono en la lucha contra el racismo y la desigualdad que sufre la población negra. Sin embargo, la acción recibió duras críticas, puesto que la estatua presenta claros signos de desproporción en los miembros y no resulta heroica. Sigue por tanto sin representarse a este colectivo en la historia y en el patrimonio brasileño y paulistano (Xavier 2016)².

² Grupos e iniciativas como la de *Cartografia Negra* o *Paseando Pelas Ruas* pretenden cuestionar y reconstruir la presencia de la población negra en Sao Paulo.

Más recientemente, otras actuaciones ahondan en esta falta de representación y en la necesidad de reformular la narrativa y los monumentos e instituciones que aluden a la identidad colectiva. El samba-enredo “História pra Ninar Gente Grande”, con el que la Estação Primeira de Mangueira se proclamó vencedora del carnaval de Río de Janeiro en 2019, afirmaba que “tem sangue retinto pisado, atrás do herói emoldurado, mulheres, tamoios, mulatos, eu quero um país que não está no retrato”. Por su parte, la película *Bacurau* (2019) abordaba la resistencia que ofrecía una comunidad del interior de Brasil ante unos invasores, situando la historia en un futuro distópico pero claramente reconocible con la actualidad, haciendo de su museo un auténtico referente de la memoria e identidad colectiva que permitía a la comunidad armarse (también ideológicamente) frente a los invasores.

Los actos iconoclastas contra estatuas y monumentos a los que me refería anteriormente vienen sucediéndose desde hace algunos años en diversas partes del mundo. Todos ellos tienen una característica común: niegan que estas estatuas sean un lugar de memoria o recuerdo. Con ello, la conservación incondicional que define a todo monumento se somete a los criterios de representatividad que estos grupos demandan. Así mismo, también cambia la consideración de estos monumentos: más allá de su valoración histórica o artística, son ante todo referentes simbólicos o políticos y con ello se convierten también en objetivos de conflictos políticos y sociales.

Las acciones iconoclastas son muchas veces actos simbólicos y de resignificación, que no siempre conllevan un ataque físico a la estatua. En otros casos sí se produce su mutilación parcial, su destrucción total o su reciclaje en una nueva imagen. A veces incluso se crean nuevas estatuas *ex profeso*. En todo caso, parto de la premisa que estas acciones no son meros actos vandálicos, sino que reflejan una acción premeditada, pues no todas las estatuas se ven afectadas de igual modo. Buscan además transmitir un mensaje, diferente en algunos casos entre regiones y comunidades, y reaccionan también a la idea de patrimonio como bien cultural universal, reconocido por todos (Martínez 2019, 30 y 40; Cortés 2020).



Fig. 3: Montes 2020, “Detalle de la estatua de Mercurio en la Fuente Alemana de Santiago de Chile. En el pecho se ha escrito ‘Las balas van a volver’”.

En Chile, en el contexto de las protestas contra el sistema neoliberal, las estatuas han estado en el punto de mira de los manifestantes. Algunas de ellas han sido respetadas y otras pintadas, vestidas en algunos casos con ropas mapuches, sus rostros ocultados, tapados con máscaras. Otras han sido mutiladas, decapitadas y derribadas (Huinca 2019; Onetto 2019; Gutiérrez 2019; Montes 2020). Las acciones se concentraron especialmente en la capital, Santiago de Chile (Fig. 3), aunque acciones similares se documentaron en todo el país. En Temuco, la estatua de Pedro de Valdivia, conquistador español, fue derribada por los manifestantes mapuches y posteriormente transformada y resignificada como “Valdivia empalado”, depositada a los pies de la estatua de Lautaro, líder mapuche frente a los españoles (Blair 2019; Martínez 2019, 32; Onetto 2019). También en Temuco, otra estatua, perteneciente a Dagoberto Godoy, precursor de la aviación en Chile, fue decapitada y su cabeza colocada como adorno en las manos de Caupolicán, otro líder mapuche (Márquez 2019; Martínez 2019, 31-32). En La Serena, los manifestantes retiraron un monumento en homenaje al conquistador español Francisco de Aguirre e instalaron una estatua a *Milanka*, la mujer en la cultura indígena diaguita (Anónimo 2019; Montes 2020).

Estas acciones provocaron la reacción del gobierno. Las palabras de la ministra de Cultura, Consuelo Valdés, evidencia justamente una noción de patrimonio sometida a debate y condicionada por el contexto político:

Como institución, lamentamos el daño al patrimonio y monumentos. Se trata de bienes públicos y comunes que son parte de un legado, de una historia y memoria colectiva que se desdibuja o se pierde [...] Junto a esa lectura y definición, también creemos que los hechos recientes vienen a confirmar que el patrimonio es un bien simbólico, dinámico y en permanente reflexión. Su significado está constantemente abierto a la discusión democrática, ya que estos bienes existen, se protegen, tienen sentido y vigencia en la medida que representan algo para la sociedad [...] cada generación y comunidad puede someter su valor a revisión y debate, pero siempre a través de un diálogo republicano amplio, tolerante y respetuoso de la institucionalidad vigente (Montes 2020).

Actuaciones similares a las del caso chileno se registran en otros países. Las recientes manifestaciones antirracistas a comienzos de Junio con motivo del asesinato en Mineápolis (EE.UU) de un hombre negro, George Floyd, por un policía, llevaron a manifestaciones en diversas ciudades del mundo. En Richmond (Virginia, EE.UU) los manifestantes derribaron la estatua de un general confederado (Thrasher y Perrot 2020)³. En Bristol (Reino Unido) la estatua de Edward Colston, un traficante de esclavos del siglo XVII, fue atacada. De un modo simbólico, se ataron el cuello y los pies de la estatua con cuerdas, se la arrastró por la ciudad y acabó siendo arrojada al río (Anónimo 2020)⁴. En Londres, la estatua de Wiston Churchill también fue objeto de diversas actuaciones. En el pedestal se pintó “era un racista” (Hawkins 2020).

Estas actuaciones no son nuevas, sino que se vienen produciendo en los últimos años. Las estatuas están en el punto de mira. Son cuestionadas, se solicita su retirada, se pide que queden confinadas en los museos (y con ello se vislumbra la noción de museo como mero almacén de piezas que estorban o son innecesarias), o son derribadas y con ello se pretende manifestar un mensaje político. Este es el caso de varias estatuas en Ciudad del Cabo (Sudáfrica) vinculadas al pasado colonial y racista (Tomlinson 2015; Marschall 2017); en Canadá en relación con el pasado colonial (Rose-Redwood y Patrick 2020); en Bolivia, con la figura de Colón como objeto de discordia (Anónimo 2018); en Praga, en asociación al pasado comunista y ocasionando un conflicto diplomático con Rusia (Anónimo 2019); en Hungría, a cargo de la extrema derecha, intentando borrar también el pasado comunista (Walker 2019); en España, donde también grupos de extrema derecha han atentado contra estatuas y figuras que aluden al pasado musulmán o a figuras del ámbito catalán (Solé, 2017 y Anónimo 2019); y en India, donde los actos perpetrados contra las estatuas se dirigen a figuras de todo ámbito o espectro político (Sharma 2018). Incluso, como ya ocurrió en La Serena con la estatua *Milanke*, los manifestantes en Hong Kong también construyeron una estatua dedicada a la libertad como representación de sus reivindicaciones (Grundy 2019)⁵.

Las estatuas en el punto de mira del islam: el discurso iconoclasta de DAESH

En los últimos años, la destrucción del patrimonio a cargo de fundamentalistas islámicos ha copado la atención de los medios internacionales desde que en 2001 los talibanes dinamitaran

³ La estatua estaba pensada para ser retirada en breve.

⁴ La estatua ya estaba envuelta en polémica y desde hace años los ciudadanos habían solicitado, mediante firmas, que la estatua fuese retirada.

⁵ La estatua, colocada públicamente en un enclave destacado, fue posteriormente atacada y actualmente está desaparecida o destruida.

los famosos Budas de Bamiyán (Flood, 2002, 655; Elias, 2007, 12-29; Morgan, 2012). Más recientemente, las destrucciones perpetradas por los terroristas de DAESH⁶, particularmente en Siria e Iraq, ha vuelto a centrar la atención internacional, aunque los actos iconoclastas, particularmente contra estatuas, se repiten en distintos lugares como Tímbuktu (Mali) (Van der Linde 2013), Argelia (Anónimo 2017), Turquía (Sharma 2017), Afganistán (Kumar 2020)⁷ o Pakistán (Desai 2007).

Entre los casos más graves de destrucción del patrimonio cabe destacar las actuaciones llevadas a cabo por DAESH en Palmira (Siria) y Mosul (Iraq). En la famosa ciudad del desierto, entre 2015 y 2017, los terroristas destruyeron el León de al-Lat, el Baalshamin, el templo de Bel, las Tumbas Torre, el Arco Triunfal, parte del teatro y el Tetrapilón (Al-Azm 2015; Bearden 2016). Los terroristas se grabaron destruyendo varias antigüedades, momias y relieves figurados procedentes del museo arqueológico, que fueron aplastados con bulldozers y también hicieron pintadas con la palabra *bāqīya* (permaneciendo), uno de los lemas atribuidos a DAESH, posteriormente respondidos por las tropas fieles al régimen de al-Assad cuando conquistaron la ciudad definitivamente (Fig. 4) (Hodge 2016; Lister 2018).



Fig. 4: O'Connor 2017, "Graffiti sobre las ruinas de Palmira con la palabra *bāqīya*".

En el caso de Mosul, la destrucción afectó particularmente al museo arqueológico. Los terroristas grabaron un video en marzo de 2015 destruyendo todo a su paso y justificando sus actos

⁶ DAESH es la transliteración del acrónimo árabe "Estado Islámico de Irak y Levante", pero dependiendo de cómo se conjugue puede significar también "algo que aplastar o pisotear", "intolerante" o "el que siembra la discordia". DAESH ha sido utilizado por algunas organizaciones gubernamentales para evitar la legitimación política que buscan con este nombre. Por eso, siempre me referiré a ellos como DAESH.

⁷ Meses después de la destrucción de los Budas de Bamiyán, los talibanes destruyeron las estatuas del museo de Kabul.

mediante una serie de argumentos: aduciendo una serie de versículos coránicos (21:58) y hadices (dichos atribuidos a Mahoma) que aluden a una supuesta prohibición de la representación figurada en el islam o exhortan a la destrucción de las estatuas como ídolos paganos (*ašnam*), propios de la *Yābiliyya*, el tiempo anterior al islam (Fig. 5) (Webb 2014; Flood 2016; Gruber 2019). Además, evocaban las destrucciones de ídolos que habrían sido perpetradas en el pasado por Abraham, Mahoma y los conquistadores musulmanes durante la Edad Media. Esto no es un argumento nuevo, sino que en el vídeo de los talibanes mostrando la demolición de los Budas de Bamiyán se recurría a éste y otros versos coránicos (37:95) como justificación para su destrucción (Anónimo 2015; Shaw 2015; Harmanşhah 2015; Flood 2016; Smith *et al.*, 2016, 177-178; Gruber 2019).



Fig. 5: Imagen del video, “Terroristas de DAESH destruyendo varias estatuas en el museo arqueológico de Mosul (Irak)”.

El discurso de los terroristas ha sido considerado desde múltiples perspectivas: como un acto de violencia y terrorismo contra el patrimonio cultural mundial que ha puesto en evidencia la necesidad de nuevas normativas y acciones que protejan de manera efectiva a estos monumentos en regiones en conflicto (Altares 2017; Harmanşhah, 2015; Vlastic y Turku 2016; Turku 2017, 135-168; Gottlieb 2020); como un nuevo espectáculo de horror sustentado y difundido a través de las redes sociales y los medios de comunicación (Harmanşhah, 2015; Smith, 2016; Bearden, 2016), y como un discurso tergiversado, no exento de contradicciones, pues pese su ideario opuesto a cualquier imagen o ídolo, los terroristas no dudan en hacer uso de las imágenes para difundir sus ideas o venden las antigüedades para financiarse (Flood 2016; Brodie y Sabine, 2018)⁸.

⁸ Este es el caso de una placa figurada en marfil procedente de Nimrud y expuesta en el museo, hallada en el botín localizado en la casa de Abū Sayyāf, líder del DAESH (Anónimo 2015; Taub, 2015).

El discurso de los terroristas ha sido también analizado desde una doble perspectiva: como un discurso religioso, radical y retrógrado, que tergiversa el islam (Flood 2016; Gruber, 2019); y como un discurso político, anti-occidental, que identifica los monumentos destruidos como símbolos políticos de Occidente, objetivos de guerra y testimonios de una diversidad cultural e identitaria en la región que los terroristas quieren borrar por completo (Bahrani 2017; Turku 2017, 1-25). Es este último aspecto en el que me interesa profundizar pues, aunque también se ha considerado las destrucciones de DAESH como una respuesta a la historia reciente en la región, fundamentalmente su pasado colonial y autocrático, a mi entender, las acciones de los terroristas deben ser analizadas también dentro del debate y las inquietudes que rodean actualmente la definición de patrimonio y la construcción de nuevos discursos identitarios centrados en la historia y sus restos materiales. Los terroristas han conformado un discurso que ahonda en torno a la idea de monumento, de lo que es necesario o digno de ser recordado y conservado, y lo que debe ser destruido, asumiendo y desafiando a partes iguales la concepción occidental del patrimonio cultural.

En primer lugar, DAESH no niega en ningún caso la consideración de los vestigios y estatuas como patrimonio cultural. Se les reconoce un valor histórico, pues las estatuas representan a los dioses de los Asirios, Acadios o de los pueblos antiguos, tal y como señalan en el video de la destrucción del museo de Mosul, donde incluso enfocan las placas informativas de las piezas que van a destruir (Smith, *et al.* 2016, 177-178). También tienen un valor económico, pues los terroristas salvaron algunas piezas de los museos y yacimientos y las vendieron en el mercado ilegal de antigüedades para financiarse (Leroy 2014; Taub 2015; Al-Azm 2014; Brodie y Sabine, 2018). Los terroristas omiten únicamente toda referencia al valor estético de los monumentos y las estatuas. Señalan por el contrario que son representaciones humanas, supuestamente prohibidas en el islam⁹. Sin embargo, esta percepción artística sí se constata, aunque la estética de los terroristas sea radicalmente puritana. En abril de 2015 decidieron eliminar varias inscripciones coránicas grabadas en las mezquitas de Mosul, señalando que era un gasto y una frivolidad ornamental innecesaria (Flood 2016, 119).

La destrucción del patrimonio cultural a manos de DAESH no se explica pues aduciendo una supuesta ignorancia o un mero rechazo a la concepción del patrimonio en base a meros criterios religiosos. En realidad los terroristas comparten algunas de las recientes visiones sobre el patrimonio que han sido señaladas hasta ahora que sitúan el problema en el por qué de su

⁹ En realidad la prohibición de la representación figurada aparece en los hadices, no en el Corán, pero ello no fue un obstáculo para que hubiese todo tipo de representaciones, por ejemplo la del propio Mahoma. Ejemplos de ellos son habituales. En torno al debate sobre la imagen en el islam (Naef 2007; Flood 2002, 2013 y 2016; Ali 2015; Gruber, 2019).

conservación. La destrucción del patrimonio se acompaña además de un discurso. No se trata de simples actos vandálicos y brutales, sino que revisten mayor complejidad. Los terroristas no niegan que destruyan el patrimonio, sino que declaran abiertamente que este es uno de sus objetivos. Someten el patrimonio a un juicio de valor y cuestionan su conservación incondicional.

En primer lugar, todo monumento y vestigio es entendido por los terroristas como un símbolo político, objetivo de guerra y referencia al poder y la soberanía ejercida por un “otro” considerado como opresor, conquistador y explotador (Turku 2017, 1-25). Todo ello no resulta diferente de la concepción actual del patrimonio y los cambios de percepción que ya he señalado, acentuando la idea de monumento histórico como símbolo político en diferentes escenarios, por ejemplo en Crimea, como elemento de legitimación y soberanía en el seno del conflicto político entre Rusia y Ucrania (Bonet 2020), o como parte del conflicto entre EE.UU e Irán, cuando recientemente D. Trump amenazaba con atacar monumentos emblemáticos en este país como represalia ante cualquier ataque iraní sobre intereses estadounidenses (Farnazeh 2020).

Derivada justamente de esta percepción simbólica y política que envuelve al monumento histórico, cabe destacar también que las estatuas son destruidas o mutiladas de forma ritualizada. Al igual que la estatua de Edward Colston, atada con cuerdas, arrastrada por las calles y finalmente arrojada al mar (simbolizando el triste destino de muchos de los esclavos africanos al atravesar el océano) o las estatuas en Chile, pintadas, disfrazadas con máscaras y banderas, y decapitadas, los terroristas de DAESH destruyeron las estatuas a golpes de martillo y taladro, ralentizando el video para subrayar el momento del desplome de la estatua, pasando por encima de ellas con bulldozers¹⁰. Con ello, la destrucción adquiere una nueva dimensión, constituye un acto político, una represalia violenta o una declaración de guerra. La destrucción de la estatua queda equiparada a la destrucción del enemigo. Los terroristas de DAESH subrayan justamente esta idea, situando las estatuas en una misma categoría junto con los “estados y las mentiras de los cruzados” (Smith, *et al.*, 2016, 177-178).

En segundo lugar, todo monumento es entendido por lo que representa. A partir de ello se juzga el patrimonio a los ojos de los terroristas. Las estatuas deben ser destruidas puesto que representan ídolos (*aşnam*) y reflejan idolatría (*şirk*) frente al monoteísmo. Los monumentos también deben ser destruidos pues son evidencias de culturas previas al islam, vestigios del pasado colonial y autocrático de la región y testimonios de una soberanía extranjera u opuesta a los dictados del islam. Todo ello recuerda otras acciones iconoclastas ya mencionadas, donde las estatuas, aun

¹⁰ Los talibanes ya habían empleado estos mismos medios, haciendo de sus destrucciones verdaderos actos de performance (Flood 2002, 651).

siendo reconocidas como monumentos, no por ello se salvan de la destrucción, pues representan a conquistadores, líderes colonialistas, dictatoriales, explotadores o traficantes de esclavos negros.

Según se recoge en el video y la propaganda de los terroristas en relación con la destrucción del museo de Mosul:

Los *kuffār* [descreídos] habían desenterrado estas estatuas y ruinas en las últimas generaciones e intentaron retratarlas como parte de un patrimonio cultural y de una identidad de la que los musulmanes de Iraq debían enorgullecerse. Sin embargo, esto se opone al mensaje de Allāh y de su profeta y solo sirve a una agenda nacionalista que diluye la lealtad que se requiere de los musulmanes hacia su Señor (Anónimo 2015, 22; Smith *et al.* 2016, 177-178).

Los terroristas se refieren aquí a la historia reciente de la región, los siglos XIX y XX, caracterizados por el colonialismo europeo y las grandes campañas arqueológicas en Palmira, Hatra o Nínive (Fig. 6) (Schnapp 1998; Shaw 2003; Goode 2009; Díaz-Andreu 2015; Çelik 2016). Ambos procesos fueron de la mano y se acompañaron de una completa reescritura y reinención del pasado, similar a la que denunciaba *Les statues meurent aussi* con respecto al arte africano. Una reescritura física, haciendo de las ciudades verdaderas postales turísticas, desplazando a las comunidades locales, borrando las trazas de su pasado más inmediato y destruyendo o reconstruyendo según las necesidades del mercado; y una reescritura ideológica, que se apropió de las ruinas para hacer de ellas el origen de la civilización europea y los valores occidentales (Harloe 2013; Baird y Kamash 2019; Abdul Samad 2020). A su vez, los terroristas denuncian que este mismo discurso occidental fue adoptado por los regímenes de Siria e Iraq, de corte autocrático o dictatorial, con vistas a legitimarse, añadiendo incluso nuevos niveles de referencia, puesto que Palmira, para muchos sirios, está asociada a las torturas y los encarcelamientos ordenados por Ḥāfiz al-'Assad (Valter 2002; Bernhardsson 2005; Haugbolle 2008; Anónimo 2015, 22-23. Jones 2018).



Fig. 6: Escena del vídeo de DAESH sobre la destrucción de piezas en el museo de Mosul.

A los ojos de los terroristas, las estatuas están muertas, no representan nada digno de recuerdo para ellos y tampoco quieren que lo representen para el resto de la población local. Como parece suscribir el discurso europeo y colonial, vigente todavía en el museo de Abu Dhabi, la población del Oriente Próximo está completamente desvinculada del arte y el patrimonio histórico. Para DAESH este es un pasado ajeno, artificial, condenable, que no les pertenece ni cabe reclamar en ningún caso, puesto que aparta de la verdadera identidad y lealtad a la que todo musulmán debería adherirse, el mensaje del profeta. Desde este punto de vista, el patrimonio representa un icono nacional o lugar de memoria, una referencia identitaria que choca abiertamente con el propósito de DAESH de construir un estado y una única realidad basada en su visión tergiversada y retrógrada del islam.

Esta idea del patrimonio como un icono nacional tampoco es nueva. En realidad es la misma que sustenta el discurso nacional en distintos países. Como icono nacional, el patrimonio es obstáculo o referencia para construir determinados discursos, como ocurre en el caso de la Catedral de Notre-Dame o de los relieves del Partenón. Esta concepción es también la que motivó la destrucción de los Budas de Bamiyán. Los talibanes no argumentaron que fueran ídolos religiosos, sino que esgrimieron su condición de iconos culturales. No podía haber una justificación teológica para dinamitarlos puesto que no había ya budistas en la región y, además, las imágenes habían sido mutiladas en el rostro con anterioridad y, por tanto, resultaban aceptables según la ortodoxia islámica. El problema era que los Budas eran un símbolo político e identitario, una lealtad alternativa, y como tal, eran un obstáculo para la construcción del discurso religioso y nacional de los talibanes en Afganistán (Flood 2002, 655; Elias 2007).

En tercer y último lugar, considerando pues la dimensión política que se otorga al patrimonio y su concepción como icono o lugar de memoria de un “otro”, la destrucción de monumentos y estatuas se entiende como una respuesta a la historia y, sobre todo, como una reescritura de la misma. La conservación incondicional del patrimonio queda sometida a la necesidad de corregir la historia, como se denunciaba en el samba-enredo de la Mangueira, y sustituirla por otras memorias y narrativas, como ocurrió con la estatua a la libertad en Hong Kong o la estatua de *Milanka* en La Serena (Chile).

En última instancia los actos iconoclastas subrayan la idea de resistencia y permanencia: las estatuas de los opresores, conquistadores o traficantes de esclavos son derribadas y los grupos oprimidos exaltan su lucha y pervivencia. La destrucción es pues una tabla rasa que borra toda referencia a un pasado considerado como artificial o tergiversado, con vistas a hacer visible y público episodios y protagonistas ocultos hasta entonces. Los terroristas de DAESH también participan de esta idea de reescritura de la historia. Monumentos y estatuas antiguas comparten el

mismo fin que mausoleos y mezquitas sunníes o chiíes, pues ofrecen un relato histórico y religioso diferente al que ellos quieren imponer. A su vez evocan episodios en los que se sienten representados, aludiendo a la destrucción de ídolos por Abraham, Mahoma o por los conquistadores árabes (Smith, *et al.* 2016, 177-178). Junto con la destrucción, los terroristas subrayan también la idea de permanencia (*bāqīya*), grabada en las ruinas de Palmira, como testimonio de lo que entienden que sería resistencia y victoria.

Conclusiones

Las destrucciones de estatuas, yacimientos y museos llevadas a cabo por DAESH no deben pues ser considerados simples actos vandálicos o acciones iconoclastas en base a su interpretación radical del islam, sino que deben entenderse dentro del debate actual sobre la redefinición del patrimonio, particularmente de las estatuas, cuestionadas por representar un pasado colonialista o autocrático que ya no se considera digno de ser conservado y recordado.

Las destrucciones de los terroristas, como las acciones iconoclastas contra estatuas llevadas a cabo en los últimos años en diversos países, pretenden reescribir la memoria y el discurso identitario elaborado en los últimos siglos, estableciendo una nueva relación entre la sociedad y el patrimonio. Como denunciaba *Les statues meurent aussi*, las estatuas han perdido su sentido originario, han sido transformadas en objetos de bazar, confinadas en los museos, reinterpretadas como lugares de memoria y vinculadas a un discurso colonialista y eurocéntrico cada vez más cuestionado. Las estatuas están ahora en el punto de mira. Son resignificadas de diferentes formas, adaptadas a nuevos discursos, ocultas en los museos, considerados como meros almacenes de reliquias, o son mutiladas y destruidas. Los terroristas de DAESH sentencian las estatuas a muerte no tanto porque sean ídolos paganos de la *Yābīlīyya*, sino por ser “ídolos” al servicio de lealtades políticas, identitarias y mercantiles.

Existe, no obstante, una diferencia notable entre las acciones iconoclastas mencionadas y las de DAESH. Para los terroristas no hay posibilidad de resignificación de las estatuas. Sus acciones están pensadas para difundir el terror en la población, no son puntuales, sino perfectamente planificadas, con el único objetivo de destruir todo lo que no se ajuste a sus criterios. Su lectura de la historia es unilateral, no busca representar a una comunidad marginada o construir una narrativa más diversa, compleja y acorde con la realidad de los hechos, sino que pretende imponer por la fuerza un discurso tergiversado, retorcido y simplista. El saqueo y destrucción de los museos de Palmira y Mosul supone un desafío a la idea de patrimonio de corte occidental y esconde un auténtico genocidio, pues los terroristas de DAESH buscan exterminar cualquier

evidencia humana o material correspondiente a otras comunidades (étnica, religiosa, nacional, tribal o familiar). En este sentido los terroristas guardan más semejanzas con las acciones de Hitler o con las de partidos de extrema-derecha, pues no pretenden solo destruir o reescribir los íconos y lugares de memoria del pasado, sino que anhelan eliminar cualquier vestigio que hable de una existencia que no sea la de ellos. No es un discurso de justicia, sino de odio, y no procura solo la muerte de las estatuas, sino la de personas y culturas.

Referencias bibliográficas

- Abdul Samad, Bincy. "Civilizational Memory: The Transformation of Palmyra as a Cultural Patrimony of the West". Tese de doutoramento, Bowling Green State University, Graduate College of Bowling Green State University, 2020.
- Anónimo. "Erasing the Legacy of a Ruined Nation", *Dabiq*, 8 (2015), 22-24.
- Anónimo. "ISIL and Antiquities Trafficking", *FBI News*, 26 de Agosto de 2015.
- Anónimo. "A man in Algeria attacked a naked female statue with a hammer", *The Observers. France24*, 19 de Diciembre de 2017.
- Anónimo. "La estatua de Colón atacada en La Paz comienza a ser restaurada", *Agencia EFE*, 19 de Noviembre de 2018.
- Anónimo. "Manifestantes cambiaron estatua de Francisco de Aguirre por una mujer diaguita en La Serena", *Meganoticias*, 25 de Octubre de 2020.
- Anónimo. "Ingleses derrubam estátua de traficante de escravos durante protesto antirracismo em Bristol", *Folha de São Paulo*, 8 de Junio de 2020.
- Anónimo. "El traslado de una estatua de un mariscal soviético causa polémica en Praga", *La Vanguardia*, 13 de Septiembre de 2019.
- Anónimo. "Un concejal de Vox retira una estatua de Abderramán III en Cadrete", *El Periódico*, 18 de Junio de 2019.
- Ali, Nadia. "The royal veil: early Islamic figural art and the Bilderverbot reconsidered", *Religion*, 47, 3, (2015), 425-444, 2015. <https://doi.org/10.1080/0048721X.2017.1319992>
- Al-Azm, Amr, Al-Kuntar, Salam e Daniels, Brian I. "ISIS' Antiquities Sideline", *New York Times*, 2 de Septiembre de 2014.
- Al-Azm, Amr, Al-Kuntar, Salam e Daniels, Brian I. "The Pillaging of Syria's Cultural Heritage", *Middle East Institute*, 22 de Marzo de 2015.
- Altares, Guillermo. "El Estado Islámico se lanza contra la memoria de la humanidad", *El País*, 27 de Febrero de 2017.
- Alter, Nora M. *Chris Marker*. Champaign, Illinois: University of Illinois Press, 2006.
- Anderson, Benjamin e Rojas, Felipe. *Antiquarianisms: Contact, Conflict, Comparison*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- Antón, Jacinto. "El Gran Museo Egipcio se retrasa hasta 2021 pero se puede hacer una visita de obras virtual desde casa", *El País*, 12 de Abril de 2020.
-

- Bahrani, Zainab. “‘This Is a Genocide’: Art Historian Zainab Bahrani on ISIS’s Destruction of Cultural Heritage”, *Artnews*, 11 de Noviembre de 2017.
- Baird, Jennifer e Kamash, Zena, Remembering Roman Syria: valuing Tadmor-Palmyra, from “discovery” to destruction, *Bulletin of the Institute of Classical Studies*, 62, (2019), 1, 1-29. <https://doi.org/10.1111/2041-5370.12090>
- Basu, Laura. *Ned Kelly as Memory Dispositif: Media, Time, Power, and the Development of Australian Identities*. Berlin and Boston: De Gruyter, 2012. <https://doi.org/10.1515/9783110288797>
- Bernhardsson, Magnus. *Reclaiming a plundered past. Archaeology and nation building in modern Iraq*. Austin: University of Texas Press, 2005.
- Bearden, Lauren. “Complex Destruction: Near Eastern Antiquities and the ISIS Spectacle”. Tese de doutoramento, Georgia State University.
- Blair, Laurence. “Manifestantes indígenas derriban las estatuas de los conquistadores españoles en las protestas de Chile”, *ElDiario.es*, 5 de Noviembre de 2019.
- Bonet, Pilar. “La cultura se convierte en la nueva guerra de Crimea”, *El País*, 22 de Mayo de 2020.
- Brodie, Neil e Sabine, Isber. “The illegal excavation and trade of Syrian cultural objects: a view from the ground”, *Journal of Field Archaeology*, 43, (2018), 74-84. <https://doi.org/10.1080/00934690.2017.1410919>
- Çelik, Zeyneb. *About Antiquities: Politics of Archaeology in the Ottoman Empire*. Dallas: Dallas University Press, 2016.
- Chamarette, Jenny. “Les Statues meurent aussi/Statues Also Die”, *Senses of Cinema*, Septiembre de 2009.
- Choay, Françoise. *A alegoria do patrimonio*. Sao Paulo: Estação Liberdade/Ed. UNESP, 2017 (1ª ed. 1992).
- Cooper, Sarah. *Chris Marker*. Manchester/New York: Manchester University Press, 2008.
- Cortés, Cleyton. “Notas para interpretar a la desmonumentalización como actos performáticos de ajusticiamiento”, *Crítica.CL*, 2 de Febrero de 2020.
- Desai, Vishakha. “Pakistan's Buddha Statues Under Attack”, *Dallas Morning News*, 11 de Noviembre de 2007.
- Díaz-Andreu, Margarita. *A World History of Nineteenth-Century Archaeology*. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- Di Iorio, Sam. “The Fragile Present: Statues Also Die with Night and Fog”, *South Central Review*, 33, 2, (2016), 15-29. <https://doi.org/10.1353/scr.2016.0019>
- Doncel, Luis. “Bélgica esconde al hombre leopardo”, *El País*, 29 de Noviembre de 2013.
- Elias, Jamal J. “(Un) making Idolatry: From Mecca to Bamiyan”, *Future Anterior: Journal of Historic Preservation, History, Theory, and Criticism*, 4, (2007), 12-29.
- Farnazeh, Sam. “Trump under fire for threat to Iranian cultural sites”, *BBC News*, 6 de Enero de 2020.
- Flood, Finbarr Barry. “Between Cult and Culture: Bamiyan, Islamic Iconoclasm, and the Museum”, *The Art Bulletin*, 84, 4, (2002), 641-659. <https://doi.org/10.2307/3177288>
- Flood, Finbarr Barry. “Lost Histories of a Licit Figural Art”, *International Journal of Middle East Studies*, 45, (2013), 566-570. <https://doi.org/10.1017/S0020743813000494>
-

- Flood, Finbarr Barry. "Idol Breaking as Image Making in the "Islamic State", *Religion and Society: Advances in Research*, 7, (2016), 116-138.
- Pierre-Philippe Fraiture. "Statues also die", *Journal of French and Francophone Philosophy - Revue de la philosophie française et de langue française*, 24, 1, (2016) 45-67. <https://doi.org/10.5195/JFFP.2016.757>
- Gamboni, Dario. *The Destruction of Art: Iconoclasm and Vandalism since the French Revolution*. Londres: Reaktion Books. 1977.
- García Vega, Miguel Ángel. "De quem devem ser os tesouros históricos roubados?", *El País-Brasil*, 4 de Diciembre de 2017.
- Goode, John Fitzgerald. *Negotiating for the past: archaeology, nationalism, and diplomacy in the Middle East, 1919-1941*. Austin: Austin University Press, 2009.
- Gottlieb, Yaron. "Attacks Against Cultural Heritage as a Crime Against Humanity", *Case Western Reserve Journal of International Law*, 51, 1, (2020), 287-330.
- Gruber, Christiane. *The image debate. Figural representation in Islam and Across the World*. Londres: Gingko Press, 2019.
- Grundy, Tomm. "Hong Kong's Lady Liberty statue vandalised after being installed atop Lion Rock", *Hong Kong Free Press*, 14 de Octubre de 2019.
- Gutiérrez, Volker. "Estatuas, memoria y patrimonio", *DiarioUChile*, 3 de Noviembre de 2019.
- Harloe, Katherine. *Winckelmann and the Invention of Antiquity: History and Aesthetics in the Age of Altertumswissenschaft*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
<https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199695843.001.0001>
- Harmanşah, Ömür. "ISIS, Heritage, and the Spectacles of Destruction in the Global Media", *Near Eastern Archaeology*, 78, 3, (2015), 170-177. <https://doi.org/10.5615/neareastarch.78.3.0170>
- Haugbolle, Sune. "Imprisonment, truth telling, and historical memory in Syria", *Mediterranean Politics*, 13, (2008), 261-276. <https://doi.org/10.1080/13629390802127646>
- Hawkins, Jamie. "Winston Churchill statue vandalised as thousands attend Black Lives Matter rally", *Mirror*, 6 de Junio de 2020.
- Herson Huinca. "Caen los íconos de la memoria histórica colonial", *Le Monde Diplomatique*, Diciembre de 2019.
- Hodge, Mark. "Terrorised in the afterlife. Shocking video shows ISIS fanatics crushing mummies with a bulldozer when they destroyed Palmyra", *The Sun*, 7 de Julio de 2016.
- Jones, Christopher. W. "Understanding ISIS's destruction of antiquities as a rejection of nationalism", *Journal of Eastern Mediterranean Archaeology and Heritage Studies*, 6, (2018), 31-58. <https://doi.org/10.5325/jeasmedarcherstu.6.1-2.0031>
- Kolrud, Kristine e Prusac, Marina. *Iconoclasm from Antiquity to Modernity*. Burlington: Ashgate, 2014.
- Kristensen, Troels M. y Stirling, Lea. *The Afterlife of Greek and Roman Sculpture: Late Antique Responses and Practices*. Michigan: Michigan University Press, 2016.
- Kumar, Suchi. "The Afghan artefacts that survived Taliban destruction", *BBC*, 4 de Febrero de 2020.
- Leroy, Aliaume. "Smuggled Antiquities Fund ISIL's Campaigns", *Bellingcat*, 6 de Diciembre de 2014.
-

Lister, Charles. 2018. "Twitter".

https://twitter.com/charles_lister/status/1001458223491280896?lang=da

Marker, Chris, Cloquet, Ghislain e Resnais, Alain. *Les Statues meurent aussi*. Paris: Présence Africaine, 1953.

Márquez, Yessenia. "Decapitan busto de histórico militar y cuelgan su cabeza en estatua de Caupolicán en Temuco", *BioBioChile*, 29 de Octubre de 2019

Marschall, Sabine. "Targeting Statues: Monument "Vandalism" as an Expression of Sociopolitical Protest in South Africa", *African Studies Review*, 60, 3, (2017), 203-219.

<https://doi.org/10.1017/asr.2017.56>

Martínez, José Luis. "Entre estatuas y memorias. rompiendo una(s) historia(s) de lo nacional". Em *Chile Despertó. Lecturas desde la Historia del estallido social de octubre*, org. Pablo Artaza, Azun Candina, Javier Esteve, Mauricio Folchi, Sergio Grez, Cristián Guerrero, José Luis Martínez, Mario Matus, Carla Peñalosa, Carlos Sanhueza e José Manuel Zavala, 28-42. Santiago de Chile: Universidad de Chile, 2019.

Momigliano, Arnaldo. "Ancient history and the antiquarian", *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, 13, 3-4, (1950), 285-315. <https://doi.org/10.2307/750215>

Montes, Rocío. "Las protestas de Chile cuestionan la historia oficial de las esculturas", *El País*, 23 de Enero de 2020.

Mora, Miguel. "Un veterano agitador de la extrema derecha gala se suicida en Notre-Dame", *El País*, 21 de Mayo de 2013. <https://doi.org/10.3145/epi.2012.mar.04>

Morgan, Llewelyn. *The Buddhas of Bamiyan*. Londres: Profile Books, 2012.

<https://doi.org/10.4159/harvard.9780674065383>

Naef, Silvia. "Las artes en el Islam: entre prohibición y figuración", *Boletín Hispánico Helvético*, 9, (2007), 125-138.

Naranjo, José. "Las civilizaciones negras ya tienen su museo", *El País*, 28 de Enero de 2019.

Nitahara, Akemi. "Museu Nacional: um ano após incêndio, resgate e doações ajudam a recompor acervo", *Agência Brasil*, 2 de Septiembre de 2019.

Nora, Pierre. "Between Memory and History: Les lieux de mémoire", *Representation*, 26, (1989), 7-24. <https://doi.org/10.2307/2928520>

Mauricio Onetto "La caída de Pedro de Valdivia: por una nueva historia, por un nuevo patrimonio", *El Mostrador*, 23 de noviembre de 2019.

O'Connor, Tom. "ISIS Executed Muslims for 'Turning Back on Islam' in Palmyra", *Newsweek*, 24 de Marzo de 2017.

Rose-Redwood, Reubin e Patrick, Wil. "Why activists are vandalizing statues to colonialism", *The Conversation*, 17 de Marzo de 2020.

Sánchez, Álvaro. "Bélgica reabre el Museo de África tras 'descolonizarlo'", *El País*, 8 de Diciembre de 2018.

Sanogo, Aboubakar. "Museums also die: The Musée du Quai Branly and the mask of the contemporary", *The Moving Image Review & Art Journal*, 2, 1, (2013), 91-96.

https://doi.org/10.1386/miraj.2.1.91_7

Schnapp, Alain. *La conquête du passé. Aux origines de l'archéologie*. París: Le Livre de Poche, Références/Art, 1998 (1ª ed. 1993).

Schnapp, Alain, org. *World Antiquarianism: comparative perspectives*. Los Ángeles: The Getty Research Institute, 2013.

Smith, Claire, Heather Burke y Cherrie de Leiuen, Gary Jackson. “The Islamic State’s symbolic war: Daesh’s socially mediated terrorism as a threat to cultural heritage”, *Journal of Social Archaeology*, 16, 2 (2016), 164-188. <https://doi.org/10.1177/1469605315617048>

Sánchez-Vallejo, María Antonia. “Deputados britânicos propõem devolver a Atenas peças do Partenon”, *El País-Brasil*, 20 de Julio de 2016.

Searcey, Dionne y Nayeri, Farah. “Senegal’s Museum of Black Civilizations Welcomes Some Treasures Home”, *New York Times*, 15 de Enero de 2019.

Seisdedos, Iker. “El Louvre Abu Dabi ve la luz en el desierto”, *El País*, 8 de Noviembre de 2017.

Sharma, L. K. “Statues are not safe in India”, *OpenDemocracy*, 10 de Marzo de 2018.

Sharma, Suraj. “Ataturk statues attacked in post-referendum 'new' Turkey”, *Middle East Eye*, 7 de Septiembre de 2017.

Shaw, Wendy M. K. *Possessors and Possessed. Museums, Archaeology, and the Visualization of History in the Late Ottoman Empire*. Berkeley-Los Ángeles: Berkeley University Press, 2003. <https://doi.org/10.1525/california/9780520233355.001.0001>

Shaw, Wendy M. K. “Destroy Your Idols”, *X- Tra Contemporary Art Quarterly*, 18, 1, (2015), 73-94.

Solé, Alba. “Ataque ultra al monumento a Rafael Casanova”, *El Nacional.Cat*, 17 de Noviembre de 2017.

Taub, Ben. “The real value of the ISIS antiquities trade”, *New York Times*, 4 de Diciembre de 2015.

Tomlinson, Simon. “Memorials to British colonials attacked across South Africa as protesters demand statues honouring 'racist' figures from its past are removed”, *Dailymail*, 15 de Abril de 2020.

Turku, Helga. *The Destruction of Cultural Property as a Weapon of War*. Berlin: Springer, 2017. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-57282-6>

Tyler Thrasher e Laura Perrot. “Confederate statue toppled by protesters was already being planned for removal”, *8News*, 6 de Junio de 2020.

Valter, Stéphane. *La construction nationale syrienne. Légitimation de la nature communautaire du pouvoir par le discours historique*. París: CNRS, 2002. <https://doi.org/10.4000/books.editions-cnrs.3596>

Van der Linde, Damon. “Mali conflict threatens an ancient culture”, *Made for minds*, 1 de Marzo de 2013.

Vicente, Alex. “El incierto retorno de los tesoros africanos”, *El País*, 14 de Diciembre de 2018.

Vicente, Alex. “¿Qué busca Francia al exportar sus museos?”, *El País*, 14 de Diciembre de 2019.

Vlasic, Mark V y Turku, Helga. “Protecting cultural heritage as a means for international peace, security and stability: The case of ISIS, Syria and Iraq”, *Vanderbilt Journal of Transnational Law*, 49, 5, (2016), 1371-1416.

Walker, Vivian. “Say it with statues: Brick-and-mortar revisionism in Orban’s Hungary”, *Texas National Security Review*, 8 de Febrero de 2019.

Webb, Peter. “Creating Arab origins: Muslim constructions of al-Jāhiliyya and Arab history”. Tese de doutoramento, University of London, 2014.

Xavier, Mauricio. “Centro ganha escultura em homenagem a Zumbi dos Palmares”, *Veja São Paulo*, 16 de Diciembre de 2016.

Recibido: 19 de mayo de 2020

Aprobado: 06 de julio de 2020

Dossiê: Patrimônio e Relações Internacionais

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.31068>

A demanda pela restituição do patrimônio cultural através das relações entre a África e a Europa

The demand for restitution of cultural heritage through relations between Africa and Europe

La demanda de restitución del patrimonio cultural a través de las relaciones entre África y Europa

*Karine Lima da Costa**

<https://orcid.org/0000-0002-4815-9892>

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar a questão da restituição ou repatriação dos bens culturais, especialmente os artefatos da África subsaariana, a partir da publicação do Relatório Savoy-Sarr, concluído em 2018. Analisaremos o caso dos bronzes do Benin, retirados da África no século XIX, e atualmente distribuídos em diferentes instituições museológicas, sobretudo na França e na Inglaterra. Dessa forma, ensinamos que as reflexões aqui apontadas possam inspirar outras possibilidades em relação à restituição patrimonial.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Repatriação. Restituição. Bronzes do Benin.

ABSTRACT: This article aims to analyze the question of the restitution or repatriation of cultural heritage, especially the artifacts from sub-saharan Africa from the publication of the Savoy-Sarr Report, completed in 2018. We'll look at the case of the Benin Bronzes, taken from Africa in the 19th century and currently distributed in different museological institutions, mainly in France and England. Thus, we hope that the reflections mentioned here may inspire other possibilities in relation to the restitution of cultural heritage.

Keywords: Cultural heritage. Repatriation. Restitution. Benin bronzes.

* Professora, Historiadora e Museóloga. Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Possui interesse nas áreas de História e Museologia, com ênfase nas discussões referentes ao patrimônio, sobretudo os casos de repatriação de bens culturais. E-mail: kakalima1@gmail.com

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar la cuestión de la restitución o la repatriación de bienes culturales, especialmente artefactos del África Sub-sahariana a partir de la publicación del Informe Savoy-Sarr, completado en 2018. Veremos el caso de los Bronces de Benin, tomados de África en el siglo XIX, y actualmente distribuidos en diferentes instituciones museológicas, principalmente en Francia e Inglaterra. Por lo tanto, esperamos que las reflexiones mencionadas aquí puedan inspirar otras posibilidades en relación con la restitución de bienes patrimoniales.

Palabras clave: Patrimonio cultural. Repatriación. Restitución. Bronces de Benin.

Como citar este artigo:

Costa, Karine Lima da. “A demanda pela restituição do patrimônio cultural através das relações entre a África e a Europa”. *Locus: Revista de História*, 26, n.2 (2020): 193-209.

Introdução

A noção moderna do conceito de patrimônio no Ocidente se consolidou a partir do final do século XVIII, e da constituição dos estados nacionais modernos (Lowenthal 1998), contudo, sabe-se que a sua acepção é mais antiga e pode ser encontrada mesmo em sociedades tribais (Gonçalves 2007). Entretanto, a categoria de patrimônio ainda é pensada sob perspectiva individualizada que a aproxima da ideia de propriedade, o que não é incomum, já que o conceito de patrimônio nos remete à noção romana de *pater familias*, ou seja, “[...] um conjunto de bens (herança), que devem ser mantidos na família e transmitidos às futuras gerações” (Costa 2018, 101). Esse sentido de herança promove uma série de rivalidades e disputas, das quais o patrimônio cultural não está alheio:

Enquanto o patrimônio cultural incorpora valores diferentes e pode ser instrumentalizado para servir distintos objetivos econômicos, sociais e políticos dentro de contextos de desenvolvimento, o passado se torna moeda de troca cultural no momento em que se coloca como imprescindível à vivência humana: há aqui um nexo causal interessante a ser analisado. A herança de povos e seu passado: balizas para a compreensão do presente (Christofoletti 2017, 5).

Exemplo dessas disputas são encontradas nas instituições museológicas, concebidas através da junção entre o poder e a memória, uma vez que a etimologia da palavra se refere ao antigo templo dedicado às nove musas filhas de Zeus, o deus da autoridade e do poder e de Mnemosine, a deusa da memória. Assim, na análise da emergência dos museus distinguimos o enfoque de cada instituição na exaltação do poder da memória ou no apelo à memória do poder: “reconhecer que existem relações entre o poder e a memória implica em politizar as lembranças e os esquecimentos” (Chagas 2009, 44).

Assim como o patrimônio ocidental, a África também possui uma herança cultural viva e diversificada, seja ela material ou imaterial, embora o seu patrimônio tangível e intangível seja, muitas vezes, indissociável (Keitumetse 2016). Essa multiplicidade pode ser encontrada nas artes, nas crenças e nos ofícios que advêm dos seus antepassados e que ainda são recorrentes em alguns modos de fazer e viver. Contudo, para além dessa riqueza material, os países africanos possuem uma tradição histórica muito mais antiga que os países europeus, o que levou aos saques e pilhagens cometidos, sobretudo, durante o período colonial.

Naquele momento, o exercício do poder de uma nação sobre outra (ou sobre outras) se desenvolveu, também, por meio do domínio científico e cultural, no qual a diplomacia teve um papel essencial. A apropriação, transferência e posterior exposição de documentos, objetos, monumentos e até restos mortais são exemplos desse tipo de dominação, como a difusão das feiras e exposições universais no decorrer do século XIX.

Através dos olhares estrangeiros, o mundo era representado enquanto um objeto nessas exposições, assim como os chamados objetos etnográficos eram exibidos nos nascentes museus ocidentais para ilustrar “[...] as etapas da evolução sociocultural e os trajetos de difusão cultural” (Gonçalves 2007, 16). Ao identificar a forma e a composição material de cada objeto produzido, poderia se constatar as técnicas empregadas e o grau de conhecimento dos diferentes grupos sociais.

Segundo as reflexões do filósofo alemão Walter Benjamin (1987), o passado não é algo inerte que ocorreu há muito tempo e que não pode mais ser invocado ou mesmo modificado, pelo contrário, ele demonstrou que podemos recorrer a este mesmo passado para a construção de novas perspectivas acerca do presente, visando a sua transformação. Nesse sentido, notabilizamos a importância da crítica pós-colonial (ou decolonial) de desconstrução de narrativas que foram naturalizadas ao longo do tempo, pois ela nos auxilia a repensar a forma como esse passado foi tratado e apresentado.

Os princípios teóricos da crítica pós-colonial desenvolveram-se por meio dos estudos culturais e literários no decorrer da década de 1960, e posteriormente foram propagados em outras áreas do conhecimento, como a História, a Antropologia, a Filosofia, entre outras. Trazendo à luz outras concepções e narrativas possíveis, essa perspectiva “[...] resiste à busca de formas holísticas de explicação social. Ela força um reconhecimento das fronteiras culturais e políticas mais complexas que existem no vértice dessas esferas políticas frequentemente opostas” (Bhabha 1998, 241-242). Na esperança de suplantarmos formas hegemônicas de análise e representação de outros

povos, seus críticos buscaram interpretar os seus próprios processos históricos, nos quais a relação com o patrimônio cultural também foi contemplada:

Privadas do patrimônio material pelas pilhagens e compras imperiais e pós-imperiais, as culturas não-ocidentais que internalizaram os valores ocidentais também se privaram de modos alternativos de interpretar seu passado particular (Lowenthal 2004, 302, tradução nossa).

Foi essa conjuntura que possibilitou a algumas comunidades a reivindicação pelo retorno de exemplares do patrimônio cultural oriundos de vários territórios e que atualmente encontram-se fora dessas localidades, especialmente sob a guarda de instituições culturais e museológicas. São objetos, monumentos, obras de arte e até remanescentes humanos que foram levados em diferentes circunstâncias. Nos últimos anos observamos o crescimento da discussão em torno dessas requisições, o que deu lugar ao movimento internacional em torno da repatriação de bens culturais.

Juridicamente, a devolução desses bens pode ser interpelada por meios das noções de retorno, restituição ou repatriação (Kowalski 2005), termos que variam conforme cada autor – alguns são utilizados, muitas vezes, como sinônimos. O retorno está ligado aos objetos que foram deslocados de seus territórios originais durante o período colonial ou quando foram exportados ilegalmente (Cornu e Renold 2010). Restituição também se refere a um cenário de desapropriação ilegal e se adequa à devolução de objetos saqueados ou pilhados, principalmente durante os períodos de guerra e ocupação: “a restituição é unilateral (com base em leis ou decisões administrativas) ou bilateral (negociada com ou sem mediação ou referida a arbitragem)” (Cornu e Renold 2010, 10, tradução nossa). A diferença é que a restituição prevê um destinatário que pode ser identificado e o retorno presume um território.

A repatriação pode ser vista como uma forma de restituição, seja para um país ou para uma comunidade solicitante (Cornu e Renold 2010) ou mais claramente como o retorno de algo que está fora do seu país de origem, embora para alguns também possa se tratar de retornos entre instituições do mesmo país (Prot 2009).

A questão da repatriação é bastante complexa. No entanto, a sua resolução não se restringe apenas ao âmbito jurídico. Em algumas situações, o processo como um todo é mediado por órgãos como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Conselho Internacional de Museus (ICOM), organizações fundamentais no fomento desse tipo de diálogo. Criada após a Segunda Guerra Mundial para assegurar a cooperação entre diferentes países, a Unesco atua por meio de cinco programas específicos: Educação, Ciências Naturais, Ciências Humanas e Sociais, Cultura e Comunicação e Informação¹:

¹ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/> Acesso em: 09 abr. 2020.

É importante destacar que a UNESCO trabalha em harmonia com a dinâmica dos acontecimentos internacionais e, por isso, prioriza a inserção de temas contemporâneos na construção de suas agendas, buscando contribuir para a cooperação entre os povos e a promoção da paz. Além disso, está inserida no âmbito das organizações internacionais de caráter global, tendo se constituído a partir do interesse manifesto e formalizado – por meio de um tratado internacional – por seus Estados partes (Christofoletti 2017, 3).

Durante a Conferência Geral da UNESCO em novembro de 1970, a discussão em torno da restituição dos bens culturais teve um avanço significativo com a adoção da *Convenção sobre os Meios de Proibição e Prevenção à Importação, Exportação e Transferência Ilícita de Propriedade de Bens Culturais*, que em 2020 completou cinquenta anos. Mesmo que a vigência da convenção tenha sido iniciada em 1972 e não seja retroativa, essa questão ascendeu o debate à comunidade internacional, assim como a demora por parte de alguns países para ratificá-la, como foi o caso da França (1997), do Reino Unido (2002), da Alemanha (2007) e da Bélgica (2009)².

Seis anos depois a questão da apropriação ilícita dos bens culturais foi discutida por especialistas em Veneza, devido à falta de procedimentos internacionais específicos para lidar com esse tipo de demanda. Dessa forma, em 1978 foi criado oficialmente o *Comitê Intergovernamental para a Promoção do Retorno de Bens Culturais aos seus Países de Origem ou sua Restituição em Caso de Apropriação Ilícita* (ICPRCP), de natureza consultiva (e permanente) para mediar as negociações bilaterais e multilaterais entre os seus Estados-Membros. Os casos que podem ser analisados pelo comitê incluem apropriações realizadas durante o período colonial ou durante períodos de ocupação e também o tráfico ilícito de bens culturais³.

A atuação do comitê viabilizou o retorno de mais de doze mil artefatos pré-colombianos ao Equador em 1983, após sete anos de discussões; a devolução da Alemanha para a Turquia de sete mil tabletes cuneiformes em 1987; uma máscara de Makondé que foi devolvida à Tanzânia pelo Museu Barbier-Mueller, em Genebra, em 2010, após quatro anos de negociações; entre outros casos⁴.

O Comitê Intergovernamental só atua após tentativas frustradas de negociação entre os interessados e os pedidos precisam ser encaminhados através de um documento específico – *Formulário padrão relativo a pedidos de devolução ou restituição*⁵ – com um prazo mínimo de seis meses antes da próxima sessão ordinária que ocorre a cada dois anos. Os campos especificados no

² “França vai devolver 26 obras de arte ao Benin”. DW Brasil, 24/11/2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/fran%C3%A7a-vai-devolver-26-obras-de-arte-ao-benin/a-46433723> Acesso em: 20 jun. 2020.

³ Informações disponíveis no *site* oficial da UNESCO: <http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/restitution-of-cultural-property/intergovernmental-committee/historical-background/> Acesso em: 20 jun. 2020.

⁴ Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fr/culture/themes/restitution-of-cultural-property/committees-successful-restitutions/> Acesso em: 20 jun. 2020.

⁵ O formulário foi elaborado pelo Comitê em janeiro de 1981 e deve ser preenchido por ambas as partes interessadas.

documento contemplam a descrição do objeto; o local onde se encontra atualmente; o país solicitante; o *status* legal; o estado de conservação; referências e documentação; informações sobre a forma e o período em que o objeto deixou o local de origem; e um histórico das tentativas de negociações anteriores. O comitê especifica que apenas um objeto deve ser solicitado por vez em cada formulário e caso se trate de uma coleção, a mesma deverá ser tratada como “uma entidade”.

Ascensão do debate na Europa

No final de janeiro de 2020, foi aprovada em Portugal a proposta de lei nº 5/XIV/1 sobre o aditamento do orçamento do Estado, pela então deputada do partido Livre, Joacine Katar Moreira⁶. Nela, o Artigo 203 – A propôs um “Programa para a Descolonização da Cultura” através da destinação de verbas do Governo para a Direção Geral do Patrimônio Cultural (DGPC). Estas verbas deveriam ser utilizadas para a organização de uma comissão multidisciplinar que definirá as diretrizes “[...] para a recontextualização das coleções dos museus e monumentos nacionais” (Moreira 2020, 2). A ideia de recontextualização deve-se às novas narrativas de descolonização política, institucional e dos saberes, que agora visam “[...] a descolonização do conhecimento e da cultura para uma efetiva descolonização das sociedades ocidentais” (Moreira 2020, 1). Como sugestão, o documento citou instituições portuguesas como o Museu Nacional de Arte Antiga, o Museu Nacional de Etnologia, o Museu Nacional de Arqueologia, a Torre de Belém e o Mosteiro dos Jerônimos, com ênfase na reestruturação das narrativas sobre o passado escravagista colonial.

Além dessas diretrizes, a proposta prevê uma listagem de todas as obras e os monumentos que atualmente se encontram em instituições arquivísticas e museológicas portuguesas e que foram retiradas de suas antigas colônias. Esse inventário não representa obrigatoriamente a devolução dos bens culturais, mas objetiva facilitar a identificação e posterior reclamação por parte dos países interessados.

Joacine Moreira é de origem guineense, formada em História e com doutorado em Estudos Sociais. Dentre as causas defendidas pela deputada encontram-se a luta pelo meio ambiente e o combate ao preconceito racial. Ela afirma que as questões de restituição dos bens culturais precisam avançar para a sua institucionalização, já que ainda há muita resistência nesse ponto: “[...] estas propostas têm como objetivo institucionalizar, nacionalizar e politizar a discussão sobre a

⁶ Desde o início de fevereiro de 2020, sua situação no partido é de deputada não-inscrita, ou seja, ela não faz mais parte do parlamento, pois a sua confiança foi retirada após uma série de divergências com o partido. Disponível em: <https://expresso.pt/politica/2020-01-31-Livre-retira-a-confianca-politica-a-Joacine-Katar-Moreira.-Hoje-nao-e-um-dia-feliz-para-o-partido> Acesso em: 09 abr. 2020.

descolonização do conhecimento, da cultura, do imaginário, e assim sucessivamente” (Moreira 2020). Embora a sua proposta pareça um pouco ambiciosa, ela defende que o ato de restituição em si não é o objetivo principal de sua iniciativa, mas uma ampliação dessa discussão no âmbito do patrimônio nacional português, no intuito de pensar outras formas de olhar para esse patrimônio considerado, também, fruto da violência e do espólio perpetrados pelo colonialismo português⁷.

As ideias defendidas pela deputada Jociane Moreira certamente tiveram influência após as declarações do presidente francês Emmanuel Macron sobre a devolução de obras de arte e objetos africanos que atualmente se encontram na França. Durante um longo discurso proferido na Universidade de Ouagadougou, em Burkina Faso, no final de novembro de 2017, o presidente alegou que não poderia “[...] aceitar que grande parte do patrimônio cultural de vários países africanos esteja na França⁸”. O discurso voltado “À L’Afrique” inaugurou a viagem de Macron pelo continente africano, com o objetivo de reforçar as relações diplomáticas entre o continente e a França e tocou em pontos essenciais como cultura, educação, política, economia, segurança, entre outros.

Macron utilizou pontos-chaves em sua retórica para se aproximar dos seus ouvintes, especialmente ao enfatizar o reconhecimento da multiplicidade e da diversidade do continente africano. Ele afirmou que a sua geração não conhece a África “[...] como um continente colonizado”, mas que lembra, sobretudo, das realizações de Nelson Mandela e da solidariedade pan-africana:

Non estarei do lado daqueles que veem na África o continente de crises e miséria, mas não estarei do lado daqueles que exaltam uma África encantada, uma África subitamente adornada com todas as virtudes e erguida como modelo. (...) Estarei do lado daqueles que têm um olhar lúcido. Aqueles que consideram que a África não é um continente perdido nem um continente salvo. Considero que a África é simplesmente o continente central, global, essencial porque é aqui que todos os desafios contemporâneos colidem⁹.

No âmbito educacional, Macron destacou a importância do acesso de estudantes e pesquisadores africanos aos mesmos manuais e conteúdos disponíveis aos franceses, bem como a recepção de “novos talentos” com oportunidades de estudos e trabalho em diversas áreas na França e vice-versa. Ao se encaminhar para o final do discurso, o presidente manifestou a vontade de restituir – temporária ou permanentemente – os bens culturais africanos presentes em museus e

⁷ Entrevista de Joacine Moreira à DW, publicada em 04 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/deputada-joacine-katar-moreira-n%C3%A3o-desiste-da-descoloniza%C3%A7%C3%A3o-do-conhecimento/a-52250095> Acesso em: 09 abr. 2020.

⁸ O discurso na íntegra do presidente francês pode ser consultado no site do *Jeune Afrique*. Disponível em: <https://www.jeuneafrique.com/497596/politique/document-le-discours-demmanuel-macron-a-ouagadougou/> Acesso em: 10 abr. 2020.

⁹ Idem.

coleções europeias, em até cinco anos: “o patrimônio africano deve ser destacado em Paris, mas também em Dakar, Lagos, Cotonou, esta será uma das minhas prioridades” (Macron 2017, tradução nossa).

Para a realização desse ensejo, Macron definiu a criação de parcerias que envolvam diferentes profissionais entre curadores, historiadores e museólogos, a fim de coibir o tráfico ilícito de objetos e obras de arte, facilitado tanto pelos europeus quanto pelos africanos. Isso envolve também a segurança dessas obras e a ampliação das temáticas africanas que são exibidas nos museus europeus, pois estes geralmente apresentam e exaltam a história antiga da África, mas abrem pouco espaço para a sua história contemporânea.

Essa etapa foi cumprida através de um relatório encomendado por Macron à historiadora da arte francesa, Bénédicte Savoy, e ao economista senegalês, Felwine Sarr. O documento intitulado “*La restitution du patrimoine culturel africain. Vers une nouvelle éthique relationnelle*” (A restituição do patrimônio cultural africano. Rumo a uma nova ética relacional) foi entregue em novembro de 2018, e recomendou a restituição permanente de cerca de noventa mil artefatos da África subsaariana, a maioria hospedada no Museu do Quai Branly-Jacques Chirac, em Paris, especializado em culturas antigas não europeias.

O relatório Savoy-Sarr prevê que os processos de restituição passem por três fases, no qual a primeira (de novembro de 2018 a 2019), contemplou a entrega do documento e uma lista dos possíveis países que poderiam se interessar pelo retorno, como Benin, Senegal, Nigéria, Etiópia, Mali e Camarões, além do apontamento de alguns artefatos específicos.

A segunda fase, prevista para ocorrer entre a primavera de 2019 e novembro de 2022, recomenda a realização de inventários dos museus públicos franceses sobre as obras de arte africanas e o compartilhamento digital dessas informações através de um banco de dados acessíveis a todos. Também sugere a realização de oficinas e a criação de comissões compostas por representantes franceses e africanos de cada país interessado na restituição dos bens culturais para discutir os procedimentos a serem seguidos. A terceira fase deverá abarcar os retornos e está prevista para iniciar em novembro de 2022, sem data para a sua finalização.

Segundo o relatório, a restituição reconhece a propriedade ilegal do objeto em questão, independentemente do tempo que tenha se passado:

Falar abertamente de restituições é falar de justiça, ou um reequilíbrio, reconhecimento, de restauração e reparação, mas acima de tudo: é uma maneira de abrir um caminho para o estabelecimento de novas relações culturais com base em uma relação ética recentemente refletida (Sarr e Savoy 2018, 29, tradução nossa).

O posicionamento do presidente francês e a iniciativa do relatório foram pontos extremamente positivos para a continuidade dessa discussão, especialmente porque contempla as obras e os objetos que deixaram os seus países durante o período colonial, no qual existe uma lacuna na documentação comprobatória que assegura a legalidade ou ilegalidade do trânsito desses bens. O caminho a percorrer até a efetivação das restituições é longo e a dificuldade em efetivar essas ações esbarra, principalmente, nas questões legais, sejam elas nacionais ou internacionais. No caso francês existe uma legislação que torna as suas coleções públicas imprescritíveis e inalienáveis (Savoy e Sarr 2018). Embora essa lei tenha sido anulada durante a Revolução Francesa e ainda seja contestada por algumas pessoas, ela retornou no decorrer do século XIX, e é utilizada como principal alegação para a negativa francesa em torno das restituições, como ocorreu no caso da devolução dos bronzes do Benin, um ano antes da proposta de Macron.

O caso desses artefatos encontra-se no centro do debate. Trata-se de um conjunto de esculturas que foram encomendadas pela realeza e retratavam a história do antigo Reino do Edo, nome local do grupo que, no Ocidente, se convencionou chamar de Benin: “desde os primeiros contatos entre o Edo e os portugueses no final do século XV, o Edo é geralmente referido no Ocidente com os nomes ‘Bini’ ou ‘Benin’” (Lundén 2016, 2, tradução nossa). Essa região corresponde à localidade atual ao sul da Nigéria.

Em 1897, a capital do Reino foi ocupada pelas tropas militares britânicas e integrada à colônia britânica da Nigéria, momento em que muitos artefatos foram tomados como despojos de guerra e retirados da África. Posteriormente, vários museus adquiriram itens dessa vasta coleção, ficando o Museu Britânico com a maior parte, composta por cerca de setecentos objetos (Lundén 2016), mas a instituição contabiliza novecentos objetos. Dentre eles, destacamos a cabeça da rainha-mãe Idia, objeto que juntamente com a Pedra de Rosetta e os mármores do Parthenon representam símbolos de culturas de grande importância para o acervo do museu – e que também estão entre os pedidos oficiais de devolução feitos pelo Egito e pela Grécia, respectivamente.

Ao total, estima-se que a coleção do Benin seja formada por mais de mil peças esculpidas em bronze, madeira e marfim. Atualmente esses objetos encontram-se divididos entre dez instituições museológicas ocidentais na Alemanha, na Holanda, na Inglaterra e nos Estados Unidos. Na África, alguns museus nigerianos abrigam parte da coleção, na qual muitas peças foram adquiridas através de transações comerciais entre o Museu Britânico e o governo nigeriano, na década de 1950.

Por sua beleza e técnica, essas esculturas ficaram mundialmente conhecidas como exemplares únicos da arte do Benin. No entanto, para o povo Edo as peças possuíam significado

espiritual: cumpriam funções ritualísticas e ornamentavam altares ancestrais no interior do palácio do *oba* (rei) e nas residências de pessoas mais abastadas (Lundén 2016).



Fig. 1: Coleção do Museu Britânico, “Representação da Rainha-mãe Idia”, <https://www.pambazuka.org/democracy-governance/european-museums-%E2%80%98loan%E2%80%99-looted-benin-bronzes-nigeria>. Acesso em: 08 ago. 2020.

O objeto acima é um dos mais significativos do acervo, tanto para o Museu Britânico quanto para os nigerianos. A máscara de marfim da rainha Idia chegou a ser solicitada na década de 1970, para a celebração de um festival africano (FESTAC - Festival Mundial de Artes e Cultura Negras e Africanas), mas o pedido de empréstimo foi negado. Segundo o Museu Britânico, o objeto é muito frágil para viajar, embora afirme que muitas peças são regularmente emprestadas para instituições estrangeiras¹⁰. Dessa forma, escultores locais confeccionaram uma réplica da máscara para o festival, já que a sua imagem havia se tornado uma espécie de “símbolo” do evento¹¹.

As sucessivas negativas de empréstimo e/ou devolução de determinados artefatos por parte do Museu Britânico podem ser encontradas na própria página oficial do museu na Internet, com alegações de que a instituição adquiriu legalmente esses objetos e que a sua exibição para milhares de pessoas é concedida de maneira livre e gratuita. Sobre a forma de aquisição dos artefatos, a instituição justifica a dominação do comércio na costa nigeriana durante o século XIX, e reconhece a violência, os saques e a espoliação contra o Reino do Edo¹²: “a narrativa imperial interfere na

¹⁰ Disponível na página do Museu Britânico: <https://www.britishmuseum.org/about-us/british-museum-story/objects-news/benin-bronzes> Acesso em: 09 ago. 2020.

¹¹ Informações disponíveis em: <https://www.redbull.com/br-pt/dudus-playlist-festac-77> Acesso em: 09 ago. 2020.

¹² O museu afirma que embora sejam dadas inúmeras declarações públicas por parte dos africanos, nunca recebeu um pedido formal por escrito para a devolução da coleção do Benin. Disponível em: <https://www.britishmuseum.org/about-us/british-museum-story/objects-news/benin-bronzes> Acesso em: 09 ago. 2020.

narrativa cultural do Benin e, em um nível macro, com o desenvolvimento da narrativa pós-independência da Nigéria” (Kiwara-Wilson 2013, p. 394, tradução nossa).

A instituição inglesa não é a única que se vale do discurso de gratuidade e de amplo acesso ao conhecimento de diferentes culturas. Em 2004, a revista *ICOM News* publicou um documento intitulado “Declaração da Importância e Valor dos Museus Universais” (DIVUM), assinada por diretores de dezenove instituições europeias e norte-americanas. O documento assinala a importância da “universalidade” encontrada nesses museus e se opõe à devolução das coleções, uma vez que a sua aquisição ocorreu em tempos e condições diferentes das atuais (ICOM 2004). Obviamente, essas e outras alegações contidas no documento são contestadas por muitos intelectuais africanos, como o arqueólogo queniano George Abungu, que questiona a ideia de centralidade da universalidade, afirmando que todo museu “[...] deve ter algo especial que o torne de valor universal para a humanidade” (Abungu 2004, 5, tradução nossa).

Em 2010, foi criado o grupo de trabalho “*The Benin Dialogue Group*”, com representantes da Nigéria e de alguns museus europeus para reforçar ações colaborativas que viabilizem o empréstimo e a rotação de obras de arte, além da criação do Museu Real de Benin, previsto para ser inaugurado em 2021. A ideia é que cerca de trezentos itens estejam presentes na exposição de longa duração do museu.

Em 2018, o grupo firmou um acordo com o Museu Britânico para o empréstimo de alguns desses objetos para uma exposição temporária no novo museu nigeriano, o que gerou uma insatisfação por parte de alguns africanos: “desde quando saqueadores ou seus sucessores emprestam os objetos roubados aos donos em vez de devolvê-los de maneira simples e correta?” (Opuku-Agyemang 2017). Kwame Opuku-Agyemang também fez duras críticas à DIVUM, considerando-a um “projeto arrogante imperialista”, que não abre mão dos erros cometidos durante o período colonial (Opuku-Agyemang 2013). Na sua percepção, o empréstimo dos artefatos pode indicar um avanço, mas também um grande retrocesso: “devemos estar cientes de que, ao aceitar um empréstimo de artefatos saqueados do Benin, pode-se considerar que alguém reconheceu a propriedade ou os direitos de propriedade dos museus sobre os artefatos” (Opuku-Agyemang 2017).

Embora alguns desses museus ocidentais apelem para a questão da difusão do conhecimento através da exposição de suas coleções, eles ignoram o fato de que o patrimônio africano ainda está vivo e presente na transmissão de tradições entre os descendentes e os seus antepassados:

A África precisa não apenas de desculpas e perdão, mas que esses tesouros culturais africanos inestimáveis – obras de arte, ícones, relíquias – sejam devolvidos aos seus legítimos proprietários. [...] Essas obras são parte integrante da definição de nossa identidade e personalidade como família, como família africana. Nós conversamos com eles. Eles falam conosco. Nós os tocamos em certos momentos de nossas vidas, desde o nascimento, passando pela vida até a morte. É por meio deles que os espíritos vivos de nosso povo, de nossa história, de nossa cultura interagem e fazem interface conosco. Eles não estão lá, daí o vazio em nossas mentes e em nossos corações. Continuamos a chorar para que eles voltem para casa, para completar esse espaço cultural e espiritual (Gurirab apud Kiwara-Wilson 2013, 1, tradução nossa).

Os museus não são os únicos detentores atuais de obras de arte e objetos capturados durante o período colonial. Em 2015, uma iniciativa do neto de um capitão britânico repatriou à Nigéria dois bronzes que foram obtidos pelo seu avô durante a ocupação britânica do Benin, no século XIX. Quando os herdou, em 2013, Mark Walker optou pela repatriação, já que não desejaria que os objetos fossem vendidos em um leilão após a sua morte e os seus filhos não demonstraram interesse em mantê-los na família. Após entrar em contato com a Sociedade Richard Lander, Walker viajou até a Nigéria em 2014, e os entregou ao bisneto do rei deposto pelo seu avô na época da invasão¹³ – uma atitude incomum por parte dos detentores de tais artefatos e que foi bastante comemorada pelos nigerianos. O diário do seu avô também foi doado e nele contém imagens e textos que narram a violenta investida dos britânicos no antigo Reino do Benin, bem como os saques por eles empreendidos.



Fig. 2: “Cerimônia de entrega dos objetos de Mark Walker ao príncipe Edun Akenzua”, <https://www.bbc.com/news/magazine-31605284>. Acesso em: 03 mai. 2020.

Esse retorno e a sinalização de outras restituições é motivo de orgulho para muitos descendentes dos antigos artesãos que atualmente vivem na mesma região, como Eric Ogbemudia:

¹³ Disponível em: <https://www.bbc.com/news/magazine-31605284> Acesso em: 03 mai. 2020.

“eu nunca vi essas peças ao vivo, nunca lhes toquei nem as senti. Só as vimos em catálogos. É muito revoltante e muito triste”¹⁴. Ele segue a tradição e ainda produz peças em bronze na sua oficina situada na rua Igun, um dos locais onde eram confeccionadas as peças no século XIII, considerada Patrimônio Mundial da UNESCO.

Recentemente o governo francês anunciou que devolverá ao Benin vinte e seis objetos que foram tomados pelo exército francês na década de 1890, a primeira restituição anunciada após a publicação e divulgação do relatório Savoy-Sarr.

Além das questões éticas e legais que envolvem essas solicitações, existem ainda as implicações simbólicas, filosóficas e relacionais, pois “[...] as restituições abrem uma profunda reflexão sobre a história, as memórias e o passado colonial” (Savoy e Sarr 2018, 29, tradução nossa). Dessa forma, mesmo que muitas das requisições não venham a ser atendidas, elas nos convocam à reflexão acerca do passado e de histórias sensíveis que ainda não foram superadas.

Muitos escritores africanos criticam a disparidade entre a importância que os europeus dispensam aos objetos da cultura africana e o tratamento em relação aos indivíduos, principalmente aos migrantes africanos:

O paradoxo imediato aqui é que, enquanto objetos da periferia eram bem-vindos no centro, as pessoas não eram. Desde a independência dos países da África Ocidental no final dos anos 1950 e início dos anos 60, a retenção de objetos e a rejeição simultânea de pessoas tornaram-se cada vez mais preocupantes. Jovens migrantes sem documentos de antigas colônias francesas ficam a alguns metros do Museu do Quai Branly – Jacques Chirac, um museu em Paris cheio de seu patrimônio inacessível. Os migrantes são tratados com desprezo enquanto os objetos de suas pátrias são cuidados em museus e tratados com grande reverência. Os migrantes serão deportados, mas os objetos não serão repatriados. A terra natal é, portanto, apenas o lar de objetos, não de pessoas (Joy 2019, s.p., tradução nossa).

Outra crítica dirigida aos museus europeus que detém uma grande quantidade de objetos oriundos de outros países é a real importância que esses artefatos adquirem nessas instituições. Até que ponto eles são valorizados porque representam uma cultura diferente e não porque exaltam a própria história nacional (repleta de conflitos e lutas desiguais)? Se os objetos africanos são tão importantes para a Inglaterra ou para França, o que sobra para os países africanos? (Costa 2019).

Considerações finais

Discutir as circunstâncias da retirada desses objetos e obras de arte de suas terras natais nos séculos anteriores nos auxilia na percepção da manutenção de discursos que ainda permanecem

¹⁴ Reportagem intitulada “Europa vai devolver à Nigéria obras de arte da época colonial”, publicada pelo DW em 14 de novembro de 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/europa-vai-devolver-%C3%A0-nig%C3%A9ria-obras-de-arte-da-%C3%A9poca-colonial/a-46296306> Acesso em: 09 abr. 2020.

estabelecidos nos grandes museus classificados como “enciclopédicos”, ou seja, aqueles que se dedicam à representação de culturas distintas. Afinal, será que os visitantes do Museu Britânico têm acesso às informações contidas no diário do antigo soldado britânico ao realizarem a sua visita pela seção de Arte africana? E na exposição dos mármores do Parthenon, será que encontramos alguma legenda referente aos debates sobre os pedidos de repatriação por parte da Grécia? A sala que abriga a Pedra de Rosetta faz alguma menção à remoção de monumentos e objetos durante a invasão de Napoleão Bonaparte ao Egito? Será que a incursão do exército francês no norte da África é entendida como uma invasão ou considerada apenas uma “expedição”? Essas e outras informações são extremamente relevantes e precisam estar presentes no discurso expográfico do museu: “ao evitar exibir o eu ocidental, ela se enquadra na tradição dominante de exposições em museus que habitualmente se abstém de exibir o eu branco masculino ocidental nos mesmos termos que exhibe seus vários outros” (Lundén 2016, 443, tradução nossa).

Esses questionamentos são indispensáveis na discussão sobre a repatriação ou restituição dos bens culturais. Contudo, as reivindicações devem ser olhadas à luz do presente e das concepções do mundo contemporâneo: quem está fazendo essas solicitações? Quais as justificativas? De que forma o processo de repatriação será realizado? Onde esses objetos serão alocados? Quais as medidas que garantirão a sua conservação? Os objetos deveriam mesmo estar expostos para o mundo todo? Se essas dúvidas não forem exaustivamente debatidas entre os interessados, não se chegará a uma resolução coerente para os africanos: “até que o povo de Benin recupere o controle do passado, as informações que acompanham os objetos expostos e a caracterização de sua importância serão sempre favoráveis ao passado imperial” (Kiwara-Wilson 2013, p. 396, tradução nossa).

No final de janeiro de 2020, a Grã-Bretanha atestou a sua saída da União Europeia (UE), após ingressar em 1973, episódio que ficou conhecido como *Brexit*¹⁵. Essa ação foi precursora, já que foi a primeira vez que um país deixou a UE. Em fevereiro de 2020, a UE decidiu incluir nas negociações uma cláusula sobre a reavaliação da conduta britânica em relação à devolução de bens culturais que foram retirados de seus locais de origem ilegalmente e hoje estão sendo reclamados.

Essa ressalva reacendeu um debate que se estende publicamente desde a década de 1980, quando a então Ministra da Cultura da Grécia, Melina Mercouri, entrou com um pedido oficial de devolução das esculturas que compõem os Mármores do Parthenon, retirados de Atenas e

¹⁵ Abreviação para “*British exit*”, traduzido como “saída britânica”, que se oficializará em 31 de dezembro de 2020. Informações disponíveis em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46335938> Acesso em: 21 abr. 2020.

adquiridos pelo Museu Britânico no início do século XIX¹⁶. Obviamente os britânicos não concordaram com essa ideia e reafirmaram que os mármores pertencem legalmente ao museu, como já relatado.

Embora muitos acreditem que a nova cláusula do documento se refere à antiga contenda entre os britânicos e os gregos – inclusive porque a sua proposta de inclusão partiu da Grécia, em conjunto com o Chipre, a Espanha e a Itália –, outros defendem que essa preocupação é condizente com a postura adotada pela UE em relação aos danos causados pelo tráfico ilícito ou mesmo a destruição do patrimônio cultural, independentemente do país¹⁷.

Fala-se muito nos casos que não foram (e talvez nunca serão) solucionados, mas através dos exemplos que já foram resolvidos percebemos que o diálogo e a cooperação entre os responsáveis pela salvaguarda do patrimônio cultural são os meios mais profícuos para um desfecho final nas reivindicações sobre os bens culturais.

Obviamente o retorno das antiguidades dispersas não representa um fim, mas como expresso por Savoy e Sarr (2018), falar sobre restituição de obras de arte significa abrir caminho para um novo capítulo na história, para que ela possa ser reescrita de outra forma, com novos personagens e novas roupagens, como ocorreu com os Maori da Nova Zelândia que optaram por deixar alguns de seus artefatos no exterior com vistas a “[...] aumentar a conscientização internacional da identidade maori” (Lowenthal, 2004, 309, tradução nossa).

São novas formas de se relacionar com o patrimônio cultural que a problemática da repatriação convoca, pois ao falarmos de restituição estamos falando, também, de diplomacia. Essas formas não devem se limitar apenas ao retorno permanente, mas ao empréstimo, ao intercâmbio cultural, à circulação das obras – algo que já faz parte do cotidiano de muitas instituições museológicas, mas que são limitados por falta de acordos e cooperação entre os agentes envolvidos. A repatriação e/ou restituição também diz respeito à uma mudança de atitude em relação ao tratamento e entendimento dos bens culturais, que deve considerar algo que, às vezes, parece ser esquecido nesse processo: o seu sentido coletivo.

Referências bibliográficas

Abungu, George H. O. “The Declaration: a Contested Issue”. *ICOM News*, 2004, Focus.

¹⁶ A discussão em torno da devolução das esculturas já ocorre na Grécia desde a Primeira Guerra Mundial, no entanto, foi a partir da atuação de Mercuri que o debate se ampliou no país (Kynourgiopoulou 2011).

¹⁷ Informações disponíveis em: <https://news.artnet.com/art-world/elgin-marbles-clause-brexite-negotiations-1780794> Acesso em: 21 abr. 2020.

- Benjamin, Walter. *Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- Bhabha, Homi K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- Chagas, Mário. “Memória e Poder: dois movimentos”. *Caderno de SocioMuseologia*, 19, n. 19 (2009): 43-81.
- Christofoletti, Rodrigo. 2017. “Patrimônio como esteio das Relações Internacionais: em questão o *soft power*”. 1º Simpósio Científico ICOMOS Brasil, Belo Horizonte, Brasil, 2017.
- Christofoletti, Rodrigo. “O tráfico ilícito de bens culturais e a repatriação como reparação histórica”. Em *Bens culturais e Relações Internacionais: o patrimônio como espelho do soft power*, Rodrigo Christofoletti, 113-131. Santos (SP): Editora Universitária Leopoldianum, 2017.
- Cornu, Marie, e Marc-André Renold. “New Developments in the Restitution of Cultural Property: Alternative Means of Dispute Resolution”, *International Journal of Cultural Property*, Vol. 17, Issue 1 (Fevereiro de 2010) : 1-31. <https://doi.org/10.1017/S0940739110000044>
- Costa, Karine Lima da. “A quem pertence o patrimônio cultural? Propriedade em debate”. *Tempos Históricos*, 22 (2018): 100-119.
- Costa, Karine Lima da. “Caminhos para a descolonização dos museus: a questão da repatriação das antiguidades egípcias”. Tese de doutoramento, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.
- Gonçalves, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- Joy, Charlotte. “African art in Western museums: it’s patrimony not heritage”. *AEON*, 20 de fevereiro de 2019.
- Keitumetse, Susan Osireditse. *African Cultural Heritage Conservation and Management: Theory and Practice from Southern Africa*. Suíça: Springer, 2016. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-32017-5>
- Kiwara-Wilson, Salome. “Restituting Colonial Plunder: The Case for the Benin Bronzes and Ivories”. *DePaul Journal of Art, Technology & Intellectual Property Law*, vol. 23, Issue 2 (2013): 375-425.
- Kowalski, Wojciech. “Les divers types de demandes de récupération des biens culturels perdus”. *Museum International*, 57, n. 4 (2005): 92-110.
- Kynourgiopoulou, Vasiliki. “National Identity Interrupted: The Mutilation of the Parthenon Marbles and the Greek Claim for Repatriation”. Em *Contested Cultural Heritage: Religion, Nationalism, Erasure and Exclusion in a Global World*, org. Helaine Silverman, 155-170. New York: Springer, 2011. https://doi.org/10.1007/978-1-4419-7305-4_7
- Lowenthal, David. *The Heritage Crusade and the Spoils of History*. UK: Cambridge University Press, 1998. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511523809>
- Lowenthal, David. “Conclusion: archaeologists and others”. Em *The politics of the past*, orgs. Peter Gathercole, e David Lowenthal, 302-314. London and New York: Routledge, 2004.
- Lundén, Staffan. *Displaying Loot: The Benin Objects and the British Museum*. Gothenburg: Gothenburg University, 2016.
- Moreira, Joacine K. *Proposta de Lei n.º 5/XIV/1 - Aprova o Orçamento do Estado para 2020*. Lisboa, 2020.
-

Opoku-Agyemang, Kwame. “Declaration on the Importance and Value of Universal Museums: Unique Failure of an Arrogant Imperialist Project”. *Modern Ghana*, 27 de janeiro de 2013, Feature Article.

Opoku-Agyemang, Kwame. “European museums to ‘loan’ looted Benin bronzes to Nigeria?”. *Pambazuka News*, 27 de abril de 2017, Democracy & Governance.

Prott, Lyndel V. *Witnesses to History: a compendium of documents and writings on the return of cultural objects*. Paris: UNESCO, 2009.

SARR, Felwine; SAVOY, Bénédicte. 2018. “Restitution report 2018.com”.
http://restitutionreport2018.com/sarr_savoy_fr.pdf

Recebido: 01 de junho de 2020

Aprovado: 29 de julho de 2020

Dossiê: Patrimônio e Relações Internacionais

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.31022>

Cabezas y pájaros: la construcción y restitución del patrimonio en Nueva Zelanda

Cabeças e pássaros: a construção e restituição do patrimônio neozelandês

Heads and Birds: the Construction and Restitution of New Zealand Heritage

Manuel Burón Díaz*

<https://orcid.org/0000-0002-1750-0517>

RESUMEN: El patrimonio, los materiales que lo conforman, así como los significados que les damos, no son estáticos; varían con el tiempo y, en su intercambio, dibujan en el mapa interesantes trayectorias. A través del estudio de la construcción, intercambio, exhibición, reclamación y restitución del patrimonio de Nueva Zelanda, analizaremos los caprichosos pero significativos caminos que en la historia recorre el patrimonio cultural. Es el interés de este artículo analizar cómo las recientes demandas de restitución patrimonial suponen un despliegue más en la larga serie de significados que otorgamos a ciertos materiales culturales, subrayando cómo, en la actualidad, la repatriación de ciertos objetos se ha convertido en una importante herramienta de relaciones internacionales.

Palabras clave: Patrimonio. Construcción nacional. Nueva Zelanda. Maorí. *Toi moko*.

RESUMO: O patrimônio, os materiais que o compõem, assim como os significados que lhes damos, não são estáticos; variam com o tempo e, na sua mudança, desenham no mapa interessantes trajetórias. Através do estudo da construção, intercambio, exibição, reclamação e restituição do patrimônio da Nova Zelândia, analisaremos os caprichosos embora significativos caminhos que na história percorre o patrimônio cultural. É interesse deste artigo analisar como as recentes demandas da restituição patrimonial supõem um desdobramento a mais na alargada série de significados que

* Profesor en la Universidad Rey Juan Carlos (URJC) de Madrid. Doctor en Historia Contemporánea por la Universidad Complutense de Madrid (UCM), ha realizado estancias de investigación en diferentes universidades del Pacífico Sur y de América Latina, referidas al estudio de museos, patrimonio, nación y comunidades indígenas. Entre sus publicaciones más recientes se encuentra el libro “El patrimonio recobrado. Museos indígenas en México y Nueva Zelanda” (Marcial Pons, 2019). El autor dedica este artículo al profesor Conal McCarthy y a Annie Mercer, quienes tan amablemente le acogieron en Victoria University of Wellington (*Te Herenga Waka*). E-mail: manuel.buron@urjc.es

atribuímos a certos materiais culturais, sublinhando como, na atualidade, a repatriação de certos objetos tem se convertido numa importante ferramenta de relações internacionais.

Palavras-chave: Nova Zelândia. Nação. Patrimônio. Maori. *Toi moko*.

ABSTRACT: Cultural heritage, the different materials that it is made of, as well as the meanings that we give to them, are not static: they change over time, and in their exchange, draw interesting trajectories on the map. Through the study of the construction, exchange, exhibition, reclamation and restitution of New Zealand's Heritage we will analyse the capricious but significant paths that cultural heritage has taken in history. The main interest of this article is to analyse how the recent demands for heritage repatriation represent a new chapter in the long history of meanings that we gave to certain objects. We would like to emphasize how, at present, the repatriation of different materials has become an important tool in diplomatic relations.

Keywords: Cultural Heritage. Nacional construction. New Zealand. *Māori. Toi moko*.

Cómo citar este artículo:

Burón Díaz, Manuel. "Cabezas y pájaros: la construcción y restitución del patrimonio en Nueva Zelanda". *Locus: Revista de História*, 26, n.2 (2020): 210-234.

Introducción

La atención de las ciencias sociales por el patrimonio ha crecido sobremanera en los últimos años. Desde diferentes puntos de vista y bajo la influencia de corrientes como los *museum & heritage studies* (Smith 2007), *material culture studies* (Appadurai 1986) o la *actor-network theory* (Latour 2005) se ha comenzado a delimitar un campo de estudio que ha abierto interesantes horizontes de análisis en el campo de la historia y los estudios culturales. Al poner el foco en el objeto, y en ese conjunto de materiales culturales que denominamos patrimonio, en sus significaciones a lo largo del tiempo, se nos aparecen —nítidamente representadas— diferentes realidades históricas y culturales, mismamente aquellas que lo rodean y dotan de sentido.

La propia definición de lo que consideramos patrimonio ha variado sustancialmente a lo largo de los últimos años. Anteriormente considerado como una simple emanación cultural, como una caprichosa heredad que recorre la historia, en la actualidad no se considera sino como una construcción. Una ligada, además, a la nación política moderna, con sus características cualidades de sustancialización, auto-afirmación o de proyección política que se le supone al patrimonio moderno. Sería precisamente bajo la estela de los estudios sobre construcción nacional (Gellner

1983; Hobsbawm 1991) que se ha constituido una definición, si se quiere, contingente, que no partía de la cultura o el patrimonio como una realidad dada, esencial o inmanente. Como con la nación, la historiografía desvelaba lo que de artefacto político poseía el patrimonio: las comunidades no *legaban* un patrimonio, lo *construían*. Aquella supuesta heredad que constituía el patrimonio no sería más que la elección en el presente, de entre todos los materiales del pasado, de un conjunto de materiales para satisfacer una serie de intencionalidades políticas, económicas o culturales (Graham y Howard, 2008, 2). Era, si se quiere, el mismo proceso que alumbraba la imaginación de las naciones o la invención de tradiciones (Anderson 1983; Hobsbawm y Ranger 1983).

Desvelado lo que de dispositivo político tiene el patrimonio, podemos servirnos de él como una fuente histórica de gran prestancia. Podemos conocer mucho de un tiempo y una sociedad si atendemos a aquellos materiales y tradiciones que son propios, y cuáles se considera ajenos; a cómo son exhibidos; a cuáles son escondidos o apartados, y cuáles de ellos, entre todos, son escogidos como embajadores para representar y simbolizar a la nación. Esta criba o selección no constituye un proceso natural ni determinado, sino que responde a la negociación o enfrentamiento entre diferentes grupos o proyectos políticos, a la imposición y legitimación de élites o minorías, a la cooptación de materiales y tradiciones de diferentes comunidades y, en fin, a los diferentes contextos que se suceden. Una parte muy importante, y quizás no suficientemente atendida, de aquella dialéctica que constituye todo proceso de construcción patrimonial no se desplegaría al interior de las naciones sino hacia el exterior. Como la nación, el patrimonio también se organizó o se construyó *frente* a otros patrimonios —frente al vecino, la metrópoli de la que se independizaban o la religión que no profesaban— siguiendo la lógica dialéctica de todo afán identitario.

El presente estudio analiza el caso de Nueva Zelanda, buscando poner en relieve algunos de los despliegues que han caracterizado las relaciones patrimoniales entre diferentes territorios y comunidades: maoríes y europeos, metrópoli y colonias, o *nation-builders* y coleccionistas. En donde no existía una nación preexistente hubo de constituirse un patrimonio que destacara dentro del marco general de los dominios del Imperio Británico, privilegiándose principalmente dos elementos: la exuberancia natural y la originalidad de la cultura maorí. A través del intercambio, la exhibición de unos materiales o la ocultación de otros, Nueva Zelanda se mostraba al mundo (y, particularmente, a la madre patria británica), combatió su lejanía o su aislamiento frente a un Occidente al que decía pertenecer, atrajo inmigrantes y colocó sus productos en el mercado internacional. Dos son los objetos escogidos para visibilizar este proceso, pues fueron dos de los principales embajadores en este proceso de construcción de una imagen y una identidad nacionales:

las *toi moko* o cabezas preservadas maoríes y el amplio muestrario de ejemplares ornitológicos (el extinto moa, el peculiar kiwi o el bello tui, entre muchos otros).

Las cabezas preservadas maoríes nos permiten entrever la mudable manera en que un mismo objeto puede ser contemplado a través del tiempo, mostrando las tensiones y contradicciones que todo proceso de construcción patrimonial encierra. De objeto sagrado a codiciada mercancía; de grotesca curiosidad etnográfica a severo objeto de demanda diplomática. Coleccionadas con fruición, hoy se las oculta. Representaron primero el exotismo del territorio y la fiereza maorí, para ser prohibido en una Nueva Zelanda supuestamente británica y *civilizada*. Si su fabricación e intercambio respondió a una de las más arraigadas tradiciones maoríes del pasado, la exigencia de restitución se encuentra entre las principales demandas de dicho pueblo en el presente. Contadas siempre entre los más solicitados objetos de exhibición por los museos etnográficos de medio mundo, hoy se las soslaya en cuanto pruebas de un vergonzoso pasado colonial. Dilemas de ética, por tanto, en el delicado campo museológico de la exhibición de restos humanos (Martínez *et. al.* 2014). Pero también de estética, porque dichas cabezas son al mismo tiempo valiosísimos objetos artísticos, en tanto conservan algunos de los diseños y expresiones culturales más antiguos de las islas. Por último, las cabezas preservadas maoríes han protagonizado significativos episodios de contacto cultural y han supuesto un peculiar instrumento de relaciones internacionales.

Y otro tanto sucede con el estudio y coleccionismo ornitológico: de la taxidermia y el intercambio, a la férrea protección y conservación del hábitat natural. Su riqueza ornitológica —de resonancias edénicas— era muestra de abundancia y exuberancia natural, benigna al visitante o al migrante (y no peligrosa como pudiera ser la del vecino y rival australiano). El kiwi será un símbolo de la nación austral, prueba de riqueza, del aislamiento y la originalidad neozelandesas, que ha sobrevivido ante el peligro de las especies invasoras. Es, literalmente, la esencia nacional que ha logrado resistir a la colonización, la aculturación y la destrucción —generalmente foránea— del medio ambiente.

Será interesante comprobar cómo cada cambio del contexto político de las islas resultará en un perceptible deslizamiento en la dotación de sentido del patrimonio (James Clifford lo denominará como “momento taxonómico”, 1988). De territorio ignoto Nueva Zelanda se convertirá en colonia británica; de colonia pasará a *dominio* en 1907; de ahí a una situación de alegada isonomía respecto a metrópolis (según el estatuto de Westminster de 1947); y, finalmente, la independencia *de facto* en 1973 (Belich 1996; 2001). Todos estos jalones históricos —afirmamos— grabarán en el patrimonio sensibles cambios, sucediéndose diferentes concepciones que, agrupadas, parecen trazar una suerte de camino de ida y vuelta: intercambio, coleccionismo,

exhibición, demanda y restitución. El siglo XIX, y parte del XX, puede ser contemplado como un periodo de creación, intercambio y también usurpación patrimonial. Uno paralelo a los desarrollos tanto nacionales como coloniales: un proceso global —y eurocéntrico— de reacomodo y delimitación de los materiales culturales del pasado de acuerdo a los intereses de las modernas naciones políticas. Pero si en la anterior centuria, podríamos afirmar, la lógica patrimonial entre naciones fue principalmente *centrípeta*, a partir de la segunda mitad del siglo XX —y a raíz de procesos como la descolonización, el alzamiento de las políticas de la identidad o la denominada como crisis del Estado-nación— este fenómeno sufriría una suerte de regresión. No sólo las naciones reclamarían buena parte del patrimonio que había abandonado sus fronteras lícita o ilícitamente, también lo harían dentro de los Estados aquellas comunidades cuyos materiales culturales ayudaron a crear un relato de nación (Burón 2019). Si el coleccionismo y el intercambio (y acaso el saqueo) definieron al patrimonio del XIX, la repatriación y restitución definirían buena parte de las lógicas patrimoniales de finales del XX y el XXI.

El análisis que aquí se presenta se ha realizado a través del amplio rango de documentación que el enfoque —de larga duración— requiere: desde fuentes primarias (diarios o crónicas) para indagar en el origen de la construcción de un imaginario y un coleccionismo neozelandés; a fuentes periodísticas, para rastrear cambios en la percepción del patrimonio; también entrevistas realizadas hoy a algunos de los mayores responsables (líderes indígenas, directores y curadores de algunos de los mayores museos) de la actual política de exhibición y restitución patrimonial neozelandesa. Argüiremos que, al igual que la construcción de patrimonio, su restitución —tan en boga en las últimas décadas— no responde simplemente a una *corrección* en su uso o pertenencia (una vuelta a su esencia) sino a un despliegue más en la dotación histórico-contextual de significado. Uno, además, no exento de intereses internacionales y diplomáticos. Dicho de otra manera, si la construcción patrimonial y el coleccionismo fueron procesos profundamente políticos, la restitución patrimonial también lo es, pudiendo ser contemplado no sólo como un fenómeno característico de nuestros días, sino como una importante herramienta de relaciones internacionales.

***Toi Moko*, breve historia de un objeto fascinante**

El patrimonio maorí acaso sea uno de los más conocidos del Pacífico sur y de toda la Australasia. Fue dado primero a conocer por las mediáticas expediciones del Capitán Cook, luego por un circuito de coleccionistas que se alimentaba de los objetos adquiridos por marinos y comerciantes; popularizado después a través de aquel “complejo exhibicionario” de las grandes

exposiciones británicas del XIX (Bennett 1988); y, finalmente, se articularía bajo un relato nacional distintivo y soberano. La constitución de un patrimonio genuinamente neozelandés fue, por tanto, un proceso largo y complejo, realizado primero a la sombra del imperio británico y luego tendente a una progresiva independencia, no alcanzada sino bien entrado el siglo XX. Al contrario de lo que se pueda pensar, los maoríes —pueblo originario de las islas— no fueron ajenos a la constitución de un patrimonio nacional, buscaron involucrarse para ganar, a través del *préstamo simbólico a la nación* de sus materiales culturales, un espacio político inédito entre las comunidades indígenas del XIX (McCarthy 2007).

De entre todos aquellos objetos que más pronto dieron a conocer Nueva Zelanda al mundo, las cabezas preservadas y tatuadas fueron uno de los más significativos y demandados ¿En qué consistían tales cabezas, denominadas en maorí como *toi moko*? Es sabido cómo en las culturas de Nueva Zelanda, la adquisición, posesión e incluso exhibición de restos humanos era común en las islas antes de la llegada de los europeos. La fabricación y uso de las cabezas preservadas para los propios maoríes sin duda respondía a un complejo sistema de pensamiento caracterizado, entre otras muchas cosas, por el poder de la magia simpática, capaz de quitarse, agrandarse o contaminarse por los más variados métodos (*mana*); por atávicas proscripciones que debían ser observadas (*tapu*) y por un sistema de obligaciones rituales y recíprocas, tanto de amistad como de venganza, entre individuos y tribus (*utu*). Entre los maoríes de Nueva Zelanda convivieron muchos ritos funerarios, síntoma de la variedad y la dialéctica que existió entre las propias tribus o *iwi*: abandono ritual del cadáver, cremación, enterramiento, enterramiento oculto (sin duda encaminado a evitar el uso mágico y espurio de los restos humanos del difunto) y, claro está, la conservación total o parcial de los restos humanos por diversos métodos: *koivi* (huesos labrados), *whakapakoko* (cuerpos momificados), o, finalmente, las cabezas preservadas (*toi moko*)¹ (MacMillan Brown 1907, 69). Todos ellos fueron coleccionados en cuanto que curiosidades, a partir del siglo XVIII, desde que la expedición del propio Cook ya diera numerosos ejemplares al naciente British Museum. La preservación de restos humanos en la cultura maorí también podía responder a varios motivos, razón esta de la más clásica división entre los diferentes tipos de cabezas preservadas maoríes. En primer lugar, se podía cortar y conservar la cabeza de un enemigo como trofeo de guerra, para así infamarla y burlarse de ella (*foe toi moko*). Aquello que denominamos como *burla* en realidad jugaba un papel ritual central entre los maoríes, encaminado a transgredir a su favor las fuerzas mágico-religiosas. Edward Tregear, uno de los primeros antropólogos en analizar a los maoríes, describía

¹ Simpson (2001, 178 y s.) propone una clasificación de la colección de restos humanos atendiendo al interés del coleccionista: existirían colecciones arqueológicas de materiales óseos; colecciones de antropología física más relacionadas con teorías evolutivas; y, finalmente, colecciones de artefactos etnográficos o “curiosidades”.

cómo las mujeres colocaban tales cabezas cerca del lugar donde tejían para burlarse de ellas en los intermedios de su labor. O cómo también se las situaba en lugares públicos y visibles para que los paseantes hicieran lo propio (Tregear 1904, 372). Estricta y paradójicamente —aunque muy alejada de la función que luego adquirirían en el museo— se puede afirmar que las *toi moko* fueron creadas para ser exhibidas.

También los maoríes podían conservar las cabezas de sus seres amados para recordarlos o venerarlos. Era este el segundo tipo, denominado como *kin toi moko*. Tregear afirma que era mucho menos común, aunque no raro: “las cabezas de los hombres caídos en combate eran curadas y preservadas. Generalmente se trataban de cabezas de enemigos, aunque en ciertas circunstancias esta costumbre también se extendía a los restos mortales de amigos” (Tregear 1904, 371). Por último, existió un último tipo de *toi moko* que interesa de manera especial a nuestro estudio, pues se trataba de aquel que era adquirido y fabricado *ex profeso* para ser intercambiado con los europeos (*trade toi moko*). Nos encontramos ya ante un *objeto mestizo* —a la manera de Thomas o Gruzinski— capaz de condensar buena parte de las contradicciones del contexto que le dio forma². Las *trade toi moko* vendrían en cierta manera a inaugurar las relaciones e intercambios entre europeos y maoríes, viéndose desde entonces *atravesado* por diferentes significados (la curiosidad etnográfica y la atracción por lo grotesco para el caso de los europeos; lo sagrado, pero también lo lucrativo, en los maoríes). Las tribus neozelandesas pronto descubrieron que, de todo lo que poseían, las cabezas preservadas se encontraban entre lo que los europeos más deseaban. Con ellas podían adquirir un mayor número de todos aquellos objetos que los maoríes, a su vez, necesitaban de los barcos europeos: objetos metálicos al principio y, muy pronto, armas de fuego.

Los marinos europeos —por su parte— atraídos por su exotismo, encontraron en las cabezas maoríes un insustituible souvenir de las antípodas. A través de ellos, los coleccionistas adquirirían una pieza que sin duda se encontraría entre las más buscadas por los visitantes de museos. La obsesión europea por los restos humanos en realidad venía a querer confirmar aquello que ya se creía conocer: la fiereza y la práctica de la antropofagia de aquellos “salvajes” de las islas de las antípodas, uno de los ingredientes más atractivos del éxito editorial que supusieron los viajes de Cook, Bougainville o Lapérouse: “[a]nte la vista [del cuerpo humano] nos conmovimos con horror, aunque sólo era la confirmación de aquello que ya habíamos oído muchas veces desde que

² Nicholas Thomas habla de *entangled objects* aquellos objetos «capaces de romper la oposición entre nosotros y ellos» buscando “algo así como una especie de simetría entre las apropiaciones indígenas de artefactos europeos y el coleccionismo colonial de bienes indígenas” (2009, 5). Serge Gruzinski (2005) por otro lado de *atractores inertes*: como aquellos objetos capaces de “abrir perspectivas que rompen con la visión estática de las culturas —entendidas como totalidades claramente definidas— y hacen hincapié sobre las zonas de contacto, los espacios intermediarios, mixtos que surgen”.

habíamos llegado a la costa” (Cook 1842, 165). Fue el botánico Joseph Banks quien adquiriría lo que sería uno de los principales objetos y símbolos de una cultura que ahora se daba a conocer al mundo: la primera cabeza preservada maorí. Los ingleses tuvieron especial cuidado en seguir la pista a desmembrados cuerpos y huesos limpios de carne hasta dar con el ansiado botín,

Pero ¿dónde están las cabezas? ¿no os las coméis también? De las cabezas, dijo el viejo, solo nos comemos los cerebros y, la próxima vez que venga, traeré conmigo algunas de ellas para convencerlos de que lo que os cuento es verdad (...) y el 20 [de enero de 1770] nuestro viejo cumplió su promesa, trayendo a bordo cuatro de las cabezas de aquellos siete muertos que tanto habían sido objeto de nuestras investigaciones: su pelo y su carne estaban íntegros, pero comprobamos cómo el cerebro había sido extraído; la carne estaba suave, y por algún método había sido preservada de la putrefacción, ya que no emitía ningún desagradable olor. El Sr. Banks adquirió una de ellas, que solo vendieron tras grandes reticencias. No hubo ninguna posibilidad de convencerles de que se deshicieran de una segunda (Cook 1842, 166).

¿Cómo resistirse a la grotesca seducción de un objeto tan peculiar? ¿existía algún espécimen en el mundo que, para el público europeo, contuviera mayores elementos de atracción y exotismo? Tras Cook y Banks, muchos occidentales continuarían recalando en las islas: exploradores, balleneros, madereros... generalizándose el comercio y adquisición de cabezas reducidas durante finales del siglo XVIII y principios del XIX. Es importante comprender que la historia de las *toi moko* neozelandesas no supone algo accesorio o episódico, sino que contiene gran parte de las tensiones del coleccionismo; inaugurando, en cierta manera, las relaciones entre indígenas y europeos. El siglo XIX neozelandés estaría caracterizado en buena parte por una serie de guerras inter-tribales —*Musket Wars* entre 1807 y 1837— uno de cuyos principales objetivos sería el adquirir del enemigo la materia prima para fabricar *toi moko*. Con ellas, las tribus podían conseguir los ansiados mosquetes, que les permitían imponerse a las demás tribus³. A su vez, aquella tribu que poseyera mosquetes podría conseguir más cabezas y, por tanto y de nuevo, más mosquetes: una imparable y violenta vorágine que alcanzaría máximos entre 1820 y 1831, y que tendría como consecuencia la diseminación de tales objetos por las vitrinas de medio mundo,

Antaño la preparación de tales cabezas estaba generalizada; se hacían para vender a los europeos, y era tan grande la demanda, que muchos de aquellos ataques asesinos eran hechos solo en el interés de conseguir cabezas para el mercado; y aquellas que estuvieran más finamente tatuadas, eran buscadas con especial ahínco; ¡en cuántos de los pecados de aquellos salvajes isleños no estuvieron involucrados los europeos! Pocas personas son conscientes del nivel al que llegó tal abominable tráfico, pero, ahora, ha cesado totalmente (Taylor 1855, 324).

En definitiva, las cabezas preservadas maoríes fueron al mismo tiempo correa de transmisión entre las islas y Europa, y una suerte de moneda de cambio en la colonización del territorio. Un fino hilo recorría el mundo entre vitrinas, gabinetes, barcos y las aldeas maoríes, en

³ “El método más fácil para conseguir los ansiados mosquetes era vender *toi moko*. En donde una tonelada de mantas y tejidos costosos de fabricar podían ser intercambiados por un solo mosquete, una sola *toi moko* permitía hacerse con múltiples mosquetes con su munición” (O’Hara 2012, 12).

donde fieras guerras, comerciantes sin escrúpulos y coleccionistas sinceramente interesados, conformaban una suerte de *anillo de kula* puramente colonial. Pero para la década de 1830, el intercambio y colección de tales objetos suponía un auténtico problema en la administración de las islas, así como representaba un mal embajador en la construcción de una imagen amable y atrayente de un territorio que empezaba a tomar la forma de un dominio británico. En el año de 1831 su exportación fue prohibida por considerarse un comercio “inhumano y asesino” (Robley 1896, 179). La búsqueda de la pacificación del territorio y la atracción de migrantes volvía inadecuada la imagen grotesca y salvaje que Nueva Zelanda poseía desde la infortunada llegada de Abel Tasman. Por obra del nuevo contexto que la colonización había aportado, y en el lapso de un siglo, las cabezas habían pasado de ser objetos sagrados a ser mercancía, y, posteriormente, objetos proscritos. No sería el último deslizamiento semántico que tal objeto sufriera.

La prohibición del comercio de cabezas preservadas, aunque temprana, no impidió que durante todo el siglo XIX el intercambio continuara. Este abandonaría en buena parte las aldeas maoríes y los barcos mercantes para trasladarse a los gabinetes, dándose ahora el trueque entre museos o con la llegada de coleccionistas a las islas. Para entonces, las cabezas maoríes ya se habían convertido en un objeto reconocible y característico en los museos etnográficos occidentales⁴. De ello se deriva que, todavía a día de hoy, existan alrededor de doscientos ejemplares de *toi moko* en todo el mundo (y muchos más *koivi tangata* o restos humanos de todo tipo). Paradójicamente, su número en Nueva Zelanda se mantuvo muy bajo: se calcula que en la década de 1930 no habría apenas más de diez. Esto no ha de extrañar si atendemos al hecho de que la construcción de un patrimonio y la constitución de instituciones museísticas sería en las islas muy posterior tanto a la llegada de coleccionistas extranjeros como a la prohibición de comercio y fabricación que impuso el gobernador Darling en 1831. En resumen, y como sucede en gran parte de antiguos territorios de colonización, en Nueva Zelanda la nación es posterior a la colección de muchos de sus materiales culturales. Lo que tendrá, como veremos, importantes repercusiones en las relaciones de Nueva Zelanda con los países de ultramar en lo que respecta al patrimonio.

El *affair* Reischek: auge y caída de un coleccionista europeo

⁴ Para el primer periodo entre 1770 y 1830 ya se encontraban *toi moko* en instituciones como el *Royal College of Surgeons*, el *South Kensington Museum* o el Británico de Londres, el Museo de Auckland y el de Christchurch en la propia Nueva Zelanda, el museo de Halifax en York, el museo de arqueología y etnología de Cambridge, en Plymouth, el Museo de Etnología de Berlín, el *Göttingen Museum*, o en el museo de etnología de Florencia. Según recoge ya el más conocido estudio decimonónico sobre el asunto, el de Horatio Robley (1896, 183 y ss.)

Mientras que el comercio de cabezas preservadas suponía un temprano y delicado episodio de la historia patrimonial neozelandesa, otro objeto neozelandés despuntaba entre aquellos más buscados en las islas: sus pájaros. Es conocido como Nueva Zelanda, debido a su aislamiento, carece de una presencia relevante de mamíferos, lo que ha resultado en una enorme variedad y cantidad de pájaros que, al no disponer de depredadores, resultaron en las más originales variedades. En resumen, Nueva Zelanda es un auténtico paraíso ornitológico⁵. Dado que una parte relevante —al menos cualitativamente— de los primeros occidentales que visitaban las islas fueron naturalistas, las aves neozelandesas también supusieron un temprano objeto de deseo. Con el tiempo, algunas de sus más características especies —principalmente el *kiwi*— devendrían en símbolos nacionales (e, incluso, en un oficioso gentilicio de las islas). Los maoríes, como pueblo originario de las islas, también tuvieron algo que decir al respecto de la temprana atención que entre los europeos despertaron los pájaros de su territorio. Poseemos diversas fuentes en la que se recoge cómo algunas tribus tuvieron sus más firmes reservas a la extraña afición europea por cazar y adquirir ciertos ejemplares,

La veneración [de los maoríes] por cierto tipo de pájaros se hizo evidente tras la siguiente circunstancia. Resulta que algunos de los caballeros [de nuestra expedición] en una partida de caza mataron algunos reyes pescadores; mientras se producía tal excursión, y justo cuando daban caza a alguno de tales pájaros, se encontraron con *Orea* y su familia que andaban paseando con el capitán Cook; el jefe no se enteró de lo que le había sucedido a dicho ave, pero su hija lamentó la muerte de su *eatooa*; su madre, y la mayor parte de las mujeres, parecían también dolidas por su destino; e incluso el propio *Orea*, cuando pasó la noche a bordo, también expresó su deseo, con un aire de gran seriedad, de que no se matara a ningún rey pescador o ninguna garza; eso sí, les permitió, al mismo tiempo, la libertad de matar a cualquier otra especie de ave (*New Discoveries...* 1778, 166).

Si entre los maoríes —podríamos afirmar— era una costumbre asentada la de preservar la cabeza de los enemigos caídos en combate, para los europeos del diecinueve lo fue el cazar y preservar diferentes ejemplares de pájaros. No obstante, la era victoriana fue la era dorada de la taxidermia. Y en este marco, los especímenes neozelandeses fueron muy demandados, considerando a las islas como destino obligado para los ornitólogos del momento. Este interés sería de nuevo aprovechado por una Nueva Zelanda que, en 1847, se constituía como un territorio dependiente pero distintivo de Gran Bretaña. En ese escaparate nacional e imperial que fueron las exposiciones internacionales, el país austral mostraría al mundo tanto su riqueza cultural (esencialmente maorí) como natural (principalmente ornitológica). Existió una política explícita en Nueva Zelanda, territorio “aislado” y “alejado” de Occidente como ningún otro, para, a través del

⁵ Así comenzaba uno de los más conocidos tratados de ornitología neozelandesa del XIX: “Un célebre naturalista ha señalado que ‘Nueva Zelanda es la provincia ornitológica más interesante del mundo’, y en un sentido cualitativo no hay lugar a duda que esto es verdad. El último remanente de un pasado continente, y geológicamente considerado como probablemente el país más antiguo sobre la faz de la tierra” (Buller 1873, iii)

patrimonio, ganar visibilidad. La presencia de artefactos —y en ocasiones ejemplares vivos, tanto de animales como de los propios maoríes— fue una constante que comenzó a definir Nueva Zelanda frente al mundo.

A pesar de que con las exposiciones internacionales se culminaba ese *ciclo patrimonial expansivo* que caracterizó al siglo XIX, a comienzos del XX se impondrían los primeros límites. Las leyes de protección comenzaron a limitar la salida de artefactos maoríes, en una suerte de reflejo patrimonial de la asertividad nacional que se comenzaba a dar en el país. En 1901, con la *Maori Antiquities Act* se prohibió la salida de curiosidades maoríes, aunque no su intercambio. Comenzaría entonces una diplomacia patrimonial mucho más pautada entre museos y académicos, cuyo objetivo era conseguir reunir en el país austral una amplia colección de objetos de diversas culturas, que no era sino un intento de acercar y contener en el país aquel mundo que se sentía tan lejano; aunque para ello tuviera que desprenderse de algunos de sus más originales materiales culturales. Por poner varios ejemplos, en el mismo año de 1901 se intercambiaron objetos maoríes por monedas antiguas entre el *Dominion Museum* y el Museo de San Petersburgo. En 1926, un curador de un museo de Moravia acudía a Nueva Zelanda, en visita diplomática, a realizar un peculiar intercambio: mamuts por objetos maoríes⁶. Thomas Cheeseman, curador jefe del museo de Auckland entre 1874 y 1923 llevó a cabo una intensa labor de diplomacia patrimonial con instituciones extranjeras: una amplia variedad de ejemplares de fauna, objetos etnográficos y restos humanos saldrían de las islas a cambio de especímenes que no se encontraban en Nueva Zelanda (principalmente mamíferos, así como especies foráneas de pájaros (Gill 2010, 135).

Pero quizás el más característico ejemplo de esta etapa lo encarnara Andreas Reischek, un renombrado coleccionista que, en la década de 1880, acudiría a las islas atraído por su riqueza ornitológica⁷. Reunió una considerable colección de objetos relacionados con Nueva Zelanda, tanto de taxidermia como de objetos maoríes (numerosos *taonga* y también restos humanos, entre las que destacaban varias *toi moko*). En realidad, Reischek suponía un arquetipo de hombre de finales del

⁶ “Estoy interesado en cosas vivientes, en tradiciones, en modos de vida. No colecciono fósiles. Existen multitud de objetos maoríes que a mi museo le encantaría tener. Y estoy seguro que nosotros tenemos muchas cosas que no se pueden ver en Nueva Zelanda, particularmente restos de mamuts” (*Auckland Starr* 7-XII-1926, 7).

⁷ En realidad, la poderosa Austria del XIX y Nueva Zelanda habían establecido ya relaciones basadas en el coleccionismo. En 1858 una expedición científica mandada por el Emperador Francisco José había recalado en Auckland. Uno de los geólogos de la expedición, Ferdinand von Hochstetter se quedaría en las islas, a petición del propio gobierno kiwi con el encargo de investigar los depósitos de carbón de los alrededores de Auckland, la ciudad más importante del país y de parte del Pacífico sur. Dos maoríes a su vez embarcaron en el navío de la expedición, el *Novara*, para Austria. Hochstetter volvería a Austria donde seguiría cultivando su interés por la investigación en Nueva Zelanda, convirtiéndose además en el director del *State Museum* de Viena. Estando allí, su colega en las islas Sir Julius von Haast le inquiriría por una plaza de asistente para trabajar en el recién fundado museo de Canterbury en la ciudad de Christchurch. Hochstetter envió entonces a un joven taxidermista llamado Andreas Reischek (*Te Ao Hou*, X-1958, 38).

diecinueve, lo coleccionaba y lo disecaba todo. El número de especímenes que reunió al final de su vida ascendía a 1200, 460 sólo provenientes de Nueva Zelanda (Kolig 1986, 56). Si bien el principal interés de Reischek en Nueva Zelanda eran sus pájaros también estudió a los maoríes, entre los que cultivó excelentes relaciones. Tanto, que tendría el honor de recibir “el permiso especial del rey Tāwhiao para entrar, en un tiempo en que ningún hombre blanco lo había hecho, al interior de sus fronteras” (*New Zealand Herald*, 29-IV-1933, 4). El *King Country* fue una región al oeste de la isla norte de Nueva Zelanda considerada por entonces como territorio exclusivamente nativo, en un momento, además en el que estaban muy recientes las terribles *New Zealand Wars* (1845-1872) en donde los maoríes desplegarían algunos de los ejemplos más notables de resistencia indígena. Quizás el hecho de que fuera extranjero jugara a su favor, y fuera utilizado por los maoríes como un elemento diplomático contra los británicos.

¿Cómo reunió su colección el naturalista germano? Algunos objetos, entre ellos valiosos *taonga*, fueron regalos ofrecidos fruto de sus buenas relaciones, otros los obtuvo con solo el consentimiento de los dueños y otros los compraría de manos maoríes (en ocasiones a muy elevados precios). Pero también excavaría o directamente saquearía sitios y enterramientos maoríes que estaban tabuados, es decir, claramente prohibidos según la costumbre indígena. Y de aquí provendría buena parte de la polémica que se desataría más de medio siglo después. Una Nueva Zelanda ya plenamente independiente no toleraría que reliquias, calaveras y ornamentos conseguidos entre 1879 y 1880 hubieran abandonado el país por los métodos que el propio Reischek detalló en sus memorias,

[C]incuenta años antes no era raro encontrarse cuerpos momificados en agujeros, incluso en árboles, preservados en posición fetal (...) Busqué arriba y abajo, en la montaña y en el bosque, algún rastro de aquellas momias y, por un largo tiempo, no obtuve éxito. Sería en Aratipu, en unas cuevas escondidas, que encontré por primera vez restos de esteras, derrumbadas estructuras, adornos, calaveras y huesos ¡pero no momias! Sólo al final, cuando me adentré en lo más profundo de la tierra maorí del *King Country*, tuve éxito en mi búsqueda. Dos maoríes, que se habían europeizado lo suficiente para renunciar a sus principios religiosos y nacionales, me guiaron una noche a una cueva cerca de Kawhia, donde encontré momias, de las cuales dos estaban en perfecto estado de conservación. La empresa era peligrosa, me podría haber costado la vida. Extraje de noche los restos del lugar y los escondí bien; durante la siguiente noche procedimos a ocultarlos un poco más lejos, y así, hasta que conseguí que estuvieran a salvo, más allá de los límites de la tierra maorí. Pero incluso entonces los mantuve cuidadosamente ocultos de la vista hasta el momento de mi partida de Nueva Zelanda. Ahora aquellos ancestros de los maoríes adornan la colección etnográfica del Museo Imperial de Historia Natural de Viena (Reischek 1930, 215)

Efectivamente, sobre todas las piezas que componían la enorme colección de Reischek destacan dos cuerpos momificados, de un adulto y un niño, tomados de una cueva en Kawhia. Era un claro caso de profanación y saqueo patrimonial. Sin embargo, esto no era tan evidente en dicha época. A finales del siglo XIX, la principal preocupación de las autoridades neozelandesas era haber atendido con suficiente cuidado a un personaje tan importante como Reischek, seguramente

esperando que éste hiciera las veces de embajador allende el mundo. El *New Zealand Herald* calificaba como “increíble que los oficiales del *Auckland Museum* le permitan irse sin ofrecer el debido reconocimiento a los servicios prestados por tal caballero (...) habiendo hecho más por enriquecer los acervos ornitológicos de los museos neozelandeses que cualquiera dentro de la colonia” (*New Zealand Herald* 15-II-1889, 3). De hecho, si algún debate público desató la presencia y partida del investigador austriaco no fue la sustracción de especímenes, sino precisamente que éste hubiera tenido algún percance a la hora de realizar el empaquetado y envío de los materiales hacia Europa. La pérdida en 1888 de una de las maletas que transportaba las muestras sería comentada en la prensa en tono de vergüenza nacional. Sorprende constatar que el gobierno de la colonia estuvo a punto de indemnizar al coleccionista por ello, formándose incluso un comité parlamentario que investigara la pérdida de los especímenes. Este concluiría que “el naturalista austriaco (cuyos fatigosos seis meses de investigación en las más salvajes regiones de la Costa Oeste y la Isla Sur se han quedado en nada por la destrucción de la colección que había enviado a bordo del vapor gubernamental *Stella*) no ha lugar de reclamar contra la colonia” (*Auckland Star* 23-VIII-1888). Pero no era la ignorancia o la ingenuidad lo que convertía a Reischek en un personaje admirado o respetado en Nueva Zelanda, era su utilidad. En un momento que Nueva Zelanda sentía su lejanía, su pequeñez o su dependencia económica frente a la madre patria y al mundo, aquel servía a los intereses de la colonia haciendo de embajador de sus riquezas y tradiciones. Todavía en 1936, incluso después de publicadas sus memorias, un periódico neozelandés hablaba de él un modo inequívocamente elogioso: “por su breve pero enérgica carrera en nuestros valles, Reischek debe ser recordado por esta y por venideras generaciones” (*Press* 28-XI-1936, 28).



Fig. 1: National Library of New Zealand, Eph-A-ROYAL-1901-2-front, Alexander Turnbull Library, Wellington, 1901, “Menú por el cual, en el parlamento neozelandés se recibía solemnemente a los duques de Cornualles en 1901. Elementos vegetales, el gran pájaro *moa* y decoraciones maóricas como parte de la imagen de lo neozelandés. El patrimonio fue una herramienta diplomática fundamental en el siglo XIX”, <https://natlib.govt.nz/records/22680575>

Reischek no cometió nada ilegal (como hemos visto, no existían todavía leyes de protección de patrimonio para Nueva Zelanda) ni mucho menos algo poco usual para la arqueología de la época, pero sí era una clara violación de la costumbre maorí. Reischek habría literalmente profanado las tumbas de los antepasados de sus anfitriones; y, con ello, habría ofendido a la nación neozelandesa. Si bien esto era cierto, también lo fue que —paradójicamente— si algo distinguió a Reischek frente a otros coleccionistas de la época, fue su aprecio por la cultura maorí y las buenas relaciones que entabló con los maoríes de su tiempo (Kolig 1986, 62.). Se llega incluso a percibir en sus memorias cierto cariz anti-colonialista difícil de encontrar por aquel entonces, incluso en la propia Nueva Zelanda: “...por donde quiera que va el europeo, la naturaleza perece” (Reischek 1924, 82). Otra paradoja es que buena parte de los ejemplares recopilados por Reischek fuera a parar al propio museo nacional de las islas (entonces *Dominion Museum*). Literalmente Reischek había ayudado a comenzar a construir un patrimonio en suelo neozelandés, poniendo en valor y catalogando su riqueza biológica y cultural. Sin embargo, otra gran parte de sus especímenes fue a parar al *Naturhistorisches Hofmuseum* de Viena. Tras la Segunda Guerra Mundial se desataría la demanda de restitución patrimonial. Los modos del coleccionismo decimonónico derivarían pronto en una polémica nacional y en un conflicto diplomático.

No Kiwi for Mr. Churchill: un patrimonio para un solo país

Es bien sabido como las guerras mundiales resultaron en trascendentes consecuencias para numerosos grupos sociales y territorios a lo largo del mundo. Nada fue igual para las colonias, para los indígenas o para las mujeres que habían luchado y trabajado en igualdad de condiciones que las metrópolis o que sus conciudadanos. El patrimonio no fue ajeno tampoco a este cambio. Una concepción más solipsista, acaso menos cosmopolita y, sobre todo, menos colonial, comenzaría a abrirse paso en los procesos de conceptualización patrimonial. Algo había comenzado a cambiar entorno a la sustracción, la colección o incluso *exotización* de los tesoros del país. Al igual que las curiosidades maoríes —y antes con las cabezas preservadas— se comenzó a limitar la captura y coleccionismo de pájaros. La conservación de las especies, el rechazo al término “curiosidad” y un discurso patrimonial ya plenamente nacionalista, comenzaban a abrirse paso en la opinión pública,

Era costumbre 50 años atrás el pensar y escribir de las aves de Nueva Zelanda en términos de rareza o de algo inusual. Mucho se ha hablado del [descenso de] porcentaje de aves no voladoras como el kiwi, weka o kakapo, todas ellas fueron descubiertas y descritas tanto aquí como en el extranjero, y un número innecesario de tales infortunados pájaros fueron dados caza para cubrir las demandas de un comercio de pieles. El comercio cesó, afortunadamente, pero por otras causas menos evidentes el declive de tales aves continúa avanzando (*New Zealand Herald* 26-XI-1938,18)

Es en este nuevo contexto cuando los oscuros procedimientos de Reischek saldrían a la luz, despertando una agria polémica en una opinión pública neozelandesa todavía inflamada por el ardor nacionalista de la Segunda Guerra Mundial. El *affaire* Reischek atrajo mucha atención y, tanto los diferentes líderes maoríes como el propio parlamento neozelandés, comenzaron a elevar sus quejas, en una aunada y decidida acción ya plenamente nacional. Estas se centraban en el modo de sustracción de las piezas —conocido a través de la propia narración del naturalista— aunque ya se podía percibir un fondo de enmienda más amplio que comenzaba a censurar la mera existencia de grandes colecciones de patrimonio neozelandés fuera de sus fronteras. Atrás parecía quedar la situación de cierta inferioridad de Nueva Zelanda respecto a Gran Bretaña o Europa, por la cual un naturalista era recibido con orgullo y complacencia en las islas,

A no ser que hayan sido destruidos por la guerra, la más grande y mejor colección neozelandesa de objetos zoológicos y etnográficos que existe en Europa se encuentra en el *State Natural History Museum* de Viena. Contiene inigualables tallas maoríes y tipos de trabajos de factura nativa desconocidos en el *Dominion [Museum]*, esto es, el museo nacional que todavía conservaba el nombre ligado al dominio británico, a ninguno de los cuales debería habersele permitido abandonar el país. Parte de la colección, particularmente los especímenes etnográficos, fueron obtenidos por franco robo y otros métodos difícilmente menos éticos (*Auckland Star* 8-IX-1945).

Marcado por el final de la Segunda Guerra Mundial el contexto era claramente otro. Nueva Zelanda había ayudado, fielmente bajo mando británico, a liberar Europa. Era especialmente ominoso para el orgullo nacional que Austria —según ellos una de las principales causantes de la conflagración— conservara un patrimonio que, en realidad, *no le pertenecía*. “Es deber del gobierno [afirmaba un diario neozelandés entonces] traer de vuelta lo que con desvergonzada franqueza fue descrito como ‘rico botín’ por Andreas Reischek, el austro-alemán [sic] que lo reunió” (*op. cit.* 8). El tono anti-germánico de las numerosas columnas de opinión de la época confirmaba que se trataba al mismo tiempo de un asunto de orgullo nacional y de relaciones internacionales,

Uno puede comprobar la típica cerrazón romántica alemana en la manera en que describe [Reischek] la profanación y el mal hecho a la buena gente que había confiado en él, permitiéndole vagar sin restricción por sus reservas indígenas. Ninguna intranquilidad al respecto parece recorrer su pensamiento; sólo el placer merecido de haber tenido éxito con su deshonesto artimaña (los alemanes de aquella generación habrían sido felices si hubiera funcionado el esquema de Hitler) (*Auckland Starr* 1945, 8).

El conflicto había despertado un nacionalismo dormido en Australia o Nueva Zelanda, dos territorios hasta entonces tan alejados de los asuntos internacionales como ocupados en urgentes cuestiones internas como para desarrollar un sentimiento diferenciado de la mera imitación británica. Ahora Nueva Zelanda se atrevería a poner sobre la mesa en los tratados que siguieron a la guerra, la exigencia a Austria, a modo de contraprestación bélica, de la devolución del patrimonio

sustraído por Reischek. Así avivaba la polémica un diario australiano en fecha tan temprana como 1946,

La historia se remonta a muchos años atrás. Un naturalista austriaco de nombre Andreas Reischek se sirvió de sus buenas relaciones con los naturales para adentrarse en el *King Country*. Sobornó a dos maoríes para que le mostraran dónde se encontraba una cueva donde se hallaban, enterradas, las momias de prominentes jefes maoríes. Regresando en lo más oscuro de la noche, el austriaco hizo una selección de unos pocos cuerpos y muchas calaveras y, con éxito, las sacó subrepticamente del *King Country* y de Nueva Zelanda hacia Viena. Reischek había llegado a Nueva Zelanda en 1877, fue en 1882 cuando cometería el robo. Era un gran insulto al rey maorí y a los jefes de aquel tiempo y todavía hiere a los descendientes de hoy (*Smith's Weekly* 27-IV-1946)

Aquel intento de repatriación patrimonial —bastante insólito por entonces— no llegaría a prosperar. Los esfuerzos de la prestigiosa *Polynesian Society* para que fueran devueltos los objetos de Viena, no encontraron todo el apoyo necesario. Poco después, en 1948 sí se conseguiría la repatriación, vía compra, de la importante colección de *toi moko* de William Oldman (Neich y Davidson 2004). Comenzaba a vislumbrarse un cambio en el sentido de la proyección del patrimonio: de centrífuga a centrípeta, esto es, de permitir, alentar e incluso utilizar diplomáticamente el patrimonio como capital simbólico en las relaciones con otras potencias, a evitarlo primero y, seguidamente, a enarbolar su repatriación como demanda diplomática. Un cambio que incluso afectó a las relaciones con Gran Bretaña, si atendemos a la siguiente anécdota. Al finalizar la Segunda Guerra Mundial se sugirió la posibilidad de enviar, en calidad de máximo presente diplomático, un kiwi —la peculiar ave, convertida en símbolo de Nueva Zelanda— al mismísimo Winston Churchill. Existen pocos gestos a través de objetos que pudieran resultar más significativos. Era, literalmente, entregar parte de la esencia del país. Una suerte de “diplomacia del panda” austral que no llegó a buen puerto, pues levantaría tan grande oposición que no solo fue rechazada, sino que aceleró la prohibición de exportar tanto kiwis como cualquier tipo de curiosidad o reliquia maorí (*Northern Advocate* 5-IX-1946, 5). “Ningún kiwi vivo abandonará Nueva Zelanda para ir a ningún zoo privado, ni del Sr. Churchill ni de nadie”, afirmó el a la sazón ministro de interior Bill Parry, al mismo tiempo que se prohibía la salida de curiosidades maoríes⁸.

⁸ La ley de patrimonio neozelandés (*Maori Antiquities Act*) provenía de 1901 pero se permitían e incluso se alentaban ciertas exportaciones con el fin de intercambiar objetos con museos de ultramar. En la conferencia de representantes de museos de Nueva Zelanda en 1926 se concluyó que “export should be allowed under supervision, partly to facilitate exchange with foreign museums and partly to encourage Maoris in the pursuit of their old-time crafts” (*Auckland Starr* 3-XI-1926, p. 3). Ya se había dado alguna devolución patrimonial, siempre con motivos diplomáticos, entre Londres y Wellington. En 1934, por ejemplo, el *British Museum* intercambió (no se utiliza todavía la palabra *devolvió*) tres importantes piezas al entonces denominado como *Auckland War Memorial Museum*.



Fig. 2: Ashbutron Guardian, 1946, “Tras la Segunda Guerra Mundial aumentó exponencialmente el sentimiento nacional neozelandés, lo que tuvo un rápido reflejo en la concepción y protección del patrimonio. Fragmento de noticia de un periódico neozelandés de 1946 donde se da cuenta de la negativa popular a seguir utilizando el patrimonio neozelandés, pájaros y *curiosidades* maoríes, para fines diplomáticos”, 5-IX-1946, n. 278, 5, Paper Past. National Library of New Zealand, <https://paperspast.natlib.govt.nz/newspapers/AG19460905.2.68>

Se cerraba casi herméticamente la salida del patrimonio neozelandés hacia el mundo, un flujo que había sido dominante durante el siglo XIX. Quedaba un último despliegue en este camino de ida y vuelta patrimonial. De la colección se pasaría a la demanda, y de allí a la restitución efectiva. Se puede afirmar que algunos de los más constantes esfuerzos diplomáticos llevados a cabo por Nueva Zelanda desde finales del siglo XX estarían encaminado a la restitución patrimonial. A partir de los años setenta, en un clima de desconexión con Europa y de reconocimiento de derechos de los pueblos originarios, se comenzaría a conseguir la devolución de objetos patrimoniales.

De la *constitución* a la *restitución*: la devolución patrimonial como reclamación indígena y como herramienta diplomática

Hemos visto cómo el coleccionismo de especímenes naturales y curiosidades indígenas fue una constante a lo largo de la historia de la expansión europea en el mundo. Aquellas colecciones formadas a lo largo de varios siglos, en la confluencia de tan diferentes trayectorias, comenzaron a ser cuestionadas y escrutadas a finales del siglo XX. Un nuevo y último cambio haría que muchos de los objetos significativos de Nueva Zelanda comenzaran a ser contemplados no ya como grotescos especímenes, curiosidades etnográficas o como símbolos nacionales, sino como pruebas de una dominación colonial que se debía superar. El saqueo y cooptación del patrimonio no habrían respondido sólo a puntuales actuaciones, llevadas a cabo por coleccionistas extranjeros sin escrúpulos: la propia construcción de un patrimonio neozelandés podía ser contemplada como un

acto de dominación en sí, uno especialmente dirigido contra las poblaciones indígenas. En definitiva, el coleccionismo devenía en un correlato del colonialismo. Así se desprende de las palabras de la actual curadora jefe maorí del museo nacional de Nueva Zelanda (*Museum of New Zealand Te Papa Tongarewa*) cuando afirma: “[m]uchas de sus colecciones se habían formado con propiedades robadas, poseyendo tesoros que habían sido requisados, directamente, a punta de pistola. Y supongo que muchos otros se conseguirían a través del miedo, como botín de guerra” (Entrevista a Rhonda Paku 1-XI-2012).

Pero para llegar a este copernicano giro en la apreciación del patrimonio maorí, hubo de producirse un importante giro en la historia y la política del país. En los años setenta confluían diferentes fenómenos. La entrada de Gran Bretaña en la Unión Europea fue contemplada por Australia y Nueva Zelanda como una traición de la madre patria, que supondría el fin efectivo de la dependencia respecto a la antigua metrópolis. Por otro lado, el movimiento indígena maorí arremetía: protestas como la “Marcha por la tierra” (1975) o la toma de “Bastion Point” (1977) denunciaban la situación de marginación de los maorís en la sociedad neozelandesa. Lo cual dio lugar a una suerte de nuevo pacto nacional en donde la cultura maorí tendría un papel preminente, incluido en el campo de los museos en donde curadores indígenas comenzaron a ser más y más habituales. A la sombra del Tribunal de Waitangi se comenzó un proceso de restitución histórica hacia las poblaciones indígenas, que incluyó desde una petición formal de perdón por parte de Gran Bretaña, devolución de tierras a las tribus, hasta el reconocimiento oficial del idioma y las ceremonias maoríes. Todo ello, claro está, tuvo su repercusión en la manera en que se contemplaba el patrimonio nacional. En primer lugar, el elemento británico, antes componente central de la sustancia nacional neozelandesa, ahora no sólo dejaba de ser pertinente, sino que comenzaría a percibirse como foráneo. Como en toda independencia, la identidad kiwi comenzó a definirse frente al elemento cultural metropolitano y a volver su mirada hacia el alma indígena del país. Como apuntaba un conocido intelectual maorí: “[n]o aceptamos seguir considerando al Capitán Cook como el descubridor de Nueva Zelanda” (Entrevista a Te Taru White 19-XII-2008).

Como síntoma de que algo estaba cambiando, la exhibición de algunos objetos maoríes comenzó a resultar incómoda. Fueron las *toi moko*, en su condición catalizador de buena parte de las tensiones de la historia neozelandesa, el primer objeto en el que se percibiría el nuevo contexto: comenzaron progresivamente a dejar de exhibirse. En 1986, una de los más conocidos ejemplares presente en las islas sería retirada “por motivos de conservación y culturales” (*Whanganui Chronicle* 12-V-1986). Se ocultaba ahora aquel objeto por el que, sólo unas décadas antes, las mismas instituciones tanto esfuerzo habían gastado en adquirir y en poder exhibir. Dion Peita era entonces

uno de los más conocidos expertos maoríes en museos y narra el momento en el que los restos humanos comenzaron a resultar incómodos o inapropiados para su exhibición,

Había aquellas viejas vitrinas *Carnegie*, donde normalmente tenías numerosos materiales ‘arqueológicobarraetnográficos’ tirados por ahí, polvorientos, realmente nada atractivos, pero en aquel tiempo, supongo, uno estaba interesado en cualquier trabajo que se asemejara a la manera de hacer de Indiana Jones. Existía una pareja de... bueno, en el Museo de Auckland, lo denominaban como el ‘Hall of Men’ y ahí había un sarcófago y justo a su lado un pequeño recipiente que contenía un feto y podías ver aquellos [inaudible] restos. El interior de aquel recipiente siempre me impresionó. Cada vez que visitaba el museo tenía que ir a verlo. Pero después de un tiempo, una vez ya convertido en empleado [del museo] noté que había sido retirado del ‘Hall of Men’ por razones que desconozco, pero sin lugar a dudas para no ofender a algún grupo de la sociedad (Entrevista a Dion Peitia 7-I-2009).

La reorganización y la reinterpretación de los materiales culturales en exhibición dentro de la propia Nueva Zelanda fue radical (McCarthy 2004). Pero no lo fue menos de cara al exterior. Una palabra comenzó a ser habitual en el campo de los museos y en la disputa entre naciones: restitución o repatriación. Entendida como “el retorno de un objeto de patrimonio cultural de una colección en un museo a una parte encontrada como verdadera propietaria o guardiana tradicional, o sus herederos o descendientes” (Legget 2000, 29)⁹. El proceso de restitución patrimonial daría pie a una labor diplomática tan activa como lo que había demandado el coleccionismo internacional un siglo antes; si no más, al dibujarse la cuestión como una restitución histórica y como una enmienda al colonialismo. Esta labor se realizaría a través de una nueva y flamante institución que buscaba visibilizar la nueva nación neozelandesa: el Museum of New Zealand Te Papa Tongarewa (1998). Por supuesto, el museo no era enteramente nuevo en cuanto a contenidos: toda una sección se dedicó a exhibir la riqueza natural del país (denominada como *Papatūānuku* o madre tierra) con especial atención —claro está— a los pájaros; mientras que otra estaría dedicada a la cultura maorí. Una tercera —de menor atractivo— a los *Pakeha*, palabra maorí para referirse a la población de origen europeo. La verdadera innovación en el museo estaba en el modo en que se gestionaba. El patrimonio maorí sería manejado casi en exclusiva por las propias tribus, tratado y exhibido según sus propios protocolos culturales. Esto incluía muy especialmente los restos humanos, de los que los maoríes poseerían la “exclusiva autoridad [*kaitiakitanga*] para el manejo de los restos humanos de sus ancestros” (Te Rūnanganui o Tahu 1993). Por supuesto, una función muy importante de

⁹ La repatriación atañía especialmente al traslado de restos humanos, considerada en todo caso inapropiada tanto su exhibición como su posesión. En 1989 se publicaría la *Policy of Human Remains*, aprobada por el denominado como Comité del Museo Nacional de Nueva Zelanda (un año antes que la estadounidense “Native American Graves Protection and Repatriation Act” del año 1990, modelo de muchas posteriores). Así lo explicaba el Senador Daniel Inouye, uno de los responsables de tan decisiva ley: “La exhibición de restos humanos en museos o sociedades históricas no corresponde nunca a restos óseos de soldados de raza blanca, no son los restos de los primeros colonos europeos que arribaron a este continente los que yacen en las vitrinas. Son restos indios. El mensaje enviado al resto del mundo es que los indios son física y culturalmente diferentes —e inferiores— de los no indios. Eso es racismo” (citado en Butts 2002, 58.)

dicho museo sería la de la búsqueda de repatriación de aquellos “tesoros culturales” (*taonga*) que nunca debieron abandonar las islas y que, se consideraba, pertenecían a las tribus. Todo un departamento se ocuparía exclusivamente de *repatriar* restos humanos, con especial atención a las cabezas preservadas, consideradas ya no como objeto sino como *tūpuna* (ancestros). Los esfuerzos diplomáticos en cuestión patrimonial ya no estaban dirigidos a reunir una significativa colección de objetos de todo tipo y lugar, estaba encaminada en traer de vuelta a todos aquellos objetos tribales (y nacionales) que nunca debieron abandonar las islas. El patrimonio —*toi moko* dentro de él— comenzaba un camino de retorno que puede ser considerado en sí mismo como una alegoría de una descolonización simbólica y patrimonial. El “Karanga Aotearoa Repatriation Programme” del nuevo museo nacional se encargaría de localizar y, a través de una labor diplomática guiada por los propios maoríes, a conseguir su repatriación. Así explica la labor su anterior directora maorí (*Kaihautu*) Rhonda Paku: “Es lo que estamos haciendo ahora mismo, proveer de recursos el Programa de Repatriación, pero sólo para el regreso de restos óseos o restos humanos, de maoríes y morioris, de nadie más que de ellos; y este es un proyecto que comenzó hace muchos años” (Entrevista a Rhonda Paku 1-XI-2012).

A partir de entonces se han repatriado multitud de restos, produciéndose tal labor de “una manera cooperativa y discreta, con los maoríes en buena medida gozando del control del proceso, a diferencia de otros países en donde tales acciones han gozado de gran publicidad, debate y antagonismo” (Hole 2006, 3). De hecho, el gobierno neozelandés volvió a la carga, en una visita diplomática a Viena, para conseguir traer de vuelta la colección de Reischek. De nuevo, sin éxito. Aunque en 1985 sí se conseguiría el retorno de una de sus famosas “momias” (O’Hara 2012, 16). Una duda, que era todo un dilema cultural, surgía entonces ¿qué hacer con las cabezas preservadas maoríes una vez devueltas? ¿eran restos humanos y debían ser enterrados y por tanto destruidos? ¿o eran objetos artísticos debido a sus finos tatuajes y al complejo proceso de preservación y por tanto debían ser conservados, pero no exhibidos debido a su delicada naturaleza? En dicho museo se habilitaron espacios, a medio camino entre el espacio museístico y el santuario religioso, denominados como *wāhi tapu*, lugares sagrados en donde se recibía y trataba a dichos artefactos con el sumo respeto de un lugar funerario. De nuevo —como en las cuevas de Tawhia en donde un siglo antes se adentrara Reischek— espacios profundamente tabuados, cuya entrada estaba restringida incluso a los *kaitiaki* o responsables maoríes. “Nuestro almacén o santuario de restos humanos es responsabilidad exclusiva del *Karanga Aotearoa Repatriation Programme*. Cualquiera que desea entrar en dicho espacio, que necesite acceder a él necesita elevar una solicitud y conseguir permiso [de las *imū*] Incluso yo, si necesitara entrar, debería pedir permiso” (Entrevista a Rhonda Paku 1-XI-2012).

Las indagaciones para averiguar qué objetos abandonaron las islas, desandando el camino que antaño siguieran, se realizan con constantes consultas, también para preguntar sobre cuál debe ser el destino final de la pieza conseguida o repatriada: almacenarla, enterrarla o devolverla a la tribu. Así lo explicaba uno de los *kaumātua* o anciano consejero del departamento de repatriación del museo, Mr. Te Kanawa Pitiroi,

[El problema] son los restos humanos de los cuales no sabemos su lugar de procedencia, si no poseemos ninguna información intentamos inquirir de dónde pueden provenir. Así que procuramos facilitar conversaciones con las tribus de la siguiente manera: ‘si no sabemos de dónde provienen, mirar quién nos puede aconsejar al respecto, si debemos enterrarlo, dónde encontrarle un lugar de descanso, sobre esto suelen versar las conversaciones [con las tribus] sobre localizaciones de restos, sobre dónde enterrarlos, si en la Isla Sur, en Wellington o quizás en un mausoleo aquí en el Te Papa (Entrevista a Te Kanawa Pitiroi s.f.)

¿Suponía esta nueva política cultural, en lo que de *restitución* histórica tiene, una enmienda a la construcción del patrimonio nacional y una renuncia a su función diplomática? No, si al menos atendemos a un último caso específico, referido a la devolución de diversas *toi moko* desde la localidad francesa de Rouen en el año 2011. Una devolución particularmente significativa por varios motivos: suponía el inicio de una política exterior francesa que, desde entonces y hasta hoy, utilizará la devolución patrimonial como herramienta central en sus relaciones exteriores. Una política con el claro objetivo de limpiar una imagen exterior demasiado relacionada con el colonialismo. Y que estaría especialmente dirigida a dos de sus principales espacios de influencia: el Sahel y el Pacífico sur (Sarr y Savoy 2018). La devolución del *toi moko* en 2011, además, causaba un precedente legal y diplomático en Francia, un país especialmente celoso de lo público y, por tanto, del patrimonio. Fue, de hecho, la primera devolución ordinaria de patrimonio realizada desde Francia, sentando un precedente sembrado de muchas consecuencias. Francia originalmente consideraba a los *toi moko* —con justeza— como objetos culturales y no sólo como restos humanos, y por tanto inalienables a la nación francesa. Sin embargo, algo hizo cambiar a la Francia de Nicolas Sarkozy su restrictiva política patrimonial, introduciendo un cambio legislativo *ad hoc*, específico para tal objeto, decretando que “les têtes maories conservées par des musées de France cessent de faire partie de leurs collections pour être remises à la Nouvelle-Zélande” (Ley n. 2010-501 18-V-2010). Dos años después, el 23 de enero de 2012, el ministro de cultura francés, Frédéric Mitterand, daba un solemne discurso en el propio Museo de Quai Branly a propósito de la ceremonia de repatriación hasta ese momento de veinte *toi moko*, afirmando que nunca más serían considerados como objetos de coleccionismo, facilitando su descanso en lugares sagrados. Tales repatriaciones —aplaudidas por la UNESCO— según Mitterand, demostraban que Francia y Nueva Zelanda participaban de un compartido diálogo intercultural.

¿Qué había sucedido para que Francia introdujera una enmienda a su propia legislación y accediera a la devolución a las tribus maoríes aquellos antiguos y preciados objetos o restos humanos? ¿Nos encontramos ante un caso de restitución histórica —esto es, una *vuelta* a la situación original de un patrimonio al volver este a sus legítimos poseedores— o sólo ante acto diplomático más en donde el patrimonio se utiliza como herramienta de relaciones exteriores? ¿Ante un insólito y definitivo acto de *restitución* o simplemente ante un nuevo despliegue en la *construcción* patrimonial? Desde el punto de vista de Francia, la devolución patrimonial se ha mostrado como una de las más efectivas herramientas de *soft power* en aquellas zonas en donde despliega su condición de potencia regional: el Sahel (a través del conocido caso de los objetos de Benin) y el Pacífico Sur (principalmente las *toi moko*). No hay que olvidar que Francia es estrictamente vecina de Nueva Zelanda a través de los territorios autónomos de la Polinesia francesa. Más aun si tenemos en cuenta que la imagen de la potencia gala en el Pacífico no gozaba de muy buen momento tras las pruebas nucleares de Mururoa y, sobre todo, después de la explosión del *Rainbow Warrior*, el famoso buque de *Greenpeace*. Un incidente y una mácula exterior francesa, equiparable a la de Argelia respecto a África, primer atentado terrorista sufrido en suelo neozelandés, calificado, de hecho, como un flagrante caso de “terrorismo de Estado”. La devolución patrimonial redundaría así en la proyección de una imagen exterior alejada de toda querencia colonial. Tras el incidente dado en el puerto de Auckland, Francia elaboraría una estrategia encaminada a tal efecto, creando, por ejemplo, la *France – New Zealand Friendship Fund*, que ayudaría, entre otras cosas, al proceso de restitución de *toi moko* de Rouen (Dias 1989). Si la *diplomacia del coleccionismo* había alentado la salida de tales objetos, la *diplomacia de la devolución* los restituiría. Aunque a su vuelta —se podría argumentar— tales objetos poco tenían que ver con los que abandonaron las islas dos siglos y medio antes.

A modo de conclusión

Durante el presente trabajo hemos analizado los itinerarios dibujados en la historia por determinados objetos. Los sucesivos contextos políticos e internacionales los han ido alumbrando de diferentes, a veces antagónicos, sentidos. Sorprende todavía comprobar cómo el objeto —con su característica invariancia material— puede ser contemplado de tan diferentes maneras a lo largo del tiempo o el espacio. Como si su sentido dependiera, como en el valor de cambio de las antiguas monedas, de las diferentes relaciones entre pueblos o territorios. Los propios maoríes o las naciones europeas parecen contradecirse históricamente a través de estos materiales, alternativamente cambiándolos y reclamándolos, fabricándolos y enterrándolos, coleccionándolos o devolviéndolos.

Pero ello no es sino una de las más características pautas del patrimonio: su labilidad. El patrimonio nunca es sólo material, lo dotamos de diferentes significados según los contextos, los intereses y las atribuciones del momento. Por ello ha supuesto una fundamental herramienta de relaciones diplomáticas, porque al simbolizar diferentes anhelos y cubrir diversas necesidades, viene a regular los contactos entre culturas o naciones. Pero ello, advertimos, no ha de hacer que el observador caiga o en el más estéril relativismo o en el más inmóvil esencialismo cultural. Al contrario, es labor del especialista poner de relieve los divergentes y nunca definitivos sentidos que en la historia se les ha otorgado a determinados objetos: desvelar los usos para los que fue creado, los deseos que escondían su colección o, finalmente, los intereses que se ocultan bajo su restitución.

Referencias bibliográficas

Anderson, Benedict. *Imagined Communities. Reflection on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso, 1983.

Appadurai, Arjun. *The Social Life of Things*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511819582>

Auckland Starr. “Mr Reischek’s Loss”, 23-VIII-1888.

Auckland Starr. “Dominion Museum Conference Sitting. Exchange of Curios”. 3-XI-1926, 3.

Auckland Starr. “N.Z. Should Claim These Maori Relics”, 8-IX-1945, 8.

Belich, James. *Making Peoples. A History of the New Zealanders. From Polynesian Settlement to the End of the Nineteenth Century*. Auckland: Allen Lane Penguin Press, 1996.

Belich, James. *Paradise Reforged. A History of the New Zealanders. From the 1880’s to the year 2000*. Honolulu: University of Hawai’i Press, 2001.

Bennett, Tony. “The Exhibitionary Complex”. *New Formations*, n. 4 (1988): 73 – 102.

Buller, Walter Lawry. *A History of the Birds of New Zealand*. London: John Van Voorst, 1873. <https://doi.org/10.5962/bhl.title.50671>

Burón Díaz, Manuel. *El Patrimonio recobrado. Museos indígenas en México y Nueva Zelanda*. Madrid: Marcial Pons, 2019.

Butts, David James. “Māori and Museums. The Politics of Indigenous Recognition”. Tesis doctoral, Masey University, Palmerston North, 2002.

Clifford, James. *The Predicament of Culture: Twentieth-century Ethnography, Literature and Art*. Cambridge: Harvard University Press, 1988. <https://doi.org/10.2307/j.ctvjf9x0h>

Cook, James. *The Voyages of Captain Cook Round the World*. London: William Smith, vol. I, 1842.

Dias, Nelía. “Séries de Crânes et armée de squelettes: les collections anthropologiques en France dans la seconde moitié du XIX siècle”, *Bulletins et Mémoires de la Société d’Anthropologie de Paris. Nouvelle Série*, 1 (3-4) (1989): 203 – 230. <https://doi.org/10.3406/bmsap.1989.2581>

Gellner, Ernest. *Nation and Nationalism*. Oxford: Basil Blackwell Publishers, 1983.

- Gill, B. "The Cheeseman-Giglioli correspondence, and museum exchanges between Auckland and Florence, 1877 - 1904". *Archives of Natural History*, vol. 37, n.1 (2010): 131 – 149.
<https://doi.org/10.3366/E0260954109001697>
- Graham, Brian J. y Howard Peter (eds.). *The Ashgate Research Companion to Heritage and identity*. Oxford y New York: Routledge, 2008
- Gruzinski, Serge. 2005. "Nuevo Mundos, Mundos Nuevos. Bibliothèque des Auteurs du Centre".
<http://nuevomundo.revues.org/617>.
- Hobsbawm, Eric J. *Naciones y nacionalismo desde 1780*. Barcelona: Crítica, 1991.
- Hobsbawm, Eric J. y Ranger, Terence O. (eds.). *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- Hole, Brian. "Loose Notions About Heads?: The Repatriation of Human Remains in New Zealand". MA Archaeology Dissertation, Birkbeck College, Londres, 2006.
- Kolig, Erich. "Andreas Rischek and the Maori: Villainy or the Nineteenth-Century Scientific Ethos?". *Pacific Studies*, vol. 10, n. 1 (1986): 54 – 78.
- Latour, Bruno. *Ressembling the Social. An Introduction to Actor-Network Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- Legget, Jane. *Restitution and Repatriation: Guidelines for a Good Practice*. Londres: The Museum and Galleries Comission, 2000.
- Macmillan Brown, John. *Maori and Polynesian. Their Origin, History and Culture*. London: Hutchinson & Co., 1907.
- Martínez, María Adoración, Bustamante, Jesús, López, Jesús, y Burón, Manuel. "Las controversias de los *materiales culturales delicados*, un debate aplazado pero necesario". *Ph. Investigación*, n. 2 (2014): 1 – 30, URL:
<http://www.iaph.es/revistaph/index.php/revistaph/article/view/4022> .
- McCarthy, Conal. "From Curio to Taonga: A Genealogy of Display at New Zealand's National Museum, 1865 – 2001". Tesis de doctorado, Wellington: Victoria University, 2004.
- McCarthy, Conal. *Exhibiting Māori: A History of Colonial Cultures of Display*. Wellington: Te Papa Press, 2007.
- Neich, R. y Davidson, Janet. *The Oldman Collection of Maori artifacts*. Auckland: The Polynesian Society, 2004.
- New Zealand Herald*. "Mr. Reischek". 15-II-1889, 3.
- New Zealand Herald*. "A Pioneer of Fiordland. Adventures of Andreas Reischek". 29-IV-1933, 4.
- New Zealand Herald*. "Native Birds". 26-XI-1938, 18.
- New Discoveries Concerning the World and its Inhabitants*. London: Printed by J. Johnson, 1778.
- Northern Advocate*. "Maori Relics Not to Be Retrieved". 7-X-1946, 5.
- O'Hara, Coralie. "Repatriation in practice: A critical analysis of the repatriation of human remains in New Zealand museums", Tesis de maestría, Victoria University of Wellington, 2012.
- Press*. "In the Southern Alps". 28-XI-1936, 28.
- Reischek, Andreas. *Yesterdays in Maoriland: New Zealand in the eighties*. Auckland: Wilson and Horton, 1930.
-

Reischek, Andreas. *Sterbende Welt: Zwölf Jahre Forscherleben in Neuseeland*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1924.

Robley, Horatio. *Moko; or Maori Tattooing*. London: Chapman and Hall, 1896.

Sarr, Felwine y Savoy, Bénédicte. *The Restitution of African Cultural Heritage. Toward a New Relational Ethics*. Documento remitido al presidente de la República Francesa, 23-XI- 2018.

Simpson, Moira G. *Making representations: museums in the post-colonial era*. New York: Routledge, 2001.

Smith, Laurajane. *Cultural Heritage: critical concepts in media studies and cultural studies*. London and New York: Routledge, 2007.

Smith's Weekly, 27-IV-1946

Taylor, Richard. *Te Ika a Maui or New Zealand and its inhabitants*. London: Wertheim and Macintosh, 1855.

Te Ao Hou. "Austria and the Maori People". X- 1958, 38.

Te Rūnanganui o Tahu. *Kōiwi Tangata: Te Wamata o Ngāi Tahu e pā ana ki ngā Taoka Kōiwi o Ngā Tūpuna*. Christchurch: Te Rūnanganui o Tahu, 1993

Tregear, Edward. *The Maori Race*. Wanganui: A.D. Willis Printer and Publisher, 1904.

Whanganui Chronicle. "Wanganui head was not displayed", 12-V-1986.

Recibido: 27 de junio de 2020

Aprobado: 22 de agosto de 2020

Dossiê: Patrimônio e Relações Internacionais

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.30727>

***Soft Power* Mineiro: O edital Circula Minas (2015-2018) como medida de preservação e difusão nacional e internacional da cultura e do patrimônio de Minas Gerais**

Mineiro Soft Power: the Circula Minas program (2015-2018) as a measure of preservation, national and international diffusion of Minas Gerais culture and heritage

Soft Power mineiro: El edicto Circula Minas (2015-2018) como medida de preservación y difusión nacional e internacional de la cultura y patrimonio de Minas Gerais

Vanessa Gomes de Castro*

<https://orcid.org/0000-0002-8281-4491>

Thiago Rodrigues Tavares**

<https://orcid.org/0000-0002-5798-4325>

RESUMO: O presente artigo analisa os resultados do edital Circula Minas de Intercâmbio Cultural, do ano de 2015 a 2018, com atenção especial à área de patrimônio. Os editais, amparados em políticas culturais e sociais, tiveram por finalidade apoiar financeiramente artistas, pesquisadores, mestres dos saberes tradicionais e afins, domiciliados no estado de Minas Gerais, em viagens para apresentação e capacitação em diversas áreas culturais, visando à difusão nacional e internacional da cultura mineira, bem como a sua preservação. Diante disso, busca-se refletir sobre os editais, considerando o conceito de *soft power*, entendido como a construção de relações de poder amistosas, por exemplo, através de políticas culturais, fortalecendo, assim, o poder político e econômico dentro e fora do país, pela atratividade cultural. Os resultados são apresentados em tabelas, contendo a quantidade de propostas selecionadas por ano, as áreas culturais contempladas, o valor do apoio financeiro, as cidades de origem e os países de destino. As conclusões enfatizam os potenciais retornos de medidas como os referidos editais, na promoção e proteção da cultura e do patrimônio do estado, fortalecendo o *soft power* mineiro e brasileiro.

* Professora na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Doutora e Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCSO/UFJF). Especialista em Políticas Públicas e Gestão Social pela UFJF. E-mail vadecastro@hotmail.com

** Doutorando em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGHIS/UFJF). Mestre em Ciência da Religião pela UFJF. Membro dos grupos de pesquisas Patrimônio e Relações Internacionais e Laboratório de Patrimônios Culturais (LAPA). E-mail thiagor.tavares@yahoo.com.br

Palavras-chave: *Soft Power*. Políticas Culturais. Circula Minas. Cultura Mineira. Patrimônio.

ABSTRACT: The following paper analyzes the results of the Circula Minas Program of Cultural Interchange from 2015 to 2018, with closer attention to cultural heritage. The program's edicts, supported by cultural and social policies, sought to financially support artists, researchers, masters of traditional knowledge and others residents of Minas Gerais for presentations and capacitation in many cultural areas, fostering national and international diffusion of mineiro culture, as well as its preservation. In face of that, this paper reflects on the edicts considering the concept of soft power, understood as the construction of friendly power relations, for instance, through cultural policies, strengthening, therefore, political and economic power both within and outside the country through cultural attractiveness. The results are presented in charts containing the amount of yearly selected proposals, the cultural areas represented, the value of financial support, cities of origin and countries of destination. The conclusions emphasize the potential comebacks of measures such as the referred edicts in the promotion and protection of the state's culture and heritage in strengthening the mineiro and Brazilian soft power.

Keywords: Soft Power. Cultural Policies. Circula Minas. Mineiro Culture. Heritage.

RESUMEN: Este paper analiza los resultados del edicto Circula Minas de Intercambio Cultural entre los años de 2015 y 2018, con especial atención para el campo del patrimonio. Los edictos, respaldados en políticas culturales y sociales, tuvieron como finalidad apoyar financieramente artistas, investigadores, mestres de los saberes populares y congéneres, domiciliados en Minas Gerais, en viajes para presentaciones y capacitaciones en las más diversas áreas culturales, buscando la difusión nacional e internacional de la cultura mineira, así como su preservación. Así pues, se busca reflexionar acerca de los edictos, considerando el concepto de soft power, entendido como la construcción de relaciones de poder amistosas, por ejemplo, a través de políticas culturales, fortaleciendo el poder político y económico dentro y afuera del país, por la atraktividad cultural. Los resultados están presentados en tablas que contienen la cantidad de propuestas seleccionadas por año, las áreas culturales agraciadas, el valor del apoyo financiero, las ciudades de origen y los países de destino. Las conclusiones dan énfasis a los potenciales beneficios de acciones como los referidos edictos en la promoción y protección de la cultura y patrimonio del estado, fortaleciendo el soft power mineiro y brasileño.

Palabras clave: Soft Power. Políticas culturales. Circula Minas. Cultura Mineira. Patrimonio.

Como citar este artigo:

Tavares, Thiago Rodrigues; Castro, Vanessa Gomes de. “*Soft Power* mineiro: O edital Circula Minas (2015-2018) como medida de prevenção e difusão nacional e internacional da cultura e do patrimônio de Minas Gerais”. *Locus: Revista de História*, 26, n.2 (2020): 235-260.

Introdução

Esse trabalho tem o objetivo de analisar os resultados dos editais Circula Minas de Intercâmbio Cultural, no que tange as suas contribuições na difusão e preservação da cultura mineira em diversas áreas, por exemplo no campo do patrimônio, fortalecendo relações de poder amistosas dentro e fora do país. O edital Circula Minas foi um programa de intercâmbio cultural promovido pelo Governo de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Cultura (SEC) e da Superintendência de Interiorização e Ação Cultural (Siac), com edições anuais de 2015 a 2018. Foi ancorado em políticas culturais, tal como a lei estadual n.º 11.726/1994, que dispõe sobre a política cultural do Estado de Minas Gerais, visando, entre outras coisas, ao exercício dos direitos culturais, ao incentivo à criação, divulgação, proteção e preservação da cultura mineira, tais como as formas de expressão, modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, tecnológicas e artísticas, as obras, objetos, documentos, edificações, o próprio patrimônio.

O edital Circula Minas de Intercâmbio também se embasou em políticas sociais, como a lei estadual n.º 18.692/2009, que dispõe sobre critérios de execução e gestão para transferência gratuita de bens, valores e benefícios no âmbito de programas sociais, visando a garantia de direitos fundamentais, como educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, saneamento básico, desporto, acesso à cultura, entre outros. Obviamente, o edital se apoia na Constituição Federal de 1988, marco do período de democratização do Brasil após duas décadas de ditadura militar, visando a ratificação dos direitos individuais e sociais fundamentais de todos os brasileiros, tal como o direito à cultura, juntamente com medidas de divulgação e preservação cultural.

Assim, o edital Circula Minas, entre os anos de 2015 a 2018, concedeu apoio financeiro a pessoas físicas, bem como a pessoas jurídicas sem fins lucrativos e de caráter prioritariamente cultural, brasileiras ou naturalizadas, como artistas, pesquisadores, mestres dos saberes tradicionais e afins, domiciliados no estado de Minas Gerais. Diante disso, teve por objetivos a troca de experiências e a difusão da cultura mineira em diversas áreas, dentro e fora do país, por exemplo: nas artes visuais, circo, dança, teatro, audiovisual (cinema e vídeo), novas mídias, literatura, memória, movimento social negro, capoeira, patrimônio museológico e cultural, design e moda, gestão e produção cultural, serviços criativos, humanidades, diversidade cultural, artesanato, folclores, entre outras, exceto a área da música por ter programa de incentivo próprio. Esse apoio financeiro possibilitou a circulação de atrativos culturais do estado de Minas Gerais e o estreitamento de relações amigáveis nacionais e internacionais (Tavares; Castro, 2020).

Diante disso, esse trabalho busca analisar os resultados dos editais Circula Minas de Intercâmbio, dos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018, bem como suas contribuições na preservação

e difusão da cultura mineira dentro e fora do país, em diversas áreas de modo geral e no campo do patrimônio em particular. Assim, os editais e seus resultados são examinados sob a ótica do *soft power*, conceito estabelecido no campo das relações internacionais, remetendo à construção de relações de poder amistosas, fortalecidas pelas políticas culturais. Torna-se importante destacar que a aproximação entre as relações internacionais, a pesquisa historiográfica e o campo do patrimônio cultural está de certa forma relacionada à ascensão da própria história cultural (Burke 2002). A troca mútua de conhecimentos envolvendo a história e as demais disciplinas das ciências humanas (sociologia, antropologia, ciência política, relações internacionais, economia etc.) têm buscado entender a experiência humana como um todo (Burke 2008), nos possibilitando melhor compreender a relação da sociedade com o seu patrimônio cultural.

Segundo Burke (2008), a historiografia no século XX expandiu as possibilidades da pesquisa para o historiador, viabilizando que todo registro humano fosse valorizado como uma fonte potencial de interpretação da sociedade. Evidencia-se a perspectiva da observação local e microscópica, em que os historiadores puderam jogar luz sobre experiências concretas locais, contudo, sem perder de vista as questões macro que envolve as estruturas dos sistemas sociais. Nesse sentido, este trabalho examina os resultados de um programa de intercâmbio cultural do estado de Minas Gerais, considerando suas possibilidades para o contexto brasileiro. Para tanto, adota o método quantitativo no que concerne à análise das propostas deferidas pelos editais e do dinheiro investido pelo estado de Minas Gerais. Conforme Burke (2002), o método quantitativo tem uma longa história nas ciências humanas, presente em análises econômicas, demográficas, sociológicas, históricas e outras.

Posto isso, metodologicamente, o presente trabalho analisa os dados referentes aos resultados dos editais mencionados, os quais foram divulgados no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no site da Secretaria de Estado de Cultura¹, tais como: a quantidade de propostas habilitadas e selecionadas, habilitadas e não selecionadas e inhabilitadas para receber o apoio financeiro ao longo dos anos; o valor total do apoio financeiro recebido pelas propostas selecionadas nos 04 anos de edital; as áreas culturais das propostas contempladas; o valor total do apoio financeiro recebido por área; as cidades de origem; e os países de destino. Nesse sentido, além da análise de todas as áreas de modo geral, ressaltam-se as especificidades no campo de patrimônio. Desse modo, foi possível ter uma perspectiva do potencial dos resultados do edital na construção de relações de poder em alguma medida amistosas, dentro e fora do Brasil, envolvendo a cultura, o Governo e a população, fortalecendo o poder político e econômico no tempo presente.

¹ Os links dos resultados encontram-se nas referências.

O *Soft Power*

Cunhado por Joseph Nye Jr., entre o final da década de 1980 e o início dos anos 1990, o conceito de *soft power* faz parte da teoria das relações internacionais, sendo usado para designar a capacidade de persuasão de governos na esfera geopolítica, considerando, entre outros aspectos, seu capital cultural. Ao observar a política externa dos Estados Unidos, Nye Jr. (2002) argumentou que o país, apesar de ser uma superpotência, com grande poder econômico e militar, também deveria atrair os outros países através da cooperação, com o uso do *soft power*. Esse poder representa a habilidade de um Estado em alcançar seus objetivos por meio da atração, em vez da coerção. Desse modo, o *soft power* é caracterizado pelo uso de instrumentos nos âmbitos da cultura e ideologia, diferentemente do “poder bruto” (*hard power*), que parte dos âmbitos da economia, da força militar, do uso de ameaças e violências.

De acordo com Nye Jr. (2004), nos últimos anos, devido a diversas mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais, o exercício do “poder” também sofreu várias alterações, por exemplo o contrabalanceamento com o uso do poder coercitivo. Como nota Christofletti (2017), para Nye Jr., o sucesso de um ator internacional em assuntos mundiais não dependeria apenas da capacidade de obrigar o cumprimento de uma ordem através da influência econômica ou física do *hard power*, mas, também, da habilidade de atrair valores admiráveis pelo *soft power*, considerado legítimo, em que a “persuasão” através de certos “elementos intangíveis” — tais como instituições, ideias, valores e, claro, a própria cultura — se coaduna com os consagrados “elementos tangíveis”, como força e dinheiro, quase sempre associados ao *hard power*.

Na mesma direção, Ouriveis (2013) nota que o *soft power* está diretamente relacionado à credibilidade do país: quanto maior a capacidade de disseminação de relações de poder amistosas (poder brando), mais crédito terá perante o sistema internacional. Conforme afirma Nye Jr. (2002), a nação que conseguir legitimar seu poder brando aos olhos das demais encontrará menor resistência para obter o que deseja. Uma vez que o país conta com uma cultura e uma ideologia atraentes, os outros países mostrar-se-iam mais dispostos a acompanhá-lo. Nye Jr. (2004) aponta o Brasil, a China e a Índia como países emergentes com potencial para disseminar seu poder brando durante a era da informação global.

O autor é taxativo ao dizer que o *hard power* (poder duro da coerção e da punição) está aí e perdurará, sendo cada vez mais combinado, contudo, com o *soft power* (poder brando da persuasão e da atração). Com estratégias que atualmente chama de *smart power* (poder inteligente), Nye Jr. (2012) acredita que é possível lidar com os problemas da atualidade, tais como mudanças climáticas, tráfico de drogas, fluxos financeiros, pandemias e outros — tudo que está fora do controle dos

governos, cujo poder está distribuído de forma caótica. É mediante a cooperação, por meio do trabalho em conjunto, com a habilidade de criar redes, que o *soft power* se torna mais importante para lidar com esse tipo de problema (Nye Jr. 2012).

Na avaliação de Nye Jr. (2004), as relações de poder brandas crescem por três vertentes: a primeira delas é a cultura nacional; a segunda são as políticas e valores internos; e a terceira, a política externa — as duas últimas com maior domínio governamental, em relação à cultura. Frente a isso, as estratégias apresentadas por Nye Jr. (2004) são: (i) melhorar a transmissão de mensagens e noticiários (*broadcasting*); (ii) ampliar programas de intercâmbio para setores não governamentais; (iii) aperfeiçoar processos de concessão de visto para estudantes; (iv) encorajar estudos no exterior; (v) repensar o papel das forças de paz; (vi) desenvolver programas para atrair professores estrangeiros para ensinar suas línguas; e (vii) iniciar uma corporação de diplomacia pública para desenvolver relações de poder brandas nos setores privados e sem fins lucrativos.

Nye Jr. (2004) desenvolve diversos argumentos para provar a atratividade da cultura americana. Segundo o autor, é possível perceber como os Estados Unidos já adotam diversas estratégias de *soft power*, sendo, por exemplo, o país que mais atrai imigrantes, estudantes estrangeiros e turistas; que tem maior publicação mundial de livros, etc. Para Ballerini (2017), o *soft power* se faz sentir sobretudo na cultura. O exemplo mais clássico disso é Hollywood, que, com seus filmes e produtos derivados, reproduz um estilo de vida que serve muito bem aos interesses americanos no campo da política e da economia.

Para além dos Estados Unidos, outros países também têm buscado seu espaço e o fortalecimento do *soft power*. Ballerini (2017), em seu livro *Poder Suave*, apresenta o *soft power* na chave do entretenimento e da cultura. O autor utiliza-se do conceito de Nye Jr. para explicar os mecanismos de ação do *soft power* e sua expressão em áreas como música, cinema, artes plásticas, dança e artes visuais. Segundo Christofletti (2017), Ballerini destaca-se por abordar alguns dos mais conhecidos exemplos do *soft power* contemporâneo, como o balé russo, as indústrias cinematográficas norte-americana e indiana, a moda francesa, o impacto da cultura japonesa dos mangás, animes e games, as telenovelas brasileiras e mexicanas, alguns gêneros musicais, como a bossa nova e o tango, além das artes africana e chinesa. Assim, a cultura é uma fonte relevante no estabelecimento de relações de poder amistosas e corresponde aos valores internos do país, à educação, à política, às instituições, à diplomacia, ao patrimônio cultural etc. (Gueraldi 2005). Para Nye Jr. (2004), o Brasil é um país com poder brando potencial, que projeta atração por sua vibrante cultura e promessa de futuro, sobre o qual o autor apresenta uma visão positiva.

Como observa Gueraldi (2005), nos últimos anos, o Brasil tem buscado fortalecer seu poder brando, isto é, as relações de poder amistosas com outros países através da cultura, por exemplo:

por meio do aumento dos investimentos governamentais nas universidades públicas e programas de pós-graduação, atraindo mais estudantes estrangeiros (como latino-americanos e africanos de língua portuguesa); com o financiamento de países menos favorecidos para sair de crises econômicas e de governabilidade (como nos casos da Venezuela e da Bolívia); com a ajuda humanitária (no Haiti e na tentativa de enviar tropas aos países asiáticos atingidos pelos tsunamis em 26 de dezembro de 2004); ou com o investimento no desporto e sedimento de grandes eventos esportivos, como os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo, sem mencionar outras fontes de poder brando que estão fora do alcance do governo. Todavia, ressalta-se que, na segunda década do século XXI, esse quadro está em declínio com o avanço de forças políticas liberais, conservadoras e grupos de extrema-direita, os quais desacreditam (em seus discursos e comportamentos públicos) no potencial do *soft power*. Diante disso, no Brasil, atualmente, temos outro cenário em que predomina a fragilização das relações de poder amistosas dentro e fora do país através das políticas culturais, juntamente com um quadro de pouco incentivo à cultura por parte dos gestores públicos, seja em âmbito federal, estadual ou mesmo municipal.

Desse modo, Nye Jr. (2012) faz algumas perguntas interessantes e reflexivas sobre o desenvolvimento do *soft power*. São elas: como podemos trabalhar juntos para produzir bens públicos globais, dos quais todos nós possamos nos beneficiar? Como definimos nossos interesses nacionais, de forma que não seja um jogo de soma zero, mas de soma positiva? Como produzir bens públicos globais que sejam bons para nós e, ao mesmo tempo, bons para todos? Diante disso, acreditamos que o edital Circula Minas de Intercâmbio seja um exemplo de cultivo de *soft power*, ou seja, do fortalecimento de relações de poder amistosas através da atração cultural, dentro e fora de Minas Gerais, no país e no exterior, também aproximando o estado e a sociedade civil. É uma soma positiva, e o ganho é de todos, como veremos adiante.

O edital Circula Minas de Intercâmbio de 2015 a 2018

Em vigor no estado de Minas Gerais entre anos de 2015 a 2018, os editais Circula Minas de Intercâmbio tiveram por finalidade apoiar financeiramente artistas, estudiosos, técnicos, agentes culturais, mestres dos saberes e fazeres populares, entre outros, na realização de viagens nacionais e internacionais, visando à participação em eventos ou atividades culturais, seja para a apresentação de trabalho próprio, curso de capacitação, residência artística, homenagem ou premiação. Os editais objetivavam a difusão, capacitação e multiplicação da cultura mineira, em diversas áreas, através da concessão de recursos financeiros a título de ajuda de custo. Visaram, assim, propostas de realização de atividades culturais demandadas por pessoas físicas e jurídicas de caráter cultural, sem

fins lucrativos, com residência permanente em Minas Gerais. A execução da proposta poderia ser de forma individual ou em grupo. Os editais foram uma iniciativa da Secretaria de Estado de Cultura (SEC), por meio da Superintendência de Interiorização e Ação Cultural (Siac), embasados por políticas culturais e sociais. Desse modo, de 2015 a 2018, foram lançados 04 editais, sendo 01 por ano, com 12 meses de validade cada, com seleções e resultados no primeiro e segundo semestres.

Os referidos editais incentivaram iniciativas no eixo da difusão cultural, como práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que resultam da criatividade de indivíduos ou grupos. Já no eixo de formação, pesquisa e capacitação, citam-se a troca de conhecimentos e experiências entre grupos, entidades e profissionais da cultura, através de cursos, seminários, debates, oficinas, palestras e exposições de trabalhos acadêmicos, contribuindo para a formação e/ou profissionalização de artistas, gestores, agentes culturais e afins.

Destaca-se, ainda, que os editais Circula Minas de Intercâmbio buscaram priorizar a seleção de propostas considerando, por exemplo: a experiência e a formação do solicitante na área cultural; o histórico do evento, curso ou da instituição promotora da atividade cuja participação foi pleiteada; a relevância da proposta para área cultural, seu potencial de desdobramento e difusão da cultura mineira; propostas oriundas do interior do Estado; propostas de execução coletiva; propostas com contrapartida sociocultural; propostas voltadas à temática e/ou ações com afrodescendentes, índios, deficientes físicos, empoderamento da mulher ou LGBT.

Os recursos financeiros para os editais foram originários do Tesouro do Estado de Minas Gerais. O valor destinado a cada certame foi de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), sendo a liberação condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira da Secretaria de Estado de Cultura. O montante foi dividido entre as propostas selecionadas, as quais receberam um valor mínimo e máximo, conforme o destino nacional ou internacional e a quantidade de participantes. Diante disso, cada edital recebeu dezenas de propostas, com aquelas habilitadas selecionadas; habilitadas não selecionadas devido à indisponibilidade orçamentária; e propostas inabilitadas por não cumprirem os requisitos do edital. Por fim, cada proposta beneficiada teve a obrigação de prestar contas de sua realização, bem como oferecer uma atividade de contrapartida em até 60 dias após o seu retorno. Assim, deveriam comprovar as despesas e elaborar relatório detalhado sobre a realização da atividade proposta, constando documentação, fotografias, cartazes, catálogos, CDs, DVDs, material de imprensa, lista de presença ou outros suportes. Ademais, deveria ser oferecida uma atividade sociocultural de contrapartida: oficina, workshop, palestra, seminário, apresentação artística, curso, etc., com critérios de regionalização, democratização do acesso à cultura, capacitação de pessoas, devendo tal atividade ser gratuita e realizada no estado de Minas Gerais.

Também é importante destacar que os editais Circula Minas de Intercâmbio (2015–2018) foram realizados durante o Governo de Fernando Pimentel (Partido dos Trabalhadores - PT). Após a mudança do Governo do Estado e a entrada de Romeu Zema (Partido Novo), o edital não foi publicado novamente, apontando o problema da descontinuidade das políticas culturais no estado. Contudo, em 13 de março de 2020, a Secretaria de Cultura e Turismo de Minas Gerais (Secult) anunciou em seu site que o edital Circula Minas seria retomado². O lançamento do mesmo estava previsto para o mês de abril, entretanto, até julho de 2020 não havia sido lançado. A interrupção do edital desde o ano de 2019, ao invés de resultar em economia para o estado, gera um efeito contrário com a diminuição do *soft power* mineiro, indo na contramão de um contexto no qual, em nível global, os governos que privilegiam agendas de preservação cultural têm aumentado seu poder econômico e político no cenário internacional. Desse modo, Minas Gerais, estado brasileiro com maior número de patrimônios culturais da humanidade, com um rico acervo material e imaterial, enfraquece suas relações de poder amistosas através de políticas culturais com outros estados brasileiros e outros países.

Outro exemplo da dificuldade do Governo do Estado em gerir políticas culturais e o *soft power* aconteceu no ano de 2020, com a falta de apoio aos blocos de carnaval, colocando em risco a realização da festa em Belo Horizonte, capital mineira. Nos últimos anos, o carnaval de Belo Horizonte tem se tornado um dos maiores do Brasil, devido à atração de um grande número de turistas que, por sua vez, gastam com hotéis, restaurantes, transportes etc., impulsionando a economia formal e informal. Na abertura do carnaval da cidade, foi lido um manifesto político dos blocos contra o Governo do Estado, que nos diz muito sobre a importância do poder brando:

Romeu Zema, governador das Gerais, viemos lhe mostrar o Carnaval que a gente faz. Veja essa cidade feliz, como você nunca quis. Zema, seu incompetente, não liberou os carros de som pra gente. Zema, sua burrice nos uniu: sindicato, blocos, gente que você nunca viu. Zema, seu cabeça dura, aqui está a força da cultura. Zema, inimigo do povo, partido velho pagando de novo. Zema dos bancos e da construção, e da desgraça da mineração. Zema, amigos dos empreiteiros, nós estamos com os petroleiros. Zema seu vacilão, paga o piso da educação. Zema, amigo do Jair, não demora vocês vão cair. Zema, patrão da polícia, Carnaval é uma delícia. Fora, Zema! (Então brilha... 2020, on-line).

Através desse manifesto, é possível notar, entre outras coisas, o descontentamento dos organizadores dos blocos carnavalescos no que tange à falta de incentivo do Governo do Estado para a realização da festa na capital mineira. Nesse sentido, revela-se a indignação com a falta de apoio à cultura, passando pelos problemas políticos e econômicos de Minas Gerais e do Brasil de um modo geral. Logo, fica evidenciado um mal-estar entre a sociedade e os gestores públicos, um

² Secult apresenta previsão de calendário 2020/2021 do Programa Cultura das Gerais — série de editais do Fundo Estadual de Cultura. <http://www.cultura.mg.gov.br/component/gmg/story/5523-secult-apresenta-previsao-de-calendario-2020-2021-do-programa-cultura-das-gerais-serie-de-editais-fundo-estadual-de-cultura>

arrefecimento das relações “amistosas” fomentadas por políticas culturais, uma situação que vai à contramão do *soft power* que, para ter efeito, precisa ser cultivado em todas as esferas, isto é, em cada cidade, no estado, no país e no exterior.

Resultados do edital Circula Minas de Intercâmbio de 2015 a 2018

Conforme se observa na tabela 1, de 2015 a 2018, foram abertos 04 editais Circula Minas de Intercâmbio Cultural. Desse modo, em 2015, foram 37 propostas apoiadas financeiramente; em 2016, foram 34; em 2017, 40; em 2018, 38; totalizando 149 propostas selecionadas em quatro anos consecutivos de realização do edital. Em relação ao total do apoio financeiro, em 2015, foram R\$ 292.200,00; em 2016, foram R\$ 301.400,00; em 2017, R\$ 305.250,00; e, em 2018, foram R\$ 341.350,00. Assim, foram investidos aproximadamente um milhão de reais (R\$ 1.240.200,00) nos editais. Cada proposta selecionada recebeu o mínimo de R\$ 450,00 e o máximo de R\$ 35.000,00 dependendo da cidade de origem e do lugar de destino, bem como do número de pessoas envolvidas na realização da atividade. Destaca-se que o valor disponibilizado pelos editais é relativamente irrisório para o estado, considerando os retornos simbólicos e materiais da circulação cultural, tanto para Minas Gerais como para o Brasil, a saber, o fortalecimento do *soft power* através da construção de relações de poder amistosas dentro e fora do país, por meio de políticas culturais.

Ano	Total de propostas selecionadas	Total do apoio financeiro R\$
2015	37	292.200,00
2016	34	301.400,00
2017	40	305.250,00
2018	38	341.350,00
Total	149	1.240.200,00

Fig.1: Elaboração dos autores (2020), “Quantidade de propostas selecionadas e total do apoio por ano”.

Destaca-se que, de 2015 a 2018, além das 149 propostas selecionadas, 148 propostas foram habilitadas, porém não selecionadas devido à indisponibilidade orçamentária, além de 252 propostas que foram inabilitadas por não cumprirem os requisitos básicos do edital, como podemos notar na tabela 2. Todavia, evidencia-se a grande quantidade de propostas recebidas nos 04 anos de edital (549), revelando a alta demanda pelo mesmo e a necessidade de ampliá-lo no que tange ao orçamento disponibilizado.

Ano	Habilitadas Seleccionadas	Habilitadas não seleccionadas	Inabilitadas	Total
2015	37	42	40	119
2016	34	2	35	71
2017	40	32	70	142
2018	38	70	109	217
Total	149	148	254	549

Fig.2: Elaboração dos autores (2020), “Propostas habilitadas seleccionadas, habilitadas não seleccionadas e inabilitadas de 2015 a 2018”.

De acordo com o que se apresenta na tabela 3, o edital Circula Minas de Intercâmbio, de 2015 a 2018, levando em conta os eixos “difusão cultural” e “formação, pesquisa e capacitação”, contemplou 19 áreas culturais, envolvendo teatro, dança, artes visuais, audiovisual, patrimônio cultural, cinema, circo, artes plásticas, gestão e produção cultural, literatura, capoeira, economia criativa, memória, novas mídias, arte educação, artes cênicas, artesanato e designer de moda. As áreas que mais tiveram propostas seleccionadas para o apoio financeiro foram teatro (37), dança (33), artes visuais (17), audiovisual (15) e patrimônio (13). Essas áreas culturais tiveram mais de uma dezena de propostas seleccionadas, em comparação com as outras. Nesses casos, talvez tenha havido maior demanda desses campos, traduzida no envio de uma quantidade maior de propostas nessas áreas.

Área	Quantidade
Teatro	37
Dança	33
Artes Visuais	17
Audiovisual	15
Patrimônio	13
Cinema	5
Circo	4
Literatura	4
Novas Mídias	4
Artes Plásticas	3
Gestão e Produção Cultural	3
Capoeira	2

Gerais

Economia Criativa	2
Memória	2
Arte Educação	1
Artes Cênicas	1
Artesanato	1
Designer e Moda	1
Outra (Não especificada)	1
Total de 19 áreas	149 propostas

Fig.3: Elaboração dos autores (2020), “Quantidade de propostas selecionadas por área de 2015 a 2018”.

A tabela 4 indica o valor total do apoio financeiro em cada área cultural, somando os resultados dos 04 anos de edital. Assim, teatro recebeu a quantia de R\$ 477.550,00; dança, R\$ 227.800,00; audiovisual, R\$ 117.400,00; **patrimônio, R\$ 113.400,00** (grifo nosso); artes visuais, R\$ 87.600,00; circo, R\$ 39.200,00; cinema, R\$ 36.700,00; literatura, R\$ 24.600,00; capoeira, R\$ 20.400,00; novas mídias, R\$ 16.200,00; artes plásticas, R\$ 15.000,00; economia criativa, R\$ 13.500,00; gestão e produção cultural, R\$ 12.600,00; artesanato, R\$ 8.400,00; artes cênicas, R\$ 4.500,00; memória, R\$ 2.650,00; designer de moda, R\$ 1.000,00; arte educação, R\$ 900,00; além de outras não especificadas, que receberam R\$ 20.800, 00.

Área	Total do apoio por área R\$
Teatro	477.550,00
Dança	227.800,00
Audiovisual	117.400,00
Patrimônio	113.400,00
Artes Visuais	87.600,00
Circo	39.200,00
Cinema	36.700,00
Literatura	24.600,00
Outras (Não especificada)	20.800,00
Capoeira	20.400,00
Novas Mídias	16.200,00
Artes Plásticas	15.000,00
Economia Criativa	13.500,00

Gestão e Produção Cultural	12.600,00
Artesanato	8.400,00
Artes Cênicas	4.500,00
Memória	2.650,00
Designer e Moda	1.000,00
Arte Educação	900,00
Total de 19 áreas	1.240.200,00

Fig.4: Elaboração dos autores (2020), “Total do apoio financeiro por área de 2015 a 2018”.

Podemos notar, na tabela 5 que, em relação às cidades de origem, das 149 propostas selecionadas para os editais Circula Minas de Intercâmbio, de 2015 a 2018, 85 foram enviadas por pessoas residentes na cidade de Belo Horizonte; 07, de Uberlândia; 05, de Poços de Caldas; 04, de Ipatinga; 04, de Ouro Preto; 04, de Nova Lima; 03, de Contagem; 03, de Juiz de Fora; 03, de Teófilo Otoni; 02, de Conceição das Alagoas; 02, de Passos; 02, de Sete Lagoas; e 02, de Três Corações. Outras 23 cidades contaram com, pelo menos, 01 proposta enviada e selecionada. Observa-se que, embora o estado de Minas Gerais tenha 853 municípios, a maior parte das propostas selecionadas (85) foi enviada por pessoas da capital do estado, seguida de outras 35 cidades. Torna-se importante destacar que esses números vão de encontro à proposta do edital, o qual visou priorizar projetos oriundos do interior do estado. Logo, os habitantes da capital e das regiões metropolitanas aproveitaram mais as oportunidades franqueadas pelo edital em relação àqueles que vivem no interior do estado, fato que remete, entre outras coisas, às históricas desigualdades sociais entre as regiões. Diante disso, as políticas culturais necessitam de uma estratégia de interiorização para alcançar um maior número de pessoas até os “grotões do estado”.

Além disso, 05 propostas vieram de outras cidades fora de Minas Gerais: 01 de São Paulo/SP e 01 do Rio de Janeiro/RJ (Brasil); 01 de Mindelo (Cabo Verde); 01 de Nova York (EUA); e 01 de Copenhage (Dinamarca). Sublinha-se que os editais também admitiram proposta em que o solicitante domiciliado em Minas Gerais poderia pleitear a concessão do apoio para um terceiro (pessoa física, com execução individual ou coletiva), domiciliado em outro estado ou país, desde que a execução da atividade ocorresse dentro do estado de Minas Gerais.

Cidade de origem	Quantidade	Cidade de origem	Quantidade
Belo Horizonte	85	Cordisburgo	1
Uberlândia	7	Copenhage	1
Poços de Caldas	5	Guapé	1

Gerais

Ipatinga	4	Itabirito	1
Nova Lima	4	Liberdade	1
Ouro Preto	4	Lima Duarte	1
Contagem	3	Mariana	1
Juiz de Fora	3	Mindelo (Cabo Verde)	1
Teófilo Otoni	3	Nova York (EUA)	1
Conceição das Alagoas	2	Pará de Minas	1
Passos	2	Paracatu	1
Sete Lagoas	2	Ribeirão das Neves	1
Três Corações	2	Rio de Janeiro (RJ)	1
Almenara	1	Santa Rita do Sapucaí	1
Araguari	1	Santana de Pirapama	1
Barbacena	1	São Paulo (SP)	1
Betim	1	Uberaba	1
Caeté	1	Viçosa	1
Total de 36 cidades e 149 propostas			

Fig.5: Elaboração dos autores (2020), “Cidades de origem e quantidade de propostas selecionadas (2015 a 2018)”.

A tabela 6 apresenta os países de destino das propostas selecionadas nos editais Circula Minas de Intercâmbio, entre 2015 e 2018. Verifica-se que a maior parte das propostas selecionadas teve como destino o próprio Brasil (32), seguido de Portugal (18), França (17), Estados Unidos (12), Argentina (9), Chile (7), México (5), Colômbia (4), Espanha (4), Peru (4), Uruguai (4), Alemanha (3), Itália (3), Cuba (2), Dinamarca (2), El Salvador (2), Equador (2), Japão (2). Outros 17 países foram destino de, pelo menos, 01 proposta cada. Esses dados são um grande exemplo da circulação da cultura mineira pelo país e pelo mundo (35 países), fortalecendo o *soft power* do estado e da nação.

País de destino	Quantidade	País de destino	Quantidade
Brasil	32	Austrália	1
Portugal	18	Bélgica	1
França	17	Argélia	1
Estados Unidos	12	Bolívia	1
Argentina	9	Cabo Verde	1

Gerais

Chile	7	Canadá	1
México	5	China	1
Colômbia	4	Coréia do Sul	1
Espanha	4	Croácia	1
Perú	4	Eslováquia	1
Uruguai	4	Holanda	1
Alemanhã	3	Inglaterra	1
Itália	3	Irlanda	1
Cuba	2	Moçambique	1
Dinamarca	2	Nigéria	1
El Salvador	2	Polônia	1
Equador	2	Sérvia	1
Japão	2		
Total de 35 países e 149 propostas			

Fig.6: Elaboração dos autores (2020), “Países de destino e quantidade de propostas selecionadas de 2015 a 2018”.

Nesse sentido, como apresentado na tabela 7, a cultura mineira passou por 05 continentes: América (85), Europa (55), África (04), Ásia (04) e Oceania (01).

Continente		País	Propostas
América	América do Norte	Estados Unidos, Canadá, Cuba, México	85
	América do Sul	Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Peru, Uruguai, El Salvador, Equador, Bolívia	
Europa		Portugal, França, Espanha, Alemanha, Itália, Bélgica, Dinamarca, Inglaterra, Eslováquia, Holanda, Irlanda, Polônia, Sérvia, Croácia	55
África		Moçambique, Nigéria, Cabo Verde, Argélia	4
Ásia		China, Japão, Coréia do Sul	4
Oceania		Austrália	1
Total: 5 continentes		35 países	149

Fig.7: Elaboração dos autores (2020), “Continente de destino das propostas selecionadas de 2015 a 2018”.

Diante desses resultados, nota-se que o investimento em medidas como o edital Circula Minas pode ser considerado relativamente baixo, frente aos retornos econômicos e simbólicos da circulação cultural, abrangendo a respeitabilidade do estado de Minas Gerais e do Brasil, a atração

turística, o empreendedorismo, a formação de gestores culturais, a produção e circulação de materiais educativos, entre outras contrapartidas. Os editais receberam uma quantia de aproximadamente trezentos mil reais a cada ano, totalizando pouco mais de um milhão de reais somando os quatro anos. Nesse período, 149 propostas foram selecionadas, em 19 áreas, sendo apoiadas financeiramente em viagens envolvendo a realização de atividades culturais, percorrendo 35 países, em 05 continentes, sem falar na circulação dentro do próprio país. Essa é uma publicidade face a face, de longo alcance e baixo custo. Desse modo, os editais podem ser considerados como um investimento na promoção de Minas Gerais e do Brasil, na medida em que diversas regiões do mundo tiveram contato com a cultura mineira e brasileira, possibilitando a construção de relações de poder baseadas no *soft power*.

O edital Circula Minas de Intercâmbio de 2015 a 2018 e as propostas selecionadas na área do patrimônio cultural

Além de examinar os resultados dos editais Circula Minas de um modo geral, o presente trabalho também busca analisar os resultados da área de patrimônio cultural, em específico. As questões em torno do patrimônio estão estreitamente ligadas à compreensão do *soft power* e sua influência na agenda internacional. No livro “Bens Culturais e Relações Internacionais: o patrimônio como espelho do *Soft Power*”, organizado pelo professor e historiador Rodrigo Christofoleti, diversos autores vão abordar a proximidade e a crescente utilização do patrimônio na consolidação de políticas governamentais. Neste trabalho, fazemos o uso da teoria e do conceito de *soft power*, com o objetivo de compreender como as políticas públicas culturais relacionadas ao patrimônio tem sido desenvolvidas atualmente.

Christofoleti (2017) observa que, nas últimas décadas, os organismos internacionais passaram a enxergar o patrimônio de forma mais ampla, inclusive o seu potencial no fortalecimento das relações internacionais, emergindo uma agenda global positiva no que tange à preservação do patrimônio cultural. Desde o fim da década de 1990, diversas convenções realizadas pela UNESCO, juntamente com a elaboração de documentos multilaterais, ratificam os esforços de institucionalização de medidas de preservação e difusão do patrimônio cultural, tais como as resoluções que adotaram a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972), a Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural (2001), a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003) e a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005). Assim, com o alargamento das ações na esfera das relações internacionais, o patrimônio cultural passou a ser um tema significativo nos diálogos e acordos multilaterais.

De acordo com Poulot (2009), raros são os termos que possuem um poder de vocação tão grande quanto o “patrimônio”. A realidade designada pelo conceito não teve um desenvolvimento linear e contínuo até os nossos dias, adquirindo configurações diferentes segundo o tempo e espaço. O conceito de patrimônio é por definição plural, culturalmente construído e historicamente determinado, alterando-se de acordo com as transformações do tempo e com os contextos em que está inserido, o que viabiliza diversas possibilidades de interpretação. De modo geral, o patrimônio é aquilo que deve ser transmitido às futuras gerações, que possui um valor singular e, por isso, é um bem que necessita ser preservado e difundido. É viável dizer que o patrimônio é tudo aquilo que tem um papel importante na cultura de um povo, podendo ser cultural, histórico, natural, imaterial ou material.

Como proposto por Choay:

um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargado a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam a sua pertença comum ao passado: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos (Choay 2008, 11).

Apesar de lidar com o passado, a tradição e a memória, o patrimônio não é o passado, ao contrário, ele é vivo, é o presente. Como salienta Poulot (2009), sua finalidade consiste em certificar a identidade e em afirmar valores, além da celebração de sentimentos. Pode-se dizer que a constituição de um patrimônio é o resultado de uma dialética da conservação e da destruição. Durante boa parte do século XX, a defesa em torno do Patrimônio Histórico concentrou-se no continente europeu e naqueles bens móveis e edificados. Frequentemente usado com o objetivo de legitimar o poder de determinados grupos sociais, esteve ligado às elites e à concepção de Nação e identidade nacional. Ao final do século XX, a legislação em torno da proteção patrimonial, assentada nas Cartas Patrimoniais, foi progredindo. Inicialmente, por exemplo, as Cartas adotavam uma perspectiva mais centrada na proteção daquilo que ficou comumente chamado de “pedra e cal”. Posteriormente, as Cartas ampliaram as noções em torno do que é Patrimônio. Atualmente, no século XXI, adota-se uma concepção mais ampla, que valoriza bens de natureza material e imaterial, presentes nos mais diversos países.

No Brasil, com o objetivo de proteger o patrimônio nacional, foi promulgado o Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, que propõem a proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos. Já na Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, o Brasil estabeleceu a dilatação da noção de patrimônio cultural, admitindo a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, certificando as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver. Nesses artigos da Constituição, reconhecem-se, no patrimônio a ser preservado pelo

estado em parceria com a sociedade, os bens culturais materiais e imateriais que sejam referências dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Além disso, em 04 de agosto de 2000, foi publicado o Decreto n.º 3.551, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, que diz respeito àquelas práticas e àqueles domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer: celebrações, formas de expressões cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas, e em lugares como mercados, feiras e santuários, que abrigam práticas culturais coletivas.

Nesse sentido, transformações sem precedentes que se materializaram e se intensificaram a partir dos anos 1990 (como a globalização da economia, novos ciclos migratórios, conflitos étnicos e inter-religiosos, a comunicação e as redes virtuais) repercutiram diretamente na agenda internacional, reforçando a necessidade de elaboração de instrumentos dedicados à salvaguarda do patrimônio imaterial, às línguas em risco, aos povos indígenas, à diversidade cultural. São pautas cuja origem antecede a esse momento, mas que nele se tornaram inadiáveis, como se constata pela sequência de convenções, acordos e programas, não só da UNESCO, mas do sistema das Nações Unidas (Machado 2017, 279).

Por sua vez, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) definiu como patrimônio imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas — como os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados — que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Esta definição promulgada na Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, em 2003, foi ratificada pelo Brasil. O IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional) destaca que a legislação brasileira e a internacional compartilham do pensamento de que o patrimônio imaterial é transmitido de geração a geração, sendo continuamente recriado e vivenciado pelas diversas comunidades e grupos sociais, em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, o que gera um sentimento de identidade e conservação, contribuindo, desse modo, para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. O IPHAN, assim como o IEPHA (Instituto Estadual Patrimônio Histórico e Artístico), já registraram alguns patrimônios imateriais no estado de Minas Gerais. Assim, na virada do século XX para o XXI, o patrimônio deve contribuir para revelar as identidades, graças ao espelho que ele fornece de si mesmo e ao contato que ele permite com o outro (Poulot 2009, 14).

Diante disso, compreende-se que o edital Circula Minas de Intercâmbio (2015-2018), no âmbito do patrimônio cultural, pode ser inserido em uma agenda positiva internacional, ao apoiar a realização de viagens para a difusão do patrimônio de Minas Gerais e do Brasil, “fazendo desse espólio um elemento de exportação cultural” (Christofoleti 2017, 27). Ainda segundo Christofoleti

(2017), com a crescente apropriação do patrimônio cultural para fins comerciais e políticos dentro das economias internacionais, sua conservação, valorização e divulgação desempenham um papel marcante na diplomacia cultural. Como observado por Hartog (2006, 265), o patrimônio se impôs como uma categoria dominante, englobante, senão devorante. Em todo caso, evidência da vida cultural e das políticas públicas.

No ano de 2018, por exemplo, destaca-se um grupo de pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora, membros do grupo de pesquisa “Patrimônio e Relações Internacionais”, vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ao Laboratório de Patrimônios Culturais – LAPA – UFJF e ao Centro de Conservação da Memória (Cecom - UFJF), selecionado no edital Circula Minas, na área de patrimônio. Os pesquisadores fizeram visitas técnicas à Universidade do Porto, no Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM) e também a museus e centros de memória. Ademais, realizaram apresentações de suas pesquisas e reuniões para divulgação e troca de experiências relativas à proteção e gestão dos patrimônios culturais mineiros e portugueses, com representantes do Clube UNESCO da Cidade do Porto e autoridades públicas da Cidade de Matosinhos (como o vice-presidente da Câmara e os membros da Secretaria de Cultura e Turismo, juntamente com os demais responsáveis pela preservação e administração do patrimônio local).

Além dos acordos multilaterais, científicos e acadêmicos, firmados ao longo da viagem a Portugal, em contrapartida ao financiamento promovido pelo edital, os pesquisadores realizaram na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em setembro de 2019, o “I Congresso Internacional de Gestão dos Patrimônios da Humanidade Urbanos: desafios e riscos da preservação” e o “I Simpósio Internacional de Patrimônios da Humanidade Mineiros no Contexto Internacional”. O evento contou com a participação de importantes autoridades no que tange aos estudos e à preservação do patrimônio histórico cultural, reunindo pesquisadores e estudantes de todo o Brasil e do exterior.

Diante disso, as próximas tabelas referem-se aos projetos contemplados na área de patrimônio (cultural e museológico). Conforme se nota na tabela 8, houve 13 propostas selecionadas nessa área, sendo 06 em 2015 (ano com a maior quantidade de propostas selecionadas na área de patrimônio); 01 em 2016; 03 em 2017; 03 em 2018. Em relação ao total de apoio financeiro nessa área, em 2015 foi de R\$ 40.750,00; em 2016 de R\$ 15.600,00; em 2017 de R\$ 15.400,00; em 2018 de R\$ 41.600,00 (maior valor do apoio financeiro). Considerando todos os resultados dos editais Circula Minas de Intercâmbio, o total de apoio na área de patrimônio foi cerca de R\$ 113.400,00.

Ano do Edital	Quantidade de propostas selecionadas na área de Patrimônio	Total do apoio R\$
2015	6	40.750,00
2016	1	15.600,00
2017	3	15.400,00
2018	3	41.650,00
Total	13	113.400,00

Fig.8: Elaboração dos autores (2020), “Propostas selecionadas (2015-2018) e total do apoio financeiro a cada ano na área de patrimônio”.

Enfatiza-se também que, de 2015 a 2018, além das 13 propostas contempladas com o apoio financeiro na área de patrimônio, o edital recebeu nesse período 06 propostas habilitadas, porém não selecionadas devido à indisponibilidade orçamentária; e 26 propostas inabilitadas por não cumprirem alguns requisitos do edital, como apresentado na tabela 9. Assim, o edital Circula Minas (2015–2018) recebeu 45 propostas na área de patrimônio, indicando a existência de várias iniciativas dentro do estado de Minas Gerais, voltadas à divulgação, preservação e formação nessa área, requerendo incentivo.

Patrimônio				
Ano	Habilitadas Selecionadas	Habilitadas não selecionadas	Inabilitadas	Total
2015	6	1	6	13
2016	1	1	2	4
2017	3	3	8	14
2018	3	1	10	14
Total	13	6	26	45

Fig.9: Elaboração dos autores (2020). Propostas habilitadas selecionadas, habilitadas não selecionadas e inabilitadas de 2015 a 2018 na área de patrimônio.

A tabela 10 traz as cidades de origem das propostas que foram selecionadas na área de patrimônio, nos editais de 2015 a 2018. Nota-se que, das 13 propostas na área, 08 partiram de Belo Horizonte; 02, de Ouro Preto; 01, de Juiz de Fora; 01, de Caeté; e 01, do Rio de Janeiro/RJ. Ou seja, as propostas vieram de 05 cidades diferentes.

Propostas selecionadas na área patrimônio (2015-2018)	Cidade de origem
8	Belo Horizonte
2	Ouro Preto
1	Rio de Janeiro
1	Caeté
1	Juiz de Fora
Total de 13 propostas	5 cidades

Fig.10: Elaboração dos autores (2020), “Cidade de origem das propostas selecionadas na área de patrimônio”.

A tabela 11 indica as cidades de destino das propostas selecionadas na área de patrimônio. Percebe-se que as propostas passaram por, no mínimo, 10 cidades diferentes. Cidades como Lisboa/Portugal (02) e Montevideu/Uruguai (02) foram os destinos que mais receberam propostas selecionadas. Outras 09 cidades foram destino de, pelo menos, 01 proposta cada.

Propostas selecionadas na área patrimônio (2015-2018)	Cidades de destino
2	Lisboa (Portugal)
2	Montevideu (Uruguai)
1	Burgos (Espanha)
1	Contagem (MG/Brasil)
1	Évora (Portugal)
1	Porto (Portugal)
1	Porto Seguro (BA/Brasil)

Fig.11: Elaboração dos autores (2020), “Cidades de destino das propostas selecionadas na área de patrimônio”.

No que tange aos países de destino das propostas na área de patrimônio, as 13 propostas selecionadas passaram por 06 países: 04 dentro do próprio Brasil; 04 em Portugal; 02 no Uruguai; 01 no Chile; 01 na Espanha; e 01 no Japão, conforme se observa na tabela 12.

Propostas selecionadas na área patrimônio (2015-2018)	País de destino
4	Brasil
4	Portugal
2	Uruguai
1	Chile

1	Espanha
1	Japão
Total de 13 propostas	6 países

Fig.12: Elaboração dos autores (2020), “Países destino das propostas selecionadas na área de patrimônio”.

Nesse sentido, a tabela 13 nos ajuda a refletir sobre as propostas selecionadas nos editais Circula Minas de Intercâmbio, de 2015 a 2018, terem passado por 03 continentes, levando o patrimônio cultural e museológico mineiro e brasileiro para a América (07); Europa (05); e Ásia (01). Desse modo, no que tange à área de patrimônio, o valor total concedido pelo edital Circula Minas, de 2015 a 2018, foi pouco mais de cem mil reais, apoiando 13 propostas, que viajaram por 06 países e 03 continentes.

Área de patrimônio (2015-2018)		
Continente	País	Propostas
América (América do Sul)	Brasil, Chile, Uruguai	7
Europa	Portugal, Espanha	5
Ásia	Japão	1
Total: 3 continentes	6 países	13 propostas

Fig.13: Elaboração dos autores (2020). Continente de destino das propostas selecionadas na área de patrimônio.

É importante ressaltar que, apesar de tal análise ter evidenciado os projetos inscritos especificamente na categoria “patrimônio” do edital Circula Minas, as propostas voltadas ao patrimônio também perpassam direta e indiretamente as outras categorias do edital, podendo englobar dança, artesanato, memória, folclore, literatura etc. Ou seja, são projetos que envolvem patrimônio, porém foram inscritos em outras categorias. Por exemplo, entre as categorias listadas para o encaminhamento de projetos, destaca-se a Capoeira, que, embora seja considerada patrimônio imaterial, no caso do edital Circula Minas, não entrou na categoria “patrimônio”, sendo por si só uma categoria à parte. Assim, o edital Circula Minas apoiou duas propostas na categoria Capoeira, tendo como origem as cidades de Belo Horizonte e Uberaba, e, como destino, respectivamente, São Sebastião do Caí (RS) e Philadelphia (EUA), com apoio de R\$ 20.400,00.

Conforme destaca Jurema Machado – na apresentação do 12º volume da Coleção Dossiê dos Bens Culturais Registrados, o qual apresenta o Registro do Modo da Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira, inscritos respectivamente nos Livros de Registro das Formas de Expressão e dos Saberes – a prática da capoeira, presente em vasta documentação ao longo da história brasileira, apresenta registros iconográficos e documentais desde o século XVIII,

permanecendo pujante nos saberes e práticas de seus mestres, um patrimônio vivo continuamente transmitido às novas gerações. É uma manifestação cultural presente em todo o território nacional. A roda de capoeira, um dos símbolos brasileiros mais reconhecidos, tornou-se Patrimônio Cultural do país em outubro de 2008 e Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade em novembro de 2014. Assim, destaca-se que, apesar de contabilizar 13 propostas inscritas especificamente na categoria patrimônio, outras categorias também englobaram propostas direcionadas ao patrimônio, contribuindo com a sua salvaguarda.

A área de patrimônio cultural tem ganhado cada vez mais importância no alinhamento das relações internacionais, constituindo-se um instrumento de *soft power*. Sua divulgação e preservação estão no topo da agenda global, desde o final do século XX. Assim, o edital Circula Minas proporcionou a internacionalização do patrimônio cultural mineiro, sua difusão e proteção, em sintonia com a agenda internacional. Nesse sentido, nas últimas décadas, o patrimônio e o *soft power* estão cada vez mais relacionados, como instrumentos de diplomacia cultural e de fortalecimento político e econômico dos países, encabeçando uma agenda internacional, com o apoio de organizações multilaterais para cooperação global (Ouriveis 2013; Ballerini 2017; Christofolletti 2017). As Jornadas do Patrimônio têm se disseminado por todo o mundo, através das iniciativas e das convenções internacionais da UNESCO, falando-se, até mesmo em universalização do patrimônio (Hartog 2006, 265). Conforme apontado por Bortolotto (2011), a questão da proteção do patrimônio cultural é atualmente um fato global. As políticas patrimoniais são hoje definidas em escala mundial e sua gestão envolve um conjunto complexo de organismos que interagem em nível supranacional, nacional e local.

Além disso, destaca-se que o Edital Circula Minas, ao receber e apoiar financeiramente projetos na área da cultura, possibilitou a participação da sociedade civil na salvaguarda dos bens culturais, sobretudo no que tange ao patrimônio cultural imaterial, contribuindo com a identificação, a documentação, a pesquisa, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização e a transmissão (Bortolotto 2011). Nesse sentido, as políticas culturais não podem ser apenas prerrogativa exclusiva do Estado e seus representantes, devendo envolver a participação da sociedade civil nas diversas etapas do processo de preservação, fato legitimado pelos dispositivos jurídicos internacionais. Assim, a participação da sociedade civil é vista como essencial às políticas culturais, especialmente de salvaguarda do patrimônio (Bortolotto 2011).

Considerações finais

Este trabalho analisou os resultados do edital Circula Minas de Intercâmbio, do ano de 2015 a 2018, período em que esteve em vigor. O edital, amparado em políticas culturais e sociais, foi aberto durante quatro anos consecutivos, visando apoiar financeiramente artistas, pesquisadores, mestres dos saberes tradicionais e afins, em viagens para a realização de atividades culturais e de capacitação, envolvendo teatro, dança, cinema, circo, artesanato, patrimônio cultural e outras áreas. Os principais objetivos do edital foram a difusão nacional e internacional da cultura mineira, bem como a sua preservação. Assim, buscou-se refletir sobre o edital Circula Minas considerando o conceito de *soft power*, entendido aqui como a possibilidade de construção de relações de poder amistosas, dentro e fora do país, através de políticas culturais, fortalecendo com isso o poder político e econômico do estado de Minas Gerais e do Brasil.

Diante disso, conclui-se que a construção e o fortalecimento do *soft power* é um processo lento, gradual e dialógico, que depende da relação entre o estado e a sociedade; que perpassa as políticas públicas culturais e sociais; que requer investimentos materiais e simbólicos; que necessita atrair a participação das pessoas; que precisa ser cultivado dentro e fora do país; mas que apresenta potenciais retornos políticos, econômicos e sociais, os quais merecem ser investigados em profundidade e enaltecidos, principalmente em relação à preservação do patrimônio cultural. Ressalta-se que o *soft power* demora para ser construído, porém, é fácil de ser perdido, caso não haja fomento contínuo. Seu desenvolvimento depende de inteligência, planejamento, diplomacia, discurso, comunicação e comportamento pacífico, polido, estratégico, visando às relações de poder amistosas, ancoradas na promoção e atratividade cultural. Tudo isso na contramão do atual cenário político mineiro e brasileiro.

Referências bibliográficas

- Ballerini, Frantjesco. *Poder suave*. São Paulo: Summus, 2017.
- Burke, Peter. *História e Teoria Social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- Burke, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- Bortolotto, Chiara. “A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial na implementação da Convenção da UNESCO de 2003”. *Revista Memória em Rede*, v.3, n.4 (2011): 1-13.
- Christofolletti, Rodrigo, org. *Bens culturais e relações internacionais: o patrimônio como espelho do Soft Power*. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2017.
- Choay, Françoise. *Alegoria do Patrimônio*. Lisboa: Ed.70, 2008.
- Então brilha tem manifesto contra Zema: ‘Sua burrice nos uniu’. *BHAZ*. 2020.
<https://bhaz.com.br/2020/02/22/entao-brilha-manifesto-contrazema/>
-

Gueraldi, Ronaldo Guimarães. “A aplicação do conceito de poder brando (soft power) na política externa brasileira”. Dissertação de Mestrado em Administração Pública (versão preliminar), Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2005.

Hartog, François. “Tempo e patrimônio”. *Varia História*, v. 22, n. 36 (2006): 261- 273.
<https://doi.org/10.1590/S0104-87752006000200002>

IPHAN. *Dossiê IPHAN 12 {Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira}*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

Machado, Jurema. “Feito em casa: o Iphan e a cooperação internacional para o patrimônio”. In: SCHLEE, Andrey Rosenthal, org. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 35 (2017): 245-283.

Nye jr., Joseph Samuel. *O paradoxo do poder americano: por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada*. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: UNESP, 2002.

Nye jr., Joseph Samuel. *Soft Power: the means to success in world politics*. New York: *Public Affairs*, 2004.

Nye jr., Joseph Samuel. *O futuro do poder*. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Benvirá, 2012.

Ouriveis, Maíra. “Soft Power e indústria cultural: a política externa norte-americana presente no cotidiano do indivíduo”. *Revista Acadêmica de Relações Internacionais*, v. 2, n. 4 (2013): 168-196.

Portal Uai. 2020. “Manifesto político no carnaval de BH”. YouTube, 03:01.
<https://www.youtube.com/watch?v=DIPjsKFNTKE>.

Poulot, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XIX*. São Paulo: Estação da Liberdade, 2009.

Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais. 2020. “Secult apresenta previsão de calendário 2020/2021 do Programa Cultura das Gerais – série de editais do Fundo Estadual de Cultura”. <http://www.cultura.mg.gov.br/component/gmg/story/5523-secult-apresenta-previsao-de-calendario-2020-2021-do-programa-cultura-das-gerais-serie-de-editais-fundo-estadual-de-cultura>

Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais. 2015. “Circula Minas: edital de intercâmbio – 2015: programa de apoio a viagens”.
<http://www.cultura.mg.gov.br/images/documentos/EDITAL%20CIRCULA%20MINAS%20-%20INTERC%3%82MBIO%202015.pdf>

Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais. 2016. “Circula Minas: edital de intercâmbio – 2016: programa de apoio a viagens”.
<http://www.cultura.mg.gov.br/images/documentos/EDITAL%20-%20CIRCULA%20MINAS%202016%20-%20CONSOLIDADO%20COM%20ALTERA%3%87%3%95ES%20PUBLICADAS%20NO%20MINAS%20GERAIS.pdf>

Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais. 2017. “Circula Minas: edital de intercâmbio – 2017: programa de apoio a viagens”.
<http://www.cultura.mg.gov.br/images/documentos/EDITAL%20-%20CIRCULA%20MINAS%202017.pdf>

Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais. 2018. “Circula Minas: edital de intercâmbio – 2018: programa de apoio a viagens”.
<http://www.cultura.mg.gov.br/images/documentos/Circula%20Minas%202018%20-%20Edital.pdf>

Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais. 2015. “Circula Minas 2015 (resultados)”.
<http://www.cultura.mg.gov.br/component/search/?all=circula+minas+2015&area=all>

Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais. 2016. “Circula Minas 2016 (resultados)”.
<http://www.cultura.mg.gov.br/component/search/?all=circula%20minas%202016&exact=&any=&none=&created=&modified=&from=8&area=documents>

Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais. 2017. “Circula Minas 2017 (resultados)”.
<http://www.cultura.mg.gov.br/component/search/?all=circula%20minas%202017&exact=&any=&none=&created=&modified=&from=8&area=documents>

Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais. 2018. “Circula Minas 2018 (resultados)”.
<http://www.cultura.mg.gov.br/component/search/?all=circula%20minas%202018&exact=&any=&none=&created=&modified=&from=8&area=documents>

Tavares, Thiago Rodrigues; Castro, Vanessa Gomes de. “Políticas Culturais no Brasil: O Edital Circula Minas e o Soft Power mineiro”. *Políticas Culturais em Revista*, v. 13, n.1 (2020): 135-153.

Recebido: 26 de maio de 2020

Aprovado: 07 de julho de 2020

Dossiê: Patrimônio e Relações Internacionais

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.31269>

As *timbila* de Moçambique no concerto das nações*

The timbila of Mozambique in the concert of nations

Las timbila de Mozambique en el concierto de las naciones

Sara S. Morais**

<https://orcid.org/0000-0003-1490-1232>

RESUMO: O artigo discute aspectos do processo de patrimonialização das “*timbila chopes*” de Moçambique que culminou com sua proclamação pelo Programa das Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade da Unesco em 2005. Inspirada em análises sobre processos de objetificação e redução semântica implicados no reconhecimento oficial de expressões como patrimônio cultural, abordo elementos da trajetória histórica e social das *timbila* para compreender seu lugar no imaginário nacional e sua escolha como o primeiro bem cultural imaterial em Moçambique consagrado em arenas internacionais. Enfatizei no decorrer do texto diversos elementos que localizam esse país africano no âmbito das suas relações internacionais; por um lado, discuto algumas das dinâmicas perpetuadas pelo colonialismo, as quais possibilitaram a divulgação das *timbila* para além do território colonizado e, por outro, reflito sobre a relação de Moçambique com a Unesco, à luz da história política do país e de sua recepção em relação a certos critérios e entendimentos desse organismo internacional no que tange ao patrimônio imaterial. Por fim, destaco as interpretações dadas pelo Estado moçambicano aos ideais de participação social da Unesco e mostro como o dossiê produzido pelo governo moçambicano utilizou o critério de autenticidade em voga naquele momento para descrever e justificar a escolha das *timbila*.

* Agradeço a meus colegas e professoras do Laboratório de Etnologia em Contextos Africanos (EOCA) – Juliana Dias, Andrea Lobo, Francisco Miguel, Vinicius Venâncio, André Justino, Yuri Ferreira e Lara Noronha – da Universidade de Brasília (UnB) pela leitura atenta e pelas sugestões preciosas a uma versão anterior deste artigo. Rodrigo Ramassote leu o texto e, como sempre, contribuiu com criteriosas observações. Agradeço, ainda, aos pareceristas *ad hoc* da Revista Locus pelos comentários precisos e instigantes que me auxiliaram a reestruturar algumas partes do texto. A responsabilidade pela versão final, contudo, é de minha inteira responsabilidade.

** Doutora em antropologia social pelo Departamento de Antropologia da UnB. Antropóloga do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Realizou pesquisas em Moçambique sobre fluxos de moçambicanos que estudaram no Brasil e retornaram ao país de origem e, mais recentemente, sobre processos de formação da nação com foco na patrimonialização das *timbila*. Tem escrito artigos e capítulos de livros sobre esses temas e sobre patrimônio imaterial no Brasil e no continente africano. E-mail: sarasmorais@gmail.com

Palavras-chave: *Timbila*. Moçambique. Patrimônio cultural imaterial. Unesco.

ABSTRACT: This article discusses aspects of the Mozambique's “chopi *timbila*” patrimonialization process that culminated in its proclamation by the Unesco's Intangible Heritage Masterpieces Program in 2005. Inspired by analyzes of objectification and semantic reduction processes involved in the official recognition of expressions as cultural heritage, I approach elements of the *timbila*'s historical and social trajectory to understand its role in the national imagination and its choice as the first intangible cultural element in Mozambique which was enshrined in international arenas. I emphasized all along the text several elements that locate this African country within the scope of its international relations; on the one hand, I discuss some of the dynamics perpetuated by colonialism, which enabled the dissemination of *timbila* beyond the colonized territory and, on the other hand, I reflect on Mozambique's relationship with Unesco, in light of the country's political history and its reception in relation to certain criteria and understandings of this international organization with regard to intangible heritage. Finally, I highlight the interpretations given by the Mozambican State to Unesco's ideals of social participation and show how the dossier produced by the Mozambican government used the criterion of authenticity in vogue at that time to describe and justify the choice of *timbila*.

Keywords: *Timbila*. Mozambique. Intangible heritage. Unesco.

RESUMEN: Este artículo discute aspectos del proceso de patrimonialización de las “*timbila* chopes” de Mozambique, el cual culminó en su proclamación como obra maestra en el 2005 por el Programa de las Obras Maestras del Patrimonio Oral e Inmaterial de la Humanidad de la Unesco. Inspirada por las discusiones sobre los procesos de objetificación y reducción semántica implicados en el reconocimiento oficial de expresiones tales como patrimonio cultural, abordo elementos de la trayectoria sociohistórica de las *timbila* buscando comprender su lugar en el imaginario nacional, así como su elección como primer bien cultural inmaterial de Mozambique reconocido en arenas internacionales. En el curso del texto, enfatice varios elementos que ubican a este país africano en el ámbito de sus relaciones internacionales; por un lado, analizo algunas de las dinámicas perpetuadas por el colonialismo, que permitieron la difusión de las *timbila* más allá del territorio colonizado y, por otro lado, reflexiono sobre la relación de Mozambique con la Unesco, a la luz de la historia política del país y su recepción en relación con ciertos criterios y entendimientos de este organismo internacional con respecto al patrimonio inmaterial. Finalmente, destaco las interpretaciones dadas por el Estado Mozambiqueño a los ideales de participación social de la Unesco, mostrando también cómo el dossier producido por el gobierno mozambiqueño utilizó el criterio de autenticidad, entonces en vigencia, para describir y justificar la elección de las *timbila*.

Palabras clave: *Timbila*. Mozambique. Patrimonio cultural inmaterial. Unesco.

Como citar este artigo:

Morais, Sara S. “As *timbila* de Moçambique no concerto das nações”. *Locus: Revista de História*, 26, n.2 (2020): 261-290.

“[...] heritage is produced in a context of discourses on roots, ownership, nationalism, and a global politics of recognition” (Rowlands e De Jong 2007, 13).

A terceira e última edição do Programa de Proclamação das Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade da Unesco¹ (doravante Programa das Obras-Primas) em 2005 reconheceu as “*timbila chopes*” de Moçambique como uma das 43 expressões culturais de vários países selecionadas por apresentarem, entre outros critérios, excepcional valor como obra-prima do gênio criativo humano². O prestigioso título foi concedido às *timbila* em decorrência de sua candidatura produzida pelo governo moçambicano e uma avaliação internacional favorável. Embora eu tenha levantado distintas versões acerca da origem da ideia de indicar as *timbila* para a Proclamação de 2005, não houve dissensos, por parte dos agentes envolvidos na elaboração do dossiê enviado à Unesco, a respeito daquela escolha: as *timbila* eram a candidata ideal para o pleito.

Conforme descritas pela bibliografia especializada, *timbila* são instrumentos musicais do tipo xilofone, tocadas em grandes agrupamentos por populações chopes de Moçambique.³ Mais amplamente, o termo *timbila*⁴ designa, a um só tempo, dança, música, instrumento e poesia. Muitos povos africanos cultivam a prática de fabricar e tocar xilofones.⁵ Dentre eles, os chopes são conhecidos pela singularidade de seus sons e pela exuberância das *timbila* de variados timbres e distintas sonoridades que conformam seus grupos. Na sugestiva afirmação de Thomaz (2009, 16), as *timbila* são um “instrumento-símbolo dos machopes, revelador de individualidades criativas extraordinárias, hoje incorporadas na própria ideia de Moçambique”. A associação das *timbila* aos chopes está tão fortemente enraizada no imaginário comum que se tornou impossível abordá-los em separado.

¹ Criado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciências e a Cultura (Unesco) em 1997, e tendo contado com três edições (2001, 2002 e 2003), o Programa das Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade tinha como principais objetivos sensibilizar para a importância do patrimônio oral e intangível/imaterial e para a necessidade de sua salvaguarda; encorajar os países a estabelecer inventários nacionais e tomar medidas legais e administrativas para a proteção do seu patrimônio oral e intangível; promover a participação de artistas tradicionais e praticantes locais na identificação e revitalização do seu patrimônio cultural imaterial (UNESCO 2006).

² As candidaturas enviadas para o Programa das Obras-Primas deveriam atestar que a expressão cultural em causa estava ameaçada de desaparecimento. A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003) da Unesco, que sucedeu o Programa, por seu turno, eliminou este critério, ampliou o escopo do que poderia ser incluído na noção de patrimônio imaterial (ou intangível) e privilegiou as ideias de “diversidade cultural” e “criatividade humana”. A Convenção de 2003 instituiu, assim, duas listas para as quais os países podem enviar candidaturas passíveis de avaliação e aprovação: Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade e Lista do patrimônio cultural imaterial que requer medidas urgentes de salvaguarda. Além disso, passou a existir também um Registro de Boas Práticas de Salvaguarda.

³ Cf. Tracey 1948; Rita-Ferreira 1975; Dias 1986; Munguambe 2000; Jopela 2006; Wane 2010; Webster 2009.

⁴ A forma singular de *timbila* é *mbila*. Em geral a utilização da forma escrita *mbila* se refere a um único instrumento, e *timbila* ao agrupamento mais amplo de instrumentos. O termo *timbila* é também utilizado como referência ao conjunto da dança, música e poesia.

⁵ Por exemplo, os *bsabingas* da República Centro-Africana, os *lobis* de Burkina Faso, os *mandingas* de Guiné-Bissau, os *bambaras* do Mali, os *fangs* do Gabão, os *baribas* do Benin, os *masikoros* de Madagascar, entre outros. Cf. Duvelle (2010).

O “povo chope”⁶ tem sido durante séculos escolhido para representar alhures, através de suas *timbila*, o território moçambicano. A investigação sobre as *timbila* permite o acesso ao processo histórico e às práticas sociais que conduzem à transformação de um elemento da cultura associado a um grupo “étnico” localizado num território específico em símbolo da coletividade nacional. Em uma grande comunidade nacional formada por diversas expressões culturais, as *timbila* assumem uma posição singular. Ela é executada e vivida não só em eventos locais no seio do “povo chope” e sob diferentes arranjos na capital do país e com menos frequência em outras regiões e outros países, mas também foi outrora utilizada por membros da administração colonial portuguesa como elemento de entretenimento em suas circunscrições na província de Inhambane.

Atualmente, grupos de *timbila* são entidades autônomas, fundadas e chefiadas por timbileiros que habitam o distrito de Zavala em localidades rurais espalhadas por vários pontos daquele território.⁷ Sua configuração tende a ser fluida (principalmente para o caso dos dançarinos), havendo uma substituição constante dos membros de um agrupamento em razão da acentuada movimentação de pessoas onde vivem os timbileiros. São também chamados de “grupos culturais”, denominação bastante difundida por se tratar do modo como o Estado se refere não somente às *timbila*, mas a diversos agrupamentos artísticos em Moçambique. Reúnem-se periodicamente para ensaiar seu repertório e para se apresentarem em cerimônias e eventos variados. Esse repertório, que tende a ter um número reduzido de canções, é baseado em composições (sempre cantadas em *cicopi*) dos seus próprios integrantes (em geral o principal tocador de *timbila*) ou reinterpretações de canções de antigos compositores.

O reconhecimento das *timbila* pela Unesco será aqui analisado tendo em conta que processos de patrimonialização estão intrinsecamente relacionados a projetos de construção nacional; as políticas de identificação e proteção do patrimônio cultural desempenharam um papel

⁶ A origem dos grupos que habitam a região sul de Moçambique foi tema de investigação de pesquisadores cujas análises são consideradas fundamentais para a compreensão da formação desse território. H-P. Junod (1927) considera os chopos como pertencentes à “família de populações Bantu” e os identifica genericamente como *tsongas/thongas*. Rita-Ferreira designa da mesma maneira, *tsongas*, a população denominada “chope pelos invasores angunes do século XIX (de *Ku tchopa*, retesar o arco)”, formada “por elementos de múltiplas origens étnicas” (1982: 189). Webster, apesar de defender características específicas dos chopos, admite que estes “apresentam muitas semelhanças com os *tsongas* que os rodeiam” (2009, 34). Smith (1973) problematiza o argumento de H-P Junod, ao alargar a percepção acerca das influências diversas que permitiram a formação dos chopos a partir do grupo mais amplo dos *tsongas*. Pereira (2019), em uma nota muito elucidativa a esse respeito, afirma: “Os chopi, termo que aparece grafado de diferentes maneiras nas fontes, compõem uma vasta gama de grupo cujas fronteiras étnicas são pouco evidentes, mas que aparentam compartilhar um universo de intercomunicação linguístico e institucional com as populações originárias do sul de Moçambique. [...] Uma bibliografia contemporânea, preocupada em perceber a historicidade das designações étnicas em contextos coloniais africanos, questiona a capacidade desse termo em designar objetivamente essas populações e emprega termos de autointitulação, como o de Changana, Ronga, Tsua, Bitonga e Chopi” (Pereira 2019, 6).

⁷ Neste texto refiro-me somente aos cerca de oito grupos de *timbila* em atuação no distrito de Zavala. Importante apontar, entretanto, a existência de um importante grupo que vem atuando em Maputo, além da utilização do instrumento em outros agrupamentos musicais na capital do país.

significativo na criação de estados-nação modernos (Hafstein 2018, 107)⁸ e ainda exercem influência considerável na disputa entre países por visibilidade e prestígio. Nesse sentido, a epígrafe explicita o tom da discussão que terá lugar neste artigo, ou seja, considerar que o patrimônio é construído em contextos em que proliferam certos tipos de discursos (Smith 2006) e no âmbito de uma política global de reconhecimento patrimonial.

A proclamação das “*timbila chopes*” como Obra-Prima é parte desse cenário internacional em que países os mais diversos buscam conquistar prestígio por meio de processos que transformam símbolos nacionais em Patrimônio da Humanidade.⁹ Handler (2002, 144) aponta a tentativa da Unesco em formular políticas culturais globais como uma intenção claramente universalista. Ao refletir sobre a implementação do Programa das Obras-Primas, esse autor afirmava que não se deveria esperar que a aplicação de tal política tivesse os mesmos resultados em situações distintas e estava interessado em observar como essas diferenças poderiam ser abordadas nos mais diversos contextos. Este artigo é uma contribuição nessa direção.

A construção da candidatura das *timbila* foi um processo burocrático, que envolveu pelos menos cinco instituições (Ministério da Cultura de Moçambique, Direção de Cultura do Governo de Zavala, Direção Provincial de Cultura de Inhambane, AMIZAVA¹⁰ e Unesco) e a produção de um cipoal de documentos oficiais (memorandos, ofícios, correspondências por correio eletrônico e pelo sistema de transmissão de fax, etc.). Os *timbileiros* foram incluídos apenas de forma tangencial em todo o processo: eles forneceram algumas informações relativas às *timbila* e foram filmados e fotografados. As orientações da Unesco relativas à participação dos detentores¹¹ foram seguidas pela comissão que produziu a candidatura a partir do modo como esse termo foi interpretado, o que dificilmente colocava os próprios *timbileiros* como protagonistas, mas como indivíduos que precisavam ser representados por autoridades legitimadas pelo Estado.

⁸ Importante refletir, entretanto, no contexto africano, em que medida a nação é central ou não no debate sobre os reconhecimentos de patrimônios culturais pela Unesco. Diferentemente do caso da patrimonialização das *timbila* que, como discutirei, centrou-se numa narrativa circunscrita a um único território, a maioria das candidaturas no continente envolvem mais de um território nacional. Exemplos a esse respeito são os casos do *Gule Wamkulu*, cujo reconhecimento foi compartilhado entre Malawi, Moçambique e Zâmbia, o *Kankurang*, entre Gâmbia e Senegal ou as práticas culturais e expressões ligadas ao balafon no Mali, Burkina Faso e Costa do Marfim. A alta incidência de ocorrências em mais de um país revela as complexas formações históricas da ocupação humana no continente, em que a arbitrariedade na delimitação das fronteiras em nada observou a porosidade e fluidez das práticas dos grupos que compõem seu vasto território. Talvez a centralidade na ideia de nação na definição do patrimônio cultural não assuma a mesma força em países africanos como em outros lugares do mundo. Cf. Trajano Filho (2012).

⁹ Desde sua fundação em 1946, a Unesco – órgão executivo da ONU (Organização das Nações Unidas), criada logo após o fim da II Guerra Mundial – tem produzido vários instrumentos normativos (convenções, orientações, dicionários, etc.) cujo principal objetivo é fornecer diretrizes para orientar a implementação de políticas públicas nacionais e promover a paz no mundo. A eficácia da atuação dessa agência da ONU recai, entre outras coisas, na sua capacidade de mobilizar a opinião pública internacional, envolvendo diversos representantes de países, que acolhem propostas, ratificam convenções e implementam suas políticas em distintos territórios nacionais.

¹⁰ Associação dos Amigos de Zavala.

¹¹ Tradução brasileira mais comum para o termo em inglês *bearers*, que também pode ser traduzido por praticantes ou portadores.

Esse papel foi desempenhado pelos “líderes comunitários”, figuras políticas reinseridas na vida política nacional no pós-guerra civil.¹² Encontram-se nessa nova classificação os antigos régulos¹³, anteriormente nomeados e/ou legitimados pela administração colonial; com o governo democrático da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique), passaram a exercer um papel na administração pública. Eles assinaram o dossiê, fornecendo assim sua anuência ao processo. Os régulos eram os “donos” das orquestras de *timbila*, papel que deixaram de exercer no pós-independência. Devido ao seu reaparecimento na cena política nacional através da sua investidura pelo governo moçambicano, esses líderes foram convocados, no âmbito desse processo de patrimonialização, a representar a autoridade que detinham no passado, muito embora sua relação com as *timbila* tivesse se alterado drasticamente.

A escolha das *timbila* pelo governo moçambicano como o primeiro patrimônio imaterial do país a ser reconhecido pela Unesco não foi fortuita. O ato que culminou na patrimonialização oficial das *timbila* faz parte de um processo mais longo, permeado por diferentes tempos históricos e marcado por transformações sociais substantivas. Um longo e efetivo processo de objetificação antecedeu sua patrimonialização oficial, tendo sido o reconhecimento pela Unesco resultado de expectativas relativamente bem consolidadas. Por parte do Estado moçambicano, a inserção de um bem cultural no rol das Obras-primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade – num momento de mudanças importantes no campo do patrimônio cultural – não era importante somente do ponto de vista das relações políticas internacionais, mas do seu projeto nacional de fortalecimento da ideia de patrimônio cultural do país, um desafio enfrentado desde a sua independência em 1975, com diferentes ênfases e justificado por distintas ideologias.

Estudos sobre práticas de patrimonialização têm enfatizado os efeitos de processos de “objetificação cultural” (Handler 1988) e “invenções discursivas” (Gonçalves 2002). Trajano Filho (2012) propõe que esforços explícitos e formais de patrimonialização são antecidos por processos de objetificação produtores de redução semântica de práticas culturais. Assim, de acordo com as perspectivas desses autores, manifestações ou instituições culturais totais de solidariedade,

¹² A guerra civil em Moçambique, que opôs o governo da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) à Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) teve início entre o ano de 1976 e 1977 e terminou oficialmente em 1992, com a assinatura dos Acordos de Paz em Roma, Itália.

¹³ Os régulos são também conhecidos como autoridades tradicionais, termo que se refere indiscriminadamente a outros sujeitos possuidores de algum tipo de ligação política ou espiritual com determinados espaços e são reconhecidos como tal pela sociedade à sua volta. Os régulos, e consequentemente suas atribuições, foram uma criação do governo colonial, que se pautou em grande medida na existência de autoridades tradicionalmente legitimadas pela população rural, mas frequentemente subverteu as regras de sucessão linhageiras para nomear indivíduos que serviam melhor aos interesses da administração. Até os dias atuais, o termo continua sendo amplamente utilizado no cotidiano não somente dos sujeitos que habitam os espaços onde angaria legitimidade, mas pela própria administração pública (Dava, Macia e Dove 2003). O Estado moçambicano os denomina formalmente como “autoridades comunitárias”, embora dificilmente esse termo seja utilizado fora dos documentos oficiais. Ver o Decreto nº 15/2000, que estabelece as formas de articulação dos órgãos locais do Estado com esses sujeitos.

reciprocidade e convívio, são transformados em ícones de identidade, memória e cultura nacional, a partir de escolhas, seleções e opções de instituições estatais ou organismos internacionais.

Inspiradas em tais perspectivas, proponho discutir neste artigo aspectos relacionados a dois processos complementares: 1) por um lado, nas seções 1 e 2, analisarei o processo de objetificação das *timbila* pré-patrimonialização, a partir de alguns dos modos como elas foram definidas e descritas por autoridades coloniais, especialistas e agentes do Estado moçambicano independente; 2) por outro, na seção 3, terei como foco alguns dos elementos envolvidos na construção do dossiê de candidatura das *timbila* enviado à Unesco; neste segundo momento, tomarei o processo de patrimonialização formal para discutir como parte significativa de seu conteúdo se ampara no processo anterior, legitimando certas abordagens e acepções já consolidadas sobre as *timbila*, assim como mostrarei como os agentes envolvidos na produção da candidatura interpretaram alguns critérios da Unesco.

As *timbila* no período colonial

As primeiras seis décadas do século XX foram decisivas para fixar as *timbila* no imaginário nacional, movimento que pode ser explicado por algumas dinâmicas sociais específicas. Em primeiro lugar, pela posição que ocupava no interior do sistema de relações sociais produzido pelo colonialismo, que promoveu apresentações para autoridades coloniais, viagens de sujeitos chopes com suas *timbila* à capital do império, à capital da colônia (Lourenço Marques), entre outros eventos. A bibliografia existente sobre o assunto e as fontes consultadas apontam a organização de apresentações das grandes orquestras de *timbila* pelos régulos na primeira metade do século XX.¹⁴ Nas décadas de 1950 e 1960 foram realizados festivais e apresentações em homenagem a governadores-gerais e outras personalidades políticas que visitavam o distrito (circunscrição, à época) de Zavala, cujas informações podem ser encontradas em folhetos e brochuras publicadas pelo governo colonial, os quais contêm programa, letras de canções, informações gerais sobre os chopes e o conteúdo das letras, etc.¹⁵

Um episódio ocorrido em 1940 esclarecerá o leitor a respeito do lugar ocupado pelas *timbila* no período colonial. Em janeiro de 1940, por ocasião da *Exposição Histórica do Mundo Português*, um

¹⁴ Junod (1996) menciona a visita do príncipe de Portugal a Moçambique em 1907 em cuja ocasião podiam ser ouvidas 30 *timbila* tocadas ao mesmo tempo executando o hino nacional português. O autor comenta também sobre as apresentações dominicais em certas minas de Joanesbusgo. São dignas de nota as duas viagens de orquestras para Portugal (em 1934, para participar da *I Exposição Colonial do Porto* e em 1940 por ocasião da *Exposição Histórica do Mundo Português*) e a visita do presidente Carmona em julho de 1939 a Moçambique, para a qual foi mobilizada “uma orquestra fenomenal de 100 tocadores de *Timbila* e 200 dançarinos-cantores” (Munguambe 2000, 46-47).

¹⁵ Cf. REPÚBLICA PORTUGUESA/Província de Moçambique/Distrito de Inhambane/Administração da Circunscrição de Zavala, *Algumas Canções Chopes* (1958) e *Festival do Povo Chope*, s/a (1963).

documento endereçado ao Chefe dos Serviços dos Negócios Indígenas de Lourenço Marques, enviado pela Repartição Técnica de Estatística da Colônia de Moçambique, solicitou a composição dos “indígenas” que deveriam representar a colônia no evento que iria ocorrer em Lisboa: “30 landins ou bàchope, acompanhados por dez mulheres e crianças das famílias – ou, no caso de se julgar inconveniente a ida de mulheres e crianças, serem substituídas por 10 homens” (Arquivo Histórico de Moçambique/Fundo Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas, A/26, Expediente relacionado com a Exposição Colonial do Mundo Português em 1940. Sala 1, Caixa 84). Uma orquestra de *timbila* já havia ido Portugal em 1934, onde teve lugar a I *Exposição Colonial no Porto*.¹⁶

O evento buscou celebrar a representação imaginária da nação portuguesa, que era constituída, de acordo com as convicções da época, não somente pelo “pequenino espaço metropolitano” (Thomaz 2002, 254), mas também pelas extensas áreas além-mar a ele anexadas na época das grandes navegações. Sob o olhar entusiasmado do governo ditatorial de Salazar, a exposição visava consolidar a ideia de um “mundo português” que se espalhava em várias partes do globo terrestre. No caso de Moçambique, as *timbila* foram escolhidas para representar aquela porção de Portugal aos olhos dos portugueses europeus e do resto do mundo. Esses eventos realizados em 1934 e 1940 podem ser considerados as primeiras grandes iniciativas do governo colonial português em divulgar as *timbila* fora do território onde ela se manifestava habitualmente. A partir desses dois marcos, elas passaram a ser cada vez mais conhecidas no exterior.

A viagem empreendida pelos sujeitos denominados chopos para Lisboa em abril de 1940 foi feita a bordo do navio Niassa, tendo sido os viajantes acompanhados pelo administrador Guilherme Abranches Ferreira Cunha. Segundo documento produzido na época:

O grupo chope é formado por 30 homens, 5 mulheres, 5 crianças; Levam os seus trajes de batuques, e os homens compõem uma orquestra de *timbila* (vulgarmente, *marimbas*), com os seus bailarinos. Como se sabe, as orquestras bàchope de *timbila* são a expressão mais apurada da música indígena e os bàchope são, das populações do nosso território, aquela que melhor traduz o génio musical dos bantu.

O chefe do grupo, também chefe gentílico da Circunscricção de Zavala, além de bailarino é compositor de melodias africanas que são executadas pela orquestra.[...] Assim, o grupo de indígenas moçambicanos que vão figurar na Exposição do Mundo Português é formado por duas das mais representativas sub-raças bantus que povoam o nosso território. (Arquivo Histórico de Moçambique/Fundo Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas, A/26, Expediente relacionado com a Exposição Colonial do Mundo Português em 1940. Sala 1, Caixa 84).

Essa circular, redigida pela Repartição Central dos Negócios Indígenas, divulgou a lista contendo a relação dos nomes de todos os “indígenas” que foram a bordo do Niassa. Seu

¹⁶ Uma imagem produzida na ocasião pelo fotógrafo Domingos Alvão, denominada “Marimbeiros da colônia de Moçambique e trecho da aldeia respectiva”, retrata a orquestra levada para a ocasião tocando num cenário que imita o “habitat natural” em Zavala, com árvores, terra e casas em círculo cobertas com palha. Ver Thomaz (2002, 240).

conteúdo expressa uma ideia que foi reiteradamente defendida principalmente a partir da década de 1940 a respeito da distinção dos chopes em relação a outros povos moçambicanos. A observação relativa à sua genialidade e apuração musical deve-se, muito provavelmente, ao que vinha sendo escrito sobre as *timbila* desde o início do século XX. Junod (1996) [1926] aponta a “superioridade” da música produzida pelos chopes e a complexidade da construção dos seus instrumentos, as *timbila*. Seu filho, Ph. H. Junod, afirma que “inteligentes, habilidosos com as mãos, os Batchopi são conhecidos em todo o sul da África, sobretudo, como os mestres incontestes das *timbila* ou xilofones” (Junod 1927, 91).¹⁷ Não seria despropositado, pois, supor que muitos dos adjetivos utilizados pela administração colonial nesses documentos tenham se inspirado nos estudos e concepções que circulavam desde alguns anos a respeito da música produzida por aqueles sujeitos.

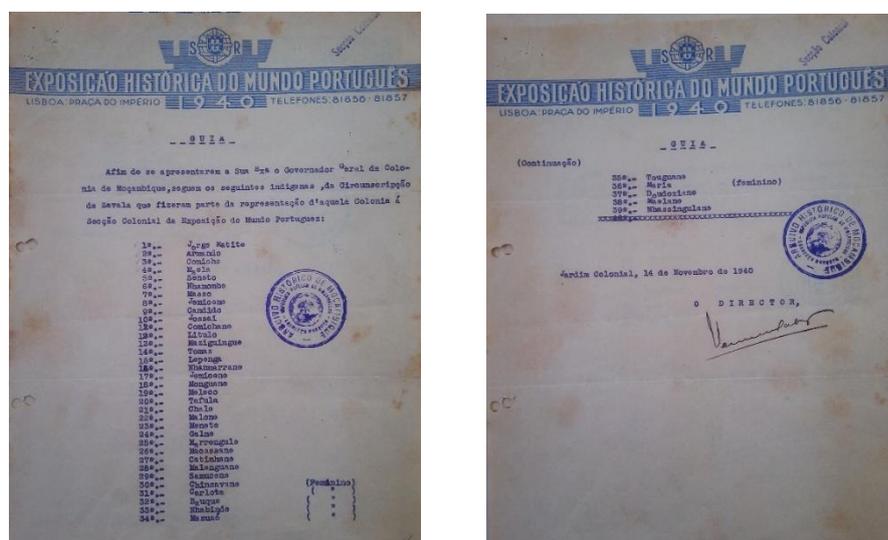


Fig. 1: Arquivo Histórico de Moçambique, “Lista contendo nomes dos sujeitos chopes que viajaram a Lisboa a bordo do navio Niassa”.

O chefe do grupo a que se refere o documento chamava-se Armando Magenge e era amigo próximo do famoso compositor chope Catine, que viajara a Lisboa na mesma embarcação. Um episódio marcante envolvendo Magenge nessa travessia é conhecido de muitos ainda hoje: trata-se da sua morte a bordo do navio. Embora Tracey (1949, 34) afirme que ele teria falecido em Lisboa, alguns timbaleiros que vivem atualmente em Zavala me relataram que ele teria perdido a vida ainda durante a viagem. Decidiram não informar o ocorrido antes de chegar a Portugal por medo de sua participação ser cancelada. Parece que Magenge já estava doente antes da viagem,¹⁸ mas não teve

¹⁷ Tradução nossa do original: “intelligents, habiles de leurs mains, les Batchopi sont sourtout connus dans tout le sud de l’Afrique comme les maîtres incontestés des *timbila* ou xylophones” (Junod 1927, 91).

¹⁸ Tracey (1949, 39) afirma que “Manjêngue apanhou uma forte constipação que degenerou em pneumonia e que o levou desta para melhor. Foi enterrado em Lisboa e a mulher teve de regressar sem ele”.

escolha porque estava substituindo o régulo que tinha sido preso dias antes por não ter repassado à administração colonial a quantidade correta do imposto de palhota.

Em dezembro de 1940, o Governador Geral da Colônia autorizou proposta do Chefe da Repartição Central dos Negócios Indígenas de “compensação à família do régulo Magengo, que morreu em Lisboa quando se achava representando, com os seus indígenas, a Colônia de Moçambique na Secção Colonial da Exposição do Mundo Português”. Além dessa justificativa, o documento ressaltava que era preciso elevar o prestígio das autoridades coloniais entre os “indígenas”. A autorização chegou às mãos do Administrador da Circunscrição de Zavala no final de janeiro de 1941, contendo a quantia que deveria ser entregue “aos herdeiros do régulo” e assinado pelo Chefe da Repartição Central, que justificou a proposição da sua iniciativa “tendo em conta o espírito infantil dos indígenas, o seu precário raciocínio e imperfeita noção da missão que foram cumprir, pois consideram a sua ida a Lisboa como um serviço que o Governo lhes mandou fazer” (Arquivo Histórico de Moçambique/Fundo Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas, A/26, Expediente relacionado com a Exposição Colonial do Mundo Português em 1940. Sala 1, Caixa 84).

Esses dados desvelam alguns elementos implicados na relação que o governo português mantinha com os “indígenas” que tocavam e dançavam *timbila*. Julgando-os incapazes de saber o que foram fazer em Portugal, mas assumindo que a questão da morte de um deles, que possuía posição e prestígio na circunscrição, poderia provocar algum tipo de reação em relação à administração colonial, os funcionários rapidamente se movimentaram para oferecer uma compensação que seria apreciada por todos. Não se pode saber o efeito gerado pela indenização. Do que adiantaria receber uma quantia monetária, se Magenge não seria enterrado em Zavala (ao que consta, o corpo foi enterrado em Portugal), impossibilitando a devida despedida de seus familiares, amigos e vizinhos e as homenagens rituais que seriam e ele oferecidas como ancestral?

As informações a respeito dessa viagem elucidam aspectos fundamentais da relação que o governo colonial estabeleceu com as *timbila*. Os chopes foram classificados “indígenas”, como qualquer outro nativo do território colonial, mas passaram a receber uma reputação especial devido ao renome amealhado pelas *timbila*. A representatividade aludida na circular citada no início desta seção, pelo menos no caso dos chopes, é baseada exclusivamente nessa reputação, porque se nos basearmos na quantidade de indivíduos, dificilmente eles poderiam ser considerados os mais expressivos dentre os demais povos daquela colônia. A quantidade de “indígenas” levados a Lisboa na ocasião apresentada nem foi tão grande, se compararmos com outros eventos.¹⁹

¹⁹ Mungambe (2000, 46-47) comenta sobre uma visita do presidente de Portugal Carmona em 1939 a Moçambique em que apresentaram um *ngodo* de Catine uma orquestra composta por 100 tocadores e 200 dançarinos. Reportagem

A partir da década de 1950 as *timbila* passaram a ser demandadas para tocar o hino português todos os domingos na sede das administrações onde havia orquestras (Munguambe 2000). Outras ocasiões, como visitas de alguma autoridade colonial importante, também era motivo para solicitá-las. Em todos esses casos, os régulos eram contactados e procedia à organização da orquestra para ser exibida. A manutenção das orquestras de *timbila* – ensaios, recrutamento de músicos, organização para apresentações etc. – era responsabilidade dos régulos. Webster (2009, 373) aponta que “o recrutamento para as orquestras corresponde, *grosso modo*, às divisões territoriais e políticas mais vastas. Cada povoação é geralmente representada por uma orquestra e é a partir destas que se forma a orquestra do grupo de povoações”.

Não há muitos dados, na bibliografia sobre o tema, a respeito da dinâmica interna às orquestras. Esses escritos (Tracey 1949; Munguambe 2000; Webster 2009) e as narrativas dos *timbileiros* indicam que cada regulado possuía um ou mais agrupamentos de *timbila*, cujos membros eram recrutados muitas vezes compulsoriamente para se dedicarem quase exclusivamente à prática das *timbila*. As informações as quais tive acesso indicam que haviam acirradas competições entre orquestras de diferentes regulados. Os régulos se empenhavam para encontrar os melhores músicos, e a presença de um renomado compositor era uma marca de sucesso que aumentava ainda mais seu prestígio entre os portugueses. Não por acaso havia tanta dedicação na organização das numerosas orquestras: quanto mais pujante elas fossem, mais importante se tornava o regulado.

Paralelamente à aproximação da administração colonial às *timbila* e de sua utilização como instrumento de propaganda da colônia aos olhos do mundo, um importante encontro fixou definitivamente a percepção sobre as *timbila*: trata-se das visitas a Zavala de Hugh Tracey (1903-1977), etnomusicólogo inglês radicado na África do Sul. Não há dúvidas de que a maior fonte de difusão das *timbila* ainda hoje são os escritos desse pesquisador, que influenciou todos os autores que o sucederam, consagrando os princípios explicativos e o léxico compreensivo acerca das *timbila* como uma prática musical.

Tracey visitou pela primeira vez o território chope em agosto de 1940. Em separata do periódico *Moçambique: documentário trimestral*, ele publicou, em tom de diário, suas primeiras impressões sobre as *timbila*, na qual as considerou “tão desenvolvidas como quaisquer outras em África” (Tracey 1940, 30). Se em 1940 ele comparava a habilidade e qualidade musical dos chopes com outros povos, e em 1942 registrava que a sua poesia é muito evoluída (Tracey 1942, 70), anos

do jornal *Notícias* comunicava em 1953 a ida a Bulavaio (Zimbábue) dos “Marimbeiros de Zavala”, uma *orquestra* constituída por 40 tocadores e 86 dançarinos, “escolhidos de entre os melhores dos conjuntos dos dez régulos de Zavala” (*Notícias*, 14 de junho de 1953, 11), para representar Moçambique na *Exposição Comemorativa do Centenário de Rhodes*.

mais tarde afirmava que as “danças orquestrais” dos chopes “devem ser a expressão mais elevada da arte africana na África meridional” (Tracey 1949, 1). *Chopi Musicians*, cuja primeira edição foi publicada em 1948 é, definitivamente, a obra mais influente sobre a música das *timbila* ainda hoje.²⁰ Todos os estudos que tiveram as *timbila* como o centro da análise (v. Munguambe, 2000; Jopela, 2006; Wane, 2010) reproduzem de forma irrestrita, em maior ou menor ênfase, os esquemas e definições contidas nessa obra. Podemos considerar que Hugh Tracey fundou um vocabulário e modos de apreensão das *timbila* espalhados com tanta força que foram transformados em paradigma de análise sobre o tema. Além disso, praticamente todas as canções analisadas no livro possuem gravações em áudio.

Essa publicação é resultado da aproximação de Tracey a timbaleiros em distintos momentos. Como mencionado anteriormente, ele realizou uma primeira visita a Zavala em 1940. Posteriormente, em 1941, viajou novamente àquele distrito. Somente em 1943 teve a oportunidade de passar algumas semanas no local e, no regresso para a África do Sul, levou consigo seis tocadores, que permaneceram em Durban durante três meses. Por fim, no final da década de 40, visitou diversos complexos residenciais ao longo das minas próximas a Joanesburgo para observar os chopes tocando nos seus locais de trabalho. *Chopi Musicians* fornece várias letras de canções daquela época em *cicopi* (língua chope), acompanhadas das respectivas traduções em inglês, além de adensadas interpretações sobre o contexto no qual foram produzidas. O agrupamento de cada regulado possuía seu próprio *ngodo*²¹ que, de acordo com Tracey, significa “apresentação completa”, incluindo dançarinos *Basinyi* e tocadores *Waveti* e sua performance” (*Idem*).²² Na seção que segue apresentarei mais informações a respeito da importância da obra do etnomusicólogo no processo de patrimonialização das *timbila*.

Surgimento escrito e classificação

²⁰ Margot Dias, que se notabilizou pelas pesquisas sobre instrumentos musicais em Moçambique, tendo tido um papel importante na divulgação sobre as *timbila*, afirmou: “Certo é que o estudo que Tracey fez não tem, por enquanto, nenhum que se lhe compare. Solucionar ainda alguns problemas que ficam em aberto seria um trabalho de largos meses, senão anos, convivendo e trabalhando com os próprios músicos” (Dias 1986, 58).

²¹ Os movimentos que compõem um *ngodo*, segundo Hugh Tracey, são os seguintes: 1. *Musitso wokata* (primeira introdução orquestral); 2. *Musitso wembidi* (segunda introdução orquestral); 3. *Musitso woraru* (terceira introdução orquestral); 4. *Ngeniso* (a entrada dos dançarinos); 5. *Mdano* (a chamada dos dançarinos); 6. *Joosinya* (a dança); 7. *Joosinya cibudo combidi* (a segunda dança); 8. *Mzeno* (a canção); 9. *Mabandla* (os conselheiros); 10. *Citoto Ciriri* (finalização dos dançarinos); 11. *Musitso kugvita* (finalização orquestral).

²² O *ngodo* se trata, além disso, de “uma dança orquestral de nove a onze movimentos. Cada movimento é distinto e separado, e duram somente um minuto cada, como no caso de algumas das introduções, podendo prolongar-se a cinco ou seis minutos cada. A execução completa tem duração de cerca de 45 minutos, dependendo da complexidade dos movimentos dos dançarinos e da atmosfera do momento” (Tracey 1970 [1948], 2).

Os autores que mais se destacaram a respeito do tema (Junod, 1939; Tracey, 1948; Munguambe, 2000) concordam que a existência das *timbila* teria sido mencionada pela primeira vez pelo Padre André Fernandes em carta de 1562, escrita em Goa e enviada a seus colegas da Companhia de Jesus em Portugal. A seguinte descrição, que se tornou célebre, não apresenta dúvidas, para os autores referenciados, de que se tratava de uma *mbila*:

É esta gente muito dada a prazeres de cantar e tanger. Seus instrumentos sam muitas cabaças liadas com cordas e um páu feito em arco algumas grandes e outras pequenas e as bocas a qual com uma casca de mel silvestre apagam os buzios para que tomem bem e teem suas contra fabordões etc. Dam musicas de noite ao rei e a quem lhe dá alguma cousa e os que móres brados dam teem por melhores musicos. As cantigas que cantam commumente sam o louvor do a que cantam, s. 'És bom homem porque uma vez me deste isto, outro estoutro e me darás mais'. (Pe. André Fernandes *apud* Junod 1939, 17-18).

Essa passagem é também considerada a primeira referência registrada sobre música (Lichuge 2016) no território que viria a ser chamado de Moçambique. Henri-Alexandre Junod (1975 [1897]) afirma serem as *timbila* um instrumento musical “ao qual não hesitamos em aplicar o pomposo nome de *piano* (o de xilofone convir-lhe-ia decerto melhor) e que revela uma complexidade musical que os restantes não nos levavam de modo algum a imaginar” (Junod 1975 [1897], 11). Nessa mesma publicação do final do século XIX, o missionário assevera que todos os instrumentos são afinados “segundo um certo diapasão”, formando os chopes “verdadeiras orquestras nas suas aldeias” (Junod 1975, 14).²³

As *timbila* também foram classificadas como “conjunto musical” (Junior 1965, 68-69) e “conjunto de artistas chopes” (*Notícias*, 14 de junho de 1953, 11). Esse primeiro foi utilizado numa publicação que descreveu a realização de um festival em Quissico para receber a visita do Almirante Américo Tomás em meados da década de 1960. O autor, que teceu algumas considerações sobre aquele evento, apresenta os chopes como grandes artistas, marimbeiros famosos pelas suas composições, pela orquestração das suas músicas e pelo arranjo dos seus bailados (Junior 1965, 64). O segundo termo é mencionado em matéria do Jornal *Notícias*, que informava a chegada a Lourenço Marques do conjunto conhecido por “Marimbeiros de Zavala”, acompanhado pelo régulo Felisberto Machatine.

Se ambos os Junod, pai e filho, já haviam propalado as *timbila* como orquestras, é somente com Hugh Tracey que a associação mais ampla com termos, formas e estruturas da música ocidental moderna se consolida. Como podemos observar em sua obra, o etnomusicólogo traduz certos termos chopes relacionados à música das *timbila*, tornando-os inteligíveis do ponto de vista

²³ Embora tendo sido Hugh Tracey aquele que difundiu a ideia de que a maneira como os chopes organizavam e tocavam as *timbila* se classificava como “orquestra”, verificamos pela referência acima que essa comparação com o formato musical europeu já havia sido aventada pelos menos quatro décadas antes.

da nomenclatura ocidental: dividiu as várias partes contidas nas exibições padronizadas naquela época e as considerou como movimentos de uma orquestra que, além da quantidade e diversidade dos instrumentos musicais, constituíam-se pelas danças; ao invés de suítes, atribuiu-lhes o termo “danças orquestrais”. Além dos aspectos mais musicais das *timbila*, Tracey discutiu em *Chopi Musicians* a função social das letras das suas canções, apontando seu caráter moralizador “numa sociedade destituída de imprensa diária, publicações ou palco além do pátio da vila para expressar seus sentimentos ou protestos” (Tracey 1970, 3).

Não seria exagero afirmar que Tracey foi, sem que pudesse saber, um dos principais responsáveis pelo processo de patrimonialização das *timbila*, quem não só fundou o modo de percepção pelo qual as *timbila* foram compreendidas e descritas nas décadas seguintes, mas garantiu a sua posição como uma expressão artística excepcional.²⁴ Na esteira das proposições contidas em *Chopi Musicians*, os agentes do Estado que redigiram o dossiê enviado à Unesco apresentaram as *timbila*, tal como fizera Tracey, como uma música constituída por uma composição com duração de cerca de uma hora (com diversos movimentos complexos), tocada por xilofones que compõem uma orquestra e acompanhada por canto e dança. A utilização de termos como melodia, harmonia, variações, movimento, orquestra, instrumento musical, compositor etc. revela, como veremos na próxima seção, o alinhamento do texto do dossiê com a padronização e formatação das *timbila* ao esquema trayceano.

A divulgação de *Chopi Musicians* e outras publicações ainda na primeira metade do século XX, obras que atestavam a excepcionalidade e a qualidade da música produzida pelos chopes, teve um impacto considerável no modo como as *timbila* foram tratadas e abordadas nas obras vindouras. Na segunda metade desse século, especialmente durante a década de 1960, as menções às *timbila* em publicações coloniais passaram a ser mais frequentes. Todas essas obras (Rocha 1962; Marjay 1963; Junior 1965; Dias 1986; Rita-Ferreira 1974), além dos três trabalhos publicados especificamente sobre aspectos das *timbila* nos anos 2000 (Munguambe 2000; Jopela 2006; Wane 2010), reiteraram os esquemas explicativos e as definições conceituais propostos por Hugh Tracey.

Após a independência do país, as *timbila* ocupavam um lugar de prestígio no imaginário nacional. As primeiras iniciativas da Frelimo voltadas à construção da nação moçambicana tiveram como foco a área cultural (seminários, festivais, pesquisas, campanhas de preservação etc.). O principal intuito dessas atividades era a salvação do “patrimônio do povo moçambicano”. Assente numa ideia geral de que o colonialismo tinha subjogado toda a população e coibido a manifestação

²⁴ Rita-Ferreira (1974) afirma que Hugh Tracey teria sugerido a realização de etapas eliminatórias nas regedorias de Zavala para um festival que ocorreu em 1974. Além das “grandes orquestras de *timbilas*, com o seu corpo de dançarinos”, apresentaram-se também “grupos de *ngalanga*, *ximveca*, *sibembe*, *xingomane*, *xitende* e outros”.

de suas práticas culturais, o governo defendeu ardorosamente o resgate da “autêntica” cultura do povo, ou seja, o patrimônio da nação. As *timbila* tiveram um papel central nesse momento.

No I Festival Nacional da Canção e Música Tradicional, ocorrido no final de 1980 e início de 1981, por exemplo, ela foi o emblema de divulgação do evento e teve destaque na cobertura midiática escrita. As discussões derivadas daquele festival sobre música tradicional permitiram, nesse sentido, refletir sobre o processo de objetificação que antecedeu a patrimonialização oficial das *timbila*. A partir das respostas fornecidas no interior do debate, foi possível apreender que sua classificação prioritária recaía na dança,²⁵ embora pudesse ser também definida como música, ou mesmo canto. Considerando que a classificação e definição dos gêneros artísticos é uma prática de poder (Dias 2012), o Estado teve uma função preponderante a esse respeito e, desde então, em relação aos palcos espalhados por ocasião dos festivais nacionais de cultura, o governo moçambicano tem alocado os grupos de *timbila* naquele destinado às “danças moçambicanas”. Para os *timbileiros*, contudo, contanto que sejam convidados para se apresentarem, pouca relevância tem o modo como as *timbila* são definidas (Morais 2020).



Fig. 2: Arquivo Histórico de Moçambique, “Divulgação do I FNCMT no *Jornal Notícias*”.

Ainda no contexto pós-independência, destaco dois dados que revelam parte desse movimento de construção de um lugar de prestígio das *timbila* no âmbito da imaginação da nação em Moçambique: 1) Andrew Tracey (2011), filho de Hugh e igualmente etnomusicólogo, afirma que elas podem ser consideradas como a primeira música nacional, pois foi a primeira peça musical que a principal estação de rádio moçambicana (Rádio Moçambique) transmitiu após a

²⁵ Anteriormente, em 1978, as *timbila* se apresentaram no I Festival Nacional de Dança Popular, tendo também papel de destaque. Ver Morais (2020).

independência foi um trecho de um *mitsitso* cuja autoria é atribuída a Chambini Makasa²⁶; 2) A Lei nº 2/80, que criou o metical, em substituição ao escudo, estipulou que a moeda metálica de 50 centavos teria como tema a “cultura nacional”, cuja figura seria representada pela “*timbila*”.²⁷

Assim, o critério de “excepcionalidade” exigido como condição necessária à Proclamação das Obras-Primas já estava suficientemente consolidado no caso das *timbila*; nenhuma outra expressão cultural em solo moçambicano era tão reputada quanto ela. Não espanta, pois, o consenso em torno da sua escolha imediata como o primeiro patrimônio a ser reconhecido pela Unesco. Ainda que o país não tivesse uma legislação que reconhecesse oficial e individualmente certos elementos como patrimônio da nação, no momento da elaboração da candidatura as *timbila* não somente haviam conquistado seu lugar como um símbolo nacional, como também gozavam de um considerável prestígio internacional. Passo, a seguir, a explorar alguns aspectos da candidatura das “*timbila chopes*” ao Programa das Obras-Primas.

Patrimônio imaterial, participação da comunidade e a recorrência ao autêntico

Rowlands e de Jong (2007) discutem como a política da Unesco no continente africano opera a partir da oposição entre patrimônio material e imaterial, sugerindo a ideia de que a África autêntica seria mais performativa que monumental.²⁸ No caso de Moçambique, esse fenômeno se consolidou com apoio do Estado, que tem recorrido a expressões musicais e de dança diversas para compor a ideia mais ampla de identificação dos vários grupos sociais do país à nação. Contemporaneamente, e em constante diálogo com as políticas da Unesco, o governo da Frelimo tem reatualizado o potente discurso construído no pós-independência a propósito de uma cultura pré-colonial, período idealizado como o berço das expressões mais autênticas e, portanto, tradicionais.²⁹ O dossiê das “*timbila chopes*” reforçou a ideia de um vínculo incontornável a uma estrutura observada num passado que é constantemente reiterado.

²⁶ *Mitsitso* refere-se a “introduções ou ambientações, em número variável, de 1 a 5, sem canto nem dança” (Munguambe 2000, 84).

²⁷ Atualmente é a moeda de 5 meticais que apresenta uma imagem de *timbila* em um dos lados.

²⁸ Quanto ao patrimônio “de pedra e cal”, representado em muitos países por meio de monumentos históricos e edificações consideradas autênticas do ponto de vista arquitetônico, no continente africano essa dimensão é, em geral, representada por locais associados ao tráfico de escravos. No caso dos países africanos, representados majoritariamente pelo seu patrimônio imaterial nos fóruns internacionais promovidos pela Unesco, estaríamos diante de Estados frágeis e deficientes de estruturas materiais e concomitantes recursos econômicos. Essa associação nos conduz ao problema que identifica o processo de construção nacional em África como incompleto, parcial, ausente ou mesmo inviável (Trajano Filho 1993).

²⁹ Assim como a autenticidade, a ideia de tradição (seu quase inseparável par), é frequentemente concebida como algo fundado num passado longínquo, no qual os fenômenos culturais teriam uma forma específica, uma história que poderia ser apreendida no presente. Ora, concepções baseadas nesse tipo de percepção desconsideram que tradição é um modelo do passado, inseparável da interpretação que dela fazem no presente (Handler e Linnekin 1984, 276). Ou seja, atribuir a qualidade de “tradicional” a algo é desde o início uma reinterpretação e, portanto, uma alteração no presente (*Idem*, 281).

A noção de patrimônio imaterial tem sido acolhida sem muita tensão em relação às propostas do Estado moçambicano nessa área, reforçando a ideia apontada pelos autores acima referenciados de uma África presa às “raízes”, definida e apresentada como um repositório de saberes autênticos constituidores da sua existência. Importante assinalar que o termo “patrimônio imaterial” não foi incorporado ao vocabulário governamental moçambicano por meio do Programa das Obras-Primas. Uma lei publicada em dezembro de 1988, ainda em vigor e bastante atrelada aos ideais socialistas de Samora Machel, primeiro presidente do país, determina a “protecção legal dos bens materiais e imaterial do património cultural moçambicano”. Vejamos como esse instrumento legal define os *bens culturais imateriais*:

São os que constituem elementos essenciais da memória colectiva do povo, tais como história e a literatura oral, as tradições populares, os ritos e o folclore, as próprias línguas nacionais e ainda obras do engenho humano e todas as formas de criação artística e literária independentemente do suporte ou veículo por que se manifestem (Lei 10/88, Capítulo II, Definições, Artigo 3).

Do ponto de vista legal e temático, portanto, o governo moçambicano estava amparado pelo menos uma década antes das primeiras iniciativas da Unesco voltadas ao patrimônio imaterial. Em janeiro de 2004, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique recebe convite oficial da Unesco para o que país submetesse uma candidatura à Terceira Proclamação das Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade. O texto do documento esclarecia que a distinção englobava “espaços culturais ou formas de expressão cultural de excepcional valor ou expressão cultural popular e tradicional de excepcional valor do ponto de vista histórico, artístico, etnológico, sociológico, antropológico, linguístico ou literário” (República de Moçambique/Ministério da Cultura/Direcção do Património Cultural 017/DNP, de 05/02/04). O documento informava, ainda, que 47 Obras-Primas de todas as regiões do mundo já haviam sido proclamadas pelas duas primeiras edições (2001 e 2003) do Programa. Como podemos apreender desde já, não foi difícil enquadrar as *timbila* no escopo desse chamamento, o que não se trata de uma afirmação prosaica.

Lisa Gilman (2015) analisou um caso em outro país africano cuja situação é bem diversa dessa. Trata-se do processo de patrimonialização de um ritual de cura dos tumbukas do norte do Malawi chamado *Vizumba*. Um dos principais elementos desse rito é a dança de cura, acompanhada por tambores e sinos e de uma audiência ativa composta majoritariamente por mulheres. Em conversa com vários curandeiros, a antropóloga observou que eles não consideravam sua prática como patrimônio cultural, mas como uma prática médica, de cura. Muitos deles comentaram que, se o governo tivesse interesse no *Vimbuza*, deveria articular suas demandas através do Ministério da Saúde, e não no da Cultura (Hafstein 2018, 130-131). Apoiando-se no fato de a prática ser bem

documentada³⁰ e ignorando as controvérsias em torno da sua existência por parte de setores religiosos e médicos, o governo malawiano propôs no plano de ação da candidatura do *Vimbuzza* à Unesco um festival anual no qual o ritual é representado como dança, completamente apartado dos seus fins curativos, embora essa função primeira seja interpretada nas apresentações.

Nesse sentido, a perspectiva preservacionista contida em processos de patrimonialização é um imperativo da política de reconhecimento do patrimônio imaterial da Unesco, cujas diretrizes foram incorporadas por centenas de legislações em todo o mundo. Segundo Hafstein (2018), salvaguardar o patrimônio imaterial significa criar instituições sociais, como conselhos, comitês, comissões etc., e promover certos gêneros expressivos, como festivais, competições e materiais promocionais. (Hafstein 2018, 128). Salvaguarda – palavra-chave contida nos reconhecimentos oficiais de expressões culturais como patrimônios imateriais pela Unesco – tem sido compreendida como um dispositivo (Foucault *apud* Arantes 2019) por meio do qual agentes sociais diversos são mobilizados em torno de atividades que produzem novos sentidos nas dinâmicas das expressões patrimonializadas.

O Programa das Obras-Primas, que contou com 3 proclamações (2001, 2003 e 2005), e o sistema dos “tesouros humanos vivos”³¹ foram as primeiras experiências dedicadas à preservação do patrimônio imaterial desenvolvidas pela Unesco. A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003), ainda em vigor, assumiu seu formato final após calorosas discussões entre especialistas, pesquisadores e representantes dos países signatários da Unesco em reuniões promovidas por essa organização (Bortolotto 2013 e Hafstein 2018). Dentre as preocupações e questões debatidas acerca das concepções e do campo de atuação que se convencionou chamar de patrimônio imaterial ou intangível, um dos principais desafios enfrentados foi ampliar o foco de atuação da Unesco em relação ao domínio patrimonial, que se pautava, quase exclusivamente, no reconhecimento e preservação de bens de natureza material (monumentos, sítios históricos, edificações, entre outros) e naturais como patrimônios mundiais.

A discussão de fundo nesse momento se voltava aos efeitos deletérios da globalização em relação a manifestações orais cuja transmissão se dava de geração a geração, por meio de métodos considerados informais. O propósito nobre da Convenção, nesse sentido, seria o de promover a

³⁰ De acordo com a pesquisadora, os agentes governamentais envolvidos na construção da candidatura (o *Vizumba* também foi proclamado Obra-Prima em 2005 pela Unesco) afirmaram que selecionar expressões culturais que possuíam muita informação escrita foi uma decisão prática, pois facilitou a extensa descrição requerida pelo formulário da candidatura (Gilman 2015, 205). Nesse aspecto, o caso das *timbila* por mim analisado se assemelha ao do *Vizumba*. Os funcionários do governo moçambicano com quem interagi em 2018, que integraram a comissão para elaboração do dossiê, justificaram a escolha (merecida, segundo eles) das *timbila* como primeiro bem cultural imaterial por meio de três atributos sobejamente reproduzidos a seu respeito: a complexidade da construção do instrumento e da capacidade de uns poucos em tocar bem; seu reconhecimento internacional prévio à patrimonialização; e a quantidade de trabalhos “científicos” escritos sobre o tema.

³¹ Sobre o tema, ver Abreu (2009, 83).

implementação de mecanismos de salvaguarda que evitariam ou reverteriam a extinção das manifestações culturais do globo terrestre. Um dos seus princípios basilares é a ideia de que patrimônio cultural imaterial é tudo³² o que “as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante do seu patrimônio cultural” (UNESCO 2003).

Algumas dos debates que antecederam a implementação da Convenção de 2003 da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial em 2006 questionavam a utilização do critério de autenticidade no Programa das Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade.³³ Bortolotto (2013) nota que o papel do termo nos processos de patrimonialização da manifestações culturais imateriais é ambíguo e controverso. Em outra publicação, a autora demonstra como, mesmo proscrita dos princípios que regem a Convenção de 2003, a ideia de autenticidade tem sido mobilizada por agentes diversos (pesquisadores, agentes governamentais e pelos próprios detentores do patrimônio imaterial) para ressaltar a ligação de manifestações culturais com o território e, em muitos casos, promover ações voltadas ao *marketing* territorial (Bortolotto 2017).

* * *

Um dos primeiros documentos enviados pelo governo moçambicano à Unesco foi uma solicitação de financiamento para custear despesas variadas com a candidatura das *timbila*. O texto desse documento justificava que a candidatura das “*timbila* chopes” tivera sua anuência auferida por meio dos “líderes comunitários”. Os agentes do governo que elaboraram a solicitação explicaram que esses líderes eram o elo entre “as comunidades e todas as partes intervenientes no processo de seleção das diferentes expressões orais e intangíveis” em território moçambicano. Foram apontados como fontes orais por excelência no fornecimento de informação para além daquele advinda de pesquisa bibliográfica. Por fim, o documento indicava o papel desses líderes na candidatura: seriam os responsáveis pela “mobilização” dos *timbileiros*.

O termo “líderes comunitários” refere-se ao que o Decreto nº 15/2000 (MOÇAMBIQUE, Decreto do Conselho de Ministros nº 15/2000, de 20 de junho de 2000) nomeia como “autoridades comunitárias”. Esta denominação, por sua vez, engloba uma série de autoridades tradicionais, termo que se refere indiscriminadamente a vários sujeitos possuidores de algum tipo de ligação política ou espiritual com determinados espaços e são reconhecidos como tal pela sociedade à sua

³² “práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados” (UNESCO 2003).

³³ Segundo Arantes (2019, 12), o Programa de Proclamação das Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade colocou em primeiro plano um tipo de objeto que, para os especialistas, deixou de se encaixar na camisa de força da noção convencional de folclore e celebrou a singularidade das expressões culturais. Por outro lado, adotou um princípio de valor que era necessariamente comparativo (presente na ideia de obra-prima) e universalista na inspiração (valor de excepcionalidade universal), arraigado nas práticas institucionais e na opinião pública estabelecida pela Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, adotada em 1972.

volta. Após a independência do país em 1975, o partido Frelimo destituiu todas as “autoridades tradicionais” das funções que exerciam e criou órgãos locais para arbitrarem em casos de distribuição de terras e na resolução de conflitos (West 2009), pois eram consideradas ora como representantes do “obscurantismo rural”, ora como colaboradores das autoridades coloniais (Meneses *et al* 2003, 351).

Deslegitimadas pela Frelimo, essas autoridades foram proibidas de exercer seus papéis na sociedade. Dentre os sujeitos conhecidos por esse termo encontram-se os régulos. Durante os anos 1976/1977 a 1992 uma violenta guerra civil, provocada em grande medida pela profunda ruptura da Frelimo com as práticas e modos de vida de parte significativa das populações rurais do país, se alastrou pelo país e dizimou milhares de pessoas. Geffray (1991, 15) argumenta que os dirigentes da Frelimo

foram incapazes de pensar a construção da nação sem apagar ao mesmo tempo a diversidade e a heterogeneidade concretas e históricas dos grupos sociais que pretendiam unir e integrar sob o signo de uma identidade única [...] Na realidade, esta sociedade colonizada vitoriosa e unida não era homogênea: uma história secular e algumas décadas de lutas sociais em situação colonial dividiam-na... Mas as condições da luta e da vitória foram tais que os dirigentes da Frelimo [...] não dispunham praticamente de nenhum mecanismo político ou social de ligação que lhes permitisse reconhecer a existência dos diferentes componentes, por vezes contraditórios, da sociedade colonizada que lhes era dado governar...

No pós-guerra, muitos debates buscavam compreender como o Estado recuperaria a legitimidade perdida (Farré 2015, 205). Assim, “deslegitimada nas bases, a Frelimo procurou modos de restituir formas de governação local, voltando a reinstaurar, oficialmente, as autoridades tradicionais a partir do ano 2000” (Meneses *et al* 2003, 354). O objetivo do decreto é “estabelecer as formas de articulação dos órgãos locais do Estado com as autoridades comunitárias”, além de valorizar a “organização social das comunidades locais” e o “aperfeiçoamento das condições da sua participação na administração pública para o desenvolvimento sócio-económico e cultural do país”. A partir desse instrumento legal, tais autoridades passaram a ser reconhecidas por representantes do Estado.

No caso aqui abordado, os agentes estatais que redigiram o material da candidatura das “*timbila chopes*” não somente definiram as autoridades tradicionais como legítimos parceiros políticos na intermediação com a população rural sob a autoridade da sua circunscrição (na qual se inserem os *timbileiros*), mas também os elegeram como os representantes das *timbila*. Considerando o papel dos régulos em Zavala, o Estado então os incorporou no processo de patrimonialização na medida em que interpretou que esses eram os sujeitos representantes dos assuntos da “comunidade”. Como a demanda da Unesco se referia à participação da comunidade detentora do

bem cultural na produção e anuência da candidatura, os agentes do governo moçambicano não hesitaram em envolver os régulos.³⁴

Com a independência do país, os régulos deixaram de ser os principais agentes aglutinadores em torno das *timbila* (Morais 2020). Isso não significa, contudo, que ainda não desempenhem um papel fundamental em diversas esferas da vida social em áreas rurais, como nos casos de resolução de conflitos (geralmente em torno de litígios relacionados à terra, dívidas, danos físicos e relativos à propriedade e questões familiares) e da condução de cerimônias tradicionais (Meneses *et al* 2003). De fato, em relação a estas, eles continuam a conduzir vários rituais com a presença de grupos de *timbila*. Assim, embora não sejam mais os responsáveis pelo recrutamento de membros e manutenção dos agrupamentos, continuam conferindo às *timbila* sua ligação mais estreita com o território, na medida em que são uma fonte legítima de autoridade, à qual os sujeitos do distrito recorrem frequentemente para auxiliar na resolução de conflitos diversos e nas relações que os unem aos ancestrais. A interpretação dos agentes estatais envolvidos na elaboração da candidatura foi condizente, nesse sentido, com a prática governamental propugnada pelo decreto.

Os agentes da Unesco, entretanto, orientados pelas diretrizes universais de participação social da comunidade sustentadas pela organização, pareciam esperar encontrar o protagonismo do *timbileiros* no processo. Duas observações a esse respeito nos ajudarão a refletir melhor sobre a questão. Aproximadamente um mês após o envio da requisição de financiamento aludida acima, a Unesco enviou fax solicitando informações adicionais urgentes para que pudessem dar prosseguimento à avaliação do pedido. O conteúdo demandado pelos funcionários de Paris se foi o seguinte: a descrição das *timbila* chopes, contendo suas principais características, onde estão localizadas, quem são seus detentores e qual a sua “origem histórica”; o porquê de as *timbila* terem sido selecionadas pelo governo moçambicano para concorrer ao Programa das Obras-Primas; causas do risco de desaparecimento da expressão; especificação da equipe destinada à preparação da candidatura; apresentação de plano de trabalho e cronograma contendo as atividades a serem desenvolvidas; e, por fim, demonstração do envolvimento dos praticantes com a manifestação cultural, com a indicação dos seus nomes e dos contatos. Em relação a este último item, o

³⁴ Embora nesse período a Unesco ainda não tivesse elaborado orientações a respeito de como essa participação deveria ser realizada, estabeleceu como um dos principais objetivos da Proclamação das Obras-Primas “to promote the participation of traditional artists and local practitioners in the identification and renewal of the intangible heritage” (UNESCO. *Guide for the Presentation of Candidature Files*, p. 4). Em 2011, alguns anos após a implementação da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003), o Órgão Subsidiário da Unesco divulgou sua posição a esse respeito, ao solicitar aos países que descrevessem claramente como a comunidade, grupo, ou indivíduos participaram ativamente na preparação e elaboração candidatura de um bem cultural à Lista Representativa em todos os estágios, fornecendo evidências claras e precisas da participação da comunidade nessa preparação (Urbinati 2012).

documento alertava: “Esses detentores devem estar muito mais envolvidos na preparação do dossiê de candidatura, particularmente na elaboração e posterior implementação do Plano de Ação”.³⁵

Na resposta, o governo moçambicano forneceu uma tabela contendo os nomes de todos os chefes dos 8 grupos de *timbila* e informou que, caso precisassem ser contactados, isso poderia ser feito através da Direção de Cultura do Distrito de Zavala.³⁶ A diretora da Direção Nacional do Patrimônio Cultural do Ministério da Cultura, responsável pela produção da resposta à Unesco, assegurava que os detentores estariam envolvidos na preparação da candidatura por meio de entrevistas, produção do vídeo, esboço do Plano de Ação etc. Afirmava, ainda, que esse envolvimento iria enriquecer o desenho do Plano de Ação com as ideias e demandas dos próprios praticantes como meio de permitir a implementação “consciente e plena” do Plano.

Essa resposta é muito significativa a respeito da compreensão do governo sobre a participação dos *timbileiros*. Para o Comitê que elaborava o dossiê, eles seriam entrevistados, filmados, fotografados³⁷ e fariam sobre suas demandas para a melhoria das *timbila*. Sua participação, nesse sentido, se caracterizou mais pelo papel de informantes ou interlocutores do que propriamente de agentes engajados na produção dos dados enviados posteriormente, ou seja, atitude esperada pela Unesco. No contexto do processo de elaboração do dossiê, quando a Unesco passou a cobrar insistentemente a participação ativa dos detentores, a resposta fornecida pelo governo moçambicano se alinhou à dinâmica de abordagem a “grupos culturais” praticada há décadas no país: uma atuação bastante pontual, restrita aos momentos de apresentação das suas performances públicas.

Não convencido acerca da participação dos *timbileiros* na candidatura, um funcionário da Unesco em Paris/Seção do Patrimônio Imaterial, escreveu para a diretora que havia redigido a resposta, em setembro de 2004, indagando sobre quem eram as pessoas envolvidas diretamente na elaboração daquela candidatura. A diretora respondeu por e-mail que estava tentando ao máximo preparar uma boa candidatura para “nossa amada *timbila*”, de modo que ela se tornasse parte das Obras-Primas da Humanidade. Em relação à elaboração da candidatura, informou que a comissão estava trabalhando com a Amizava (Associação dos Amigos de Zavala), no distrito onde os praticantes de *timbila* chopes viviam. O funcionário replicou poucos minutos após, agradecendo

³⁵ Tradução nossa do original em inglês: “These tradition-bearers should be much more involved in the preparation of the candidature file, particularly in the designed and later implementation of the Action Plan” (UNESCO Ref. CLT/CH/ITH/CM/L-134. Fax-431366).

³⁶ Importante mencionar que naquele período somente um chefe possuía contato telefônico.

³⁷ Nesse aspecto a ação governamental parece ter seguido a orientação contida na Lei 10/88 acerca do patrimônio imaterial: “2. Cabe ao Estado em especial, garantir a protecção dos bens imateriais do património cultural, competindo-lhe, nomeadamente: A) Promover o estudo e a revitalização das tradições culturais populares, ritos e folclore. B) Promover a recolha e registo gráfico, fotográfico, fílmico e fonográfico dos bens culturais imateriais” (Lei 10/88, Capítulo III, Artigo 4).

pelo e-mail e pela informação, acrescentando que, para a Unesco, “é essencial que a participação das comunidades seja efetiva. Você deve salientar isso no dossiê e no plano de ação”.³⁸

A Amizava é uma associação fundada em 1994 – e, portanto, no contexto pós-guerra civil, período em que o governo incentivou a criação de “associações da sociedade civil”³⁹ para atuarem “em parceria” com o Estado – por zavalenses que viviam em Maputo, capital do país, em função de suas atividades laborais e/ou políticas. Embora tenham contado com o apoio de alguns *timbileiros*, que dela se tornaram integrantes, e ter tido uma importância basilar na idealização e efetivação do festival *M’sabo*⁴⁰, não se trata de uma associação de *timbileiros*, como o funcionário da Unesco parece ter entendido. Bastou a diretora indicar que havia uma associação localizada no distrito onde habitavam os praticantes do objeto a ser patrimonializado para que ele se sentisse aliviado – afinal, a participação da comunidade estava garantida! –, tendo inclusive incentivado que o governo evidenciasse essa informação no dossiê.

O dossiê de candidatura das “*timbila chopes*” possui 31 páginas, além de 4 anexos. O tópico relativo à “música das *timbila chopes*” contém a informação segunda a qual os chopes são um dos menores grupos etno-linguísticos de Moçambique. Suas orquestras de *timbila*, entretanto – e aqui a afirmação parece servir de compensação para a inferioridade quantitativa da população – podem ser consideradas “uma das mais espetaculares e complexas formas de expressão artística no continente africano” (Moçambique 2004, 5). As *timbila* são definidas não somente como um conjunto de instrumentos, mas também como a música tocada por seus instrumentos e a dança que a acompanha. As orquestras de *timbila*, consideradas juntamente com a dança a elas associada, são denominadas pelo dossiê como *migodo* (plural de *n’godo*). Essa denominação e sua definição se devem à elaboração cunhada por Tracey (1970). Para este musicólogo, *timbila* é definida como grandes orquestras de xilofones, constituídas por suas “danças orquestrais, *migodo*”.⁴¹

³⁸ Acervo pessoal de Maria Ângela Kane, fornecido gentilmente para a autora no âmbito da sua pesquisa de campo do doutorado realizada em 2018 em Moçambique.

³⁹ West (2009, 23) discute como, após os acordos de paz que finalizaram oficialmente a guerra, doadores internacionais pressionavam o governo moçambicano para realizar uma “descentralização democrática”, enquanto os técnicos de programas de desenvolvimento procuravam fortalecer “a sociedade civil” moçambicana, ao alimentarem a ideia de que as autoridades tradicionais constituiriam uma forma de sociedade civil. No dossiê das “*timbila chopes*”, produzido em 2004 no contexto da candidatura das *timbila* à proclamação das Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade, a expressão “sociedade civil” se refere a distintas coletividades, ora incluindo os *timbileiros* e a Amizava, ora considerando apenas as “autoridades comunitárias”.

⁴⁰ *M’sabo* é o nome dado a um festival anual de *timbila* e outras expressões em Quissico, Zavala. Seu significado, em língua chope, indica seu caráter de encontro, reunião, com natureza competitiva. É um evento social complexo, no qual participam distintos atores e instituições (estatais e não estatais) e por meio dos quais são evidenciados valores, posturas políticas e institucionais, modos específicos de construção de coletividade e convivialidade, entre outros. Para além de demonstrações de exibições musicais, ele reforça sentimentos de pertencimento a uma coletividade chope, atualizados pelo seu tempo cíclico anual, que infunde nas populações de Zavala (incluo aqui os *timbileiros*) imensas expectativas em dele participar e, portanto, reconhecerem-se e serem reconhecidas como parte daquele coletivo.

⁴¹ Assim, “this word *Ngodo* (sometimes *Igodo*, *Ingodo*, or *Mugodo*) means ‘the whole show’, including both dancers *Basinyi* and players *Waveti*, and their performance” (Tracey 1970, 2).

A música produzida pelas *timbila* é explicada da seguinte maneira: uma composição única, com duração de cerca de uma hora, dividida em vários movimentos, comparáveis àqueles de uma sinfonia clássica do estilo ocidental. Os ritmos de cada movimento são classificados como complexos. A performance das *timbila*, assim, se inicia com um “solo de entrada”, seguido “pelo toque repentino e poderoso de todos os músicos”. O movimento intermediário, denominado *mzeno*, “o grande canto solene”, é a parte em que os músicos tocam suave e lentamente, enquanto os dançarinos cantam um poema. As canções, frequentemente cheias de humor e sarcasmo, lidam com problemas sociais ou servem para narrar “eventos da comunidade”. Após essa parte da performance, os músicos voltam a tocar as *timbila*. Os executantes do *n’godo*, ainda seguindo a exposição contida nesse texto, são tocadores de xilofone, tocadores de chocalho e dançarinos que também cantam, todos do sexo masculino. Uma orquestra desenvolve uma ou mais novas composições anualmente, tendo como base a composição dos anos passados. Essa prática, segundo informações do dossiê, foi o que garantiu a perpetuidade da música das *timbila* durante tantos séculos. Assim, em geral, um grupo de *timbila* tem um repertório atual que é executado em todas as ocasiões até que seja substituído por outro.

Embora a fonte bibliográfica não esteja explicitamente indicada, não é difícil identificar todas as elaborações, definições e informações sobre as características da “música das *timbila*” contidas no dossiê na célebre obra de Hugh Tracey (1970). Vê-se claramente que a comissão optou pela descrição formal e sobejamente consagrada de um especialista em detrimento de outras possíveis formulações – inclusive mais contemporâneas à redação do dossiê –, reunidas da experiência de pesquisa com os grupos em atividade em Zavala na época. A informação referente à periodicidade da produção de novas composições foi elaborada na década de 1940, quando as *timbila* eram organizadas pelos régulos e desempenhavam um papel central na comunicação de episódios da vida coletiva (Morais 2020). Esse padrão de produtividade de canções dificilmente se manteve décadas depois, especialmente se considerarmos as diversas mudanças vividas pelas *timbila* provocadas, em grande medida, pelas conturbadas transformações políticas sentidas pelo país.

Em 2018 havia grupos que executavam o mesmo repertório há quase uma década. Além disso, alguns incorporavam nas suas apresentações composições de antigos e consagrados compositores. Um detalhe interessante do que poderíamos considerar como uma certa tensão entre abordagens centradas na bibliografia de Hugh Tracey e uma perspectiva mais atual que privilegiaria as dinâmicas das *timbila* é o uso dos termos “orquestra” e “grupo de *timbila*”, respectivamente. Se aquele foi amplamente utilizado no período colonial como referência explícita a uma forma de organização musical europeia – o que tornava uma música exótica razoavelmente inteligível aos

olhos estrangeiros –, essa terminologia entra em desuso posteriormente, embora apareça frequentemente em documentos oficiais do governo.

Outra posição reproduzida a partir da literatura especializada com inspiração em Tracey diz respeito à “reserva de gênero”: somente aos homens é admitida a participação no *n’godo*. Na época da produção do dossiê, entretanto, era possível encontrar pessoas do sexo feminino nos grupos. Esse padrão da escrita da candidatura, que se apoia em descrições passadas para definir as *timbila* e seus modos de execução e reprodução, se assemelha ao analisado por De Jong (2013) a respeito da proposta de patrimonialização da cerimônia do *kankurang* e os ritos de iniciação mandingas no Senegal como Obra-Prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade da Unesco. O antropólogo discute como um projeto de restauração do segredo dessa cerimônia revela um sentimento de nostalgia por parte dos agentes do Estado (De Jong 2013, 110) – visão que se reproduziu na candidatura para a Unesco – face às transformações das práticas iniciáticas e suas dinâmicas mais contemporâneas. Apesar de se tratarem de dois contextos distintos aos que estou comparando, a lógica estatal desses dois países africanos em relação ao processo de patrimonialização parece a mesma: retomar um passado reificado, seja pelas narrativas orais, seja pelos estudos escritos que descrevem a expressão cultural numa época em que se manifestava da maneira mais “correta”, “verdadeira” ou “autêntica”.

A ideia de revitalização contida nos objetivos da Proclamação das Obras-Primas se adequou perfeitamente à ideologia do governo moçambicano de retorno às “origens”. Ouvi diversas vezes nas instituições em que fiz pesquisa de campo comentários dos técnicos do Estado no sentido de que as danças e demais manifestações artísticas tradicionais estavam descaracterizadas e seria obrigação do governo fornecer condições (vestimentas, matérias-primas para construção de instrumentos musicais etc.) para que voltassem a ser como na “origem”, ou seja, num passado imemorial que teria existido antes da colonização. Revitalizar, nesse sentido, corresponderia a um ideal inalcançável, visto que o tempo no qual se busca um parâmetro de ação hoje (o tempo original, primeiro) é fictício.

Esses pontos indicam uma preocupação bastante centrada nas *timbila* construída pelo dossiê: uma expressão musical existente há séculos num território denominado Zavala, através da qual seus habitantes, o “povo chope”, podem ser identificados (um território = um povo = uma música). Como podemos apreender dessas ideias, elas foram extraídas e abstraídas de elaborações, noções e concepções pré-construídas sobre as *timbila*, o que nos leva a constatar como esse processo de objetificação estava em curso muito antes da participação direta das instituições do Estado. Quando o governo moçambicano passou a conduzir o processo oficial de patrimonialização, juntamente com a Unesco, o movimento nessa direção já estava bastante

adiantado. Evidenciei, além disso, que a noção de participação foi interpretada pelo governo moçambicano a partir de entendimentos específicos daquele contexto, consoantes a experiência histórica e política do país. A ideia de patrimônio imaterial tampouco foi recepcionada como uma espécie de tábula rasa em Moçambique: a legislação aludida, os antecedentes institucionais e políticos e, principalmente, as maneiras pelas quais os integrantes da comissão da candidatura se apropriaram desse conjunto de instrumentos e práticas são indispensáveis para a compreensão do processo mais amplo de patrimonialização das *timbila*.

Considerações finais

Meu propósito neste artigo foi discutir o processo mais amplo de patrimonialização das *timbila* de Moçambique a partir de uma análise centrada em diferentes momentos de sua trajetória. Argumentei que a candidatura das “*timbila chopes*” no Programa das Obras-Primas foi resultado de um longo processo de objetificação que remonta às primeiras décadas do século XX. A produção do dossiê, que culminou na proclamação pela Unesco, explicitou como as *timbila* eram percebidas pelo Estado: uma prática ancestral, encravada numa “comunidade chope”, estudada cientificamente por diversos especialistas. Os *timbileiros* foram contactados por intermédio de “autoridades comunitárias”, que deram a anuência ao processo e ratificaram informações sobre as *timbila* fornecidas pela administração pública distrital (Zavala).

Os dados que discuti neste artigo nos permitem afirmar que um processo muito mais antigo e duradouro de exibição pública das *timbila* antecedeu o reconhecimento pela Unesco. Os diversos modos de apresentação em cerimônias de recepção a autoridades coloniais, em competições entre regulados, em festivais promovidos pela administração colonial, em arenas semicirculares nas minas da África do Sul, em inaugurações e recepções oficiais do governo da Frelimo, em cerimônias tradicionais em homenagem a ancestrais, no festival *M’sabo*, etc.: todos fazem parte da história social das *timbila* e é por meio deles que elas se reproduziram, se reconstruíram e se exibem ainda hoje. Não se pode afirmar que a patrimonialização alterou completamente sua função social, pois esse processo de reconhecimento oficial internacional enfatizou o seu caráter espetacular e performativo, reforçando os atributos e definições previamente sedimentados.

Nesse sentido, a análise empreendida neste artigo apresenta um contraponto interessante em relação a afirmações categóricas a respeito dos efeitos gerados e transformações suscitadas por processos de patrimonialização conduzidos pelo Estado e por organismos internacionais. Mostrei como, no caso das *timbila*, a objetificação como prática musical e como dança, além da “festivalização” (Hafstein 2018) dessa expressão cultural, não são fenômenos recentes, produzidos por dinâmicas alheias à sua trajetória. A questão acerca da participação social e do discurso de

autenticidade lança luz aos debates que desde 2003, com a publicação da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, têm lugar nesse campo de estudos sobre patrimônio imaterial. As particularidades dos contextos africanos podem trazer cada vez mais elucidação e densidade ao debate.

Referências Bibliográficas

- Abreu, Regina M.R.M. “Tesouros humanos vivos ou quando as pessoas transformam-se em patrimônio cultural - notas sobre a experiência francesa de distinção do Mestre da Arte”. Em *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*, org. Regina Abreu e Mario Chagas, 81-94. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2009.
- Arantes, Antonio. “Safeguarding. A key dispositif of UNESCO’s Convention of the Safeguarding of Intangible Cultural Heritage”. *Vibrant*, v. 3, n. 3 (2019): 1-17. <https://doi.org/10.1590/1809-43412019v16d301>
- Arquivo Histórico de Moçambique. Sala 1, Caixa 84. Fundo Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas, A/26, Expediente relacionado com a Exposição Colonial do Mundo Português em 1940.
- Arquivo Histórico de Moçambique. *Notícias*, 14 de dezembro de 1980, p. 10.
- Bortolotto, Chiara. “L’Unesco comme arène de traduction. La fabrique globale du patrimoine immatériel”. Em *Le monde selon l’Unesco*, org. David Berliner e Chiara Bortolotto, 50-73. Paris: Museu do Quai Branly, v. 18, 2013. <https://doi.org/10.4000/gradhiva.2708>
- Bortolotto, Chiara. “Patrimônio e o futuro da autenticidade”. *Revista do Patrimônio. Patrimônio: desafios e perspectivas*, Trad. Sara S. Morais, v. 36 (2017): 23-37.
- Dava, Fernando, Manuel Macia, e Roberto Dove. *Reconhecimento e Legitimação das Autoridades Comunitárias à Luz do Decreto 15/2000 (O caso do grupo etnolinguístico ndau)*. Maputo, Moçambique: ARPAC - Instituto de Investigação Sócio-Cultural, 2003.
- De Jong, Ferdinand; Michael Rowlands, orgs. *Reclaiming Heritage: Alternative Imaginaries of Memory in West Africa*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2007.
- De Jong, Ferdinand. “Le secret exposé. Révélation et reconnaissance d’un patrimoine immatériel au Sénégal”. Em *Le monde selon l’Unesco*, org. David Berliner e Chiara Bortolotto, 98-123. Paris: Museu do Quai Branly, 2013. <https://doi.org/10.4000/gradhiva.2722>
- Dias, Juliana Braz. “Dançando ao som da poesia: gêneros da cultura popular e transformação de categorias sociais”. Em *Travessias Antropológicas: estudos em contextos africanos*, org. Wilson Trajano Filho, 297-314. Brasília: ABA Publicações, 2012.
- Dias, Margot. *Instrumentos musicais de Moçambique*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical/Centro de Antropologia Cultural e Social, 1986.
- Duvelle, Charles. *Aux sources des musiques du monde. Musiques de tradition orale*. Paris: UNESCO, 2010.
- Farré, Albert. “Assimilados, régulos, Homens Novos, moçambicanos genuínos: a persistência da exclusão em Moçambique”. *Anuário Antropológico*, n. 2 (2015): 199–229. <https://doi.org/10.4000/aa.1443>
- Geffray, Christian. *A Causa das Armas: Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique*. Portugal: Edições Afrontamento, 1991.
-

- Gilman, Lisa. “Demonic or Cultural Treasure? Local Perspectives on Vimbuza, Intangible Heritage, and UNESCO in Malawi”. *Journal of Folklore Research*, v. 52, n. 2–3 (2015): 199–216 (UNESCO on the Ground: Local Perspectives on Global Policy for Intangible Cultural Heritage). <https://doi.org/10.2979/jfolkrese.52.2-3.199>
- Gonçalves, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2002.
- Hafstein, Valdimar Tr. *Making Intangible Heritage. El Condor Pasa and Other Stories from UNESCO*. Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 2018. <https://doi.org/10.2307/j.ctv4v3086>
- Handler, Richard. *Nationalism and the Politics of Culture in Quebec*. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1988.
- Handler, Richard; Linnekin, Jocelyn. “Tradition, Genuine or Spurious”. *The Journal of American Folklore*, v. 97, n. 385 (1984): 273–290. <https://doi.org/10.2307/540610>
- Handler, Richard. “Comments – Masterpieces of Oral and Intangible Culture: Reflections on the UNESCO World Heritage List”. *Current Anthropology*, v. 43, n. 1 (2002): 139-148. <https://doi.org/10.1086/338287>
- Jopela, Valdemiro. “Para uma caracterização da poesia oral nas *timbila* dos *Vacopi* e alguns aspectos do contributo português 1940-2005”. Tese de doutorado, Departamento de Literaturas Românicas, Universidade de Lisboa, 2006.
- Junior, Rodrigues. *Moçambique: Terra de Portugal*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1965.
- Junod, Henri Philippe. “Some Notes on Tjopi Origins”. *Bantu Studies*, v. 3, n. 1 (1927): 57-71. <https://doi.org/10.1080/02561751.1927.9676196>
- Junod, Henri Philippe. “Os Indígenas de Moçambique no Século XVI e comêço [sic] do XVII, segundo os antigos documentos portugueses da época dos descobrimentos”. *Moçambique: Documentário Trimestral*, n. 17 (1939): 5-35.
- Junod, Henri-Alexandre. *Cantos e Contos dos Rongas*. Trad. Leonor Correia de Matos. Lourenço Marques: [s.n.], 1975.
- Junod, Henri-Alexandre. *Usos e Costumes dos Bantu*. Tomo II. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1996.
- Lichuge, Eduardo Adolfo. “História, Memória e Colonialidade: Análise e releitura crítica das fontes históricas e arquivísticas sobre a música em Moçambique”. Tese, Departamento de Comunicação e Arte, Universidade de Aveiro, 2016.
- Marjay, Dr. Frederic. *Moçambique*. Lisboa: Bertrand Lda., 1963.
- Meneses, Maria Paula; Fumo, Joaquim; Mbilana, Guilherme; et al. “As autoridades tradicionais no contexto do pluralismo jurídico”. Em *Conflito e Transformação Social: uma paisagem das justiças em Moçambique*, org. Boaventura de Sousa Santos e João Carlos Trindade, 341-426. Porto: Edições Afrontamento, 2003.
- MOÇAMBIQUE. *Chopi Timbila National Candidature File*, 2004.
- Morais, Sara S. “O palco e o mato: o lugar das *timbila* no projeto de construção da nação em Moçambique”. Tese, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2020.
- Munguambe, Amândio Didi. *A Música Choje*. Maputo, Moçambique: Promédia, 2000.
- Pereira, Matheus Serva. “Batuques negros, ouvidos brancos: colonialismo e homogeneização de práticas socioculturais do sul de Moçambique (1890-1940)”. *Revista Brasileira de História*, v. 39, n. 80 (2019): 155-177. <https://doi.org/10.1590/1806-93472019v39n80-07>
-

- Rita-Ferreira, António. *Em Salvação da Música Chope*. Lourenço Marques: Jornal Notícias, 1974.
- Rita-Ferreira, António. *Povos de Moçambique história e cultura*. Porto: Afrontamento, 1975.
- Rita-Ferreira, António. *Presença Luso-Asiática e Mutações Culturais no Sul de Moçambique (Até c. 1900)*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical/Junta de Investigações do Ultramar, 1982.
- Rocha, Ilídio. *A arte maravilhosa do povo Chope*. Lourenço Marques: Instituto de Investigação Científica de Moçambique, 1962.
- Smith, Alan K. “The peoples of Southern Mozambique: an historical survey”. *The Journal of Southern Mozambique*, v. 14, n. 4 (1973): 565-580. <https://doi.org/10.1017/S0021853700013050>
- Smith, Laurajane. *Uses of Heritage*. New York: Routledge, 2006. <https://doi.org/10.4324/9780203602263>
- Thomaz, Omar Ribeiro. *Ecos do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fapesp, 2002.
- Thomaz, Omar Ribeiro. “Uma terra de amigos: nota de apresentação”. Em *A sociedade Chope: indivíduo e aliança no Sul de Moçambique, 1969-1976*, David J. Webster, 15-19. Lisboa: ICS, 2009.
- Tracey, Hugh. “Três dias com os Bà-Chope”. *Moçambique: Documentário Trimestral*, n. 24 (1940): 23-58.
- Tracey, Hugh. “Música, Poesia e Bailados Chopes”. *Moçambique. Documentário Trimestral*, v. 30 (1942): 69-112.
- Tracey, Hugh. *Gentes Afortunadas*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 1949.
- Tracey, Hugh. *Chopi Musicians. Their Music, Poetry, and Instruments*. 2. ed. Londres: Oxford University Press/International African Institute, 1970 [1948].
- Tracey, Andrew; Pannekoek, Rob. “Draft Proposal for a Timbila School, Moçambique”. *Bulletin of the International Committee on Urgent Anthropological and Ethnological Research*, n. 37-38, 1996: 131-138.
- Tracey, Andrew. “Chopi Timbila Music”. *International Library of African Music*, v. 9, n. 1 (2011): 7-32. <http://www.jstor.org/stable/23319427>
- Trajano Filho, Wilson. “Patrimonialização dos artefatos culturais e a redução dos sentidos”. Em *Memórias da África: patrimônios, museus e políticas das identidades*, org. Lívio Sansone, 11-40. Salvador, BA: EDUFBA, 2012.
- Trajano Filho, Wilson. “Rumores: uma narrativa da nação”. *Série Antropologia/Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília*, v. 143, 1993.
- UNESCO. *Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*. Paris: UNESCO, 2003.
- UNESCO. *Masterpieces of the Oral and Intangible Heritage of Humanity. Proclamations 2001, 2003 and 2005*. Paris: UNESCO, 2006.
- Urbinati, Sabrina. “The Role for Communities, Groups and Individuals under the Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage”. Em *Cultural Heritage, Cultural Rights, Cultural Diversity*, org. Silvia Borelli e Federico Lenzerini, 201-221. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2012.
- “The Community Participation in International Law”. Em *Between Imagined Communities and Communities of Practice. Participation, Territory and the Making of Heritage*, org. Nicolas Adell, Regina F. Bendix, Chiara Bortolotto e Markus Tauschek, 123-140. Göttingen: Universitätsverlag Göttingen, 2015.
- Wane, Marílio. “A Timbila chopi: construção de identidade étnica e política da diversidade
-

cultural em Moçambique (1034-2005)”. Dissertação de Mestrado, Programa Multidisciplinar de Pós Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Universidade Federal da Bahia, 2010.

Webster, David J. *A sociedade Chope: indivíduo e aliança no Sul de Moçambique, 1969-1976*. Lisboa: ICS, 2009.

West, Harry G. *Kupilikula. O Poder e o Invisível em Mueda, Moçambique*. Lisboa: ICS, 2009.

Recebido: 20 de junho de 2020

Aprovado: 31 de agosto de 2020

Dossiê: Patrimônio e Relações Internacionais

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.31204>

“O abismo da história é grande o suficiente para todos”. Os primórdios da Carta de Atenas de 1931 e a afirmação da noção de patrimônio da humanidade

“The abyss of history is big enough for everyone”. The beginnings of the 1931 Athens Charter and the affirmation of the notion of world heritage

“El abismo de la historia es lo suficientemente grande para todos”. Los inicios de la Carta de Atenas de 1931 y la afirmación de la noción de patrimonio de la humanidad

*Marcos Olender**

<http://orcid.org/0000-0003-1047-099X>

RESUMO: O artigo discute alguns aspectos da produção da Carta de Atenas de 1931, primeiro documento internacional referente à proteção do patrimônio histórico e artístico produzido no âmbito de uma articulação política e institucional internacional. Aborda o processo histórico que constrói a conjuntura da elaboração do citado documento, iniciando pelo contexto da Primeira Grande Guerra, passando pela implantação de instituições que começaram a estruturação de uma política internacional de proteção ao patrimônio, em que é destacada a preocupação pela viabilização da constituição de um patrimônio da humanidade.

Palavras-chave: Carta de Atenas de 1931. Patrimônio da humanidade. Preservação.

ABSTRACT: The article discusses some of the production aspects of the 1931's Athens Charter, the first international document referring to the protection of historical and artistic heritage produced within the framework of an international political and institutional articulation. It addresses the historical conjecture construction process of elaboration of the aforementioned document, starting with the context of the First World War, passing through the implantation of institutions that began the structuring of an international policy for the protection of heritage, in which the concern for the viability of the constitution of a humanity heritage is highlighted.

* Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UFRJ. Mestre em História Social pela UFRJ. Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA. Professor Titular do Departamento de História e da Pós-Graduação de História da UFJF. E-mail: olender@terra.com.br

Keywords: 1931's Athens Charter. World heritage. Preservation.

RESUMEN:

El artículo analiza algunos aspectos de la producción de la Carta de Atenas de 1931, el primer documento internacional sobre la protección del patrimonio histórico y artístico producido en el marco de una articulación política e institucional internacional. Aborda el proceso histórico que construye la coyuntura de la elaboración del documento antes mencionado, comenzando con el contexto de la Primera Guerra Mundial, pasando por la implantación de instituciones que comenzaron la estructuración de una política internacional para la protección del patrimonio, en la que se destaca la preocupación por la viabilidad de la constitución de un patrimonio de la humanidad.

Palabras Clave: Carta de Atenas de 1931; patrimônio de la Humanidad; preservación

Como citar este artigo:

Olender, Marcos. “‘O abismo da história é grande o suficiente para todos’. Os primórdios da Carta de Atenas de 1931 e a afirmação da noção de patrimônio da humanidade”. *Locus: Revista de História*, 26, n.2 (2020): 291-313.

“Num campo de forças de correntes e explosões destruidoras”: os traumas da Primeira Grande Guerra

Não, está claro que as ações da experiência estão em baixa, e isso numa geração que entre 1914 e 1918 viveu uma das mais terríveis experiências da história universal. Talvez isso não seja tão estranho como parece. Na época, já se podia notar que os combatentes voltavam silenciosos do campo de batalha. Mais pobres em experiências comunicáveis, e não mais ricos. [...] Não, o fenômeno não é estranho. **Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmentidas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela fome, a experiência moral pelos governantes. Uma geração que ainda foi à escola num bonde puxado por cavalos viu-se sem teto, numa paisagem diferente em tudo, exceto nas nuvens, e em cujo centro, num campo de forças de correntes e explosões destruidoras, estava o frágil e minúsculo corpo humano** (Benjamin 2012a, 123-124; grifos meus).

É conhecida essa utilização de Walter Benjamin do contexto da Primeira Guerra Mundial para explicar aquilo que ele define como processo de decadência das experiências coletivas e do fortalecimento das vivências individuais. Processo que havia se iniciado no século XIX e que se radicalizava ainda mais a partir desse conflito internacional que redimensionou a noção de tragédia ainda no início do século XX. Essa situação é tão forte para Benjamin que ele chega a utilizar as mesmas duas frases (grifadas acima) em dois textos fundamentais onde aborda o assunto. Um deles,

e de onde provém o trecho transcrito, é “Experiência e Pobreza”, onde alertava sobre uma barbárie “não no bom sentido” que se encontrava imediatamente atrás da porta, que era o nazismo, e propõe contrapô-la a um “conceito novo e positivo de barbárie [...] a começar de novo, [...] a construir com pouco [...] a partir de uma tábula rasa” (Benjamin 2012a, 125). O outro texto é “O Narrador”, sobre a “arte de narrar” também em extinção, pois estruturada justamente nas experiências coletivas (Benjamin 2012b).

Benjamin viveu o horror da Primeira Guerra, embora tenha se recusado a lutar nela, e esse tenha sido, inclusive, o motivo do rompimento com o seu mentor Gustav Wyneken, favorável ao conflito. Mas testemunhara seus estragos e o silêncio dos combatentes que retornavam dos *fronts* pois, como afirma Gagnebin (2006, 51) “aquilo que vivenciaram não podia mais ser assimilado por palavras”.

A Primeira Guerra Mundial permaneceu, pelo menos “na memória dos britânicos e franceses que travaram a maior parte” dela, aponta Hobsbawn, como uma lembrança “mais terrível e mais traumática [...] que a Segunda” (Hobsbawn 1995, 33), embora essa tenha sido mais abrangente, mais cruel e mais mortal. Provavelmente porque aquela inaugura uma dimensão de destruição e mortandade nunca antes conhecida, nem imaginável, para um conflito internacional.

A repercussão dos seus horrores pode ser percebida, também, na primeira das duas cartas escritas pelo poeta francês Paul Valéry sobre ela, reunidas na publicação “A Crise do Espírito”, que se inicia com a seguinte declaração: “Nós, civilizações, sabemos que somos mortais.” (“*Nous autres, civilisations, nous savons maintenant que nous sommes mortelles.*”). (Valéry 2015, 2).

Com a Primeira Grande Guerra, as quedas de impérios e civilizações, que eram conhecidas apenas nos livros de história, se aproximavam temerariamente dos povos europeus, como apontava o escritor francês:

Ouvimos falar de mundos inteiros desaparecidos, de impérios afundados com todos os seus homens e todo o seu equipamento; desceram às profundezas inexploráveis dos séculos com seus deuses e leis [...]. Sabíamos bem que toda a terra aparente é feita de cinzas, que as cinzas significam alguma coisa. Pudemos ver, através das profundezas da história, os fantasmas de enormes navios carregados de riqueza e espírito. Não podíamos contar. Mas esses naufrágios, afinal, não eram da nossa conta. Elão, Nínive e Babilônia eram belos nomes vagos, e a ruína total desses mundos tinha tão pouco significado para nós quanto sua própria existência. Mas França, Inglaterra, Rússia ... esses também seriam nomes bonitos. Lusitânia também é um nome bonito. E agora vemos que o abismo da história é grande o suficiente para todos. Sentimos que uma civilização tem a mesma fragilidade que uma vida. **As circunstâncias que mandariam as obras de Keats e as de Baudelaire para se juntarem às obras de Ménéandre não são mais inconcebíveis: elas estão nos jornais** (Valéry 2015, 2; grifos meus).

As condições, características e abrangência da destruição podem ser percebidas se passarmos os olhos pelos periódicos da época, com seus relatos e fotografias. Em abril de 1916, no número 154 da revista francesa “*Les Arts*”, o arquiteto francês Paul Léon descreve a situação

dos monumentos históricos do seu país em um artigo intitulado “*La guerre et les monuments*”. A tensão e a falta de previsão e de perspectiva sobre a dimensão possível do desastre ficam evidentes logo no primeiro parágrafo do texto:

Seria prematuro, após mais de vinte meses de guerra, pretender fazer um inventário de nossas perdas artísticas. Faltam os detalhes, os testemunhos são discordantes, as investigações às vezes são difíceis. **Além disso, a luta continua e a verdade de hoje pode não ser mais a de amanhã.** No entanto, é possível, no que diz respeito aos monumentos, traçar um quadro geral das devastações sofridas, especificar sua importância atual e determinar as restaurações necessárias (Léon 1916, 2).

Nas suas nove páginas, o texto aborda várias questões concernentes à guerra, aos danos já causados, às ameaças ainda por vir e até se debruça sobre as opções para os primeiros cuidados e para a preservação dos bens edificados atingidos. Ainda na primeira página, Léon apresenta a estratégia utilizada pelos alemães durante a invasão da França bem como seus efeitos:

Os efeitos do vandalismo variaram com as três fases da guerra: invasão, depois retirada alemã e estabilidade dos fronts. A ofensiva inimiga devia atacar rapidamente e com força. Para colocar a França fora de ação rapidamente, era necessário não apenas destruir seus exércitos, mas também quebrar sua resistência material e moral. Violência contra pessoas, pilhagem de habitações, destruição de edifícios. Essas são as diversas formas de um mesmo sistema de terror do qual o saque de Senlis ou aquele de Gerbévillers foram as consequências lógicas (Léon 1916, 2)

Esta estratégia militar alemã aparece, também, descrita e analisada por Hobsbawm (1995, 32) em seu livro “A Era dos Extremos”:

O plano alemão era liquidar rapidamente a França no Ocidente e depois partir com igual rapidez para liquidar a Rússia no Oriente, antes que o império do czar pudesse pôr em ação efetiva todo o peso de seu enorme potencial militar humano. Então, como depois [na Segunda Guerra], movida pela necessidade a Alemanha planejava uma campanha relâmpago [...].

A destruição provocada pelo exército alemão em território francês não se resumia, porém, no bombardeio e no incêndio dos monumentos históricos de cada localidade invadida. Era completada pela pilhagem sistemática de obras-primas artísticas. Tal atitude era justificada pelo historiador da arte alemão e diretor do Conselho do Patrimônio da Província Renana, Paul Clemen, encarregado pelo seu governo para a “inspeção das obras de arte nos departamentos invadidos” (Léon 1916, 3) na França, a fim de protegê-las da ação do próprio exército francês(!), segundo relato feito por Léon.

Na verdade, aponta o texto, as destruições e pilhagens mais significativas se davam, muitas vezes, quando da retirada das tropas alemãs das regiões invadidas e dominadas, deixando um rastro de fogo e escombros. O bombardeio direto das cidades era o principal fator de arruinamento. Os exemplos documentados e apresentados em fotografias no artigo de Léon são vários e bem impactantes, como o da “encantadora igreja de Tilloloy” (Figuras 1 e 2), desfigurada pelas bombas e onde as “nervuras elegantes, a alvenaria de pedra e tijolo, a fachada com torres, a decoração

adornada com todas as graças do Renascimento compunham uma rara obra-prima inspirada nas tradições mais puras da nossa arquitetura civil e religiosa” (Léon 1916, 6); ou na Igreja de Ablain-Saint-Nazaire, que “serviu como alvo da artilharia” (Léon 1916, 6) e da qual “não resta hoje mais do que um esqueleto sinistro” (Léon 1916, 7) (figuras 3 e 4).



Fig.1: Léon 1916, 4, “Igreja de Tilloy (Somme) antes do bombardeio”, foto por *Section photographique de l’Armée*.



Fig.2: Léon 1916, 5, “Igreja de Tilloy (Somme) após o bombardeio”, foto por *Section photographique de l’Armée*.



Fig.3: Léon 1916, 6, “Igreja de Ablain-Saint-Nazaire (PAS-DE-CALAIS) antes do bombardeio”, foto por *Séction photographique de l’Armées*.



Fig.4: Léon 1916, 6, “Igreja de Ablain-Saint-Nazaire (PAS-DE-CALAIS) após o bombardeio”, foto por *Séction photographique de l’Armée*.

É claro, porém, afirma Léon (1916, 7), que “todas essas destruições, das quais é impossível fazer uma enumeração completa, atingiram edifícios de valor muito desigual”. Nelas, encontramos bens tombados, ou seja, inseridos na “lista de monumentos históricos”. Mas mesmo que “muito poucos” estivessem no início da guerra nessa lista, isso não retiraria o seu valor histórico, primeiro porque “essa lista que é preenchida todos os dias tem apenas um valor relativo e provisório” (Léon 1916, 7). Prova disso é o exemplo dado por Léon (1916, 7) de que

[...] somente no departamento de Marne, vinte e sete igrejas foram inscritas [nessa lista, ou seja, tombadas ou classificadas, segundo a terminologia francesa] desde a guerra. A Comissão dos

Monumentos Históricos decidiu que elas têm caráter artístico suficiente para colocar sua restauração sob o controle dos serviços do Estado.

Mas, mais que isso, pois mesmo que “muitas outras” dessas edificações não apresentassem “um grande interesse artístico, contribuíam para o aspecto pitoresco da aldeia, recordando lembranças preciosas da história local, continham relíquias veneradas cuja profanação é infinitamente dolorosa (Léon 1916, 7).

E como lidar com essa destruição e com essas memórias vilipendiadas, violentadas? Com essas profanações que se estendiam também a antigas edificações civis? “Até que ponto o futuro revelará as ruínas do presente?”, perguntava-se Léon (1916, 8). Durante a guerra, o máximo que se poderia fazer (e que efetivamente se fazia) era evitar o agravamento dos danos já causados pela ação das intempéries em estruturas debilitadas pela agressão. “Após a guerra”, afirma Léon, “se colocará o problema da restauração definitiva. **E ele será colocado com uma amplitude desconhecida em nosso país desde que foram reparadas as destruições do vandalismo revolucionário** [durante a Revolução Francesa de 1789]” (Léon 1916, 8; grifos meus). Porém, aponta ainda o arquiteto francês, a situação “já está dando origem as polêmicas mais acaloradas” (Léon 1916, 8). A primeira dessas polêmicas afirma, está na questão “As ruínas deveriam permanecer tal como a invasão as fez?”, ou “convém ao contrário restituir os monumentos ao estado em que se encontravam antes da guerra e apagar por uma reconstituição total os traços de sua mutilação?” (Léon 1916, 8).

Léon apresenta, então, as justificativas dadas pelas duas posturas antagônicas. De um lado, aquela que ele denomina de “os partidários da conservação integral”, e do outro, a daqueles que desejam a restauração. Pela importância desse debate que perpassa todo o período entre-guerras e que, de certa forma, retorna após o segundo conflito, transcrevo alguns trechos presentes no artigo:

Os defensores da conservação integral invocam razões de interesse nacional. Nós esquecemos demais desde 1870 e o esquecimento quase foi nossa perdição. O espetáculo do presente deve permanecer o ensinamento do futuro. É com isso em mente que o Sr. Deputado Breton [Jules-Louis Breton, socialista] e um certo número dos seus colegas apresentaram uma proposta de lei tendendo a conservação de ruínas históricas. “É necessário agora”, declaram eles, “escolher ao longo do nosso front algumas das aldeias destruídas para mantê-las piedosamente no estado em que as operações de guerra as deixaram ...; amanhã e sempre as ruínas históricas devem se tornar um local de peregrinação para onde as crianças serão levadas ...”. À preocupação com a educação nacional se acrescenta o respeito pela obra antiga. Por mais mutilado que seja, o monumento ainda guarda uma vida profunda que provavelmente será destruída por uma restauração brutal. [...] Àqueles que querem restaurar, a abstenção parece uma confissão de impotência e como um sinal de derrota. Os montes inumeráveis que levantam as terras dos campos permanecerão para os nossos filhos como um ensinamento imperecível. Nós lhes devemos um país livre de todas as contaminações da invasão e o primeiro ato de fé em nossos destinos nacionais deve ser o reerguimento de nossos monumentos destruídos. (Léon 1916, 8-9)

O arquiteto francês desenvolve uma breve digressão sobre a questão, ponderando sobre as posturas assumidas pelos dois lados. No que concerne àqueles que pregam a reconstrução dos monumentos, lembra e critica a postura assumida por Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc, por exemplo, de reconstituir as lacunas artísticas das construções por cópias de “obras similares e contemporâneas” a essas, como aconteceu em Notre-Dame de Paris na restauração realizada por ele, preferindo que tais lacunas permanecessem pelo “respeito pela verdade” (Léon 1916, 10). Neste sentido, respondendo à crítica alemã feita por Paul Clemen, que assume uma postura explicitamente *viollet-le-duquiana*, informa que pode “afirmar que há unanimidade na Comissão de Monumentos Históricos [francesa] por deixar intactas as estátuas de Reims incendiadas” (Léon 1916, 10), o mesmo não se aplicando “as partes essenciais à estabilidade do edifício” (Léon 1916, 10), que deveriam ser refeitas.

Porém, para Léon, o arruinamento dos bens históricos não é uma questão fácil de ser resolvida. O que fazer, por exemplo, com “as igrejas atingidas em pleno campo de batalha”? Para ele, à princípio, não é uma questão de restauração e sim de reconstrução. Mas essa reconstrução, visando atender à comunidade, deve “reproduzir o monumento primitivo ou conceber um monumento novo sem levar em conta o passado?”. Aqui, Léon, testemunha das dores e angústias das comunidades atingidas, afirma que “os métodos serão variáveis”. Apresenta como exemplo a sede da prefeitura da cidade de Arras, em Pas-de-Calais, totalmente destruída pelos alemães, e pergunta: “A cidade vai consentir em deixar desaparecer para sempre a imagem do campanário tão intimamente ligada à sua história?”. Para ele, o melhor seria a construção de uma edificação nova, mas com o arquiteto escolhido para fazer o projeto tendo que considerar “o estilo regional na escolha dos materiais e na interpretação das formas” podendo assim, a partir daí, “dar liberdade à sua própria inspiração”. Mas é importante notar que, ainda no meio do conflito, a preocupação de Léon era com as feridas abertas nas comunidades atingidas e com qual seria a melhor maneira de lidar-se com elas. Neste sentido, o arquiteto francês conclui seu texto deixando em aberto os caminhos a serem tomados:

Quaisquer que sejam as soluções para esses problemas tão complexos, a tarefa do presente está claramente delineada. Onde quer que atrás da linha de fogo possam acessar trabalhadores e materiais, é importante começar a trabalhar. É um dever sagrado para os poderes públicos conservar o patrimônio artístico que nos legou o passado e que devemos levar em consideração no futuro (Léon 1916, 10).

Léon terá a oportunidade de discutir essas e outras questões durante a I Conferência Internacional sobre a Conservação dos Monumentos de Arte e de História que aconteceria em Atenas, em 1931, e que teria como produto final aquele considerado como o primeiro documento

internacional referente à conservação do patrimônio edificado e urbano: a denominada Carta de Atenas.

Uma liga de tipo especial”: a Liga das Nações, a cooperação intelectual e a preservação do patrimônio

Após a guerra, entre as resoluções do Tratado de Versalhes de 1919, estava a da criação de uma instituição internacional que pudesse fortalecer o diálogo entre as nações na resolução dos seus problemas e tensões, evitando assim a reedição de um conflito com as dimensões e tragicidade daquele que havia findado. Idealizada pelo presidente americano Woodrow Wilson e de fundamentação explicitamente kantiana, foi criada a Liga (ou Sociedade) das Nações. Wilson tinha como inspiração duas obras do filósofo alemão, onde ele apresentava a ideia de “uma federação de nações em que todo Estado, mesmo o menor deles, pudesse esperar sua segurança e direito não da própria força ou do próprio juízo legal, mas somente desta grande confederação de nações” (Kant 2011, 13) que são: “Ideia de uma História Universal de um ponto de vista cosmopolita” (de 1784, de onde foi retirado o trecho transcrito) e, principalmente, “À paz perpétua” (1795), escrito onze anos depois, onde Kant explicita o conceito de “Liga de povos”. Tal conceito aparece no “Segundo artigo definitivo para a Paz Perpétua” que tem como título “O direito das gentes deve ser fundado sobre um federalismo de Estados livres”. Ali, Kant, após explicitar o conceito de “liga de povos”, mas uma liga especial que definirá como “liga da paz”, afirma:

Povos, como Estados, podem ser julgados como homens individuais [...] em vista de sua segurança, pode e deve exigir do outro entrar com ele em uma constituição similar à civil, em que cada um pode ficar seguro de seu direito. Isto seria uma liga de povos, que, contudo, não teria de ser nenhum Estado de povos. / [...] o estado de paz [...] não pode ser instituído ou assegurado sem um contrato dos povos entre si: – tem de haver então uma liga de tipo especial, que se pode denominar *liga de paz* (*foedus pacificum*), que deveria ser distinta do *tratado de paz* (*pactum pacis*) em que este simplesmente procura por fim a uma guerra, aquela, porém, a todas as guerras para sempre. [...] A exequibilidade (realidade objetiva) desta idéia de *federalidade*, que deve se estender gradualmente sobre todos os Estados e assim conduz à paz perpétua, mostra-se por si (Kant 1989, 38-41).

Trinta anos antes da fundação da Liga das Nações, encontramos a ideia de uma liga de federações, proposta pelo arquiteto francês Charles Normand, para institucionalizar e viabilizar a proteção internacional do patrimônio histórico e artístico dos povos. Como explícito em texto publicado em 2017, isso se deu no primeiro encontro internacional que tratava especificamente da preservação do patrimônio histórico e artístico, o Primeiro Congresso Internacional para a Proteção de Obras de Arte e dos Monumentos (Olender 2017, 189). No discurso de abertura do evento, Normand, que era o secretário-geral e idealizador do evento,

[...] constatando que as preocupações com “a proteção e a salvaguarda dos monumentos” são “comuns a todos os espíritos reflexivos” e traduzem-se “em regulamentos de administração e mesmo em artigos de leis”, conclama: “Imbuídos do mesmo pensamento, nós queremos provocar uma corrente[za] simpática, uma liga internacional, que possa constituir, mesmo no meio das violências da guerra, uma defesa eficaz do patrimônio legado pelo passado a todas as gerações presentes.” (Normand 1889a, 191); (Olender 2017, 189).

Mas mesmo essa liga internacional específica para “uma defesa eficaz do patrimônio legado pelo passado a todas as gerações presentes” teve que esperar para iniciar efetivamente seu processo de construção e de consolidação, justamente o aparecimento de outra: a Liga das Nações, efetivada em meados de 1919.

Porém, essa primeira tentativa de se instituir uma autêntica federação de nações não teve êxito, não conseguindo evitar a realização de um conflito ainda maior e mais cruel: a Segunda Grande Guerra. Mas, apesar disso, possibilitou a constituição das primeiras experiências institucionais efetivamente internacionais no campo da produção intelectual e cultural.

Por outro lado, a recusa do Congresso norte-americano na participação do país na Liga das Nações (considerado, inclusive, um dos motivos do seu fracasso), consolidou a preponderância européia na mesma, como informa Annamaria Ducci (2012, 228):

Assim, a Liga das Nações, apesar de contar entre seus membros grandes nações extra-europeias como o Japão, foi essencialmente composta em seus órgãos decisivos por membros europeus, e, na verdade, o velho continente, sua estrutura geopolítica e seus problemas, sempre permaneceu a preocupação central da Liga. É importante dizer que a idéia da Liga das Nações era abertamente européia porque, naquilo que pertencia ao estilo europeu, podia-se encontrar um caráter ao mesmo tempo nacional e universal: 'ser europeu é sempre ser ao mesmo tempo pré-europeu'. (estado, mesmo estado-nação) e pós-europeu (global, mundial).

Tanto a criação da Liga das Nações quanto a dos seus órgãos ligados às questões culturais e intelectuais tiveram a influência decisiva do governo francês. Esta influência traduziu-se na escolha do primeiro presidente da Liga, o político francês Léon Bourgeois, bem como na criação, em 1921, do primeiro órgão vinculado à instituição que tinha como objetivo a internacionalização da produção intelectual: A Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (CICI), criada a partir de uma proposição encaminhada à Liga pela “Associação Francesa pela Sociedade das Nações”, presidida, também, por Bourgeois. Tal proposta foi aprovada na sessão de setembro de 1921 da Liga. Também partiria do governo francês a proposta para a criação, em 1926, do “braço executivo” do CICI, o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI), cuja sede ficava, inclusive, em Paris, e do qual falarei mais a frente.

A criação da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual inaugurou aquele que Vittorio Mainetti denomina de segundo dos três períodos referentes “ao processo histórico de

formação e consolidação das relações culturais internacionais” (Olender 2017, 208), assunto que abordei rapidamente no meu texto de 2017. Os três períodos são:

1. Aquele que vai da segunda metade do século XIX até a Primeira Guerra Mundial e que “se caracteriza pela formação de relações culturais internacionais” (Mainetti 2014, 175).
2. Entre as duas grandes guerras, em que “se estabelece um sistema de cooperação intelectual internacional no âmbito da Sociedade das Nações” (Mainetti 2014, 175)
3. Logo depois da Segunda Guerra Mundial e que se caracteriza pela “criação de organizações internacionais como a UNESCO e o desenvolvimento de um sistema muito articulado de cooperação cultural internacional” (Mainetti 2014, 175).

Foi principalmente no segundo período, como aponteí, ainda, no citado texto:

[...] sob a égide da Sociedade das Nações, que muitas das propostas/recomendações aprovadas no Congresso Internacional para a Proteção de Obras de Arte e dos Monumentos seriam desenvolvidas e inscritas nas primeiras convenções internacionais específicas do tema. Tal processo ganha folego a partir da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (CICI), criada no bojo da citada organização, em 1922, cuja preocupação com a preservação se manifesta desde a proposta do então presidente Henri Bergson de buscar uma regulamentação e procedimentos internacionalmente estipulados no que concerne às prospecções e à conservação dos monumentos arqueológicos e se consolida com a fundação, por deliberação do CICI, do International Museums Office (Escritório Internacional dos Museus), que organizará a conferência internacional de Atenas, de 1931 [...] (Olender, 2017, 208).

Conferência essa que será caracterizada por Choay (2001, 156) como a “primeira conferência desse gênero tomada sob a égide de um organismo supranacional”.

Além de Henri Bergson, outros cientistas e intelectuais, predominantemente europeus, participam da CICI, como Albert Einstein, Marie Curie, Paul Valéry e Johan Huizinga. Por sua vez, a construção de uma hegemonia europeia (a partir da recusa dos EUA em participar da Liga das Nações) nas iniciativas institucionais internacionais de produção intelectual e cultural parece se apresentar como um verdadeiro projeto que, de certa forma, já se encontra anunciado na segunda das duas cartas que compõem “A Crise do Espírito”, publicada por Valéry em meados de 1919 e que diz respeito ao cenário mundial pós-Primeira Guerra. E é assim que Valéry vai abordar aquela que seria a missão da Europa nesse contexto:

Um primeiro pensamento aparece. A idéia de cultura, inteligência, obras magistrais é para nós em um relacionamento muito antigo - tão antigo que raramente voltamos a ele, - com a ideia da Europa. As outras partes do mundo tiveram civilizações admiráveis, poetas de primeira ordem, construtores e até sábios. Mas nenhuma parte do mundo possuiu essa propriedade física singular: o poder emissor mais intenso combinado com o poder absorvente mais intenso. Tudo veio à Europa e tudo veio dela. Ou quase tudo. No entanto, o momento atual envolve esta questão capital: a Europa manterá sua preeminência em todos os gêneros? A Europa se tornará o que realmente é, ou seja: um pequeno cabo no continente asiático? Ou a Europa continuará sendo o que parece, ou seja: a parte preciosa do universo terrestre, a pérola da esfera, o cérebro de um corpo vasto? (Valéry 2015, 14-15).

A pequena região europeia está no topo da classificação há séculos. Apesar de sua pequena extensão, - e embora a riqueza do solo não seja extraordinária, - ela domina o cenário. Por que milagre? - Certamente o milagre deve residir na qualidade de sua população. Essa qualidade deve compensar o menor número de homens, o menor número de milhas quadradas, o menor número de toneladas de minério atribuído à Europa. (Valéry 2015, 16).

Sugerimos anteriormente que a qualidade do homem deve ser o determinante da excelência da Europa. Não consigo analisar essa qualidade em detalhes; mas eu acho por um exame superficial que essa ganância ativa, curiosidade ardente e desinteressada, uma feliz mistura de imaginação e rigor lógico, um certo ceticismo não pessimista, um misticismo não resignado ... são os caracteres mais especificamente ativos da Psique Europeia. (Valéry 2015, 16-17).

Pierre Leveau informa que, desde a sua criação, a CICI realizou, durante a década de 1920, “quatro pesquisas sobre a conservação do patrimônio em diferentes setores: o de antiguidades e de monumentos, em 1922; de arquivos e bibliotecas, em 1925; de paisagens e belezas naturais, em 1927; de pinturas e esculturas, enfim, em 1929” (Leveau 2011, 7).

Outra atividade fundamental da CICI foi o incentivo à criação das suas congêneres em âmbito nacional. Como afirma Laqua (2011, 55), “foram as Comissões nacionais de cooperação intelectual que constituíram o elo formal entre as iniciativas dos intelectuais em escala nacional e a Sociedade das Nações”. Criados a partir de 1925, tais organismos se difundiram por todos os continentes. Estavam presentes, por exemplo, na África do Sul (1925-1945), no Egito (1927-1945), na Síria (1927-1946), em El Salvador, em Cuba e na Bolívia (1925-1945), no Japão (1930 – 1939), na Austrália (1925 – 1945), dentre vários outros países dos mesmos continentes que esses, bem como na significativa maioria dos países europeus. No Brasil, foi criada, em 1925, a Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual, “que foi pouco a pouco sendo colocada sob a tutela do Itamaraty, e também com a nomeação de um delegado, Élysée Montarroyos, como intermediário entre esse organismo e o Ministério [das Relações Exteriores].” (Dumont e Fléchet 2014, 205).

A ação da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual teria, a partir de 1926, o apoio do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, que funcionava praticamente como o órgão executivo dela. Foi criado a partir de uma proposta do governo francês, em resposta à solicitação feita em 1924 pelo, então, presidente da CICI, Henri Bergson, por ajuda financeira dos Estados membros da Liga das Nações. O IICI teve, desde o início, a sua sede instalada em Paris, no Palais-Royal, e uma significativa subvenção do governo francês, que representava mais de 80% de todo o aporte oriundo dos Estados que colaboravam e que, por sua vez contribuía com mais de 80% do total necessário. Como informa Jean-Jacques Renoliet (2007, 55), esses Estados eram em número de três, quando da fundação do Instituto em 1926, e chegaram a quatorze em 1939, mas “entre os quais o Reino Unido, a Alemanha, os Estados Unidos e a União Soviética nunca figuraram”. O restante do apoio financeiro era obtido “pelas contribuições especiais destinadas a trabalhos

específicos dos Estados, associações ou das grandes fundações americanas (Carnegie Endowment e especialmente a Rockefeller Foundation).” (Renoliet 2007, 55).

O primeiro presidente do órgão, de 1926 a 1930, foi o escritor francês Julien Luchaire, que era, também, um dos membros da CICI. Em 1923, antes mesmo da criação do IICI, Luchaire já explicitava qual seria, para ele, o papel da França para o desenvolvimento da colaboração intelectual entre os povos:

De acordo com uma tradição antiga, [ela] se apresenta[ria] como a nação mais bem-dotada para compreender o esforço intelectual de todas as outras, para servir de ponto de encontro para seus vários produtos, para harmonizá-los, colocando-os à medida de seu gênio e os transmitindo assim transformados no patrimônio comum da humanidade. (Citado em Laqua 2011, 54).

A noção de patrimônio mundial, ou de patrimônio da humanidade, vinha se construindo pelo menos desde meados do século XIX, como apontei no texto de 2017 e desenvolvi em artigo ainda inédito¹. Essa noção teve nas propostas de criação de uma Cruz Vermelha dos monumentos, apresentada pelo arquiteto francês Charles Normand no citado congresso internacional de 1889, em Paris, um momento importantíssimo de sua explicitação. Mas, provavelmente seja nesse artigo de Luchaire que o termo “patrimônio comum da humanidade” apareça pela primeira vez. E aparece apontando um papel intelectual crucial atribuído ao povo francês. Pode-se dizer, sem medo de ser anacrônico (pois o conceito só será formulado por Joseph Samuel Nye Jr. mais de meio século depois), que esse “trabalho intelectual” seria o *soft power* francês. Pois, como diz Nye:

Na política mundial, é possível que um país obtenha os resultados que quer porque os outros desejam acompanhá-lo, admirando os seus valores, imitando-lhe o exemplo, aspirando ao seu nível de prosperidade e liberdade. [...] A este aspecto de poder – levar os outros a querer o que você quer –, dou o nome de poder brando [*soft power*]. Ele coopta as pessoas ao invés de coagi-las. (Citado em Barão 2014, 94).

Nesse sentido, entende-se o esforço da França em ocupar os espaços de decisão nas instituições internacionais de cultura, bem como, no caso específico do IICI, se preocupar com a sua instalação e fortalecimento. Esse *soft-power* tinha como objetivo imediato, como aponta Annamaria Ducci (2012, 229-230) anular o poder político crescente da sua vizinha, a Alemanha:

O principal organismo cultural da Liga das Nações era indubitavelmente o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI), criado em 1925. O instituto havia sido fortemente desejado pela França, com a intenção de se opor - pelo menos em um plano cultural - a um poder cada vez mais forte, o da Alemanha. O governo francês não apenas buscou a criação do IICI, mas também o apoiou financeiramente e influenciou profundamente sua agenda. Note-se que o nascimento do IICI ocorreu naquele momento crucial da história francesa em que - após os efeitos devastadores do caso Dreyfus - a idéia do intelectual como o *homme engagé*, como mediador político, se não ele próprio, o inspirador de novas ideologias, tomou conta. (Ducci 2012, 229-230).

¹ O artigo aqui citado, intitulado “*Wich Egypt will answer? Some genealogical notes on world heritage*” fará parte do livro: Christofoletti, Rodrigo e Marcos Olender, org. *World Heritage Patinas*. Springer: Berna, 2020 (no prelo).

Se o IICI era predominantemente constituído por países europeus, mais especificamente da denominada “parte Atlântica da Europa”, a coincidência desta com a cultura ocidental foi, segundo Ducci, construída pelo historiador da arte francês Henri Focillon, com o apoio de Paul Valéry, ambos integrantes também da instituição, representando a França. Mas o que os dois autores consideravam a Europa Atlântica? Segundo Ducci, cada vez mais, para eles, o “oeste atlântico” era a própria França e para assim afirmarem, se pautavam em outro historiador da arte e da arquitetura, além de arquiteto e restaurador: Viollet-le-Duc:

O interesse de Focillon por essas questões começou em meados da década de 1930 e cresceu e amadureceu durante dois anos de ensino no Collège de France, ao lado de seu amigo Valéry. Ambos os estudiosos chegaram à conclusão de que o oeste atlântico coincidia apenas com a França. Na realidade, essa era uma equação referente a uma importante parte da historiografia francesa do século XIX, que se desenvolveu precisamente na história da arte, focada na Idade Média. Desse ângulo, a síntese do arquiteto Eugène Viollet-le-Duc no sétimo *Entretien* (1863) é bastante esclarecedora: 'No Ocidente, pelo contrário (e quando eu falo do Ocidente, pretendo falar apenas da França), a idéia dominante, a idéia principal, tem sido a unidade; as artes têm sido um dos meios mais poderosos para alcançar essa unidade. (Ducci 2012, 231).

Foi Henri Focillon que teve a iniciativa de propor a criação de um órgão específico, vinculado ao IICI, que tinha como campo de atuação as obras de arte e os museus: o *Office International des Musées* (Escritório Internacional de Museus). A sua criação, que reforçava o *soft-power* francês, foi motivo de críticas imediatas justamente da Alemanha, como relata Michela Passini (2018a, 52):

Vários historiadores de arte e chefes de instituições de patrimônio alemão reclamaram da super-representação da França no OIM, que consideram ser o produto de uma política cultural francesa. Além disso, essas críticas são justificadas: a criação do OIM se dá por iniciativa de atores franceses, como Henri Focillon, então professor de história da arte medieval na Sorbonne, que dirigiu o Museu de Belas Artes de Lyon entre 1913 e 1923. A França desempenha um papel dominante nesta instituição, com sede em Paris (no Palais-Royal), cuja língua é o francês e que, durante seus primeiros anos de vida, é dirigido por um comitê reduzido, composto por seis membros, incluindo dois franceses (além de Focillon, Julien Luchaire, diretor da IICI).

Com a implantação do OIM, em 1926, assume a presidência do órgão, o político belga Jules Destrée, membro proeminente do IICI, assim descrito por Ducci (2012, 235): “[...] orgulhoso flamengo, advogado, pacifista firme e deputado ativo, ele era um representante do humanitarismo socialista do final do século XIX, que acreditava firmemente que a cultura em geral e as artes em particular poderiam ser catalisadoras da autoconsciência. de um povo.”

Por sua vez Focillon, o idealizador do OIM, segundo informa Ducci, na época da sua entrada no IICI, um ano antes da implantação do OIM, era um homem de educação proudhoniana “de que a cultura era o principal trampolim da emancipação social” (Ducci 2012, 235) e já tinha uma larga experiência no mundo dos museus. Para ele:

[...] o museu representava uma das instituições fundamentais da vida social, a estrutura básica da vida intelectual na sociedade urbana; foi ali que o tecido conjuntivo que unia a modernidade à tradição foi criado e, o que é mais importante, que os valores específicos de um povo se misturavam aos valores "universais" das artes. Ele articulou essa crença, mais uma vez, no programa da OIM: o museu era 'uma instituição dedicada à cooperação intelectual', pois apresentava, ao mesmo tempo, 'o gênio de uma nação e o das civilizações estrangeiras'; era, portanto, 'o melhor meio possível de conhecer uma cultura, da maneira mais tangível', pois, assim como os livros, os museus representavam a melhor maneira de reconstruir a história das relações culturais e as trocas de idéias entre os povos. A seu modo, superando questões nacionais, os museus foram a primeira premonição de uma autoconsciência européia e mundial. (Ducci 2012, 235).

“O novo conceito que vem surgindo desde algum tempo”: a questão do patrimônio da humanidade e a Conferência de Atenas de 1931

Em 1931 é realizado, pelo OIM, em Atenas, a Primeira Conferência Internacional sobre a Conservação dos Monumentos de Arte e de História. A Conferência de Atenas, porém, não foi o primeiro evento internacional promovido pelo citado órgão. Em meados do ano anterior, aconteceu em Roma a Primeira Conferência de Conservação de Obras de Arte. Prevista, primeiramente, para acontecer em 1929, em Paris, o evento teve que ser adiado devido à falta de recursos provocada pela crise econômica decorrente do *crack* da Bolsa de Nova Iorque. No início de 1930, Benito Mussolini banca o evento levando-o para Roma, como informa Leveau, “por razões políticas e científicas”, pois “inspirado pelo seu Ministro da Educação, Corrado Ricci, ele queria fazer da restauração o instrumento da sua luta contra a decadência moral da Itália e levar, assim, os intelectuais a apoiarem a sua política fascista.” (Leveau 2011, 9).

O segundo evento internacional, por sua vez, apresenta, também, razões políticas, científicas e culturais. Por um lado, se soma, como afirma Passini (2018a, 52), a ‘uma série de iniciativas e acontecimentos’ como a restauração do Partenon e a inauguração do Museu de Olímpia, mas, por outro, expõe situações tensas referentes a alguns monumentos gregos. Isso pode ser constatado, por exemplo, na carta encaminhada, em 25 de março de 1931, pelo diretor do Victoria and Albert Museum, Cecil Harcourt Smith (que era o representante inglês no OIM) à demanda feita pelo secretário-geral do OIM, o advogado e historiador da arte grego, Euripide Foundoukidis, de realizar esse encontro justamente em Atenas:

Quanto à ideia de realizar um congresso em Atenas no próximo outono, creio que podemos encontrar muitos argumentos a favor e contra. A questão da proteção dos monumentos apresenta um particular interesse na Grécia, mas temo que em Atenas seja difícil evitar as implicações políticas muito embaraçosas do problema. (Citado em Passini 2018a, 52).

Certamente, Smith se referia aos “episódios de pilhagem sofridos pelo patrimônio helênico”, dentre os quais se destacava aquele dos “mármorees do Partenon adquiridos pelo Museu Britânico em 1816” (Passini 2018a, 53).

Cerca de um ano antes desta correspondência, em 1930, o diplomata grego Ioannis Gennadios, infoma Passini, “havia publicado [...] um estudo intitulado *Lord Elgin et les autres antiquaires envahisseurs en Grèce, 1440-1837. Étude historique et archéologique*, que listava [...] [esses] episódios de pilhagem” (Passini 2018b, 8). O objetivo principal da obra, continua a autora,

era de reunir um conjunto de sólidas evidências históricas que poderiam justificar a demanda de restituição dos fragmentos monumentais gregos, e em particular dos mármores do Partenon [...]. Gennadios reivindicava para os gregos uma propriedade exclusiva, tanto no plano simbólico quanto a um nível material, do patrimônio artístico grego. Os mármores do Partenon pareciam-lhe constituir um lugar primordial de identificação e de memória da nação grega. Assim, ele rejeitava da maneira mais clara possível qualquer concepção do patrimônio grego como pertencente a um horizonte intelectual e memorial diferente daquele da sua nação, ou como portador de uma identidade européia ou mesmo universal. (Passini 2018b, 8).

Esta ideia, de certa forma, se confrontava com outra que ia se tornando cada vez mais explícita, conforme ia se consolidando a proposta de realizar o evento em Atenas, que era a de “patrimônio da humanidade”.

Na terceira edição de 1931 da *Museion* (n. 15), a revista publicada pelo OIM desde 1927, temos a transcrição da segunda reunião do Comitê Diretor do OIM, ocorrida em 13 e 14 de abril daquele ano. Nela, se aborda a organização da Conferência que aconteceria em outubro em Atenas, bem como os eixos temáticos principais que estruturarão o evento, compreendendo os “problemas de ordem administrativa e legislativa, de ordem técnica e jurídica”. Chama a atenção justamente o que se refere à ordem jurídica:

Finalmente, questões jurídicas poderiam eventualmente ser objeto de um estudo pela conferência. Entre elas, podemos citar como exemplo um tombamento [*classement*] internacional de certos monumentos de arte que podem ser considerados como patrimônio da humanidade, o que implicaria obrigações internacionais (Office International des Musées 1931a, 92-93).

Esta preocupação com a eleição de “patrimônios da humanidade”, que seriam objetos de um tombamento internacional, não é nova. A proposta surgiu pela primeira vez cerca de quarenta e dois anos antes, exatamente no Primeiro Congresso Internacional para a Proteção de Obras de Arte e dos Monumentos de 1889, em Paris, e se apresentava vinculada à criação de uma Cruz Vermelha dos monumentos. É aprovada pelos participantes do evento e publicada com a seguinte redação:

VI. Organização da Cruz Vermelha. Proteção dos monumentos e obras de arte em tempo de guerra. A partir da proposição do sr. Charles Normand, o Congresso estabelece que **os monumentos de arte pertencem à totalidade da humanidade**, [e] reivindica que os diferentes governos designem representantes encarregados de pesquisar e de indicar os monumentos de cada país cuja salvaguarda deverá ser assumida em tempos de guerra por uma convenção internacional. (Ministere du Commerce 1889, 25; grifos meus).

Na defesa de sua proposta que, como visto, acaba sendo aprovada pelo plenário, defesa essa que ocorre na quinta sessão do congresso, Charles Normand explicita as características da mesma, sua abrangência e o instrumento a ser utilizado para efetivá-la, reconhecendo sua originalidade:

1°. Peçamos primeiro um reconhecimento completamente platônico do princípio pelos governos. A coisa deve ser fácil, [mas] ela é um pouco desconfortável. 2°. Reivindicamos um tombamento [*classement*] internacional de algumas edificações as quais, a partir das próximas guerras, seria proibido tocá-las sujeitando a certas penalidades: pelo menos o Estado que repetisse esse crime estaria na situação de um país que violou os compromissos internacionais, e a lei moral à qual vocês deram a maior importância pelo modo solene como sancionaram as idéias da civilização. 3°. Persigamos, através de um trabalho incessante, o aumento do número dos edifícios tombados [*classés*] de comum acordo entre os Estados; 4°. mas também que o Comitê Internacional exija em seguida por todos os meios à sua disposição a supressão desse tombamento [*classement*], porque essa medida deve ser completamente transitória feita unicamente para obter imediatamente a salvaguarda das obras capitais. É importante sabermos que todos os monumentos são dignos de solicitude. A modéstia e a necessidade de assegurar o triunfo imediato dessa idéia obrigam unicamente a tais desejos tímidos. (Normand 1889b, 274-275).

Aqui, a proposta é de um tombamento internacional provisório por dizer respeito, apenas, à proteção dos monumentos históricos em tempos de guerra. Mas cabe ressaltar o pioneirismo da proposta que, após quatro décadas, é rerepresentada, dessa vez em caráter efetivo, como reconhecimento da importância do bem por um organismo internacional. Em uma transmissão de rádio realizada no ano de 1931, o Secretário-Geral do OIM, Euripide Foundoukidis, discorre sobre a próxima realização do encontro internacional em Atenas. Em sua fala, transcrita no mesmo número 15 da revista *Museion*, ele aborda brevemente o Congresso realizado em Roma no ano anterior, inclusive para justificar a necessidade de um evento específico para tratar dos monumentos arquitetônicos, excluídos daquele encontro que ficou restrito às pinturas e às esculturas. Depois então, após uma breve notícia sobre o Congresso Internacional de História da Arte realizado em Paris, em 1921 – e que chegou a debater aspectos referentes à preservação desses monumentos arquitetônicos – Foundoukidis aborda os temas que seriam tratados na Conferência de Atenas. Desses temas, que vão desde “questões administrativas e legislativas”, passando pelo “estudo comparado” de várias legislações nacionais, além de “questões técnicas” concernentes à conservação e, mesmo, aos problemas do entorno do bem (ele se detém, em sua fala, nas questões referentes à vegetação), chama a atenção, justamente, o último tema abordado, que é o do tombamento (*classement*) internacional. A esse respeito afirma o Secretário do OIM:

Finalmente, alguns problemas de caráter internacional também podem ser, igualmente, objeto de uma troca de pontos de vista na conferência. Como, por exemplo, o novo conceito que vem surgindo desde algum tempo e que tende a considerar certos monumentos artísticos como pertencendo ao patrimônio comum da humanidade. Parece que existe em formação um novo princípio de direito internacional no campo artístico e sobre o qual a futura conferência poderia ser levada a precisar o alcance. (Office International des Musées 1931a, 97).

O tema é também abordado na publicação oficial das conclusões gerais do evento, realizada em cinco línguas (francês, inglês, alemão, espanhol e italiano), mais especificamente no “Relatório do Presidente do Comitê Diretor do Escritório Internacional de Museus Sobre os Trabalhos da Conferência de Atenas”. Jules Destrée inicia seu texto justamente abordando esse assunto! Diz ele:

Entre as conclusões adotadas pela Conferência de Atenas, há algumas que constituem verdadeiras inovações na ordem internacional.

Primeiramente a admissão, por toda a Conferência, dessa nova noção, segundo a qual a salvaguarda das obras-primas pelas quais a civilização se expressou no mais alto grau interessa à comunidade dos povos. Essa noção implica uma restrição do direito de propriedade nacional no que ele tem de egoísta. Além disso, deve-se observar que todos os países parecem compreender, hoje, que eles não são os únicos beneficiários da riqueza artística que possuem. A Conferência não se limitou a enunciar esse princípio; foi além, ao prever um procedimento capaz de dar a essa solidariedade internacional a oportunidade de se expressar de maneira concreta. Se a Assembléia da Liga das Nações conceder sua alta consagração a esse novo princípio, instituições e grupos qualificados poderão, portanto, submeter à organização de cooperação intelectual solicitações que expressem seu interesse na conservação de tal ou tal monumento, sem que tal iniciativa possa ser interpretada como uma invasão da soberania nacional.

O procedimento proposto pela Conferência de Atenas deixa a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual o direito de se pronunciar, seguindo solicitações semelhantes, sobre a adequação das medidas a serem tomadas pelo Escritório Internacional de Museus em cada caso específico. Eu acho que seria supérfluo insistir sobre os felizes efeitos de uma colaboração internacional concebida nesse espírito. (Destrée 1931, 10).

Um pouco mais de um quarto do relatório de Destrée sobre a Conferência é destinado ao tema do “patrimônio da humanidade” (23 das 82 linhas)! Ele aponta, exatamente, como a questão foi desenvolvida na Carta de Atenas, embora nessa não conste a proposta da criação do instrumento de proteção internacional (o tombamento) defendida efusivamente por Foundoukidis em sua intervenção na Conferência, como aponta Passini (2018b, 249) e que, objetivamente, implicaria na tal “restrição do direito de propriedade nacional no que ele tem de egoísta”, apontada pelo relatório. Politicamente mais branda a questão aparece exatamente no seu sétimo e último item intitulado de “A conservação dos monumentos e a colaboração internacional”, no sub-item “a) Cooperação técnica e moral”:

A conferência, convencida de que a conservação do patrimônio artístico e arqueológico da humanidade interessa à comunidade dos Estados, guardiã da civilização, deseja que os Estados, agindo no espírito do Pacto da Sociedade das Nações, colaborem entre si, cada vez mais concretamente, para favorecer a conservação dos monumentos de arte e de história.

Considera altamente desejável que instituições e grupos qualificados possam, sem causar o menor prejuízo ao Direito Internacional Público, manifestar seu interesse pela salvaguarda das obras-primas nas quais a civilização se tenha expressado em seu nível mais alto e que se apresentem ameaçadas.

Emite o voto de que as proposições a esse respeito, quando submetidas à Organização de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações, possam ser recomendadas à favorável atenção dos Estados.

Caberia à Comissão Internacional de Cooperação Intelectual, após sindicância do Escritório Internacional dos Museus e depois de haverem sido recolhidas todas as informações úteis, notadamente junto à Comissão Nacional de Cooperação Intelectual interessada, pronunciar-se sobre

a oportunidade das providências a serem empreendidas e sobre o procedimento a ser seguido em cada caso particular. (Cury 2004, 16-17).

No trecho transcrito, é possível perceber várias das situações mencionadas por Destrée. Primeiramente, temos a presença do próprio conceito de “patrimônio artístico e arqueológico da humanidade” se referindo àquelas “obras-primas nas quais a civilização se tenha expressado em seu nível mais alto” (Cury 2004, 16), definição presente, também, como pode ser visto, no próprio trecho do relatório de Destrée transcrito acima. Encontra-se, também, nos últimos três parágrafos do trecho transcrito, o procedimento explicitado por Destrée no seu relatório, no qual “instituições e grupos qualificados” podem submeter à Organização de Cooperação Intelectual (OCI) da Sociedade das Nações (como se denominou o conjunto constituído pela CICI e pelo IICI a partir de 1931) “solicitações que expressem seu interesse na conservação de tal ou tal monumento, sem que tal iniciativa possa ser interpretada como uma invasão da soberania nacional” (Destrée 1931, 10). Tendo como interlocutora oficial a respectiva Comissão Nacional de Cooperação Intelectual, caberia portanto à CICI “após sindicância do Escritório Internacional dos Museus”, “pronunciar-se sobre a oportunidade das providências a serem empreendidas e sobre o procedimento a ser seguido em cada caso particular” (Cury 2004, 17), como também explicita Destrée. Em lugar, porém, de um instrumento que restrinja algo como um “direito de propriedade nacional”, o documento internacional aponta que as proposições concernentes a esta preservação sejam recomendadas pela OCI “à favorável atenção dos Estados” (Cury 2004, 17), embora mantenha a autoridade da CICI na explicitação dos procedimentos a serem tomados.

Em relação às Resoluções aprovadas e adotadas pela CICI em 23 de julho de 1932, a própria noção de “patrimônio da humanidade” aparece no texto quando a assembleia do CICI considera que “a conservação do patrimônio artístico e arqueológico da humanidade interessa a comunidade dos Estados guardiões da civilização”. Em relação às recomendações aprovadas que devem ser “gentilmente” encaminhadas aos Estados membros da Liga das Nações, elas são duas e fazem menção direta a dois sub-itens do item VII: o primeiro, citado acima, referente à “cooperação técnica e moral”, e o segundo, se referindo ao “papel da educação e o respeito aos monumentos”:

Que os Estados, atuando no espírito do Pacto da Liga das Nações, se prestem a uma colaboração cada vez mais extensa e concreta, a fim de garantir a conservação de monumentos e obras de arte;
Que os Estados membros convidem os educadores a instruir crianças e jovens no respeito aos monumentos, seja qual for a civilização ou a época a que esses monumentos pertençam, e que essa ação educativa dos Estados também se destine ao público em geral, com o objetivo de associar estes últimos à proteção dos testemunhos de toda civilização (Office International des Musées 1931b, 13).

Por sua vez, coube à Assembleia da Liga das Nações aprovar, em 10 de outubro de 1932, “as recomendações elaboradas pela Conferência de Atenas, concernentes à conservação dos

monumentos históricos e obras de arte” e confiar a Organização de Cooperação Intelectual a sua transmissão aos governantes dos Estados membros.

A Carta de Atenas, fruto da Conferência de Atenas realizada em outubro de 1931, é considerada, segundo Jukka Jokilehto (1986, 401), o “primeiro documento político aceito em âmbito intergovernamental e, assim, marcou o início da formulação de diretrizes e recomendações internacionais que visam à preservação do patrimônio cultural”.

A presença da noção de “patrimônio da humanidade” no citado documento vem reforçar a trajetória da constituição e consolidação dessa noção, presente já nas sessões e resoluções do Primeiro Congresso Internacional para a Proteção de Obras de Arte e dos Monumentos de 1889, em Paris, e que na Carta de Atenas assume, pode-se dizer, pela primeira vez, um caráter oficial.

No Congresso de 1889, Normand, além de propor a criação do instrumento do “tombamento internacional”, também sugere o primeiro bem que poderia ser submetido a tal procedimento: o conjunto das pirâmides do Egito.

Em 1931, embora não se evidenciasse nenhum bem como alvo específico do processo, é impossível não pensar na própria Acrópole de Atenas e, mais especificamente ainda, no Partenon, objeto de uma intervenção restaurativa no período. A possibilidade de se utilizar o tombamento internacional para resolver a tensão criada pela campanha para a devolução dos “mármoreos do Partenon” suscitada pelo texto de Gennadios não pode ser descartada, embora Passini aponte que essa questão não chegou a ser levantada durante a conferência. Ela mesma afirma que:

parece provável que, na insistência de Foundoukidis e Jules Destrée na ideia de um patrimônio da humanidade e de uma responsabilidade coletiva supranacional para com os monumentos e as obras de arte, haja pelo menos um elemento de resposta à concepção decididamente nacional de patrimônio histórico e artístico desenvolvido, entre outros, por Gennadios (Passini 2018b, 252).

Em 1870, o arquiteto e fotógrafo francês Alfred-Nicolas Normand publica um livro intitulado de “*L'Architecture des nations étrangères, étude sur les principales constructions du parc à l'Exposition universelle de Paris (1867)*” em que, como explicita o próprio título, discorre sobre os pavilhões estrangeiros apresentados no citado evento de 1867, em Paris. Inicia, justamente, pelo conjunto de edificações egípcias, que constituíam um verdadeiro “parque temático” e afirma:

Nada no mundo está mais apto a produzir **uma impressão grandiosa do que a visão dos monumentos antigos do Egito**. Aimensidão das proporções gerais, a exatidão da escala dos detalhes realçados por uma coloração rica e harmoniosa, o local, a atmosfera que os envolve, o poder das ruínas ainda existentes, **tudo finalmente produz uma impressão única nos sentidos, que os monumentos da Grécia, com sua admirável pureza, são os únicos capazes de contrabalançar**. (Normand 1870, 3; grifos meus).

Como aponto em texto inédito já referenciado anteriormente (ver nota 1), a afirmação de Normand reforçava uma percepção já existente, desde fins do século XVIII, de que a antiga

civilização egípcia teria sido a nobre origem das civilizações ocidentais. Tal hipótese seria reforçada por outra obra publicada três anos antes, o livro do jornalista e escritor polonês naturalizado francês Charles-Edmond Chojecki, “L'Égypte à l'Exposition universelle de 1867”, que afirma, ao discorrer sobre o mesmo “parque egípcio” que:

O EGITO é representado na Exposição Universal de 1867, não só pelo seu presente, **mas também pelo seu passado. Tinha que ser assim, já que é o berço do mundo**, ou que pelo menos foi a escola dele em tempos anteriores à nossa antiguidade clássica: a civilização moderna vem de Roma e da Grécia; **mas o germe das civilizações romana e grega veio do Nilo** (Chojecki 1867, 10; grifos meus)

Em 1889, em Paris, naquele que, provavelmente, foi o primeiro encontro internacional destinado especificamente para a preservação do patrimônio histórico e artístico, foi introduzida a idéia de que haviam “monumentos de arte [que] pertencem à totalidade da humanidade” ou seja, que podem ser considerados seu patrimônio. Nesse evento foi esboçado, também, o instrumento do “tombamento internacional”, sendo sugerido que o primeiro bem a ser contemplado fosse o conjunto das pirâmides do Egito. Cerca de quatro décadas depois, a Acrópole de Atenas, de certa forma, “assombrava” a discussão sobre a possibilidade da instalação de procedimentos que viabilizassem justamente a implementação da noção de “patrimônio da humanidade” na Conferência Internacional que se realizava na mesma cidade e que versava sobre temas semelhantes aos do Congresso de 1889. De Paris à Atenas, da concepção e dos vestígios de uma antiga Civilização Egípcia àqueles de uma Grécia Antiga, eis o percurso adotado para a formação e o início da consolidação da noção de “patrimônio da humanidade”. Percurso extremamente atribulado, que vivenciou grandes tensões, conflitos e acordos internacionais, como a primeira Grande Guerra e a instalação da Liga das Nações. Outro grande conflito mundial, outras instituições internacionais e mais algumas décadas seriam necessárias para testemunharmos, porém, a consagração dessa noção.

Referências bibliográficas

Barão, Giulia Ribeiro. “Cultura e diplomacia cultural no século XXI: proposta de revisão do pensamento brasileiro de Relações Internacionais”. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, v. 3, n. 5 (2014/1): 74-102.

Benjamin, Walter. “Experiência e pobreza”. Em *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*, Walter Benjamin, 123-128. São Paulo: Brasiliense, 2012a.

Benjamin, Walter. “O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. Em *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*, Walter Benjamin, 213-240. São Paulo: Brasiliense, 2012b.

Choay, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade / Editora UNESP, 2001.

Cury, Isabelle. *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

Chojewski, Charles-Edmond. *L'Égypte à l'Exposition universelle de 1867*. Paris: Typographie Morris & Compagnie, 1867. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k62144366.texteImage>

Destrée, Jules. “Rapport du Président du Comité de Direction de l'Office International des Musées sur les Travaux de la Conférence d'Athènes”. Em *La Conservation des monuments d'art et d'histoire*. [Conclusions de la Conférence d'Athènes, 21-30 octobre 1931. Rapport à la Commission internationale de coopération intellectuelle. Résolutions de la Commission. Recommandations de l'Assemblée de la Société des nations.]. Office International des Musées (org.). Paris: Sociedade das Nações, 1931, 10-12. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6524895f.texteImage> Acesso em: 10 de fevereiro de 2016.

Ducci, Annamaria. “Europe and the Artistic Patrimony of the Interwar Period: The International Institute for Intellectual Cooperation at the League of Nations”. Em *Europe in crisis: Intellectuals and the European Idea, 1917–1957*, orgs. Mark Hewitson e Matthew D’Auria, 227-242. Nova Iorque, Oxford: Berghahn Books, 2012.

Dumont, Juliette, e Anaís Fléchet. ““Pelo que é nosso!”: a diplomacia cultural brasileira no século XX”. *Revista Brasileira de História*, vol.34, n.67 (2014): 203-221. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882014000100010>.

Gagnebin, Jeanne Marie. “Memória, história, testemunho”. Em *Lembrar escrever esquecer*, Jeanne Marie Gagnebin, 49-58. São Paulo: Ed. 34, 2006.

Hobsbawm, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX – 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

Jokilehto, Jukka. “A history of architectural conservation: the contribution of English, French, German and Italian thought towards an international approach to the conservation of cultural property”. Tese de doutoramento, York, University of York: Institute of Advanced Architectural Studies, 1986.

Kant, I. *À paz perpétua*. São Paulo: L&PM, 1989.

Kant, I. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

Laqua, Daniel. “Internationalisme ou affirmation de la nation? La Coopération intellectuelle transnationale dans l'entre-deux-guerres”. Em *Critique internationale*, 52 (2011/3), 51-67. <https://doi.org/10.3917/crit.052.0051>.

Léon, Paul. “La guerre et les monuments”. *Les Arts*. 154 (abr. 1916): 2-10.

Leveau, Pierre. “Le problème de l'apolitique de la conservation-restauration”. *Conservation restauration des biens culturels*, n. 29 (2011): 5-26.

Mainetti, V. “La coopération culturelle internationale et l'émergence du droit international de la culture”. Em *Alcuni aspetti della “dimensione culturale” del diritto internazionale ed interno: Profili di tutela e valorizzazione*, org. Anna Oriolo e Anna Vigorito, 171-221. Ariccia: Aracne, 2014.

Ministère du Commerce, de l'Industrie et des Colonies. “Exposition universelle internationale de 1889. Direction générale de l'exploitation”. Em *Congrès international pour la protection des oeuvres d'art et des monuments*. Fascicule n°. 1. Organisation du Congrès. Paris: Impr. Nationale, mai 1889. Disponível em: <https://data.bnf.fr/fr/documents-by-rdt/12191328/360/page2> . Acesso em: 20 de abril de 2016.

Normand, Alfred-Nicolas Normand. *L'Architecture des nations étrangères, étude sur les principales constructions du parc à l'Exposition universelle de Paris (1867)*. Paris: A. Morel, 1870.

Normand, Charles. “Discours prononcé à l'ouverture de premier congrès pour la protection des monuments et oeuvres d'art (Congrès de Paris 1889)”. *L'Ami des Monuments*. Paris, Tome 3, n. 14 (1889a), 191-193. Disponível em: <https://archive.org/details/lamidesmonuments14soci/page/n9/mode/2up>.

Normand, Charles. Premières idées sur l'organisation de la Croix Rouge pour la protection des monuments en temps de guerre. *L'Ami des Monuments*. Paris, Tome 3, n. 16 (1889b), 272-278. Disponível em: <https://archive.org/details/lamidesmonuments14soci/page/n9/mode/2up>.

Olender, Marcos. “Um courant sympathique”: primórdios da internacionalização da preservação do patrimônio cultural na segunda metade do século XIX. Em *Bens culturais e relações internacionais: o patrimônio como espelho do soft power*, 189-211, org. Rodrigo Christofoletti. Santos: Editora Universitária Leopoldinum, 2017.

Olender, Marcos. “Wich Egypt will answer? Some genealogical notes on world heritage”. Em *World Heritage Patinas*, org. Rodrigo Christofoletti e Marcos Olender. Springer: Berna, 2020. (no prelo).

Office International des Musées. “L'activité de l'Office International des Musées”. *Museion, Revue Internationale de Muséographie*, 15, n. III (1931a): 91-98.

Office International des Musées. *La Conservation des monuments d'art et d'histoire*. [Conclusions de la Conférence d'Athènes, 21-30 octobre 1931. Rapport à la Commission internationale de coopération intellectuelle. Résolutions de la Commission. Recommandations de l'Assemblée de la Société des nations.]. Paris: Sociedade das Nações, 1931b. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6524895f.texteImage>. Acesso em: 10 fevereiro 2016.

Passini, Michela. “Le patrimoine à l'épreuve de l'histoire transnationale: Circulations culturelles et évolutions du régime patrimonial pendant les années 1930”. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, 137 (2018a/1): 49-61. <https://doi.org/10.3917/ving.137.0049>

Passini, Michela. “La Conférence d'Athènes sur la conservation des monuments d'art et d'histoire (1931) et l'élaboration croisée de la notion de patrimoine de l'humanité”. Em *Le Double Voyage: Paris-Athènes (1919-1939)*, org. Lucile Arnoux-Farnoux e Polina Kosmadaki, 243-252. Atenas: École française d'Athènes, 2018b.

Renoliet, Jean-Jacques. “L'UNESCO oubliée: l'Organisation de Coopération Intellectuelle (1921-1946)”. *60 ans d'histoire de l'UNESCO: Actes du colloque international*, Paris: França, novembro 2005, Paris: UNESCO, 2007, 61-66. Disponível em: <https://unesco.bibliomondo.com/>.

Valéry, Paul. *La crise de l'esprit*. S.l.: Ed. Ouvres Ouverts, 2015.

Recebido: 13 de junho de 2020

Aprovado: 28 de agosto de 2020

La presencia afrodescendiente y la práctica jurídica en Lima y México en el siglo XVII

A presença afro-descendente e a prática legal em Lima e México no século XVII

The Afrodescendant Presence and the Legal Practice in Lima and Mexico in the 17th Century

*Yobani Maikel Gonzales Jauregui**
<https://orcid.org/0000-0003-2847-5641>

RESUMEN: En el presente trabajo analizaremos la legislación canónica que nació en la América española durante el período colonial. En el primer espacio su nacimiento fue a las pocas décadas de instalado el dominio español, teniendo una clara influencia del Concilio de Trento y de las diversas realidades de los espacios americanos donde la Iglesia convocó y promulgó constituciones provinciales o sinodales. De esta forma, las nuevas relaciones humanas fueron legisladas, otorgándose derechos espirituales a la población esclavizada, utilizando la excomunión como elemento de castigo contra los amos infractores. Es decir, desde el primer siglo de dominio colonial la Iglesia amparo jurídicamente a los esclavizados. Este derecho fue usado de forma recurrente por los esclavizados desde el período colonial temprano, así lo demuestran los diversos procesos judiciales de Lima y Nueva España. Sin lugar a duda, la ciudad jugó un rol fundamental en el aprendizaje del derecho canónico esclavista, porque permitió a los esclavizados no solo interactuar con las fuentes del derecho, sino utilizar la escritura para buscar mejoras en su condición.

Palabras clave: Esclavitud. América colonial. Derecho canónico. Matrimonio y familia.

RESUMO: No presente trabalho analisaremos a legislação canônica que nasceu na América Espanhola durante o período colonial. No primeiro espaço seu nascimento foi nas primeiras décadas que o domínio espanhol instalou, tendo uma clara influência do Concilio de Trento e das diversas realidades dos espaços americanos onde a Igreja convocou e promulgou constituições

* Doctor en Historia por la Universidad Federal de Juiz de Fora (UFJF), con una estancia de investigación en la Universidad Pablo de Olavide-Sevilla, noviembre 2018-mayo 2019. Autor del libro “Los esclavos de Lima y su defensa del matrimonio en el siglo XVII” (Lima: Editorial Universitaria de la Universidad Nacional Federico Villarreal, 2019). E-mail: yomaikelgonzalesjauregui@gmail.com

provinciais e sinodais. Desta forma, as novas relações humanas foram legisladas, estabelecendo direitos espirituais para a população escravizada, utilizando a excomunhão como elemento de castigo contra os amos infratores. Isto é, desde o primeiro século do domínio colonial a Igreja amparou juridicamente aos escravizados. Este direito foi usado de forma recorrente pelos escravizados a partir do período colonial inicial, demonstrado pelos diversos processos judiciais de Lima e Nova Espanha. Indubitavelmente a cidade teve um papel fundamental na aprendizagem do direito canônico escravista, pois permitiu aos escravizados não apenas interatuar com as fontes do direito, mas também utilizar a escritura para buscar melhoras na sua condição.

Palavras-chave: Escravidão. América colonial. Direito canônico. Matrimônio e Família.

ABSTRACT: In the present work we will analyze the canonical legislation that was born in the Spanish America during the colonial period. In the first colonial site, this legislation started a few decades after the settlement of the Spanish domain, having a notorious influence from the Council of Trent and the different American sites where the Church created and promulgated synodal and provincial constitutions. In this way, the new human relations were legislated, providing the slaves with spiritual rights and using the excommunication as an element of punishment against the offending masters. In other words, since the first century of the colonial domain, the Church lawfully protected the slaves. This right was recurrently used by the slaves since the early colonial period, something that is stated in the different judicial processes of Lima and New Spain. There is no doubt that the city got a fundamental role in the learning of the enslaving canon law, as it allowed the slaves not only to interact with the law sources but also to use writing in order to seek improvements in their condition. In the case of the Portuguese America, the canon law arrived late and, as well as the case of Cuba, another plantation economy, the Church did not fight against the stately property.

Keywords: Slavery. Colonial America. Canon Law. Marriage. Family.

Cómo citar este artículo:

Jauregui, Yobani Maikel Gonzales. “La presencia afrodescendiente y la práctica jurídica en Lima y México en el siglo XVII”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 2 (2020): 314-341.

Introducción

En las siguientes líneas nos proponemos realizar un estudio sobre los discursos religiosos acerca de los derechos sacramentales de la población esclavizada — principalmente, el matrimonio —, los espacios físicos donde operaban dichos discursos religiosos y cómo impactaban en los amos y esclavizados tanto en Lima y México durante el periodo colonial. Para este propósito, hemos

recogido la propuesta de Stuart Schwartz, quien afirma que el matrimonio de esclavizados engloba cuatro elementos interconectados: las normas legales y canónicas del matrimonio, la realidad de la sociedad, las actitudes y acciones de los señores, y las percepciones y actuación de los cautivos (Schwartz 1988, 314). A esta propuesta debemos incluir la importancia de los jueces, quienes tuvieron la disposición de aceptar las demandas de los esclavizados. De esta forma, afirmamos que la dinámica jurídica fue organizada entre los demandantes y los jueces que reconocieron la personalidad jurídica de la población esclavizada.

En resumen, proponemos dos líneas de investigación. La primera está relacionada con la historia del derecho canónico esclavista que nació en la América colonial, que tuvo una gran vinculación con el Concilio de Trento, pero que a su vez posee las especificidades propias del espacio americano. Esta propuesta nos permite cuestionar el excesivo protagonismo que han tenido las Siete Partidas del rey Alfonso X que, durante mucho tiempo, habían sido consideradas la base del derecho esclavista. La segunda propuesta está identificada con la justicia eclesiástica y cómo se desempeñaba en los diversos espacios coloniales. Tanto en Lima como en México, los hombres esclavizados utilizaron la legislación canónica para denunciar el abuso de sus amos con relativo éxito, siendo sus denuncias acogidas por el Tribunal Eclesiástico.

Esto se explicaría, desde la perspectiva de Giovanni Levi (2000), por la idea de justicia equitativa presente en las monarquías ibéricas. De esta forma, tenemos una base legal que actúa en un espacio donde la presencia de la Iglesia era central, consiguiendo el conocimiento y la expansión de sus preceptos entre los grupos de amos y esclavizados. Es, justamente, este proceso de conocimiento y expansión del catecismo religioso por parte de los esclavizados que nos interesa investigar entre dos áreas coloniales específicas: Lima y México.

Es así que, el interés de estudiar la ciudad de Lima se basa en dos elementos importantes. El primero es que fue de uno de los espacios coloniales donde la presencia de la Iglesia fue gravitante. Solo en el siglo XVI existieron cuatro concilios provinciales en Lima, en los cuales se tienen disposiciones favorables a la vida espiritual de los esclavizados, además de ser el centro político y económico del virreinato del Perú. El segundo elemento consiste en la presencia de la población esclavizada, ya desde fines del siglo XVI y, sobre todo, en el siglo XVII, la ciudad de Lima se convirtió en una ciudad negra: los esclavizados, libertos y demás castas fueron los grupos predominantes en la ciudad capital.

Nuestro segundo espacio colonial es la ciudad de México en el virreinato de Nueva España. Aquí la presencia afrodescendiente revistió mayor importancia que en Lima, lo que generó reacciones negativas como el conocido temor a la plebe. Un solo rumor generó una feroz represión

contra la comunidad afrodescendiente. Si revisamos los números, la población negra en ciudad de México, en 1570, era de aproximadamente 12 mil personas, superando a la de Lima. Sin embargo, lo que alarmaba a los españoles era el desmedido número de afro-mestizos que, para 1646, eran más de 43 mil individuos. Sumados a los negros, llegaban a los 63 mil afrodescendientes. Pero no solo este tema preocupaba a las autoridades, sino las vinculaciones con la gran población indígena que, en esta misma fecha, sobrepasaba el millón de individuos (Aguirre Beltrán 1972, 219). Numéricamente era abrumadora la presencia de la plebe, y una posible rebelión estaba latente.

En este espacio también nació una legislación canónica que buscaba formar una sociedad esclavista y cristiana. El Tercer Concilio Provincial Mexicano de 1585 fue el que recogió la propuesta planteada por su par limeño, señalando que los esclavizados casados no podían ser vendidos “en parajes tan distantes, que sea verosímil que no se podrán cohabitar con sus mujeres por largo tiempo. Y se deja a la decisión del ordinario, qué tiempo se ha de reputar largo” (Martínez 2014, 224). Además, recalca que tenían derecho a la libre elección conyugal y a la cohabitación, y aquellos amos que violentaran el derecho canónico debían ser excomulgados.

El uso de esta legislación o la práctica jurídica de los esclavizados en torno a sus derechos sacramentales había sido estudiado por María Elena Cortés (2001), quien ubicó demandas de esclavizados contra sus amos. Por ejemplo, cita un caso fechado en 1593 en el que el negro Antón denunció al amo de su esposa Ana ante el provisor fiscal por pretender llevarse a su esposa fuera de la ciudad sin respetar su condición de casada. Si bien la sentencia no fue a favor de Antón, el amo tenía la obligación de regresar a la esclavizada en el tiempo prometido, bajo amenaza de excomunión.

En ese sentido, tenemos un Tribunal Eclesiástico que, al igual que su par limeño, admitió sin problemas las demandas de los esclavizados quienes, en reiteradas oportunidades, obtuvieron victorias jurídicas y lograron mantener unido el matrimonio. Sin lugar a duda, las estrategias matrimoniales que establecían los esclavizados nos permiten pensar que el matrimonio era una oportunidad de protección social no solo al interior del propio hogar conyugal, sino dentro de la casa señorial, así como también una oportunidad de mostrar una adhesión a los valores cristianos.

La presencia de esclavizados en Lima y México colonial

En las siguientes líneas explicaremos por qué nos resulta importante presentar la forma en que fue evolucionando la presencia afrodescendiente en las dos capitales más importantes del dominio español. Creemos que es básico explicar que este crecimiento generó reacciones en ambos

lados, es decir, en los dominadores y dominados. En el primer caso, se tuvieron dos reacciones a destacar, la primera fue un temor permanente a una posible rebelión de esclavizados, generándose en reiteradas oportunidades persecuciones y ajusticiamientos a los integrantes de las diversas comunidades afrodescendientes. La segunda reacción o problema estuvo vinculado a las dificultades para evangelizarlos, para la Iglesia se debían construir más parroquias y exigir a los dueños que envíen a sus esclavizados a misa, desafortunadamente para las autoridades coloniales, eso representaba gastos que no tenían o querían asumir.

Pero, así como hemos podido conocer de estos hechos mediante memoriales enviados a la Corona, también los esclavizados expresaron sus preocupaciones, temores y deseos mediante la escritura que, si bien fue un medio para crear una imagen negativa de las comunidades afrodescendientes, al mismo tiempo, sirvió para que estas defendieran su derecho al bautismo, la libre elección conyugal y la cohabitación. Todo este aprendizaje se concretó por vivir en espacios donde el uso de la escritura fue muy frecuente y la presencia de los esclavizados no se reducía al hogar del amo, sino a todos los espacios de las capitales virreinales. Asimismo, el importante número de afrodescendientes fue vital para que las relaciones con la legislación canónica fueran fluidas, no solo porque aprendían de la importancia de los sacramentos en la catequesis, sino porque existió una trasmisión oral del conocimiento de lo letrado.

Es por ese motivo que consideramos importante presentar la evolución de la población afrodescendiente y cuando señalamos a Lima como ciudad negra, lo hacemos en base a las estadísticas parroquiales que hemos recogido entre 1593 y 1636. Las cifras son variadas y, en algunos casos, poco fidedigna. Sin embargo, por cuestiones de espacio solo presentaremos algunos cuadros que no muestran cómo fue evolucionando esta presencia afrodescendiente en las capitales del virreinato peruano y mexicano. A continuación, las estadísticas de la ciudad de Lima, presentadas en el censo de 1613:

Categoría	Hombres	Mujeres	Total	%
Negros	4.529	5.857	10.386	40.8%
Españoles	5.257	4.359	9.616	37,8
Religiosos	1.194	1.337	2.531	9,9

Indios	1.116	862	1.978	7,8
Mulatos	326	418	744	2,9
Mestizos	97	95	192	0.8
Total	12.519	12.928	25.447	100%

Fig.1: Salinas 1957, 245, “Población de Lima en 1613”.

Lo que se desprende de este censo es que la población afrodescendiente fue mayoritaria respecto a otros grupos. Solo entre negros y mulatos bordeaban el 45% del total de la población. Otro punto para destacar es la presencia mayoritaria de mujeres negras y mulatas al igual que mujeres religiosas. La diferencia entre hombres y mujeres afrodescendientes superaba las mil mujeres. Sin temor a equivocarnos, este grupo de mujeres bien pudo vincularse con los españoles que, a comparación de las mujeres españolas, eran mucho más. Esto explicaría el crecimiento de la población mulata. Por otro lado, el cronista Fray de Buenaventura afirmaba que en los años posteriores se realizaron otros dos padrones, en los cuales consta que existían “más de quatro mil y quinientos humos y vecinos españoles; y más de quarenta mil personas residentes de todas condiciones” (Salinas 1957, 246). Desafortunadamente, solo hemos podido ubicar el censo realizado por el arzobispado de Lima para 1619 y las cifras difieren con las aproximaciones de Fray de Buenaventura. A continuación, el padrón de 1619:

Parroquia	Catedral	Santa Ana	San Sebastián	San Marcelo	Total	%
	Hombres/ Mujeres	Hombres/ Mujeres	Hombres/ Mujeres	Hombres/ Mujeres		
Espanoles	3.563 / 2.069	1.925 / 815	574 / 783	462 / 310	10.501	41.9
Negros	4.260 / 3.604	962 / 1.062	489 / 674	424 / 522	11.997	47.8
Mulatos	251 / 370	109 / 211	110 / 141	34 / 86	1.312	5.2
Indios	543 / 352	99 / 101	63 / 58	40 / 30	1286	5.1

Total	8.617 / 6.395	3.095 / 2.189	1.236 / 1.656	960 / 948	25.096	100
-------	------------------	------------------	------------------	-----------	--------	-----

Fig.2: Archivo General de Indias, Lima 301, “Población de Lima en 1619”.

En la categoría de españoles, las parroquias incluyeron a los mestizos y mestizas, en tanto que en San Marcelo no se especificó la división de género para la población mulata. Hemos utilizado las cifras realizadas por Bowser, la cual está basada en los porcentajes anteriores donde las mulatas representaban el 60% del total de la población de mulatos. Este censo reafirma la idea de que Lima era una ciudad negra, ya que el 53% de la población estaba incluida en las categorías de negro o mulato (Bowser 1977, 408). Un hecho que llama la atención es el descenso de las mujeres negras. Si bien no fue alarmante, es una de las pocas veces que los hombres pasaron a ser la mitad de la población negra. En el caso de la población mulata no existió ninguna modificación, pero casi en todas las parroquias, a excepción de la parroquia de San Sebastián, las mujeres fueron superadas por la presencia masculina. Este es un hecho poco común, porque en los censos de 1613 y 1636 las mujeres superaban sin ningún problema a los hombres. Podría ser que en este censo no se consideraran a las mujeres que vivían en los conventos. Aun así, la diferencia entre hombres y mujeres sobrepasa las 2500 personas.

Nueva España y la presencia afrodescendiente. Del rumor al temor

¿Hasta qué punto tiene asidero la idea de que la presencia africana o afrodescendiente fue mínima en el virreinato de la Nueva España? En este capítulo intentaremos examinar la veracidad de esta idea expresada por Alexander Humboldt, quien afirmó “habiéndose introducido en la Nueva España poquísimos negros, los mestizos componen probablemente los 7/8 de la totalidad de las castas” (Citado por Aguirre Beltrán 1972, 172). Sin duda, esta visión no carecía de fundamento, en el siglo XVIII existieron elementos que ayudaron a la disminución dramática de la población negra, el primero fue el quiebre de la introducción masiva de africanos y el segundo elemento fue, el mestizaje, porque, según el censo de 1742, solo existían en la ciudad de México 1800 negros y 25039 mulatos (Aguirre Beltrán 1972, 221).

Lo que nos revela un porcentaje elevado de afro-mestizos y de esta forma, la presencia negra se fue diluyendo. Este fenómeno era distinto en el siglo XVI, por ejemplo, en una carta enviada a la Corona por el virrey Luis de Velasco en 1553 solicitaba que “no se den tantas licencias para pasar negros, porque hay en esta Nueva España más de veinte mil y van en aumento y tantos podrían ser que pusiesen la tierra en confusión” (Cartas de Indias 1877, 263). Sin embargo, un año

antes el virrey había solicitado comprar cien negros esclavizados para trabajar en las reparaciones del puerto de Veracruz¹. Así lo hizo también el virrey Martín Enríquez en 1579, recibiendo la respuesta positiva de la Corona a su pedido de que ingresen más negros para el trabajo en las minas, porque existió una peste que había diezmado considerablemente la mano de obra esclavizada². En resumen, existía una necesidad de mano de obra sea para trabajar en las construcciones o en las minas, pero al mismo tiempo existía un temor por la creciente y desmedida presencia africana y afrodescendiente.

En su clásico trabajo, Gonzalo Aguirre Beltrán³ nos presenta estadísticas sobre la población negra que desmitifica la idea de su inexistencia en México sobre todo para el siglo XVI y XVII, incluso sobrepasaban a las cifras que hemos presentado para la ciudad de Lima. A continuación, utilizaremos los datos que Germán Latorre presentó en sus relaciones geográficas (1920) y que fueron modificadas por Aguirre Beltrán por la comparación realizada con otras fuentes de la época.

Obispado	México	Tlaxcala	Oaxaca	Michoacán	Nueva Galicia	Yucatán	Chiapas	Total
Española	2.794	900	420	1.000	1.000	350	180	6.644
Africana	11.736	3.728	532	1.955	2.630	293	145	20.569
Indígena	1.310.904	844.828	583.600	94.556	108.360	282.612	112.000	3.336.860
Euro-Mestiza	8.632	944	256	247	530	156	302	11.067
Indo-Mestiza	1.992	100	50	200	75	20		2.437
Afro-Mestiza	2.000	100	50	200	75	10		2.435

¹ Archivo General de Indias. México, 19. De ahora en adelante AGI.

² AGI. México, 1064.

³ Para Vinson y Vaughn el libro de Gonzalo Aguirre Beltrán permitió conocer que la presencia afrodescendiente no solo fue regional, sino que se puede rastrear su presencia en varios espacios del México colonial (Vinson y Vaughn 2004, 54).

Total	1.336.25	850.600	584.908	98.158	112.670	283.441	112.627	3.378.66
	8							2

Fig. 3: Aguirre Beltrán 1972, 210, "Población general de Nueva España en 1570".

Es interesante la presentación de estas cifras porque nos permite visualizar que desde la segunda mitad del siglo XVI la población africana y afrodescendiente estaba creciendo progresivamente, solo en la capital del virreinato existían casi 14 mil personas pertenecientes a estas categorías. Si lo comparamos con las abrumadoras cifras de la población indígena no llegó ni al 1%, en tanto que, en una comparación con el virreinato peruano la población afromexicana era abrumadoramente mayoritaria. Esta importante presencia indígena se va a reducir a menos de la mitad debido a las epidemias como la de matlazáhuatl que alarmó a las autoridades coloniales, quienes escribieron al Rey afirmándole "los indios van faltando tan aprisa, como lo vemos cada día por las tasaciones y aun infiriendo de lo pasado a lo porvenir, se entiende que en breves años se han de acabar estos miserables naturales" (Aguirre Beltrán 1972, 211).

Estas apreciaciones se basaban en datos reales, por ejemplo, en 1569 existían en el arzobispado de México 72471 indígenas que tributaban y a finales del siglo XVI solo se contabilizaron 38161, es decir, casi el 50% de la población fue diezmada, aunque creemos que una parte de ella se fue mixturando. Otro tema que nos parece importante resaltar es la gran presencia de mulatos y negros libres entre 1570 y 1574 había descendido levemente de 2435 a 1992 individuos. Aun así, su presencia era importante, este hecho llevo al Virrey Martín Enríquez a exigir a los amos o dueños de estancias donde se encontraban presentes los mulatos que no permitieran que vivan amancebados, que asistieran a misa y se confiesen, ordenándoles a los dueños de las haciendas que coloquen en un "lugar decente una imagen ante la cual cada domingo y fiesta los hagan juntar y rezar"⁴.

Por otro lado, a inicios del siglo XVII las autoridades peninsulares estaban informadas del gran crecimiento de población afrodescendiente libre y solicitó que las autoridades coloniales tuvieran cautela y buscarán la forma de evitar inconvenientes futuros (Konetzke 1958, 135). Otro testimonio de inicios del siglo XVII fue el elaborado por Antonio Vázquez de Espinosa, quien, en su visita a la ciudad de México, señaló que, "la ciudad contendrá más de 15000 residentes españoles y más de 80000 indios que residen en la ciudad de Santiago de Tlatelolco y además hay más de 50000 negros y mulatos esclavos de los españoles y libres" (Martín 1970, 58).

⁴ AGI. México, 19.

Aparentemente estas cifras presentadas por un testigo como lo fue Vásquez de Espinosa sobre la presencia africana y afro-mestiza no van a ser muy lejanas a las que se presentaron unas décadas más tarde. Lo importante es que se confirmaba la caída demográfica de la población indígena, aunque las cifras que se presentaron solo corresponden a un pueblo, se puede observar que la reducción poblacional es severa, así lo confirma el censo presentado por Juan Diez de la Calle en 1646.

Obispado Categoría	México				Nueva Galicia	Yucatán	Chiapas	Total
	México	Tlaxcala	Oaxaca	Michoacán				
Española	8.000	2.700	600	250	1.450	700	80	13.780
Africana	19.441	5.534	898	3.295	5.180	497	244	35.089
Indígena	600.000	250.000	150.000	35.858	41.378	150.053	42.318	1.269.607
Euro- Mestiza	94.544	170.404	3.952	24.396	19.456	7.676	15.770	168.568
Indo- Mestiza	43.190	16.841	4.005	13.854	13.854	8.603	1.482	109.042
Afro- Mestiza	43.373	17.381	4.712	20.185	13.778	15.770	1.330	116.529
Total	808.584	462.860	164.167	97.838	95.096	183.299	61.224	1.873.068

Fig.4: Aguirre Beltrán, 1972, 219, “Población general de Nueva España en 1646”.

Como se puede observar, la presencia afrodescendiente en la ciudad de México fue más representativa que la peruana, siendo 50% más que la registrada en Lima para 1636. En tanto, la población afro-mestiza no tiene comparación, en la Ciudad de los Reyes su presencia fue ínfima. Por otro lado, intuimos que gran parte de este sector mestizo era producto de matrimonios entre hombre negro y mujer indígena. Por lo tanto, eran hombres libres, ensanchando la base tributaria, pero a su vez generando un problema para las autoridades coloniales que no podían colocar límites a la interacción humana. Desafortunadamente los censos que hemos presentado no tienen

divididos a hombres y mujeres, algo que nos permitiría entender por qué existía esta fuerte vinculación entre hombre negro y mujer indígena. No dudamos que sea importante que los hijos nacieran libres, pero suponemos que deben existir otros factores. Por último, se puede observar que existió una caída de más del 50% de población indígena respecto al censo de 1570. Sin embargo, también es cierto que en este período empezará un crecimiento moderado.

Asimismo, esta importante presencia africana y afrodescendiente generó al igual que en el caso de Lima dos problemas, el primero era un permanente temor a una rebelión, no solo esclavizada sino multiétnica y segundo, los problemas para tener una doctrina eficaz. En torno al primer punto, este hecho se presentó en fechas muy tempranas, así lo expresaba el virrey Luis de Velasco en una carta enviada a la Corona en 1552 “los negros son de temer, son tantos que no basta corrección ni castigo ni hacer en ellos ordinaria justicia⁵”. Como se ha demostrado en otros documentos, el pedido del virrey era cerrar el tráfico negrero hacia la Nueva España, insistiendo que los negros cometían muchos excesos y que había comenzado a hacer justicia mandando a prender a los facinerosos, reduciéndose considerablemente los delitos.

Los Concilios Limenses y la práctica jurídica en Lima colonial

Las investigaciones sobre el derecho y su relación con la esclavitud han sido revitalizadas en los últimos años. La idea de que el derecho fue el brazo extendido del poder dominante o que simplemente reflejaba la estructura socioeconómica de la elite ha sido desvirtuada. Ahora se puede apreciar que, lejos de ser un campo estático, fue un espacio institucional donde se observan los diversos conflictos sociales, políticos y económicos. Por ejemplo, Keila Grinberg afirma que “nos últimos anos, estudaram as formas pelas quais o direito simultaneamente contribuiu para perpetuar o poder de proprietários sobre seus escravos e serviu como base a partir da qual escravos e libertos conseguiram desafiar este poder de seus senhores” (Grinberg 2004, 218).

Es en esta línea que nuestro trabajo intenta presentar cómo la legislación canónica, al ser llevada a la práctica, se transformaba en un espacio donde el poder era cuestionado a través de guerras microscópicas, y cómo se estableció una lucha entre los amos y los esclavizados por la hegemonía discursiva. De esta forma, revaloramos las fuentes canónicas del derecho indiano (Concilios Provinciales y Sínodos Católicos) que habían sido relegadas por los textos reales, ya sean las Partidas castellanas o las Cédulas emitidas por la Corona. Creemos que este derecho nacido en

⁵ AGI. México, 19.

las Indias contiene las peculiaridades propias del espacio americano, siendo la Iglesia el ente que rescató estas particularidades y las plasmó en sus diversos documentos jurídicos.

En la ciudad de Lima durante los años de 1551, 1567, 1583 y 1591 se organizaron 4 concilios católicos. El fin central de estas congregaciones del clero era establecer un control sobre la vida libre de los habitantes de esta parte del Nuevo Mundo, ningún estamento de la sociedad podía quedar fuera de su control, su lógica de formar una sociedad católica donde todos los seres humanos fueran incluidos, no se contradecía con el orden social jerárquico de la fundada sociedad colonial. Por el contrario, se fortalecían las diferencias entre los individuos, si bien podría tener acceso a los sacramentos, como el bautizo, matrimonio, penitencia, entre otros.

En ese sentido, Paulino Castañeda señala que el acceso de negros e indígenas a los sacramentos no fue automático, sino progresivo, por ejemplo, en el primer Concilio de Lima de 1551, se admitió que solo podían acceder a tres sacramentos bautismo, penitencia y matrimonio. Posteriormente, en el segundo Concilio de 1567, se permitió que realizaran la confirmación y la eucaristía (Castañeda 2008, 29-39). Esto solo era un reconocimiento a su condición humana mas no existía la idea de una sociedad igualitaria, tanto indígenas como negros libres o esclavizados quedaban fuera de la función sacerdotal. Aun así y sin pretenderlo, la legislación canónica emanada de los Concilios Católicos sirvió como base legal para cuestionar el poder mal ejercido de los amos en Lima colonial.

También es cierto lo que señala Berta Ares, que las menciones a los negros fueron en solo unos cuantos capítulos (Ares 2012, 470), principalmente en la doctrina y administración de los sacramentos. Aun así, es entendible que los esfuerzos de la Corona se hayan centrado más en la población indígena, pero ello no quiere decir que los pocos capítulos que hablan sobre la población negra no hayan sido vitales en su formación cristiana. Es así que podemos afirmar que los Concilios Limenses regularon la vida espiritual de los esclavizados en el mundo colonial de la ciudad de Lima, significando este hecho, su reconocimiento como seres humanos que tenían derechos sacramentales, siendo el bautismo el primer contacto con la fe cristiana, la cual se fortalecía en la catequesis diaria que recibían los diversos grupos de la sociedad colonial.

Por eso creemos, que el éxito de la legislación canónica que favorecía a los esclavizados tiene su punto fuerte en la catequesis, por ejemplo, desde el Primer Concilio, realizado el año de 1551, se obligaba a los amos a enviar a sus negros esclavizados a recibir doctrina en la iglesia los domingos, los días de fiesta y en las tardes después del horario de almuerzo:

Estatuimos y mandamos que todos los domingos en nuestra iglesia catedral y en todas las demás catedrales y parroquiales de todo nuestro Arzobispado e Provincia los curas requieran y amonesten

a sus parroquianos que envíen sus hijos, indios e indias y negros de servicio a la iglesia ser informados en las cosas de nuestra santa fe (Vargas Ugarte 1951, 44).

Por este hecho, discrepamos que con la idea que fueron Las Siete Partidas de Alfonso X la base legal que reguló la esclavitud en los reinos de ultramar. Si bien Las Partidas no pueden ser excluidas del ordenamiento jurídico colonial, fue la legislación canónica la que estuvo más vinculada a la sociedad colonial. Primero porque fueron emanadas desde los centros coloniales, sea Nueva España o Lima, y segundo, porque fueron permanentemente expuestas por los sacerdotes en la catequesis diaria. Es decir, Las Partidas fueron una base jurídica muy alejada de la sociedad no letrada, en tanto que, los documentos conciliares fueron divulgados cotidianamente a indígenas, negros libres o esclavizados. Además, que fueron adaptados a la realidad local como lo expresó Rubén Vargas Ugarte al señalar que el Primer Concilio de Lima encerraba algo peculiar y con eso salía al paso a las dificultades que ofrecía la evangelización en América (Vargas Ugarte 1951, 12).

Por otro lado, desde el Segundo Concilio realizado en 1567-1568, se reiteró a los amos que sus esclavizados debían guardar los días de fiesta, como también recitar el credo y las oraciones todos los días en la iglesia; la misión del amo debía ser que su esclavizado se convirtiera en buen cristiano. Los amos que desobedecieran esta obligación debían ser multados con medio peso por cada esclavizado que faltara a misa. Para ello se debía registrar al esclavizado y así llevar un mejor control de su asistencia. También se recogió por primera vez el tema del matrimonio, señalando que los amos incurrieran en excomunión al estorbar la libre elección de sus esclavizados o custodiar a las mujeres manteniéndolas en el servicio doméstico alejándolas del matrimonio

Como el concilio tridentino declara por excomulgados por el mismo hecho a todos aquellos que a sus súbditos compelen a casarse contra su voluntad, así también este sínodo provincial determina y declara yncurren en excomunión todos aquellos que contra la voluntad del matrimonio estorvan a los esclavos (Vargas Ugarte 1951, 227).

Esta parte es importante porque, según el documento conciliar, la Iglesia de Lima se estaba adecuando a los lineamientos establecidos por el Concilio de Trento que, si bien no conocía la realidad del Nuevo Mundo, tenía experiencia en relaciones serviles. Por ese motivo, sancionaba que todas las personas cristianas tenían derecho a casarse libremente e incluso castigaba con la excomunión. Por último, algo que nos ha dejado sorprendidos es que ya desde 1572 se informaba a la Corona de los problemas que se tenían con los esclavizados casados, así lo expresó Diego de Robles:

Así mesmo padecen gran trabajo los moradores destes reinos con los esclavos negros que tienen de servicio y es que en queriendo sacar el amo al esclavo de una ciudad para otra el esclavo o esclava sale diciendo que el se quiere casar con el que esta. . . . o con otro cualquiera y que lo tiene así tratado y concertado y para que no se case lo sacan de la ciudad y los quieren llevar fuera de ella y alegan

que de impedirselo es ir contra el Santo Concilio el qual es y habla general de libre elección de personas y así viene a proveer sobre ellos que los deje casar” (AGI. Audiencia de Lima, 270).

En este informe tenemos la antesala de lo que sucederá décadas después cuando el Tercer Concilio Límense insista en castigar a los amos infractores. Por otro lado, resulta interesante saber que los esclavizados eran conocedores de la legislación canónica que los facultaba a casarse libremente sin autorización de sus amos y que una vez casados no pueden ser vendidos en otros espacios. Asimismo, queda claro que el matrimonio se va convirtiendo en una estrategia que buscaba limitar el poder de los amos sobre su propiedad. El Tercer Concilio Límense es el que detalla con más precisión el tema matrimonial de los esclavizados, al señalar que los amos no tenía ningún derecho a oponerse a la libre elección matrimonial, en ese sentido no estaba permitido que:

Los esclavos y morenos, que quieren casarse, o están casados, no sean impedidos de sus amos de contraer, ni usar de matrimonio, ni los esclavos ya casados se embien o lleven o vendan en partes donde por fuerza han de estar ausentes de sus maridos, o mugeres ... que no es justo que la ley del matrimonio, que es natural se derogue por la ley de servidumbre, que es humana (Vargas Ugarte 1951, 338).

La ley de servidumbre era humana, señala la última parte de la disposición, reafirmando la importancia de lo espiritual sobre las instituciones del hombre, siendo este argumento la principal arma de los hombres esclavizados contra el abuso de poder de sus amos. Sin embargo, como señaló Rubén Vargas Ugarte, este Tercer Concilio no renovó la censura de la excomunión y se limitó a advertir “que la ley de la esclavitud no podía derogar el derecho natural de todo hombre de tomar por esposa a quien le complaciere” (Vargas Ugarte 1951, 92). A pesar de la exhortación el problema no se desarraigó y como señala Vargas Ugarte, “por mucho tiempo los tribunales eclesiásticos tenían que atender los recursos que interponían los pobres esclavos a quienes sus dueños separaban violentamente del lado de sus mujeres o impedían casi de un modo constante la cohabitación” (Vargas Ugarte 1951, 92).

Sin embargo, el camino para que la Iglesia consiguiera su objetivo de modelar una sociedad cristiana no fue fácil, luego del Tercer Concilio Límense, específicamente en abril de 1584, la Corona recibió de parte de los miembros del cabildo de Lima, un extenso memorial donde se cuestionaban varios de los capítulos aprobados en el concilio, entre ellos el referido al matrimonio de esclavizados y la imposibilidad de venta de personas casadas:

Muchos esclavos y esclavas se casan contra la voluntad de sus señores sin saberlo y aunque al tal señor le suceda ... ocasión necesaria o voluntad de vender a tal esclavo o esclava no se le depara la justicia eclesiástica vender ni avalar de que resulta que entendido esto por el tal esclavo o esclava toman mucha soberbia y osadía y desvergüenza contra sus amos y desacato contra ellos y les ponen pleytos y les sirven mal y asimismo los maridos continúan a diversos tiempos y vías indecentes acudir a casa de los señores de las dichas esclavas sus mujeres a dormir con ellas y sino les abren las puertas se desvergüenzan a decir que entraran por las ventanas y paredes (AGI. Lima, 300).

Este testimonio nos permite pensar que ya era común antes del Tercer Concilio Límense que los esclavizados de Lima se casaran sin autorización de sus amos y que protestaran por su derecho a la cohabitación, denunciando a los amos infractores. Sin duda alguna, la prédica religiosa jugó un rol básico en este proceso de conocer la libre elección conyugal y la indisolubilidad del matrimonio.

Creemos que la base de esta prédica fue el Concilio de Trento y principalmente el Segundo Concilio Límense y al volverse una costumbre estas prácticas de casarse libremente, el Tercer Concilio Provincial de Lima de 1583 lo tuvo que incluir de forma más extensa y específica. Aunque no hemos encontrado ninguna demanda anterior a 1593, esto no descalifica la palabra de los amos que afirmaban que los esclavizados les *ponen pleytos* y trabajaban de mala gana y este último punto jugará a favor de los esclavizados porque los amos tendrán que aceptar los matrimonios si querían evitarse problemas judiciales y desgano en el trabajo. De esta forma el matrimonio también cumplía una función de control social.

En ese sentido, reiteramos que todas las disposiciones a favor de los esclavizados fueron conocidas a través de la prédica religiosa, en la catequesis o en las misas y gracias a ello, pudieron conocer que el derecho al matrimonio era un derecho inalienable a su condición humana. Las demandas en el Tribunal Eclesiástico refuerzan nuestra posición, por ejemplo, en 1598 Gerónima Biafara, esposa del esclavizado Diego de León, demandó al amo de su esposo. Ella solicitaba al juez eclesiástico que no se permitiera que lo traslade fuera de la ciudad. Para tal fin, el susodicho “lo tiene preso y escondido por ello pido y suplico se le notifique que no saque al dicho mi marido fuera de esta ciudad, sino que nos deje hacer vida maridable⁶”. La primera reacción del Tribunal Eclesiástico fue notificar al amo para que no colocara límites a la vida conyugal de su esclavizado, que era importante el mantenimiento del sacramento matrimonial.

Las notificaciones efectuadas por la Iglesia eran de suma importancia, porque revelaban el valor que la institución eclesiástica asignaba a la palabra del esclavizado y la defensa cerrada de la institución matrimonial, porque sin tener la respuesta del amo, la Iglesia intentaba restringir la capacidad de acción del amo sobre su propiedad a fin de evitar la ruptura matrimonial. Pero a pesar de las limitaciones impuestas por la Iglesia, los amos buscaban los mecanismos para disponer libremente de su propiedad. Por ejemplo, siguiendo con la demanda, el amo de Diego de León decidió venderlo en pleno proceso judicial. De esta forma, se deshacía de un esclavizado problemático, trasladando la demanda al nuevo amo, quien solicitó permiso para trasladar a su

⁶ Archivo Arzobispal de Lima. Causas de negros. Leg. I. Exp.3. Año 1598. De ahora en adelante AAL.

esclavizado. Las autoridades eclesiásticas accedieron a la petición del amo, pero solo le otorgaban permiso por seis meses “los cuales corran desde oy, bolbera el dicho esclavo a esta ciudad para que faga vida maridable con la dicha Geronima Biafara... de no hacerlo el tal fiador pagara trescientos pesos corrientes para que a costa dellos para la dicha negra donde quiera que este⁷”.

Este último punto es importante porque, si bien la Iglesia permitió al amo llevarse al esclavizado fuera de la ciudad, limitó el tiempo que debía estar fuera del hogar conyugal. En caso de que el amo no cumpliera con traer de regreso a Diego de León en el plazo establecido, deberá pagar una fianza. Además de comprar a la esposa y así mantener unido el matrimonio, tal como lo tenía concebido la legislación eclesiástica. En varios de los documentos revisados en el Archivo Arzobispal de Lima es muy común encontrar la amenaza de excomunión a los amos que no respetasen la vida de casados de los hombres esclavizados.

Por ejemplo, en febrero de 1621, Francisca Bran demandó al ama de su esposo, Pedro Bran, quien había sido enviado al puerto del Callao con la finalidad de trasladarlo a la ciudad de Arica. Ante este hecho, el Tribunal Eclesiástico notificó al vicario del Callao que no permitiera que el esclavizado Pedro Bran fuera enviado a otra ciudad y quien intentase llevárselo sea censurado como correspondía. Sin embargo, Isabel Vilicia hizo caso omiso al pedido del tribunal y lo envió al puerto de Arica, hecho que generó la protesta airada de Francisca Bran. Ante este desacato a su autoridad, la Iglesia excomulgó a Isabel, lo que motivó una posterior declaración de la condenada:

Digo que aviendo enviado al dicho negro a la dicha ciudad de Arica por librarse de la justicia respecto de las inquietudes que tenía sacado de la carcel tres veces... (Por lo tanto, pido) rebocar el dicho auto (de excomunión) porque no tuve malicia en aver enviado al dicho negro... que si necesario es estoy puesta desde luego absolver al dicho negro dentro de un año y medio (AAL. Causas de negros. Leg. IV. Exp. 12. Año 1621).

Isabel Vilicia no tuvo más alternativa que acceder a los requerimientos del Tribunal Eclesiástico, aunque inicialmente opuso férrea resistencia, llegando a solicitar que su caso fuese enviado para el cabildo de Huamanga. Al final decidió regresar al esclavizado Pedro Bran a la ciudad de Lima para que hiciera vida maridable con su esposa y no solo eso, se comprometió a comprar a Francisca para mantener el matrimonio unido. Es decir, la presión social de la excomunión hacía cambiar de parecer a los amos más reacios a respetar la vida espiritual de sus esclavizados. Otro caso del año de 1652 tiene como personaje a Benito García, amo de Lucía Angola, quien solicita permiso al Tribunal Eclesiástico para trasladarla hacía la ciudad de Arica, argumentando que:

Ha venido a mi noticia se a notificado auto a la panaderia por mandado de vuestra merced que no se me de a la dicha negra a pedimento del dicho su marido en lo qual e sido agraviado pues caso negado que no hubiese de volver estoy presto a dexar la dicha negra con su amo, y me de otra que

⁷ Archivo Arzobispal de Lima. Causas de negros. Leg. I. Exp.3. Año 1598. De ahora en adelante AAL.

me sirva en precio y trueque della pues no tengo quien me sirva ni sirva a mis hijos y el casamiento hubo sin licencia ni permiso mio, y no debe perjudicarme (AAL. Causas de negros. Leg. XII. Exp. 3. Año. 1652).

El Tribunal Eclesiástico accedió a la solicitud del amo, desafortunadamente el amo no cumplió con el acuerdo, siendo demandado por Matheo Anchico, esposo de Lucía, quien señaló que “a tiempo de año y medio que llevo a la dicha mi mujer y no trata de devolverla en grave perjuicio del santo sacramento del matrimonio⁸”. A pesar del pedido, el amo hizo caso omiso a la demanda de Matheo, pasando 3 años sin que Lucía consiguiera realizar su vida conyugal. En uno de los viajes a Lima de Benito García, Matheo Anchico solicitó al Tribunal Eclesiástico, que no permitiera salir de la ciudad al amo de su esposa hasta que la regresara a la ciudad, solicitando que sea excomulgado por atentar contra la institución matrimonial. De esta forma, el juez provisor notificó a Benito García ordenándole que el:

Dicho Benito Garcia no salga desta ciudad en manera alguna hasta tanto que haya traído a ella a la dicha Lucia Angola para que haga vida maridable con el dicho Mateo Anchico su marido y que lo cumpla en virtud de santa obediencia y so pena de excomuni3n mayor la sentencia canonica. Premisa en ipso facto y con citaci3n para la tablilla y así lo proveyó y firmo (AAL. Causas de negros. Leg. XII. Exp. 3. Año. 1652).

El incumplimiento de la palabra otorgada era mal vista por las autoridades eclesiásticas, que no tuvieron mayor opción de negarle la salida de la ciudad a Benito García hasta que trajera de vuelta a Lucía, teniendo como amenaza la posibilidad de una excomuni3n por impedir la libre cohabitaci3n matrimonial. En 1676 Joan de Omonte demandó a José Carrillo, amo de su esposa Dominga de la Cruz, porque la han “llevado a embarcar para el puerto de Arica a la dicha mi muger y está en el puerto del callao, a donde la han enviado y esta para salir el navío para dicho puerto⁹”. El Tribunal Eclesiástico ordenó al amo José Carrillo y al capitán del navío que no se llevaran fuera de la ciudad a la esposa de Joan Omonte, bajo la amenaza de excomulgarlos. Sin embargo, estos personajes omiten la amenaza de la Iglesia, hecho que obtiene la respuesta del tribunal “por incursos en dicha censura y mando sean puestos en la tablilla por públicos excomulgados y se despachen declaratorias en forma y se les notificase el auto para que se abstengan de la comunicaci3n con los fieles¹⁰”.

La excomuni3n era sin duda un elemento muy eficaz contra el abuso de los amos y varios de ellos fueron castigados de esta forma. Por otro lado, después de producido el Concilio de Trento (1545-1563) este alcanzó al poco tiempo un fuerte impacto en las colonias de España en América,

⁸ AAL. Causas de negros. Leg. XII. Exp. 3. Año. 1652.

⁹ AAL. Causa de negros. Leg. XVIII. Exp.31. Año 1676.

¹⁰ AAL. Causa de negros. Leg. XVIII. Exp.31. Año 1676.

influyendo de forma gravitante en los concilios católicos, tanto en Nueva España y Lima, destacando principalmente los realizados en la década de 1580, que plasmaron en sus conclusiones el ideario de Trento respecto al matrimonio, considerando que era indisoluble y que debía existir libertad de elección de los cónyuges. Además, en el caso que alguien impidiese la libre cohabitación matrimonial o no permitiese el matrimonio, era excomulgado inmediatamente. Las colonias americanas al adecuar estos preceptos lo hicieron de acuerdo con sus realidades, en las colonias españolas, la adecuación debió tener en cuenta a la gran población indígena y a la presencia afrodescendiente.

En la América española, la Iglesia amenazó con la excomunión a los amos infractores lo que motivó que aún los amos más reacios acataran las normativas de los concilios católicos. Jean Pierre Tardieu afirma que la excomunión fue inspirada en las leyes del Concilio de Trento “los textos de Trento amenazaban con excomunión “*ipso facto*” a todo aquél que obligara a los individuos sujetos a su autoridad a contraer matrimonio en contra de su voluntad”. (Tardieu 1997, 369). Existiendo dos tipos de excomunión, la *ferendae sententiae*, que se imponía al sentenciado solo después del proceso, cuando era sentenciado formalmente. En tanto, la excomunión *latae sententiae*, era *ipso facto*, operando automáticamente siguiendo fielmente el texto canónico, donde se prohibía la comunicación con los fieles, participar en los sacramentos y era inhabilitado en los oficios (Martínez 1987, 44). Este último tipo de excomunión era considerada como mayor y fue de uso común por los jueces eclesiásticos contra los amos infractores. De esta forma, la Iglesia americana ejerció un poder coactivo en la sociedad colonial en Lima y México, buscando mantener la fe y las buenas costumbres.

Hemos encontrado varios casos donde se hizo efectiva esta sanción. Pero, ¿qué significaba la excomunión? En una sociedad marcada por la presencia de la Iglesia, el no permitir asistir a misa, comulgar y que su nombre estuviera en la puerta principal de la Iglesia, era simplemente la muerte social. De esta forma, la excomunión representaba una pena canónica por una falta considerada grave. Por ese motivo, los amos tuvieron que obedecer las disposiciones de la Iglesia a favor de los esclavos, incluso si impedían la asistencia a misa también eran castigados con la excomunión. El estructurar una legislación que otorgaba derechos a los esclavizados, nos muestra el interés de parte de las autoridades de establecer una sociedad esclavista y católica a la vez, desde las primeras décadas de dominación colonial. Una legislación donde se reconocía la humanidad del hombre que había sido despojado de su libertad, reconociéndole derechos mínimos y defendiéndolo de los abusos de los amos.

Los Concilios Provinciales Mexicanos y la práctica jurídica en México

En el siglo XVI en el virreinato de Nueva España se llevaron a cabo 3 Concilios Provinciales, en los años de 1555, 1565 y 1585, en estas reuniones de la Iglesia novohispana se establecieron los lineamientos de la sociedad católica que se deseaba formar, aunque los dos primeros no tenían una influencia clara de Trento. El primer concilio fue convocado por el segundo arzobispo de México, fray Alonso de Montúfar en 1555, asistiendo los obispos de Michoacán, Antequera-Oaxaca, Tlaxcala y Chiapas. Para este concilio era importante que los feligreses fueran adoctrinados en las verdades de la fe de memoria y para ese propósito se redactaron y uniformizaron los catecismos, siendo su principal preocupación la evangelización de la población indígena. Respecto a la población africana y afrodescendiente, este concilio determinó que:

Los adultos que se quieren convertir a nuestra santa fe católica, así de los indios gentiles naturales de la tierra, como de los negros de Guinea y otras sectas que a esta Nueva España concurren, no son instruidos suficientemente en las cosas que han de creer antes de ser bautizados ... antes sin saber los negros y los demás nuestra lengua, ni entender bien lo que hacen, se les da el sacramento del bautismo (Martínez 2014, 6).

Las diversas denuncias sobre los bautismos sumarios que se hacían en los puertos de embarque preocupaban a la Iglesia. Por lo tanto, exigió que los negros tuvieran un conocimiento mínimo en la doctrina católica. Además, conminaba a los amos a dejar que sus esclavizados asistieran a misa los días de fiesta y los domingos, amenazándolos con censurarlos. El Segundo Concilio Provincial Mexicano fue realizado en 1565, tuvo como principal tarea aplicar en el virreinato de Nueva España lo acordado en el Concilio de Trento, siendo la primera vez que se imponían penas como la excomunión para los transgresores de la ley canónica. En el caso de la población negra, este concilio solo tendrá una pequeña referencia a ellos, como siempre su principal foco de preocupación fueron los indígenas. En el caso del segundo concilio de Lima, este ya castigaba a los amos que atentaban contra el sacramento del matrimonio, debemos tener en cuenta que el concilio peruano fue dos años después, por lo tanto, el Concilio de Trento fue aplicado con más rigurosidad.

El Tercer Concilio Provincial Mexicano fue realizado en 1585 y fue convocado por el arzobispo Pedro de Moya, asistiendo los obispos de Guatemala, Michoacán, Tlaxcala, Yucatán, Guadalajara y Antequera-Oaxaca. Su base fue el Concilio de Trento y el III Concilio Límense de 1582-1583 y respecto a la población esclavizada, mandó que los esclavizados infieles no trabajen en las minas sin ser bautizados e insistió que no sean bautizados sin tener nociones de la fe católica. Además, multaba a los amos con cuatro pesos sin descuidaban la confesión de sus esclavizados. Por último, en el caso del matrimonio dispuso que “ningún español obligue a indio o esclavo alguno

a contraer matrimonio; ni por fuerza les impida el casarse libremente a su gusto con quien quiera, bajo pena de excomunión” (Martínez 2014, 224).

A diferencia de los concilios de Lima, los realizados en México, sobre todo los dos primeros, tratan de forma muy tangencial y sin capítulos explícitos a la población afrodescendiente. Esto sin duda, llama nuestra atención, teniendo en cuenta que el censo de 1570 da cuenta de una gran presencia de negros y de un permanente mestizaje. En el Tercer Concilio, si bien aparecen algunos capítulos a favor de los esclavizados, es evidente que la gran preocupación siempre fueron los indígenas. Aunque tenemos que destacar la influencia que tuvo el Concilio Límense sobre su par mexicano y en la implementación de la excomunión como castigo contra los amos infractores.

Los matrimonios de esclavizados en Nueva España

Tanto en el Perú como la Nueva España el matrimonio de esclavizados estuvo protegido por la Iglesia católica, en el caso de los dos espacios coloniales fueron el Segundo y Tercer Concilio Límense (1582-1583) y el Tercer Concilio Provincial Mexicano (1585) los que enfatizaron la importancia de la institución matrimonial e impuso penas de excomunión para los amos infractores. En su clásico libro sobre la población negra en México, Gonzalo Aguirre Beltrán, explicó que fueron las Siete Partidas las que concedieron al esclavizado el derecho al matrimonio sin necesidad de contar con la autorización del amo. Sin embargo, resulta importante el papel que le otorgó a la Iglesia y al Tercer Concilio en este tema, señalando que, “la intervención de la Iglesia en el casamiento de los esclavos negros tuvo... un efecto beneficios pues pugnaba por la liberalidad de las normas españolas antiguas. Afirmó el derecho del negro a la vida conyugal” (Aguirre Beltrán 1972, 250).

Es evidente que Gonzalo Aguirre Beltrán invisibiliza la gran influencia que tuvo el Concilio de Trento en este proceso, aunque destacó que los amos no facilitarían estos matrimonios, protestando contra las disposiciones del concilio mexicano, que menoscababa su autoridad frente a los esclavizados. Y si bien sus cuestionamientos ante lo dispuesto por la Iglesia no tuvieron el efecto deseado, ensayaron otras opciones como obligar a casarse a los esclavizados contra su voluntad, algo que era penado con la excomunión. Es así que, Aguirre Beltrán termina afirmando que estos hechos se comprueban con las numerosas demandas ubicadas en el Archivo General de la Nación de México. Por último, nuestro autor reafirmó la importancia de la cohabitación y el papel de la Iglesia, citando una sentencia del Tribunal Eclesiástico sobre el tema “que mandaba y manda deje hacer vida maridable a la dicha su esclava con Bartolomé negro su marido, los sábados

en las noches, como tiene obligación (Aguirre Beltrán 1972, 250). Desafortunadamente, muy pocos trabajos siguieron esta línea de investigación, siendo los más importantes, los realizados por María Elena Cortés, quien intenta explicar la importancia de la ley canónica y la práctica jurídica de los esclavizados en Nueva España.

Uno de los primeros trabajos que hemos revisado fue un estudio de caso sobre un mulato esclavizado llamado Diego Jurado, alias Diego Rincón, quien fue procesado por el Tribunal de la Santa Inquisición por bigamia en el siglo XVIII. En este trabajo la autora explora las dificultades del matrimonio esclavizado

La vida familiar y sexual del esclavo-como la de todos los habitantes novohispanos- estaba regida por las normas del matrimonio católico, pero su estatus le impedía apegarse a ese patrón. En efecto, su situación le dificultaba, a veces, contraer matrimonio con una pareja. También era posible que el amo vendiese a la esposa, a los hijos o al mismo esclavo, destruyendo por tanto el grupo familiar (Cortes 1986, 166).

Sin duda, en este trabajo la autora siguió la línea de investigaciones que aseveraban que el matrimonio católico había sido una institución lejana a los esclavizados, sea por acción de los amos o por propio interés. Al parecer se podría quebrar la institución matrimonial, desmembrar a la familia sin ningún tipo de reacción del hombre esclavizado. En un posterior artículo, donde nuestra autora destacó que la defensa del matrimonio era un proceder común de la Iglesia en toda la América Hispánica:

La regulación del matrimonio y de la vida familiar en la sociedad novohispana correspondía principalmente a la iglesia, cuyas pautas eran de carácter general y debían ser acatadas por todos los fieles cristianos sin distinción de etnia o de posición social, pues los imperativos de la ley divina obligaban por igual a todos los seres humanos. Sin embargo, en la práctica no siempre se procedía de esta manera, sobre todo cuando el cumplimiento de la norma se oponía a los intereses de ciertas personas (Cortes 2001, 172).

Si bien en reiteradas ocasiones los amos se oponían al cumplimiento de las disposiciones de la Iglesia, fueron los propios afectados quienes dinamizaron el accionar del Tribunal Eclesiástico al interponer de forma constante demandas para hacer respetar sus derechos de libre elección y cohabitación. Para los esclavizados, el matrimonio significó un espacio de resistencia al poder mal ejercido de los amos y una reivindicación de su condición como seres humanos. Cuando los amos no respetaron la libre elección conyugal y el posterior matrimonio, se encontraron con demandas que cuestionaban su autoridad, su poder mal ejercido, los cuales ponían en riesgo su buen nombre y la posibilidad latente de ser excomulgado por la Iglesia.

En las siguientes líneas presentaremos algunos testimonios para el caso de Nueva España, donde se destacan no solo las demandas que presentaron los esclavizados, sino también, el temor que existió entre los amos por expresarse en contra de la institución sacramental. Por ejemplo, en

1572, en Pachuca, Francisca de Aguilar se acusó de haber dicho ciertas palabras en contra del matrimonio de los esclavizados, lo cual consideró como blasfemia, afirmando que lo dijo por estar enojada, pero que no fue más que una ligereza porque se consideraba una buena cristiana. Sin embargo, sus expresiones fueron durísimas:

(Los esclavos) de quan mal serbian a sus amos después que se casaban y esta denunciante dixo que hera mal consentirlos y que desartaban los que hasian y que hera cargo de consençia casallos porque no abian mas servirse dellos (finalmente) dixo que para estos perros no se abía de hazer lo que dios manda (Archivo General de la Nación. Inquisición. Vol. 29. Exp. 4. Año. 1572. De ahora en adelante AGN).

No se sabe a ciencia cierta, qué motivó a Francisca a denunciarse a sí misma, se podría pensar que lo hizo por algún temor de ser denunciada por algún esclavizado suyo que la escuchó y al querer congraciarse con las autoridades eclesiásticas hubiese delatado a su ama, o quizás uno de los presentes en la reunión donde se produjo el incidente podría denunciarla siendo el castigo más severo. Lo que sí queda claro es que las opiniones en torno al matrimonio de esclavizados y lo que esto representaba para los amos, no eran las mejores. Porque veían reducida su autoridad y la capacidad de disponer libremente de su propiedad.

Lo interesante es que Francisca tuvo el valor de decirlo a viva voz y luego arrepentirse, solicitando que se le impusiera una penitencia viable para su alma y conciencia. Se llamaron a dos testigos para recoger sus opiniones, el primero de ellos, fue su esposo, Matheo de Paredes, quien reafirmó lo dicho por Francisca y rescató que desde ese día su esposa estaba afligida, reconociendo que era una buena cristiana. Otro personaje llamado a testificar fue Ysabel Domínguez, quien señaló que no estuvo atenta a lo dicho por Francisca de Aguilar, pero que conocía que era una buena cristiana y que nunca había oído decir a ella cosas agravantes a Dios. Estas declaraciones llevaron al fiscal a no tomar más informaciones y derivar todo lo actuado al inquisidor de Nueva España para que decidiera el castigo.

Otro caso, fechado el 24 de marzo de 1608 fue protagonizado por el esclavizado Diego de tierra Angola, esposo de Ysabel también de Angola, quien denunció al amo de su esposa, Miguel Aparicio porque no los dejaba hacer vida de casados y quería venderla fuera de la ciudad, exigiendo que se ordene que “so pena de excomuni3n no benda a la susodicha fuera de esta ciudad y los deje hacer vida maridable¹¹”. El juez provisor del arzobispado de México, Juan de Salamanca tomó en consideraci3n el pedido de Diego y ordenó que se le notifique a Miguel de Aparicio que “No se les

¹¹ AGN- Indiferente Virreinal-Matrimonios. Vol. 127. Exp. 16. Año. 1612.

ympida el uso del matrimonio dejando yr los sábados en la noche a la dicha Ysabel a casa de Juan de Castro Dejando asimesmo entrar a la dicha su casa al dicho negro¹²”.

Es importante lo ordenado por el juez provisor del arzobispado porque toma en cuenta la palabra del esclavizado y a partir de este testimonio tomó la decisión de exigir a Miguel Aparicio que cumpliera con respetar la vida conyugal de Diego e Ysabel. Por otro lado, parece que el día sábado fue destinado por la Iglesia para realizarse la visita conyugal de los esclavizados en Nueva España, algo que no habíamos encontrado en el caso peruano, ninguno de los casos que hemos presentado indicaba un día específico para la cohabitación matrimonial. Este punto resulta importante, porque la Iglesia no interrumpió la actividad de los esclavizados, ellos debían servir a sus amos los días de semana y solo en las noches de los sábados podían tener la visita conyugal u otro día que sea permitido por el señor.

Es decir, la potestad para tener más días de visita conyugal quedaba bajo la potestad de los amos y ellos tenían que facilitar a sus esclavizados espacios dentro de la casa señorial para la cohabitación. Sin embargo, a pesar de que la Iglesia no alteraba los horarios laborales de los esclavizados, los amos decidieron violentar los pocos espacios para la cohabitación matrimonial. Esto motivó las demandas de los esclavizados y creemos que eso explica porque la Iglesia admitió rápidamente las demandas y solo con la palabra del esclavizado notificó a los amos infractores. A los pocos días de iniciado el proceso, Miguel Aparicio declaró ante el Tribunal Eclesiástico que “Estaba presto de cumplir lo que por el dicho auto se le manda y que nunca jamás a impedido al dicho negro que haga vida maridable¹³”. Al parecer el amo desistió de la idea de separar a la pareja y decidió acatar lo ordenado por la justicia eclesiástica.

En junio de 1612, el negro Felipe de tierra Cabo Verde demandó al dueño de su esposa, don Melchor de Colindres, quien pretendía trasladar a María Cabo Verde fuera de la ciudad capital. En su denuncia, Felipe señalaba que estaba imposibilitado de “*hacer vida maridable*” con su esposa, y exigía que sea vendida en la ciudad donde ellos habitaban y si el amo no cumpliera con lo solicitado sea castigado “con pena de excomunión y pecuniaria¹⁴”. Es la primera vez que encontramos un pedido de castigo económico, y nos llama la atención, pues en los Concilios Provinciales no hemos encontrado que se establezcan sanciones económicas contra los amos infractores. Quizás esto sea una legislación propia de la Iglesia novohispana, publicada en algún sínodo. Por otro lado, la resolución de Joan de Salamanca, quien era el chantre provincial y vicario

¹² AGN- Indiferente Virreinal-Matrimonios. Vol. 127. Exp. 16. Año. 1612.

¹³ AGN- Indiferente Virreinal-Matrimonios. Vol. 127. Exp. 16. Año. 1612.

¹⁴ AGN- Indiferente Virreinal-Matrimonios. Vol. 127. Exp. 16. Año. 1612.

general del arzobispado de México, confirmó que el castigo de la excomunión era de uso frecuente en Nueva España:

Que se avise al amo que deje hacer vida maridable, dejándolo entrar en su casa (a Felipe) un día en la semana o dejando ir a la dicha Beatriz a casa del dicho Felipe..... y que el amo cumpla con lo dispuesto Y si la ubiere de vender que sea en la ciudad donde es vezina y moradora lo qual lo haga y cumpla so pena de excomunión y apercibimiento... se embiara a una persona por ella a la parte y lugar donde la ubiera vendido o embiado (Ídem).

Nuevamente, como en el caso de Lima, la Iglesia novohispana iniciaba acciones judiciales contra los amos solo con la declaración del esclavizado, conminando a los señores a no disponer libremente de su propiedad, exigiendo que se permitieran las visitas conyugales y que, si el amo decidía vender a Beatriz, tenía que ser en la ciudad donde ella residía. El amo tenía tres días para explicar al Tribunal Eclesiástico, el porqué del traslado de Beatriz, creemos que resultaría complicado hilar una explicación razonable que permitiera la separación conyugal y por lo que hemos visto hasta el momento, la Iglesia protegía la unión matrimonial por encima de los intereses señoriales.

Como se puede observar estos procesos judiciales eran comunes en la Nueva España y tal como sucedió en el Perú, el matrimonio se convirtió en una estrategia para evadir el control de los amos, así lo expresó el siguiente testimonio del amo de la esclavizada María de la Cruz:

Que se había fugado con un negro y se la trajeron otros negros diciendo que ya se había casado la dicha negra con el dicho negro Pedro, con el cual se iba a dormir la dicha negra los días que mandaba la Iglesia, y se acuerda que el dicho negro Pedro era tan endemoniado que porfiaba que había de entrar en casa de esta declarante cada y cuando quisiese y por verse libre de estas molestias la vendió en menos de los que valía (Aguirre Beltrán 1972, 254).

Es de suponer que, si los esclavizados encontraban en el matrimonio el espacio ideal para tener cierta autonomía de sus amos, iban a utilizar esa vía sin ningún rubor, como lo hizo María de la Cruz. También queda claro que los amos reconocían las libertades que un esclavizado casado debía tener, como pasar determinados días de la semana con su cónyuge. Sin duda, este hecho era perjudicial para los amos, no solo porque tenía que dejar de contar con su mano de obra, sino también por los problemas que podían ocasionarles algún esposo díscolo. Pero debemos de reconocer que no solo el matrimonio fue una fuente de reclamo ante las autoridades eclesiásticas.

Por último, es importante destacar que sea en el virreinato peruano o novohispano la Iglesia hizo cumplir sus disposiciones legales en torno a los sacramentos, aunque el rol dinamizador de este sistema jurídico lo tuvieron los afrodescendientes. De esta manera, ellos fueron los sujetos históricos que alteraron el sistema dominante, litigando, cuestionando y muchas veces saliendo victoriosos de estas batallas jurídicas. Es así, que se limitó el poder absoluto de los amos, creándose espacios de autonomía en un sistema desigual e inhumano. Pero donde a pesar de las dificultades

y vejaciones de la esclavitud, los afrodescendientes recrearon sus códigos culturales como la oralidad y la usaron para transmitir el conocimiento de la legislación canónica que les reconocía derechos sacramentales. Esto explica el porqué de ese uso recurrente de los tribunales de justicia colonial, donde no siempre salieron airosos, pero consiguieron minar el prestigio o reputación de sus amos.

Conclusiones

En el presente trabajo hemos establecido de forma clara que en la América colonial nació un derecho canónico con características propias de su espacio, esta legislación se fue construyendo de forma paulatina y fue incorporando diversas realidades. Es innegable que este derecho canónico tuvo su raíz en el Concilio de Trento y que, en el caso específico del matrimonio, lo elevó a la categoría de sacramento, siendo de su exclusivo control. Es así como los Concilios Limenses y los Concilios Mexicanos fueron creando un cuerpo legislativo que permitió a los hombres esclavizados demandar a los amos para que respetaran sus derechos sacramentales, como el matrimonio. Para la Iglesia Católica era importante crear una sociedad católica y esclavista al mismo tiempo y en la América española, la Corona permitió que otorgara derechos a la población esclavizada. De esta forma, el bautismo, la asistencia a misa, la confesión, la extremaunción, el matrimonio, etc., fueron derechos inherentes a su condición humana.

Por otro lado, al analizar dos espacios coloniales, hemos podido encontrar fenómenos comunes y distantes, por ejemplo, para el caso limeño, de acuerdo con las cifras se puede afirmar que la capital del virreinato peruano puede ser considerada como una ciudad negra. Sin embargo, no solo nos centramos en las estadísticas, sino también analizamos los testimonios de la época, donde se dejaba traslucir las preocupaciones de los vecinos y autoridades limeñas ante el incremento desmedido de la población afrodescendiente. La primera preocupación era el temor permanente ante un posible levantamiento de negros en Lima y la segunda tenía que ver con la doctrina cristiana. La Iglesia expresó su preocupación por la ausencia de clérigos que colaborasen en la tarea de evangelizar a la comunidad afrodescendiente.

La capital del virreinato novohispano no fue la excepción y a diferencia de su par limeño la presencia afrodescendiente fue más notoria. Sin embargo, no superó a la indígena y quizás esto hizo que se relativizara su importancia, así como el monopolio que ha ejercido el estudio de lo indígena, como lo han afirmado diversos autores. Esto ha ido cambiando en los últimos años y se puede observar cómo el estudio de la presencia afrodescendiente en México se ha dinamizado. En

nuestro trabajo hemos recopilado diversos censos donde su presencia fue importante, pero no solo de los negros esclavizados, sino de los mulatos y zambos, que llegaron a ser importantes, tanto que, la Corona decidió cobrarle el tributo y no abolió ese sistema como en el caso peruano, donde la presencia de los afroestizos fue reducida.

Por último, hemos podido analizar las fuentes del derecho canónico novohispano y cómo fue llevada a la práctica por los esclavizados con relativo éxito, dejándonos en claro que no fue letra muerta, por el contrario, fue dinámica y frenó los excesos de los amos abusivos. El discurso religioso de respetar los valores cristianos primaba a los de propiedad, y fue la base que sustentaban las demandas de los esclavizados o libertos en la América española. Este discurso se encontraba al alcance de los esclavizados de forma permanente al habitar en un espacio como la ciudad, donde el uso de lo escrito era común y donde se encontraba la Iglesia.

En ese sentido, nuestros personajes se apropiaron del discurso religioso y obligaron a los amos a renegociar mejores condiciones, recreando así las relaciones esclavistas en el seno de la sociedad colonial. Por otro lado, es necesario resaltar que los resultados de los juicios no siempre fueron favorables a los esclavizados, pero lograron socavar el prestigio y dominio de los amos. Es así, que se limitó su poder absoluto, creándose espacios de autonomía en un sistema desigual e inhumano. Este hecho redibuja la imagen que señalaba a los tribunales coloniales como espacios que no reconocían derechos a los esclavizados. Es decir, el derecho colonial no terminaba siendo un brazo extendido del poder dominante. Por el contrario, resultó una válvula de escape a la dominación ejercida sobre la población afrodescendiente, cuestionando el accionar de los amos y limitando su capacidad de disposición sobre la propiedad, todo como resultado de las diversas batallas legales que emprendieron tanto esclavizados como libertos, en resumen, fueron ellos los propios sujetos históricos que alteraron al sistema dominante, litigando, argumentando y cuestionando.

Referencias bibliográficas

Aguirre Beltrán, Gonzalo. *La población negra de México*. México: FCE, 1972.

Ares, Berta. “La cuestión del bautismo de los negros en el siglo XVII: La proyección de un debate americano”. *Mirando las orillas: intercambios mercantiles, sociales y culturales entre Andalucía y América*, coord. por Enriqueta Vila Vilar, 469-487. España: Fundación Buenas Letras, 2012.

Bowser, Frederick. *El esclavo africano en el Perú colonial 1524 –1650*. México: Ed. Siglo Veintiuno, 1977.

Cortes, María Elena. “No tengo más delito que haberme casado otra vez, o de cómo la perversión no siempre esta donde se cree”. *De la santidad a la perversión. O de por qué no se cumple la ley de Dios en la sociedad novohispana*, ed. Sergio Ortega, 165-178. México: Editorial Grijalbo, 1986.

Cortes, María Elena. “Los ardides de los amos: La manipulación y la interdependencia en la vida conyugal de sus esclavos, siglos XVI y XVII”. *Vida Cotidiana y Cultura en México Virreinal*, org. Seminario de Historia de las Mentalidades, 163-180. México: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2001.

Ghirardi, Mónica e Irigoyen, Antonio. “El matrimonio, el Concilio de Trento e Hispanoamérica”. *Revista de Indias*, vol. LXIX. Núm. 246 (2009): 241-272. <https://doi.org/10.3989/revindias.2009.020>

Gonzales Jauregui, Yobani. “Legislación canónica y el matrimonio de esclavos en la América española y la América portuguesa”. *Faces de Clío*. Revista discente do programa de posgraduação da Universidad Federal de Juiz de Fora. N. 8 (2018): 241-260. <https://doi.org/10.34019/2359-4489.2018.v4.27587>

Gonzales Jauregui, Yobani. *Los esclavos de Lima y su defensa del matrimonio en el siglo XVII*. Lima: Universidad Nacional Federico Villarreal, 2019.

Grinberg, Keila. “Escravidão, Direito e Justiça no Brasil Colonial”. *Revista Tempo*, n 17 (2004): 217-222.

Konetzke, Richard. *Colección de documentos para la Historia de la formación social de Hispanoamérica. 1493-1810*. Madrid: CSIC, 1958.

Levi, Giovanni. “Reciprocidad Mediterránea”. *Hispania*. Revista Española de Historia. CSIC. Vol. LX/1 (2000): 103-126.

Lucena, Manuel. *El ordenamiento jurídico sobre la condición, tratamiento, defensa y represión de los esclavos en las colonias de la América española*. Madrid: Mapfre Tavera-Ignacio Larramendi, 2005.

Martin, Norman. “Antecedentes y prácticas de la esclavitud negra en la Nueva España”. *Historia y sociedad en el mundo de habla española*, org. Bernardo García Martínez, 48-65. México: Colegio de México, 1970.

Martínez de Codes, Rosa María. “La pena de excomunión en las fuentes canónicas de la Nueva España (Concilios Provinciales I-III)”. *Quinto Centenario*. N. 12. (1987): 41-70.

Martínez López-Cano, María del Pilar (Coordinadora). *Concilios Provinciales Mexicanos. Época colonial*. México: Universidad Autónoma de México- Instituto de Investigaciones Históricas. Serie de Instrumentos de consulta 4, 2014.

Salinas, Fray Buenaventura de. *Memorial de las Historias del Nuevo Mundo*. Lima: UNMSM, 1957.

Sínodos de Lima de 1613 y 1636. Estudio introductorio José María Soto Rábanos. Madrid: CSIC, 1987.

Schwartz, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras/CNP, 1988.

Tardieu, Jean-Pierre. *Los Negros y la Iglesia en el Perú, siglos XVI – XVII*. Ecuador: Ediciones Afroamérica. Centro cultural afroecuatoriano, 1997.

Vargas Ugarte, Rubén. *Concilios Limenses (1551 – 1772)*. Lima: Arzobispado de Lima, 1951.

Vila Vilar, Enriqueta. “La evangelización del esclavo negro”. *Derroteros africanos en mundos ibéricos*, Org. Berta Ares, 189-206. Sevilla: CSIC, 2000.

Vinson III, Ben y Vaughn, Bobby. *Afroméxico*. México: FCE, 2004.

Recebido: 01 de mayo de 2020

Aprobado: 10 de junio de 2020

No Caminho das Minas, os jesuítas não eram bem-vindos: conflitos e disputas de poder na capitania do Rio de Janeiro, 1756-1759

On the “Caminho das Minas”, the Jesuits were not welcome: conflicts and power disputes in the captaincy of Rio de Janeiro, 1756-1759

En el “Caminho das Minas”, los jesuítas no eran bienvenidos: conflictos y disputas de poder en la capitania de Río de Janeiro, 1756-1759

Marcia Amantino*

<https://orcid.org/0000-0003-32299142>

RESUMO: Este texto tem o objetivo de analisar a representação que os moradores do Caminho de Inhomirim enviaram ao governador interino da capitania do Rio de Janeiro, José Antonio Freire de Andrade em agosto de 1756, acusando os jesuítas de terem se estabelecido na região não para catequisar os índios, mas sim para conseguirem mais terras para as suas propriedades. A partir desta queixa, documentos foram trocados entre as autoridades dos dois lados do Atlântico, permitindo reconstruir um momento de grande desgaste para a Companhia de Jesus, tanto com relação ao poder político que sempre tiveram, como também com relação à sociedade, que se sentiu mais poderosa para denunciar o que considerava como abusivo, a partir da política antijesuítica de Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal.

Palavras-chave: Jesuítas. Caminho das Minas. Antijesuítismo.

ABSTRACT: This paper analyzes the representation that the residents of “Caminho de Inhomirim” sent to the interim governor of the captaincy of Rio de Janeiro, José Antonio Freire de Andrade in August 1756, accusing the Jesuits of having established themselves in the region not to catechize the Indians, but to get more land for their estates. Based on this complaint, documents were exchanged between the authorities on both sides of the Atlantic, allowing the reconstruction

* Professora titular do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Autora de *A Companhia de Jesus na cidade do Rio de Janeiro: o caso do Engenho Velho, século XVIII* (Paco Editorial, 2018). Possui experiência em História do Brasil Colônia, principalmente nos temas ligados a Companhia de Jesus e escravidão negra e indígena. E-mail: marciaamantino@gmail.com

of a moment of great wear for the Society of Jesus, both in relation to the political power that they always had, but also in relation to the society, which felt more powerful to denounce what it considered abusive, based on the anti-Jesuitical policy of Sebastião José de Carvalho e Melo, future Marquis of Pombal.

Keywords: Jesuits. Caminho das Minas. Anti-Jesuitism.

RESUMEN: Este texto tiene como objetivo analizar la representación que los residentes del “Caminho de Inhomirim” enviaron al gobernador interino de la capitania de Río de Janeiro, José Antonio Freire de Andrade en agosto de 1756, acusando a los jesuitas de no haberse establecido en la región para catequizar a los indios, sino para obtener más tierra para sus propiedades. Con base en esta denuncia se intercambiaron documentos entre las autoridades de ambos lados del Atlántico, lo que permitió reconstruir un momento de gran desgaste para la Compañía de Jesús, tanto en relación con el poder político que siempre tuvo, como respecto a la sociedad que se sentía más poderosa para denunciar lo que consideraba abusivo, basándose en la política antijesuítica de Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marqués de Pombal.

Palabras clave: Jesuítas. Caminho das Minas. Antijesuítismo.

Como citar este artigo:

Amantino, Marcia. “No Caminho das Minas, os jesuítas não eram bem-vindos: conflitos e disputas de poder na capitania do Rio de Janeiro, 1756-1759”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 2 (2020): 342-358.

Introdução

No ano de 1648, os padres da Companhia de Jesus conseguiram realizar o descimento de parte dos índios Guaçuruçus ou Gessaruçus que viviam nos sertões da capitania do Rio de Janeiro, mais precisamente às margens dos rios Paraíbuna e Paraíba e os fixou no aldeamento de São Pedro do Cabo Frio (Amantino 2014). De acordo com Serafim Leite, estes grupos, com o tempo, foram identificados como Guarulhos nos dois extremos do Rio Paraíba, tanto no Estado do Rio de Janeiro, quanto em São Paulo. Todavia, ainda segundo Leite, muitos continuaram vivendo nos sertões da capitania (Leite 1967, t. 2, 454).

Estes índios dispersos foram o pivô de uma crise entre a Companhia de Jesus, as autoridades da capitania do Rio de Janeiro e a corte portuguesa iniciada no ano de 1756, demonstrando que, mesmo antes da decisão final de expulsar estes religiosos de Portugal e de suas

conquistas em 1759, já havia uma clara política de impedir que suas pretensões de expansão territorial e, conseqüentemente, de poder, seguissem adiante.

O início desta história de conflitos começou com a ida do padre jesuíta Manuel Cardoso e um companheiro para a região do Caminho Novo, chamado também de Caminho das Minas, próximo a Inhomirim. A região ficava no fundo da Baía de Guanabara e abrigava um dos roteiros utilizados para o escoamento da produção de ouro das Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro e de entrada de produtos e pessoas para a região mineradora, o Caminho Novo.

Segundo informações provenientes dos inacianos, a ideia era contatar os índios que ali viviam e os convencer a aceitar o aldeamento. Todavia, os moradores da região, receiosos da presença dos padres e com medo de acabarem perdendo suas terras para eles, conforme acontecia em outras áreas, denunciaram ao governador interino da capitania do Rio de Janeiro, José Antonio Freire de Andrade, a chegada deles¹. Segundo informações dos moradores, o que os padres queriam mesmo era o acesso a mais terras e não catequizar os índios.

Esta tentativa de aldeamento e os posteriores problemas dela decorrentes foram a porta de entrada para analisar a sociedade fluminense da segunda metade do século XVIII e as relações que ela estabelecia com a Companhia de Jesus. Além disso, este “problema nas fronteiras” permitiu também compreender os mecanismos que estavam começando a ser colocados em prática pelas autoridades monárquicas para diminuir o poder que este grupo de religiosos possuía não apenas na capitania, mas também em todo o império português.

A representação dos moradores e o contexto

Numa representação enviada ao governador interino da capitania do Rio de Janeiro em 1756, os moradores de Inhomirim informaram que viviam na região do Caminho das Minas há muitos anos e que mantinham ali a segurança, “pacificando os distúrbios que hão e possam haver de gente mal feitora e de escravos fugitivos e roubadores” e que estavam sempre prontos para os serviços necessários ao rei. Além disso, cultivavam a terra e pagavam os dízimos ao tesouro régio. Afirmavam ainda que possuíam poucas terras e muitos escravos e que, por isso, precisavam sempre entrar nos matos em busca de novas áreas para plantarem. O problema, segundo os moradores, era que os religiosos da Companhia de Jesus haviam se instalado na região com o pretexto de catequisar um “pequeno rebanho de genticio”. Os moradores alertaram ao governador que tais índios

¹ O governador da capitania era Gomes Freire de Andrade, mas este estava nas partes meridionais da América tentando fazer valer o acordado no Tratado de Madri de 1750, principalmente as questões com os indígenas dos Sete Povos das Missões. Sobre este tema ver Golin, 1998 e 2014.

faziam suas andanças mais para o lado dos Campos dos Goitacazes, às margens do rio Paraíba e não na região onde os padres haviam se fixado. Para eles, não existia motivo algum para terem se estabelecidos ali, no Caminho para as Minas, a não ser o fato de que sob o pretexto de uma “católica diligência...fazer as suas conveniências de suas fazendas como sempre costumam” e se apropriarem “de toda a margem do rio Paraíba”. Segundo o documento, tratava-se de muitas léguas e como outros jesuítas já estavam fixados em alguns pontos da margem do rio, isso geraria um grande prejuízo aos interesses dos suplicantes porque os religiosos cercariam suas terras e nada sobraria para eles e, com isso, o rei também teria prejuízos, pois deixaria de receber seus dízimos. Os moradores solicitaram então ao governador que os retirasse da região².

A partir deste documento, datado de 1756, as autoridades tanto na América portuguesa quanto em Portugal, iniciaram uma sequência de trocas de informações e nelas, pode-se perceber que a situação para a Companhia de Jesus já estava bastante desfavorável. Desde a assinatura do Tratado de Madri em 1750 e seus desdobramentos, os jesuítas tornaram-se, para a nova política da coroa implementada por D. José I e pelo secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal, um grande entrave.

Os jesuítas, sendo os mais temidos pela sua ascendência político-religiosa e pela sua capacidade de influir na opinião social, tornaram-se o alvo estratégico preferencial de um governo que fez deles a causa do mal, de um mal que era, no fundo, estrutural, mas julgou-se mais fácil concentrá-lo propagandisticamente num só grupo muito poderoso para efeitos de mobilização e de exorcização (Franco 2006, 152-153).

A Companhia de Jesus passava, naquele momento, por um intenso desgaste junto a coroa, causado, em grande parte, por uma disputa de poderes e por um processo de tentativas de afirmação da autoridade real sobre a Igreja. Todavia, ainda que as políticas reais tivessem como objetivos o regalismo e a secularização da sociedade, não havia um projeto de combate à igreja como um todo. De acordo com Igor Tadeu Camilo Rocha,

Não se tratou de um movimento antirreligioso, uma vez que houve um ideal específico de religião, que ocupou um lugar central dentro de um projeto reformista, que tocava a todos os setores da sociedade, da política, da economia e da administração pública, marcado por um amplo dirigismo cultural por parte do poder régio (Rocha 2019, 126).

Segundo Luiz Carlos Villalta e outros, tratava-se de um “esforço da monarquia em definir quais eram os espaços de atuação dos poderes temporal e religioso e, sobretudo, em firmar a supremacia do poder real na esfera temporal” (Villalta 2015, 454). Para Evergton Sales Souza (2015, 278), Sebastião José de Carvalho e Melo, “buscou, numa lógica moderna de Estado, limitar seus

² AHU (Arquivo Histórico Ultramarino – RJ, Eduardo de Castro e Almeida). Ofício do governador interino do Rio de Janeiro, José Antonio Freire de Andrade ao Secretário de estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real sobre o requerimento dos moradores do Caminho de Inhomirim a respeito dos padres jesuítas, 3 de agosto de 1756. Cx 51, doc 5076. Trata-se de um conjunto de documentos, de autorias variadas, relativos a este assunto.

poderes [da igreja], agindo particularmente contra alguns grupos específicos que ameaçavam o desenvolvimento de seu projeto político”. O regalismo não era, ainda segundo Souza, uma particularidade daquele período. Ele já havia sido colocado em evidência no século XVII em algumas obras, mas durante o período de governação de D. José I, ficou mais evidente e fortalecido. E não foi rechaçado por todos os religiosos. Muitos o aceitaram e ajudaram a efetivar as mudanças na relação entre a coroa e a igreja (Souza 2015, 278-281).

Os inicianos foram acusados, por esta nova orientação política, de impedir o progresso da sociedade portuguesa, de manter elevados níveis de riquezas e de domínio sobre as consciências, tanto do povo quanto dos membros da nobreza e da monarquia³. Para dar prosseguimento aos projetos políticos e econômicos, Sebastião José de Carvalho e Melo, precisava eliminar o poder daquela que se mostrava capaz de lhe exercer oposição e, para isso, lançou mão de uma sistemática atividade para aniquilar a influência dos padres jesuítas na sociedade portuguesa, culminando na expulsão deles em setembro de 1759 (Franco 2006, 319). Todavia, como bem demonstrou Antonio Hespanha, ele não atuou sozinho. Pombal era um líder apoiado numa “rede de influentes políticos que se assenhorearam de uma multiplicidade de polos de poder tradicionais e dirigiram novas estruturas organizativas” (Hespanha 2014, 148).

Para se entender a elaboração dos documentos que serão analisados, é preciso compreender que a tentativa de estabelecer o aldeamento em Inhomirim pelos jesuítas ocorreu em um momento de grande desgaste para eles que estavam, naquele momento, se tornando peças frágeis em meio a disputa de poderes. As autoridades locais, querendo agradar às novas políticas reais, por bajulação ou por crença em sua efetividade, passaram a apoiar as reclamações dos moradores contra os jesuítas, o que raramente haviam feito no passado. Isto abriu a possibilidade para a elaboração de queixas e o documento feito pelos moradores é um exemplo desta situação.

A representação dos moradores foi elaborada por homens que sabiam das necessidades do Império português e que argumentos utilizar para sensibilizar as autoridades⁴. Tentando demonstrar que eram essenciais ao projeto econômico e político da coroa, os moradores afirmaram que cuidavam da região, impedindo a presença de todos os tipos de malfeitores, inclusive, de escravos fugidos. Por outro lado, asseguravam que por conta de suas atividades econômicas pagavam tributos ao tesouro, cooperando assim com a economia do reino. Todos sabiam que os

³ Entretanto, estas acusações não eram novidades no Império. Apenas para servir de exemplo a este comportamento, pode-se ver a documentação produzida por Paulo da Silva Nunes que, no início do século XVIII, já travava uma batalha contra a Companhia de Jesus na Amazônia, acusando-os de serem responsáveis pelos males que acometiam a região. Cf. Carvalho, 2018, p. 1380.

⁴ Sobre a situação econômica e política do Império português naquele momento, ver Schwartz, 2010, 42; Figueiredo, 2015.

padres jesuítas, devido aos privilégios concedidos pelos primeiros reis portugueses, estavam isentos de pagar impostos. Logo, não contribuíam com os cofres reais. Os moradores que assinaram a representação fizeram questão de mostrar esta faceta às autoridades. Deixaram claro que estavam na região há muito tempo⁵. Quando a estrada intitulada Caminho Novo foi aberta por Garcia Rodrigues Paes em 1702, ligando de forma mais rápida a cidade do Rio de Janeiro, porto de escoamento do ouro, com a região das Minas Gerais, a região teve um significativo aumento populacional. Com a abertura desta nova rota, inúmeros interessados se apresentaram solicitando sesmarias para se estabelecerem na região, o que estava totalmente de acordo com os interesses da coroa, que precisava ocupar e desenvolver a área, visando o abastecimento da população local e da que vivia em Minas Gerais em torno das regiões mineradoras. Contudo, de acordo com João Victor Pollig (2010, 7), havia outros interesses em jogo entre os homens que ali se fixaram. A posse de terras significava mais do que simplesmente criar animais e plantar alimentos. Ser senhor de terras gerava a criação de uma elite que buscava “estabelecer monopólios regionais e constituir redes familiares com a finalidade de exercerem outras atividades lucrativas em pontos estratégicos ao longo do caminho”. Entretanto, havia mais na intrincada rede de relações no mundo ibérico. O fato de conseguir as terras já era indício de que o solicitante mantinha algum tipo de relação com o poder, pois “os mecanismos de doação que decidiam entre algumas braças ou várias léguas eram acionados por laços políticos, familiares e clientelísticos e, foram, efetivamente, os responsáveis pela criação de uma nova aristocracia”(Silva 1990, 320). Alguns anos depois, Bernardo Soares de Proença, importante fazendeiro da região, abriu um atalho no Caminho Novo, intitulando-o de Caminho de Inhomirim e em troca recebeu mercês (Pollig 2010; Straforini 2006; Costa 2015).

A permanência dos padres e de suas formas para conseguirem a doação ou a conquista de mais terras poderia colocar os planos destes sesmeiros, poderosos ou não, em perigo. Os religiosos seriam nesta perspectiva, grandes concorrentes aos objetivos de uma elite que já estava formada e consolidada quando eles chegaram à região, diferentemente do que havia acontecido na cidade do Rio de Janeiro no século XVI, quando estiveram desde o início com as autoridades e homens de cabedais lutando para expulsarem os franceses e os tamoios. Em troca do apoio, receberam sesmarias antes de quaisquer outros, demonstrando o poder que possuíam junto às autoridades. (Amantino 2018, 40).

O desdobramento desta representação foi que o governador interino mandou retirar os padres do Caminho das Minas e procurou o padre provincial João Honorato, que estava, naquele

⁵ A ocupação, ocorrida no século XVI tem relação com a expulsão dos franceses e aniquilamento dos tamoios e com a necessidade de abastecer, com alimentos, a recém criada cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, bem como protegê-la de possíveis ataques internos (Sampaio 1994, 10-11).

momento, no colégio dos jesuítas do Rio de Janeiro, para que ele se explicasse. A resposta do religioso foi em forma de uma carta datada do dia 20 de junho de 1756 onde afirmava ter ordenado aos religiosos que fossem para a região em busca daqueles indígenas com o objetivo de aldeá-los, não na mesma área, mas em outra afastada. Quando soube que o governador havia dado ordens de expulsar os religiosos, ficou incrédulo por causa do “grande afeto com que V.S. capricha honrar a Companhia”. O padre provincial seguiu com o documento explicando que o motivo de ter enviado os religiosos para a região havia sido apenas por “zelo da salvação das almas e o desejo de conversão dos índios Gueçuruçus”. A ordem recebida pelos religiosos era a de que fariam contato com os indígenas na região e, em caso deles aceitarem o aldeamento, deveriam procurar um “lugar tão remoto que não haja comunicação alguma a qual possa servir do mínimo embaraço ao serviço de S. Majestade”. O padre João Honorato terminava sua missiva pedindo ao governador que os deixasse continuar com o serviço na região⁶.

De nada adiantaram os pedidos do provincial dos jesuítas. O governador reuniu a carta dele com a petição dos moradores e as enviou para o secretário do Estado, Thomé Joaquim da Costa Corte Real informando que estava persuadido que “a tenção dos ditos padres é alargarem mais o seu terreno, para unirem as terras que forem descobrindo a outras que contiguas tem junto às Serras de Macacu”⁷. Thomé Corte Real respondeu em 22 de janeiro do ano seguinte, afirmando que regulares, jesuítas ou de qualquer outra ordem, não tinham licença régia “para se introduzirem no território ou Caminho das Minas” e que isto era uma “notória transgressão das ordens de S. Majestade”. Continuava o ofício, ordenando que os tirasse de lá imediatamente e, caso fosse necessária a existência de padres, que informasse ao Bispo para que ele erigisse uma igreja com um sacerdote do hábito de São Pedro “que [fosse] digno pastor daquelas ovelhas dispersas”⁸.

Percebe-se, pelo tom da carta do secretário, que a situação dos jesuítas já estava começando a mudar no reino. Em algumas passagens, ele deixou transparecer queixas que já se ouviam na sociedade sobre o mau tratamento que os jesuítas davam aos índios de seus aldeamentos. E parece que a autoridade acreditava nelas, ou pelo menos seguia as determinações impostas por Sebastião José de Carvalho e Melo, com relação ao discurso que todos deveriam ter contra à Companhia de Jesus. Tais queixas aumentavam de intensidade à medida em que ela perdia o apoio político que

⁶ Carta do padre provincial João Honorato ao governador interino. AHU (Arquivo Histórico Ultramarino – RJ, Eduardo de Castro e Almeida). Ofício do governador interino do Rio de Janeiro, José Antonio Freire de Andrade ao Secretário de estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real... 3 de agosto de 1756. Cx 51, doc 5076.

⁷ AHU (Arquivo Histórico Ultramarino – RJ, Eduardo de Castro e Almeida). Ofício do governador interino do Rio de Janeiro, José Antonio Freire de Andrade ao Secretário de estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real... 3 de agosto de 1756. Cx 51, doc 5076.

⁸ Revista do Arquivo Público Mineiro. Ofício de Corte Real para José Antonio Freire de Andrade Sobre o estabelecimento clandestino do Padre Manuel Cardoso e outros no Caminho das Minas. 22 de janeiro de 1757, vol. 11, n. 1, 1906, p. 431-432.

mantinha há anos com a coroa e com membros da elite portuguesa e americana (Alden 1970, 31-78). Assim, o secretário terminava sua missiva afirmando que os meios usados pelo padre Manuel Cardoso serviam mais para afugentar os índios do que para atraí-los à igreja católica, “a qual reprova a escravidão de homens, que no Direito Natural e Divino tem fundada a intenção de sua liberdade”⁹. O curioso é que nenhuma informação sobre como os inacianos fizeram a aproximação com os índios em questão, se é que fizeram, constava da documentação enviada a ele. Logo, esta conclusão do secretário só pode ter sido resultado de outras informações que estavam chegando à corte ou da sistemática política antijesuítica da coroa¹⁰.

O primeiro nome dos que assinaram a representação que deu origem a todo este movimento era o de Leandro Barbosa de Mattos e foi a ele que o governador enviou uma carta solicitando novas informações. No dia 15 de abril de 1757, ele respondia à autoridade afirmando que os padres já haviam saído da região e que os índios regressaram a sua aldeia, sem indicar qual era ou onde se localizava. Terminava o documento com a informação de que não se tinha mais notícias deles¹¹. No dia seguinte, era o governador quem escrevia para o Thomé da Costa Corte Real, informando que não tinha como saber qual havia sido o intuito dos religiosos em irem para a região, mas como os índios em questão eram de outra aldeia, acreditava que o motivo real era “para alargarem por aquele lado mais os seus territórios”¹².

A origem destes “territórios” sob o domínio da Companhia de Jesus pode ser identificado nos primeiros anos após a chegada deles à América portuguesa, em 1549. Tão logo desembarcaram nas terras da Conquista, seus religiosos perceberam que precisavam encontrar mecanismos que lhes proporcionasse autonomia financeira (Santos 2019, 71). Em 1564, Dom Sebastião, o rei de Portugal, estabeleceu um alvará se comprometendo, como rei cristão, a manter a dilatação da fé em seus domínios e que para isso, iria sustentar os jesuítas que estavam na Bahia com “mantimentos e vestidos e tudo mais necessário e suas pessoas, igrejas casas e habitações”. Alguns anos depois

⁹ Revista do Arquivo Público Mineiro. Ofício de Corte Real para José Antonio Freire de Andrade... 22 de janeiro de 1757.

¹⁰ Pode-se inferir que, pelo menos parte destas informações contrárias à Companhia de Jesus, foram fornecidas pelo irmão de Sebastião José de Carvalho e Melo, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que governou o Grão-Pará e Maranhão entre os anos de 1751 a 1759. Em carta enviada ao secretário de estado, Mendonça Furtado afirmava que os missionários não cumpriam com suas obrigações religiosas para com os indígenas e que os obrigava ao trabalho utilizando-se para isso, de muita violência. Mendonça s/data, vol.1, 63-78). Sobre o papel de Francisco Xavier de Mendonça Furtado na política antijesuítica, ver (Alden 1970, 52-58).

¹¹ AHU (Arquivo Histórico Ultramarino – RJ, Eduardo de Castro e Almeida). Carta de Leandro Barbosa de Mattos para o governador interino José Antônio Freire de Andrade em que lhe participa terem retirado do caminho das Minas os Padres da Companhia e os índios que foram para a aldeia deles e que não havia mais notícias deles. 15 de março de 1757. Cx. 86, doc. 20086.

¹² AHU (Arquivo Histórico Ultramarino- RJ, Eduardo de Castro e Almeida). Ofício do governador interino José Antônio Freire de Andrade para Thomé da Costa Corte Real em 26 de abril de 1757. Cx. 86, doc. 20091.

esse privilégio foi estendido aos colégios de Pernambuco, do Rio de Janeiro e depois ao de São Paulo (Leite 1967, t.1, 43). Além desses privilégios, contavam ainda, com a isenção do pagamento de dízimos e, com o tempo, a ordem conseguiu ampliar seus ganhos por meio da obtenção de terras e também de isenções alfandegárias em seus produtos¹³. A justificativa para todas essas benesses foi a participação desses religiosos nas lutas de conquista das terras americanas ao lado das tropas portuguesas visando a aniquilação dos grupos indígenas considerados inimigos ou de estrangeiros que tentavam controlar essas terras. Assim, junto com suas atividades missionárias pode-se pensar que as práticas econômicas desenvolvidas pela companhia de Jesus nas conquistas auxiliaram o processo de ocupação, de colonização e de exploração econômica da América lusa (Assunção, 2004). No século XVIII, na capitania do Rio de Janeiro, a Companhia de Jesus possuía nove propriedades rurais, era a maior proprietária de escravos e controlava centenas de indígenas que viviam nos seus quatro aldeamentos (Amantino 2018, 89). Tanto na América espanhola como na portuguesa, o século XVIII pode ser considerado o seu apogeu (Alden 1996, 525). Ou seja, quando estava no auge de seu poder econômico foi atacada e desestruturada e, no final desta centúria, extinta por meio do breve papal de 1773.

Todavia, em meados do século XVIII, apesar dos revesses sofridos, os religiosos jesuítas ainda tentavam usar o poder que sempre tiveram junto às autoridades. Assim, no mesmo mês que os moradores de Inhomirim escreveram ao governador denunciando as andanças dos religiosos pela região, o governador interino enviava um ofício ao ministro e secretário de estado dos negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Diogo de Mendonça Corte Real, informando-o sobre o pedido feito pelo padre jesuíta Gabriel de Malagrida. Segundo o documento, o padre havia solicitado a doação “das pedras da muralha da cidade do Rio de Janeiro, que estava em ruínas, para as obras de construção de um seminário na mesma cidade”. O governador achou por bem doar apenas “400 braças da parede da muralha velha”, uma vez que o restante das pedras seria utilizado em outras obras da cidade¹⁴.

Por este documento pode-se perceber que já se iniciava uma certa política de oposição às atividades inicianas na capitania do Rio de Janeiro, baseadas nas decisões políticas tomadas na corte. As relações conflituosas entre os interesses da Companhia de Jesus e os moradores da

¹³ Para fazer valer este direito, os jesuítas precisavam apenas comprovar que os produtos eram de “sua granjearia, criação, renda de esmolas que lhe fizeram”. Este foi mais um dos muitos motivos encontrados pelos colonos para reclamarem contra a concorrência desleal exercida pelos produtos dos jesuítas. BIBLIOTECA NACIONAL. Livro de Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1967, p. 22; AHU (Arquivo Histórico Ultramarino – RJ, Eduardo de Castro e Almeida). Ofício do Ouvidor Geral e desembargador da relação do Rio de Janeiro, Gonçalo José de Brito Barros ao Conde de Oeiras, em 11 de março de 1760, Cx. 59, doc. 5658.

¹⁴ AHU (Arquivo Histórico Ultramarino – RJ, Eduardo de Castro e Almeida). Ofício do governador interino do Rio de Janeiro e Minas Gerais, José Antônio Freire de Andrade, ao ministro e secretário de estado dos negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Diogo de Mendonça Corte Real em 14 de agosto de 1756. Cx. 60, Doc. 58.

conquista estavam cada vez maiores, sendo os primeiros acusados de tomarem as terras disponíveis e de controlarem a mão de obra indígena. Tais reclamações eram as mesmas que ocorriam desde fins do século XVI e que se intensificaram no século seguinte¹⁵, mas em meados dos setecentos, o contexto era outro. Se antes os jesuítas tinham o apoio do rei e de seus representantes, agora já não dispunham dele. Pelo contrário, desde a lei de 7 de junho de 1755 que pôs fim ao poder temporal dos religiosos nos aldeamentos, mantendo apenas o poder espiritual sobre os índios, as ordens perderam parte de seu poder, mas a Companhia de Jesus, por ser grande controladora de aldeamentos, foi a que mais sentiu as mudanças. A situação ficou ainda pior com a Lei do Diretório dos Índios, criada em maio de 1757 e confirmada e estendida para todas as capitanias pelo rei em agosto de 1758 (Alencastro 2010, 122). Esta lei mudava a tônica do processo de aldeamento e das relações com os indígenas e em seu texto deixa claro que sua composição foi decorrente de negociações e disputas de interesses locais (Coelho 2007, 29-48).

O Diretório dos Índios, tinha em sua essência um projeto de colonização e de povoamento que se baseava na utilização racional dos indígenas. Inicialmente, foi pensado para a região do Grão-Pará e Maranhão, mas logo depois foi estendido a todas as regiões da América lusa. Para Pombal, somente utilizando os índios é que se poderia ampliar a população na colônia e mantê-la protegida. Suas diferentes ordens compunham um complexo corpo de medidas que iam desde a aceitação de determinados tipos de escravização indígena até a abolição total da escravidão, passando pela inserção deles na sociedade colonial, pela proibição de designá-los como negros *“porque não lhes caberia a vileza do mesmo nome”*, pela adoção de sobrenomes, pela elevação de parte dos aldeamentos à vilas e a convivência de brancos com índios dentro dos mesmos, pela obrigatoriedade do pagamento dos dízimos pelos índios, pela utilização obrigatória da língua portuguesa e, finalmente, pelos casamentos interétnicos. O diretório criou também a figura do Diretor de índios. Os religiosos ficariam responsáveis apenas pela catequese dos grupos. A síntese do Diretório e das concepções ilustradas sobre os indígenas então em voga na política pombalina era a de trabalho e civilização. Somente com o trabalho se atingiria a civilização do indígena. Além do que, o indígena seria essencial para o povoamento do território e o crescimento da população. Este crescimento populacional estava também intimamente ligado às necessidades de defesa e manutenção do território e mais ainda, ao aumento da produção econômica. E ele só seria conseguido de forma satisfatória se os índios fossem incorporados à sociedade *“civilizada”*

¹⁵ Rafael de Bivar Marquese indica que o final do século XVIII foi marcado por grandes tensões sociais no litoral da América portuguesa e que *“a Companhia de Jesus vinha sendo duramente questionada pelo fato de possuir vastas propriedades rurais e urbanas, e ao mesmo tempo estar isenta do pagamento dos dízimos (Marquese 2004, 49-50).*

(Almeida 1997, 25-51). De preferência, sem o controle religioso dos jesuítas. Esta foi uma das muitas causas dos choques com os inacianos e sua posterior expulsão.

Apesar destas mudanças, não é possível afirmar que em 1757 já houvesse um plano político organizado para destruir a Companhia de Jesus na capitania do Rio de Janeiro. A carta que o bispo do Rio de Janeiro, D. Antonio do Desterro, escreveu em resposta a Thomé da Costa Corte Real é um indício de que as novas sobre a lei do diretório ainda não haviam chegado à capitania. O bispo, na realidade, depois de tratar sobre a solicitação feita pelo secretário para que ele erigisse uma nova freguesia em Inhomirim e fazer algumas considerações sobre a questão indígena, passou a propor uma espécie de plano de civilização para os indígenas da capitania. O curioso deste documento é que ele afirmava estar respondendo a carta enviada por Corte Real de 22 de janeiro de 1757, mas a sua resposta data de 10 e 12 de julho. Ou seja, o bispo levou seis meses para responder a uma solicitação da coroa e ainda afirmou que não adiantaria nada a ereção da freguesia como queria Corte Real porque,

Ainda que ...se se criasse nova freguesia por ser grande a distância de todo este caminho nunca esta poderia servir para o seu pároco cuidar na redução dos Índios bárbaros, que estão entranhados pelos matos, onde é necessário busca-los nas suas próprias povoações, que pelo maior parte são volantes e só nelas poderiam ser assistidos, civilizados e doutrinados.¹⁶

D. Antonio do Desterro, informava que os índios dos aldeamentos eram “criados sem estimação, nem brio pela maior parte são bêbados”. Para ele, acontecia com os indígenas o “mesmo que aos negros, principalmente em fazendas grandes, que pela comunicação de uns com outros todos se entregam ao vício da bebida”. Informava ainda que,

É certíssimo que todo o continente deste Bispado está cheio de bárbaros e me atrevo a segurar que passarão de mais de 100.000 almas, que se conservam na infidelidade por falta de operários, porque com facilidade haviam de abraçar todos a fé católica e certamente me traspassa o coração ver condenados ao Inferno tanta multidão de almas, por não se aplicarem os meios necessários: não falo sem experiência bem fundamentada¹⁷.

Tratava-se, evidentemente, de um questionamento contundente ao trabalho dos jesuítas junto às comunidades indígenas na capitania¹⁸. Ao longo do documento, há várias outras críticas, porém sem fazer alusão direta à Companhia. Um exemplo desta posição foi quando ele tratou sobre quem deveria ficar responsável pelas novas paróquias destinadas aos povos indígenas propostas por ele: “sacerdotes do hábito de S. Pedro e na falta destes religiosos Capuchinhos e de

¹⁶ AHU (Arquivo Histórico Ultramarino – RJ, Eduardo de Castro e Almeida). Carta do Bispo D. Antonio de Desterro para Thomé da Costa Corte Real em 10 e 12 de julho de 1757. Cx. 87, doc. 20169.

¹⁷ AHU (Arquivo Histórico Ultramarino – RJ, Eduardo de Castro e Almeida). Carta do Bispo D. Antonio de Desterro para Thomé da Costa Corte Real...

¹⁸ O bispo D. Antonio do Desterro é acusado pelo padre jesuíta José Caeiro, já no exílio, de ter mudado de lado assim que percebeu a nova diretriz das políticas pombalinas. Antes, era amigo dos padres e frequentava o colégio, mas depois das primeiras ordens, passou a perseguir os inacianos e a decretar pastorais visando prejudicá-los (Caeiro, 1936, 201).

S. Antonio”. O motivo para estas escolhas era, de novo, uma clara acusação aos jesuítas, sem contudo, citá-los: “como não tem bens patrimoniais não se divertem com a sua aquisição”¹⁹.

Além de variados assuntos ligados à conversão e à civilização dos índios, o bispo tratou também em sua proposta sobre a criação de seminários. Ele lembrava que o rei português havia mandado dotar com 300\$000 reis por ano a cada um destinado a meninos e meninas que o padre Malagrida fundasse no Brasil. O bispo pedia o mesmo valor e afirmava que já tinha na capitania dois seminários, um na cidade e o outro em Campos dos Goitacazes e que poderia, com este dinheiro, receber os indígenas já aldeados para lhes ensinar as “artes mecânicas, liberais e científicas”.

A ideia da criação de novos seminários continuou sendo discutida pelas autoridades e, em 24 de julho de 1757, Pedro Dias Paes Leme, representante de uma das principais famílias da capitania, enviava uma carta para Corte Real deixando muito clara a sua posição com relação ao poder que as ordens religiosas tinham nas terras da Conquista e, mais especificamente, o papel da Companhia de Jesus. Em sua missiva explicava que seus pais haviam chegado nas terras da capitania do Rio de Janeiro para conquistá-la. Claramente, ele se referia às disputas travadas contra os índios tamoios e os franceses no século XVI. Para ele, no momento em que vivia, a solução era sua família voltar para Portugal, pois,

Parece de razão que depois de tantos séculos e tendo nós cumprido tão bem com o nosso dever, que nos recolhêssemos a este reúno. Aqui não há modo: porque tudo é das religiões principalmente dos padres da Companhia (não sei se V. Ex. é dos devotos e apaixonado) mas devo falar livremente. Não sei se eles deitaram a perder a Índia, sei que esta capitania é deles inteiramente. El rei tem mandado algumas ordens e decretos em observância da lei do título 2 da ordenação mas nada se observa, porque todos tremem e todos querem a sua quietação²⁰.

Continuava sua carta denunciando a questão da ereção de mais um seminário, provavelmente se referindo àquele que o padre Malagrida queria levantar. Pedro Dias Paes Leme achava absurda a ideia e explicava sua razão:

Fazer seminários ... é uma coisa bem desnecessária na conquista, porque para ensinar para ermitões basta uma pouca de melancolia e de gênio vil e é escusado mais palestras e ao mesmo tempo que o Estado está falto de gente e de bens consentir nestas fradarias não será mais parece precisão e decadência grande.

Seja como for, em abril de 1757 os padres pivôs da confusão em Inhomirim já estavam de volta ao colégio do Rio de Janeiro e o projeto de catequisar os índios Gueçuruçus malogrou, mas

¹⁹ AHU (Arquivo Histórico Ultramarino – RJ, Eduardo de Castro e Almeida). Carta do Bispo D. Antonio de Desterro para Thomé da Costa Corte Real.

²⁰ AHU (Arquivo Histórico Ultramarino – RJ, Eduardo de Castro e Almeida). Carta de Pedro Dias Paes Leme para Thomé da Costa Corte Real em 24 de julho de 1757. Cx. 88, doc. 20.284.

a discussão sobre o assunto continuou rondando a capitania, sinal de que as relações entre as autoridades e os jesuítas estavam cada vez mais deterioradas.

Pela resposta dada por Thomé da Costa Corte Real às cartas do governador interino José Antonio Freire de Andrade, escritas no final dos meses de abril e de junho do ano de 1757, sabe-se que a autoridade da capitania do Rio de Janeiro deu explicações ao rei sobre o acontecido e as resoluções tomadas contra a tentativa da Companhia de Jesus de se estabelecer no Caminho das Minas. Nestas cartas o governador deu uma informação que até aquele momento não havia aparecido: a permissão dada pelo bispo de cidade de Mariana para a entrada e permanência de um jesuíta na capitania, contrariando ordens reais que impossibilitava a entrada de qualquer regular naquele território. De acordo com o documento, o bispo teria argumentado que o religioso era seu sobrinho e que havia a necessidade de sua presença na região “para a regência do dito seminário e para as consultas dos casos graves que ocorrem naquele bispado”. Thomé Corte Real, em resposta ao governador, afirmou que as informações sobre o que teria acontecido com os índios não satisfizeram ao rei. Ele queria saber para qual aldeia eles teriam ido, quem os governava e se eles depois de “domesticados voltaram a fazer-se silvestres”. Além do que, queria informações também sobre os padres. Solicitava detalhes sobre se eles foram se estabelecer em outras paragens daquele sertão. Caso isso tivesse ocorrido, ordenava que fossem desalojados “de quaisquer aldeias que administrem nos sertões daquela capitania na conformidade das leis”. E, por fim, ordenava que o governador pedisse aos bispos clérigos capazes de servir de párocos nas “aldeias já estabelecidas e das mais que se puderem estabelecer”. Sobre o bispo de Mariana, informou ter enviado uma carta repreendendo ao mesmo e anexou uma cópia ao documento que estava lhe enviando²¹.

A carta ao bispo deixava claro que as atitudes tomadas por ele foram consideradas na corte como “transgressão manifesta” das ordens reais que proibiam a entrada de regulares no território de Minas Gerais. Estranhava ainda, o pretexto utilizado. Segundo o documento, outros bispos antes dele haviam conseguido resolver os problemas da diocese sem recorrer aos religiosos regulares e que, portanto, ele havia cometido “injúria dos clérigos diocesanos além de ter ofendido e faltado com o “respeito devido as reais ordens”. Finalizava, declarando a expressa proibição de “tolerância de todos e quaisquer regulares no território da sua jurisdição”. Caso repetisse a liberação da entrada deles, o rei demonstraria “seu justo e real poder” contra ele²².

²¹ Depois da expulsão e já no exílio, o padre Jesuíta José Caeiro escreveu um memorial sobre o todo o processo da saída dos padres dos territórios portugueses e nele, afirmava que um dos poucos religiosos a manter a cordialidade e humanidade com os inácianos havia sido o bispo de Mariana (Caeiro 1936, 680).

²² AHU (Arquivo Histórico Ultramarino – RJ, Eduardo de Castro e Almeida). Ofício do governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade ao Secretario Corte Real sobre o requerimento dos moradores do Caminho de Inhomirim a respeito dos padres jesuítas.

No dia 21 de julho de 1758, o bispo de Mariana respondia a carta recebida de Thomé da Costa Corte Real e lhe informava que havia despedido o padre da Companhia de Jesus que estava lecionando filosofia e lógica no Seminário de Mariana e que teve muitas dificuldades para encontrar um substituto. Se defendia da acusação de ter permitido a entrada de um regular no território de Minas Gerais lembrando que aceitou apenas os que haviam apresentado licença do rei ou dos governadores e que as ordens de admissão ou de expulsão dos regulares na capitania eram dirigidas aos governadores e estes liberavam ou não o movimento deles entre as capitanias²³.

Conclusão

Assim terminava esta tentativa de aldeamento dos índios no Caminho das Minas, mas, provavelmente, os jesuítas não tiveram muito tempo para lamentar o fracasso da missão. Eles já estavam envolvidos com problemas maiores ocasionados com as constantes ordens de D. José I e do já Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, de afastar os padres da corte portuguesa. Lutavam para proteger seus bens espalhados por todo o império português e que estavam sendo confiscados pela coroa e, por fim, em abril do ano de 1758, receberam a ordem papal para aceitarem uma reforma em sua instituição. Como desdobramento desta reforma, se viram réus de uma devassa que buscava comprovar que eles cometiam crimes de comércio e que tratavam mal aos indígenas aldeados, que roubavam e se apropriavam de terras alheias incorporando-as aos seu patrimônio e que manipulavam a justiça a seu bel prazer (Amantino 2019, 299-316).

O conjunto de documentos apresentado sobre a presença daqueles religiosos no Caminho Novo, demonstra que, nos anos iniciais da segunda metade do século XVIII, já havia uma certa oposição aos interesses dos inicianos na capitania do Rio de Janeiro, causada evidentemente, pela diminuição de seu poder na corte e pelo apoio que o poderoso secretário de estado, Sebastião José de Carvalho e Melo dava aos seus inimigos. Entretanto, não era ainda uma política de eliminação. Pode-se pensar que havia um movimento em amplos setores da sociedade visando a diminuição de seu poder e um afastamento das autoridades dos interesses da ordem. Contudo, com o rápido avançar de medidas contrárias aos jesuítas e, principalmente, com o breve papal de 1758 decretando a reforma da Companhia de Jesus, esta situação mudou radicalmente. Se antes, nos séculos XVI e parte do XVII eles foram essenciais aos projetos de missionação portuguesa, agora, com os novos

²³ AHU (Arquivo Histórico Ultramarino, Minas Gerais). Carta de D. Frei Manuel da Cruz, bispo de Mariana participando a execução da ordem régia de despedir o professor de Filosofia e substituí-lo por outro. 21 de julho de 1758. Cx. 73, doc. 44.

rumos tomados pela sociedade e sob a égide do pensamento iluminista português, tornavam-se entraves aos interesses da coroa e, portanto, precisavam ser destruídos.

Referências bibliográficas

Alden, Dauril. “Aspectos econômicos da expulsão dos jesuítas do Brasil: notícia preliminar”. Em *Conflito e continuidade na sociedade brasileira: ensaios*, org. H. Keith & S. F. Edwards, 31-78. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

Alden, Dauril. *The Making of an enterprise: The Society of Jesus in Portugal, its Empire and Beyond 1540-1750*. California: Stanford University Press, 1996.

Alencastro, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Almeida, Rita Heloisa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: Ed. UNB, 1997.

Amantino, Marcia. “Os jesuítas e os índios Gessaruçus nos sertões do Rio de Janeiro, século XVIII”. *Revista Caminhos da História*, 1 (2014): 11-32.

Amantino, Marcia. *A Companhia de Jesus na cidade do Rio de Janeiro: o caso do Engenho Velho, século XVIII*. Jundiá: Paco Editorial, 2018.

Amantino, Marcia. “Quando a igreja e a coroa se uniram para julgar a Companhia de Jesus: a reforma de 1758 e a sua devassa no Rio de Janeiro”. *Nomos*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC. Volume 39.1 (2019): 299-316.

Assunção, Paulo de. *Negócios Jesuíticos: cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: Edusp, 2004.

Caeiro, José. *Sobre o exílio das Províncias Transmarinas da Assistência Portuguesa da Companhia de Jesus*. Bahia: Escola Tipográfica Salesiana, 1936.

Carvalho, Roberta Lobão. “O antijesuítismo como projeto de governo: a construção do antijesuítismo na Amazônia colonial, século XVIII”. Em *A ação global da Companhia de Jesus: embaixada política e mediação cultural*, org. Eliane C. D. Fleck e Jairo Henrique Rogge. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 1378-1415.

Coelho, Mauro Cezar. “A construção de uma lei: o Diretório dos Índios”. *RIHGB*, 437 (2007): 29-48.

Costa, Antonio Gilberto. “Registro do Caminho Novo para as minas de ouro nos mapas antigos”. *Atas do VI simpósio luso-brasileiro de cartografia histórica*, Braga, Portugal, 4 a 7 de novembro de 2015.

Franco, Eduardo. *O Mito dos jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente* (séculos XVI a XX). Lisboa: Gradiva, vol. 1, 2006.

Franco, Eduardo. “O “terremoto” pombalino e a campanha de “desjesuitização” de Portugal”. *Lusitânia Sacra*, 18 (2006): 147-218.

Figueiredo, Luciano. “Pombal cordial: reformas, fiscalidade e distensão política no Brasil: 1750-1777”. Em *A “Época pombalina” no mundo luso-brasileiro*, org. Francisco Falcon e Cláudia Rodrigues, 125-174. Rio de Janeiro: FGV: Faperj, 2015.

Golin, Tau. *A Guerra Guaranítica (1750-1756)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade; Passo Fundo: UPF Editora, 1998.

Golin, Tau. *A Guerra Guaranítica; o levante indígena que desafiou Portugal e Espanha*. São Paulo; Terceiro Nome, 2014.

Hespanha, Antonio Manuel e Subtil, José Manuel. “Corporativismo e Estado de polícia como modelos de governo das sociedades euro-americanas do Antigo Regime”. Em *Brasil colonial*, org. João Fragoso e Maria de Fátima Gouveia, 127-166. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 1, 2014.

Leite, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1967.

Marquese, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Mendonça, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na Era pombalina*. Rio de Janeiro: IHGB, vol.1, 63-78, s/data.

Pollig, João Victor Diniz Coutinho. “O caminho Novo e a Boa Razão: conflito e a Lei de 1769”. Tese de doutoramento. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2017.

Rocha, Igor Tadeu Camilo. “Entre o ‘ímpeto secularizador’ e a ‘sã teologia’: tolerância religiosa, secularização e ilustração católica no mundo luso (séculos XVIII-XIX)”. Tese de doutoramento, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

Sampaio, Antonio Carlos Jucá de. *Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos, 1850-1888*. Dissertação de mestrado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1994.

Santos, Fabrício Lyrio. *Te Deum Laudamus. A expulsão dos jesuítas da Bahia, 1758-1763*. Salvador: Saga, 2019.

Santos, Fabrício Lyrio. *Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia (1750-1800)*. Tese de doutoramento, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2012.

Schwartz, S.B. “A economia do Império Português”. Em *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*, org. Francisco Bethencourt e Ramada Diogo Curto, 21-52, Lisboa: Ed. 70, 2010.

Silva, Francisco Carlos Teixeira da. *A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil colônia: (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)*. Dissertação de Mestrado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1990.

Souza, Evergton Sales. “Igreja e Estado no período pombalino”. Em *A “Época pombalina” no mundo luso-brasileiro*, org. Francisco Falcon e Cláudia Rodrigues, 277-306. Rio de Janeiro: FGV: Faperj, 2015.

Straforini, Rafael. “Estradas reais no século XVIII: a importância de um complexo sistema de circulação na produção territorial brasileiro”. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona. Vol. X, núm. 218 (33), 1 de agosto de 2006. http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-33.htm#_ftn28;

Villalta, Luiz Carlos et ali. “As reformas pombalinas e a instrução (1759-1777)”. Em *A “Época pombalina” no mundo luso-brasileiro*, org. Francisco Falcon e Cláudia Rodrigues, 453-498. Rio de Janeiro: FGV/Faperj, 2015.

Recebido: 02 de abril de 2020

Aprovado: 26 de abril de 2020

Imigração ibérica: reflexões sobre trabalho e sobrevivência de mulheres portuguesas e galegas no Rio de Janeiro

Iberian immigration: reflections on the work and survival of Portuguese and Galician women in Rio de Janeiro

Inmigración Ibérica: reflexiones sobre el trabajo y la supervivencia de las mujeres portuguesas y gallegas en Río de Janeiro

Érica Sarmiento*

<https://orcid.org/0000-0001-6133-4328>

Lená Medeiros de Menezes**

<https://orcid.org/0000-0003-2789-0464>

RESUMO: Durante muito tempo, as mulheres foram relegadas a um segundo plano nos estudos migratórios, condenadas a uma invisibilidade, incompatível com sua participação ativa nos processos de deslocamentos. O artigo contempla o Rio de Janeiro como terra de chegada e seu objetivo é dar voz a mulheres portuguesas e galegas e à luta por elas travada no espaço do trabalho, através de fontes quantitativas, nominativas, e depoimentos orais.

Palavras-chave: Imigração ibérica. Mulher e gênero. Rio de Janeiro. Trabalho e sobrevivência.

ABSTRACT: For a long time, women were relegated to the background in migratory studies, condemned to invisibility, incompatible with their active participation in displacement processes. The article contemplates Rio de Janeiro as the land of arrival and its objective is to give voice to Portuguese and Galician women and to the struggle for them locked in the space of work, through quantitative, nominative sources and oral testimony.

* Doutora em História pela Universidade de Santiago de Compostela (Espanha). Professora Adjunta de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), coordenadora do Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI/UERJ). Pesquisadora Produtividade CNPQ. Nível 2; Pesquisadora Jovem Cientista do Nosso Estado FAPERJ. E-mail: erisarmiento@gmail.com

** Professora Emérita e Titular de História Contemporânea da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do CNPQ. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ). Fundadora e coordenadora do Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI). E-mail: lenamenezes@hotmail.com

Keywords: Iberian immigration. Woman and gender. Rio de Janeiro. Work and survival.

RESUMEN: Durante mucho tiempo, las mujeres fueron relegadas a un segundo plano en los estudios migratorios, condenadas a una invisibilidad, incompatible con su participación activa en los procesos de desplazamientos. El artículo trata sobre el Río de Janeiro como la tierra de llegada y su objetivo es dar voz a las mujeres y las peleas portugués y gallego para ellos encerrados en el espacio de trabajo, a través cuantitativa, fuentes nominativas, y el testimonio oral.

Palabras clave: Inmigración ibérica. Mujer y género. Río de Janeiro. Trabajo y supervivencia.

Como citar este artigo:

Sarmiento, Érica; Menezes, Lená Medeiros de. “Imigração ibérica: reflexões sobre trabalho e sobrevivência de mulheres portuguesas e galegas no Rio de Janeiro”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 2 (2020): 359-385.

Introdução

“Silenciosas, as mulheres?” - pergunta Michelle Perrot em livro no qual discute a história das mulheres, defendendo a tese de que a invasão da presença e da palavra femininas foram “inovação do último meio século” e mudaram o “horizonte sonoro”. Apesar desse ruído, entretanto, segundo a autora:

Subsistem (...) áreas silenciosas e, no que concerne ao passado, um oceano de silêncio, ligado à própria divisão desigual dos traços, da memória e, mais ainda, da história, essa narrativa que, há muito tempo, ‘esqueceu’ as mulheres, como se, condenadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora de tempo, pelo menos fora dos eventos. (Perrot 1998, I)¹.

Quer se trate da escrita de uma história das mulheres ou de estudos de gênero, a proposta de compor uma narrativa sobre o passado, que fuja a uma escrita masculina, é não só esforço recente quanto cenário permeado por “zonas de sombra”. Algumas dessas sombras recaem sobre mulheres que vivenciaram – e vivenciam – processos de deslocamentos; tão ou mais espessas conforme as tradições culturais envolvidas.

A escrita de uma história no feminino – que contempla, principalmente, mulheres ² vem abrindo novos horizontes no que tange aos estudos migratórios. Cada vez mais, surgem trabalhos que demonstram que as mulheres, longe de ocupar o “lugar” da passividade, assumiam – e

¹ Tradução livre das autoras.

² Observe-se que ainda são pouquíssimos os trabalhos que tratam da homossexualidade, que ampliem o espectro do masculino e do feminino para além da divisão sexista tradicional.

permanecem assumindo – o protagonismo dos processos, destacando-se - no caso de mulheres que não partiam – sua atuação na decisão de emigrar; nos preparativos para a viagem (Menezes e Matos, 2017);³ na escolha dos caminhos a serem seguidos; na assunção de responsabilidades antes relegadas aos homens na terra natal. Quando partiam, por outro lado, assumiam papel dinâmico na construção de uma nova vida em terra estrangeira.

Essa tendência ganha visibilidade em uma historiografia que tem destinado importante espaço aos estudos dedicados à família, às relações econômicas e às redes sociais. Privilegiados esses temas, é possível perceber, por exemplo, transformações no seio das famílias e no processo da modernização político-econômica, impondo, conseqüentemente, novos papéis a serem assumidos pelas mulheres (Dalla-Corte Caballero 2015, 9). O desenvolvimento dos estudos feministas, desdobrados em estudos de gênero, denota, ainda, o caráter de construção social das sexualidades, com a mulher sendo alçada à condição de Sujeito da história, dotada de voz e participação nas tramas e configurações das sociedades e culturas (Bacelar 2004, 245). Se, de um ponto de vista geral, a Academia, há tempos, reconhecia sua importância em temas específicos, como a questão do trabalho, a mulher permanecia, regra geral, como coadjuvante: acessório destinado a referendar o primado masculino na sociedade. (Bacelar 2004, 245).

Para as mudanças historiográficas ocorridas nos últimos tempos, tem contribuído o uso de fontes nominativas, como registros de passaporte e de saída e entrada nos portos e, principalmente, a chamada história oral, que têm enriquecido os estudos sobre o tema e preenchido importantes lacunas, principalmente as inscritas no plano cultural e das emoções.

Este artigo tem como proposta central propor uma reflexão sobre imigrantes ibéricas, em especial portuguesas e galegas, que se fixaram na cidade do Rio de Janeiro no Pós-Segunda Guerra, 1945-1962 (Duroselle 1978), superando espaços nacionais na determinação da amostra e nas análises realizadas. As fontes principais são avisos publicados em jornais do Rio de Janeiro e depoimentos prestados por imigrantes, em entrevistas realizadas pelas autoras,⁴ com o apoio quantitativo dado por recenseamentos demográficos. Em termos metodológicos, o trabalho utiliza métodos quantitativos e qualitativos. Os primeiros, na demonstração do peso das imigrantes estrangeiras e na análise do crescimento da imigração feminina ao longo dos Novecentos. No segundo caso, um mergulho em trajetórias de vida consideradas emblemáticas, capazes de possibilitar o diálogo entre o individual e o coletivo. Resta dizer que todas as questões éticas

³ Destaque-se, por exemplo, a compra e a arrumação da mala, a determinação de seu conteúdo, a escolha dos alimentos a levar, bem como dos presentes para parentes e amigos emigrados. Sobre o tema, ver Menezes; Matos, 2017.

⁴ As entrevistas foram semi-estruturadas e, depois de transcritas, foram enviadas ao entrevistado, para que ele avaliasse se a narrativa era fiel ao relatado ou se havia alguma coisa que ele quisesse excluir ou acrescentar.

referentes ao uso das entrevistas foram observadas, razão pela qual, em determinados casos, aparece omitido o nome das entrevistadas.

Norte de Portugal e Galícia: caminhos intercruzados

Propondo um olhar que ultrapassa os limites colocados pelas fronteiras nacionais, é possível analisar o norte de Portugal e a Galícia⁵ como um único território de circulação, intercâmbios e deslocamentos. Nesse espaço integrado, a proximidade linguística⁶ mostra-se como importante vetor de análise, sendo significativo, o grande número de palavras comuns às duas línguas.⁷

Em sua tese de Doutorado, posteriormente transformada em livro, Érica Sarmiento analisou a circulação e os deslocamentos que caracterizavam a região. Segundo ela:

O país vizinho não representava só uma oportunidade de trabalho, mas também posteriormente, uma saída para o mar, cobiçada pelos que viajavam clandestinamente, fugindo das obrigações militares. Os portos portugueses presenciaram a despedida de milhares de emigrantes galegos (Sarmiento 2017, 81).

As proximidades linguística e cultural, bem como o fato de galegos terem partido para o Brasil pelo porto de Leixões, da mesma forma que portugueses deixaram a península por Vigo ou por Coruña, levou ao registro de identidades equivocadas nos registros feitos no porto de desembarque. Dessa forma, muitos portugueses entraram no Brasil como espanhóis, sendo o inverso também verdadeiro; ou seja, galegos entraram no país como portugueses, para o que muito contribuiu o uso de sobrenomes comuns. Por outro lado, desde cedo, manifestou-se a tendência de os portugueses serem chamados de galegos em terras brasileiras, com o mesmo peso discriminatório que era utilizado, por parte dos portugueses, em terras ibéricas (Alves 1997; Rodrigues 1994).

A emigração galega para Portugal era um fenômeno conhecido e representava um fator de preocupação para autoridades do século XIX, que viam a saída dos jovens varões como uma perda para o campo e para o serviço militar. Em 1838, o Governador da província de Pontevedra, fronteira com Portugal, informou ao capitão geral da Galícia que

⁵ A Galícia é um território no noroeste espanhol, uma das quatro comunidades autônomas do estado espanhol, que tem seus próprios costumes e idioma, os quais são muito próximos aos costumes do norte português

⁶ A Galícia possui idioma próprio, o galego.

⁷ Registre-se, a existência de um movimento que tem defendido, em suas origens, a aproximação do galego com o português. Algumas iniciativas tomadas, nesse contexto, merecem registro, destacando-se, dentre elas, o convite feito pelo então secretário da Academia Brasileira de Letras (ABL), Antônio Houaiss, a observadores galegos para participação no Encontro Internacional de Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa no Rio de Janeiro, por ocasião da discussão do acordo ortográfico entre países lusófonos. Em 2008, para citar outro exemplo, a Academia Galega da Língua Portuguesa (AGLP) elaborou o *Léxico da Galícia*, integrado ao Vocabulário da Língua Portuguesa.

(...) las relaciones de los naturales de la provincia de Pontevedra con sus vecinos del Reino de Portugal son comparativamente mayores que las de ninguna otra provincia limítrofe, hasta el punto de que se puede asegurar sin exageración que de alguno de los partidos de esta provincia apenas quedan jóvenes que no vayan a ganar la vida a Portugal” (López Taboada 1994).

Antes de integrarem os fluxos migratórios deslocados ao final do século XIX, em direção ao Brasil, os galegos deslocavam-se pela península ibérica, em busca de complementação de sua renda familiar agrícola. Podemos citar, como exemplos, os galegos naturais do leste e do sul da província de Pontevedra, fronteira com Portugal, que se dirigiam, principalmente, para as cidades de Lisboa e Porto, exercendo ofícios de carregadores ou ambulantes, ou trabalhando nos serviços domésticos e nos pequenos comércios (Alves 1997).

No começo do século XVIII, 30.000 galegos encontravam-se em terras lusitanas. Só na cidade do Porto, no ano de 1856, eles eram 1.856 indivíduos (Vázquez 1999, 223). Segundo o censo português de 1890, eram 27.138 os galegos, distribuídos pelos distritos do norte do país e, principalmente, pelas cidades de Lisboa e Porto (Alves 1997, 81). As migrações intrapeninsulares funcionavam, assim, como um importante apoio econômico e, também, como regulador demográfico, já que muitas regiões galegas produziam excedentes populacionais que a economia local e as atividades agrícolas não conseguiam absorver. Era necessário, então, buscar alternativas em outros espaços, fora das realidades locais (Vázquez 1999).

Algumas fontes históricas apresentam importantes dados acerca das relações entre Portugal e Galícia quanto à circulação nas fronteiras. A partir do levantamento dos livros dos protocolos notariais do município de Santa Comba (A Coruña), encontramos registros valiosos (escrituras de compra e venda, mandatos, testamentos, empréstimos, etc.), que exemplificam e explicam muitos casos de emigração a Portugal, mais especificamente para a cidade do Porto, como transcrito abaixo:

La Manuela González Costa que el tiempo de unirse en matrimonio el Manuel Castiñeira con su hija Manuela Amigo González solicito y obtuvo del mismo por el referido concepto de préstamo la suma de quinientas pesetas, las que le facilitó en diferentes partidas y que habrá ganado en la mencionada ciudad de Oporto⁸.

O trecho acima pertence a uma escritura de empréstimo do ano de 1894, do Concelho de Santa Comba. A viúva Manuela González, de 60 anos, pediu ao seu genro, imigrante na cidade do Porto desde o ano de 1892, um empréstimo no valor de 500 pesetas. A escritura reúne elementos explicativos de suma importância para a compreensão dos vínculos existentes entre a Galícia e o norte de Portugal, e, posteriormente, entre a Galícia e o Rio de Janeiro. De início, um dado relevante é o fato de, apesar do período da escritura compreender os tempos da Grande Imigração

⁸ Protocolos Notariais. Livro 1894, p.569. Arquivo Histórico da Universitário de Santiago de Compostela (AHUS).

para a América (1880-1930), ela representa uma continuação das chamadas migrações peninsulares, ou seja, dos deslocamentos dos galegos a Portugal antes de se dirigirem ao Brasil. Um segundo fator de importância é a origem dos envolvidos na escritura: eles pertenciam à região de Xallas, onde se localiza o município galego com maior índice emigratório para o Rio de Janeiro: Santa Comba (Sarmiento 2017).

No início do século XIX, enquanto a migração galega cruzava o Norte de Portugal, os portugueses do Norte deslocavam-se, de forma massiva, para o Rio de Janeiro:

Dos entrados no porto do Rio de Janeiro e desembarcados na corte entres os anos de 1820 e 1834, a grande maioria era nascida no Norte de Portugal, nas regiões do Douro e do Minho. Provenientes de Trás os Montes, das Beiras, do Algarve e do Alentejo chegaram poucos imigrantes lusos. Também era dos portos do Norte portugueses de onde provinha a maioria dos que arribavam aqui até 1830. A maior parte embarcava na cidade do Porto (Ribeiro 2002, 193).

Esse processo demonstrava a ocorrência de uma significativa alteração nas origens internas dos fluxos. Essa mudança foi facilitada, em parte, pela expansão dos caminhos de ferro, que possibilitou que aldeias do noroeste e norte do país: Alto Douro, Minho, Beiras e Trás-os-Montes, entrassem em contato com portos de embarque para outras terras. Quando a filoxera e o ódio devastaram os vinhedos dourenses, nas décadas finais dos Oitocentos, propiciando uma emigração de massa, essa reorientação já era uma realidade.

Considerando-se o censo imperial brasileiro de 1872⁹, estavam fixados, na cidade do Rio de Janeiro, 55.9933 portugueses e apenas 1.451 espanhóis, que ocupavam, então, a quinta colocação no conjunto das 26 nacionalidades estrangeiras fixadas na cidade. Considerados os números totais, contavam-se 17.302 (23.60%) mulheres no total de 73.306 estrangeiros, a maioria das quais, levando-se em consideração o peso da imigração de sua nacionalidade, eram portuguesas. Voltando-se o olhar para os registros das rubricas relativas à atuação profissional, elas eram religiosas, parteiras, professoras, artistas, capitalistas e proprietárias, comerciantes, costureiras, operárias do ramo de vestuário e chapéus, lavadeiras, criadas e serviços domésticos (a maior quantidade: 7.595), além das consideradas sem profissões (segunda maior incidência).¹⁰ Somem-se a estas aquelas que se posicionavam à margem da “boa sociedade”, como meretrizes e prostitutas, na lógica da expansão dessa atividade - faceta marginal da modernização nas cidades latino-americanas - em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, exemplos paradigmáticos para a América (Menezes 1992).

Computados os números globais, a imigração portuguesa foi sempre majoritária no Rio de Janeiro, chegando a atingir, em algumas conjunturas, percentuais superiores aos 75% no conjunto

⁹ Recenseamento do Brazil de 1872. População da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Typ G. Leuzinger, [1874?].

¹⁰ Recenseamento do Brazil de 1872. População da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Typ G. Leuzinger, [1874?].

dos estrangeiros radicados na cidade. Os espanhóis, embora seu número tenha se mantido sempre muito inferior aos portugueses, passaram a ocupar o terceiro lugar nas estatísticas, a partir de finais do século XIX. Por outro lado, se é possível dizer que imigração no Rio de Janeiro significou sempre imigração portuguesa, também é possível afirmar que a imigração espanhola na cidade significou, necessariamente, imigração galega. Nossa hipótese principal baseia-se na ideia de que a emigração galega para o Rio de Janeiro constituiu-se em prolongamento da e/imigração no norte da Península Ibérica, considerando-se a região como macro-espaço territorial; dotada de características comuns a ligar Portugal e Galícia.

Pelo porto de Leixões, a partir de sua inauguração em finais do século XIX, embarcaram indivíduos de todas as terras do norte e nordeste portugueses, bem como galegos, como aponta Alejandro Vázquez, para o período que antecede os anos 1870 (Vázquez 1999, 345), quando as saídas ainda se davam pelo porto antigo. A partir de então, a instalação de grandes companhias transatlânticas a vapor nos principais portos galegos facilitou a saída direta para o Brasil. No ano de 1882, por exemplo, saíram dos portos espanhóis 383 galegos, comparados com 24 espanhóis que embarcaram na cidade do Porto. Em 1887, a diferença aumentou, com 535 galegos saídos da Espanha e 22 saídos do Porto (Vázquez 1999, 347). Durante uma parcela considerável de tempo, Portugal teve importante papel na emigração no espaço peninsular e, posteriormente, nos deslocamentos transoceânicos, colocando-se como lugar de passagem para o embarque de galegos em direção ao Brasil.

Como analisamos nos parágrafos anteriores, a região galego-portuguesa caracterizou-se pela forte presença de homens envolvidos nos circuitos intrapeninsulares, antes de enfrentarem a aventura atlântica em direção aos países americanos, na segunda metade do século XIX. A tradição das migrações internas gerou um conhecimento, por parte dos galegos, das oportunidades oferecidas pelas terras brasileiras, através do contato com os portugueses, antigos colonizadores. Na segunda metade do século XIX, a imigração peninsular perdeu, de forma crescente, espaço para as migrações atlânticas. A partir dos fluxos orientados para as Américas, galegos e portugueses – uns recém-chegados e outros já estabelecidos – encontrar-se-iam em terras tropicais, especialmente no Rio de Janeiro.

A imigração galega ganhou, então, um novo significado no imaginário da sociedade carioca: os portugueses – que eram os imigrantes mais numerosos e mais antigos – transformaram-se em “verdadeiros” galegos. O termo foi introduzido, na cidade, pelos próprios portugueses, para se referirem aos jovens patricios que, ao chegarem ao Rio de Janeiro, lembravam os galegos que, nas cidades portuguesas, trabalhavam exaustivamente, em troca de uns poucos níqueis. A representação discriminatória tinha, portanto, raízes histórias, ocorrendo, entretanto, inversão das

nacionalidades. Os jovens caixeiros portugueses, que se iniciavam na árdua experiência imigratória, recordavam, em última instância, os galegos (da Galícia), que buscavam melhoria de vida em terras portuguesas. Por ironia do destino – ou da História –, os galegos, por sua vez, tenderam a se transformar em portugueses no Brasil. Analisando o contexto da época, é possível considerar, como lógica e natural, a interpretação que associava lusos e galegos, tornando-os um grupo indiferenciado, por suas afinidades históricas, geográficas e culturais, passíveis de serem confundidas na perspectiva do elemento nacional.

A análise das inserções espacial e profissional dos emigrados constitui-se, ademais, em importante fator explicativo para a compreensão da identificação galego-portuguesa no Rio de Janeiro. No mercado de trabalho, no período da Grande Imigração, por exemplo, os imigrantes portugueses consolidaram sua presença majoritária no ramo do pequeno comércio e da hotelaria. As mesmas profissões também foram exercidas pelos galegos. Por outro lado, os lusos tenderam a residir e trabalhar nas paróquias centrais, com destaque para a Candelária (até a virada dos Novecentos), São José, Santa Rita e Santana; localidades também habitadas pelos espanhóis/galegos, especialmente, as freguesias de São José, Santa Rita e Santo Antônio. No processo de expansão da malha urbana ambos se fizeram presentes, como, também, existiram proximidades na escolha de zonas de concentração de habitações coletivas, onde portugueses e espanhóis conviviam, no cotidiano, com as classes nacionais mais pobres, formadas por libertos e migrantes de outras regiões brasileiras (Sarmiento 2018; Menezes 1996; Menezes 2007).

As histórias inter cruzadas de galegos e portugueses encontraram no Rio de Janeiro um espaço frutífero de encontros, mas, certamente, também de desavenças e embates. As afinidades, por um lado, serviram para ambos se protegerem do hostil e desconhecido mercado de trabalho carioca. Por outro lado, essa proteção não os livrava da forte exploração que existia entre os próprios patrícios. A mobilidade econômica dependia, sempre, de máximo esforço na difícil e árdua escalada do imigrante ibérico em seus espaços de trabalho. A abastecer o mundo do trabalho carioca, tinham destaque as redes migratórias, que acolhiam os recém-chegados e os inseriam em seus sistemas de exploração e dependência afetiva, razão pela qual, os portugueses e galegos tinham menor presença nas hospedarias de imigrantes. Como “bons irmãos”, galegos e portugueses conviveram pacificamente, mas, seu cotidiano foi marcado, também, por tensões cotidianas. . De qualquer forma, ambos deixaram um legado de trocas na história da imigração na cidade do Rio de Janeiro.

O crescimento da e/imigração feminina ibérica

Segundo o texto introdutório da consolidação dos dados referentes ao Censo de 1920,¹¹ portugueses, italianos e espanhóis representavam: “(...) 88% da população estrangeira no Rio de Janeiro (como já representavam mais de 85% em 1906)”, sendo “incontestável que a esses três elementos deve-se atribuir o predomínio do sexo masculino, observado há muitos anos na constituição demográfica do Rio de Janeiro”.

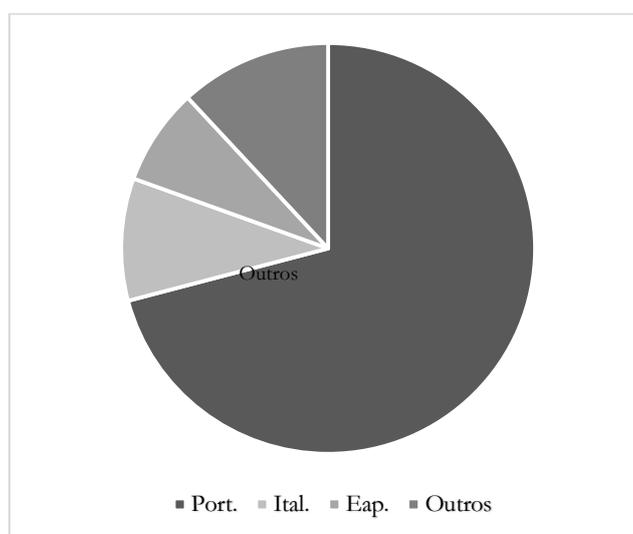


Fig. 1: Brasil. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria de Estatística. Censo 1920. Elaboração própria, “Estrangeiros no Rio de Janeiro (1920)”.

Constituindo-se nas três nacionalidades mais presentes na cidade, portugueses, italianos e espanhóis tenderam a emigrar sós ao longo do século XIX e na conjuntura da Grande Imigração. A presença minoritária das mulheres era fenômeno que tinha visibilidade por toda a cidade. Jovens solteiros e homens casados, que deixavam esposas chorosas do outro lado do Atlântico a esperar por um retorno que, muitas vezes, não ocorria, adensavam a participação masculina no conjunto da população brasileira. Essa desigualdade de sexos, já havia assim sido analisada na parte introdutória do mesmo censo:

No que diz respeito aos estrangeiros, indicam os coeficientes de sexualidade que os homens são mais numerosos que as mulheres em todos os distritos municipais, urbanos e suburbanos, quer em 1906 quer em 1920, correndo, portanto, o desequilíbrio observado na desigualdade numérica dos sexos por conta da população estrangeira, onde o número das mulheres representa pouco mais de 35% em 1920, contra pouco mais de 28% em 1906.¹²

¹¹ Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil*, realizado em 1 de Setembro de 1920. Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1927.

¹² Brasil. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil*, realizado em 1 de Setembro de 1920. Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1927.

A desproporção, porém, tendeu a ser atenuada à medida que os Novecentos avançaram, conforme ilustram tanto as estatísticas de entrada quanto os registros censitários que, apesar de remeterem a estoques populacionais e, portanto, sobreporerem gerações, tendiam a sofrer o impacto da maior longevidade das mulheres. Dessa forma, em uma perspectiva diacrônica, tornou-se, cada vez mais expressiva a presença feminina, fato explicado, também, pelo processo de reunificação familiar.

O crescimento no número de mulheres imigrantes passou a ter visibilidade desde as décadas finais do século XIX. A participação feminina nos cálculos gerais de entrada, no que se refere aos fluxos deslocados de Portugal, Itália e Espanha, porém, continuou minoritário ao longo de toda a imigração massiva que antecedeu a Primeira Grande Guerra. Após o período de guerras, entretanto, houve uma lenta e contínua expansão da participação feminina, conforme indicam os estoques populacionais medidos pelos censos demográficos.

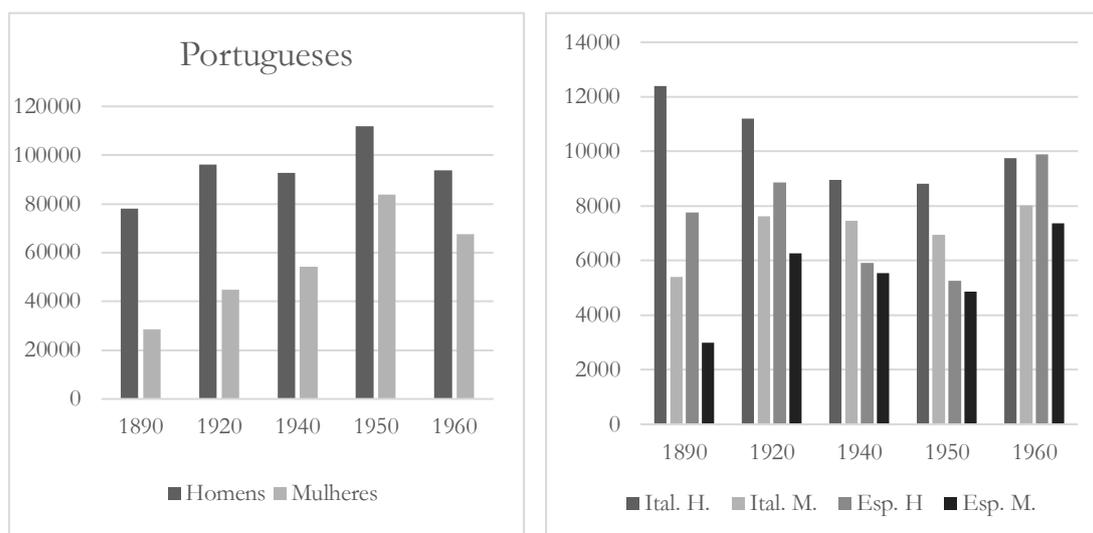


Fig. 2 e 3: Brasil. Brasil. Min. da Indústria, Viação e Obras Públicas, Censo de 1890; Min. da Agricultura, Indústria e Comércio, Censo de 1890; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censos de 1940, 1950 e 1960. Elaboração própria. “Portugueses, italianos e espanhóis no Distrito Federal.”

Considerando-se as três nacionalidades mais representadas nos censos de 1890, 1920, 1940 e 1950, o crescimento da presença feminina é expressivo, tendendo a um crescimento contínuo no caso português e a uma relativa estabilidade das duas outras duas nacionalidades, após a virada ocorrida entre 1890 e 1920.

No caso específico dos galegos, os estudos emigratórios para a América indicam que mais de 70% dos imigrantes estavam compostos por homens, mas, após a Segunda Guerra Mundial, o número de mulheres aumentou em até 40%, embora o maior número destas, seguindo a tendência tradicional, tenha se dirigido à Argentina. No ano de 1885, por exemplo, enquanto o país austral

tinha um contingente feminino de 2.081 mulheres, no Brasil havia o registro de apenas 481 galegas, procedentes, em sua maioria, das províncias de Pontevedra (49%), de A Coruña (45%), de Lugo (4%) e de Ourense (1%) (Sarmiento 2017; Vázquez 1999; dentre outros).

No final da última década do século XIX, a emigração feminina sofreu um incremento nas províncias interiores galegas (Lugo e Ourense). As mulheres originárias da província de Ourense chegaram a representar 10% da emigração, enquanto que as lucenses, 9%. Esse aumento do fluxo migratório feminino relacionou-se não só ao desenvolvimento da economia dos países receptores e, conseqüentemente, à ampliação do mercado de trabalho feminino, como, também, à consolidação e amadurecimento dos fluxos migratórios (Vázquez 1999, 374; Eiras Roel 1992, 228-229).

Os números relativos à população fixa na capital brasileira, contabilizados no primeiro recenseamento republicano (1890), demonstram que o quantitativo relativo às mulheres estrangeiras duplicou em menos de 20 anos, atingindo o total de 28.456 (26.97%) portuguesas e 2.971 (27.98%) espanholas, a maioria das quais eram galegas.¹³

Trinta anos depois, o Censo geral de 1920 já se mostrava impactado pelos contingentes chegados ao tempo da Grande Imigração, caracterizada pelo deslocamento massivo de populações dos campos europeus, como resultado do avanço capitalista, principalmente sobre a franja mediterrânica. Nessa conjuntura, de imediato pós Primeira Guerra, o total de mulheres nascidas na península duplicou no Distrito Federal, atingindo o total de 44.908 portuguesas (31, 82%) e 6.257 espanholas (41,36%), registrando-se, portanto, menor distanciamento por sexo no caso espanhol do que no português. No total das mulheres recenseadas, as casadas constituíam ampla maioria: 23.262 portuguesas (51.79% do total de mulheres) e 3.215 espanholas (51.38%). A elas se somavam 15.744 solteiras (14.153 portuguesas e 1.591 espanholas); 8.866 viúvas (7.427 portuguesas e 1.439 espanholas) e 78 mulheres (66 portuguesas e 12 espanholas), com estado civil registrado como ignorado.

No caso dos homens, por outro lado, havia quase equilíbrio entre solteiros e casados (44.965 solteiros e 46.617 casados, no caso português, e 4.403 solteiros e 4.085 casados, no caso espanhol). No caso da viuvez, os dados comprovam a idade mais longa das mulheres, pois as

¹³ Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas (MIVOP). Directoria Geral de Estatística (DGE). Quadro geral dos habitantes de naturalidade estrangeira recenseados no Distrito Federal em 1890. Rio de Janeiro, Officina da Estatística, 1898. Arquivo Nacional (Brasil). Disponível em <http://www-apps.crl.edu/brazil>. Consulta realizada na documentação que constitui o acervo pessoal de uma das pesquisadoras.

viúvas constituíam quase o dobro dos viúvos, estes apenas 4.480 portugueses e 362 espanhóis, demonstrando a tendência à maior longevidade por parte das mulheres.¹⁴

Expressa na Constituição de 1934 e confirmada pela Constituição de 1937, as cotas de entrada foram calculadas com base nos totais de 1885, estabelecendo-se o percentual de 20% sobre os quantitativos encontrados. No caso dos portugueses, entretanto, decretos específicos relativizaram e, depois, aboliram as cotas de entrada, com base na definição de uma nacionalidade de raízes lusitanas¹⁵.

Nesse novo cenário, a retração nos estoques demográficos refletiu os obstáculos interpostos à reposição dos estoques migratórios, o que teve grande visibilidade no caso de algumas nacionalidades. No caso dos portugueses, o impacto foi muito menor, por razões ligadas não só às cotas a eles atribuídas quanto à sua relativização e posterior desaparecimento. Considerados os efeitos sobre os sexos, observa-se que a retração afetou essencialmente os homens (96.190 em 1920 e 92.753 em 1940), deixando de fora as mulheres, cujos totais numéricos (23.262 em 1920 e 54.187 em 1940) apresentaram crescimento, por conta, em parte, dos processos de reunificação familiar¹⁶.

O Censo de 1940, acima referenciado, foi o primeiro após o estabelecimento das cotas de entrada e expressou o impacto destas, bem como a retração ocasionada pela guerra de 1914 e os anos de crise que a ela se seguiram, tanto por conta das dificuldades impostas nos países de partida quanto por conta da Guerra Civil na Espanha e à ascensão de governos ditatoriais nos dois países. O tímido crescimento ocorrido nos vinte anos que separaram os censos de 1920 e 1940 resultou, assim, de uma conjugação de fatores, embora o peso percentual das mulheres tenha crescido, em parte, como resultado do crescimento vegetativo; em parte como fruto da tendência à e/ imigração familiar. Segundo os registros censitários, havia 54.187 mulheres portuguesas (36.87% em relação ao total de homens e mulheres da mesma nacionalidade) e 5.546 espanholas (48.39%) fixadas no Distrito Federal (então cidade do Rio de Janeiro).

O Pós-Segunda Guerra (1945-1962) (Duroselle, 1978)¹⁷ foi marcado pela revitalização dos fluxos migratórios em direção às Américas. Finda a guerra e normalizada a navegação oceânica, o Brasil tornou-se, uma vez mais, terra de chegada de emigrantes econômicos, aos que se juntaram

¹⁴ Recenseamento do Brasil, realizado em 1 de Setembro de 1920. População estrangeira, segundo a nacionalidade, sexo e estado civil. Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1927. Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

¹⁵ A resolução nº 34, do Conselho Nacional de Imigração, datada de 24 de abril de 1939, pôs fim a qualquer restrição numérica para a entrada de imigrantes portugueses, sendo apresentados, como fundamentos: a religião, língua, costumes, afinidades históricas e raciais, sendo mencionada, no texto, a existência de fraternidade entre brasileiros e portugueses e sua importância para a formação da nacionalidade brasileiras, considerada, historicamente, luso-brasileira.

¹⁶ Recenseamento Geral do Brasil [1º de Setembro de 1940]. Série nacional, vol. II. Censo Demográfico: População e Habitação. Quadro de totais para o conjunto da União e de distribuição pelas Regiões Fisiográficas e Unidades Federadas. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950. Biblioteca do IBGE.

¹⁷ Estes são os parâmetros temporais utilizados por Duroselle, que considera o ano de 1962 como o de rompimento das alianças em cada um dos blocos na bipolaridade estabelecida a partir de 1947, quando a Inglaterra, que até então fazia papel de potência de primeira linha, mostrou sua fragilidade.

deslocados de guerra. No primeiro caso, manteve-se a tendência à chegada massiva dos fluxos tradicionais, constituídos por portugueses, italianos e espanhóis (galegos em sua maioria). Estes reativaram antigas cadeias migratórias, colocadas em estado de latência ao tempo da guerra, responsáveis, em parte, pela elevação dos números de entrada em 1952/3, sem nunca atingir, entretanto, a pujança dos deslocamentos ocorridos na conjuntura da Grande Imigração.

A tendência a uma maior visibilidade da mulher imigrante foi, então, consolidada, registrando-se, em 1950, a presença de 52.565 portuguesas (39.79% do total) e 4.871 (48.04%) espanholas. Por outro lado, o censo demonstrou uma maior concentração - tanto de homens quanto de mulheres - de indivíduos na faixa dos 40 aos 69 anos, demonstrando, assim, que os números censitários contemplavam imigrantes chegados há tempos na cidade, antes da elevação dos quantitativos de entrada na década de 1950, cujo ápice ocorreu no ano de 1952¹⁸.

Apesar da queda nos números absolutos de portugueses fixados na cidade do Rio de Janeiro (Estado da Guanabara a partir do deslocamento da capital para Brasília), o Censo de 1960 expressou o impacto dos fluxos chegados à cidade no período de renascimento da imigração de massa dos anos 1950. O peso dessas entradas, entretanto, foi atenuada, por conta de uma população estrangeira envelhecida que, em dez anos, teve baixas consideráveis. Muitos dos imigrantes que chegaram nessa nova onda massiva de imigração (anos 1950 e 1960) eram mulheres, que se haviam deslocado em companhia de maridos e familiares, ou que haviam deixado sua terra natal para encontrar seus companheiros, em geral, em companhia dos filhos. Não deve, também, ser desprezada a imigração de mulheres solteiras e sós, como Maria C. D. F¹⁹, natural do Porto, que partiu de Portugal, em 1955, ao completar 18 anos, ao saber que a madrinha que a criava “não mais queria saber dela”.

O número relativo a homens e mulheres vindos de Portugal e da Espanha (da Galícia, majoritariamente), residentes na cidade, manteve, em geral, equivalência em termos de desigualdade entre os sexos. Foi então registrada a presença de 67.512 portuguesas (41.87% do total da nacionalidade) e 7.372 espanholas (42.67%), com os percentuais relativos às duas nacionalidades mostrando-se muito próximos, com o percentual aproximando-se dos 50%²⁰.

¹⁸ Censo Demográfico de 1950. Serviço Nacional de Recenseamento. Série Nacional, vol. I., Rio de Janeiro, IBGE, 1956, p. 82 (estrangeiros presentes, discriminados por países de naturalidade e sexo, segundo as regiões fisiográficas e as Unidades da Federação). Biblioteca do IBGE. Registre-se que o ano de 1964 e os primeiros tempos de regime militar no Brasil conheceram queda muito acentuada no número de entradas, seguindo-se a caracterização do país não mais como país de chegada, mas de partida.

¹⁹ Depoimento prestado em entrevista concedida a Lená M. de Menezes, em 02 de agosto de 2012, que contou com a participação da bolsista Marina Sanches Barbosa.

²⁰ Censo Demográfico de 1960. VII Recenseamento Geral do Brasil, Série Regional, vol. I, tomo XII, 1ª parte: Guanabara, p. 12 (Estrangeiros por sexo e situação de domicílio segundo país de naturalidade). Biblioteca do IBGE.

Na dialética entre o partir e o ficar, um papel especial foi ocupado pelas “viúvas de vivo”, tanto na Galícia quanto em Portugal:

O meu homiño perdeuse,
ninguén sabe en onde vai...
anduriña que pasache
con el as ondas d'o mar,
anduriña, voa, voa
ven e dime en onde está.
(Castro e Follas Novas, 1880)

É mais do que conhecida a expressão *viúvas de vivo*, cunhada pela poetisa galega Rosália de Castro, em sua obra *Follas Novas*, para referir-se à realidade vivida por milhares de mulheres galegas que, em sua terra natal, choravam a ausência do marido; sobreviventes do fenômeno imigratório que assolou o Norte da península ibérica.

A expressão foi apropriada por Caroline Brettel para o caso português, em sua obra sobre a emigração de uma freguesia minhota (Brettel 1991), analisando como todo um conjunto de mulheres vivenciaram, sem se deslocar, o período da Grande Imigração, e tiveram suas vidas para sempre marcadas pela partida de seus maridos, condicionadas a ser uma espécie de Pénélope, a viver à espera do retorno de seus companheiros. Para muitas delas, tal desejo nunca se realizou, e o momento da partida foi aquele no qual elas os puderam ver pela última vez.

No século XIX, a participação da mulher galega e/ou da portuguesa, nos deslocamentos transoceânicos, mostrou-se inferior à média espanhola e portuguesa para o século que se seguiu, devido à pouca expressão da imigração familiar nos Oitocentos. No caso específico das galegas, é importante registrar que o fenômeno se distanciava da realidade vivida em outras regiões espanholas, caso, por exemplo, na Andaluzia, que registrava a partida de famílias inteiras dispostas a se instalar nos campos brasileiros. Na Galiza, como no norte de Portugal, predominava a imigração de homens solteiros, como, também, de homens casados, que, em geral, tinham a intenção de retornar à pátria. Por outro lado, a imigração feminina galega, que tinha por objetivo complementar uma renda familiar baseada na agricultura de subsistência, cumpria rotas traçadas na própria da península. Mesmo sem cruzar o atlântico, essas mulheres buscavam melhorias econômicas em terras de outrem. (Eiras Roel e Castelao, 1992).

A participação das mulheres nos processos migratórios esteve, assim, estreitamente vinculada ao sistema fundiário; à forma dominante de organização familiar e às complexidades do sistema de estratificação social. A saída dos varões e as condições econômicas do local de origem contribuíram para que elas tivessem um papel ativo em determinados nichos de mercado, como o trabalho doméstico, proporcionando-lhes, também, certa liberdade e mudanças de comportamentos, como a motivação da atividade sexual fora do matrimônio e o alto nível de

celibato feminino. Essa liberdade, entretanto, deve ser analisada no contexto da estrutura socioeconômica do local de origem e não como conquista espontânea ou consciente das mulheres envolvidas no processo. Na Galícia, no norte de Portugal e no Brasil (ainda que com menor impacto), essas mulheres eram continuamente vigiadas pelos costumes e valores de sua sociedade, com as redes de solidariedade e os mecanismos informais encarregando-se de vigiar de perto tantas as que partiam como aquelas que, na terra natal, esperavam pelo retorno de maridos, irmãos e filhos.

Galegas e portuguesas estavam submetidas a um modelo migratório que fracionava o núcleo familiar em dois grupos: os pais e esposas dos imigrantes, que permaneciam nas aldeias, e os filhos e os maridos que partiam para as Américas. Essa estrutura favorecia retornos temporais ou definitivos (Villares e Santiago 1996), fazendo surgir “brasileiros” e “indianos” em terras ibéricas. Os homens emigravam e deixavam suas terras aos cuidados das esposas e do restante do núcleo familiar. Visavam, assim, garantir suas posses, no caso de um possível fracasso em sua experiência migratória. Por outro lado, quando vinham adquirir propriedades na terra natal, tendiam a fazê-lo através de recursos obtidos nas Américas, aumentando, assim, seu patrimônio. Dessa forma, as remessas, para além de garantirem a sobrevivência familiar, tornavam-se garantia de um futuro melhor.

A mobilidade da mulher dependeu, em grande parte, da existência de algum parente que a reclamasse, para, então, poder partir rumo à América. A emigração feminina, além disso, estava exposta a várias restrições e situações de risco, incluindo a própria viagem.

De acordo com a legislação portuguesa, as mulheres casadas e os filhos menores não podiam emigrar sem a autorização dos maridos e pais. Restringiam-se as saídas para o estrangeiro, já que a permanência dos laços conjugais e manutenção da família em Portugal funcionavam como um suporte, ampliando as possibilidades do retorno, e facilitavam os fluxos das remessas, que se tornaram essenciais para a família e a economia do país (Menezes e Matos 2017, 155).

No caso espanhol, as *Reales Ordenes de Gobernación*, de 7 de outubro de 1902 e de abril de 1903, obrigavam à obtenção da permissão dos pais ou tutores, no caso de menores de 23 anos viajando sós. No tocante às mulheres, era exigida a permissão dos maridos para as mulheres casadas, se não viajassem acompanhadas. Posteriormente, a Lei de Emigração de 1907, que reconhecia a liberdade de todo espanhol emigrar, foi restritiva e protecionista, já que impôs disposições semelhantes às exigidas para mulheres casadas e menores de idade que viajassem sozinhas. A legislação de 1924 não melhorou a situação das mulheres, ao contrário, elevou para 25 anos a idade das solteiras que não podiam embarcar sozinhas. Ao depender da figura masculina, muitas mulheres partiram para a América não somente para ajudar na economia doméstica, mas também porque eram filhas, mães, irmãs ou esposas de emigrantes (Caglio Vila 1997).

A própria colônia galega, em alguns países, atuou contra a emigração feminina, o mesmo ocorrendo no caso português. Durante o período de 1916 a 1921, por exemplo, a campanha espanhola contra o deslocamento de mulheres foi intensa. A opinião pública cubana, e particularmente a colônia espanhola, escandalizavam-se frente ao crescente fenômeno da prostituição das numerosas serventes espanholas, em sua maioria galegas. O mesmo ocorria com as portuguesas que, regra geral, compunham o universo do baixo meretrício na capital brasileira. A imagem depreciativa das “serventes” galegas, entretanto, começou a mudar a partir da década de 30, quando a própria condição profissional das imigrantes sofreu variações, com a passagem das serventes a donas-de-casa. A maioria das serventes galegas casou com patrícios, e quando a situação econômica do esposo permitia, elas deixavam o trabalho para se dedicarem às tarefas do lar. A partir do momento em que a situação econômica do cônjuge não era suficiente para sustentar a família, elas buscavam trabalhos relacionados com o serviço doméstico ou ajudavam nos negócios familiares (Vidal 2002, 191-245).

Com relação aos casamentos no interior de um mesmo grupo étnico, os portugueses nos dão um excelente exemplo. Apesar do mito da miscigenação, eles tenderam a contrair núpcias com patrícias ou filhas de portugueses. Muitos comerciantes, inclusive, quando reuniam recursos, viajavam a Portugal em busca de esposas. No caso de casamentos realizados no Brasil, as redes sociais que eram tecidas propiciam enlacs no próprio grupo, o que tinha como resultado principal a manutenção dos negócios em mãos portuguesas. Essas teias familiares e de negócios podem ser analisadas a partir de algumas trajetórias, dentre as quais, aqui destacamos a de Matheus Lourenço de Menezes.

Açoriano da Ilha Terceira, Matheus Lourenço nasceu em 1867, na Praia da Vitória, Diocese de Angra do Heroísmo, e morreu no Rio de Janeiro, em dezembro de 1950, pouco depois de completar 80 anos de idade. Emigrou para o Brasil na companhia de duas irmãs, uma das quais, Maria, casou-se com um açoriano da ilha do Fayal, que se tornou comerciante de sucesso na Praça do Rio de Janeiro. O próprio Matheus casou com a filha de renomado português, que havia se deslocado de Santos para o Rio de Janeiro, também empreendedor. Do casamento de Matheus com Maria Augusta, nasceram três filhos. Dois deles casaram com filhas de pais portugueses e mães portuguesas de segunda geração. Apenas na terceira geração esses vínculos étnicos deixaram de ser reproduzidos.²¹

²¹ A trajetória foi descrita em um diálogo entre memória familiar e avisos diversos publicados em jornais de época (Jornal do Brasil, A Noite e outros), bem como da documentação depositada no Arquivo de Angra do Heroísmo, com destaque para o registro de batismo de Matheus Lourenço e livros de passaportes.

Em determinadas conjunturas, a própria legislação levava à reprodução, na cidade de acolhimento, de redes familiares e de vizinhança tecidas em Portugal. Foi o caso das cartas de chamada, requisito indispensável à imigração em países sul-americanos em determinadas conjunturas. No Brasil, esse documento tornou-se obrigatório em 1911, para os maiores de 60 anos, sendo ampliado nas décadas que se seguiram. Pais e maridos, no caso das mulheres, responsabilizavam-se por aquelas que partiam. As cartas de chamada, bem como outros tipos de missivas, são hoje fontes preciosas para a análise de facetas fugidias dos processos migratórios. No caso da correspondência entre maridos e esposas, é possível travar contato com as preocupações com o patrimônio na terra natal, com a viagem transoceânica, com possíveis dificuldades a serem enfrentadas na terra de acolhida, com comportamentos esperados, e, também, com avisos sobre determinados comportamentos ou a interdição à vinda de alguns familiares.

Na sua maior parte, as missivas visavam consentir o embarque, mas, em certos casos, os remetentes desestimularam a partida para o Brasil, relatando as dificuldades do cotidiano. Por vezes, genros se manifestavam explicitamente contra a vinda das sogras. Em outras usavam de subterfúgios para dissuadi-la da viagem, denotando ressentimentos e impondo condições; caso a sogra viesse, no Brasil a situação seria diferente e ela deveria se submeter ao genro (Menezes e Matos 2017, 156).

Imigrantes trabalhadoras na capital brasileira²²

Na questão do trabalho, as proximidades existentes entre mulheres provenientes do norte de Portugal e da Galícia têm expressiva visibilidade, quer no tocante ao trabalho doméstico quer com relação à presença no pequeno comércio, constituído por armazéns, quitandas, açougues, bazares, pensões, hotéis, casas de pasto, lanchonetes e bares. É possível, também, observar que a invisibilidade historiográfica sobre o trabalho por elas desenvolvido não é compatível com sua participação ativa no cotidiano urbano. Ainda que essa participação seja minoritária no que diz respeito aos dados quantitativos globais, silenciada em muitas zonas de sombra, como é o caso do pequeno comércio, ela se mostra majoritária e adquire maior visibilidade, em determinados nichos de mercado. É o caso do trabalho doméstico, conforme demonstra o censo realizado na cidade do Rio de Janeiro, em 1906, que coloca o foco na questão das profissões. Este registra um total de 18.520 mulheres estrangeiras (72.82% do total) que trabalha em serviços domésticos, contra apenas 6.912 homens. Entre estas, consideradas as tendências da imigração na cidade, destacavam-se,

²² O Rio de Janeiro foi capital desde os tempos imperiais, tendo sido transferida de Salvador no ano de 1763, devido ao escoamento do ouro de Minas Gerais. Em 1808 tornou-se sede da monarquia bragançina, com a fuga da família real para o Brasil, devido às campanhas napoleônicas. Em 1815, tornou-se capital do Reino Unido ao de Portugal e Algarves e em 1822, com a Independência do país, capital do Império do Brasil. Em 1898 tornou-se capital da República, situação que perdurou até o ano de 1960, quando a capital foi transferida para Brasília, no Planalto Central, nunca perdeu, entretanto, sua capitalidade.

portuguesas, italianas e espanholas. Deve ser ressaltado, também, o elevado número de mulheres quantificadas na rubrica “Sem profissão declarada, maiores de 15 anos”: 15.655 mulheres (80.54%) e 3.782 homens, e na de “Profissões desconhecidas”: 6.178 mulheres (93.83%) e 406 homens. No tocante a outros registros, sua presença é inexpressiva, com exceção da indústria do vestuário e *toilette*, na qual a presença feminina, embora minoritária, mostra-se importante: 5.124 (36.66%), em um total de 13.977 trabalhadores.

Como afirma Pilar Cagiao, no momento em que as mulheres deixaram de ser “viúvas de vivos”, para seguir o caminho da emigração, sua incorporação à América passou a ser, de diferentes formas, mais “dramática” do que a do homem. As penúrias e desgostos começavam na viagem, com o assédio compondo a cenografia da travessia oceânica. Chegadas ao país de destino, as estruturas patriarcais limitavam sua ação, apesar da e/imigração possibilitar, em última instância, liberdades impensadas na terra natal. Do ponto de vista profissional, regra geral, a elas eram delegados trabalhos mal remunerados e de pior consideração social (Cagiao Vila 1991, 78-81).

Nos serviços domésticos, no interior das fábricas e em estabelecimentos de menor porte, as mulheres, comumente, eram alvo de assédio e, mesmo, de abusos por parte de seus empregadores. Em um contexto de polarização entre mães de família e mulheres consideradas fáceis, ser “criada de servir” implicava a reprodução de muitos estereótipos, não apenas no Brasil, que tinha heranças da escravidão, mas, também, na própria Península Ibérica, em especial, nas maiores cidades.

O exemplo dado por Piedade C.,²³ natural de Macieira, em Portugal, é emblemático dos vínculos que podiam ser estabelecidos, nos níveis da prática e das representações, entre determinadas ocupações e a prostituição. Piedade tinha 34 anos, era solteira e moradora à rua da Alfândega, nº 89, no centro do Rio de Janeiro quando foi chamada a depor na polícia, contra o homem que a explorava. Segundo ela, chegara de Portugal em companhia de um indivíduo natural de Lisboa, preso e processado por lenocínio, em 1909. Segundo seu depoimento, ela havia conhecido o acusado, por volta de 1903, naquela cidade, onde era criada de servir. Logo que com ele se amasiou, ele largou o emprego em uma fábrica e passou a explorá-la. Para fugir à situação, ela partiu para o Brasil, mas ele a seguiu e, mesmo estando ela a viver com outro homem, continuou a dar-lhe dinheiro sob a ameaça de morte. Com base em suas informações, seu explorador foi expulso (Menezes, 1996), embarcando para Lisboa em 07 de janeiro de 1910, mas a experiência

²³ Piedade foi depoente no processo de expulsão movido contra seu explorador. Cf. Arquivo Nacional (Brasil). SPJ, Módulo 101, pacotilha IJJ⁷ 159. Optamos por manter o sigilo do sobrenome, por questões éticas.

por ela vivida serve de exemplo do quanto ser criada de servir implicava vulnerabilidade, quando não a ideia de acessibilidade, ensejando representações estereotipadas.

Nas clivagens existentes, a origem das trabalhadoras, muitas vezes, tinha seu peso. Considerando as galegas em Buenos Aires, Moya (2001, 11) demonstra, por exemplo, que elas estavam concentradas em trabalhos menos qualificados do que outras espanholas, com a associação conceitual entre trabalho doméstico e sexualidade fazendo-se presente no dia-a-dia das “mucamas” galegas. Vistas pela sociedade como pessoas comprometidas, dentro do lar, com o patrão, os filhos, e em menor medida, com os outros serventes, o preconceito fazia-se permanente. A desigualdade das relações “amo-servo”, combinada com os padrões morais, prestava-se a abusos de poder que adquiriam dimensão sexual.²⁴ Para Vázquez, a tradicional divisão sexual e a demanda do mercado de trabalho dos países de imigração privilegiavam a mobilidade da mão de obra masculina. Tudo isso, unido a questões, como o serviço militar obrigatório para os jovens varões; a divisão familiar da pequena propriedade; e os obstáculos legais para a emigração feminina colaboravam para a discriminação à mulher, limitando a sua participação nos fluxos migratórios (Vázquez 1999, 165).

Ao lado de seus maridos ou de familiares, encobertas pelo manto do silêncio, alguns registros demonstram que as mulheres contribuíram, com sua força de trabalho, para o sucesso dois negócios familiares, apesar de terem uma atuação que pode ser considerada “silenciosa”. As fontes numéricas, por outro lado, reforçam os silêncios, tendo em vista serem assexuadas. Algumas zonas de sombra, entretanto, podem ser penetradas, quando as vozes femininas são ouvidas, através do recurso à História oral, crucial no desvelamento de trajetórias mais recentes, tendo em vista que as primeiras e/imigrantes já não podem narrar suas vivências e, raramente, deixam, de próprio punho, registros de suas trajetórias. Nesse sentido, é importante lembrar que apenas contamos com depoimentos de mulheres que participaram da chamada Segunda Imigração, compreendida entre as décadas de 1940 e 1960.

Trabalho doméstico: um estudo de caso

Através do levantamento de fontes nominativas, como as matrículas do Consulado Espanhol do Rio de Janeiro, no período que se estende da segunda metade do século XIX à década de 1930, contabilizamos o total de 241 mulheres entre 1877 e 1939. Desse total, um percentual de

²⁴ Na Argentina o estereótipo da mucama galega ganhou vida através de vários personagens, como *Ramona*, personagem idealizado pelo desenhista Lino Palacio a partir de uma imigrante real (uma criada galega) e que entre os anos de 1930 e 1933 apareceu regularmente nas páginas do jornal portenho *La Opinión*. Um dos argumentos prediletos era apresentar a infeliz mucama como vítima de *vivos*, *compadritos* e demais aproveitadores do submundo urbano portenho, com os quais se prometia em casamento, dando-lhes todas as suas economias e depois sendo abandonada por eles (Núñez Seixas 2002, 84).

99,1% estava formado por donas de casa.²⁵ Esse contingente iniciou sua experiência emigratória posteriormente aos homens, na década de 1910, consolidando essa tendência nos anos 1920, com os reagrupamentos familiares.

Na análise da ocupação galega feminina no Rio de Janeiro, porém, percebemos algo contraditório, ao realizar o cruzamento de dados relativos às imigrantes. Como afirmamos anteriormente, de um total de 241 mulheres registradas no consulado espanhol, 228 delas afirmaram não trabalhar e se declararam “donas de casa” (em espanhol “*sus labores*”). No entanto, 90 dessas mulheres disseram-se solteiras. Concluímos que aí se impõe uma verdadeira nebulosa, pois ser “dona de casa” referia-se, socialmente, às mulheres casadas. Uma das hipóteses possíveis é a de que as solteiras assim se declaravam pelo fato de terem sido chamadas, por parentes, para ajudarem nos serviços domésticos no interior de seus lares, ou, mesmo, nos estabelecimentos comerciais. Outra hipótese relaciona-se com o fato das emigrantes, que exerciam a profissão de empregada doméstica, tenderem a se dizerem “donas de casa”, com o intuito possível de ocultar uma profissão que era marginalizada na sociedade brasileira, ocultando, assim, a exploração de sua força de trabalho no interior de outros lares que não o seu.

No final do século XIX e começo do século XX, recém-concluído o processo de Abolição da Escravatura (1888), os trabalhos domésticos e, de uma forma geral, qualquer trabalho braçal, era visto pela sociedade brasileira como ofício depreciativo, antes destinado aos negros/as escravizados/as. Eram as escravas, por exemplo, que exerciam as funções de cozinheira, arrumadeira, lavadeira, passadeira, faxineira, babá, ama de leite, etc. Por isso, pode ser que as emigrantes, confrontadas com realidade brasileira, manifestavam algum tipo de receio ou pudor em revelar o exercício dessas ocupações. Cabe, também, a possibilidade de que, vivendo na casa de um parente, e trabalhando como empregada doméstica, a imigrante tivesse interesse em ocultar o fato. Nesse caso, ao conviver em um ambiente familiar, preferiam designar-se “donas de casa”. A opção por trabalhos domiciliares, por outro lado, era solução para mulheres que desejavam ou necessitavam trabalhar, para sua sobrevivência, desempenhando tarefas que não precisavam de especialização. Em todo o levantamento realizado, a partir das inscrições do Consulado do Rio de Janeiro, somente uma emigrante afirmou ser “mucama”; ocupação associada à imagem da escrava que exercia as tarefas na casa de seu senhor.²⁶ Não pode ser esquecido, por outro lado, que tanto mulheres quanto homens acolhidos por familiares, amigos e patrícios eram instados a desempenhar

²⁵ Inscrições consulares, século XIX- 1939. Arquivo do Consulado Espanhol do Rio de Janeiro (ACERJ). Sarmiento, 2017.

²⁶ Inscrições consulares, século XIX- 1939. ACERJ.

tarefas domiciliares, como forma de retribuição ao seu “acolhimento” (Matos 2002, 11; Menezes 2017).

Ainda que levantamento semelhante para as portuguesas não tenha sido realizado, considerando os registros consulares, é possível verificar, através de alguns depoimentos, que o processo não se distanciava muito do descrito com relação às galegas, com as quais elas estabeleciam relações de vizinhança, amizade e trabalho. O caso da portuguesa Margarida C. M²⁷, que chegou ao Brasil, com pai, mãe e uma irmã, é ilustrativo das formas de exploração que afetavam o trabalho doméstico, vergado sob o peso das heranças da escravidão.

Com 18 anos, Margarida foi obrigada a trabalhar, porque o pai adoeceu. Por sugestão do senhorio da casa onde a família morava, ela e a irmã foram morar e trabalhar em sua casa, assumindo todas as tarefas domésticas, condição exigida para o senhorio não despejasse o pai doente e a mãe. A irmã, mais rebelde, fugiu, certo dia, para ir ao circo e acabou sendo devolvida à família, mas Margarida permaneceu, até casar, na casa do dono do imóvel onde sua família morava. Por conta desse trabalho, cumprido em tempo integral, nunca frequentou a escola, tendo sido alfabetizada pela família do patrão. Essa condição de quase escrava fez surgir, nela, uma subserviência que a acompanhou pelo resto de sua vida. Segundo a filha, sempre que ela visitava alguém, mesmo já casada e com filhos, costumava entrar pela porta dos fundos.

Secularmente, o serviço doméstico na cidade do Rio de Janeiro era desempenhado por negros/as escravizado/as. Com o fim da escravidão, e com os fluxos massivos de imigrantes europeus chegados à cidade, as referências às imigrantes dedicadas ao trabalho doméstico aumentaram consideravelmente. Uma explicação para o fato foi a preferência manifestada pela alta sociedade de época de ‘branquear’ seus serviçais, a partir de concepção segundo a qual o trabalho exercido por europeias era superior, representando, em última instância, a chegada da civilização nos trópicos (Menezes 2007).

Na sociedade do pós-abolição, muitas estrangeiras passaram, assim, a ocupar espaços antes monopolizados pelo braço escravo. Em sua tese sobre as criadas estrangeiras no Rio de Janeiro, no período da Grande Imigração, Natalia Batista Peçanha, a partir de uma análise realizada a partir de anúncios de jornal da época, verifica que as demandas e as ofertas por europeias não foram, porém, dominantes. A partir dessa constatação, a pesquisadora afirma que a forma de contratação por anúncios poderia não ser a primeira opção dos recém-chegados que precisavam se empregar (Peçanha 2018).

²⁷ Depoimento prestado em entrevista concedida a Lená M. de Menezes, em 24 de agosto de 2017.

Segundo os resultados de sua pesquisa, a imigração ibérica urbana e espontânea, incluindo aí os fluxos femininos, caracterizou-se, na cidade do Rio de Janeiro, por cadeias migratórias formadas desde a segunda metade do século XIX (Sarmiento 2017). Considerado esse contexto, as mulheres que trabalhavam em casas de família, como foi mencionado anteriormente, tendiam a omitir sua condição de empregada doméstica, visto se empregarem à margem do mercado formal, tendo por padrões parentes ou indivíduos que compunham suas redes de sociabilidade. O papel da mulher imigrante galega, como também da portuguesa, porém, era muito presente no setor, não só aquele voltado para a própria casa, como, também, para outros lares e, mesmo, para determinados estabelecimentos comerciais. Como lavadeiras, cozinheiras, encarregadas da limpeza, arrumadeiras, em hotéis, essas mulheres trabalhavam em setores sujeitos ao esquecimento. Não eram poucas, por outro lado, aquelas que lavavam e passavam roupa de clientes nos cortiços onde moravam, como demonstra Aluísio Azevedo, em sua obra mais celebrada: *O cortiço*, publicada em 1890.

Na fala de mulheres, suas adversidades...

Os depoimentos prestados por mulheres imigrantes, em entrevistas semi-estruturadas realizadas pelas autoras, apontam para trajetórias marcadas por dificuldades, discriminação e muito trabalho. Veja-se a história de J. A. F.²⁸, emigrante galega da província de Lugo, que chegou ao Rio de Janeiro na década de 1950. Esta revela o quanto de obstáculos, sofrimentos, invisibilidades e sombras afetavam o mundo de trabalho feminino, especialmente o que envolvia mulheres de baixa condição social.

Separada do marido, com uma filha menor de idade, sem recursos e sem família, em um país desconhecido, J.A.F foi buscar auxílio junto ao consulado espanhol e a patrícios já estabelecidos na cidade: donos de estabelecimentos que poderiam lhe oferecer algum trabalho. Com pouca instrução - como a maioria das mulheres de sua época, as oportunidades eram restritas e vinculavam-se a ocupações identificadas com papéis tradicionais. Regra geral, essas ocupações compunham o mercado informal, o que implicava trabalhar sem registro, sem carteira de trabalho, sem direitos..., quando leis trabalhistas já regulamentavam as relações de trabalho Sua ocupação inicial foi a de empregada doméstica, tornando-se, depois, camareira de hotel e atendente de restaurantes populares. Em uma de suas falas, J.A.F fez, assim, seu desabafo:

Quando eu trabalhei num restaurante em Niterói, tipo lanchonete, ali na Rua das barcas, eu comia escondido o resto dos petiscos que sobravam dos clientes. Eu nem mastigava, comia em pé, de cabeça baixa, escondida, pois o patrão proibia e eu sentia muita fome. Depois disso, eu nunca mais consegui comer devagar. Ficou essa sensação de pressa, de proibido...

²⁸ Depoimento, em entrevista concedida a Érica Sarmiento, no ano de 2010.

J. F.A trocava de emprego com constância, reflexo de um mercado de trabalho essencialmente masculino e instável, que vulnerabilizava a mulher. Uma de suas experiências, em especial, marcou para sempre sua vida, quando ela exercia a função de camareira de um motel de luxo no Rio de Janeiro, propriedade de um imigrante também galego.

Eu fui pedir emprego e consegui nesse motel de uns galegos muito conhecidos. Eu era camareira, trabalhava bem, atendia bem, e ganhava boas gorjetas. Os clientes frequentavam muito na hora do almoço, já sabe (risos), eram quase sempre os mesmos, e levavam as mulheres lá, e pediam comidas e bebidas e eu servia os quartos. Numa dessas vezes, a refeição estava atrasando muito e eu falei com o cozinheiro que o cliente não podia esperar, que estava prejudicando meu serviço. Fui reclamar na cozinha e pedi que mandassem a comida logo, e o cozinheiro gritou lá debaixo para mim: - 'Pega e enfia no seu grelo!!!' e começaram a rir. Eu não sabia o que era aquilo, só sabia que não era coisa boa. Fui reclamar com o dono do hotel.

Sem uma figura masculina que a protegesse, a emigrante encontrou-se exposta a ofensas que tinham conotações sexuais. Sabendo de sua condição de estrangeira e, portanto, de sua fragilidade, seus companheiros de trabalho costumavam dirigir-lhe palavras chulas, destinadas a humilhá-la e fazê-la reconhecer seu "lugar". Segundo o que disse, ficou desorientada com a atitude dos cozinheiros e foi buscar apoio naquele que entendia ser seu protetor: o galego dono do hotel. Em realidade, porém, na condição de mulher, estrangeira e separada do marido, J.A.F. acabava por ter, sobre si, a suspeição sobre sua honestidade, não conseguindo, sequer, estabelecer um círculo de amizades com seus patrícios, o que a levou a encontrar apoio afetivo e, algumas vezes, material, em amizades brasileiras, sujeitas às mesmas dificuldades que ela. Foram estas, porém, que a levaram a conhecer e conviver em ambientes de prostituição.

Eu não tinha para onde ir. Deixei minha filha em uma pensão muito humilde, mas familiar, o dono era brasileiro e era meu amigo, mas eu não tinha como pagar a minha parte. Então, umas moças brasileiras que moravam em Copacabana, me chamaram para morar com elas. Elas costuravam de dia, e de noite elas, elas... já sabe, elas faziam a vida.

Através da narrativa de J.A.F, é possível perceber a imagem negativa que, em geral, recaía sobre mulheres sós e obrigadas a trabalhar para sobreviver. Tanto quanto mulheres negras e tantas outras estrangeiras da virada dos Novecentos, J.A.F passou por privações e por situações de humilhação, em um mercado de trabalho que primava pela informalidade e por uma exploração extremada, além de dominado por homens. Muitas mulheres, entretanto, desenvolveram estratégias de sobrevivência, dentre as quais podem ser incluídas denúncias feitas contra patrões, o abandono e/ou a troca de emprego, etc.

A portuguesa M. A. M.²⁹ foi uma das que, ainda que nunca tenha exercido a prostituição, abandonou seu primeiro emprego devido ao assédio do patrão. Nascida no distrito de Aveiro, no

²⁹ Dados recolhidos, em entrevista concedida a Lená Medeiros de Menezes, em 22 de abril de 2011. Sobre a trajetória mais completa da entrevistada, ver Menezes (2014, 317-328).

ano de 1932 e, desde muito cedo, trabalhadora no campo, tinha 18 anos quando chegou ao Rio de Janeiro, na companhia da mãe, do padrasto e de dois irmãos, tendo muito pouca instrução. Não queria partir de Portugal, onde estavam suas amigas de infância e, principalmente, seu namorado, mas não teve como não acompanhar a família. Seu primeiro emprego, ao chegar à cidade brasileira, foi de empregada doméstica, na casa de família moradora no bairro de Copacabana. Sofreu calada, por algum tempo, o assédio do patrão, pois temia a reação da mãe contra ela, caso lhe relatasse o que ocorria.

Quando não aguentava mais a situação, e tendo convencido a mãe de que não tinha qualquer culpa, conseguiu abandonar o emprego. Foi trabalhar em uma fábrica situada no bairro da Gamboa, próximo ao porto. Sem que tenha explicado os motivos para sua atitude (não esqueçamos que o assédio também afetava as operárias), também abandonou esse emprego. A seguir, empregou-se como ajudante em uma lanchonete situada na Central do Brasil, cujo proprietário era um português. Ficou no emprego até o momento em que casou com um sapateiro da mesma nacionalidade que a dela e, após o nascimento dos filhos, acompanhou o marido na aventura da constituição de um negócio próprio, inicialmente uma quitanda, depois, um armazém. Viúva muito jovem e já tendo perdido dois filhos, tornou-se, mais uma vez, proprietária de um armazém e, após acumular muitos prejuízos, abriu um bar, em um subúrbio longínquo. Foi nesse bar que a entrevista foi realizada.

As estratégias femininas para enfrentar as dificuldades e garantir a sobrevivência foram muitas, mas, raramente, ganharam visibilidade. Por isso, uma forma de revelá-las é buscá-las fora dos arquivos tradicionais. Um caminho possível é a História Oral, através da qual é possível dar vez e voz a mulheres corajosas e lutadoras, que souberam garantir uma melhor situação para seus filhos e netos, ainda que a questão colocada pelo processo continuado de reconstrução da memória deve ser sempre preocupação do pesquisador.

À guisa de conclusão

Ao longo de um século, registrou-se o contínuo crescimento da presença da mulher imigrante na cidade do Rio de Janeiro. A presença mais nítida e impactante das portuguesas, de forma alguma, anulou a presença das espanholas, majoritariamente, galegas, com inúmeras proximidades entre as duas nacionalidades. Os motivos para esse crescimento foram vários, incluindo-se o desejo da reunificação familiar; a utilização da força de trabalho feminina no pequeno comércio; a e/imigração familiar, em especial no Pós-Segunda Guerra e, no caso da Espanha, a Guerra Civil, responsável por muitos deslocamentos. Não pode ser esquecida, também,

a emigração de mulheres sós, embora estes tenham sido sempre minoritários. Considerados os censos como fontes, há de ser lembrado, ainda, que os stocks populacionais apontam para a maior longevidade feminina, o que não deixa de ter significação no cômputo geral dessa presença. Registre-se, aliás, que as viúvas têm visibilidade, em pleno século XIX, nas relações de comerciantes publicadas, anualmente, pelo *Almanak Laemmert*.³⁰

Retornando à pergunta com a qual iniciamos este texto: - “Seriam silenciosas as mulheres?”, Michelle Perrot encaminha nossa resposta, ao alertar que as mulheres transbordaram “do privado ao público, do ensino ao tribunal, dos conventos à mídia” (Perrot 1998), ao que acrescentamos o transbordamento ocorrido do trabalho envergonhado, desempenhado por trás de portas e balcões, à proclamação de suas potencialidades, fazendo ecoar, por toda parte, o ruído de suas vozes.

É correto dizer que a escrita da História, por tanto tempo, as esqueceu, mas a História Oral, no tempo presente, vem resgatando trajetórias que lhes dão o papel de protagonistas, possibilitando que, a partir do presente, muitas lacunas do passado sejam preenchidas. Muitas facetas do cotidiano vivido em terra estrangeira, ademais, só muito recentemente tornaram-se preocupação dos pesquisadores, incluindo as formas de resistência contra as adversidades em terra estrangeira e as dimensões do universo de sensibilidades que as afetavam. E mais, é também recente a contemplação de que, entre os polos opostos da mãe de família e da prostituta - verso e anverso do mesmo campo representacional e prisões do século XIX -, viveram mulheres que não se ajustavam a esses enquadramentos, sendo capazes de muitas grandezas e realizações, na luta contra as tensões cotidianas.

Portuguesas e galegas, contempladas neste artigo, refutam os limites impostos por fronteiras nacionais, contemplando discriminações e lutas gerais, que mergulham em poderosas representações de gênero. Através das mulheres aqui reveladas, fica o convite para que muitas outras mulheres imigrantes tenham sua atuação, trabalho e sobrevivência em terra estrangeira desvelados, com a contemplação de tudo aquilo que é passível de possibilitar a escrita de uma História da imigração no feminino.

Referências bibliográficas

Alves, Jorge Fernandes. “Peregrinos do trabalho. Perspectivas sobre a inmigración galega en Porto”. *Estudios Migratorios*, nº 4, dezembro de 1997, pp.69-81.

³⁰ Em realidade, Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro, publicado pelos irmãos Laemmert. Publicado a partir de 1844, teve edições anuais, sem interrupção, até 1899, sendo fonte preciosa para o mapeamento das atividades econômicas e profissionais desenvolvidas na capital brasileira.

Bacelar, Jeferson. “Mulheres de Galicia”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12, n.2 (2004): 245-247. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000200018>

Brettel, Caroline B. *Homens que partem, mulheres que esperam - Consequências da emigração numa freguesia minhoto*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.

<https://doi.org/10.4000/books.etnograficapress.1910>

Cagiao Vila, Pilar. *Muller e emigración*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1997.

Castro, Rosália de. “Follas Novas”. apud Góñez, Mónica. *Víúvas de vivos*. Universität Trier, 1880. Disponível em <http://culturagalega.gal/album/docs/217_16./pdf>. Acesso em 5 de julho de 2018.

Dalla-Corte Caballero, Gabriela, coord. *Familias, movilidad y migración*. América Latina y España, Rosario: Prohistoria ediciones, 2015.

Duroselle, Jean-Baptiste. *Histoire Diplomatique - De 1919 a nos jours*. 7ªed. Paris: Dalloz, 1978.

Eiras Roel, Antonio. “Para unha comarcalización del estudio de la emigración gallega. La diversificación intrarregional a través de los censos de población (1877-1920)”. Em *Aportaciones al estudio de la emigración galega - Un enfoque comarcal*, ed. Antonio Eiras Roel, 7-32. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1992.

López Taboada, José Antonio. “Emigración gallega a Portugal em la primera mitad del siglo XIX”. Em *Migraciones internas y médium-distance em la Península Ibérica, 1500-1900*, eds. Eiras Roel e Ofélia Rey Castelao, 417-426. Santiago, Xunta de Galicia, 1994.

Matos, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru/SP: Edusc, 2002.

Menezes, Lená Medeiros de, e Matos, Maria Izilda de. *Mulheres portuguesas em foco – Rio de Janeiro e São Paulo, XIX e XX*. São Paulo: E-manuscrito, 2017.

Menezes, Lená Medeiros de. “A imigração europeia como passaporte para o progresso e a civilização no Brasil do século XIX”. Em *Ideas, intelectuales y paradigmas en América Latina (1850-2000)*, coord. Hugo Cancino, Rogelio de la Mora, 396-414. VeraCruz/México: Universidad Veracruzana Lomas del Estadio, 2007.

Menezes, Lená Medeiros de. “A presença portuguesa no Rio de Janeiro segundo os censos de 1872,1890, 1906 e 1920: dos números às trajetórias de vida”. Em *A Emigração Portuguesa para o Brasil*, org. Fernando Sousa e Ismênia de Lima Martins, 86-105.Porto/Rio de Janeiro: CEPESE/FAPERJ, 2007.

Menezes, Lená Medeiros de. “Tijuca: registros da lusitanidade. Indústria, comércio e cadeias migratórias”, em *Pontes sobre o Atlântico. Múltiplos olhares sobre a e/imigração*, Lená Medeiros de Menezes e Fernando Sousa, 81- 93. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2017.

Menezes, Lená Medeiros de. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do rio (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

Menezes, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade – protesto, crime e expulsão na Capital federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

Moya, José Carlos, “Los gallegos en Buenos Aires durante el siglo XIX: Inmigración, adaptación ocupacional e imaginario sexual”. Em *La Galicia austral*, ed. Xosé Manuel Nuñez Seixas, 69-85. Bos Aires: Biblios, 2001.

Núñez Seixas, Xosé, *O inmigrante imaxinario. Estereotipos, representacións e identidades dos galegos na Argentina (1880-1940)*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2002.

Peçanha, Natália Batista. “Precisa-se de uma criada estrangeira ou nacional para todo o serviço de casa” – Cotidiano e agências de servidoras/es domésticas/os no mundo do trabalho carioca (1880-1930). Tese de doutoramento Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018.

Perrot, Michelle. *Les femmes ou les silences de l'histoire*. Paris: Champs/Flammarion, 1998.

Rey Castelao, Ofelia. “Movimientos migratorios em Galicia, siglos XVI-XIX”. Em *Migraciones internas y médium-distance en la Península Ibérica, 1500-1900*, eds. Antonio Eiras Roel e Ofélia Rey Castelao, 85-130. Santiago: Xunta de Galicia, 1994.

Ribeiro, Gladys Sabina. *A liberdade em construção. Identidade nacional e conflitos - antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

Rodrigues, Henrique Fernandes. “Emigração clandestina de portugueses para Espanha no século XIX (análise dos livros de recenseamento militar, 1855-65)”. Em *Migraciones internas y médium-distance en la Península Ibérica, 1500-1900*, eds. Eiras Roel e Ofelia Rey Castelao, 399-415. Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 1994.

Sarmiento, Érica. *Galegos nos trópicos - Invisibilidade e presença da imigração galega no Rio de Janeiro (1880-1930)*. Porto Alegre: EdiPUC-RS, 2017.

Vázquez, Alejandro González. *La emigración gallega a América, 1830-1930*. Tese de doutorado, Universidade de Santiago de Compostela, 2 vol., 1999.

Vidal, José Antonio. “A mulher galega em Cuba: da exclusión á tutelaxe, 1898-1968”. *Estudios Migratorios*, n°13-14 (2002): 191-245.

Villares, Ramón, e Fernández Santiago, Marcelino. *Historia da emigración galega a América*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1996.

Recebido: 23 de março de 2020

Aprovado: 10 de abril de 2020

Disputas Historiográficas acerca do Nazismo e do Holocausto*

Historiographic disputes about nazism and holocaust

Disputas historiográficas sobre nazismo y holocausto

Karl Schurster**

<https://orcid.org/0000-0002-1363-119X>

Alana de Moraes Leite***

<https://orcid.org/0000-0002-4071-1777>

“O holocausto deve ser incorporado à vida, no presente e no futuro, para dar o significado que não tinha quando aconteceu.”

Yehuda Bauer.

* Artigo desenvolvido no âmbito do projeto Regimes Autoritários e o Ensino de Traumas Coletivos, financiado pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE).

** Professor Livre-Docente da Universidade de Pernambuco, Coordenador Acadêmico do Mestrado Profissional em Ensino de História/ProfHistória - UPE e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação pela mesma Universidade. Realizou o primeiro Pós Doutorado na Universidade Federal Rural de Pernambuco com período de pesquisa na Universidade Nacional de La Plata/Argentina e segundo Pós Doutorado na Universidade Livre de Berlim (2017). Doutor em História Comparada na Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ com estágio de pesquisa na Freie Universität Berlin. Organizou juntamente com Francisco Carlos Teixeira da Silva e com Francisco Eduardo Alves de Almeida a obra “Atlântico: a história de um oceano” (Civilização Brasileira), vencedora do prêmio jabuti (2º lugar em Ciências Humanas 2014), é um dos organizadores da obra “Por que a guerra? das batalhas gregas à ciberguerra - uma história da violência entre os homens” (Civilização Brasileira - 2018), escreveu o livro infantil “Ester, uma estrela na guerra” (Autografia, 2017), dentre outros. Se dedica ao estudo comparado das ditaduras europeias das décadas de '30 e '40, da historiografia alemã contemporânea e do Ensino de História de Eventos Traumáticos. Foi bolsista do Instituto Yad Vashem em Jerusalém/Israel (2014) onde desenvolve pesquisa sobre a memória do Holocausto, recebendo nova bolsa de estudos em 2018. E-mail: karl.schurster@gmail.com

*** Professora substituta na Universidade Estadual da Paraíba, campus I - Campina Grande, na área de Teoria da História. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Publicou o artigo “Lembrar o que todos querem esquecer: a urgência do ensino de traumas coletivos” (Revista Aquila, 2020) e “História da Historiografia do Tempo Presente: questões e debates”, juntamente com o Prof. Dr. Karl Schurster, no livro “Tempo Presente: uma história em debate” (Autografia; EDUPE, 2019), dentre outros. Vinculada ao grupo de Estudos em História Sociocultural da América Latina (GEHSCAL) - pela linha de pesquisa História do Tempo Presente. Atualmente desenvolve pesquisas na área de Ensino de História de Eventos Traumáticos, com ênfase na Shoah. E-mail: a.alanamoraes@gmail.com

RESUMO: Este artigo tem como objetivo central discutir as batalhas historiográficas que se formaram em torno do fenômeno nazista. A escrita da História da Shoah por muito foi secundarizada em prol da escrita do Nacional-socialismo; em seguida, a discussão esteve presa a esta e, por fim, chegou à independência, conquistando um lugar próprio na historiografia. Consideramos que toda a historiografia acerca do Nacional-socialismo – as discussões advindas da Escola de Frankfurt, a abordagem da Escola de Bielefeld, o debate entre intencionalistas e funcionalistas e seus desdobramentos em algumas frentes na *querela dos historiadores*, o revisionismo, a partir do debate realizado entre Hayden White e Carlo Ginzburg e as discussões historiográficas situadas no pós-Guerra Fria – é o que possibilita o atual estágio de desenvolvimento das pesquisas acerca da shoah. A historiografia que tem se debruçado sobre a análise da *querela dos historiadores* alemães aponta para a característica de que o debate não fez avançar os estudos do regime nazista em termos de conhecimento real, fazendo-se preciso atentar ao fato de que o interesse em acontecimentos cronológicos ou na história alemã não era o objetivo, ao menos para uma parte dos historiadores, da produção que se desenvolvia. Antes disso, uma forte contribuição no sentido historiográfico pode ser notada no que concerne à relação do historiador com as suas, como queria Michel de Certeau, *condições de produção*. O posicionamento quanto ao contexto, à narrativa, aos limites da escrita histórica e à responsabilidade social do historiador são, indubitavelmente, avanços proporcionados pela historiografia do Nacional-socialismo.

Palavras-chave: Nazismo. Holocausto. Historiografia.

ABSTRACT: The main objective of this article is to discuss the historiographical battles that were formed around the Nazi phenomenon. The writing of the History of Shoah has long been secondary to the writing of National Socialism; then, the discussion was stuck to this one and, finally, it reached independence, conquering its own place in historiography. We consider that the whole historiography about National Socialism - the discussions arising from the Frankfurt School, the approach of the Bielefeld School, the debate between intentionalists and functionalists and its unfolding on some fronts in the *historians' quarrel*, revisionism, from the debate between Hayden White and Carlo Ginzburg and the historiographic discussions in the post-Cold War period - this is what makes the current stage of development of shoah research possible. The historiography that has focused on the analysis of the German *historians' quarrel* points to the characteristic that the debate did not advance the studies of the Nazi regime in terms of real knowledge, making it necessary to pay attention to the fact that the interest in chronological events or in German history was not the objective, at least for a part of the historians, of the production that was developed. Before that, a strong contribution in the historiographical sense can be noted with regard to the historian's relationship with his, as put by Michel de Certeau, *conditions of production*. The positioning regarding the context, the narrative, the limits of historical writing and the social responsibility of the historian are undoubtedly advances provided by the historiography of National Socialism.

Keywords: Nazism. Holocaust. Historiography.

RESUMEN: El objetivo principal de este artículo es discutir las batallas historiográficas que se formaron alrededor del fenómeno nazi. La escritura de la Historia de Shoah ha sido durante mucho

tiempo secundaria a la escritura del nacionalsocialismo; entonces, la discusión se atoró a esta y, finalmente, alcanzó la independencia, conquistando su propio lugar en la historiografía. Consideramos que toda la historiografía sobre el nacional-socialismo - las discusiones que surgen de la Escuela de Frankfurt, el enfoque de la Escuela Bielefeld, el debate entre intencionalistas y funcionalistas y su desarrollo en algunos frentes en la *disputa de los historiadores*, el revisionismo, desde el debate entre Hayden White y Carlo Ginzburg y las discusiones historiográficas en el período posterior a la Guerra Fría - esto es lo que hace posible la etapa actual de desarrollo de la investigación de la shoah. La historiografía que se ha centrado en el análisis de la *disputa de los historiadores* alemanes señala la característica de que el debate no avanzó los estudios del régimen nazi en términos de conocimiento real, por lo que es necesario prestar atención al hecho de que el interés en los eventos cronológicos o en la historia alemana no era el objetivo, al menos para parte de los historiadores, de la producción que se desarrolló. Antes de eso, se puede notar una fuerte contribución en el sentido historiográfico con respecto a la relación del historiador con sus, como Michel de Certeau quería, *condiciones de producción*. El posicionamiento con respecto al contexto, a la narrativa, a los límites de la escritura histórica y a la responsabilidad social del historiador son, sin duda, avances proporcionados por la historiografía del nacionalsocialismo.

Palabras clave: Nazismo. Holocausto. Historiografía.

Como citar este artigo:

Schurster, Karl; Leite, Alana de Moraes. “Disputas Historiográficas acerca do Nazismo e do Holocausto”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 2 (2020): 386-406.

As disputas historiográficas revelam um duplo caráter: de um lado, o avanço do exercício científico, do outro, o lugar político e social do qual falam os historiadores. Os conflitos de interpretação e produção de embates são, portanto, implicações políticas do fazer historiográfico. Nosso objetivo aqui é traçar a historiografia do Nacional-socialismo que possibilitou a abertura para discussão acerca da Shoah, fazendo-se necessário para isso escolhas teóricas caras ao entendimento do objeto. Levando em consideração que o conteúdo presente nesses debates já foi largamente discutido no Brasil e que uma parte considerável dos livros que os compõem se encontram traduzidos para o português, buscaremos apresentar os eixos gravitacionais dessas frentes de debates, que acreditamos terem sido de suma importância para o desenvolvimento das pesquisas nas quais se debruçam hoje os historiadores.

A historiografia do Nacional-socialismo se desenvolve na década de 1950, com a predominância do debate sobre o totalitarismo, que enxergava o Terceiro Reich como um sistema monolítico de oposição Estado – Sociedade Civil, e na década posterior, com a Nova História Social, a qual buscou analisar as relações existentes entre o regime nazista e a sociedade alemã. A

historiografia da Shoah, por sua vez, secundarizada durante o período de escrita da história do Nacional-socialismo, desenvolve-se principalmente a partir dos anos 1980. Dessa forma, nota-se que por muito tempo a Shoah e o Nacional-socialismo se colocam como eventos distintos para a historiografia. Mesmo diante desse reconhecimento, consideramos que foram os estudos desenvolvidos, desde os anos 1950, acerca do Nacional-socialismo que possibilitaram a abertura da historiografia para escrever a História da Shoah.

Em plena guerra, uma das primeiras interpretações acerca do Nazismo veio da Escola de Frankfurt, esta centrava-se na emergência da “*recusa à alteridade*” como chave explicativa e, em certa medida, na relação entre capitalismo e fascismo, explanada por Max Horkheimer (1855-1973), Herbert Marcuse (1898-1978) e, de maneira bastante marcante para a historiografia, Franz Neumann (1900-1954), que se debruçou sobre o funcionamento do Nacional-socialismo e a conceitualização de diferentes tipos de ditaduras. Os chamados frankfurtinianos defendiam uma abordagem capaz de unir elementos sociais, políticos e comportamentais para a explicação do fenômeno nazista.

Nos anos imediatamente posteriores a guerra, uma disputa de narrativas emerge entre as “duas Alemanhas”. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o advento da Guerra Fria a Alemanha estava dividida em quatro zonas de influência, o Leste com a influência soviética, e as zonas ocidentais sob influência de França, Reino Unido e Estados Unidos. Ambas as partes buscavam interpretações capazes de redefinir a identidade histórica do povo alemão e justificar, por diferentes vias, a ascensão do Nazismo.

A primeira das interpretações, parte do Leste – a República Democrática Alemã (DDR). O argumento central desta interpretação foi elaborado pela Terceira Internacional, onde o Nazismo se convertia em uma forma de capitalismo monopolista de Estado. Tendo como livro destaque *A legenda do socialismo alemão*, de autoria de Walter Ulbricht¹ (1893-1973), os adeptos desta corrente buscaram opor os dois sistemas econômicos em embate, defendendo que Hitler era pouco mais que um “fantoche” do grande capital alemão, por esta interpretação, o Nazismo chegou ao poder graças a “*trezentos fabricantes de armas e dirigentes de bancos alemães*”, isto é, foi a estrutura econômica que possibilitou a ascensão e os crimes do Nazismo. Desta forma, as maiores vítimas do regime nazista seriam os comunistas e trabalhadores, ficando o extermínio judeu secundarizado (Fontana 2004, 366).

A segunda das interpretações, parte das zonas ocidentais – República Federal da Alemanha (FRG). O ponto vital é o entendimento do Nazismo enquanto responsável específico pelos crimes

¹ Político alemão, membro do Partido Comunista da Alemanha e, posteriormente, secretário geral do Partido Socialista Unificado. Responsável pela construção do Muro de Berlim.

perpetrados. Para seus adeptos, não foi o capitalismo, e com isso os industriais necessários ao desenvolvimento do país, responsável pela ascensão e crimes cometidos, o responsável direto por tais crimes era o próprio partido nazista. Aqui reside uma questão central, a quantidade de alemães filiados ao NSPAD – Partido Nacional-socialista, em 1945, alcançava o número de oito milhões de pessoas, e não era intenção, em pleno desenrolar da Guerra Fria, entrar em um conflito interno, culpabilizando todos os alemães filiados pelos crimes cometidos. A solução encontrada foi retirar a culpa do povo alemão e responsabilizar Hitler e alguns líderes, que movidos pelo necessário combate ao bolchevismo levaram à cabo os crimes cometidos (Fontana 2004, 367). Nota-se, que esta é a interpretação antípoda a do Leste, enquanto aqueles centraram-se nas estruturas econômicas, estes fixaram-se nas intenções de uns poucos dirigentes.

Nas primeiras discussões acerca da Alemanha no Pós-guerra, o que observamos, portanto, é uma secundarização da temática da Shoah em detrimento de uma disputa de narrativa histórica, entre sistemas político e economicamente opostos. O avanço das discussões, leva-nos a compreensão de que tanto a aproximação “Nazismo – grande capital”, quanto a “Nazismo – comunismo” foram equivocadas. A ideia de ascensão do Nazismo atrelada ao grande capital é uma tese, já superada, de cunho marxista, presente em um importante livro dos anos 1970, *Fascismo e Ditadura: A III Internacional face ao fascismo*, de autoria de Nicos Poulantzas. Anteriormente a chegada do NSPAD ao poder, o financiamento era feito basicamente pelos seus filiados, através de arrecadação, atos e campanhas. Antes de 1930, apenas dois grandes industriais apoiavam o partido: Fritz Thyssen e Ernest Von Borsig. Após as eleições de 1930 houve dois grandes aportes, um feito por Fritz Thyssen, em 1933, e o outro pelo consórcio holandês Shell, deixando claro o objetivo de que o fascismo deveria lutar contra o comunismo. Apenas depois de sua chegada ao poder, a família Krupp, hoje empresa ThyssenKrupp, realizou uma campanha de aportação da economia alemã para o partido nazista.

Por outro lado, a chave explicativa “Nazismo – comunismo” também se mostrou infundada. Essa tese esteve embasada em um argumento chave: “o comunismo e o Nazismo são movimentos totalitários”. O conceito de totalitarismo como chave explicativa foi uma construção teórica da filósofa política Hannah Arendt² (1906-1975), e bastante utilizado por jornalistas e conservadores – a exemplo de François Furet, para quem o comunismo e o fascismo eram “gêmeos totalitários” – no cenário de Guerra Fria, tendo, inclusive, seu objetivo atrelado ao contexto da Guerra. Para o professor Francisco Carlos Teixeira da Silva, o conceito de totalitarismo estava

² O livro de Hannah Arendt, *Origens do totalitarismo. Anti-semitismo. Imperialismo. Totalitarismo* (2002), sofreu uma forte crítica da historiografia judaica, entre outros motivos, por ter indicado que houve a participação de colaboradores judeus com a Shoah.

diretamente relacionado à defesa do liberalismo e a condenação das duas vertentes políticas radicais do século XX. Desse modo, as semelhanças apontadas entre o comunismo e o Nazismo serviam de narrativa aos interesses do bloco capitalista durante a Guerra Fria (Silva 2015, 259).

A disputa para se fixar enquanto interpretação hegemônica, revela que as ferramentas teóricas da política clássica não possuem elasticidade suficiente para explicar o fenômeno fascista. Os três princípios políticos existentes até a ascensão dos fascismos, o liberalismo, o conservadorismo e o socialismo, não davam respostas satisfatórias a sociedade, abrindo condições para a ascensão de um quarto princípio político: o fascismo (Paxton 2007). Que segundo a teoria de Robert Paxton, conceituado historiador americano, diferente dos três mencionados sistemas, não possui uma base filosófica. Para lê-lo foi, e é, necessário *estranhar*³ a fórmula pronta pela qual se analisa os sistemas políticos clássicos.

Dessa forma, para iniciar o entendimento da ascensão do Nazismo na Alemanha foi preciso fundar novas ferramentas teóricas e metodológicas, através das quais se passou a diferenciar o aparato teórico do agir político. Em Paxton, está explícita a necessidade de compreensão do trinômio: processo (movimento), ideologia e ação (comportamento). Este último – comportamento, segundo o autor, precisa ser compreendido por meio da propaganda⁴ e das relações institucionais – o líder fascista, a máquina estatal e a sociedade civil, que participa com o contentamento ou com o silêncio.

Os anos de 1960 na Alemanha também marcam a historiografia do Nacional-socialismo. Nesse período, surge um grupo de historiadores interessados na História Social (*Historische Sozialwissenschaft*). Membros da Escola de Bielefeld, Hans-Ulrich Wehler (1931-2014) e Jürgen Kocka (1941-), propunham um novo tipo de História, onde pudesse ser empregado os métodos quantitativos e da ciência política, em seu aspecto social, as teorias das ciências sociais. A chamada Nova História Social, em especial os trabalhos de Kocka e Wehler, preocuparam-se em desenvolver o, já existente, conceito de *Sonderweg*⁵, caminho único na Alemanha em direção à modernidade. Segundo as interpretações de Wehler, esse caminho foi dificultado pela aliança entre aristocracia e burguesia no período imperial, gerando um atraso na modernização política e dando espaço ao autoritarismo (Fontana 2004, 368).

³ Para a discussão do conceito de estranhamento necessário ao historiador do Tempo Presente ver: Schurster, 2016.

⁴ A capacidade do conceito de propaganda (que em Paxton assume a função de instrumento de atração e disciplina das massas) como explicação única para adesão das massas aos fascismos, considerando que esta fosse capaz de causar *cegueira* e *sedução*, foi objeto de análise, e desconstrução, de importantes trabalhos. No Brasil, a tese do professor Karl Schurster aborda essa questão. Ver: Schurster 2016.

⁵ Para o estudo do conceito e da historiografia do *Sonderweg*, ver: Finchelstein, 2010. Cf. Schurster 2016, 93-99. Cf. Schurster. Em: Silva 2015, 233.

Nessa medida, a teoria do *Sonderweg*, ao analisar a economia do período imperial e o estabelecimento do capitalismo como modelo econômico, assume um caráter estruturante. Foi a política estrutural econômica, estabelecida por meio da continuidade de poder da aristocracia sobre o Estado moderno industrial, da fragilidade do parlamento e da impotência dos partidos, que gerou um déficit democrático alemão, abrindo espaço para o estabelecimento da política autoritária. A questão central trazida pelos historiadores da Escola de Bielefeld era “*qual o lugar do Nacional-socialismo na História alemã?*” (Schurster 2016, 94), e encontrá-lo só se faz ainda necessário porque o peso do *fenômeno nazí*, para além da sociedade alemã, “*continua a ser uma questão central não só no meio acadêmico, mas também no domínio público*” (Schurster 2016, 99).

Mesmo identificando o caráter estrutural dessa escola, faz-se importante ressaltar que para esta interpretação a figura de Hitler desempenhou um papel fundamental, ao mesmo tempo em que as massas assumiram um papel amorfo, que guiada por um caminho único, transformou-se em um ator passivo, despossuída de poder e de interesse político. Contradizendo esta análise, a tese *Working toward for Hitler*, do historiador inglês Ian Kershaw (1943-), mostra-nos que houve “*disposição, por interesse próprio, de importantes segmentos da opinião pública trabalharem para o regime, explicitando o caráter popular da adesão*” (Silva 2015, 95).

A partir das definições estruturantes da Nova História Social, o Nacional-socialismo viria agora a ser discutido, de forma aberta, por duas escolas: os intencionalistas e os estruturalistas – ou funcionalistas. Assim como os estruturalistas, os intencionalistas também se fixaram na figura de dirigentes como culpados diretos dos crimes cometidos pelo regime nazista, enquanto os primeiros viam a figura de Hitler como fundamental e insubstituível para o extermínio dos judeus, ainda que este não fosse o único fator, para os segundos, Hitler ocupava uma posição quase divina e todos os outros integrantes do partido eram somente figuras obedientes a sua personalidade. A diferença fundamental entre as duas é que enquanto os estruturalistas se concentraram nas estruturas sociais e econômicas que conduziram, quase obrigaram, os alemães a tomar medidas radicais, os intencionalistas acreditavam que o extermínio dos judeus já era uma intenção de Hitler antes mesmo de sua chegada ao poder.

Vê-se então a defesa de duas posições: a intenção prévia de limpar a Europa de judeus, defendida pelos intencionalistas, *versus* uma *radicalização acumulativa das medidas antisemitas*⁶, que teriam levado os nazistas a tomarem uma decisão burocrática a respeito do “problema judaico”, defendida pelos estruturalistas. Definidas essas posições, indicamos como representantes da escola intencionalista, estudiosos como Andreas Hilgruber (1925-1989) e Klaus Hildebrand (1941-), ambos defensores de uma explicação totalitária, daí o entendimento de que a literatura de cunho

⁶ A tese de “radicalização do poder” foi desenvolvida pelo estruturalista Hans Mommsen.

totalitarista seja intencionalista, culpe o líder e vitime as massas, citamos ainda, Ernest Nolte (1923-2016), Michael Stürmer (1938-), Joachim Fest⁷ (1926-2006), dentre outros. Na escola estruturalista por sua vez, podemos citar nomes como: Hans Mommsen (1930-2015), Martin Broszat (1926-1989), Jürgen Habermas (1929-) e, os membros da Escola de Bielefeld, Jürgen Kocka e Hans-Ulrich Wehler. Acerca dessas mesmas escolas, algumas interpretações surgiram, citamos como exemplo a do professor Saul Friedländer, que divide em duas categorias teóricas: 1) aqueles que voltam sua atenção para o antissemitismo e a figura carismática de Hitler – intencionalistas, entre seus representantes estão o próprio Friedländer, Yehuda Bauer e Israel Gutman, e 2) aqueles que colocam a ênfase na racionalidade instrumental e burocrática do extermínio, nos tecnocratas nazistas e no surgimento da ciência racial – estruturalistas, nesta interpretação, Friedländer situa: Raul Hilberg, Hannah Arendt, Zygmunt Bauman, dentre outros (Finchelstein 2010, 100-101).

Uma semelhança entre as duas escolas que nos parece necessário ressaltar, diz respeito a teoria, já anteriormente citada, do *Sonderweg*, o caminho único, peculiar, na história da Alemanha. Se para os estruturalistas, foi a estrutura social e econômica, que desde o período imperial, empurrava a Alemanha para a Shoah, os intencionalistas buscaram explicar a “*ascensão de Hitler e do partido nazista a partir de uma história alemã específica [grifo nosso]. Eles enfatizaram que o motivo principal para o Holocausto foi a ideologia, embora o modernismo ou a burocracia tenham sido importantes fatores adicionais*” (Bauer 2013, 133).

Para fazer avançar os estudos da Shoah, fazia-se necessário encontrar um ponto de intersecção entre funcionalistas e estruturalistas. Um ponto capaz de abrir novas possibilidades de interpretação, que não restringissem à culpa na figura de alguns líderes e tampouco da sociedade. A superação do debate, estava necessariamente no entendimento de que Hitler não foi o único sujeito atuante no extermínio de judeus, junto a ele atuava a sociedade alemã e as instituições do Estado. Entre os historiadores que apontam a união de elementos das duas versões, destacamos Saul Friedländer, Christopher Browning, Yehuda Bauer, Robert Paxton, e Ian Kershaw.

No que concerne as *batalhas historiográficas* da Shoah, a década de 1980 é marcante. Se as disputas entre intencionalistas e estruturalistas limitaram por um determinado período o número de abordagens possíveis, o desenvolvimento da querela dos historiadores alemães (*die Historikerstreit*), que em larga medida tinham essas disputas como pano de fundo, dilatou a temática e produziu um vasto material historiográfico que posicionou historiadores, filósofos e jornalistas em uma competição pela adesão dos leitores a suas interpretações. Tendo em vista que o debate

⁷ Participou da querela dos historiadores, que abordaremos a seguir, com um artigo intitulado: “*A recordação culpada*”, publicado em 1986 no Jornal Frankfurt Allgemeine Zeitung – FAZ, do qual era um dos coeditores. O apoio de Fest, juntamente com o de Hildebrand e Stürmer, ao artigo de Ernest Nolte – que possuía uma tendência revisionista, no debate dos historiadores alemães, fez com que Elie Wiesel os classificasse como “o bando dos quatro”.

dos historiadores alemães abriu diversas frentes, adotamos a demarcação apontada por Josep Fontana (2014, 369 et. seq.) para sua descrição, desta forma, apresentaremos dois momentos da querela: i) o debate responsável por dar início, entre Ernest Nolte e Jürgen Habermas – pertencente a Escola de Frankfurt e ii) o debate entre os historiadores, em 1996, com a publicação do livro *os carrascos voluntários de Hitler: o povo alemão e o Holocausto*, de autoria de Daniel Goldhagen. Outros dois debates situados nesse contexto, especificamente na primeira fase da querela, apresentam características-chaves para a compreensão do avanço dos estudos sobre a temática, são eles: o debate acerca da historicização do Nazismo, entre Martin Broszat e Saul Friedländer, e o debate acerca do caráter da liderança do Führer, entre Hans Mommsen e Ian Kershaw, cujas considerações abrem um período de consenso provisório entre os historiadores.

Para compreender os motivos que levaram os estudiosos a um debate público, é preciso voltar ao contexto. Em 8 de maio de 1985, o presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, visitou o campo de concentração de Bergen-Belsen e, na mesma ocasião, fez uma visita ao cemitério de guerra em Bitburg, onde estavam enterrados soldados alemães, muitos dos quais, pertencentes a tropa de elite do Terceiro Reich – a SS (*Schutzstaffel* – Brigada de Defesa). As visitas faziam parte das comemorações oficiais de 40 anos do fim da Segunda Guerra Mundial. Além do aperto de mão entre o presidente dos Estados Unidos e o chefe de Estado da República Federal da Alemanha – Richard von Weizsäcker, outro fator precisa ser lembrado: a formação de uma comissão com o objetivo de desenvolver um projeto para construção de dois museus na Alemanha, um Museu Histórico Alemão em Berlim e um Centro de Memória em Bonn, de forma clara um monumento de rememoração tanto das vítimas, como dos seus algozes (Suzuki 1989).

A repercussão dos fatos, especialmente a visita do presidente norte-americano, a qual ficou conhecida como fiasco de Bitburg, foi interpretada de diferentes maneiras. Enquanto Ernest Nolte via na repercussão uma evidência de que os alemães nunca deixaram *o seu passado passar*, advogando a favor da superação da culpa, Jürgen Habermas, acreditava que os fatos não poderiam ser entendidos de forma isolada, sendo preciso situá-los no contexto das tendências conservadoras presentes tanto na Alemanha, quanto nos Estados Unidos naquele momento.

A querela dos historiadores alemães tem início em 1986, quando Ernest Nolte, que não era historiador de profissão, publica um artigo intitulado “*O passado que não quer passar: um discurso que pôde ser escrito, mas não proferido*” no Frankfurt Allgemeine Zeitung – FAZ, jornal de tendência conservadora⁸. Nolte, centrava-se em uma questão: a solução final, a qual acreditava ter sido uma decisão isolada do Führer, dizendo ser imprescindível revisar a historiografia para que os alemães

⁸ O artigo foi uma conferência de Ernest Nolte no colóquio Römerberg, que ocorreu em Frankfurt, em 1986, organizado pela secretaria de cultura.

não aceitassem a culpa pela Shoah de maneira submissa, a história da Shoah e do regime nazista deveria deixar de ser vista em *branco e preto*.

Como todo passado, argumentou ele, o passado do Nacional-socialismo precisava ser posto em revisão, pois com o tempo o contexto no qual ele se consolidou, de história escrita pelos vencedores, torna-se cada vez mais visível. O contexto mencionado por Nolte, era uma tentativa de “justificar” a Shoah, ou ao menos aproximá-la de outros eventos, perguntava ele:

[...] não cometeram os nacional-socialistas, não cometeu Hitler um crime "asiático" apenas talvez porque consideravam a si e a seus iguais como vítimas potenciais ou reais de um "crime" asiático? Não foi o arquipélago Gulag anterior a Auschwitz? Não foi a "morte à classe" dos bolcheviques o antecedente lógico e fático da "morte à raça" dos nacional-socialistas? Não podem as ações mais secretas de Hitler ser elucidadas também pelo fato de ele justamente não ter esquecido a "gaiola de ratos"? Em suas origens, não proveio talvez Auschwitz de um passado que não queria passar? (Nolte 1989, 14).

Entre o bolchevismo e os crimes nazistas existia um nexos causal, e este era o extermínio de classe. Os Nacional-socialistas teriam cometido tais crimes para se prevenirem do extermínio com que os ameaçavam o inimigo bolchevista. A origem da “morte à raça” mencionada por Nolte estaria na ideia de “morte à classe”, era preciso compreender o regime nazista e o bolchevismo dentro da mesma chave explicativa: o totalitarismo. O que Nolte propunha, era que a História fosse revisada e o passado deixado para trás.

A réplica inicia algumas semanas depois, no jornal *Hebdomadário Zeit*, por Jürgen Habermas, em um artigo originalmente intitulado “*Uma espécie de acerto de contas. As tendências apologéticas na Historiografia de época alemã*”. Nele, Habermas criticava o revisionismo presente não apenas em Ernest Nolte, como também nos historiadores acadêmicos que deram apoio ao seu artigo, os já citados Joachim Fest, Klaus Hildebrand e Michael Stümer. Os argumentos de Habermas, no entanto, não se iniciam a partir do artigo, ele começa por criticar o próprio contexto que deu a Nolte condições para a sua escrita: a visita a Bitburg e a criação do museu e centro de memória.

Para Habermas, era preciso se perguntar quais os interesses que existiam por trás do ato de dar destinos coletivos a vítimas e algozes, como representado na visita ao campo de concentração e cemitério. De fato, aponta ele, “*o sofrimento é sempre sofrimento concreto, não pode ser retirado do seu contexto*”, no caso do Nacional-socialismo, o sofrimento concreto é vivenciado de maneiras diferentes, em um mesmo tempo e mesmo espaço, para *criminosos e responsáveis* de um lado e, para *vítimas e opositores* de outro. Na análise de Habermas, as intenções expressas por trás do ato indiferenciado entre vítimas e algozes seria então o de conferir um consenso e uma reconstrução da identidade alemã em nome da autoconfiança nacional e a necessidade de manter uma narrativa em que o bolchevismo é o inimigo, dessa forma, a matança sistemática de milhões de judeus seria a *consequência exclusiva da doutrina racial radical*. Para Habermas, o revisionismo de Nolte servia ao

interesse político da época, de forjar uma identidade nacional, na medida em que solucionava duas questões:

[...] os crimes nazistas perdem sua singularidade porque podem ser compreendidos, no mínimo, como respostas às ameaças de extermínio (que persistem até hoje) por parte dos bolcheviques. Auschwitz reduz-se ao formato de uma inovação técnica e explica-se a partir de uma ameaça "asiática" de um inimigo que ainda continua à nossa porta (Habermas 1989, 14).

Por essa avaliação, a consciência histórica assume um papel militante de legitimação do sistema político vigente. O revisionismo de Ernest Nolte advogava em nome de uma revisão do Nacional-socialismo e da reconstrução da identidade alemã. Jürgen Habermas, por sua vez, alertava para o fato de que a reconstrução dessa identidade não poderia acontecer em detrimento do passado nazista e de sua singularidade. Para Josep Fontana, a revisão proposta por Nolte estava assentada na ideia de que os crimes cometidos pelos Nacional-socialistas estavam inscritos em um tipo de "guerra preventiva", interpretação intencionada, pois o tipo de guerra encaminhada no Terceiro Reich visava "*a aniquilação total e sistemática, pela fome e pelas execuções, de milhões de seres humanos em nome da luta contra os fantasmas hitlerianos do juden-bolchevismo. Não existe artifício acadêmico que possa "revisar" e "normalizar" isto*" (Fontana 2004, 371-372).

O debate entre Nolte e Habermas claramente tinha um pano de fundo que demonstrava as posições da escola intencionalista e estruturalista. Enquanto o primeiro advogava por uma interpretação totalitária e de cunho personalista, Hitler primeiramente apoiado pela sociedade e em seguida isolado até pelo próprio partido, o segundo buscava o caráter singular do extermínio e questionava *o assustador silêncio da sociedade* diante do horror cometido. Essa discussão, no entanto, não foi a única suscitada na Alemanha dos anos 1980. A querela iniciada entre Jürgen Habermas e Ernest Nolte movimentou o círculo universitário e desencadeou uma série de outras frentes, que faziam do regime nazista, da sociedade alemã e da Shoah temas indissociáveis, entre esses, discorreremos a seguir acerca da disputa de narrativa entre os historiadores Saul Friedländer e Martin Broszat.

Antes de passar ao conteúdo do debate propriamente dito, faz-se relevante posicionar ambos os historiadores em seu lugar de fala. Martin Broszat (1926-1989), alemão, ex membro da juventude hitlerista, defensor da escola estruturalista, escrevia uma história com base na vida cotidiana (*Alltageschichte*), dos "alemães comuns" que levavam uma "vida normal", sob essa ótica, desenvolveu um importante trabalho sobre a Baviera durante o regime nazista. O ponto de interesse na obra de Broszat é, portanto, os perpetradores. Saul Friedländer (1932-), judeu, salvo da Shoah por uma família católica, colocava seu ponto de interesse na perspectiva da vítima, e por esta visão produziu acerca da Alemanha nazista, suas interpretações e memórias. Utilizando uma metodologia diferente da vida cotidiana proposta por Broszat, Friedländer, diferenciava, conforme

apontado por Yehuda Bauer, *temas marginais*, como o povo alemão comum que vivia uma vida normal, de *temas principais*, a singularidade da Shoah e sua dimensão de crime contra a humanidade (Bauer 2013). Friedländer, por mais que tenha sido um crítico da escola estruturalista e posicionado boa parte dos seus argumentos do lado intencionalista, é um dos historiadores que, passado o clima de Guerra Fria, propôs uma fusão entre os elementos da escola intencionalista e estruturalista. Dois grandes historiadores da Shoah que, vivenciado de maneiras diferentes, possuem memória sobre o evento, e reconhecem o fato de estudarem o mesmo fenômeno a partir de perspectivas distintas.

A natureza do debate⁹ entre os dois estava na necessidade, apontada por Broszat e questionada por Friedländer, da historicização do Nazismo. Em 1985, Martin Broszat publicava um artigo intitulado “*Defesa por uma historicização do Nacional-socialismo*”, como o próprio título indica, Broszat defendia que a história do Nacional-socialismo, e qualquer outro passado, precisava ser incluída no entendimento histórico. A discussão tem início quando, em 1987, Saul Friedländer, responde com um novo ensaio fazendo uma crítica a historicização através de uma questão problema, “*como o Nazismo pode ser historicizado quando uma de suas características mais importantes está no extermínio dos judeus? E quais são os limites dessa historicização?*” (Traverso 2012, 148). As réplicas, ocorrem por meio de correspondências que, seguindo o contexto da querela dos historiadores, assumem o caráter público.

A primeira das cartas, de um conjunto de seis, é escrita por Martin Broszat. Seus argumentos estão embasados na interpretação de que a Nova História Social, ao buscar compreender o processo de modernização da Alemanha e a chegada do Nacional-socialismo conferiu a Era Guilhermina e a República de Weimar lugar na historiografia, enquanto o Nazismo seguia sem alcançar o seu lugar na história da Alemanha. Dessa forma, a questão central do debate era saber “*qual o lugar do Nacional-Socialismo na História alemã e mundial?*”. Broszat, argumentava ser necessário retirar o passado nazista de seu local de *isolamento*, preso ao seu resultado – Auschwitz, e passá-lo a compreender a partir de novos critérios de análise, como uma continuação do passado alemão, presente na vida da sociedade comum.

Friedländer, no tocante ao mesmo ponto, evocava o caráter singular da Shoah, frente aquilo que Auschwitz viria a significar, para argumentar acerca do que considerava uma “normalização / relativização” da Shoah mediante sua historicização. Para ele, a historicização do Nazismo se fazia por vezes necessária, visto que a Alemanha estava inscrita no curso da história mundial, e por vezes impossível, se levado em consideração que o passado nazista, fincando suas raízes no presente, insistia em *não passar*.

⁹ Para um estudo mais aprofundado do debate entre Martin Broszat e Saul Friedländer, ver: Traverso, 2012, 145 et seq. Cf. Schurster, 2016, 107 et seq. Cf. Bauer, 2013, 133-142 et seq.

A historicização reivindicada por Broszat precisa ser diferenciada daquela que tem por significado “deixar virar passado”. No caso proposto, o conceito de historicizar estava relacionado ao reconhecimento da necessidade de inserir o estudo do Nacional-socialismo no entendimento histórico, ademais, “o seu conceito de historicização, está fundamentado no princípio filosófico alemão de *Verstehen* (compreensão), histórico, crítico e elucidativo, forjado pela experiência do Nacional-socialismo e pela natureza do homem, segundo ele, revelada pelos nazistas” (Schurster 2016, 109), pelo conceito alemão de compreensão ter apresentado dois sentidos simultâneos e opostos no Pós-guerra, Broszat, vai preferir o conceito de *insight histórico*, ao que se refere como um desejo de entender somado a um distanciamento crítico, e não temporal, do seu objeto.

Um ponto que se apresenta de suma importância ao conceito de historicização de Broszat, diz respeito a sua relação com a *memória*. Metodologicamente, argumentava ele, existe o imperativo de uma exclusão da memória para a efetiva reconstrução do passado, aqui residia o ideal de objetividade. Na busca pela historicização do Nacional-socialismo era preciso superar o obstáculo que a memória representava, de confinar o fenômeno Nazi ao *isolamento* histórico, impedindo-o de virar história. Em defesa da memória, Friedländer, alerta que recusá-la como ponto válido de reconstrução histórica é acreditar no velho postulado positivista de objetividade e distanciamento inerente a pesquisa científica, como se o sujeito que constrói a escrita da história, pudesse ser completamente neutro, livre de suas subjetividades e de seu contexto sociocultural. Faz-se importante ressaltar que Broszat não invalidava a memória judia, mas, dizia ele, tinha o cuidado de localizá-la fora da investigação histórica.

Foi na temática do *antisemitismo* que o debate mostrou ter como pano de fundo as visões da escola intencionalista e estruturalista. O estruturalismo de Martin Broszat, argumentava que o antisemitismo não foi causa, e sim um elemento, entre outros do contexto, que possibilitou a ascensão do Nazismo e a *radicalização acumulativa* de medidas que levaria ao extermínio de judeus. Saul Friedländer, fundindo os elementos da escola intencionalista e estruturalista, defende que essa política foi resultado da expressão da influência radicalizada do ditador somada a expressão do *antisemitismo redencionista*¹⁰.

Nota-se, mais uma vez, a importância de se captar os pontos de intersecção entre as diferenças de posicionamento durante a década de 1980. Tarefa que coube a Saul Friedländer, quando, longe do contexto de Guerra Fria, escreveu “*O Terceiro Reich e os judeus*”. No livro, o historiador, marcado por fortes críticas ao estruturalismo e a história da vida cotidiana, defende

¹⁰ Saul Friedländer vai distinguir o antisemitismo em dois tipos: primeiro, um antisemitismo característico das descobertas pseudocientíficas do século XIX, o darwinismo social e a teoria de melhoramento da raça, e o segundo, o antisemitismo redencionista, advindo do temor da miscigenação entre as raças, este estaria fundamentalmente baseado em uma visão religiosa.

agora a importância de uma história integrada, que seja capaz de retratar as visões dos diferentes sujeitos envolvidos no fenômeno nazi: vítima, perpetradores e testemunhos. Tratava-se de um *relato integrado de destinos*, reconhecendo que são sujeitos com destinos diferentes, em um mesmo ambiente histórico. Friedländer advoga acerca da importância da macro análise, os *temas principais*, assim como reconhece os benefícios advindos da microanálise, os *temas marginais* (Bauer 2013).

Essa fusão entre elementos intencionalistas e estruturalistas, no entanto, só viria a ocorrer no pós-Guerra fria. O debate que culminou no consenso provisório entre os historiadores alemães ocorreu entre Hans Mommsen e Ian Kershaw e tinha por natureza a discussão acerca do papel de liderança do Führer e as disputas entre os blocos de poder, denominação com base na *poliarquia* de Franz Neuman – Forças Armadas, administração estatal, burocracia de Estado e burocracia do partido nazista. Mommsen e Kershaw, discutem a personalidade de Hitler entre um *ditador fraco*, tese do primeiro, e um *ditador indiferente*, que estava muito mais envolvido em questões militares e na política externa, defendido pelo segundo. As teses dos dois historiadores se complementaram na medida em que as disputas internas entre os blocos de poder, foram entendidas dentro de um cenário de autonomia, desejo e interpretação das ordens do Führer pelos funcionários nazistas.

A historiografia que tem se debruçado sobre a análise da querela dos historiadores alemães, aponta para a característica de que o debate não fez avançar os estudos do regime nazista em termos de conhecimento real. Fazendo-se preciso atentar ao fato, de que o interesse em acontecimentos cronológicos ou na história alemã, não era o objetivo, ao menos para uma parte dos historiadores, da produção que se desenvolvia. Antes disso, uma forte contribuição no sentido historiográfico pode ser notada no que concerne a relação do historiador com as suas, como queria Michel de Certeau, *condições de produção*. O posicionamento quanto ao contexto, a narrativa, os limites da escrita histórica e a responsabilidade social do historiador são, sem dúvidas, avanços proporcionados por essa primeira fase, que representou o momento mais aguçado das discussões.

A segunda fase da querela dos historiadores alemães, conforme apontado por Fontana, é em 1996, quando da publicação da tese de Daniel Goldhagen (1959-), *os carrascos voluntários de Hitler*. O livro, que possuía o objetivo expresso de “*compreender as ações e a mentalidade das dezenas de milhares de alemães comuns que se tornaram genocidas*” (Goldhagen 1997, 12), foi amplamente criticado pela comunidade acadêmica, ao mesmo tempo em que, no contexto de uma “explosão dos discursos da Shoah” na esfera pública, o público alemão não especializado o recebia com afinco. Para o historiador Federico Finchelstein, a principal característica de Daniel Goldhagen é voltar a fazer perguntas necessárias para o entendimento do nosso presente, entre elas, as razões que motivaram o assassinato de milhões de judeus se coloca como primordial, uma vez que ao se posicionar no

limite de compreensão, representação e conceitualização historiográfica, está longe de ser compreendida (Finchelstein 2010, 100 et. seq.).

No que concerne a receptividade do livro entre os alemães, o historiador Yehuda Bauer, em *Reflexiones sobre el Holocausto*, onde tece severas críticas acerca dos argumentos de Goldhagen, afirma acreditar que o êxito do livro entre o público não especializado está

[...] na qualidade simplista do argumento e seu caráter maniqueísta (preto e branco). Um fenômeno complicado que se explica mais ou menos assim: os alemães mataram judeus porque eles quiseram; o queriam desde a Idade Média. E isto é tudo. As pessoas não gostam de explicações complicadas, não querem análises diferenciadas. Querem simplicidade, inclusive simplicidade insensata. E Goldhagen as deu. (Bauer 2013, 139-140)

Fortemente marcado por argumentos de cunho estruturalista, o livro de Goldhagen, apresenta a característica de voltar a uma discussão acerca do *Sonderweg*, o caminho único alemão. Para o sociólogo, *os carrascos voluntários de Hitler*, era o povo alemão, todo o povo alemão, que guiados por uma ideologia antissemita, culturalmente trabalhada na sociedade, apoiaram livremente os crimes nazistas, culminando no extermínio de milhões de judeus. Nota-se assim, que para o autor, o que motivou o extermínio dos judeus foi a ideologia antissemita.

Quanto a essa questão, Yehuda Bauer lembra, que diferente do que afirmou Goldhagen, não se trata de uma visão nova, já tendo sido amplamente trabalhada pelo próprio Bauer e Saul Friedländer. Uma contraposição de conceitos nos parece aqui oportuna. O *antisemitismo eliminacionista* de Goldhagen, esbarra na conceitualização de antisemitismo formulado por Friedländer. Enquanto o primeiro, compreende a ideologia antissemita como uma cultura de continuidade no povo alemão, o historiador judeu (Friedländer) o difere em dois tipos: i) aquele advindo das teorias social darwinista e de melhoramento das raças e ii) o redencionista, proveniente do temor da miscigenação entre as raças, fundamentalmente baseado em uma visão religiosa. A ideologia antissemita sozinha não explica os crimes cometidos, ela precisa estar relacionada ao programa nazista.

O livro de Goldhagen representou, enquanto objeto de crítica de muitos dos estudiosos das cinquenta décadas de debates sobre a Shoah, uma volta a explicação monolítica do fenômeno, centrada na culpa coletiva. Há que lembrar que o livro demonstra um forte envolvimento entre o autor e seu objeto de análise. Dominick LaCapra alerta para o fato de que Goldhagen não conseguiu construir a história da Shoah por meio de uma crítica apropriada e sistemática da memória, ao contrário, sua extrema identificação com a vítima o fez retornar ao mito de uma culpa coletiva generalizada a toda a sociedade alemã (LaCapra 2009).

Cada um desses debates contribuiu, de forma significativa e original, para inserir a Shoah em uma cadeia de historicidade, que a transformando em fenômeno histórico, conferiu-lhe

atemporalidade e universalidade. De certo, percebemos na historiografia alemã que a escrita desse fenômeno possui uma trajetória de secundarização e, em seguida, de indissociabilidade em relação ao Nacional-socialismo. Afastando-se dessa frente interpretativa, a década de 1970 marca nos Estados Unidos a *reviravolta cultural*. No terreno da História, contudo, essa reviravolta, que se colocou no campo linguístico, especificamente na análise do discurso, só chegaria entre a década de 1980 e 1990; suas narrativas também apresentarão reflexos na escrita da história da Shoah.

O historiador Hayden White (1928-2018) é quem, nos Estados Unidos, coloca-se como um de seus principais representantes. White, unindo a teoria da História a teoria literária, cria a “*teoria tropológica do discurso*”, pela qual toda narrativa histórica possui natureza poética e linguística. O historiador em seu ofício não apresenta a verdade histórica, mas o fruto de suas escolhas teóricas e metodológicas, afinal, é ele quem escolhe, consciente e inconscientemente, com quais evidências trabalhar. O ofício do historiador seria então o de aplicar uma “poética da história” na explicação do “que estava realmente acontecendo”. White põe em prova a cientificidade da História e a aproxima de um artefato literário, uma estruturação verbal apresentada em prosa narrativa. Vista dessa maneira, a História não pode oferecer uma compreensão total do passado, sendo a sua escrita uma fusão de forma e narrativa. Na análise de um texto histórico, deve-se observar, portanto, sua estrutura interna, os componentes de sua produção (Fontana 2004, 400 et. seq.).

A totalidade do conhecimento histórico requerido por Hayden White é, para o estudo de qualquer período, por qualquer via interpretativa da História, irrealizável. O seu questionamento ao caráter científico da História, com base no argumento das “escolhas feitas pelo historiador”, insustentável. Evidentemente, todo historiador, ao delimitar seu objeto de pesquisa, precisa fazer escolhas teóricas e metodológicas, que são, tal como apontou o próprio White, conscientes ou não. Sob o processo de sua escrita, influi o seu contexto sociocultural, seu domínio linguístico, sua preferência política, dentre outros aspectos condicionantes de perspectiva. Michel de Certeau, em *A escrita da História*, alerta que ao a *fazer história*, o historiador está produzindo um espaço e um tempo, estando ele mesmo inserido em um espaço e um tempo. O fazer historiográfico envolve, em Certeau, o lugar social, a prática científica e a escrita, sendo essa última o produto do envolvimento entre os referidos elementos (Certeau 1982).

A *reviravolta linguística*, ou pós-modernismo, não ficou marcada somente pelos argumentos de White, podemos citar nomes, resguardadas as diferentes perspectivas, como Dominick LaCapra, Paul Ricoeur, Roger Chartier, Paul Veyne, o já citado Michel de Certeau, dentre outros. As dessemelhanças entre as visões acerca da escrita da História, geram, também aqui, frentes de debates, suas temáticas estavam quase sempre voltadas para uma discussão entre ficção e História. À guisa de exemplos, temos o embate entre Art Spiegelman e Dominick LaCapra. Após uma

adequada pesquisa das fontes e prudente interpretação para a escrita da HQ *Maus, a história de um sobrevivente*, Spiegelman vê seu livro classificado por LaCapra (La Capra 2009, 161 et. seq.) na categoria de ficção, como uma disputa entre história etnográfica e construção artística, a HQ é uma fusão da história de vida do seu pai, judeu polonês sobrevivente de Auschwitz, e a sua. Art Spiegelman, diante da classificação, ironiza dizendo que não teria passado tanto tempo pesquisando fontes, se soubesse que seu livro seria classificado como literatura.¹¹ Discussão de igual teor, é produzida por Hayden White e Roger Chartier, que se nega a acreditar na fórmula simplista de construção dos conflitos históricos como um produto único da linguagem. A História do Tempo Presente, assinala ele,

[...] mais do que todas as outras, mostra que há entre a ficção e a história uma diferença fundamental, que consiste na ambição da história de ser um discurso verdadeiro, capaz de dizer o que realmente aconteceu. Essa vocação da história, que é ao mesmo tempo narrativa e saber, adquire especial importância quando ela se insurge contra os falsificadores e falsários de toda sorte que, manipulando o conhecimento do passado, pretendem deformar as memórias (Chartier 2006, 217).

Inscrito nessa perspectiva, interessa-nos em especial, o debate entre Hayden White e, o historiador italiano representante da micro-história, Carlo Ginzburg (1939-). A história da Shoah, a escrita da História e as diferentes visões acerca do postulado de verdade histórica, são temas do debate dos limites da representação de um evento limite. Hayden White, argumenta em defesa de uma “*relatividade inevitável em toda representação dos fenômenos históricos*”, incluído aqui o extermínio de judeus, enquanto seu opositor, Ginzburg, critica o relativismo com base nas dimensões éticas e ressalta a significação da leitura das evidências disponíveis para se reconstruir o passado histórico (Malerba 2006).

A inserção da história da Shoah no “relativismo” da verdade histórica, classificou Hayden White entre os chamados *revisionistas* ou *negacionistas*. Um projeto de “intelectuais” do pós-Guerra que buscavam denunciar o que consideravam falsificações no conteúdo da Segunda Guerra Mundial e do extermínio de judeus, baseados em três principais pontos: Defesa e reabilitação do Nacional-socialismo; Ausência de culpa da Alemanha pela Segunda Guerra Mundial e Justificação ou negação dos campos de extermínio e da Shoah (Moraes 2015, 491).

A corrente revisionista pode ser identificada em Ernest Nolte, com o argumento da “guerra preventiva”, que buscava livrar a Alemanha da culpa e deixar *o seu passado passar*, servindo de pano de fundo, como alertou Habermas, para os interesses conservadores da época. A intensificação da corrente, coloca em dúvida o número de mortos nos campos de concentração, nega o seu caráter sistemático ou relativiza a verdade histórica, a ponto de negar a existência das câmaras de gás e

¹¹ Para a discussão acerca dos processos de escrita da História, ver: Almeida, Renata Geraissati Castro de. “Os limites entre a História e a Ficção”. *hist. historiogr.* Ouro preto. n. 22 (2016): 202-213. DOI: 10.15848/hh.v0i22.1149.au

afirmar que a Solução Final foi a expulsão dos judeus em direção ao Leste europeu. Nas palavras de Bédarida, esse revisionismo é o estágio supremo do falsificacionismo. Podemos identificá-lo na argumentação de Renzo di Felice ao buscar uma revisão para o fascismo mussoliniano na Itália, ou ainda, nos argumentos do professor francês e revisionista da Shoah, Robert Faurisson (1929-), que foi objeto de crítica no livro *Os assassinos da memória*¹² de Pierre Vidal-Naquet.

“*A verdade é filha do poder e nem sempre é irmã da ética*”, nos alertava Marcos Napolitano (2015, 98) ao escrever acerca das batalhas da memória e a escrita da História. Podemos considerar que o debate entre White e Ginzburg se inscreve na máxima de Napolitano, enquanto um advogava ao revisionismo, que serve a visão conservadora, o outro requeria a dimensão ética como *limite da representação*, a utilidade social do fazer historiográfico presente na compreensão do passado por meio da responsabilidade social.

Em “*Enredo e verdade na escrita da História*”, Hayden White, classifica a realidade histórica como uma entidade linguística pertencente à ordem do discurso, questionando, se no caso da Shoah existe um limite para representação ou se seu significado é, como qualquer outro evento histórico, infinitamente interpretável e *basicamente indeterminável*. Defendendo que o historiador, tal como o romancista, escreve por meio da elaboração de um enredo, White conclui, que se é condenada a escrita ficcional e poética acerca da Shoah, também o é qualquer relato narrativo, “*porque cada elaboração de enredo é um tipo de figuração*”, nesse caso, “*o Holocausto, a Solução Final, a Shoah, o Churban ou o genocídio alemão dos judeus não é mais irrepresentável do que qualquer outro evento da história humana*” (White 2006, 201 et. seq.).

Atemo-nos a característica “indeterminável” levantada por White. Nenhuma representação do passado é capaz de mostrar a totalidade dos acontecimentos, de cada narrativa se apreende o posicionamento e as evidências de reconhecimento da própria história. A essas evidências de reconhecimento, Carlo Ginzburg chamou de “*princípio da realidade*”. O historiador italiano, adota o paradigma de *método indiciário*¹³, por meio do qual reconhece que a forma de olhar o documento não é a mesma dos positivistas. As temáticas sobre as quais se debruçam os historiadores do presente, entre elas a Shoah, são diferentes daquelas estudadas pelos historiadores do XIX, da mesma forma que a diversidade e natureza das fontes também o são. Isso não significa, contudo, que a busca pela verdade não exista, por mais que não se tenha o objetivo idealista de capturá-la em sua totalidade.

¹² Em um conjunto de cinco textos escritos entre 1980 e 1987, Pierre Vidal-Naquet, coloca em embate a memória e a história, e confronta diretamente o revisionismo, ou o que chama de *escola revisionista / exterminacionista*, de Robert Faurisson. A *escola exterminacionista* seria uma tentativa de trocar uma “*verdade insuportável por uma mentira tranquilizadora*”. O “*Eichmann de papel*” seria, assim, os revisionistas, que buscam exterminar da História os campos de extermínio.

¹³ Para um debate mais aprofundado acerca da micro-história, do método indiciário e da trajetória intelectual de Carlo Ginzburg, ver: Maynard, Dilton Cândido Santos. Introdução à micro-história: apontamentos sobre a obra de Carlo Ginzburg. In: Maynard, Dilton Cândido Santos; Souza, Josefa Eliana. (org.). *História, Sociedade, Pensamento Educacional: experiência e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora Autografia 2016. ISBN: 978-85-5526-754-3.

O caráter de “indeterminável”, requerido por White, é desconstruído a partir de uma volta ao passado tal como ele foi, o uso da ferramenta rankeana, utilizada por Ginzburg, de voltar ao passado e apreender dele a verdade dos fatos. Isso é, antes da análise / interpretação dos eventos históricos, faz-se necessário voltar “*as coisas mesmas*”, e descrever o passado naquilo que dele pode ser apreendido, sem construção narrativa.¹⁴ O “fantasma da coisa em si”, como escreve Ginzburg, e as recordações fragmentárias e distorcidas sobre ele fornecem a base para a busca do evento real, que é restituído a partir de uma crise de confronto entre o testemunho e as provas. A dimensão ética da escrita da História estaria então no princípio da realidade. No reconhecimento de que a coisa em si existe, e o testemunho representa a memória do evento, que ao ser confrontada com as evidências de reconhecimento do passado, ganham em legitimidade (Ginzburg 2006).

As discussões acerca do testemunho e a forma como trabalhá-lo, estão inseridas nas décadas finais do século XX. Se vimos, a partir da historiografia alemã, o fenômeno da Shoah secundarizado ou preso ao Nacional-socialismo, com as novas abordagens, decorrentes do fim da Guerra Fria, o que se vê é um espaço próprio, dentro da historiografia, para ele. O ressurgimento da memória, judia e alemã, os traumas coletivos, o ensino desses traumas, as condições de repetição do genocídio, dentre outros, são os temas que passam a ser discutidos a partir dos avanços herdados das décadas anteriores.

A Shoah assume duas características que consideramos fundamentais para os estudos da memória: o seu caráter de singularidade, por ser um evento sem precedentes na história, e a universalidade. O entendimento de que o fenômeno revelou a natureza do homem e demonstrou que o genocídio coletivo é uma prática *humanamente possível*, fez ele ultrapassar as barreiras da história do povo judeu, e se inscrever no curso da história mundial. Compreender qual o local da memória, as razões que levaram pessoas comuns a se transformarem em assassinos coletivos, a silenciarem diante do horror, coloca-nos diante de um novo estudo, onde a questão humana ganha uma posição central. A chave explicativa Estado – sociedade civil é dissolvida, e as relações feitas entre o racismo e o agir político do fascismo, mostra-nos que “*o holocausto representa um selo, o carimbo definitivo, do fascismo como corrente política incapaz de apresentar-se, inclusive hoje, como alternativa possível de ordenamento civilizado do mundo*” (Silva 2015, 121).

A consideração do caráter de universalidade do evento, leva-nos ao entendimento que o *outro conveniente* (Gay 1995) passou a ser estabelecido conforme sua época. As condições de permanência do agir fascista são assim identificadas no racismo, na negação da alteridade, na construção de um “contra tipo ideal”, que transforma qualquer grupo étnico em vítimas potenciais.

¹⁴ Para a discussão do emprego de ferramentas filosóficas no domínio da História, ver: Schurster, Karl. *O fenômeno nazí e seu impacto na historiografia do tempo presente*. Rio de Janeiro: Autografia 2016.

Compreender como foi humanamente possível é um convite ao historiador comprometido com a responsabilidade social do seu ofício, Adorno acertava quando nos dizia que “o retorno ou não retorno do fascismo constitui em seu aspecto mais decisivo uma questão social” (Adorno 1995, 123). Compreender se faz necessário, por fim, frente ao desafio de fundar métodos de ensino capazes de garantir que a máxima do *nunca mais*, possa de fato não mais existir. Enquanto persistirem as condições de ressurgimento do agir fascista, a Shoah será sempre um tema do presente.

Referências bibliográficas

- Adorno, Theodor. W. “Educação e Emancipação”. Em: *Educação após Auschwitz*. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terro, 1995.
- Bauer, Yehuda. *Reflexiones sobre el Holocausto*. Jerusalém: E.D.Z. Nativ Ediciones, 2013.
- Certeau, Michel de. “A operação historiográfica”. Em: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- Chartier, Roger. “A visão do historiador modernista”. Em: *Usos & abusos da História oral*, org. Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- Finchelstein, Federico. *El canon del holocausto*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.
- Fontana, Josep. *A História dos Homens*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.
- Gay, Peter. *A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud. O cultivo do ódio*. V. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Ginzburg, Carlo. “O extermínio dos judeus e o princípio da realidade”. Em: *A história escrita: teoria e história da historiografia*, org. Jurandir Malerba. São Paulo: Contexto, 2006.
- Goldhagen, Daniel Jonah. *Os carrascos voluntários de Hitler: o povo alemão e o Holocausto*. Trad. Luís Sérgio Roizman. São Paulo: Companhia das letras, 1997.
- Habermas, Jürgen. “Tendências apologéticas”. Trad. Márcio Suzuki. *Novos Estudos*, nº 25 (1989).
- La Capra, Dominick. *Historia y memoria después de Auschwitz*. Buenos Aires: Prometeo, 2009.
- Moraes, Luiz Edmundo de Souza. Verbete: “Revisionismo negacionistas”. Em: *Enciclopédia de guerras e revoluções – vol II: 1919-2045: A época dos fascismos, das ditaduras e da Segunda Guerra Mundial [1939-1945]*, org Francisco C. Teixeira da Sil, e et. al., 491, 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
- Napolitano, Marcos. “Os historiadores na “batalha da memória”: resistência e transição democrática no Brasil”. Em: *História e memória das ditaduras do século XX*, org. Samantha Viz Quadrat, Samantha e Denise Rollemberg. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- Nolte, Ernest. “O passado que não quer passar: um discurso que pôde ser escrito, mas não proferido”. Trad. Márcio Suzuki. *Novos Estudos*, nº 25 (1989).
- Paxton, Robert. *A Anatomia do Fascismo*. Trad. Patrícia Zimbres & Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- Schurster, Karl. Verbete: “Nazismo (historiografia)”. Em: *Enciclopédia de guerras e revoluções – vol II: 1919-2045: A época dos fascismos, das ditaduras e da Segunda Guerra Mundial [1939-1945]*, org Francisco C. Teixeira da Sil, e et. al., 175, 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
-

Schurster, Karl. Verbete: “*Sonderweg* (A questão do caminho único)”. Em: *Enciclopédia de guerras e revoluções – vol II: 1919-2045: A época dos fascismos, das ditaduras e da Segunda Guerra Mundial [1939-1945]*, org Francisco C. Teixeira da Sil, e et. al., 235, 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

Schurster, Karl. “A História do Tempo Presente, o método comparativo e o debate sobre os fascismos”. *Aedos: Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS*. Porto Alegre, v. 7, n. 16 (2015): 423-440.

Schurster, Karl. *O fenômeno nazi e seu impacto na historiografia do tempo presente*. Rio de Janeiro: Autografia, 2016.

Silva, Francisco C. Teixeira da. Verbete: “Totalitarismo (teoria e prática)”. Em: *Enciclopédia de guerras e revoluções – vol II: 1919-2045: A época dos fascismos, das ditaduras e da Segunda Guerra Mundial [1939-1945]*, org Francisco C. Teixeira da Sil, e et. al., 259, 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

Silva, Francisco C. Teixeira da. Verbete: “Fascismo e Ditaduras, novas abordagens”. Em: *Enciclopédia de guerras e revoluções – vol II: 1919-2045: A época dos fascismos, das ditaduras e da Segunda Guerra Mundial [1939-1945]*, org Francisco C. Teixeira da Sil, e et. al., 95, 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

Silva, Francisco C. Teixeira da. Verbete: “Holocausto e política”. Em: *Enciclopédia de guerras e revoluções – vol II: 1919-2045: A época dos fascismos, das ditaduras e da Segunda Guerra Mundial [1939-1945]*, org Francisco C. Teixeira da Sil, e et. al., 121, 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

Suzuki, Márcio. “Introdução à “querela dos historiadores””. *Novos Estudos*, nº25 (1989).

Traverso, Enzo. *La historia como campo de batalla: Interpretar las violencias del siglo XX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.

White, Hayden. “Enredo e verdade na escrita da História”. Em: *A história escrita: teoria e história da historiografia*, org. Jurandir Malerba, São Paulo: Contexto, 2006.

Recebido: 19 de abril de 2020

Aprovado: 11 de junho de 2020

Considerações historiográficas sobre corporativismo, cidadania regulada e a história da assistência à saúde no Brasil: dádiva ou direito? (1930-1964)

Historiographic considerations on corporatism, regulated citizenship and the history of health care in Brazil: gift or right? (1930-1964)

Consideraciones historiográficas sobre corporativismo, ciudadanía regulada e historia de La atención a la salud em Brasil: ¿dádiva o derecho? (1930-1964)

José Roberto Franco Reis*

<https://orcid.org/0000-0002-1133-2778>

RESUMO: De modo geral, os estudiosos da história da saúde observam uma cisão deste campo entre a assistência médica individual, dependente dos Institutos de Previdência (IAPs), criados nos anos 1930, e vinculados ao Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC), e a saúde pública, dedicada, em geral, mas não só, às ações sanitárias contra epidemias e endemias que grassavam largamente no país, subordinada ao Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), criado à mesma época. Desta maneira, teríamos, de um lado, a saúde pública como fruto de iniciativas governamentais voltadas ao conjunto da população, com uma estrutura universalizada de serviços, não usufruído, porém, como um direito; e, de outro, a assistência médica individualizada, cuja inclusão, por intermédio da estrutura corporativista dos IAPs, apresentaria um caráter fragmentário, segmentado e seletivo, portanto, não universalista e não inclusivo, nos termos da chamada “cidadania regulada”, de acordo com conceito cunhado pelo cientista político Wanderley Guilherme dos Santos. Nosso objetivo, neste artigo, é problematizar, à luz da literatura histórica mais recente, essa interpretação convencional do processo de estruturação da assistência à saúde no Brasil, que tende a caracterizá-la não como um processo de luta por direito de cidadania e sim como outorga ou dádiva governamental, conforme os objetivos políticos e ideológicos do primeiro Governo Vargas. Nesse sentido, pretendemos demonstrar como tanto a “cidadania regulada” quanto o “corporativismo” se constituíram, desde o início, em arranjos atravessados, em larga

* Pesquisador da Casa de Oswaldo Cruz (COC- FIOCRUZ), Doutor em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Autor entre outros artigos de: “*É o doutor que vem aí!*”: guardas sanitários, relações de trabalho e formação de identidade, 1930-1940 (Revista Brasileira de História, 2016); “*Viver é influenciar*”: Mário Magalães, sanitário desenvolvimentista e campo intelectual da saúde pública, 194-1960 (Tempo Social, 2015). Tem experiência na área de História, atuando nos seguintes temas: cultura de direitos, políticas sociais, história da cidadania, história da saúde e da psiquiatria. E-mail: jose.reis@fiocruz.br

medida, por disputas e contradições que lhe conferiam certo grau de flexibilidade e permeabilidade para absorver as demandas por direitos oriundas do mundo do trabalho.

Palavras-chave: Corporativismo. Cidadania regulada. Assistência à saúde. História e historiografia da saúde.

ABSTRACT: In general, health history scholars observe a split in this field between individual medical assistance, dependent on the Social Security Institutes (IAPs), created in the 1930s, under the control of the Ministry of Labor, Industry and Commerce (MTIC), and the public health, dedicated, in general, but not only, to health actions against epidemics and endemic diseases that were widely spread in the country, subordinated to the Ministry of Education and Public Health (MESP), created at the same time. In this way, we would have, on the one hand, public health as the result of government initiatives aimed at the population as a whole, with a universalized structure of services, not enjoyed, however, as a right; and, on the other hand, individualized health care, whose inclusion, through the corporatism structure of the IAPs, would present a fragmentary, segmented and selective character, therefore, not universalist and non-inclusive, in terms of the so-called “regulated citizenship”, according to a concept coined by political scientist Wanderley Guilherme dos Santos. Our objective, in this article, is to problematize, in the light of the most recent historical literature, this conventional interpretation of the structuring process of health care in Brazil, which tends to characterize it not as a process of struggle for citizenship rights but as government grant or gift, according to the political and ideological objectives of the first Vargas Government. In this sense, we intend to demonstrate how both “regulated citizenship” and “corporatism” were constituted, from the beginning, in arrangements crossed, to a large extent, by disputes and contradictions that gave it a certain degree of flexibility and permeability to absorb the demands for rights from the world of work.

Keywords: Corporatism. Regulated citizenship. Health care. Health history and historiography of health.

RESUMEN: En general, los estudiosos de la historia de la salud en Brasil registran una escisión de este campo. Por un lado, la asistencia médica individual, dependiente de los institutos de previdencia (IAPs) creados en 1930 y vinculados al Ministerio del Trabajo, Industria y Comercio (MTIC). Por otro, la salud pública, dedicada, en general (aunque no solamente), a implementar acciones sanitarias contra epidemias y endemias extendidas ampliamente en el país, y subordinada al Ministerio de Educación y Salud Pública (MESP), creado en la misma época. De este modo, tenemos, por un lado, la salud pública como fruto de iniciativas gubernamentales dirigidas al conjunto de la población, con una estructura universalizada de servicios – aunque no vista como un derecho. Del otro, la asistencia médica individualizada, cuya inclusión, por intermedio de la estructura corporativista de los IAPs, presentaría un carácter fragmentario, segmentado y selectivo, es decir, no universalista y no inclusivo – en concordancia con la llamada “ciudadanía regulada”, concepto acuñado por el politólogo Wanderley Guilherme dos Santos. En este artículo, nuestro objetivo es el de problematizar, a la luz de la literatura histórica más reciente, esa interpretación

convencional del proceso de estructuración de la asistencia a la salud en Brasil, que tiende a caracterizarla no como un proceso de lucha por un derecho de ciudadanía, sino como un regalo o dádiva gubernamental, de acuerdo con los objetivos políticos e ideológicos del primer Gobierno Vargas. En ese sentido, pretendemos demostrar cómo tanto la “ciudadanía regulada”, así como el “corporativismo”, se constituyeron, desde el inicio, en componendas, condicionadas, en gran medida, por disputas y contradicciones que lo dotaron de cierto grado de flexibilidad y permeabilidad para absorber las demandas por derechos oriundas del mundo del trabajo.

Palabras clave: Corporativismo. Ciudadanía regulada. Atención a la salud. Historia e historiografía de la salud.

Como citar este artigo:

Reis, José Roberto Franco. “Considerações historiográficas sobre corporativismo, cidadania regulada e a história da assistência à saúde no Brasil: dádiva ou direito? (1930-1964)”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 2 (2020): 407-433.

Apresentação

Desde os anos 1930, com a estruturação mais efetiva do sistema de previdência brasileiro que, de acordo com a literatura sobre o tema, para se ter assistência à saúde no Brasil era preciso se encontrar regularmente inscrito em algum dos Institutos de Aposentadorias e Pensões, os chamados IAPs criados neste período ou em alguma das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) ainda vigentes. No entanto, para que isso ocorresse havia a necessidade de possuir algum vínculo de trabalho formal em alguma ocupação reconhecida por lei. Quem não cumprisse tais requisitos tinha que se valer da caridade, da assistência privada ou fazer uso de alguns serviços de saúde organizados pelo Estado, tais como centros e postos de saúde e higiene instalados em algumas regiões do Brasil, tendo em vista o interesse do governo Vargas em “garantir [sua] presença no interior do país”, “contribuindo para o projeto de state building” em andamento (Fonseca 2007, 29-31). Estamos falando, nesse caso, de um universo expressivo de brasileiros, todos aqueles que se encontravam em atividades autônomas, serviços domésticos, ou sobrevivendo na informalidade, além do expressivo universo de trabalhadores do campo, num país caracterizadamente rural até os anos 1960.

Sendo assim, de um modo geral os estudiosos da história da saúde no Brasil observam uma cisão nesse campo, com a assistência médica individual dependente dos Institutos de Previdência vinculados ao Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC), e a saúde pública dedicada em geral, mas não só, às ações sanitárias contra epidemias e endemias que grassavam largamente

no país (doenças de massa), subordinada por sua vez ao Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), criado em 1930, depois Ministério da Saúde em 1953. Ou seja, teríamos, de um lado a saúde pública fruto de iniciativas governamentais e voltado à população em geral, “enorme, diversa e dispersa por todo o país”, um bem coletivo a ser usufruído por todos sem restrição, com uma estrutura de “serviços universalizados”, ainda que incipientes, conforme salienta Cristina Fonseca (2007, 17-52). De outro, a assistência médica cuja inclusão, via *corporativismo* e por intermédio dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) dos anos 1930, apresentaria um caráter fragmentário, segmentado e seletivo, portanto, não universalista e não inclusivo, nos termos da chamada “cidadania regulada”, de acordo com o conceito já consagrado de Wanderley Guilherme dos Santos (1979, 75)¹, ou da lógica do “*só quem tem ofício tem benefício*” assinalado por Angela de Castro Gomes (1988, 194). Nesse último caso, o que se veria estabelecido no âmbito da assistência à saúde por intermédio da cultura política trabalhista brasileira, de forte viés corporativista, de acordo com importantes autores, não seria uma cultura de direitos solidária, universalista e sim uma cultura de direitos muito peculiar que transmudaria a ideia de direito em privilégio, privilégio daqueles que possuíam carteira de trabalho assinada e que portanto estariam inseridos no mercado formal de trabalho.

Nesse sentido, o que se configuraria como característica geral da política de saúde no pós 1930, seria o caráter *coletivo* da saúde pública em contraposição à assistência médica *individual* oferecida pela previdência, o qual expressaria, no limite, a ideia de que apenas os problemas de saúde que ameaçassem a coletividade seriam reconhecidos como responsabilidade do poder público. Vale notar, entretanto, conforme mostra Fonseca no seu valioso estudo sobre o tema, que a prestação de serviços de saúde pública nos anos Vargas combinava “de forma peculiar a medicina preventiva e a chamada medicina curativa, delegando a cada uma um papel específico” (2007, 48)².

¹ Na sua análise sobre o processo de constituição de uma “cidadania regulada” ao longo dos anos 1930, Santos mostra que no Brasil a cidadania não se caracterizaria pela inscrição dos indivíduos em um código de valores políticos em que ser membro da comunidade seria suficiente e sim pela inserção em alguma ocupação reconhecida e definida em lei, o que tornava a carteira de trabalho mais do que uma evidência trabalhista, um atestado de pertencimento cívico: “A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. Tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece (...) seria pré-cidadãos todos os trabalhadores da área rural (...) assim como seriam pré-cidadãos os trabalhadores urbanos (...) cujas ocupações não tenham sido reguladas por lei (...) a regulamentação das profissões, a carteira profissional e o sindicato público definem, assim, os três parâmetros no interior dos quais passa a se definir a cidadania” (Santos 1979, 75).

² Nesse sentido, Fonseca contesta a declaração do ministro Gustavo Capanema de que “à saúde pública não interessa[ria] o caso individual”, que “o caso individual só interessa[ria] à saúde pública se pude[sse] afetar a coletividade, se fo[sse] capaz de pôr a coletividade em perigo”, aliás uma das importantes contribuições do seu trabalho. (2007, 47-48). Com efeito, ela procura mostrar como diante das condições de saúde da maioria da população brasileira, o próprio sanitarista Barros Barreto figura mais importante à frente da saúde pública durante a gestão de Capanema no MESP, igualmente refratário à necessidade de conciliar saúde pública e assistência médica - reconhece que “provavelmente terá [o médico] também de fazer um pouco de assistência médica”, não havendo como “em muitas regiões do país (...) fugir [desse] consórcio” (2007, 194).

Interpretação que, de certo modo, traz um elemento novo ao que frequentemente se diz sobre a saúde no período, ancorada em geral na clivagem apontada há pouco entre uma assistência médica individualizada como atribuição exclusiva dos institutos de previdência localizados no MTIC, e ações preventivas de combate às endemias e epidemias, ou seja, de saúde pública, atribuição do MESP. No entanto, tal não significa dizer que a perspectiva de implantação no MESP de uma estrutura de serviços de saúde universalizados, bem coletivo a ser usufruído por todos sem restrição envolvendo medicina preventiva e curativa, como já dito, compreendesse qualquer noção de direito social, antes, como salienta Fonseca, era “oferecido pelo Estado e dependia unicamente de sua iniciativa, de sua ‘dádiva’ e das negociações políticas que remetessem a seus interesses” (2007, 57).

Nosso objetivo neste artigo, então, se propõe a problematizar o processo de estruturação da assistência à saúde no Brasil entre os anos 1930 - 1964 que, de um modo geral, aparece não como um direito de cidadania, fruto de certa mobilização e reivindicação social e sim como outorga ou dádiva governamental, tendo em vista os objetivos políticos e ideológicos do Governo Vargas, alicerçador inicial e principal de tal processo³. Mesmo considerando a interpretação inovadora de Fonseca sobre a saúde pública como “um bem coletivo, de dimensão essencialmente universal”, permanece o fato de que tal bem coletivo - de modo até mais acentuado em termos de concessão ou benesse estatal ao que ocorreria no âmbito previdenciário⁴ - não era identificado como um direito social nem decorreria da luta de grupos de interesse organizados que reivindicassem acesso à saúde, visto, pois, como exclusiva iniciativa governamental, o que demonstraria “que a noção de direito e a universalização [seriam] questões independentes” (Fonseca 2007, 262). Sendo assim, nossa perspectiva neste estudo busca, à luz da literatura histórica mais recente, justamente problematizar o processo de estruturação da assistência à saúde no Brasil como exclusiva outorga ou dádiva governamental, porquanto observa tanto a cidadania regulada quanto a estrutura corporativista como arranjos em boa medida abertos ao conflito, vale dizer, com certa flexibilidade e capacidade para absorver formulações em alguma medida permeáveis às demandas e lutas por direitos oriundas do mundo do trabalho, bem como potencialmente abertas a objetivos mais universalistas em termos de acesso aos benefícios e serviços sociais.

Por fim, uma explicação rápida sobre o recorte cronológico desse estudo, que pretende se ater, como dissemos, aos anos entre 1930-1964. Consideramos que esse período se justifica pelo

³ Em torno da saúde pública, o interesse era “garantir a presença no interior do país” no processo de construção e afirmação do Estado. Já no âmbito da assistência médica previdenciária - função dos IAPs e CAPs integrados à lógica corporativa das relações de trabalho - tratava-se de obter aquiescência e apaziguamento social na chave da colaboração e conciliação de classes.

⁴ O acesso aos benefícios previdenciários, saúde incluída, pelo menos eram reconhecidos como um direito social, embora referidos como outorgados pelo Estado.

fato de ter sido no pós 1930, com consequências incontestes nos anos que se seguiram de 1945 a 1964 (e de certo modo até os dias atuais), que tomou forma a cultura política trabalhista de direitos no Brasil, caracterizada pelo *sistema corporativista de relações de trabalho* e por arranjos sociais de proteção e assistência assentados na referida e sempre citada *cidadania regulada*, ambos objetos centrais de nossa inquirição. Ademais, especificamente em relação à assistência médica no âmbito dos IAPS, tal marco cronológico se justifica porquanto foi a partir dos anos pós 1930 que se estabeleceu o sistema nacional de previdência social, com desdobramentos e mudanças incrementais importantes nos anos da experiência democrática de 1945-64. Mudanças ou propostas de mudança que de alguma maneira se prestam a questionar as ditas limitações no alcance dos serviços previdenciários no sentido de apontar para certa universalização, isto é, para a expansão do acesso aos benefícios e serviços sociais, notadamente os de saúde.

Assistência à saúde e cidadania: entre o direito a dádiva

No seu instigante estudo sobre a saúde nos anos do primeiro Governo Vargas, Fonseca⁵ considera que três aspectos marcaram o desenho institucional das ações de saúde pública do MESP: A) perfil da clientela; B) ênfase nas ações preventivas; C) caráter nacional do serviço. No primeiro caso, perfil da clientela, expressaria uma atuação ampla, “sem grupos definidos de demanda” e “direcionadas para a população com um todo”, decorrendo, segundo a autora de

iniciativas governamentais em um processo de decisão política que envolveria mais diretamente a negociação entre os interesses dos representantes do governo central e aqueles identificados com os grupos locais de poder. A população civil, principal alvo das ações públicas não se encontrava presente como ator político (...) [No entanto], foi sua dimensão não restritiva, o fato de ter-se destinado à toda população indiscriminadamente, um dos importantes aspectos que caracterizaram a saúde pública, habilitando-a na direção de serviços universalizados (Fonseca 2007, 48-49).

Com relação à ênfase na prevenção, em certa medida seguiria as formulações dos anos 1910-1920 em torno do saneamento dos sertões (cuidado com a saúde do homem do campo e de combate às endemias rurais). No entanto, depois de um momento inicial de redução de gastos (com a diminuição da contribuição federal aos serviços de profilaxia rural existentes nos estados) amplia o seu leque de abrangência, tendo em vista as especificidades e a amplitude de atuação do MESP (serviços universalizados), que se dirigia à população não contemplada pelo sistema previdenciário (os outros cidadãos), com medidas preventivas voltadas ao controle e combate de doenças com perfil epidêmico, mas também dirigidas, com certa particularidade e de modo

⁵ O desenho institucional da saúde pública aqui esboçado acompanhará as formulações elencadas por Cristina Fonseca no seu importante trabalho (2001).

esporádico, não prioritário, à assistência médica daqueles não cobertos pela assistência médica no âmbito dos IAPs.

Por fim, a atuação em âmbito nacional, expressaria o desafio de atender uma população enorme, diversa e dispersa por todo o país, “excluída do raio de ação dos organismos previdenciários”, portanto numa perspectiva mais universal e não-restritiva, o que demandava uma estrutura que garantisse a presença do governo central nas regiões mais remotas do país” (Fonseca 2007, 52). Ou seja, exigia a presença do Estado em todo o território nacional, bem como a articulação político/administrativa entre o poder central e os estados, obtido isso através da “presença de representantes do governo federal nos estados e parcerias com os governos locais.” (Fonseca 2007, p. 53)

Duas reformas importantes ocorreram na gestão Gustavo Capanema, ministro que conduziu a pasta da Educação e a Saúde Pública de 1934 a 1945. A reforma de 1937 (lei 378 de 13/01/1937), quando o MESP passa a se chamar Ministério da Educação e Saúde (MES) e estabelece o *Departamento Nacional de Saúde* (DNS) como órgão principal. Divide o território brasileiro em oito regiões, instituindo em cada região uma *Delegacia Federal de Saúde* (“olhos e mãos do DNS nos estados”), com o objetivo de ampliar, no âmbito da saúde pública, a presença do Estado no território brasileiro. (Fonseca 2007, 217). Além disso, institui as *Conferências Nacionais de Saúde*, com o propósito de “reunir periodicamente delegados de todos os estados num fórum nacional e de caráter oficial para discutir os temas da saúde pública” (Hochman 2001, 137).

E a reforma de 1941 (Decreto-lei 3.171 de 02/04/1941) que consolida a estrutura do DNS e institui os Serviços Nacionais em um total de doze - Lepra, Tuberculose, Febre Amarela, Malária, Peste, Doenças Mentais, Educação Sanitária, Fiscalização da Medicina, Câncer e Saúde dos Portos e mais o Serviço Federal de Bioestatística (SFB e o Serviço Federal de Águas e Esgotos (SFAE). Estabelece também uma redistribuição das Delegacias Federais de Saúde, com o objetivo de “fortalecer a ação federal em determinadas localidades do país, mantendo-se porém o mesmo número de regiões” (Fonseca 2007, 219).

Resumidamente, diante do que foi apresentado até agora, a saúde pública no primeiro Governo Vargas pode ser caracterizada por: (i) clientela ampla e não restritiva; (ii) caráter nacional; (iii) ênfase na prevenção; (iv) institucionalização de um sistema universal de saúde (pelo menos com tal pretensão); (v) configuração descolada da noção de direito social. De acordo com Fonseca,

como consequência, configurou-se no âmbito da saúde um serviço centralizado, *paternalizado, desvinculado na noção de direito social e, portanto, sem designação formal de quem deveria assegurá-lo – já que a noção de direito pressupõe alguma instância responsável, a qual o usuário possa recorrer caso não consiga usufruir esse direito(...)* A prestação de serviços públicos de saúde de forma abrangente, voltada para toda a população brasileira (...) [com] medidas de cunho universal [decorria do] do projeto de *statebuilding*

que demandava um investimento neste setor social. Tal projeto demonstra, portanto, que a noção de direito e a universalização são questões independentes (Fonseca 2007, 262, grifo meu).

Assim, embora estabelecida entre 1930-1945, pode-se dizer que tal estrutura de saúde pública permanece, em suas linhas gerais, nos anos seguintes de 1945-1964⁶. De acordo com Hochman, o período do primeiro Governo Vargas, pode ser considerado, “o marco mais definitivo no processo de construção institucional da saúde pública” quando se organizou e consolidou a “estrutura administrativa *que permaneceu quase inalterada até a criação do Ministério da Saúde em 1953 e, de certo modo (...) até os anos 60*” (2001, 135, grifo meu). De modo semelhante, para Fonseca, sobretudo com “as alterações institucionais definidas em 1941”, se consagrou o “modelo de gestão em saúde pública que *deixaria marcas nessa área durante décadas e do qual ainda somos herdeiros*” (2007, 244, grifo meu).

Com efeito, apesar de ao longo dos anos 1945-1964 se verificar, como apontam Lima, Fonseca e Hochman, uma vinculação crescente do tema da saúde aos “problemas do desenvolvimento e da pobreza”, ou seja, à crença na ideologia desenvolvimentista e no planejamento estatal como base para “superação da doença e do subdesenvolvimento”, com o “deslocamento das discussões e do processo decisório para o legislativo e para a esfera política”, num ambiente de “competição democrática” (eleições livres, liberdade de imprensa, demandas por direitos, disputas político-partidárias), do ponto de vista que interessa a este artigo, importa salientar que o “combate às endemias rurais e às doenças transmissíveis” mantém-se “como a principal preocupação dos organismos de saúde pública (2005, 46-51). Sendo assim, apesar da intenção de alguns médicos e sanitaristas de incluir a “assistência médica na saúde pública”, de “não estabelecer distinção entre ações curativas e preventivas” (aspecto que Fonseca já havia assinalado no período anterior de 1930-45), o que se observa é a “permanência da tensão” entre esses dois campos, com o “sistema assistencial vinculado ao circuito corporativo-previdenciário (no

⁶ Segundo Lima, Fonseca e Hochman, os marcos centrais do período seriam: a criação do Ministério da Saúde em 1953, “velha aspiração dos médicos da saúde pública” mas que “não significou grandes mudanças nas estruturas institucionais”; a reorganização, pela Lei n. 2.743 de 6 de março de 1956, dos Serviços Nacionais no Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu); a campanha nacional contra a lepra; a campanha de erradicação e controle da malária; e a 3ª Conferência Nacional de Saúde em 1963 (2005, 50-51).

⁷ Embora incontestemente no imaginário do período, em consonância com o “otimismo sanitário” do pós 2ª guerra, tal pressuposto desenvolvimentista, como salienta Reis, “não gerava um sentido único e uniforme”, daí emergindo basicamente duas posições: por um lado, “os defensores da ideia de que a partir da implantação de uma moderna infraestrutura de saúde, de uma adequada educação sanitária e de mais conhecimentos e profissionais técnicos e qualificados” se resolveria os problemas sanitários, propiciando então desenvolvimento, prosperidade e superação da pobreza; por outro, os adeptos das teses do chamado **sanitarismo desenvolvimentista**, que propunham quase o inverso: “desenvolvimento, com prosperidade econômica e social, seria pré-condição para melhorias gerais nas condições de saúde”. Assim, para os sanitaristas desenvolvimentistas, “investimentos excessivos em saúde, além de custosos, por si só não trariam resultados proporcionais em termos sanitários, ainda que ações médicas básicas possibilitassem condições mínimas indispensáveis para até mesmo inserir determinado país na rota do progresso e do desenvolvimento, este sim, prioritário e fundamental” (Reis 2015, 280).

Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, depois Ministério do Trabalho)”, sem ser “objeto de propostas mais radicais de incorporação à saúde pública” (2005, 51).

Vejamos agora como tudo se passou no âmbito do MTIC e da assistência à saúde no sistema previdenciário. De acordo com Hochman e Fonseca, os IAPs instituídos no pós 1930 expressariam um rompimento com o padrão CAPs de organização do sistema de previdência, tendo em vista que englobariam “categorias profissionais em âmbito nacional”, não mais por empresa, com forte mediação do poder estatal (1999, 77). Os institutos também apresentavam inovações no que diz respeito ao financiamento. Adotavam um modelo tripartite, com contribuição dos trabalhadores, dos patrões e também da União, que de forma direta (e não indireta como no caso das CAPs) devia contribuir com um valor que não podia ser inferior ao dos demais contribuintes (Fleury 2007, 91)⁸. Segundo boa parte dos estudiosos do tema, essas instituições foram criadas “de acordo com a lógica corporativista de relações de trabalho estabelecida pelo regime Vargas”, que estimulava cada sindicato a entrar em contato direto com o Ministério do Trabalho para reivindicar um sistema de proteção previdenciário mais completo. Assim, “cada grupo recebia sua própria CAP ou IAP, e também sua lei específica”, daí resultando uma “coleção espantosa de leis e normas operacionais e uma variedade de modelos diferentes de proteção e financiamento” (Malloy 1986, 76-77). Os IAPs seriam dirigidos “por um funcionário executivo (Presidente ou diretor), escolhido pelo presidente da República” e “assessorado por uma espécie de colegiado, com representação igual de empregados e empregadores da categoria, variando entre quatro e oito” (Malloy 1986, 77). O mais importante nesse caso, é que “os membros dos conselhos e juntas de trabalho eram sempre relacionados por representantes de sindicatos aprovados que se reuniam em assembleia convocada pelo Ministério do Trabalho”, tornando o sistema de previdência social ligado ao sistema de sindicatos de trabalhadores (Malloy 1986, 77). Surgem, então, em 1933, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM) e, em 1934, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários (IAPC) e o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB). Em 1937 é criado o Instituto dos Industriários (IAPI), e em 1938 são reorganizadas algumas caixas que dão origem ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Estivadores (IAPE) e ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPTEC) (em 1945 o IAPE é incorporado ao IAPTEC). Ainda em 1938, englobando os funcionários públicos federais,

⁸ Quanto ao caráter inovador ou não das políticas previdenciárias do pós 1930, segundo Hochman e Fonseca, existem posições distintas entre os estudiosos: a dos que defendem, como James Malloy, que a concepção básica de segmentação dos trabalhadores por categorias profissionais e o viés elitista e paternalista do modelo já estavam estabelecidos antes de 1930 e os que identificam uma ruptura no período Vargas, quando se tornam estatais os arranjos previdenciários, muito se diferenciando do modelo civil e privado das CAPs “sem ingerência estatal na provisão de benefícios e serviços” (Hochman e Fonseca 1999, 77).

estrutura-se o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE). Em 1953, através da reunião das últimas CAPs, é criado o IAP dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos (IAPFESP)⁹. (Oliveira e Teixeira 1986; Malloy 1986; Hochman 2006; Santos 1979).

Sendo assim, pode-se dizer que entre os anos 1930-1938, as linhas gerais do sistema de previdência estavam definidas e implementadas, sendo “parte integrante de uma estratégia maior de política estatal iniciada pelo regime Vargas” (Malloy 1986, 86). Com efeito, segundo Malloy, “por volta de 1939, o sistema básico estava constituído” com a existência de “noventa e oito CAPs e cinco IAPs, e uma população total assegurada de 1.838.885 ativos e 81.142 não ativos” (1986, 75). Por sua vez, para Oliveira e Teixeira, se “nos sete anos compreendidos entre 1923 e 1930, o número de associados ativos crescera de seis vezes atingindo a marca de 140.000”, no período de 1930 a 1945 este número aumentou quase 20 vezes, chegando ao final dele com a “cifra de 2.888.000 associados” (1986, 59). De acordo com Santos, em 1948 havia 30 CAPs e 6 IAPS, com “aproximadamente 3.000.000 de segurados ativos, 158.800 aposentados e 171.000 dependentes” (1979, 32). Em 1959, tendo por base o *Anuário Estatístico do Brasil*, Hochman aponta que os seis IAPS e mais o IPASE “totalizavam 4.200 milhões de associados, 482.428 aposentados e 604.427 pensionistas” (2006).

Em relação à prestação da assistência médica, segundo importantes autores do campo da saúde, até os anos 1950 pelo menos, tal serviço seria secundário nos IAPs e CAPs (apesar da permanente reivindicação dos trabalhadores e do crescimento dos gastos com saúde entre 1923-1949), em boa medida condicionado à disponibilidade de recursos (em alguns casos com uma cobrança adicional) e com teto máximo de gastos em boa parte deles (Menicucci 2007, 64-66; Vianna 2000, 141e 158; Braga e Paula 1981, 71-72). Além disso, seu alcance variava de instituto para instituto, a depender da maior capacidade de mobilização e pressão política de uma dada categoria de trabalhadores e seus respectivos sindicatos junto ao Estado. O IAPI, por exemplo, destinava aos gastos com saúde em 1964, 20,2% do seu orçamento, enquanto o IAPB, o mais pródigo de todos, 63,4%, “em razão da capacidade também maior de mobilização e pressão dos bancários”. (Menicucci 2007, 65-66; Vianna 2000, 141)¹⁰. Como apontam Braga e Paula (1981, 82), a partir de 1960 os institutos estavam submetidos a fortes pressões “no sentido de elevar seu gasto com assistência médica”, entretanto o resultado disso teria sido distinto, a depender “basicamente

⁹ Observamos algumas diferenças de data ente os autores citados acima em relação à criação de alguns institutos, notadamente o IAPI (1936 ou 1937?) e o IAPFESP (1953 ou 1954?). Também em relação ao IAPFESP muitas vezes é dito que inicialmente ele se chamou CAPFESP.

¹⁰ Uma medida importante foi a criação em 1949, do Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência, o SAMDU, financiado por todos os IAPs e CAPs e que oferecia, como o próprio nome diz, atendimento médico domiciliar e de urgência aos segurados.

da situação financeira de cada instituto e da força da pressão sindical” de cada categoria profissional, o que é revelador de como o acesso maior ou menor a serviços de saúde dependia muito da força de organização e reivindicação dos trabalhadores, sinalizando para um importante sentido de reconhecimento de direitos, ainda que amalgamado com a fórmula retórica da dádiva ou outorga, notadamente explorada pelo varguismo. De qualquer forma o decisivo aí, em termos da sua distinção com relação à saúde pública, é que para ter acesso à assistência médica era preciso se encontrar regularmente inscrito em uma CAP ou IAP. E para que isso acontecesse era necessário possuir algum vínculo de trabalho formalmente reconhecido, como já dito.

Aqui é possível apontar uma contradição importante para nossos propósitos: de um lado a saúde pública voltada à população em geral (inclusive a rural) sem discriminação, portanto um bem coletivo público de caráter abrangente e escopo universal, no entanto ***não demandado com um direito***. Ainda que fosse uma reivindicação antiga de sanitaristas dos anos 1910-20, não resultou da luta de grupos de interesse organizados que reivindicassem acesso à saúde e sim da iniciativa do poder público de acordo com seus objetivos de expansão para o interior do país e de afirmação do Estado nacional. De outro, a medicina previdenciária, com seu caráter segmentado, seletivo, corporativo - não universal - voltado àqueles inseridos no mercado formal de trabalho (inscritos, nesse caso, em algum instituto ou Caixa) mas de **algum modo reivindicada como um direito, ainda que nos marcos da cidadania regulada e construída pelo regime Vargas como uma dádiva ou benesse**. Conforme assinala Fonseca:

Advogo que o modelo de atenção à saúde construído a partir da década de 1930 formalizou também a separação entre as noções de direito à saúde e seu usufruto. Neste campo a concepção da política social como outorga talvez tenha se dado de forma mais acentuada do que em outras esferas sociais. Na realidade, a noção de direito não parece estar embutida no usufruto desse bem coletivo – por quê? Por um lado porque – de acordo com a noção de cidadania regulada – a ideia do direito à saúde não era um bem inerente a qualquer cidadão. Ao distinguir, entre a população, os cidadãos e os pré-cidadãos, aqueles que têm e os que não têm direito ao sistema previdenciário, e imprimir tal orientação à política social por meio da divisão entre os dois ministérios, o Estado não identifica os serviços prestados no âmbito da saúde pública como um direito. Este, enquanto tal, era reservado apenas aos cidadãos empregados no mercado formal de trabalho. Em contrapartida, as ações de saúde pública eram engendradas de forma unilateral, partiam diretamente de iniciativas governamentais, não foram fruto de negociações políticas nem de demandas entre uma clientela específica e o Estado. Em outras palavras, não havia reivindicação por saúde nem movimento associativo e organizacional em seu nome – este aspecto também contribuiu para o distanciamento da noção de direito (Fonseca 2007, 55).

Por sua vez para a socióloga Telma Menicucci, tratando especificamente da assistência médica previdenciária,

A expansão da assistência médica se deu a partir da segmentação entre os trabalhadores, objeto das políticas. A forma corporativa que caracterizou a criação e expansão da previdência social brasileira, e vinculada a ela a assistência à saúde de maior proporção, expressou como uma conquista ou uma concessão para grupos particulares de trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho. Dessa forma, na sua origem a assistência médica pública não se constitui em razão de objetivos

universalistas e igualitários, e ao longo do tempo foram se desenvolvendo formas variadas de segmentação, que se traduziam na inserção em instituições de saúde diferentes. Uma das consequências desta segmentação institucional foi a ausência de uma efetiva solidariedade entre trabalhadores e de uma consciência de interdependência, de forma a construir uma coletividade. Isso vai se traduzir posteriormente na ausência de uma sustentação política efetiva, embora ela se desse formalmente, dos trabalhadores organizados a um sistema de saúde público universal” (Menicucci 2007, 59).

Corporativismo e universalismo, saúde pública e saúde previdenciária, cidadãos e pré-cidadãos, inexistência de objetivos igualitários, distanciamento da noção de direito, outorga, conquista e/ou concessão, cidadania regulada, ausência de solidariedade e de consciência de interdependência, enfim, um conjunto amplo de formulações algumas vezes contrastantes mas que, ao fim e ao cabo, expressam uma interpretação em boa medida reificadora da noção de dádiva e desqualificadora da noção de direito social como possível conquista ou reivindicação. Com efeito, interessante observar como para boa parte das leituras sobre as políticas de saúde realizada por estudiosos do tema, a ênfase em certa característica da *cultura de direitos do trabalho no Brasil* informada seja pela cidadania regulada, seja pelo corporativismo, se apresenta como a principal responsável pela impossibilidade de uma extensão efetiva da cidadania, uma cidadania ampla que contemplasse todos os membros de uma dada comunidade política, elidindo a clivagem entre cidadãos (incluídos) e pré-cidadãos (excluídos). Nesse caso, a visão predominante nas interpretações corrobora a ideia de que uma determinada marca muito salientada do modelo de proteção social no Brasil, estabelecido nos anos 1930, na qual os trabalhadores teriam acesso diferenciado a certos direitos sociais diante de uma situação formal de inserção no mercado de trabalho, conformaria ao longo do tempo, “formas variadas de segmentação, que se traduziam na inserção em instituições de saúde diferentes” (Menicucci 2007, 59). Mesmo o importante e inovador estudo de Fonseca, que mostra como no campo da saúde pública havia a pretensão de atender a todos indiscriminadamente, “bem coletivo de dimensão essencialmente universal” envolvendo medicina preventiva e curativa, deixa claro que tal pretensão não caracterizava qualquer noção de direito social nem decorria da luta de grupos de interesse organizados que reivindicassem acesso à saúde. Como ela diz, “não era usufruído como um direito social e, portanto, permanecia desvinculado de qualquer grupo de demanda” (2007, 57). Resultava, pois, de exclusiva iniciativa governamental, tendo em vista o “projeto político-ideológico de construção nacional” do Estado brasileiro, “que incorporava em seus propósitos a prestação de serviços públicos de saúde de forma abrangente, voltado para toda a população brasileira” (2007, 262). Ou seja, embora “oferecido pelo Estado dependia unicamente de sua iniciativa, de sua ‘dádiva’ e das negociações políticas que remetessem a seus interesses” (2007, 57), o que a leva inclusive a concluir que “a noção de direito e a universalização” se apresentam como “questões independentes” (2007, 262).

Interessante observar, aliás, como para boa parte dos estudiosos do campo da saúde, mesmo no caso do Sistema Único de Saúde (SUS) instituído através da Constituição de 1988 - em tese expressão de uma *mudança decisiva no sentido de afirmar uma perspectiva de acesso igualitário e universal à saúde, portanto de cidadania plena* - as dificuldades e entraves no seu funcionamento se relacionam em larga medida com a herança segmentada e corporativa da nossa cultura de direitos. Com efeito, o que de um modo geral tais estudiosos identificam seria a *reposição*, em outros termos - agora através de “demandas particularistas (...) vinculados ao contrato de trabalho e não à categoria profissional” (Meninucci 2007, 87) – da antiga clivagem e exclusão do sistema de saúde brasileiro que, como dito acima por Menicucci, desde sempre não teria se constituído “em razão de objetivos universalistas e igualitários”, sendo marcado por “segmentação institucional”, “ausência de solidariedade entre trabalhadores” e “consciência de interdependência” (2007, 59). Como sugere o sociólogo Nilson Costa,

a tensão entre uma agenda publicista e a organização de interesses é a problemática central e específica dos anos 80, embora a questão da diferenciação da assistência médica para a força de trabalho ativa não constitua uma novidade. Esta[ria] na própria gênese da cidadania social brasileira [leia-se cidadania regulada e corporativismo], que condicionou desde os anos 30, através do vínculo contributivo, o acesso a serviços de internação hospitalar e atendimento ambulatorial” (Costa 1996, 347).

Vejamos, pois, as considerações da própria Cristina Fonseca, nesse caso em um texto bastante recente. Se referindo às análises da trajetória histórica das políticas de saúde a partir da clivagem medicina de cunho previdenciário versus os que se valiam dos serviços de saúde no âmbito do MES, chama atenção para,

o processo de estratificação na prestação de assistência médica, que se consolida ao longo das décadas de 1920-40, principalmente com a participação das organizações previdenciárias. Este modelo de política pública de saúde implementado *marcou de maneira decisiva as possibilidades de mudanças e a viabilização de um sistema de saúde universal nas décadas seguintes, deixando heranças até os dias de hoje*, como bem demonstrou Menicucci (Fonseca, 2019, 425, grifo meu).

E o que diz a socióloga Telma Menicucci, que Fonseca menciona? A citação é longa, porém bastante esclarecedora:

A proposta de um sistema de saúde igualitário chocou-se com o legado histórico de uma sociedade marcada pela diferenciação e pela segmentação no próprio campo da atenção à saúde, no qual o processo de inclusão se deu pela incorporação de segmentos privilegiados dos trabalhadores assalariados (...). No caso brasileiro, a reforma sanitária foi de inspiração claramente solidarista e com pretensões transformadoras que extrapolavam o setor saúde. Entretanto, não se pode dizer que esses valores estavam generalizados tanto na elite governante como na sociedade organizada. *Ao contrário, como herança de políticas anteriores, tinham se desenvolvido práticas e, conseqüentemente, valores pouco solidaristas, e não se constituíra uma demanda de atenção universal entre os segmentos organizados dos trabalhadores.* A origem da Previdência Social no país, na qual se inseriu a assistência médica, não foi o resultado da constituição prévia do sentimento de pertencimento a uma comunidade, mas sim uma forma de o governo getulista buscar apoio de setores até então excluídos do jogo político pela via da corporativização das demandas dos trabalhadores. A história do alargamento dos benefícios previdenciários, entre eles a assistência médica, é também uma história de pressões dos trabalhadores

mais organizados no *sentido de obter ganhos diferenciados para cada categoria, situação propiciada pela própria configuração institucional da Previdência Social (...)* Conquistas ou concessões de benefícios sociais diferenciados faziam parte do jogo político e eram usadas como moeda de troca, não tendo se constituído em um projeto de cidadania inclusiva. Essa origem da assistência calcada na diferenciação, primeiro no âmbito da assistência pública por meio dos IAPs e posteriormente em razão da distinção entre trabalhadores cobertos por planos empresariais e cobertos pela assistência pública, não favoreceu a constituição de uma identidade coletiva e de valores que enfatizassem a solidariedade e o igualitarismo que pudessem dar suporte à reforma (2007, 202-203, grifo meu).

Considero que aqui temos uma questão importante e creio que vale acompanhar o que os historiadores e alguns sociólogos têm dito já há algum tempo tanto sobre a questão da *cidadania regulada* quanto sobre o *corporativismo*. Adalberto Cardoso, por exemplo, no livro *a Sociedade do Trabalho no Brasil*, sugere que a cidadania regulada foi a forma possível da consciência de classe no Brasil, a “consciência do direito a seus direitos” (2010, 236), na medida em que “ofereceu um referencial poderoso para a construção de (...) identidades individuais e coletivas”, porquanto “estava ao alcance de todos, desde que cada um se habilitasse a ela” (2010, 237). Uma espécie de promessa integradora que pautou o próprio “horizonte da luta de classes no Brasil” “pela qual passou a valer a pena lutar” (2010, 223- 224). Luta, nesse caso, marcada tanto pela constante ampliação desses direitos quanto pela implantação efetiva dos direitos estabelecidos, tendo em vista que por constarem da lei tais direitos não estavam exatamente garantidos. Mas também, e aqui um aspecto importante, *luta pela extensão dos que podiam ser incluídos nessa nova formulação de direitos, isto é, pela introdução de novas categorias de trabalhadores no universo da cidadania regulada*, o que parece não combinar muito bem com a ideia de uma cultura de direitos do trabalho corporativa, segmentada e particularista, bem como de um quadro estável e monolítico de cidadania regulada. Nas palavras de Cardoso,

A cidadania regulada, nesse sentido, converteu-se na forma institucional da luta de classes entre nós (...) Isso quer dizer, ademais, que se os direitos sociais e do trabalho (e os serviços de saúde e educação) precisavam ganhar facticidade por meio da luta regulada da luta de classes, então a cidadania regulada precisou ser conquistada pelos candidatos a ela, e isso tanto individual quanto coletivamente (2010, 223). A consciência de classes dos trabalhadores brasileiros foi, por muito tempo, a consciência dos direitos a seus direitos, cuja efetividade esteve sempre em processo...” (2010, 239).

E acrescenta:

Mesmo que, para boa parte dos brasileiros, o mundo dos direitos construído ao longo da Era Vargas tenha permanecido uma promessa (...) do ponto de vista que interessa ao argumento aqui defendido, o que importa é que uma vez instituída a legislação social tornou-se objeto real de aspiração das massas despossuídas de recursos e direitos simplesmente porque foi apresentada como, justamente um conjunto de direitos e não como privilégios (Cardoso 2010, 237).

Por sua vez, os historiadores tem procurado mostrar que a perspectiva de *reinvenção* do trabalhismo varguista e a recorrente “ameaça de ruptura”, isto é, de avançar além da outorga getulista e da cidadania regulada sempre se colocou no horizonte de possibilidades da luta dos

trabalhadores, em que pese o “propósito da tutela” e a pretensão de conformar um operário “restrito e regulado” por parte do poder (Negro 2003, 10). Como assinala Negro,

Vargas não deu a cidadania aos trabalhadores. A gosto seu, ele a reconheceu e integrou na República. Agradecidos os agraciados não renunciaram ao conflito. Mais ainda, não se mantiveram dentro das prescrições da cidadania regulada e forçaram sua ampliação, *tanto a partir de quem estava incluído, quanto a partir de quem estava excluído* (2002, 280, grifo meu).

Com efeito, diversos são os trabalhos que têm procurado apresentar um quadro mais sofisticado e nuançado do processo de constituição de uma *cultura de direitos do trabalho* no Brasil desde os ditos anos populistas de 1930 a 1964, questionando as “interpretações que, via de regra, realçam exclusivamente a capacidade do Estado de impor suas mensagens e projetos de controle social”, na perspectiva da colaboração de classes. Por conseguinte, se propondo a problematizar determinado “modo de interpretação da realidade, aferrado a certos cânones conceituais – populismo, paternalismo, personalismo, ‘marca’ autoritária – que sobreleva o papel protagonista do Estado, ativo e poderoso, diante de uma classe trabalhadora passiva, objeto de cooptação desse Estado” (Reis 2007, 29-30). Ao inverso, conforme salienta Gomes, o que tais estudos têm observado é uma classe trabalhadora que desde sempre e para além de importantes e violentos constrangimentos, se apresenta como um “sujeito que realiza escolhas segundo o horizonte de um campo de possibilidades” (2001, 46).

De modo semelhante, em relação ao corporativismo brasileiro, trabalhos recentes, como os de Larissa Correa, têm posto em questão a ideia de um sistema de regulamentação corporativista moldado por “aspectos monolíticos e estereotipados”, observando certo “caráter flexível” nele. Como salienta a autora, “não se trata aqui obviamente de elaborar uma defesa do corporativismo, mas de apontar para o caráter flexível desse sistema (...) e para os seus possíveis e diferentes significados e reapropriações feitas pelos trabalhadores (2016a, 226-227). Nesse sentido, acrescenta Correa, cumpre “analisar os sistemas de regulamentação trabalhista [leia-se corporativismo] a partir da combinação de outros fatores, como as possibilidades de organização da classe trabalhadora e do regime político em que esses sistemas atuam ou se desenvolveram historicamente” (Correa 2016a, 224-227). Sendo assim, como salienta Lobo, entre as expectativas dos formuladores e o uso efetivo dos trabalhadores seja da legislação trabalhista ou da estrutura sindical corporativa,

alguns estudiosos tem constatado que aquilo que foi prescrito não teve expressão real, tendo em vista, entre outros fatores, que a componente de controle estatal sobre as organizações sindicais foi mitigada entre 1945 e 1964, num ambiente de crescente efervescência social, a despeito da permanência da estrutura sindical erigida no Estado Novo” (Lobo 2019, 117).

Assim, embora criado desde cima, através de “procedimentos autoritários por parte do Estado” com o objetivo mais de “controle dos trabalhadores” - e em que pese sua “elevada

capacidade de sobrevivência e adaptação” ao longo do tempo - tal “corporativismo à brasileira” (Lobo 2016, 544-546), de maneira geral, não impediu que os trabalhadores, nas diversas conjunturas em que ele se atualizou, forjassem uma “consciência de classe” e uma “cultura de direitos” de modo a ultrapassar “os limites do espaço da fábrica e das relações empregado-empregador” (Correa 2016b, 522).

Enfim, o que esses estudiosos têm apontado é que tanto o arranjo corporativista como a cidadania regulada, apesar de suas intenções de segmentação e controle social, foi desde sempre, evidentemente variando de acordo com o conjunto de possibilidades e constrangimentos colocados pelas diferentes conjunturas, um espaço aberto ao conflito envolvendo tanto a legislação trabalhista, quanto a justiça do trabalho, as instituições previdenciárias e a própria estrutura sindical. Ainda que atravessado por relações em boa medida desiguais em termos de recursos de poder, possibilitou aos trabalhadores a formação, bem ou mal, de uma cultura política de direitos, “gestada [sobretudo] durante o período democrático e identificada fundamentalmente por meio da instrumentalização do código trabalhista [e] do aprendizado de uma linguagem de direitos reapropriada pela classe trabalhadora” (Corrêa 2016b, 505).

Por que é importante dizer isso? Porque me parece que vale a pena pensar um pouco além de uma certa tradição do pensamento social brasileiro que condena de antemão nossa cultura de direitos diante de outras experiências sociais e de cidadania, frequentemente identificadas como modelos ótimos. Ou seja, aqui tudo teria sido marcado pela incompletude, pela falta. Os historiadores têm identificado tal modo de leitura como paradigma da ausência (Chalhoub e Silva 2009; Nascimento 2016.). Se tivemos uma cultura de direitos ela foi segmentada e corporativa nunca uma cultura de solidariedade de classe entre os trabalhadores, sobretudo entre incluídos e excluídos na *cidadania regulada*, sendo que tal cultura de direitos teria sido a principal responsável pela impossibilidade de uma extensão efetiva da cidadania, uma cidadania ampla como nos outros países, notadamente na Europa e nos EUA. No entanto, na própria Europa ocidental, no início dos sistemas de proteção social no começo do século XX, nada se processou como acesso universal e em grande medida estavam relacionadas a capacidade de contribuição dos sujeitos. O conceito ampliado de proteção social de escopo universal, baseado na ideia de seguridade social, só se afirmou, e mesmo assim com diferenças de país a país, no pós segunda guerra (Monnerat e Senna 2007; Pereira 2008; Kerstenetzky 2012)

Observemos de modo breve aqui alguns exemplos que servem, se não de contraponto a esta perspectiva, pelo menos como evidências que problematizam as leituras que identificam a política social e a cultura de direitos no Brasil como eventos monolíticos e absolutamente estabelecido desde a Era Vargas. Começo pela discussão ocorrida em torno da criação do Instituto

dos Serviços Sociais do Brasil (ISSB) levada a efeito no último ano do primeiro governo Vargas (1945). Em consonância com certo clima internacional favorável a reformas estabelecidas a partir do princípio de “solidariedade social”, o objetivo era avançar em termos da universalização e ampliação dos benefícios e serviços, inclusive da assistência médica, bem como promover a unificação administrativa e financeira da previdência, segundo o princípio “de cada um de acordo com seus meios, e para cada um de acordo com sua necessidade”(Malloy 1986, 91-92). O plano do ISSB envolvia, de acordo com Malloy, um “radical e grandioso esquema de reformas”, organizado em “três dimensões funcionais que dariam uma cobertura do ‘berço ao túmulo” (1986, 92). O decreto que o estabelecia, de acordo com Cohn, “estipulava (...) a universalização da previdência e atribuía à assistência médica importância equivalente aos benefícios” (1980, 10). Na exposição de motivos da comissão organizadora do ISSB era dito que ele deveria “*alcançar, em seu amparo, todos os habitantes do território nacional*”, representado “um marco na história da previdência social brasileira”, sendo capaz de influenciar “toda e qualquer tentativa de racionalização e mesmo unificação dos anos posteriores” (Cohn 1980, 11, grifo meu). Nesse sentido, Hochman considera que a proposta de criação do ISSB significava “o desmantelamento de toda uma estrutura de diferenciação que prevalecia no sistema previdenciário”, expressando “um corte radical com o modelo então vigente no Brasil e contemporânea às propostas debatidas no exterior” (1988, 86), o que, convenhamos, não é pouca coisa. E logo adiante o autor acrescenta:

A organização do ISSB, com a reestruturação da previdência social e sua ampliação incluindo a assistência social, era vista como necessária ao progresso do país e, dentro dessa finalidade, o projeto deixa ‘de lado classificações de grupos profissionais distintos, preceituando, antes, a congregação de todos os nacionais ou estrangeiros no país, que auferam rendimentos (...) como contribuintes do regime de previdência e assistência social’ (...). Dentro do ‘espírito da época’, o projeto do ISSB traz consigo além da proposta da unificação dos Institutos e das Caixas, a universalização dos benefícios, a uniformização dos regimes de contribuição e a inclusão da assistência médica como direito dos segurados. Isso implicaria uma reformulação do conceito de cidadania, até então regulada pelo Estado e estratificada por categorias profissionais, para uma concepção de ‘congregação de todos os nacionais e estrangeiros radicados no Brasil’. Enfim, a formulação clássica de cidadania definida como um ‘*status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade’ (1988, 88).

Como é possível observar a proposta era bastante ousada, porquanto rompia em grande medida com os fundamentos da propalada cidadania regulada e pouco ficava aquém do que se advogava na Europa de então em termos de política social. De qualquer forma, embora estabelecido pelo decreto-lei nº 7526 de 07 de maio de 1945, o ISSB acabou não vingando, em função de resistências diversas. Das companhias de seguro certamente já que o plano “de maneira absolutamente revolucionária estatizava o seguro contra acidentes de trabalho custeado através de contribuições especiais dos empregadores” (Hochman 2015, 5). Outra fonte de oposição veio dos setores sindicais já que, segundo Malloy (1986, 93-94), estes receavam perder o controle sobre as instituições de previdência, o que de certo modo reforça o argumento corporativista e anti-

solidarista por parte dos trabalhadores organizados. No entanto, tendo em vista a ousadia da proposta que, como indica Hochman, em larga medida procurava romper com “a estrutura de diferenciação que prevalecia no sistema previdenciário” e com o próprio “conceito de cidadania, até então regulada pelo Estado e estratificada por categorias profissionais”, tal fato não deixa também de ser revelador de como o corporativismo varguista e o fundamento da cidadania regulada não eram princípios monolíticos, apresentavam fissuras e certa flexibilidade de propósitos desde o seu nascedouro, com espaço inclusive para absorver formulações que apontavam, ainda nos anos 1940, para perspectivas bem mais universalistas em termos de direitos sociais.

Outro exemplo que pode ser citado, é a tentativa, em 1954, de implantação de uma Lei Orgânica da previdência, que se arrastava desde 1947 (após o fracasso do ISSB). Depois de muita discussão e falta de consenso no legislativo sobre a sua implantação, Vargas apela ao seu poder e emite um decreto, de nº 35.448, que visava reformar o sistema previdenciário (Malloy 1986, 102). De acordo com Malloy, tal decreto “ligava-se explicitamente às ideias gerais do decreto gorado de 1945, que criava o ISSB”, embora considere que o que se pretendia era uma “pálida imitação do plano de 1945”, porquanto “não abrangia o conceito de unificação” e mantinha o “sistema de recurso múltiplos”. No entanto, tinha a pretensão de “englobar todas as classes, *alcançando inclusive os trabalhadores rurais, os domésticos e os autônomos*”, que poderiam “integrar-se ao sistema voluntariamente desde que pagassem as contribuições do empregado e do empregador” (1986, 102, grifo meu). Com o suicídio de Vargas em 1954 mais uma vez tal reforma não vingou, sendo o referido decreto revogado por Café Filho, “sob a alegação de que constituía um exercício inconstitucional” (1986, 102).¹¹ De qualquer forma, embora frustrado, o que se observa novamente aqui é certa intenção de ampliação do acesso à proteção social, para além dos limites estabelecidos pelo princípio da cidadania regulada ou da lógica do “só quem tem ofício tem benefício”.

Vejam também como mais uma importante evidência, a direção que o sistema previdenciário toma com a aprovação da Lei Orgânica da Previdência social (LOPS) de 1960, “após 13 anos de luta legislativa” (Malloy 1986, 109), que uniformizava tanto as contribuições quanto os serviços e benefícios, conferindo a eles a “mesma importância na definição das finalidades da previdência social” (Cohn 1980, 13). Ademais, estabelecia uma direção efetivamente colegiada nos institutos, importante bandeira dos trabalhadores, embora mantivesse a estrutura fragmentada do

¹¹ Como sabemos tais trabalhadores só puderem se incorporar à previdência social após a unificação ocorrida em 1966 já no regime militar, com a inclusão dos trabalhadores rurais em 1971 (Prorural/Funrural), dos empregados domésticos em 1972 (lei 5.899) e dos trabalhadores autônomos em 1973 (lei 5890).

sistema (Hochman, Maio, e Lima 1989, 72; Vianna 2000, 159)¹². Segundo o próprio Santos, formulador intelectual do conceito de cidadania regulada, a LOPS seria expressão inicial de um processo que buscava “minar” o princípio de uma cidadania caracterizada pela inserção dos indivíduos em alguma ocupação reconhecida e definida em lei (1979, 79); ou, como quer Vianna, a “única mudança infringida a esta arquitetura organizacional”, se referindo, no caso, aos “padrões desiguais de proteção” a “clientela hierarquizada” e as “mediações corporativas” do sistema previdenciário que, segundo a autora, tinham vigência (2000, 141). Por sua vez, de acordo com Kerstenetzky, a LOPS, embora “não tão radical quanto o ISSB”, refletiria uma importante mudança “na direção da universalização da seguridade”, através da “uniformização do sistema” e do estabelecimento de “um conjunto de 18 benefícios e serviços” (2012, 197).

Oliveira e Teixeira (1986, 166), consideram que a promulgação da LOPS significou “um marco [na] derrota final do modelo contencionista, ao estender para o conjunto dos segurados da Previdência, um plano extremamente amplo de benefícios e serviços”. Se proporia inclusive a integrar no sistema, segundo Malloy (1976, 18), “grupos novos, como os profissionais autônomos e liberais”, embora não os empregados em serviços domésticos e o enorme contingente de trabalhadores rurais que continuariam na condição de pré-cidadãos aspirantes à “inclusão na chave dos direitos sociais” (Cardoso 2010, 239). Nesse sentido, é possível sugerir, acompanhando a provocadora análise de Cardoso, que a exclusão “*pod[ia] ser* temporária, isto é, a cidadania aparec[ia], para esses pré-cidadãos, como *possibilidade*” (2010, 219)¹³. De fato, no caso dos que laboravam no campo, tal possibilidade se apresentou com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, que estendia “direitos trabalhistas e previdenciários aos trabalhadores rurais fora da lógica contributiva”, embora, ao fim e ao cabo, com pouca efetividade em termos concretos, tendo em vista o golpe civil militar que depôs o governo Goulart em 1964 (Kerstenetzky 2012, 198)¹⁴.

Como quer que seja, com todos os limites observados (exclusão dos rurais principalmente) o que parece ficar claro aqui é que entre os anos 1945-1964 se verificou um processo que pretendia avançar, embora em grande medida travado na prática, no sentido da universalização da previdência e da ideia mais ampla de seguridade social¹⁵.

¹² Como salienta Hochman, o apoio dos bancários, “historicamente tidos como opositores a qualquer forma de uniformização”, à LOPS “deveu-se fundamentalmente à inclusão nessa lei da chamada direção colegiada, isto é, a presidência seria exercida por representantes da União, dos empregadores e dos trabalhadores em rodízio” (1992, 121).

¹³ Conforme aponta Cardoso, a condição de pré-cidadãos “denota, a um só tempo, exclusão do mundo dos direitos e existência de mecanismos pelos quais, em algum momento, os pré-cidadãos podem ser incluídos, tornando-se membros plenos da comunidade de direitos” (2010, 219).

¹⁴ Para tanto seria criado um *Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural* formado com o recolhimento de 1% da produção agropecuária.

¹⁵ Segundo Vianna, “seguridade social é um termo cujo uso se tornou corrente a partir dos anos 40, no mundo desenvolvido e particularmente na Europa, para exprimir a ideia de superação do conceito de seguro social no que diz

Após a implantação da LOPS, quem dirige o Departamento Nacional de Previdência Social (DNPS), “órgão de máxima autoridade nos assuntos previdenciários” (Cordeiro 1984, 39), é o sindicalista Dante Pellacani (cassado pelo movimento militar de 1964), ligado ao PTB, que tem sua atuação marcada pela preocupação com os serviços de assistência médica, o que permite caracterizar esse período, segundo Cordeiro, como marcado pela tentativa de se buscar “uma solução conciliatória dos vários modelos [de prestação médica] existentes, mas que salvaguardasse essa prestação *da privatização generalizada e privilegiasse o quanto possível os serviços próprios*” (1984, 43, grifo meu). No entanto, o que em geral se diz é que os trabalhadores organizados, os sindicalistas e sindicatos do período, se viram fortemente atraídos pela oferta do ascendente mercado privado de saúde, tendo em vista que “a forma de organização da assistência médica pelos antigos IAPs teria vinculado desde cedo os trabalhadores urbanos à prestação privada de serviços de saúde, o que também os teria levado a dar sustentação à saúde privada e não à pública” (Rodrigues 2014, 47). Postura que ganharia enorme impulso com a unificação dos institutos no INPS durante o regime militar (Menicucci 2007).

Cohn (1980, 13), por exemplo, considera que a “expansão da assistência médica via privatização”, típica da unificação previdenciária pós 1964, já se encontrava delineada na LOPS de 1960. Posição que contrasta com a de Cordeiro que entende que neste momento os “convênios com sindicatos e outras entidades para prestação de assistência médica pelos IAPs (...) diferiam da forma como foram implementados após 1964” (1984, 42). Com efeito, de acordo com o autor, os ditos convênios “eram definidos como uma forma alternativa de prestação de atendimento para as localidades onde não havia conveniência em manter serviços próprios pelos IAPs; a preferência deveria sempre recair nas entidades sindicais, depois em empresas públicas e, finalmente nas instituições privadas (1984, 42).

Oliveira e Teixeira, por sua vez, consideram o período que vai de “1945 à unificação dos institutos em 1966”, como “correspondendo a um verdadeiro ‘boom’ de expansão do setor próprio de assistência médica previdenciária, tendo surgido aí pelo menos $\frac{3}{4}$ dos atuais hospitais de nossa previdência social”. E logo em seguida acrescentam: “A prática de comprar serviços médicos e hospitalares a terceiros era, além disso, mantida. Agora, contudo, ao contrário do que ocorria no período anterior [até 1945], essa atitude era definida como meramente provisória” (Oliveira e Teixeira 1985, 184-185). Como dito na mensagem presidencial de 1950, se referindo à situação do

respeito à garantia de segurança das pessoas em situações adversas. Significa que a sociedade se solidariza com o indivíduo quando o mercado o coloca em dificuldades. Ou seja, significa que o risco a que qualquer um, em princípio, está sujeito – de não conseguir prover seu próprio sustento e cair na miséria – deixa de ser problema meramente individual e passa a constituir uma responsabilidade social, pública” (2007, 173).

IAPTEC, “nos locais em que a massa segurada, pela sua diluição, ainda não permite a instalação de ambulatórios, o instituto manteve o sistema de credenciar ou contratar médicos, dentistas, serviços de enfermagem e hospitais” (Apud Oliveira e Teixeira 1985, 185). De modo semelhante, na mensagem presidencial de 1949, nesse caso tratando do IPASE, se afirmava que o referido instituto tomara “a decisão, para atender aos seus segurados e beneficiários, de designar e credenciar ou contratar profissionais que, trabalhando em consultórios próprios, prestarão assistência médica *até que seja instalado o ambulatório do instituto*” (Apud Oliveira e Teixeira 1985, 185). Como se pode notar, parece que a preferência recaia na utilização e ampliação de serviços próprios e só excepcionalmente - de maneira “provisória”, ou “onde não havia conveniência” ou ainda “pela diluição” da massa segurada – pela contratação de serviços privados¹⁶.

Enfim, alguns exemplos que servem para mostrar que as coisas não estavam assim tão definidas e estabelecidas, envolviam disputas e apresentavam contradições desde os seus momentos iniciais e que portanto a cidadania regulada, a segmentação e seletividade de acesso aos serviços de saúde e aos direitos e proteção social em geral, não constituíam uma causa sem fissuras do projeto de poder e controle da cultura política trabalhista e corporativista brasileira.

Considerações finais

Nos seus importantes estudos sobre a trajetória da cidadania no Brasil, José Murilo de Carvalho assevera que por ter fugido ao modelo clássico, com maior ênfase nos direitos sociais, a cultura de direitos de cidadania no Brasil teria sido *corrompida*, construindo ou o aborto da *estadania* ou do *corporativismo*. Palavras precisas dele: “No Brasil [...] quando a virtude privada estabelece contato com o Estado, gera o aborto da estadania e do clientelismo, quando a virtude do Estado se comunica com a sociedade, gera o aborto do corporativismo. Nos dois casos [...], não há virtude, não há cidadania participante” (2000, 123). Como se vê, estamos bem mal aqui.

No campo da saúde (que é o que meu estudo trata), como vimos, é quase um consenso que nosso modelo de cidadania vindo dos anos 1930, estabelece um certo tipo de enquadramento da nossa cultura de direitos que interfere de modo intenso “nos desdobramentos político-institucionais ocorridos nas décadas seguintes” (Fonseca 2007, 57), ou seja, no que veio a se constituir como proteção social - saúde incluída - desde esse período até, em grande medida, os dias atuais, inviabilizando ou ao menos estabelecendo sérios constrangimentos à perspectiva de *direito à saúde* investida de um sentido igualitário e universal. A reforma sanitária brasileira que deu

¹⁶ Como apontam Oliveira e Teixeira, o IAPI, “velho bastião das tendências contencionistas e que até recentemente resistira a prestar assistência médica sob qualquer forma a seus segurados” destoava desta orientação (1985, 185-186).

origem ao SUS no final dos anos 1970 e anos 1980, por exemplo, quando se propõe a instituir a saúde como um direito de todos e dever do Estado, tal como descrito na Constituição de 1988, contraria a longa tradição segmentada e supostamente corrompida de direitos no Brasil, se pondo na contramão de algo até então impensável no país – a *ideia mesmo da saúde como um direito*, e por esta razão, ao fim e ao cabo, acaba apenas por repor, em novos termos, antigos arranjos repaginados de exclusão e segmentação no acesso à saúde¹⁷. Ou seja, parece que certa tradição corporativa vinda dos anos 30, instaladora de uma cultura de direitos excludente e segmentada, marcada pela diferenciação e pela ausência de solidariedade, espécie de *moléstia originária*, se imporia como modelo monolítico de relação entre Estado e sociedade, estabelecendo, para além do modo como afeta o conjunto daqueles que vivem do trabalho, uma espécie de fosso intransponível na relação entre pobres (excluídos) e trabalhadores (incluídos)¹⁸. Como aponta Ronaldo Santos,

se ao analisar o pós 64 muitos autores identificam uma inflexão privatizante que não constava no projeto estatal varguista, o que permaneceria inalterado para a análise de todo o período, seria a herança segmentada de acesso a direitos – manifestações exclusivas e insistentes desse regime pré-moderno e antidemocratizante dos pós 30 (2014, 108-109).

Parafraseando o historiador Luigi Negro (2004, 21), na sua crítica irônica àqueles que aprisionam nossa história à maldição de um “ente chamado herança colonial” ibérica (“Ibéricos, logo imperfeitos – ontem, hoje e amanhã”), podemos dizer, igualmente em tom de crítica aos que amaldiçoam nossa pertença corporativa: *Corporativistas, logo imperfeitos – ontem, hoje e amanhã!* Com efeito, vale observar como boa parte dos estudos que tratam do acesso ao sistema de previdência social e à assistência à saúde no Brasil - que eu inclusive tenho me valido para sugerir outras possibilidades de interpretação - responsabilizam a cultura política trabalhista e seus modelos excludente de cidadania regulada e corporativismo estabelecidos no pós 1930, pelos padrões desiguais, segmentados e hierarquizados, de acesso a um tal sistema de proteção social. Para tanto, aderem, com maior ou menos entusiasmo, a perspectiva que só vê arranjos e planos orquestrados desde cima, quando não por lógicas de ação atravessadas pela busca de privilégios e ganhos exclusivos por parte dos trabalhadores, nunca de solidariedade.

Segundo Vianna (2000, 141-142), por exemplo, uma das mais importantes estudiosas do tema, a pressão que os diferentes grupos sociais faziam para que suas demandas por benefícios

¹⁷ Com a particularidade de que agora tal acesso diferenciado, como vimos, estaria vinculado “ao contrato de trabalho e não [mais] à categoria profissional como ocorria antes da unificação dos IAPS” (Meninucci 2007, 87).

¹⁸ Como os estudos recentes de historiadores do trabalho tem procurado mostrar parece que não foi bem assim. Como sugere Luigi Negro, embora construída desde cima, a cultura política trabalhista não teria cavado “um fosso entre excluídos e incluídos”. Pelo contrário, teria ido “ao encontro de expectativas e iniciativas por justiça social (...) ao figurar no caminho de movimentos e iniciativas que requisita[va]m sua contemplação pelas leis do trabalho, ou que usa[va]m precedentes para melhorar sua posição de barganha, *inclusive da parte dos trabalhadores rurais* (2004, 22, grifo meu).

fossem atendidas, estimulava certo tipo de competição entre os institutos com vistas antes a “conquista de privilégios” e “a conseguir um esquema de proteção melhor que os demais” do que qualquer intenção mais solidária ou de consciência coletiva de classe. O resultado disso apontaria para a instalação de “padrões desiguais de proteção e uma clientela hierarquizada, prisioneira das mediações corporativas” incapaz de uma “atuação reivindicatória mais consistente”. Nos termos da autora, tal situação teria se mantido e até se aguçado por conta do populismo “no interregno democrático que se estendeu da queda de Vargas, em 1945, ao golpe militar de 1964”, tendo em vista “que a expansão dos benefícios proporcionados por cada Instituto ocorria heterogeneamente na esteira de pressões e acordos políticos particularizados pelo corporativismo sindical”

Por sua vez, de acordo com Rodrigues (2018, 47)¹⁹, “o formato corporativo das políticas sociais” dos anos 1930 até a criação do INPS, teria afetado qualquer possibilidade de uma “ideologia de classe e de solidariedade entre os trabalhadores”, instituindo antes segmentação e privilégio, do que uma “base de sustentação política para um sistema universal de saúde”, além de estabelecer vínculos dos trabalhadores urbanos com “a prestação privada de serviços de saúde” e muito pouco com a pública.

No entanto, se de fato foi assim que tudo se processou, uma pergunta inquietante precisa ser feita: como teria sido possível romper com estruturas de domínio e poder, bem como de arranjos sociais, tão arraigados, constrangedores e duradouros – corporativismos, cidadanias reguladas, clientelismos, paternalismos, patrimonialismos, populismos, enfim, nossa ampla *coleção de moléstias* (Barboza Filho 2010, 41) - de modo a estabelecer a ideia absolutamente inusitada da saúde como um direito de todos e dever do Estado, tal como estabelecido na Constituição de 1988? Processo histórico e político que, convenhamos, não significou pouca coisa! Com efeito, como mostra Rocha (2019, 178), se considerarmos que a ideia propriamente dita de direito à saúde não se refere apenas ao usufruto de “serviços médicos propriamente ditos” e sim a um “direito amplo relacionado à garantia de acesso a bens e serviços” determinantes para uma dada condição saudável²⁰, tal processo só se fez presente, como garantia constitucional, em meados do século XX e em alguns poucos países²¹, tendo em vista que o que se tinha antes eram normas que a defendiam

¹⁹ O autor se vale de algumas pistas inferidas da literatura mais geral que trata da reforma sanitária oriunda, segundo ele, tanto “da saúde coletiva, quanto das áreas da história e da ciência política” (2018, 47). Importante salientar, entretanto, que Rodrigues reconhece que tais indicações ainda necessitam de estudos mais conclusivos.

²⁰ Aquilo que os especialistas da saúde, sanitaristas e militantes da saúde coletiva, identificam como “concepção ampliada de saúde” que considera, para além do acesso a serviços e equipamentos de saúde, também os chamados “determinantes sociais da saúde”: saneamento, educação, assistência social, moradia, trabalho, etc.

²¹ Aparece dessa forma no artigo 21 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 que assevera no seu artigo 25: “todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso

como resultado do avanço econômico-social de um país. Nesse caso, a introdução do SUS na Constituição de 1988 não parece ter destoado tanto do que se passou no cenário internacional. O mesmo se dá em relação à implantação da perspectiva mais efetiva da seguridade social que, como vimos, só se instituiu a partir dos anos pós segunda guerra mundial.

Nesse sentido é que talvez seja interessante acompanhar as novas perspectivas abertas pelos estudos mais recentes de historiadores e sociólogos sobre os mundos do trabalho, suas tensões e contradições (alguns deles apresentados aqui), estudos que tem questionado boa parte das interpretações consagradas sobre o dito sindicalismo corporativista e, através deles ou em diálogo com eles, refazer algumas perguntas inquietantes que nos ajudem a problematizar, como eu tentei fazer neste texto, a ideia de uma construção de cidadania tão arraigada e corrompida que quando muda apenas reitera velhas e carcomidas estruturas de poder, dominação, controle e conformação social. Vale dizer, perguntas que em alguma medida matizem a ideia de uma cultura de direitos e um sistema de proteção social atravessados por uma monolítica e irresistível estratificação, segmentação, diferenciação e seletividade. Quem sabe por esse caminho, a ideia de seguridade social e o estabelecimento do SUS na Constituição de 1988, possam ser mais bem compreendidos e, por conseguinte, vistos como arranjos sociais não tão inusitados ou em completo desalinho tanto com relação a nossa própria história quanto no que tange a padrões internacionais.

Referências bibliográficas

- Barboza Filho, Rubem. “A modernização brasileira e o nosso pensamento político”. *Perspectivas*, São Paulo, 37, jan./jun (2010): 15-64.
- Braga, Jose Carlos de Souza, e Paula, Sergio Goes de. *Saúde e previdência: estudos de política social*. São Paulo: Cebes/Hucitec, 1981.
- Cardoso, Adalberto Moreira. *A Construção da sociedade do trabalho no Brasil*, Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- Carvalho, José Murilo de. “A cidadania na encruzilhada”. Em *Pensar a república*, org. Bignotto, Newton, 105-130, Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- Chalhoub, Sidney, e Silva, Fernando Teixeira. “Sujeitos no imaginário acadêmico. Escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980”. *Cadernos AEL*, 14, n. 26 (2009): 13-46.
- Cordeiro, Hésio. *As empresas médicas*, Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- Correa, Larissa. “Corporativismo e regulamentação do trabalho no Brasil: um debate entre especialistas brasileiros e norte-americanos na década de 1960”, *Sociologia Antropologia*, 6, n. 1 (2016a): 209 -234. <https://doi.org/10.1590/2238-38752016v6i19>

de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle” (Apud Rocha 2019, 179).

Correa, Larissa. “O corporativismo dos trabalhadores: leis e direitos na Justiça do Trabalho entre os regimes democrático e ditatorial militar no Brasil (1953-1978)”, 42, n. 2 (2016b): 500-526. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2016.2.22494>

Costa, Nilson do Rosário. Políticas Públicas, Direitos e interesses: Reforma Sanitária e Organização Sindical no Brasil. Em *Política de Saúde: o Público e o Privado*, org. Benschultz, Catalina, 345-362. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

Fonseca, Cristina Oliveira M. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007.

Fonseca, Cristina. A história das políticas de saúde no Brasil (1889-1945): interpretações e trajetórias, Em *História da saúde no Brasil*, orgs. Teixeira, Luiz Antonio, Hochman, Gilberto, Pimenta, e Tânia Salgado, 403-429. São Paulo: Hucitec, 2018.

Gomes, Angela de C. *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo, Rio de Janeiro: Vértice/Iuperj, 1988.

Gomes, Angela de C. “O Populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. Em *O Populismo e sua História: debate e crítica*, org. Ferreira, Jorge, 17-57. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Fleury, Sonia. “Assistência médica previdenciária – evolução e crise de uma política social”. Em *Saúde em Debate – fundamentos da Reforma sanitária*, orgs. Bahia, Lígia, Amarante, Paulo, e Fleury, Sonia, 87-102. Rio de Janeiro: Cebes, 2007.

Hochman, Gilberto. 2006. “Previdência e assistência social nos Anuários Estatísticos do Brasil”. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2052.pdf>.

Hochman, Gilberto. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945), *Educar em revista*, n.25 (2005): 127-141. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.370>

Hochman, Gilberto. A saúde pública em tempos de Capanema: continuidade e inovações. Em *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*, org. Bomeny, Helena, 127-151. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

Hochman, Gilberto. Duas Gênese, Duas Histórias na Previdência Social Brasileira: O Instituto dos Industriários e o Instituto dos Bancários. *Cadernos da Casa de Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, 1, n.2 (1992): 113-123.

Hochman, Gilberto. Aprendizado e Difusão na Constituição de Políticas: A Previdência social e seus técnicos, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 3, n. 7 (1988): 84-98.

Hochman, Gilberto, e Fonseca Cristina. “O que há de novo? Políticas de saúde pública e Previdência (1937-1945)”. Em *Repensando o Estado Novo*, org. Pandolfi, Dulce, 73-93. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

Hochman, Gilberto, Lima, Nísia Trindade, e Maio, Marcos Chor. “Assistência Médica na Previdência Social Brasileira: questões da Literatura”. *Cadernos da Casa de Oswaldo Cruz*, 1, n.1 (1989): 62-76.

Kerstenetzky, Célia. *O Estado do Bem-Estar Social na Idade da Razão*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Lima, Nísia Trindade, Fonseca, Cristina Oliveira, e Hochman, Gilberto. “A saúde na construção do Estado nacional no Brasil: reforma sanitária em perspectiva histórica”. Em *Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS*, orgs. Lima, Nísia Trindade, et al., 27-58. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

Lobo, Valéria Marques. Corporativismo à Brasileira: entre o autoritarismo e a democracia, *Estudos Ibero-americanos*, 42, n. 2(2016): 527-552. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2016.2.22514>

Lobo, Valéria Marques. Democracia e Justiça: Tribunais do Trabalho no Estado Novo. Em *O que há de novo sobre o Estado Novo? Autoritarismo e democracia*, orgs. Freire, Américo, Martinho, Francisco Carlos P, e Vannucchi, Marco Aurélio, 111-134. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

Malloy, James. *Política de Previdência Social no Brasil*, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

Malloy, James. “Política de bem-estar social no Brasil: histórico, conceitos, problemas”. *Revista de Administração Pública*, 10, n. 2 (1976): 5-29.

Menicucci, Telma Maria Gonçalves. *Público e Privado na Política de Assistência à saúde no Brasil: atores, processos e trajetória*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

<https://doi.org/10.7476/9788575413562>

Monnerat, Giselle Lavinias, e Senna, Mônica de Castro M. “A seguridade social Brasileira: dilemas e desafios”. Em *Sociedade, estado e direito à saúde*, orgs. Morosini, Márcia Valéria Guimarães Cardoso, e Reis, José Roberto Franco, 103-154. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007.

Nascimento, Álvaro Pereira. “Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência": contribuições à História Social do Trabalho no Brasil”. *Estudos históricos*. 29, n.59 (2016): 607-626.

<https://doi.org/10.1590/s2178-14942016000300003>

Negro, Antonio Luigi. “Paternalismo, Populismo e História Social”. *Cadernos AEL*, 11, n. 20/21 (2004): 11-38.

Negro, Antonio Luigi. “Ignorantes, Sujos e Grosseiros: uma Reinvenção da História do Trabalhismo”. *Trajetos*, 2, n. 4 (2003): 9-33.

Negro, Antonio Luigi. “Um PCB é pouco, dois é bom, três é demais. A participação operária na política do pós guerra”. *História*, 21 (2002): 251-282.

Pereira, Potyara. A. P. *Política Social: temas e questões*. São Paulo: Cortez, 2008.

Reis, José Roberto Franco. “Cultura de Direitos e Estado: os caminhos (in)certos da cidadania no Brasil”. Em *Sociedade, estado e direito à saúde*, orgs. Morosini, Márcia Valéria Guimarães Cardoso, e Reis, José Roberto Franco, 15-61. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007.

Reis, José Roberto Franco. “Viver é influenciar”: Mário Magalhaes, sanitarismo desenvolvimentista e campo intelectual da saúde pública (1940-1960)”. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, 27, n. 2 (2015): 279-304. <https://doi.org/10.1590/0103-20702015213>

Rocha, Rudi. “A saúde na Constituição de 1988: trinta anos de SUS e os desafios pela frente”. Em *A Carta: para entender a Constituição Brasileira*, orgs. Meneses Filho, Naercio, e Souza, André Portela, 173-199. São Paulo: Todavia, 2019.

Rodrigues. Paulo Henrique. “Desafios Políticos para a consolidação do Sistema Único de Saúde: uma abordagem histórica”. *História, Ciência, Saúde - Manguinhos*, 21, n. 1 (2014): 37-59.

<https://doi.org/10.1590/S0104-59702014000100003>

Santos, Wanderley Guilherme dos Santos. *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

Santos, Ronaldo Teodoro dos. “O fantasma da classe ausente: as tradições corporativas do sindicalismo e a crise de legitimação do SUS”. Tese de Doutorado, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

Vianna, Maria Lúcia T. Werneck. *A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: estratégia de bem-estar e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Revan-Ucam-Iuperj, 2000.

Vianna, Maria Lucia T. Werneck. “O silencioso desmonte da Seguridade Social no Brasil: o papel dos benefícios contributivos”. Em *Política social e democracia*, orgs. Bravo, Maria Inês, e Pereira, Potyara A. P., 173-196. São Paulo: Cortez / Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

Recebido: 22 de fevereiro de 2020

Aprovado: 30 de março de 2020

Povo desenvolvido é povo limpo: Propaganda e saúde no Brasil nos “anos de chumbo”*

A clean people is a developed people: Public health propaganda in the “leaden years” of the Brazilian Dictatorship

Las Personas Desarrolladas son Personas Limpias: Publicidad y salud en Brasil en los “años de plomo”

Keila Auxiliadora Carvalho**

<https://orcid.org/0000-0001-7607-4557>

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar a relação entre propaganda e saúde nos “anos de chumbo”, especificamente no ano de 1972 quando a ditadura encenava o ápice da repressão política no Brasil, sob o governo do general Emílio Garrastazu Médici. O foco da análise serão os três primeiros filmetes da campanha “Povo desenvolvido é povo limpo”, criada pelo publicitário Ruy Perotti Barbosa da Linxfilm e lançada pela Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP). A partir desses filmes será possível fazer reflexões sobre as relações entre ditadura e o campo da saúde, sobretudo, os aspectos de continuidade de certa concepção individualizante, que considera o sujeito como responsável pelo seu próprio bem estar. Com tal concepção, a AERP empreendeu uma campanha de higiene que, de modo mais amplo, funcionou como propaganda de divulgação do projeto modernizador da ditadura civil-militar, pois, suprimiu a palavra saúde e atrelou os princípios de higiene à noção de desenvolvimento.

Palavras-chave: Ditadura. Propaganda. Desenvolvimento. Saúde.

* Artigo produzido no âmbito dos resultados da pesquisa desenvolvida no meu processo de Pós-doutoramento realizado no Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, sob a supervisão do prof. Dr. Gilberto Hochman, a quem agradeço pela enorme contribuição.

** Professora Adjunta de História do Brasil Republicano e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFVJM. Doutora em História pela UFF. Organizadora do livro *O País do Futuro: Modernidade, Modernização e Imaginário Coletivo no Brasil Republicano* (Appris, 2018) e autora de *Colônia Santa Izabel: História e Memória do isolamento compulsório de doentes de lepra* (Prismas, 2016) e *A Saúde pelo Progresso: A Regulamentação do Trabalho Médico no Governo Vargas (Minas Gerais, 1930-1940)* (Multifoco, 2015). E-mail: keilaacarvalho@gmail.com

ABSTRACT: This article aims to analyze the relationship between advertising and health in the “lead years”, specifically in the year 1972 when the dictatorship staged the peak of political repression in Brazil, under the government of general Emílio Garrastazu Médici. The main purpose will be the analyses of the short films of the campaign - “Povo desenvolvido é povo limpo” - produced by the advertising executive Ruy Perotti Barbosa of Linxfilm company and released by the Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP). Departing from these movies will be possible to reflect upon the relationships between the Dictatorship and the field of public health, above all, the aspects of continuity of a certain individualizing conception, which considers the subject as responsible for his own well-being. With this conception, AERP launched a hygiene campaign that, more broadly, functioned as propaganda for the dissemination of the modernizing project of the civil-military dictatorship. It deleted the word health and linked the principles of hygiene to the notion of development.

Keywords: Dictatorship. Advertisement campaign. Development. Public health.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar la relación entre publicidad y salud en los “años de plomo”, específicamente en 1972, cuando la dictadura protagonizó el pico de la represión política en Brasil, bajo el gobierno del general Emílio Garrastazu Médici. El enfoque del análisis serán las tres primeras películas de la campaña “Povo desenvolvido é povo limpo”, creada por el publicista Ruy Perotti Barbosa de Linxfilm y lanzada por la Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP). A partir de estas películas, será posible reflexionar sobre la relación entre la dictadura y el campo de la salud, sobre todo, los aspectos de continuidad de una determinada concepción individualizadora, que considera al sujeto como responsable de su propio bienestar. Con esta concepción, AERP lanzó una campaña de higiene que, en términos más generales, funcionó como propaganda para la difusión del proyecto de modernización de la dictadura civil-militar. Suprimió la palabra salud y vinculó los principios de higiene con la noción de desarrollo.

Palabras-clave: Dictadura. Publicidad. Desarrollo. Salud.

Como citar este artigo:

Carvalho, Keila Auxiliadora. “Povo desenvolvido é povo limpo: Propaganda e saúde no Brasil nos ‘anos de chumbo’”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 2 (2020): 434-458.

A noção de saúde pública foi sendo construída paulatinamente no Brasil. Como destacado por Hochman (1998), a coletivização e nacionalização dos cuidados com a saúde têm origem nas primeiras décadas do século XX. Assim, à medida que o Estado brasileiro reconhecia a saúde como um “bem público”, também assumia a tarefa de orientar a população acerca dos cuidados e hábitos necessários para manter-se saudável. Inicialmente essas campanhas se realizavam através da

distribuição de cartazes em locais públicos, notas em jornais, pelotões de saúde que atuavam nas escolas e entre outros¹. Mas, com o desenvolvimento tecnológico e dos meios de comunicação visuais - cinema e televisão -, foram incorporados às campanhas higiênicas elementos visuais e simbólicos com o objetivo de mobilizar as pessoas a aderir às propostas, inclusive, modificando hábitos. Já que, as noções “do bom ou do mau” comportamentos passaram a ser representadas por personagens, cujas características poderiam criar identidade com o espectador.

A utilização dos meios de comunicação audiovisuais como estratégia para promover a educação higiênica, não foi uma particularidade brasileira, ao contrário, outros países também a adotaram. Inclusive, em nosso continente, os EUA se tornaram referência ao produzir filmes para empreender campanhas de saúde que extrapolaram os limites do país, abrangendo também a América Latina. Na década de 1940, por exemplo, durante a Segunda Guerra Mundial, o governo norte-americano, através do “Escritório do Coordenador de Assuntos Interamericanos”, contratou a *Walt Disney Studios* para criar uma série de filmes para os países latino-americanos, intitulada *Health for the Americas*. Nesse contexto, a parceria entre os governos norte-americano e brasileiro deu-se pela implantação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), agência que atuava no desenvolvimento de programas sanitários cooperativos em regiões estratégicas para produção de matérias primas, a fim de suprir necessidades civis e militares de guerra (Campos 2006).

A série *Health for the Americas*² foi composta por filmes de 08 a 10 minutos, cujos enredos apresentavam problemas de saúde característicos de países em desenvolvimento da América do Sul, bem como as soluções e os benefícios que resolvê-los traria à população. É possível que essa estratégia do governo norte-americano tenha inspirado outros governos a recorrer às mídias audiovisuais na promoção de campanhas de saúde pública. Caso da ditadura civil-militar aqui no Brasil que, na década de 1970, produziu a campanha “Povo desenvolvido é povo limpo”, tema do presente artigo. Ao chamar atenção para *Health for the Americas* não estamos estabelecendo supostas relações com a campanha promovida durante a ditadura, a ideia é tão somente sinalizar que existiram campanhas relevantes no formato de filmes, anteriores a promovida pela Agência Especial de Relações Públicas (AERP), órgão responsável pela propaganda do governo civil-militar. Não se pode relacionar de forma direta a produção da *Walt Disney* e a da AERP, sobretudo, porque

¹ Sobre o processo de transformação da saúde em responsabilidade do Estado e campanhas de educação sanitária na primeira metade do século XX, cf: Hochman 1998; Santos 2012; Carvalho; Santos 2015.

² Filmes que foram produzidos no âmbito da série *Health For The Americas: The Unseen Enemy* (O Inimigo Invisível) (1945); *Cleanliness Brings Health* (Limpeza traz saúde) (1945); *Insects As Carriers Of Disease* (Insetos como portadores da doença) (1945); *Environmental Sanitation* (Saneamento Ambiental) (1946); *Planning For Good Eating* (Planejando Comer Bem) (1946). Para maiores informações sobre os filmes cf: (Moraes, 2015).

os alvos são diferentes, enquanto na década de 1940³ a preocupação era a higiene rural, sobretudo, em regiões estratégicas da América Latina, envolvidas no esforço de guerra, a propaganda brasileira da década de 1970 tinha como foco o mundo urbano. Contudo, também não se pode perder de vista que, sob o clima de Guerra Fria, a potência do Norte estabeleceu diversos convênios e parcerias no campo da saúde com países latino-americanos, com destaque para o Brasil⁴.

Lançada em setembro de 1972, a campanha “Povo desenvolvido é povo limpo”, se deu pela veiculação de filmes que variavam entre 60 e 90 segundos de duração - exibidos na TV e no cinema -, jingles para a veiculação nas rádios, e também cartazes e adesivos para distribuição em escolas. Os filmes curtos eram protagonizados por Sujismundo, sujeito comum destituído de hábitos de higiene, o que na retórica da campanha significava ausência de respeito pela coletividade, já que sujava os ambientes por onde transitava. Os filmes eram narrados por uma voz masculina cujo tom denotava reprovação dos maus hábitos do personagem, transmitindo a mensagem de que o comportamento anti-higiênico significava, na prática, desprezo pelo bem comum. Não obstante a retórica condenatória às atitudes do porcalhão, as imagens apresentavam um sujeito distraído que, como observou Carlos Fico, talvez “não agisse de má fé, mas por desorientação” (Fico 1997, 135). Sujismundo fora, então, criado para representar os cidadãos brasileiros que praticavam maus hábitos de higiene e que - na lógica da campanha - prejudicavam o desenvolvimento do país.

³ A campanha divulgada pela *Walt Disney* traz componentes comuns à criação de um importante personagem brasileiro, o Jeca Tatu. Pois, criado no âmbito da literatura expressava o pensamento político de Monteiro Lobato que, após passar uma temporada nos EUA, passou a criticar o atraso do Brasil, predominantemente rural naquele período. Assim, Lobato construiu um personagem para representar o homem do campo e, ao mesmo tempo, propor alternativas para o “progresso” da sociedade brasileira. Sobre o pensamento político de Monteiro Lobato e o personagem Jeca Tatu, cf.: Campos 1986.

⁴ Para aprofundamento sobre a atuação dos EUA no intuito de promover a uniformização da saúde no continente Americano, cf.: Cueto 2007; Hochman 2008; Magalhães 2016.



Fig. 1: <https://www.estadao.com.br/blogs/reclames-do-estadao/la-vai-o-sugismundo/>. Imagem de domínio público.

O presente artigo tem como objetivo analisar os três primeiros filmetes dessa campanha criada pelo publicitário Ruy Perotti Barbosa por meio de sua empresa Linxfilm, e lançada pela AERP. Embora elaborada no formato de uma campanha de educação higiênica, “Povo desenvolvido é povo limpo” é representativa de um modelo de propaganda configurado especificamente para a ditadura civil-militar. Veiculada nos “anos de chumbo”⁵, quando a ditadura encenava o ápice da repressão política sob o governo do general Ernesto Garrastazu Médici, a campanha se constitui como objeto privilegiado para entender as especificidades de uma propaganda que lançou mão, inclusive, de temas do campo da saúde, a fim de mobilizar a população a aderir ao regime, através da incorporação de determinados valores que lhe eram caros.

A propaganda nos anos de chumbo

Sobre o papel da propaganda na ditadura civil-militar, temos trabalhos importantes que abordaram a forma como, para alcançar legitimidade frente à população, o regime produziu propagandas cujos conteúdos perpassavam valores presentes no imaginário social brasileiro. O historiador Carlos Fico, por exemplo, realizou análise em que destacou as especificidades assumidas pela propaganda na ditadura implantada com o golpe de 1964. Em sua pesquisa, mostrou como os militares se negaram a adotar um estilo de propaganda personalista com exaltação dos líderes militares, nos moldes do que fizera o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), na ditadura

⁵ O período também pode ser conhecido como “anos de ouro”, já que foi o contexto do chamado “milagre econômico”, sobre a discussão em torno das ambiguidades do regime civil-militar e, particularmente do governo Médici, cf: (Cordeiro 2015. Especialmente capítulo 9).

Vargas. Nessa linha, a própria ideia de criação de um órgão que cuidasse da imagem do governo gerou controvérsia e quando a prerrogativa fora aceita, decidiram não usar um nome que se remetesse à propaganda, “vem daí, portanto, a peculiar denominação de “Relações Públicas” às atividades que eram, afinal, de propaganda” (Fico 1997, 90). O autor ainda explicou que o eufemismo para tratar a propaganda estava relacionado à tentativa dos militares de dissimularem o caráter ditatorial do governo⁶. Outro historiador, David Castro Netto, destacou que a criação do órgão fora acompanhada de grandes discussões sobre o uso da televisão pelo regime. Nesse contexto, emergiram “duas correntes: a mais radical, que gostaria de fazer da agência uma demonstração de força com o auxílio do impacto que a televisão tinha naqueles anos, e outra linha, na esteira do pensamento de Castelo Branco” (Castro Netto 2016, 225). Castelo Branco havia retirado todo conteúdo referente à propaganda do projeto que lhe fora apresentado por Golbery.

Frente ao impasse, “a tese de que o governo deveria, sim, fazer propaganda saiu vitoriosa. Porém, uma vitória parcial, já que a agência nunca teve o status do Serviço Nacional de Informações (SNI)”, tendo sido nomeada “Assessoria Especial” (Castro Netto 2016, 226). Assim, em janeiro de 1968, foi criada a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) ou Assessoria de Relações Públicas (ARP) – como passou a se chamar posteriormente. Nos primeiros anos, sob a chefia de Hernani d’Aguiar, a AERP funcionou como um órgão de comunicação oficial. Em 1971, a agência sofreu um processo de reestruturação, que lhe deu projeção nacional, quando passou a ser chefiada por Octávio Costa e Toledo Camargo. É esse o contexto que nos interessa, uma vez que foi na gestão de Octávio Costa que a campanha “Povo desenvolvido é povo limpo” foi lançada pela AERP – já nos moldes da “nova propaganda” idealizada pelo militar - alcançando grande sucesso, mas também, suscitando polêmicas.

Do ponto de vista teórico, é necessário destacar que a propaganda no período da ditadura civil-militar traz certa dificuldade para sua conceituação, isto, pois, como bem observou Carlos Fico, para esse período,

Não se pode falar de um projeto de propaganda política muito clara – como foi o projeto de criação do SNI – ou que empolgasse da mesma maneira os militares. Aquilo que, para os setores letrados e críticos da sociedade, parecia um arranjo de propaganda muito bem estruturado resultou, na verdade, de algumas iniciativas pessoais ou setoriais não contando em muitos casos com a simpatia de vários grupos da oficialidade (Fico 1996, 93).

⁶ Sobre a negação do caráter ditatorial do regime, Carlos Fico salienta que “uma série de relativizações conformava um regime político que, embora autoritário, ditatorial, não pretendia ser identificado desse modo” (Fico, 1997, 95). Para suprimir o caráter autoritário, a ditadura procurou realizar o rodízio de presidentes, construir um arcabouço legal através dos Atos Institucionais e promover uma propaganda que se afastasse do modelo da ditadura varguista e, até mesmo, dos regimes nazifascistas.

Para sustentar seu argumento, o autor ainda afirma que não é possível compreender a propaganda dos governos militares sem analisar a personalidade de Octávio Costa, que sucedeu Hernani d’Aguiar na chefia da AERP. Octávio Costa não era um militar típico “em função de seu refinamento intelectual e de uma concepção “sentimental” da vida” (Fico 1996, 99). E, mesmo não havendo consenso acerca da necessidade da propaganda, e até mesmo da antipatia que a figura do militar despertava entre seus pares⁷, sua atuação na AERP pode ser explicada pela própria contradição que dela encerra. Pois, como observou Carlos Fico, centralizando a penosa tarefa de fazer propaganda “nas mãos de uma personalidade tão particular, eles (militares) de alguma forma travestiam seu propósito de institucionalizar a propaganda num projeto por assim dizer pessoal – “coisas de Octávio”” (Fico 1996,100). Octávio Costa fora responsável pela criação de um tipo de propaganda que perdurou bastante tempo e se tornou marca da ditadura civil-militar brasileira.

Criou uma nova modalidade de propaganda política no Brasil, que amparava nos modernos recursos oferecidos pelos meios de comunicação de massa e que absorvia e recriava padrões de comportamento, crenças, instituições e outros valores espirituais e materiais tidos como conformadores da sociedade brasileira (Fico 1996, 100).

Assim, Octávio Costa conseguiu criar um modelo de propaganda que se diferenciava daquela realizada pelo DIP e, para colocá-la em prática, precisou criar uma estrutura que permitisse sua execução. Fico (1997), afirma que o militar optou por articular-se com a iniciativa privada, “terceirizando tarefas”. À AERP coube divulgar o regime a partir de mensagens de otimismo em relação aos rumos assumidos pelo país. David Castro Netto chama atenção para o fato de que “o sucesso da segunda fase da AERP ia ao encontro da cena econômica que o Brasil viveu a partir de 1969” (Castro Netto 2016, 228). O chamado “milagre econômico” contribuiu para que a tônica otimista fosse incorporada às propagandas do governo. Ao lado desse otimismo as propagandas também expressavam os “valores espirituais e materiais tidos como conformadores da sociedade brasileira”: fraternidade, solidariedade, união, integração. Podemos dizer então, que a propaganda produzida para/pela AERP, embora tivesse assumido um caráter relacionado à própria personalidade de seu chefe, Octávio Costa, não perdeu de vista elementos fundamentais sobre os quais se assentava o regime. Sobre esta questão, David Castro Netto ainda assinala que as propagandas estavam em dia com os princípios da Doutrina de Segurança Nacional, chamando atenção para o subitem Estratégia Psicossocial. Para o autor,

A Estratégia Psicossocial, então, torna-se importante, já que é por intermédio de sua utilização que os militares tentaram inculcar na sociedade brasileira os valores que eles acreditavam serem os mais

⁷ Em relação a hostilidade que sofrera Octávio Costa, Carlos Fico desta que “essa é uma situação curiosa: que fazia Octávio Costa num ambiente de tanta animosidade? Se a comunidade de informações, a linha dura e os gabinetes Civil e Militar não gostavam dele, e se o próprio presidente da República via seu trabalho como algo secundário, por que ele estava no Planalto?” (Fico 1996, 100).

corretos, sejam eles união familiar, disciplina, combate ao comunismo, coesão nacional, ufanismo exacerbado e a transformação do Brasil em grande potência (Castro Netto 2016, 74).

A própria noção de democracia foi adaptada para os interesses do regime ditatorial, que criou a ideia de uma “democracia responsável”, cujo “objetivo [era] manter à margem da cena política e social qualquer tipo de oposição” (Castro Netto 2016, 77). Era a tentativa de eliminação do conflito da cena política, ao mesmo tempo em que se estimulava a adesão da população ao projeto que lhes era oferecido pelos governos civil-militares. Carlos Fico também analisou como a AERP procurou criar uma pauta de preocupações cívicas a fim de estabelecer um tipo de “cidadania decorativa, que permitiria a presença ou a “participação” de todos através de iniciativas adjetivas, secundárias, compondo algo como um “cenário de democracia” por meio de comemorações de feitos dos brasileiros e do Brasil” (Fico 1997, 93). Assim, essas noções de democracia responsável – ausência de oposição –, somada à cidadania decorativa – ausência de participação efetiva –, conformavam uma propaganda que não pretendia se encaixar no padrão de ‘propaganda política’. Como observou Carlos Fico, “o regime militar brasileiro criou uma propaganda política singular, que, para alcançar grau ótimo de propagação, se travestia de “despolitizada”, calcando-se em valores fundados num imaginário forjado por vasto material histórico” (Fico 1997, 129). Assim, a AERP procurou aliar valores já presentes no imaginário social àqueles que eram caros ao regime, a fim de promover uma propaganda que estimulasse a população brasileira a construir uma imagem positiva da ditadura.

Nesse ponto, precisamos destacar que não compreendemos a propaganda como ferramenta ideológica de manipulação. Assim, do ponto de vista metodológico, ao analisar os filmes da campanha “Povo desenvolvido é povo limpo”, lançaremos mão da metodologia de análise das fontes audiovisuais que, como sugere Marco Napolitano, devem ser percebidas “em suas estruturas internas de linguagem e seus mecanismos de representação da realidade, a partir de seus códigos internos” (Napolitano 2015, 236). O que significa tentar compreender a lógica implícita na sua criação, isto é, quais mensagens eram transmitidas nos filmes da campanha analisada? Sobre isso, já temos algumas hipóteses amparadas por outros estudos sobre as propagandas da AERP, conforme apresentamos até aqui. No entanto, somos conscientes de que o *processo de produção* é apenas uma das variáveis possíveis na análise desse tipo de fonte, que traz como dimensão igualmente importante o seu *processo de recepção*. Este último, mais difícil de ser acessado porque envolve um universo muito mais complexo que engloba, como assinalado por Michel De Certeau, “o que o consumidor fabrica com estas imagens” (De Certeau 1994, 93). Ou seja, nas fontes audiovisuais, é necessário considerar que a mensagem produzida – com determinada intenção - não é assimilada pelo receptor de forma direta; entre estes dois extremos –

produção/recepção - está o *processo de interpretação* dessa mensagem. A interpretação ocorre com base no universo sociocultural de cada sujeito/receptor e somente a partir disso, é que esse indivíduo irá atribuir sentido à mensagem que lhe é transmitida. Tal sentido pode afastar-se ou aproximar-se da intenção daqueles que produziram a mensagem.

Neste artigo não pudemos analisar de forma substancial a dimensão da recepção das propagandas implícitas na campanha, porque não tivemos fontes suficientes para subsidiar a pesquisa desse ponto de vista. Encontramos alguns vestígios dessa dimensão, sobretudo, através das matérias de jornais, onde se expressam perspectivas diversas sobre a campanha como: euforia, apoio, iniciativas locais de adesão, críticas ao personagem Sujismundo e à construção do enredo dos filmetes. Sendo assim, com base nesses vestígios fizemos algumas inferências e reflexões.

A campanha: limpeza e desenvolvimento

O primeiro filme da campanha “Povo desenvolvido é povo limpo” apresentava Sujismundo como “um desses sujeitos que não se preocupam com limpeza”, vestido de terno e gravata, porém com marcas de sujeira na roupa e no rosto, caminhava distraído lendo um jornal e, ao terminar a leitura, ignorava a existência de uma lata de lixo à sua frente, jogando-o no chão. A cena era vista com perplexidade pelo gari que começava a segui-lo, recolhendo o lixo que ele ia espalhando. O narrador explicava que, por conta da displicência de Sujismundo, o gari teria que trabalhar muito mais, o que significava não ter havido respeito com o trabalho alheio e o bem comum. Por fim, o porcalhão apoiava-se em uma lata de lixo para amarrar o cadarço do sapato, derramando todo seu conteúdo. Olhando constrangido para o gari, tentava disfarçar seu mal feito chutando um cachorro que estava próximo ao entulho – como se fosse o animal o responsável -, entretanto, escorregava e caía dentro do carrinho, onde estava escrito “Conserve a cidade limpa”. O filme se encerrava com o narrador perguntando: “Será que ele agora vai aprender”?



Fig. 2: Extraída do filme. Imagem de domínio público.

A descrição sucinta do filmete não é capaz de trazer à tona a mensagem transmitida ao espectador que o assiste, entretanto, pode fornecer alguns elementos de análise interessantes. O primeiro deles é o recurso ao desenho animado que, embora já fosse utilizado no Brasil desde meados da década de 1950⁸, pela primeira vez, foi incorporado à propaganda política. A animação consistia numa linguagem interessante para os publicitários, pois permitia anunciar produtos ou serviços de uma forma lúdica e direta. No caso da campanha de higiene divulgada pela AERP, o boneco Sujismundo deveria transmitir à população, principalmente às crianças, uma explicação clara sobre os hábitos de higiene. Um detalhe importante é que, como a ditadura não assumia que fazia propaganda, a campanha se tornava instrumento ideal de difusão de seus valores, pois tinha um pressuposto aparentemente educativo, porém, a mensagem transmitida ia além da lógica da educação higiênica.

Se observarmos os filmetes, veremos que não se fazia menção à palavra saúde em nenhum momento, embora o princípio da limpeza esteja, por excelência, relacionado à prevenção de doenças que, inclusive, eram muito comuns no período. Ao invés disso, a higiene era associada à noção de desenvolvimento⁹. Com isso, se expressava a lógica modernizadora do projeto desenvolvimentista dos militares, usada como um dos elementos importantes na sustentação do regime. O pressuposto da limpeza, por sua vez, também se tornava extremamente conveniente, já

⁸ Monalisa Arikawa, em artigo sobre a trajetória da animação na publicidade brasileira, destaca que “João Donato, em 1955, montou o primeiro estúdio dedicado a produzir comerciais animados [...]. Ainda apresentando técnicas rudimentares, o estúdio foi um espaço importante para o desenvolvimento dos primeiros filmes publicitários para as Lojas Mesbla, Detefon e Biscoitos São Luiz (Arikawa 2013, 06).

⁹ Os conceitos: moderno, modernização e modernidade se tornaram chave de análise na produção acadêmica americana dos anos de 1950 e 1960 e, muitas vezes, desenvolvimento foi um conceito apresentado como sinônimo desses primeiros. Segundo Gilman (2003), desenvolvimento era um termo que os economistas utilizavam mais, para tratar de mudanças na esfera da produção material, portanto, tinha um sentido bem próximo a modernização.

que o golpe de 1964 fora instaurado justamente sob a promessa de promover uma “limpeza” política no país. E, de fato, o regime procurou cumprir sua promessa expurgando do sistema político os opositores e promovendo uma “caça” aos comunistas, processo que se acirrou a partir do Ato Institucional nº05 de 13 de dezembro de 1968, resultando em torturas, mortes e desaparecimento de inúmeros indivíduos. Dessa forma, a campanha reuniu componentes fundamentais para a ditadura civil-militar: a aspiração de “limpar o país” – em amplo sentido - e a euforia desenvolvimentista, com seu processo de modernização conservadora¹⁰ e crescimento econômico. É interessante observar que, embora a ditadura tenha suprimido a lógica da saúde, ela não deixou de assumir parte de uma concepção clássica de higiene, que de acordo com Liliana Larocca e Vera Marques, pode ser definida “como forma de planejamento em saúde pelo setor público” que a utiliza como “instrumento de estruturação da sociedade, caminho civilizatório e possibilidade de progresso e regeneração das sociedades humanas” (Larocca e Marques, 2010, 75).



Fig. 3: Extraída do filme. Imagem de domínio público.

No segundo filme da campanha promovida pela AERP, a cena se desenrola com Sujismundo chegando ao escritório para trabalhar, espaço onde também se comporta de forma inapropriada. Ao invés de pendurar o terno no cabide o jogava no chão, ao usar o bebedouro derramava água por todos os lados, ao apontar um lápis não usava lixeira para jogar os resíduos do apontador; do mesmo modo, ao inutilizar folhas de papel jogava-as pelo chão. Espalhando tanta sujeira pelo escritório, Sujismundo acabou acertando a mesa de seu chefe com uma folha de papel,

¹⁰ A respeito da vertente modernizadora do regime, Rodrigo Patto Sá Motta, afirma que os militares se tornaram modernizadores sem, no entanto, “seguir o script que lhes estava destinado, desbordando na direção de práticas repressivas mais drásticas do que desejavam os norte-americanos, e também ousando afastar-se dos Estados Unidos nos anos 1970” (Sá Motta 2014, p.11).

atitude que foi prontamente censurada pelo narrador que o advertiu: “Êpa, Sujismundo deveria preocupar-se pelo menos com isso”. O chefe aparecia na cena repreendendo o porcalhão, e o narrador continuava: “Felizmente, Sujismundo não perdeu o emprego, mas vejam só o vexame que lhe impôs o diretor”; o filme se encerrava com a imagem de Sujismundo trabalhando isolado dentro de uma grande lixeira. O narrador indagava: “Quando irá nosso amigo aprender que, povo desenvolvido é povo limpo?”.

Como no primeiro filme, não se estabelece qualquer relação entre limpeza e saúde, o tema subtendido dessa vez é a ordem. O mau comportamento do personagem no ambiente de trabalho causava desordem e ainda incomodava os colegas que conviviam com ele naquele espaço. Outra mensagem presente no filme refere-se ao princípio da hierarquia, quando Sujismundo é repreendido pelo chefe que “lhe impõe um castigo”. A ideia é deixar claro que existiam limites que não deveriam ser ultrapassados e, caso isso acontecesse, o sujeito deveria ser submetido a punição. Se ampliarmos nossas lentes de análise veremos que, no caso específico de regimes autoritários, a necessidade de produzir uma cultura da disciplina e da ordem torna o campo da saúde particularmente interessante, porque racionaliza e legitima a intervenção na vida da população; seja condenando hábitos “não saudáveis” ou promovendo a difusão de hábitos considerados saudáveis – que iam desde o cuidado com o corpo até comportamentos sociais aceitáveis/desejáveis. Essa lógica esteve presente na campanha que estamos analisando, embora a palavra saúde não tenha aparecido nesses primeiros filmes, pois, o discurso que se construiu deu ênfase ao desenvolvimento, tema crucial para a ditadura civil-militar naquele momento.



Fig. 4: Extraída do filme. Imagem de domínio público.

Nessa mesma linha, o terceiro filme da série exibía cenas de lazer, quando Sujismundo ia à praia com sua família em um domingo de sol. No entanto, inclusive nesses momentos, ele continuava o mesmo, espalhando sujeira pela praia que estava cheia de pessoas. Sobre isso, o narrador enfático evidenciava: “Faz o que quer, não respeitando ninguém”. A cena transcorre com “madame Sujismundo”, já de banho tomado querendo voltar para casa, por isso, procurando pelo marido que havia desaparecido; enquanto isso o narrador lhe explicava: “Ora madame, não se preocupe, depois de esparramar tanto lixo ele só pode estar aí”, concomitante a fala, aparecia Sujismundo sendo recolhido pelo caminhão de lixo.

Ganhou destaque no filme a ideia de coletividade e bem comum. Esse foi um tema bastante utilizado pela AERP, cujas propagandas procuravam sensibilizar a população a apoiar o regime que se empenhava na construção do “Brasil grande”, obra que carecia do auxílio de cada cidadão. Além disso, o comportamento de Sujismundo na praia também sugeria que um único indivíduo – agindo fora dos padrões considerados corretos – poderia subverter a ordem e causar prejuízo a todos ao seu redor. O ano de lançamento da campanha “Povo desenvolvido é povo limpo”, 1972, foi particularmente marcante para a ditadura civil-militar, pois foi comemorado com grande euforia o sesquicentenário da independência. Como destacou Janaína Cordeiro, foi “uma festa grandiosa, prevista para ter duração de quase seis meses e que mobilizou o país de norte a sul, apelando ao imaginário cívico-nacionalista brasileiro” (Cordeiro 2015, 328). Nesse ano, o regime pôde se apropriar dos resultados do crescimento econômico e do processo de modernização para mobilizar a opinião pública a seu favor e, ainda de acordo com a autora, nesse momento de festa, “a sociedade foi capaz, de formas diferenciadas, de aderir, dialogar, consentir ou conviver harmoniosamente com o regime” (Cordeiro 2015, 336).

O entusiasmo com que se comemorou o sesquicentenário da independência era representativo daquilo que para alguns setores da sociedade brasileira foram *os anos de ouro* da ditadura civil-militar, quando a expansão do processo de industrialização atingiu desde a indústria de base passando pelas de bens de consumo duráveis e não duráveis. Isso, somado à ampliação do quadro de empregos e ao crescimento econômico, promoveu uma verdadeira mudança no comportamento dos setores urbanos, que puderam dispor de certos bens de consumo representativos da “modernidade”. David Netto chama atenção para a grande variedade de produtos e objetos de desejo que passaram a estar disponíveis e que, “mesmo as classes baixas conseguiam se enquadrar nessa realidade, ainda que de maneira restrita, através do consumo de materiais de limpeza, de alimentos industrializados, do vestuário produzido em massa, dos produtos farmacêuticos e dos eletrodomésticos” (Castro Netto 2016, 68). Se esses grupos usufruíam de forma restrita, havia aqueles que se beneficiaram de fato das políticas econômicas do

governo: “os grandes empresários, os altos executivos, os empreiteiros e as corporações multinacionais” (Castro Netto 2016, 68). Juntos, grandes e pequenos beneficiários desses “ganhos materiais” das políticas da ditadura eram estimulados a reconhecer que viviam “anos de ouros”.

O estímulo simbólico para reconhecimento da suposta bonança vinha da propaganda que, com isso, mitigava a outra face do regime, “os anos de chumbo”. Pois, para alguns setores da sociedade, que se opunha ao governo ditatorial, foi o período “das perseguições e da repressão desencadeadas pelo *golpe dentro do golpe* a partir de dezembro de 1968” (Cordeiro 2015, 338). A AERP cuidou de encobrir essa face através de peças publicitárias que difundiam valores completamente opostos à violência, como aqueles que observamos na campanha analisada nesse artigo. O Sujismundo, mesmo como um anti-herói do desenvolvimento, era um simpático boneco com atitudes condenáveis, não era um vilão, apenas precisava ser educado. Todos os elementos presentes nos filmes transmitiam uma mensagem de não violência, de apologia à harmonia, paz, união. Do mesmo modo, sugeria a necessidade de que todos os brasileiros aderissem à causa do desenvolvimento do país.

Portanto, pela dinâmica da modernização, bem como da atenção às condições de higiene da população, o regime ditatorial expressava, ainda que de maneira sutil, sua imagem. O recurso ao desenho animado, a simpatia do personagem principal, a mensagem curta – porém educativa –, a música de fundo, a voz amigável do narrador; configuram detalhes que, em conjunto, foram capazes de delinear uma mensagem – transmitida por imagens – de que o Brasil ia muito bem. E a prosperidade poderia ser atribuída ao regime, cujos governantes se empenhavam com esmero a promover seu desenvolvimento, via modernização.

Obviamente que o sucesso da campanha analisada nesse artigo, não pode ser mensurado a partir da sua repercussão na televisão ou no cinema, já que uma ínfima parcela da população tinha acesso a aparelhos de TV e as telas de cinema. Éster Hamburger, afirma que em 1970 “somente 24,11% dos domicílios brasileiros contavam com ao menos um aparelho de televisão. Esses domicílios se concentravam no litoral e nas regiões sul e sudeste” (Hamburger 2000, 448). Embora os meios de comunicação não alcançassem a maioria da população brasileira, a campanha ganhou enorme popularidade, pois os filmes foram exibidos nas escolas e jingles tocados nas rádios, embalados por um ritmo animado e com letras que denunciavam a falta de higiene de Sujismundo:

“Tem casca de banana na sala, casquinha de sorvete no chão, tem roupa lambuzada de bala, o Sujismundo passou por aqui, o Sujismundo passou por aqui”.

“Tem roupa de criança no chão, parede rabiscada de giz, no pátio tem pedaço de pão, o Sujismundo passou por aqui, o Sujismundo passou por aqui”.

“Tem cara de criança sujinha, o chão todo sujo dá dó, a caixa de lixo está vazia, o Sujismundo passou por aqui, o Sujismundo passou por aqui”.

“Será que o Sujismundo não sabe, que para ser um bom cidadão, a gente deve ter mais cuidado, o Sujismundo não sabe o que é bom, o Sujismundo só faz confusão” (Arquivo Nacional, BR RJANRIO U3.0.DSO, PIS.28).

Além desses jingles veiculados nas rádios, cartazes e adesivos foram confeccionados e distribuídos em escolas e outras instituições¹¹. Como é possível perceber, a retórica nas letras dos jingles remete à capacidade de Sujismundo de espalhar o caos e a sujeira por onde passava e, também, de adverti-lo sobre a necessidade de compreender que um bom cidadão deveria zelar pelo cuidado com o corpo e o ambiente. Assim, entre setembro e novembro de 1972, a campanha foi veiculada e a imprensa de todo país cuidou de divulgar seu lançamento. O *Jornal do Brasil* divulgou matéria informando que a AERP iniciaria uma campanha de limpeza a partir do dia 16 de setembro, e que o governo federal havia convocado as administrações municipais e toda população brasileira a participar.

Sujismundo

A Aerp está se dirigindo a todos os prefeitos municipais para transmitir as linhas gerais da campanha e solicitar apoio. A campanha será intensiva, a partir de 15 de novembro, e deverá atingir os colégios de primeiro grau, com distribuição de cartazes e um livreto educativo. Na televisão e nos cinemas, serão projetados filmes com histórias de um bonequinho chamado Sujismundo (*Jornal do Brasil* 10/09/1972).

Como podemos observar no trecho citado, o objetivo era fazer com que a campanha atingisse o máximo de lugares e, para isso, os prefeitos teriam um papel importante em sua articulação nos municípios. Também as escolas de ensino primário seriam alvos importantes, os professores receberiam material para encamparem o projeto de educação higiênica com os alunos. A imprensa noticiava com certo entusiasmo o início da campanha.

Limpeza

Dentro de mais alguns dias os brasileiros vão ficar conhecendo “Sujismundo”, um bonequinho muito simpático, mas que tem um grave defeito: ele adora tudo quanto é tipo de sujeira.

[...]

Essa campanha, já em fase final de estudos, utilizará todos os meios de comunicação disponíveis e dará ênfase à necessidade de se acabar com o lixo nas ruas, um problema que, entendem os organizadores, ainda não foi devidamente compreendido pelo nosso povo. Filmes, slides, cartazes e publicações serão editados e até um *slogan* já foi escolhido: “Povo desenvolvido é Povo Limpo” (*Correio da Manhã* 28/09/1972).

O jornal destacava que a campanha governamental seria em prol da limpeza urbana, entretanto, o objetivo era mais amplo, os maus hábitos de Sujismundo envolvia primeiramente a falta de cuidado com o próprio corpo. Assim, o comportamento condenável do personagem, ao representar a média da população urbana brasileira, tornava-se didático para explicar os problemas

¹¹ Conforme informação publicada no jornal O Estado de São Paulo, na campanha protagonizada por Sujismundo, a AERP “expediu 50 mil desenhos a esses colaboradores, em todo o país” (*O Estado de S. Paulo* 1972, 14).

coletivos que causava. A imprensa de outros estados também cuidou de difundir a campanha e explicar como ocorreria, *O Diário de Pernambuco*, por exemplo, apresentou matéria sobre a adesão recebida na capital do estado.

SESI faz campanha no Recife em favor da limpeza da cidade

Todos os Centros de Serviço Social da Indústria, em Pernambuco estão participando de uma campanha denominada “Povo desenvolvido é povo limpo”. A Campanha se inspira na promoção da Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República e vai ser realizada até o dia 15 de novembro.

Em todos os Centros Sociais estão sendo cartazes sugestivos referentes à limpeza, associando sua prática à educação, saúde e desenvolvimento. Em todas as festas do SESI e até o dia 15 de novembro os Círculos de Pais e Mestres versarão sobre os temas da campanha (*Diário de Pernambuco* 17/10/1972).

O setor da indústria de Recife, através do SESI, também se associou à campanha, conforme destaca o trecho anterior. Na capital pernambucana Sujismundo chegou levando a informação de que sem limpeza não poderia haver desenvolvimento. Chama atenção o fato de que o SESI fez a associação entre limpeza e saúde, algo que não esteve presente nos enredos dos filmes. Além disso, a instituição promoveria a campanha entre pais e professores, o que denota tentativa de envolvimento da população na luta contra a sujeira e, de forma mais ampla, na adesão à campanha promovida pela presidência da república, cuja lógica expressava a necessidade de adquirir hábitos como a limpeza, mas também, de se aliar ao regime na empreitada pelo desenvolvimento. O *Tribuna da Imprensa* foi outro jornal que divulgou nota descrevendo a campanha e seus objetivos, e chama atenção o fato de apresentar questionamento acerca da campanha ter se iniciado na cidade de Teresina, “ninguém explicou porque a campanha foi iniciada pelo Piauí. Mas o nome de Sujismundo, que simboliza a campanha, sem dúvida que é um achado” (*Tribuna da Imprensa* setembro de 1972).

Não nos interessa responder a questão noticiada, mas argumentar sobre a amplitude da campanha lançada pela AERP, que não ficou circunscrita ao sudeste. Jornais da região sul, norte e nordeste fizeram divulgação da campanha e publicaram matérias sobre seu desdobramento nos estados. Sobre esta última questão, o *Jornal do Commercio*, do Amazonas, trouxe matéria intitulada “Sujismundo contra atacando”, onde explicava que a campanha do governo federal, já em curso, ainda não havia surtido nenhum efeito entre o povo amazonense.

A figura engraçada do “Sujismundo” que aparece nos televisores, mesmo a despeito de mostrar o papel ridículo que o “homenzinho” desempenha, o amazonense, na sua maioria continua fazendo vistas grossas à campanha e conseqüentemente fazendo parte dos discípulos do desenho animado da televisão, e ainda não entendeu que uma cidade limpa representa o grau de civilização de um povo (*Jornal do Commercio* novembro de 1972).

A ideia de civilização como critério de hierarquia entre sociedades aparece no argumento da matéria como forma de expressar o desgosto pelo hábito de jogar lixo nas ruas, mantendo-as sujas. Isso denota que havia um entendimento da campanha que passava por essa noção de ascensão do povo ao grau de civilizado através da adoção de hábitos de higiene. Obviamente que a campanha não expressava necessariamente essa perspectiva, porque estava atrelada a noções mais adequadas ao contexto da década de 1970, quando o binômio era desenvolvimento/subdesenvolvimento, e não mais civilização/barbárie ou moderno/arcaico. Não obstante, é interessante refletir que a lógica do “país em construção” acabava perpassando os discursos sobre os comportamentos que a população deveria assumir a fim de projetar o Brasil para o desenvolvimento/modernização, e o autor da matéria traduziu seu argumento a partir dessa premissa.

O slogan “Povo desenvolvido é povo limpo”, pode ser pensado como síntese da perspectiva de mobilização do imaginário social em torno do processo de construção do país, que supostamente não havia dado certo até aquele momento, já que o povo ainda não era limpo. Assim, se tornava clara a ideia de que o regime implantado em 1964 teria retomado a empreitada de, finalmente, colocar o país no rumo do desenvolvimento.

O bem estar: concepção individual e responsabilização do sujeito

Elemento que perpassa toda a estrutura da campanha é o chamado do cidadão comum à responsabilidade pela construção do país desenvolvido/moderno. Obviamente que havia um conteúdo de apelo ao patriotismo nessa questão, mas queremos refletir um pouco além, isto é, sobre a operacionalização dessa responsabilidade que se atribuiu ao sujeito pelo seu próprio bem estar e da coletividade. Assim, encaminharemos as últimas reflexões desse artigo para o sentido específico da saúde, pois, embora ela não tenha sido mencionada nesses primeiros filmes campanha, é o campo em que se configura, por excelência, a lógica de uma “educação higiênica”. Assim, “Povo desenvolvido é povo limpo” serviu aos objetivos de divulgar determinada imagem da ditadura como um regime que se empenhava na construção de um país desenvolvido. Entretanto, não havia ali um entendimento claro sobre o papel da saúde nesse processo, mas sim, certa compreensão do bem estar numa perspectiva individualizante. Nossa hipótese é de que, justamente por ser uma campanha com viés de propaganda divulgada em meio ao contexto de euforia com o milagre econômico, se fosse relacionada com a saúde não sinalizaria o êxito, mas o fracasso do regime em relação à capacidade de promover políticas de saúde e estrutura de saneamento a amplos setores da população.

Melhor foi associar higiene ao desenvolvimento, já que este estava sendo materializado pelo crescimento econômico e pela expansão da indústria. Nesse sentido, outra dimensão da retórica da campanha – além da propaganda – que queremos analisar, é a construção de um discurso em que se responsabilizam os indivíduos pelo seu bem estar e, por conseguinte, pelo bem estar coletivo. Tal lógica somada à ausência da palavra “saúde” na campanha, era capaz de isentar, ou pelo menos ignorar, obrigações do governo para com a sociedade. A noção de saúde como bem público e, portanto, de responsabilidade do Estado foi sendo construída paulatinamente no Brasil, a partir da percepção de que havia uma interdependência social revelada pelas doenças contagiosas (Hochman, 1998). A partir dos primeiros anos do século XX, sobretudo através das reformas urbanas, o caráter coletivo da saúde passou a ser divulgado pelos profissionais da área, que ampliaram a perspectiva também para o espaço rural – predominante no país – com o movimento sanitário.

Embora em 1970 já houvessem decorrido décadas desses primeiros movimentos e continuasse havendo tensões nesse campo, a saúde continuava não sendo assumida em seu caráter de “bem público”. A concepção individual seguia prevalecendo. No entanto, para o caso da campanha, talvez uma forma de assumir essa lógica individualizante e, ao mesmo, tempo fugir da tensão, foi a supressão da própria palavra saúde. No lugar do argumento de que limpeza promoveria saúde, optou-se por outro: limpeza geraria desenvolvimento. E assim, foi possível ao regime não se expor nesse campo de tensão sem, com isso, deixar de atribuir ao sujeito a competência de zelar pelo seu bem estar individual e coletivo, já que somente assim o país – e seu povo – poderia ser classificado como desenvolvido.

A figura de Sujismundo permite observar a continuidade da ideia de que os problemas de saúde poderiam ser resolvidos numa lógica individual, dada a dimensão do corpo como espaço privado. Com isso, não havia uma preocupação com as dimensões estruturais, incrustadas nos determinantes sociais. A mensagem que a campanha expressava era clara nesse sentido, conforme se pode observar no trecho da reportagem.

Estão sendo colocadas cestas e depósitos de lixo em todos os salões e nos pátios do SESI, na capital e no interior, com letreiros alusivos à limpeza. A figura do “Sujismundo” está sendo difundida como um mau exemplo, e a educação se faz basicamente dentro do **princípio de que a pobreza não significa sujeira**.

Essa campanha foi programada pelo Departamento Nacional do SESI e vai se estender as escolas instituição. Em todas as aulas, para crianças e adultos, estão sendo focalizados temas referentes a limpeza em geral e hábitos de higiene pessoal, enfatizando-se “slogans” como “Pobreza não quer dizer sujeira”, “posso ser pobre, mas sou limpo”, e outros (*Diário de Pernambuco* 17/10/1972, grifos nossos).

Citamos anteriormente que esta reportagem tratava-se da adesão do SESI à campanha, em Pernambuco, mas, este fragmento especificamente chama atenção porque procura desvincular condições socioeconômicas e higiene. Não podemos nos esquecer de que a campanha tinha como público os moradores dos centros urbanos, que haviam sofrido um *boom* com as migrações em decorrência do êxodo rural. Sobre essa questão, Herbert Kleine e Francisco Luna, destacam que, embora a migração urbana seja um fenômeno recorrente na história brasileira, ela se acelerou na segunda metade do século XX. Pois, “até 1960, a maioria da população ainda morava no campo. Mas, em 1970, mais da metade da população foi recenseada como urbana [...]” (Klein e Luna 2014a, 43). Esse crescimento ocorria principalmente nas periferias e, na maioria das vezes, de forma desordenada e com pouca estrutura: faltava saneamento, pavimentação das ruas, energia elétrica, transporte urbano, entre outros.

Não obstante a falta de estrutura, a campanha governamental que atrelava limpeza à desenvolvimento tinha como alvo o sujeito individual e transmitia a mensagem de que “pobreza não queria dizer sujeira” e que era possível “ser pobre, mas ser limpo”. Com isso, a responsabilidade era transferida ao indivíduo, que a despeito de viver em ambientes insalubres, deveria praticar a higiene. No caso do lixo, por exemplo, se no SESI foram colocados cestas e depósitos para promover a limpeza do ambiente, qual seria a alternativa para os moradores das periferias aonde não havia depósitos e nem coleta de lixo? Nesse caso, como promover desenvolvimento a partir da limpeza? Nessas condições, como ser pobre e ser limpo? Como tomar banho diariamente sem acesso a água? São questões importantes para se refletir, à medida que as campanhas da ditadura em relação ao “Brasil grande” se deram através da divulgação de preceitos que, para parte significativa da população, eram inalcançáveis.

O “Brasil grande” era construído a partir de obras monumentais: Transamazônica (BR-230), hidrelétrica Itaipu, ponte Rio-Niterói, usinas nucleares de Angra, e outras. Tais obras associadas à política de favorecimento das empresas nacionais, estatais e estrangeiras; a oferta de incentivos fiscais e de créditos a empresas que exportassem produtos industriais, como destacou Paul Singer, “principalmente empresas estrangeiras vindas ao Brasil com a finalidade de vender no mercado externo” e uma série de medidas econômicas promovidas pelo ministro da Fazenda, Delfim Neto, “adepto do planejamento econômico visando o desenvolvimento”, acabaram levando a um crescimento acelerado da economia, conformando o chamado “milagre econômico” (Singer, 2014, 192). Mas, da conta do crescimento milagroso foram retirados os custos do desenvolvimento urbano, do elevado índice de pobreza, dos direitos políticos e etc.

Para este artigo é importante pensar como a omissão em relação aos custos sociais do desenvolvimento urbano acabou sendo diluída no discurso da campanha “Povo desenvolvido é

povo limpo”. Klein e Luna (2014b, 78), observam que, “em razão dos insuficientes investimentos nos centros urbanos, em particular em habitação e saneamento, não se atendeu de forma adequada ao intenso fluxo de imigrantes que chegavam à cidade”, com isso, houve significativo aumento das favelas. Para os autores, “embora as favelas existissem antes do regime militar, o rápido crescimento urbano dos anos de 1960 e 1970 tornou a questão da habitação e do saneamento um dos principais problemas das áreas metropolitanas” (Klein e Luna 2014b, 78). Embora os autores apontem que nos anos de 1980 tenha havido uma mudança na política habitacional, sinalizada pelo empenho do regime em reurbanizar as favelas; no início da década de 1970, - quando Sujismundo fora apresentado à sociedade brasileira como exemplo de cidadão que não contribuía para o desenvolvimento, por viver imerso na sujeira - parte significativa população vivia em condições precárias. É necessário destacar que estamos enfatizando o mundo urbano por ser o principal alvo da campanha, mas nos rincões do país a situação poderia ser ainda mais complicada em termos de acesso a saneamento, condições básicas de saúde e, claro, renda mínima para subsistência.

Além desses problemas estruturais que impediam à população de praticar muitos dos hábitos de higiene indicados à Sujismundo, havia outros problemas ligados ao campo da saúde que de modo algum poderiam ser resolvidos a partir do viés individual. Luiz Eduardo Soares, pesquisador do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (Ibrades), em ensaio publicado no segundo número da revista “Saúde em Debate”¹², chamou atenção para o fato de que “em 1973, o PIB crescia a uma taxa de 11,4%, mas a desnutrição era responsável direta ou indiretamente por 69% da mortalidade infantil”, o pesquisador ainda apresentou os seguintes dados:

Nos últimos cinco anos [1972-76] em todo o Brasil, 1.417.500 crianças morreram por causas evitáveis, associadas à desnutrição e à falta de saneamento, como difteria, coqueluche, sarampo, tétano, poliomielite e doenças diarreicas. O total de óbitos é igual à população de Belo Horizonte, a terceira cidade do país (Soares 1977, 39).

Assim, em um país com problemas de saúde pública da ordem de altos índices de mortalidade ligados à desnutrição; falta de saneamento e doenças cuja profilaxia necessitava de investimento em pesquisas e vacinas; o investimento em uma campanha nos moldes de “Povo desenvolvido é povo limpo”, referia-se, antes de tudo, a propaganda de governo. Dado que o próprio modelo de investimento em saúde, que subsidiava empresas privadas para prestar assistência médica a uma pequena parcela da população, era gerador de contradições e, não obstante à restrição da liberdade de expressão, foi alvo de questionamentos nos setores

¹² Revista do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (Cebes), criado em 1976, com objetivo de debater as questões de saúde no Brasil, a partir de dados obtidos por pesquisadores do campo. A matéria de capa do primeiro número de “Saúde em Debate” era provocativa às políticas de saúde empreendidas pelo regime civil-militar, intitulava-se “VENDENDO SAÚDE: O INPS e a seguridade social no Brasil”. O ensaio de Luiz Eduardo Soares integrava essa matéria, que teve continuidade no segundo número do periódico.

especializados. De modo particular, os médicos - do campo que hoje constitui a saúde coletiva - foram extremamente críticos a conduta da ditadura em relação as políticas de saúde. Em documento sobre proposições e perspectivas do sistema nacional de saúde, produzido pelo médico sanitaria Carlos Gentile de Melo, o teor crítico foi categórico:

O diagnóstico da situação do Sistema Nacional de Saúde, em agosto de 1975, identificou as seguintes peculiaridades:

- 1)Objetivos: produzir serviços pagos, satisfazer a clientela e gerar lucros financeiros;
- 2)Atribuições: indefinidas, descoordenadas e conflitantes;
- 3)Controle: aleatórios e episódico;
- 4)Avaliação: baseada na produção de atos remunerados;
- 5)Gastos: dispersos, mal conhecidos e sem controle (Mello 1974, 24).

Como se pode observar, havia entre alguns grupos um profundo descontentamento com o quadro geral do sistema de saúde. Bertolozzi (1996) observa que com a instauração da ditadura civil-militar em 1964, emergiu no interior das universidades o movimento sanitário como uma reação à exclusão da participação dos trabalhadores e técnicos no processo decisório das políticas de saúde, que passaram a ser tomadas pelos governos autoritários em seu próprio benefício. Tais políticas “reforçaram a privatização dos serviços médicos, através da compra de serviços pela Previdência, sob a forma de unidades de serviço. As palavras de ordem eram a produtividade, o crescimento, a desburocratização e a descentralização da execução de atividades” (Bertolozzi 1996, 387).

Em janeiro de 1967, ocorreu o processo de unificação dos Institutos de Aposentadorias (IAP's)¹³ com a implantação do Instituto Nacional de Previdência social (INPS). Nics (1988) explica que, com a criação do INPS houve a união dos benefícios concedidos pelos IAP's e, a maioria dos trabalhadores urbanos com carteira assinada automaticamente eram contribuintes e beneficiários do novo sistema; isso aliado ao contexto de crescimento econômico da década de 1970, e ao pequeno percentual de aposentadorias e pensões em relação ao total de contribuintes, levou a um aumento considerável da capitalização dos recursos financeiros para o órgão. Em consequência desse processo, ampliou-se o número de beneficiários do sistema médico-previdenciário, tornando necessária sua ampliação, foi então que os militares decidiram alocar os recursos no setor privado para que provessem o sistema e, também, angariar o apoio de atores sociais e econômicos importantes.

Basicamente, o formato das políticas de saúde adotadas pelo governo que se tornaram alvo da dissensão entre os profissionais do campo era o seguinte:

¹³ Foram reunidos os seis Institutos de Aposentadorias e Pensões, o Serviço de Assistência Médica e Domiciliar de Urgência e a Superintendência dos Serviços de Reabilitação da Previdência Social.

Criou-se, assim, convênios e contratos com a maioria dos médicos e hospitais existentes no país. Além disso, levou-se, também, à criação de um sistema médico-industrial, com aumento do consumo de medicamentos, baseados em uma medicina curativista; capitalização dos grupos envolvidos nesse sistema e, ainda, ampliação de hospitais da rede privada. Até o final de 1970 foi excluída a gestão tripartite das unidades previdenciárias, centralizando o controle do Estado e afastando os trabalhadores dos processos decisórios (Carvalho e Santos 2015, 59).

A configuração desse sistema tornava-se cada vez mais complexa do ponto de vista administrativo e financeiro dentro da estrutura do INPS, e resultou na criação, em 1978, do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), que pagava aos hospitais particulares o atendimento dos segurados (Carvalho e Santos 2015). Um modelo de saúde que, obviamente, não correspondia às necessidades da esmagadora maioria da população brasileira e que, por isso mesmo, foi foco de dissenso nos meios profissionais da saúde. Se por um lado havia profissionais que defendiam o modelo e se beneficiavam com ele, ao se tornarem “empresários da medicina curativista”, cuja principal expressão era os hospitais e laboratórios modernos; por outro lado, estavam os profissionais que se opunham a esse caráter privatizante – e mercantil – e defendiam uma perspectiva de saúde pública, bem como de uma medicina voltada à prevenção. Sobre esse segundo grupo, Escorel (1999), afirma que se concentrava, sobretudo, nas universidades.

No meio acadêmico, por meio de um esforço conjunto de alunos e professores, constituiu-se a base do movimento sanitário, formado por profissionais e estudantes do setor – ou atuantes nele – e que, a partir de uma postura democrática e oposicionista ao regime autoritário, iria formular propostas cada vez mais elaboradas de transformação do regime e do SNS, visando, em termos gerais, a um país democrático e a melhores condições de saúde para a população brasileira (Escorel 1999, 20).

Não esteve entre os objetivos desse artigo discutir com profundidade as políticas de financiamento da saúde adotadas pelo regime civil-militar, tampouco os dissensos e discussões que causou no meio dos profissionais da saúde. Ao apresentar esse quadro geral da questão, quisemos mostrar como uma campanha de higiene como “Povo desenvolvido é povo limpo” não pode ser analisada sem que se considere o contexto geral da ditadura civil-militar e seu projeto de modernização conservadora, que pretendia industrializar o país, promover crescimento econômico, mas sem se comprometer efetivamente com desenvolvimento social. Nessa perspectiva, Sujismundo pode ser compreendido como representação de um ideal de modernização que criava determinadas prescrições para que os indivíduos seguissem, a fim de garantir a ordem no espaço público. Também sinalizava o horizonte de que a confiança e cooperação com o governo eram fundamentais para se alcançar o desenvolvimento.

Considerações finais

As discussões apresentadas nesse artigo são elaborações resultantes de uma pesquisa em andamento sobre as relações entre ditadura e saúde, portanto, não são proposições fechadas, mas sim, chaves interpretativas para pensar os múltiplos aspectos que envolvem o contexto da ditadura civil-militar brasileira. Entender como o regime engendra as relações com os diversos campos - e não apenas com o campo político *stricto sensu* – permite visualizar a dimensão da ditadura para além dos atores estatais e, com isso, perceber que a manutenção do regime foi sustentada, em grande medida, porque seus valores foram compartilhados por atores civis que contribuíram na sua construção.

Portanto, a propaganda produzida pela AERP através da campanha “Povo desenvolvido é povo limpo”, torna-se um espaço privilegiado para analisar algumas das estratégias das quais o regime lançou mão para garantir sua continuidade. Não se pode relativizar o intenso uso da força, mas é preciso considerar que somente a repressão não era capaz de sustentar por tanto tempo um governo autoritário, para isso, foi preciso alcançar certo grau de consenso¹⁴ em torno daquele regime.

Referências bibliográficas

- Aarão Reis, Daniel. “A revolução e o socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso”. In: Rollemberg, Denise e Quadrato, Samantha Viz. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX*. v. 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- Arikawa, Monalisa. “A evolução da animação”. In: *Observatório da Imprensa*. Ed. 746, 14 de maio de 2013. Link: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/_ed746_a_evolucao_da_animacao/, acesso realizado em 09/04/2020.
- Bertolozzi, Maria Rita e Greco, Rosângela Maria. “As políticas de saúde no Brasil: reconstrução histórica e perspectivas atuais”. *Rev. Esc. Enf. USP*, v.30, n.3, p.380-98, dez. 1996. <https://doi.org/10.1590/S0080-62341996000300004>
- Campos, André Luiz Vieira de. *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas – O Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- Campos, André Luiz Vieira de. *A república do Pica-Pau Amarelo: uma leitura de Monteiro Lobato*. São Paulo: Martins, 1986.
- Carvalho, Keila A. *A Saúde pelo Progresso: A regulamentação do trabalho médico no Governo Vargas (Minas Gerais, 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Ed. Multifoco, 2015.
- Carvalho, Rodrigo Badaró de e Santos, Tháís dos. “O direito à saúde no Brasil: uma análise dos impactos do golpe militar no debate sobre universalização da saúde”. In: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFBA*, 2015.

¹⁴ Sobre o conceito de consenso cf: Aarão Reis 2010; Rollemberg & Quadrato 2010; Cordeiro 2015.

- Castro Netto, David Antônio de. *Propaganda e legitimação na ditadura militar brasileira (1968-1977)*. Curitiba: Prismas, 2016.
- Cordeiro, Janaína Martins. *A direita em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.
- Cueto, Marcos. *O Valor da Saúde. História da Organização Pan-Americana da Saúde*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2007.
- De Certeau, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- Escorel, Sarah. *Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999. <https://doi.org/10.7476/9788575413616>
- Fico, Carlos. *Reinventando o otimismo. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- Gilman, Nils. *Mandarins of the future - Modernization theory in Cold War America*. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 2003.
- Hamburguer, Éster. “Diluído fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano”. In: Schwarcz, Lília Moritz (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- Hochman, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1998.
- Hochman, Gilberto. “From autonomy to partial alignment: national malaria programs in the time of global eradication, Brazil, 1941-1961”. *Canadian Bulletin of Medical History*, 25(1):161-92, 2008. <https://doi.org/10.3138/cbmh.25.1.161>
- Klein, Herbert S. e Luna, Francisco Vidal (a). “População e Sociedade”. In: Schwarcz, Lília Moritz. (coord.). *História do Brasil Nação-1808-2010*. Volume 5. São Paulo: Objetiva, 2014.
- Klein, Herbert S. e Luna, Francisco Vidal (b). “Mudanças Sociais no Período Militar (1964-1985)”. In: Aarão Reis, Daniel.; Ridenti, Marcelo; Sá Motta, Rodrigo P. *A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- Larocca, Lílina Muller e Marques, Vera Regina Beltrão. “Sanitizing, caring and civilizing: the medical discourse for schools in the State of Paraná (1920-1937)”. *Interface - Comunic., Saude, Educ.*, v.14, n.34, p.647-60, jul./set. 2010. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832010000300014>
- Magalhães, Rodrigo C. *A erradicação do Aedes aegypti: febre amarela, Fred Soper e saúde pública nas Américas (1918-1968)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016.
- Moraes, Alice Ferry de. “Humberto Mauro e Walt Disney: Duas Visões sobre a Saúde Rural”. *Revista Livre de Cinema*, v.2, n. 1, jan/abr, 2015.
- Napolitano, Marcos. “Fontes Audiovisuais: A história depois do papel”. In: Pinsky, Carla Bessanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2015.
- Rolleberg, Denise e Quadrato, Samantha Viz. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX*. V. 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- Santos, Ricardo Augusto dos. “O Plano de Educação Higiênica de Belisário Penna - 1900-1930”. *Dynamis* vol.32 nº1 Granada, Barcelona 2012. <https://doi.org/10.4321/S0211-95362012000100003>
- Sá Motta, Rodrigo Patto. *As Universidades e o Regime Militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
-

Singer, Paul. “O Processo Econômico”. In: Aarão Reis, Daniel. e Ridenti, Marcelo e Sá Motta, Rodrigo P (orgs). *A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Fontes:

Arquivo Nacional, BR RJANRIO U3.0.DSO, PIS.28 - gravação especial – Dossiê – 1973, lado b.

Jornais – Hemeroteca Digital Brasileira:

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 28/09/1972.

Diário de Pernambuco, Pernambuco, 17/10/1972.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 10/09/1972,

Jornal do Commercio, Amazonas, nov/1972.

Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, set/1972.

Revista:

Soares, Luiz Eduardo. “VENDENDO SAÚDE: O INPS e a seguridade social no Brasil”. In: *Saúde em Debate*, N.2, jan./fev./mar. 1977.

Mello, Carlos Gentile de. O Sistema Nacional de Saúde: proposições e perspectivas. In: *Saúde em Debate*, N.1, out.,nov.,dez. 1976.

Internet:

<https://www.estadao.com.br/blogs/reclames-do-estadao/la-vai-o-sujismundo/>

Filme 1: FFukushima, 2008. “Sujismundo: “Povo desenvolvido é povo limpo””. YouTube, 1:03.

<https://www.youtube.com/watch?v=-XCa1C7RB9E>

Filme 2: Márcio Dias, 2014. “Sujismundo - Campanha: Povo desenvolvido é povo limpo”. YouTube, 1:09.

https://www.youtube.com/watch?v=t_ExNcBbx5A

Filme 3: Fabrício Augusto Souza Gomes, s/d. “Campanha do Sujismundo - Anos 70”. YouTube, 1:09.

<https://www.youtube.com/watch?v=KINS289na-o&t=2s>

Recebido: 18 de abril de 2020

Aprovado: 03 de junho de 2020

Do “povo amorfo” ao populismo. A trajetória do conceito de populismo nas ciências sociais brasileiras

From “amorphous people” to populism. The trajectory of the concept of populism in the Brazilian social sciences

Del “pueblo amorfo” al populismo. La trayectoria del concepto de populismo en las ciencias sociales brasileiras

Fabio Gentile *

<https://orcid.org/0000-0001-5746-8008>

RESUMO: Este artigo pretende fornecer um panorama analítico, histórico-crítico e metodológico, embora não exaustivo, dos usos do conceito de populismo nas ciências sociais brasileiras. A hipótese central, sustentada no trabalho, é que, embora não seja possível individuar uma verdadeira teoria do populismo brasileiro na década de 1920 e 1930, é necessário reconhecer que o conceito de “povo amorfo” elaborado pelos teóricos do Estado autoritário varguista abriu o caminho para o uso do conceito de populismo na análise dos processos de modernidade-modernização brasileira do século XX.

Palavras-chave: Povo amorfo. Populismo. Trabalhismo.

ABSTRACT: This article aims to provide an analytical, historical-critical and methodological panorama, although not exhaustive, of the uses of the concept of populism in the Brazilian social sciences. The central hypothesis, supported by the work, is that, although it is not possible to identify a true theory of Brazilian populism in the 1920s and 1930s, it is necessary to recognize that the concept of “amorphous people” elaborated for theorists of the authoritarian Vargas state

* Professor de Ciência Política no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutor em Filosofia e Política pela Università degli Studi di Napoli L'Orientale e pós-doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Seus interesses de pesquisa incluem o Neofascismo italiano, destacando direitas neofascistas e monarquistas em Nápoles após a Segunda Guerra Mundial, liderada pelo armador e empresário Achille Lauro, um “berlusconi ante litteram”. Sobre estes temas, escreveu dois livros *Achille Lauro: unimprenditore politico dell'Italia repubblicana* (Mephite, 2008) e *La Rinascita della Destra: il laboratorio sindacale-politico napoletano da Saló ad Achille Lauro* (ESI, 2013). Sua pesquisa de pós-doutorado teve como foco a influência do corporativismo fascista na legislação social da Era Vargas. Sobre este assunto, publicou artigos e capítulos de livro na Itália, Portugal, Brasil e EUA. E-mail: fabiogentile@ufc.br

opened the path to the use of the concept of populism in the analysis of Brazilian modernity-modernization processes of the 20th century.

Keywords: Amorphous People. Populism. Trabalhismo.

RESUMEN: Este artículo pretende ofrecer un panorama analítico, histórico-crítico y metodológico, empero no exhaustivo, de los usos del concepto de populismo en las ciencias sociales brasileiras. La hipótesis central, sustentada en el trabajo, es que, aunque no sea posible individualizar una verdadera teoría del populismo brasileiro en la década de 1920 y 1930, es necesario reconocer que el concepto de “pueblo amorfo” elaborado para los teóricos del Estado autoritario varguista abrió el camino para el uso del concepto de populismo en el análisis de los procesos de modernidad- modernización brasileira del siglo XX.

Palabras clave: Pueblo Amorfo. Populismo. Trabalhismo.

Como citar este artigo:

Gentile, Fabio. “Do ‘povo amorfo’ ao populismo. A trajetória do conceito de populismo nas ciências sociais brasileiras”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 2 (2020): 459-480.

Introdução

Populismo é um conceito ambíguo, também em consideração da dificuldade da teoria política moderna de conceituar rigorosamente o que seria “povo”, uma vez que nas concepções da democracia popular ele é dificilmente separável do “demos” (Mény e Surel 2000). Em suma, trata-se de um termo controverso, alvo de um debate não consensual no campo da teoria política europeia e norte-americana (Finchelstein 2017; 2020; Eatwell e Goodwin 2018; Mény 2019). Se por um lado, ele representa, pelo menos aparentemente, uma saída para as dificuldades taxonômicas inerentes à descrição de um conjunto de traços funcionais dos fenômenos populistas (liderança carismática, personalização da política, apelo ao povo etc.); por outro lado é preciso ressaltar que não explica a gênese deles e tampouco, parafraseando Max Weber, captura devidamente os processos de mediação parlamentar dos interesses conflitantes de uma sociedade complexa. Uma vez que o líder carismático populista transita da campanha eleitoral, caracterizada pelos códigos comunicativos e midiáticos do discurso “antipolítico”, ao governo.

Esta dificuldade teórica e metodológica ínsita no conceito de populismo se torna mais clara, quando transitamos para outras áreas, como é exemplificado pela teoria econômica, conforme apontado por Pedro Dutra Fonseca e Ivan Salomão. De acordo com a lição schumpeteriana, num

recente artigo os dois cientistas sociais argumentam que populismo não é uma categoria adequada para o exame dos modelos econômicos implementados no segundo governo Vargas (1951-1954) e no governo Goulart (1961-1964). Pela análise dos quais são mais apropriadas as categorias de “nacional-desenvolvimentismo” e “trabalhismo”, já que a política econômica estrutural e macroeconômica vai bem além dos discursos populistas eleitorais (Fonseca e Salomão 2020).

A origem do núcleo teórico do populismo pode ser individuada nas primeiras teorizações das décadas de 1950 e 1960 (Gellner e Ionescu 1969), formuladas para analisar fenômenos produzidos por tendências “patológicas” (Donzelli e Pozzi 2003) da democracia de massa após a Segunda Guerra Mundial e, portanto, não claramente classificáveis nas categorias *fascismo*, *autoritarismo* e *totalitarismo*. É o caso do movimento monárquico populista, liderado nas décadas de 1950 e 1960 pelo prefeito da cidade de Nápoles, no Sul da Itália, o armador Achille Lauro, primeiro caso de empresário que entra em política para defender seus interesses empresariais, antecipando de quase 50 anos o empresário populista Silvio Berlusconi.

O populismo volta no debate teórico-político nas décadas de 1980 e 1990, no contexto do “fim das ideologias” aberto pelo colapso da União Soviética. Nessa nova conjuntura, o conceito acentua seu caráter polissêmico, assim como o totalitarismo após a Guerra Fria, uma vez que fica oscilando entre uma exigência acadêmico-científica e uma apropriação ideológica.

No debate teórico-político, é utilizado no esforço de conceituar a essência mais profunda dos fenômenos (especialmente na área da direita, mas também na esquerda) provocados pelas crises das democracias representativas liberais ocidentais. Na disputa ideológico-política, acentuada pela implosão do comunismo soviético, vem ressignificado como um “*kampfbegriff*” (um “conceito de combate”) - definição de Stephane Boisard (2020) -, utilizado no campo da esquerda intelectual e política para definir nacionalismos de cunho racial e identitários, herdeiros do totalitarismo nazifascista; enquanto, no campo da direita neoliberal se torna desde o 1989 uma categoria central do discurso ideológico, revisionista, polarizado em torno da obra do cientista político Francis Fukuyama para celebrar o triunfo da democracia liberal e do livre mercado (Fukuyama 1992). De acordo com o *think tank* norte-americano, nazismo e comunismo (incluindo também todos os partidos de esquerda, herdeiros do marxismo-leninismo e do estalinismo) são tratados como variantes da mesma atitude totalitária e criminoso: o “genocídio de classe” é colocado no mesmo nível do “genocídio racial”, o gulag estalinista já parece ser geneticamente inscrito na Revolução bolchevique de 1917, da mesma forma que a “solução final” está enraizada na *Weltanschauung* de Hitler.

No entanto, se restringirmos o campo de análise à circulação do conceito de populismo na América Latina desde a segunda metade do século XX, observamos que nesta área ele não foi marcado pelas mesmas antinomias, detectadas pelas ciências sociais europeia e norte-americana.

Sob o impulso da renovação metodológica e teórica trilhada pelo sociólogo ítalo-argentino Gino Germani (1969; 1978), o populismo registrou grande sucesso no pensamento sociopolítico latino-americano, sem, todavia, ter sido submetido ao rigor metodológico e teórico que uma teoria política sólida demanda. Uma vez que a utilização ideológica acaba prevalecendo sobre a científica, em função de classificar todas as etapas cruciais da modernização latino-americana em contínua oscilação entre os níveis não coincidentes do conceito, do fato, da teoria e da semântica da comunicação populista.

Nessa perspectiva, as ciências sociais brasileiras constituem um verdadeiro laboratório da apropriação latino-americana do populismo. Se, por um lado, o debate brasileiro incorpora todos os pontos de força e de fragilidade do debate europeu e norte-americano sobre o populismo, o uso desse conceito no pensamento político-social brasileiro, por outro lado, precisa atender a necessidades específicas.

Assim sendo, a reflexão só pode iniciar com as primeiras teorias sobre o povo “amorfo” entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX. Logo em seguida, transita pela análise do ciclo nacional-desenvolvimentista da “Era Vargas” (1930-1964), pensado como um projeto de industrialização integral, caminho privilegiado para superar o subdesenvolvimento, sob a égide do Estado (Bielschowsky 1988) – que para muitos cientistas sociais é o ponto de partida do populismo brasileiro. E chega enfim nas décadas de Oitenta e Noventa, época marcada por uma nova geração de cientistas sociais se debruçando sobre o conceito de populismo com base numa leitura mais dinâmica das relações entre elites no poder e classe trabalhadora brasileira (o “trabalhismo”).

A trajetória do conceito de populismo nas ciências sociais brasileiras não termina obviamente na década de Oitenta do século XX. Associado por um longo período a uma tendência descritiva dos traços populistas, com a transição da ditadura para a democracia, o conceito enriqueceu com novos conteúdos.

Nas origens dessa nova época de reflexão sobre o populismo brasileiro há alguns fatores que merecem ser mencionados, ainda que brevemente: o fim do mundo bipolar convida o debate sócio-político contemporâneo a repensar as categorias tradicionais de direita e esquerda à luz de novos fenômenos políticos aparentemente incompatíveis com elas (os populismos de direita e aquele de esquerda); as novas formas de “personalização da política” (Manin 1995), que, se encontram certa resistência nos atores sociais e nos políticos tradicionais nos Países ocidentais,

com instituições liberais e democráticas mais consolidadas, no caso brasileiro, pelo contrário, não enfrenta obstáculo algum, dada a fragilidade das instituições democráticas ainda muito jovens; também levando em conta a peculiar conformação do “presidencialismo de coalizão”, inaugurada em 1946 e restaurada pela Constituição da República Federativa do Brasil (1988), após a ditadura militar (Abranches 2018).

Nesse contexto, o conceito, reafirmando a sua flexibilidade, é aplicado, por um lado, ao caso de fenômenos de contestação da representação democrática clássica, qual é Fernando Collor de Mello, líder que, em nome da “antipolítica”, se coloca à frente de um movimento social transclassista, “não partidário”, propondo políticas reformistas e liberais e elaborando um discurso emocional (Sallum 2016), que inflama o povo em nome do “nós, cidadãos do bem” contra “eles, cidadãos do mal”. E mais recentemente na análise de Jair Bolsonaro, cujo discurso populista e “bolsonarista” mistura autoritarismo e neofascismo, militarismo, fundamentalismo religioso e neoliberalismo globalizado, se destacando por ser um dos fenômenos mais expressivos da nova onda de direita em nível mundial (Gros 2004; Velasco e Cruz, Kaysel e Cudas 2015; Lopez Segrega 2016; Messemberg 2017; Fernandes e Messenberg 2018; Casimiro Calheiros 2018; Caldeira Neto, 2020). Mas, por outro lado, o conceito tem sido aplicado na análise de fenômenos mais compatíveis com os processos clássicos da democracia representativa, fundamentados nos valores da liberdade e da igualdade. Eis o caso do “lulismo” (Singer 2012), concebido como projeto populista democrático, centrado na figura carismática de Luiz Inácio Lula da Silva.

Porém, uma análise destes casos, rapidamente mencionados, necessitaria de um esforço teórico e metodológico acima do que é a proposta científica do texto, dada a dificuldade de interpretar fenômenos do (neo)populismo contemporâneo de direita e de esquerda quais são Collor, Lula e Bolsonaro apenas na perspectiva das teorias clássicas do populismo.

De qualquer forma, a expectativa é que, embora limitado a uma análise do populismo até a década de Oitenta do século passado, o texto possa apresentar algumas chaves analíticas para ler o presente.

Dadas estas reflexões preliminares, e levando em consideração o caminho trilhado rumo aos resultados mais significativos do debate (Ferreira 2001), pretende-se fornecer um panorama analítico, histórico-crítico e metodológico dos usos do conceito de populismo nas ciências sociais brasileiras.

A hipótese central, sustentada no trabalho, é que, apesar de não ser possível individualizar uma verdadeira teoria do populismo brasileiro na década de 1920 e 1930, é necessário reconhecer que o conceito de “povo amorfo” elaborado pelos teóricos do Estado autoritário varguista abriu o

caminho para o uso do conceito de populismo na análise dos processos de modernidade-modernização brasileira do século XX.

Trata-se também de uma iniciativa para incentivar as ciências sociais europeia, norte-americana e latino-americana a colaborar no terreno comum da construção de redes de interdependência, que precisam ser fortalecidas com base em uma ciência social comprometida com a “transnacionalização” da cultura (Costa Pinto e Finchelstein 2019). É preciso, então, avançar na perspectiva de um diálogo interdisciplinar, cruzando os terrenos do pensamento político-social brasileiro com a história da sociologia. De acordo com uma recente ampla literatura (Brandão 2005; Lynch 2013; Maia 2017), no lado do debate brasileiro, e mais em geral daquele latino americano, a interlocução entres âmbitos diferentes das ciências sociais é uma etapa necessária da superação definitiva da lógica tradicional de um “centro” que elabora ideologias e uma “periferia” exclusivamente reprodutora de “cópias”, definidas em muitas circunstâncias malfeitas e confusas. No lado europeu e norte americano, avançar na criação e na consolidação de novos espaços transnacionais para a circulação de ideias, a interação e a comparação entre fenômenos que compartilham as mesmas raízes ideológicas e políticas, vai contribuir para uma compreensão mais adequada de debates que estão no foco da teoria político-social, entre eles o fascismo e suas aproximações e diferenças com o autoritarismo e o totalitarismo. Nessa perspectiva, bastaria apenas pensar que os ideólogos do regime varguista anteciparam na década de 1930 um elemento fundamental das análises de Hannah Arendt e Juan Linz nas décadas de 1950 e 1960: o autoritarismo como modelo de Estado alternativo ao partido-estado totalitário de direita e de esquerda (Amaral, 1938).

O povo “amorfo” no pensamento nacional-autoritário brasileiro da primeira metade do século XX

O Brasil não foi atingido pelo trauma da Grande Guerra. Porém, o primeiro pós-guerra foi uma época crucial de transformações sociais (Ferreira e Delgado 2003), sob o impulso de um nacionalismo “político-militante”, capaz de aglutinar diferentes linhagens do panorama político e cultural brasileiro em torno a um projeto de “redescobrimento” dos marcos originários do povo brasileiro desde sua matriz colonial. Como observam Lucia Lippi (1990) e Boris Fausto (2001), embora com perspectivas teóricas e metodológicas diferentes, o elemento comum destas variedades de famílias políticas e intelectuais, comprometidos com a análise do povo brasileiro, é um modelo de Estado-nação qualitativamente diferente daquele do nacionalismo liberal do século XIX.

Existe, todavia, um vínculo de continuidade entre o nacionalismo brasileiro da segunda metade do século XIX e aquele das primeiras décadas do século XX, como tem sido observado nos estudos sobre as obras literárias de Euclides da Cunha e Silvio Romero, e sobretudo em recentes estudos sobre a obra do político e intelectual liberal Alberto Torres (1865-1917) (Lombardi 2010).

Torres já no início do século XX, influenciado pela ampla circulação das ideias de Auguste Comte e Émile Durkheim no Brasil, havia antecipado um dos temas centrais da ideologia nacionalista brasileira entre as duas guerras mundiais: o hiato profundo entre o Brasil “legal” da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1891) – sofisticada obra jurídica baseada na montagem de modelos estrangeiros da tradição liberal europeia e norte-americana e, como tal, considerada inadequada ao caminho histórico nacional – e o Brasil “real”, lidando com profundos problemas sociais e econômicos e com um povo marcado pela “anomia”, pela ausência de laços de solidariedade, “amorfo” e totalmente desprovido dos requisitos mínimos para participação política. Sem abrir mão dos princípios fundamentais do liberalismo, o remédio para os “males do Brasil” – na opinião de Torres – era a incorporação do povo à nação mediante um nacionalismo organicista, caracterizado pela ampliação dos poderes do Estado e pela organização de todas as forças econômicas e sociais do País, como ele escreve no prefácio da sua obra *A organização nacional* (1914):

No Brasil onde a sociedade não chegou a reunir sequer os elementos agregantes da tradição – nem a sociedade exista, nem o Estado; e o Estado e a sociedade hão de organizar-se, reciprocamente, por um processo mutuo de formação e de educação. Educação pela consciência e pelo exercício, o que vale dizer por um programa, isto é, para uma política; eis o meio de transubstanciar este gigante desagregado em uma nacionalidade (Torres 1914, XIII).

É nesse contexto que surge uma direita nacionalista e autoritária, plasmada em torno da “criação” e da educação do povo pelo Estado-nação. De acordo com os resultados mais convincentes da historiografia a esse respeito (Beired 1999), a análise desse fenômeno sugere que o pensemos como um campo de relações intelectuais e políticas polarizadas em torno de um conjunto de problemas no qual temas tradicionais de longo prazo do pensamento político brasileiro, como a “ausência de um povo” (entendida como falta de consciência nacional) e a necessidade de um Estado centralizado, entrelaçam-se com os desafios da modernização, vinculados à crise do modelo agroexportador brasileiro, no contexto mais amplo da crise mundial do capitalismo e do Estado liberal, percebido como inadequado para governar as grandes transformações em andamento.

Essa galáxia de direita se apresenta com uma face tripla (Beired 1999): a) o nacionalismo autoritário, herdeiro da tradição positivista brasileira; b) a direita católica; e c) a direita integralista,

que, de acordo com uma análise consolidada no debate histórico, seria o movimento ideológico e político mais próximo do fascismo europeu (Trindade 1974; 2016; Pereira 2017).

Na impossibilidade deste estudo examinar a trajetória das direitas brasileiras no século XX, nossa análise enfoca os traços essenciais do nacionalismo autoritário, já que esta linhagem – concentrada principalmente em torno de intelectuais como Francisco José de Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos – abre o caminho teórico à apropriação sucessiva das teorias populistas nas ciências sociais brasileiras.

Como foi justamente observado, o diagnóstico da realidade brasileira e os remédios normativos propostos pelo nacional-autoritarismo constituíram o núcleo de uma nova “ideologia do Estado” (Lamounier 1977; Silva 2004), marcada por traços profascistas, como resposta necessária e específica ao problema da organização do poder e da criação de um povo, diante da crise do liberalismo, no contexto mais amplo da crise internacional do primeiro pós-guerra (Lamounier 1977, 359).

É portanto necessário, antes de analisarmos o nacionalismo autoritário brasileiro, examinar nas linhas essenciais o debate francês sobre o nacionalismo, desde a segunda metade do século XIX até sua assimilação no sindicalismo nacionalista, confluído então no fascismo italiano, dado que trata-se de uma etapa fundamental para entender como os ideólogos do autoritarismo brasileiro se apropriaram das teorias nacionalistas europeias para estudar a formação do povo brasileiro.

A referência básica do nacionalismo é um conceito social do homem completamente diferente daquele do constitucionalismo liberal. A recusa do liberalismo e a preocupação com a solidariedade social, bem como o controle dos conflitos produzidos pela sociedade industrial, continuam sendo uma constante de todas as vertentes do pensamento nacionalista e corporativista tecnocrático que fundamentam o nacionalismo social, entre elas o pensamento social católico e o sindicalismo nacionalista do final do século XIX. É um campo de doutrinas heterogêneas, alimentando as principais vertentes antiliberais do século XIX, especialmente o familismo de Le Play e o nacionalismo protecionista de Maurice Barres, e l’Action Française de Maurras. Trata-se de uma variada literatura antiliberal, na qual, no entanto, podemos identificar alguns temas constantes, tais como necessidade e autoridade, hierarquia e família, absorvidas explicitamente como categorias fundamentais do autoritarismo político e da concepção organicista da ordem do movimento nacionalista.

Não há dúvida de que essas doutrinas heterogêneas, misturando a autoridade da Igreja Católica com uma visão tradicionalista da nação, confluíram no sindicalismo nacionalista. Afirmase na Europa em princípio do século XX (França, Itália, Inglaterra, Alemanha, Suíça, Polônia) e fundamenta-se na socialização da economia entregue às categorias do trabalho e da produção em

todas as suas manifestações. Seu programa teórico-político se embasa na aversão pelo regime liberal-representativo, no desenlaço do sindicato e do trabalho dos dogmas do marxismo e na centralidade do trabalho nos processos de transformação política, econômica e social do Estado como fundação da nação (o “Estado nacional do trabalho”), categoria fundamental para entender o trabalhismo populista varguista. Nesse modelo, só os “produtores”, identificados por sua condição profissional, gozam plenamente do *status* de cidadãos da nação.

A apropriação do nacionalismo social de cunho autoritário europeu satisfaz os ideólogos do estado autoritário brasileiro em busca de um modelo para organizar a sociedade brasileira em todas as suas dimensões, entre elas destacam-se a formação e educação do povo, e a regulamentação do conflito capital-trabalho sob o controle do Estado interventor. Basta pensar em *Pequenos estudos de psicologia social* (Oliveira Vianna 1923). Nesta obra, o futuro ideólogo do Estado corporativista de Getúlio Vargas, dedica o capítulo “Nacionalismo e questão social”, tema central do pensamento europeu de seu tempo, à questão trabalhista no Brasil.

Após ter criticando a classe dirigente pela maneira de resolver a questão social e o problema trabalhista de acordo com ideias forjadas na Europa, incompatíveis com a realidade brasileira (Oliveira Vianna 1923, 92), o sociólogo fluminense tece sua crítica do liberalismo com base em dois argumentos clássicos do pensamento nacional-autoritário. De um lado, a representação política e a democracia individualista vêm sendo criticadas por não serem capazes de exprimir as necessidades sociais das pessoas reais e concretas, produtores e trabalhadores, mas apenas os interesses do cidadão, entendido como o indivíduo abstrato. De outro lado, o socialismo e o comunismo são “utopias retrógradas”. A “via” mais compatível com a sociedade brasileira, para Oliveira Vianna, é o sindicalismo nacionalista, núcleo originário de sua teoria corporativa na década de 1930, apresentado já nessa obra como a melhor organização integral de um povo sobre a qual edificar a nação social, baseada no “desenvolvimento do espírito de cooperação e solidariedade” (Oliveira Vianna 1923, 96).

Pelo diagnóstico da sociedade brasileira o nacionalismo autoritário utiliza também o positivismo eclético – cujo núcleo originário se encontra na expansão do positivismo no Sul do Brasil na segunda metade do século XIX, e na sua incorporação no governo do Rio Grande do Sul por Júlio de Castilho e a bancada republicana (Love 1975). Assim: a) a teoria spenceriana, base do evolucionismo social darwiniano, funde-se com o organicismo social de Comte; b) a metodologia das primeiras teorias sobre a família da escola sociológica de Le Play está vinculada ao racismo biológico de Georges Vacher de Lapouge e a demografia racial de Arthur de Gobineau; e c) a teoria das multidões de Gustave Le Bon e a teoria das elites de Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto são complementadas com a psicologia e a psicanálise (Oliveira Vianna 2005).

Embora com algumas diferenciações, devido às biografias ideológicas e políticas individuais, a linhagem nacional-autoritária, no caminho indicado por Alberto Torres, compartilha a ideia principal de que o Brasil não está pronto para um regime liberal-democrático no modelo anglo-saxônico.

Se o positivismo comtiano, ainda vinculado ao idealismo tradicional, é um dos principais eixos conceituais da ideia de Estado-Nação do pensamento autoritário brasileiro, a sociologia de Emile Durkheim – é evidente na obra de Oliveira Vianna (Vieira 1981; Bresciani 2005) - fornece categorias teóricas e ferramentas metodológicas para estudar o povo brasileiro, bem como para encontrar as soluções mais adequadas para sua organização.

Da obra de Durkheim, Vianna absorve os conceitos de “anomia” e “amorfia”, utilizados na análise do povo brasileiro. De acordo com sua leitura, a Constituição de 1891, ainda mais do passado colonial, vai ampliando o hiato entre o País “legal” dos “idealistas utópicos” (Oliveira Vianna 2005, 56) e o Brasil “real”, da pobreza e da miséria. O povo, desenraizado do latifúndio e seus laços clânico-parentais, é jogado em uma “fase de desorganização profunda e geral”, que não pode ser mais pensada na perspectiva da representação liberal e individualista, mas precisa de uma nova representação moldada no “social”.

Dado esse diagnóstico, os teóricos do nacional-autoritarismo se comprometem com a reflexão sobre os principais elementos da sociedade civil, visando plasmar a nação na forma de um Estado autoritário que transforme as massas brasileiras, “amorfas” e fragmentadas, em uma comunidade harmoniosa inspirada nos princípios, retomados pela sociologia de Durkheim, da solidariedade social e econômica, baseada no direito positivo. A única solução racional e orgânica para a realidade econômica, política e social brasileira apontada por essa linhagem do pensamento político brasileiro é o Estado nacionalista autoritário em suas múltiplas funções de organização, incorporação, educação, controle e proteção da sociedade, como o mesmo Oliveira Vianna esclarece desde sua primeira obra

Dar consistência, unidade, consciência comum a uma vasta massa social ainda em estado ganglionar, subdividida em quase duas dezenas de núcleos provinciais, inteiramente isolados entre si material e moralmente: - eis o primeiro objetivo. Realizar, pela ação racional do Estado, o milagre de dar a essa nacionalidade em formação uma subconsciência jurídica, criando-lhe a medula da legalidade; os instintos viscerais da obediência à autoridade e à lei, aquilo que Ihering chama “o poder moral da ideia do Estado”; - eis o segundo objetivo (Oliveira Vianna 2005, 275-276).

O conceito de “povo amorfo” em busca de uma identidade nacional, elaborado pelos ideólogos do Estado Novo de Getúlio Vargas, é apropriado também por outras linhagens. Como observa o cientista político Gildo M. Brandão, o pensamento político-social brasileiro é caracterizado por um “ecletismo”, em que é possível a convivência de

“ética” de esquerda com “epistemologias” de direita, e vice-versa, polarizações ambíguas ou conciliações produtivas, sublimes coerências ou ecletismos mal temperados, mas o importante é não transformar as “afinidades eletivas” entre idealismo orgânico e conservadorismo, entre idealismo constitucional e liberalismo, entre materialismo histórico e socialismo, em vias de mão única, relações de causa e efeito ou homologias entre ideologias e posições políticas – até porque toda concepção de mundo é um campo de forças, mantém relações e ramificações em vários grupos sociais e manifestações espirituais, supõe uma direita, uma esquerda e um centro, comporta teorias e interpretações diferentes, de modo que alianças intelectuais entre pensadores politicamente distantes, mas próximos pela forma de pensar, são possíveis (Brandão 2005, 241-242).

A “afinidade eletiva” com a linhagem autoritária da década de 1930 marca a obra de Sérgio Buarque de Holanda, que, no clássico *Raízes do Brasil* (Buarque de Holanda 1936), animado por uma exigência de buscar novas categorias capazes de interpretar a entrada do País na modernidade contemporânea, reformula a categoria “homem cordial” brasileiro, dialogando também com as teorias psicossociológicas do “povo amorfo” e da sua suposta incompatibilidade com o liberalismo europeu das sociedades europeias modernas. Como observa Leopoldo Wainzborn

Parece-me evidente que, para Sérgio Buarque de Hollanda, há uma incompatibilidade de raiz entre o que ele entende ser o “temperamento nacional” e a “espontaneidade nacional”, de um lado, e as formas democráticas ou liberal- democráticas, de outro. Isso não significa, entretanto, que Sérgio se alinhe seja à ditadura, seja à anarquia. Ele parece identificar-se com um regime oligárquico, tingido por lideranças pessoais (talvez populistas) (Wainzborn 2011, 42).

Portanto, o homem brasileiro, nascido e criado na estrutura clã-parental do latifúndio, é pensado para Buarque de Hollanda como uma coletividade-povo “emocional”, ainda marcada por seu passado escravocrata e rural, cuja cultura é caracterizada por um *corpus* de identidades simbólicas, mitológicas quais são a “espontaneidade” e a “cordialidade”.

A cultura da “homem cordial” brasileiro se manifesta na forma de redes conceituais, códigos comunicativos, e práticas político-sociais não compatíveis, pelo menos naquela conjuntura, com o racionalismo, a sociedade individualista e elitista do liberalismo, a sociedade de classe ou aquela de massa, ambas dominadas pelos estado-partido totalitário de esquerda ou de direita, como o próprio Buarque de Hollanda argumenta em muitas páginas da sua obra clássica (Feldman 2013).

Se, então, a democracia liberal seria “sem raízes profundas na realidade” brasileira (Buarque de Hollanda 1936, 152), e os totalitarismos de raça ou de classe seriam um produto dela, o personalismo das elites ou de um líder carismático poderia ser uma solução mais adequada para a criação da nação brasileira. Já que é comprovada pela história da América Latina a capacidade das elites de despertar os sentimentos mais profundos do povo-massa, visando ganhar um consenso de caráter fideísta em torno de um projeto de nação.

Da para observar a aproximação da teoria de Sergio Buarque de Hollanda com Oliveira Vianna, que teoriza que o sentido de pertencer a uma comunidade nacional orgânica, forjada na singularidade do caráter brasileiro, poderia ser construído com paciência, ao ser confiado a uma

elite culta e competente, dada a incapacidade do povo-massa de se dar instituições livres e democráticas (Oliveira Vianna 1930, 151; 1939, 195).

Enfim, não podemos falar de uma verdadeira teoria do populismo brasileiro na década de 1930. Porém, é oportuno reconhecer que os teóricos do Estado varguista abrem o caminho para o uso do conceito na análise dos processos de modernidade-modernização brasileira do século XX. Nesta perspectiva, a apropriação “ecclética” da linhagem nacional-autoritária no progressismo teórico-político de Sergio Buarque de Holanda desenvolve um papel fundamental nas teorias do populismo elaboradas por uma nova geração de cientistas sociais, que mesmo sendo formados no marxismo, estarão disponíveis para dialogar com as leituras clássicas do povo brasileiro.

Da “ideologia do estado autoritário” ao nacional-populismo desenvolvimentista como categoria explicativa da modernização brasileira

Com base no exposto, é preciso aguardar até a década de 1960 para ter as primeiras teorias do populismo de cunho científico. Isso não quer dizer que o conceito tenha desaparecido do debate. O problema é que, no imediato segundo pós-guerra, o populismo se limita a uma análise descritiva do discurso ideológico-político pelo liberalismo reacionário, conservador e anticomunista, para desacreditar o “inimigo” político populista, acusado de levar o Brasil a uma catástrofe com seus projetos de reforma social. Basta pensar, por exemplo, no economista Roberto Campos, expoente da ala direita do desenvolvimentismo (Bielschowsky 1988), que teoriza uma ditadura autoritária “provisória” – dominada por militares e tecnocratas, os únicos depositários do “bem” e da “racionalidade” –, diante uma suposta evidência do povo brasileiro de dar-se instituições democráticas-liberais sob a orientação de perigosos demagogos populistas – no sentido mais depreciativo do termo – como Getúlio Vargas, João Goulart, Leonel Brizola, Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek, apenas para mencionar alguns dos políticos mais famosos da história brasileira do segundo pós-guerra.

Nesse horizonte de problemas se coloca a obra de alguns dos grandes fundadores da sociologia acadêmica brasileira das décadas de 1960 e 1970, em plena ditadura militar. Trata-se de uma conjuntura importante na elaboração brasileira do conceito de populismo.

Diante da necessidade científica e política de interpretar, no calor do momento, o nacional-desenvolvimentismo da “Era Vargas”, Octavio Ianni na obra *O colapso do populismo no Brasil* (1968) e Francisco Weffort na sua obra *O populismo na política brasileira* (1978), insatisfeitos em termos teóricos com as categorias *fascismo*, *totalitarismo* e *autoritarismo*, refletem sobre o conceito de populismo, liberado de seus usos e abusos ideológicos no conflito político da década de 1950 para

ser aplicado como categoria científica na análise sócio-política do “ciclo desenvolvimentista” de 1930 a 1964.

Se, por um lado, Ianni e Weffort estão dispostos a aceitar a teoria dos ideólogos do Estado Novo de que o Estado varguista havia criado a nação brasileira, por outro lado, retomam de Buarque de Holanda a categoria “cordialidade”, para reafirmar a necessidade de elaborar leituras específicas da sociedade brasileira, incomparável com a europeia, marcada por regimes totalitários e autoritários.

Apesar do esforço teórico de Ianni e Weffort, o populismo teria ficado à margem das ciências sociais brasileiras sem a contribuição de Gino Germani. Os estudos do sociólogo ítalo-argentino proporcionam às ciências sociais brasileiras a oportunidade de legitimar a teoria do nacional-desenvolvimentismo varguista, populista, em bases científicas.

A partir dos trabalhos da década de 1940 e ao longo da sua trajetória de sociólogo dos processos de modernização, analisados sob a perspectiva estrutural-funcionalista e parsoniana, Gino Germani é um observador atento da era do totalitarismo fascista e do peronismo argentino. Uma das principais contribuições da sua análise comparativa entre as sociedades europeias e as latino-americanas é que não basta destacar as aproximações entre as duas áreas. Embora a Europa mediterrânea tenha um vínculo evidente com os Países latino-americanos, Germani convida a analisar de forma específica as vias nacionais para o *desarrollo* ou o *desenvolvimento*.

Porém, a sociologia científica de Gino Germani também envolve a análise da participação das massas na vida nacional. O confronto entre *fascismo* e *peronismo* leva o autor a reconhecer, por um lado, a novidade da mobilização permanente totalitária das massas no nazi-fascismo, mas, por outro lado, a admitir a impossibilidade de reproduzir nas sociedades latino-americanas o Estado-partido totalitário, que absorve a esfera do privado no público. Já que o peronismo e o varguismo se limitaram a incorporar no Estado a classe trabalhadora, a qual participou pela primeira vez, embora passivamente, na vida nacional (Germani 1978).

Mesmo reconhecendo a influência explícita do modelo europeu, Gino Germani convida seu leitor a analisar as especificidades latino-americanas. Trata-se de um esforço teórico e metodológico para entender a exceção ao modelo de desenvolvimento dos países europeus.

Se, diferentemente do europeu, o liberalismo latino-americano foi excludente, dada a ausência de uma revolução burguesa, a era do nacional-populismo inaugurada por Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón poderia ser apenas – eis o ponto de chegada de sua análise comparativa – caracterizada por uma política populista de inclusão das massas na vida nacional, apesar de suas características autoritárias e corporativas. Daí o interesse das ciências sociais em analisar por que

os países latino-americanos escolheram o populismo nacional-autoritário como modelo mais adequado para dirigir a inevitável e necessária entrada de suas sociedades na modernidade.

No horizonte aberto por Gino Germani, Octavio Ianni apresenta as características do nacional-populismo brasileiro. Segundo Ianni, a “Revolução” varguista de 1930 abriu caminho para a era da democracia populista no Brasil. Em sua opinião, a “Era Vargas”, embora autoritária no período do Estado Novo, havia inaugurado a política das massas, enquadradas no modelo econômico-social, cujo ponto de chegada foi o Decreto-Lei n. 5.452¹ – um código trabalhista muito amplo, incorporando toda a legislação social produzida durante a “Era Vargas” e ainda em vigor nos dias de hoje –, que criou as condições para a implantação da democracia popular no Brasil.

Ianni argumenta que a década que vai do suicídio de Vargas ao golpe militar (1954-1964) é caracterizada por um ciclo econômico que rompe com o modelo agroexportador clássico, incentivando a importação de tecnologia e rompendo a dependência dos investimentos estrangeiros. A industrialização sustentada por um desenho político nacional-populista se torna o ponto crucial para o desenrolar da jovem e frágil democracia brasileira, no contexto da Guerra Fria e do imperialismo norte-americano na América Latina.

Assim, não parece paradoxal para Ianni que as grandes mudanças introduzidas pela “Era Vargas” – mesmo na fase mais abertamente fascista do Estado Novo – favoreçam a criação de um modelo de Brasil mais democrático e, conseqüentemente, também se tornem objeto de conflito ideológico-político entre os setores populares apoiando os presidentes “varguistas” e “populistas” e as elites aliadas com a burguesia reacionária, que leva ao fim do ciclo virtuoso (1930-1964), interrompido pelo golpe militar.

Na trilha de Ianni, o cientista social Weffort elabora um dos modelos mais sofisticados de populismo brasileiro. Para Weffort, a era do nacional-populismo brasileiro é caracterizada pela participação das classes populares na vida nacional, no contexto das transformações econômicas, políticas e sociais provocadas pelos primeiros processos de modernização entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX. A pressão das classes populares é exercida tanto em cima das estruturas estatais – ampliando a participação popular na política, especialmente no campo dos direitos sociais – quanto na economia, com o acesso de setores populares a profissões e bens de consumo dos quais eram tradicionalmente excluídos. O nacional-populismo seria, portanto, a política de inclusão das classes populares em um modelo de desenvolvimento inevitável e necessariamente industrial, dirigido pelo líder carismático e paternalista (Getúlio Vargas, “pai dos pobres e trabalhadores”), com o apoio de uma aliança política social nacionalista, antiliberal e

¹ Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro, 1943.

antioligárquica, além de poder contar com os setores populares que, embora de modo passivo, participavam pela primeira vez no desenvolvimento econômico, político e social do Brasil.

Enfim, a importância das teorias do populismo de Ianni e Weffort no campo das ciências sociais brasileiras e, de modo mais geral, nas latino-americanas, pode ser constatada tanto sob a perspectiva científica quanto, sobretudo, a ideológico-política.

Sob o perfil científico, é necessário registrar um primeiro grande esforço teórico e metodológico para interpretar o modelo específico de desenvolvimento nacional dos Países latino-americanos, comparando-o com o europeu.

Sob o perfil ideológico-político, a teoria do Getúlio Vargas “pai dos pobres e dos trabalhadores”, o líder que inaugurou a entrada das classes populares brasileiras na história, elaborada pelos ideólogos do varguismo e alimentada pelo próprio Vargas, transita pelas teorias “progressistas” do populismo das décadas de 1960 e 1970, até se tornar nas últimas décadas uma peça significativa da construção da narrativa do “lulismo” no âmbito dos “populismos de esquerda” (Mouffe 2018). Lula, o “filho do povo” – imagem corroborada por ele mesmo, por correntes do Partido dos Trabalhadores, e do movimento sindical em várias circunstâncias oficiais –, que recebe o legado do trabalhismo varguista, esterilizado da sua matriz fascista, incorporando-o no seu grande projeto de inclusão social do povo brasileiro mediante também o sindicalismo e a defesa da CLT contra os projetos de desmonte neoliberal do mundo do trabalho brasileiro.

“A invenção do trabalhismo”

As teorias clássicas do populismo exercem forte influência pelo menos até o final da década de 1970, quando se registra um novo esforço para sistematizar questões teóricas e metodológicas ainda pouco exploradas do populismo. Em um panorama marcado pela lenta e gradual transição da ditadura militar para a democracia, também sob o impulso do “novo sindicalismo” e a volta dos movimentos sociais, na segunda metade da década de 1970, uma nova geração de cientistas sociais brasileiros se confronta com a crise dos paradigmas estruturalistas e funcionalistas da década de 1950 e com a renovação no próprio marxismo, dialogando, sobretudo, com os estudos de E. P. Thompson sobre a classe trabalhadora inglesa (Thompson 1963; Gomes 2001).

São cientistas sociais, vinculados sobretudo aos centros acadêmicos fluminenses, incomodados com a estagnação teórica do populismo (Maia 2003). Entre eles, destacam Jorge Ferreira, Daniel Arão Reis e Ângela de Castro Gomes, todos animados com a necessária renovação da ciência política brasileira.

A obra de referência dessa fase do debate sobre o populismo é, sem dúvida, *A invenção do trabalhismo* de A. Gomes (1988). O objetivo do livro é abrir um diálogo interdisciplinar entre sociologia, ciência política e história, à luz das novas fontes documentais disponíveis, interpretadas sob a perspectiva das recentes teorias sobre o movimento sindical e trabalhista internacional (Gomes 2001). Nesta perspectiva, como observa Fernando Perlatto (2020, 101), são fundamentais

suas vinculações institucionais como aluna, professora e pesquisadora em espaços como o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e a Universidade Federal Fluminense (UFF).

Ângela de Castro Gomes examina a “ruptura” provocada pela “Revolução” varguista de 1930 na história brasileira, repensando-a em função de um novo modelo interpretativo da história da classe trabalhadora brasileira. Se o marxismo brasileiro sempre apresentou as classes trabalhadoras como subordinadas e cooptadas em todas as conjunturas cruciais da história nacional – pelo menos desde a Independência, dada a ausência de uma revolução burguesa que deveria ter levado dialeticamente à revolução do proletariado –, Castro Gomes, pelo contrário, recusa a leitura consolidada, apresentando, com base em uma teoria multidisciplinar, a classe trabalhadora como sujeito ativo da história brasileira. O desafio é repensar o populismo sob uma nova perspectiva, desvinculada das teorias clássicas marcadas pela manipulação midiática das massas fascinadas pelas virtudes carismáticas do líder Getúlio Vargas, bem como pela incorporação autoritária da classe trabalhadora ao Estado.

De acordo com Castro Gomes, longe de constituírem um sujeito passivo da história brasileira, as classes trabalhadoras interagiram dialeticamente com o Estado varguista, até condicionando suas estratégias políticas (Gomes 2001). Enfim, o nacional-desenvolvimentismo é apresentado como um “campo de possibilidades” (Gomes 2001, 46), no qual o Estado, a elite política, a burguesia industrial e a classe trabalhadora negociam uma nova forma de representação menos conflituosa e mais conciliatória, tendo por objetivo comum a industrialização brasileira.

A categoria elaborada pela cientista social é o “trabalhismo”. Trata-se de um novo pacto entre o Estado e as classes produtoras desde a criação do Estado Novo, em 1937. O sentido mais profundo do trabalhismo reside no vínculo entre o Estado e a classe trabalhadora em uma época que tem início bem antes da “Era Vargas” e termina bem depois. A partir do exame minucioso dessa longa época da história brasileira, a cientista chega à conclusão de que a relação entre o Estado e o mundo do trabalho sempre foi marcada por conflitos, avanços e derrotas de ambos os lados e, por consequência, não poderia ser reduzida apenas à mobilização populista, passiva, das classes populares no Estado, de acordo com a teoria de Weffort.

Pode-se concluir que, por um lado, a obra de Castro Gomes teve o mérito de orientar o debate rumo a uma nova reflexão sobre o populismo, a Era Vargas e, sobretudo, a entrada do Brasil na modernidade do século XX; por outro, ela apresenta dois problemas teóricos e metodológicos fundamentais.

O primeiro problema é que Castro Gomes pensa a história brasileira sob uma perspectiva exclusivamente nacional. Ela não leva em consideração, senão marginalmente, que o trabalhismo se caracteriza por uma forte influência do modelo corporativista fascista italiano.

Entre a segunda metade dos anos 1920 e os primeiros anos da década de 1930, os conceitos corporativistas e fascistas italianos quais “Stato Nazionale del Lavoro”, “Sindacalismo Nazionale”, “Nazionalismo sociale”, “Produttori della nazione”², penetraram no Brasil através de organizações políticas, revistas, jornais e livros, sobretudo de natureza jurídica (Oliveira Vianna 1943, 27). Do ponto de vista ideológico, fascismo e corporativismo chegaram a ganhar mais força depois da “Revolução de 1930”, quando a nova elite governante, liderada por Getúlio Vargas, pretendeu enfrentar a crise do liberalismo da Velha República com um projeto de Estado autoritário, embora a Constituição de 1934 seja ainda um compromisso entre o liberalismo e o autoritarismo. Na verdade, o próprio Getúlio Vargas, na véspera da “Revolução de 1930”, não fez segredo de sua admiração pelo fascismo. Em um discurso de 1929, ele chegou a dizer: “A minha diretriz no governo do Rio Grande [...] se assemelha ao direito corporativo ou organização das classes promovida pelo fascismo, no período da renovação criadora que a Itália atravessa.” (Vargas 1938, 150). Também sob o aspecto mais prático, os conceitos de “Superiore interesse nazionale”, “Collaborazione tra le classi”³ exerceram profunda influência após a “Revolução de 1930”. No discurso do Rotary Club (ocorrido em dezembro de 1930), o Ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, argumentava que

A regularização jurídica das relações entre o capital e o trabalho obedecerá, pois, entre nós, ao conceito fundamental de colaboração das classes. Não há nenhuma classe, seja proletária, seja capitalista, que possa pretender que os seus interesses valham mais do que os interesses da comunhão social. O Brasil primeiro, depois os interesses de classes (Collor 1990, 187).

O princípio do enquadramento jurídico do sindicato é o fundamento da lei sindical nº. 19.970, de 1931, que regula a sindicalização das classes patronais, operárias e dá outras providências. Também o próprio Vargas se manifestou sobre a importância desta lei no discurso pronunciado em maio de 1931, salientando a importância da colaboração de classe das organizações sindicais no mecanismo dirigente do Estado (Vargas 1995, 209).

² “Estado Nacional do Trabalho”; “Sindacalismo Nacional”; “Nazionalismo social”; “Produtores da Nação”.

³ “Superior interesse da nação”; “Colaboração entre as classes”.

O segundo problema – em decorrência do primeiro – é que o regime autoritário do Estado Novo, purificado de suas características mais abertamente totalitárias, pode ser apresentado como o início de um pacto construído sob a égide do Vargas “pai do nacional-desenvolvimentismo”, abrindo caminho, então, para o revisionismo da “Era Vargas” dos últimos trinta anos (Romani 2015).

Conclusões

O laboratório brasileiro, além de reproduzir as luzes e as sombras do debate europeu e norte-americano sobre o populismo, apresenta um aspecto tão específico e significativo quanto pouco analisado da gênese conceitual e do percurso histórico do populismo, concebido como modelo para dar respostas a condições históricas específicas dos países da América Latina, enfrentando os desafios da criação do Estado-nação e dos processos de modernidade-modernização.

Como argumentamos, embora não seja possível encontrar uma teoria do populismo nacional desenvolvimentista na década de 1920 e 1930, o conceito de “povo amorfo”, elaborado pelos ideólogos do Estado Novo, abre o caminho para as sucessivas teorias “progressistas” do populismo, influenciadas pela “afinidade eletiva” entre a linhagem autoritária e a obra de Sergio Buarque de Hollanda.

Encontramos na trajetória do conceito de populismo um fio condutor que liga momentos diferentes do pensamento político-social brasileiro, das primeiras teorizações da década de 1930 sobre o Vargas “pai do povo brasileiro” *versus* o Estado liberal incapaz de dar forma a uma massa desprovida de qualquer organização, passando para o pacto populista entre Vargas e classe trabalhadora de Ianni e Weffort, até o trabalhismo de Ângela de Castro Gomes.

Trata-se, então, de um conceito bastante útil, a despeito das suas ambiguidades amplamente detectadas, na análise das ideologias sócio-políticas enraizadas na história do Brasil contemporâneo. E também pode ser interessante na leitura de tipologias atuais de populismo, desde que sejam feitas as devidas distinções entre fenômenos geneticamente diferentes. Por um lado, o “populismo progressista”, herdeiro do nacional desenvolvimentismo da “Era Vargas”, polarizado em torno do “Lulismo” – que se apropria do mito de Vargas, depurado dos seus traços fascistas, “criador dos direitos sociais” do povo brasileiro – na luta contra a agenda neoliberal dos governos Temer e Bolsonaro de ataque ao Estado social brasileiro. Por outro lado, o populismo “bolsonarista”, autoritário, mas não comparável com um regime fascista tradicional, surgido também para dar

respostas às massas, em busca de novos sujeitos políticos “pós-democráticos”, capazes de protegê-las e representá-las diante da crise da democracia liberal-representativa clássica.

Referências bibliográficas

Abranches, Sérgio. *Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Amaral, Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.

Beired, José Luís B. *Sob o signo da Nova Ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Loyola/Programa de Pós-Graduação em História Social-USP, 1999.

Bielschowsky, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1988.

Bresciani, Maria S. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre interpretes do Brasil*. São Paulo: editora Unesp, 2004.

Boisard, Stephane. “Del totalitarismo al populismo: el enemigo antiliberal en el discurso de derecha”. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 10, n. 24 (2020): p. 24-48.
<https://doi.org/10.32335/2238-0426.2020.10.24.2686>

Brandão, Gildo Marçal. “Linhagens do pensamento político brasileiro”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 48, n. 2 (2005): 231-269. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582005000200001>

Brandão, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Editora Hucitec, 2007.

Buarque de Holanda, Sergio. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

Caldeira Neto, Odilon. “Neofascismo, Nova República e a ascensão das direitas no Brasil”. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 10, n. 24 (2020): 120-140.
<https://doi.org/10.32335/2238-0426.2020.10.24.2060>

Casimiro Calheiros, Flavio Henrique. *A nova direita. Aparelhos de ação política e ideológica no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

Cerboncini Fernandes, Dmitri, e Debora Messenberg, orgs. “Dossiê: Um espectro ronda o Brasil (à direita)”. *Plural - Revista De Ciências Sociais*, 25, n.1 (2018). <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2018.149006>

Collor, Lindolfo. *Origens da legislação trabalhista brasileira*. Porto Alegre: Fundação Paulo do Couto e Silva, 1990.

Costa Pinto, Antonio, e Federico Finchelstein, orgs. *Authoritarianism and corporatism in Europe and Latin America. Crossing boundaries*. London: Routledge, 2019.
<https://doi.org/10.4324/9780203730959>

Donzelli, Maria, e Regina Pozzi, orgs. *Patologie della politica. Crisi e critica della democrazia tra Otto e Novecento*. Roma: Donzelli, 2003.

Eatwell, Roger, e Matthew Goodwin. *National populism: the revolt against liberal democracy*. London: Penguin, 2018.

Fausto, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

- Feldman, Luiz. “Um clássico por amadurecimento: Raízes do Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28, n. 82 (2013): 119-140. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092013000200008>
- Finchelstein, Federico. *From fascism to populism in history*. Berkeley: University of California Press, 2017.
- Finchelstein, Federico. “Para una historia global del populismo: rupturas y continuidades”. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 10, n. 24 (2020): 12-23. <https://doi.org/10.32335/2238-0426.2020.10.24.2759>
- Ferreira, Jorge, org. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- Ferreira, Jorge, e Lucília Delgado, orgs. *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2003.
- Fonseca, Pedro Cesar Dutra e Ivan C. Salomão. “Vargas e Goulart: o populismo em questão”. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 10, n. 24 (2020): 66-97. <https://doi.org/10.32335/2238-0426.2020.10.24.1942>
- Gellner, Ernest, e Ghita Ionescu. *Populism: its meaning and national characteristics*. London: Weidenfeld & Nicolson, 1969.
- Ianni, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- Gomes, Ângela M. C. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.
- Gomes, Ângela M. C. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. Em: *O populismo e sua história: debate e crítica*, org. Jorge Ferreira, 17-59. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- Gros, Denise. “Institutos Liberais, neoliberalismo e políticas públicas na nova república”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19, n.54 (2004): 143-159. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092004000100009>
- Lamounier, Bolívar. “Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação”. Em: *História geral da civilização brasileira*, v. 2, t. 3, org. Boris Fausto, 345-374. São Paulo: Difel, 1977.
- Lippi, Lucia. *A questão nacional na Primeira Republica*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- Lombardi, Fernanda. “O pensamento político de Alberto Torres: a reforma constitucional e o Estado Brasileiro”. Em: *Revisão do pensamento conservador*, orgs. André Botelho, e Gabriela Ferreira, 95-118. São Paulo: Hucitec, 2010.
- López Segrega, Francisco. *América Latina: crisis del posneoliberalismo y ascenso dela nueva derecha*. Buenos Aires: Clacso, 2016.
- Love, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- Lynch Christian Edward Cyril. “Por Que Pensamento e Não Teoria? A Imaginação Político-Social Brasileira e o Fantasma da Condição Periférica (1880-1970)”. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 56, n. 4 (2013): 727-767. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582013000400001>
- Manin, Bernard. *The principles of representative government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- Maia, João Marcelo Ehlert. “Esquerda e Escola Paulista de Sociologia: Um Itinerário Sociológico do Conceito de Populismo”. *Teoria & Sociedade (UFMG)*, v. 10, (2003): 60-83.
-

- Maia, João Marcelo Ehlert. “História da sociologia como campo de pesquisa e algumas tendências recentes do pensamento social brasileiro”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 24, (2017):111-128. <https://doi.org/10.1590/s0104-59702017000100003>
- Mény, Yves. *Popolo ma non troppo. Il malinteso democratico*. Bologna: Il Mulino, 2019.
- Mény, Yves, e Yves Surel. *Par le peuple. Pour le peuple. Le populisme et les démocraties*. Paris: Fayard, 2000.
- Messemberg, Débora. “A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros”. *Revista Sociedade e Estado*, 32, n. 3 (2017): 621-647. <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203004>
- Mouffe, Chantal. *For a Left Populism*. New York: Random House, 2018.
- Oliveira Vianna, Francisco Jose de. *Problemas de direito sindical*. Rio de Janeiro: Max Limonad, 1943.
- Oliveira Vianna, Francisco Jose de. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Ed. Senado Federal, 2005 (1920).
- Oliveira Vianna, Francisco Jose de. *Pequenos estudos de psicologia social*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923.
- Oliveira Vianna, Francisco Jose de. *Problemas de política objetiva*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930.
- Oliveira Vianna, Francisco Jose de. *O idealismo da Constituição*. 2ª. Edição, aumentada. Rio de Janeiro: Companhia editora nacional, 1939.
- Pereira, Leandro. *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.
- Perlatto, Fernando. “Ângela de Castro Gomes: trajetória intelectual e percursos do conceito de populismo”. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 10, n. 24 (2020): 98-119. <https://doi.org/10.32335/2238-0426.2020.10.24.2760>
- Sallum, Brasílio Jr. “Crise política e impeachment”. *Novos Estudos CEBRAP*, 35, n. 2 (2016): 183-203. <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201600020010>
- Silva, Ricardo. *A ideologia do Estado autoritário no Brasil*. Chapecó: Argos, 2004.
- Singer, André. *Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- Thompson, Edward P. *The making of the English working class*. London: Victor Gollancz, 1963.
- Torres, Alberto. *A organização nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1914.
- Trindade, Helgio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de trinta*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974;
- Trindade, Helgio. *A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes integralistas*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016.
- Vargas, Getúlio. *A nova política do Brasil: da aliança liberal às realizações do primeiro ano de governo, 1930-1931*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938, v. 1.
- Vargas, Getúlio. *Diário*. Rio de Janeiro: Editora Sciliano/FGV, 2005, v. 2.
- Velasco e Cruz, Sebastião, André Kaysel, e Gustavo Codas, orgs. *Direita, Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2015.
-

Vieira, Evaldo. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1981.

Waizbort, Leopoldo. “O mal-entendido da democracia. Sergio Buarque de Hollanda, Raízes do Brasil, 1936”. *Revista Brasileira De Ciências Sociais*, 26, n. 76 (2011): 39-62.
<https://doi.org/10.1590/S0102-69092011000200003>

Weffort, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Recebido: 23 de fevereiro de 2020

Aprovado: 29 de abril de 2020

Memória ferroviária em perspectiva multidisciplinar

Railway memory in a multidisciplinary perspective

Memoria ferroviaria en una perspectiva multidisciplinaria

Raick de Jesus Souza*

<https://orcid.org/0000-0002-2987-2924>

Resenha do livro: Oliveira, Eduardo Romero, org. *Memória ferroviária e cultura do trabalho: Balanços teóricos e metodológicos de registros de bens ferroviários numa perspectiva multidisciplinar*. São Paulo: Cultura acadêmica, 2019.

Como citar essa resenha:

Souza, Raick de Jesus. “Resenha do livro *Memória ferroviária em perspectiva multidisciplinar*, de Eduardo Romero Oliveira (org.)”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 2 (2020): 481-485.

A obra aqui analisada é fruto de um trabalho coletivo na qual encontramos uma pluralidade de temas, profissionais, enquadramentos metodológicos e pesquisas concluídas e em curso. Seu organizador é Doutor em Filosofia pela USP (2003). Atualmente é Professor Assistente da Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho, onde nos últimos anos tem se dedicado ao estudo do patrimônio, da história e da cultura dos transportes, especialmente do ferroviário. Vale ressaltar de antemão que esse é um livro multidisciplinar, especialmente pelas filiações de seus colaboradores; bem como um trabalho genuinamente interdisciplinar pelos diversos enquadramentos adotados ao longo de suas exposições.

Como salientado pelo Dr. José Manuel Lopes Cordeiro, autor do prefácio, esse empreendimento é o resultado da segunda edição do projeto PMF (Projeto Memória Ferroviária)

* Doutorando em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB; Mestre em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz – COC/FIOCRUZ. E-mail: raickdjs@hotmail.com

cuja primeira obra foi publicada em 2017 (Balanço 2012-2015). O novo livro reúne resultados referentes ao triênio 2017-2019, beneficiado pelo apoio da FAPESP, CAPES e CNPq. Ainda de acordo com o investigador “[...] estamos perante um livro que amplia substancialmente a produção científica e, conseqüentemente, o conhecimento sobre os sistemas de transporte ferroviário do Estado de São Paulo, nas suas múltiplas vertentes” (Oliveira 2019, 19). Na apresentação, intitulada *Memória Ferroviária: Esforço de revisão crítica da memória histórica sobre ferrovia e seu valor patrimonial*, o organizador da obra reafirma a importância do empreendimento e atesta a longevidade desse projeto iniciado oficialmente em 2009, mas que remonta suas primeiras atividades ao ano de 2007.

Na primeira parte encontramos um total de cinco capítulos. No primeiro deles vemos a gênese e o ocaso da implantação do sistema ferroviário paulista entre os anos de 1835 a 1970, escrito pelo geógrafo e historiador Domingos Cuéllar, construído a partir de uma análise comparada com o exemplo espanhol, onde também ocorreu uma substituição dos investimentos privados em detrimento dos investimentos privados do Estado (sistema de concessões, financiamentos públicos, garantias de juros e subvenções para construção, manutenção e gestão das linhas). No segundo capítulo elaborado pelos historiadores Eduardo Romero de Oliveira e Lucas Mariani Corrêa são examinadas as leituras e releituras da história das ferrovias e a consolidação desse tema como objeto de estudo nos cursos de pós-graduação entre os anos de 1972 e 2017, onde foram arrolados 340 trabalhos, sendo 46,47% oriundos do campo da História e tendo cerca de 75,58% sido publicados entre 2001-2017, atestando assim o aumento do interesse da temática nos últimos anos e a crescente oferta nas vagas de pós-graduação (Oliveira 2019, 88). Outro dado constatado foi a proeminência da região Sudeste nessa produção, concentrando mais de 65% das investigações (Oliveira 2019, 93). Este capítulo caminha entre a análise quantitativa e a interpretação historiográfica, almejando apreender a história do “transporte ferroviário” enquanto objeto de análise.

No terceiro capítulo é investigado a memória imagética, especialmente a partir das fotografias produzidas durante o século XIX, cujo autor é o próprio organizador da coletânea. São analisados as técnicas empregadas, os materiais utilizados e os estágios das construções das vias em um contexto internacional, tanto americano (EUA e Brasil) quanto europeu, com atenção especial ao caso paulista. Ali também se encontram reproduzidas uma série de imagens que são interpretadas à luz das novas diretrizes metodológicas do campo da História, a partir das diretrizes da História do Trabalho.

O quarto capítulo, criado pelo organizador da obra, pelo linguista Ivanir Delvizio e pela arquiteta Jéssica Suellen Lattanzi, por sua vez, discute a definição dos patrimônios culturais a partir das cartas patrimoniais, por meio de um estudo da evolução dos conceitos. No primeiro momento os autores propõem uma revisão conceitual da ideia de patrimônio cultural com base na Carta de Atenas (1931; 1933) – primeiro documentando do gênero –, em seguida examinam os parâmetros

metodológicos para as definições dos patrimônios culturais, e por fim, investigam as “traduções” e “circulações” dos termos em língua portuguesa, inglesa e espanhola, atentos as suas similitudes, discrepâncias e adaptações. Concluíram que as cartas patrimoniais são importantes documentos para o planejamento e a criação de medidas que visam conservar, restaurar e proteger os patrimônios locais, que são, na realidade, patrimônio cultural da humanidade, ou seja, universais (Oliveira 2019, 168). Finalmente o quinto capítulo examina os princípios de avaliação para o tombamento de edifícios do patrimônio ferroviário paulista e os métodos para reforma, produzido pelo arquiteto Samir Hernandez Gomez, a fim de propor uma metodologia que possa ser utilizada futuramente nos processos de avaliação pós-ocupação dos edifícios, conduzindo os trabalhos dos profissionais envolvidos com planejamento/programação, elaboração de projetos e revitalizações. Sua principal virtude é construir um modelo metodológico que logra abranger dimensões históricas, arqueológicas, urbanísticas, arquitetônica, antropológica e turística para o processo de preservação e conservação dos sítios.

Na segunda parte da obra vemos melhor detalhadas as ações de pesquisa voltadas à identificação, classificação e intervenção dos sítios ligados à história das ferrovias brasileiras. No sexto capítulo, escrito pelo arqueólogo Juan Manuel Sanchiz, a partir da experiência particular do autor entre os 2013-2017, vemos detalhados os procedimentos metodológicos adotados durante a etapa de registro dos sítios arqueológicos ligados à industrialização, especialmente com relação aos vestígios associados às ferrovias. No primeiro momento o autor apresenta e problematiza as etapas de prospecção e construção dos inventários (registros descritivos e levantamentos fotográficos), além dos arrolamentos bibliográficos e das fontes documentais, análises parientais (dimensionais) e entrevistas. Como discutido pelo autor, seu objetivo não é construir um modelo, entretanto, demonstrar a partir de sua experiência o valor da pesquisa arqueológica, ao construir informações que salvaguardam a memória e auxiliam nas análises e interpretações históricas, na reabilitação dos sítios e na reativação dos itens registrados (Oliveira 2019, 272). No sétimo capítulo a discussão gira em torno do método de Abordagem de Valorização do Patrimônio (AVP) relacionados com os bens industriais ferroviários. Para além dos bens materiais, esse estudo, proposto pelo organizador da obra com o auxílio de Priscila Kamilynn dos Santos e Rafaela Silva, ambas arquitetas e turismólogas, investiga os elementos simbólicos que caracterizam o valor cultural de tais patrimônios. Dessa forma, o estudo tenta demonstrar que para além dos valores estéticos, artísticos e arquitetônicos, existe uma dimensão política e social que orienta a identificação, preservação e conservação dos sítios. São apresentados os procedimentos metodológicos que orientam a definição das AVP's e suas aplicações no tratamento dos patrimônios industriais ferroviários, mostrando-se como uma importante ferramenta no processo de preservação (Oliveira 2019, 303).

No oitavo capítulo, elaborado pela arquiteta Maria Isabel Dourado, a pesquisadora constrói uma base metodológica, conceitual e operacional capaz de oferecer suporte teórico e técnico na identificação e tratamento dos sítios arquitetônicos ligados à paisagem industrial. Assim como o trabalho anterior, seu objetivo é abranger dimensões sociais, políticas e culturais no tombamento, restauração e revitalização dos sítios, ligados especialmente à esfera do trabalho. Como salientado pela autora, sua proposta leva em consideração elementos histórico-culturais e ambientais como constituintes essenciais na garantia da qualidade de vida dos cidadãos, sobretudo aqueles que vivem nos centros urbanos. Sendo assim, há aqui uma justa valorização da arte, da memória e da paisagem como ferramentas de promoção da cidadania.

O nono capítulo, por sua vez, elaborado conjuntamente pelas arquitetas e urbanistas Maria Cristina Schicchi, Larissa Pereira, Luiza Ribeiro e Ana Laura Evangelista, trata das disputas de interesses entre os diversos setores (econômico, político, cultural e social) para a promoção, guarda, manutenção e gestão do patrimônio cultural e industrial. Dessa forma, a expansão urbanística e a ideia de valorização econômica dos espaços e desvalorização/obsolescência dos conjuntos ferroviários entrariam em confronto direto com os interesses em preservar e conservar o patrimônio industrial e conseqüentemente cultural. Sendo assim, o estudo abarca áreas periféricas e que outrora serviam como polos irradiadores de trabalhadores e produtos. Enfatizando a interdependência do escoamento dos produtos e do transporte dos jornaleiros das malhas ferroviárias, tendo como exemplo o caso da Usina Ester e da Estrada de Ferro Funilense, na região metropolitana de Campinas. Outra área geográfica examinada é a região sul de Minas Gerais, porém aqui, o estudo pauta-se na interação entre os núcleos urbanos, as serras e os cursos d'água. Além disso o exame ainda inclui o conjunto patrimonial ferroviário da Companhia Paulista (Louveira, Vinhedo e Valinhos). Ainda com relação a Companhia Paulista, atenção especial é dada às transformações socioespaciais provocadas pela instalação e ocaso na localidade de Jundiá. Aqui vemos o estudo da ocupação, exploração e transformação ambiental a partir do advento da estrada de ferro, onde a mesma foi vital para a modificação, valorização e precarização dos espaços (Oliveira 2019, 362-364).

Por fim, no décimo capítulo, composto pelo arquiteto e urbanista Ewerton de Moraes e pelo organizador da coletânea, se discute o potencial que o patrimônio ferroviário desempenha para a economia do Estado de São Paulo e suas implicações com a formação identitária da população paulista. Ancorado a esse objetivo, os autores analisam, a partir do exemplo da cidade de Jundiá – uma das primeiras cidades a receber o título de MIT (Município de Interesse Turístico) – seu potencial, tendo ali uma das frotas e malhas ferroviárias mais bem conservadas do Estado, sem, entretanto, terem sido levados em consideração esses fatores na formulação no seu Plano Diretor de Turismo (PDT) (Oliveira 2019, 368). Outros municípios como Araçatuba, Botucatu, Cachoeira

Paulista, Cruzeiro, Cubatão, Sumaré e Vinhedo também fazem parte do estudo. Ao todo, no Estado de São Paulo, 22 dos municípios candidatos ao título de MIT têm bens ferroviários tombados, porém, um dos aspectos que mais chama atenção aos pesquisadores é a “irrelevância” desses patrimônios nas escolhas, mesmo esse fazendo parte dos itens inventariados (Oliveira 2019, 374). Uma das maiores riquezas desse estudo é demonstrar o papel atrativo que o patrimônio ferroviário pode desempenhar na formação da identidade do povo paulista e nas arrecadações de fundos dos municípios. Outro ponto abordado é a necessidade de reformulação dos parâmetros de escolhas do MIT, uma vez que, pelas novas disposições, o patrimônio ferroviário não é dignamente contemplado, quando não desvalorizado como fator relevante (Oliveira 2019, 391-393). Trazendo essa discussão para suas dimensões sociais e culturais, Willian Ricardo de Castro e Leonel Brizolla Monastirsky (2013) argumentam que a preservação do patrimônio ferroviário tem a função de representar a memória e a identidade de uma sociedade. Dessa forma, mesmo que as políticas de preservação/conservação não sejam neutras ou estejam movidas por interesses ideológicos e econômicos; dos interesses da indústria cultural sobrepondo-se ao valor simbólico; e, da incoerência estatal em determinar os usos dos sítios; devemos ter em mente que um bem cultural deve, em sua essência, permanecer cultural, transcendendo os interesses puramente econômico e políticos. Como vimos, uma das maiores riquezas da obra aqui resenhada é promover essa aproximação entre interesses sociais e culturais.

O esforço em realizar uma fina contextualização histórica de todos os temas tratados, caracteriza a obra aqui resenhada como um proveitoso material de auxílio aos historiadores, sobretudo aqueles ligados à história das ferrovias, dos caminhos, das dinâmicas do trabalho e da circulação de pessoas, produtos e ideias.

Referências bibliográficas

Castro, W. R., e Monastirsky, L. B. 2013. “O patrimônio cultural ferroviário no espaço urbano: reflexão sobre a preservação e os usos”. *Anales del XIV Encuentro de Geógrafos de América Latina*, Lima, 2013.

Oliveira, Eduardo Romero, org. *Memória ferroviária e cultura do trabalho: Balanços teóricos e metodológicos de registros de bens ferroviários numa perspectiva multidisciplinar*. São Paulo: Cultura acadêmica, 2019.

Recebida: 12 de junho de 2020

Aprovada: 28 de julho de 2020

Para pensar as crenças, a educação e a história

To think about beliefs, education and history

Para pensar en creencias, educación e historia

*Victor Hugo Nedel Oliveira**

<http://orcid.org/0000-0001-5624-8476>

Resenha do livro: Branco, Pedro Vilarinho Castelo; Cerqueira, Maria Dalva Fontenele (orgs). *História, catolicismo e educação*. Teresina: EDUFPI, 2019.

Como citar essa resenha:

Oliveira, Victor Hugo Nedel. “Resenha do livro *Para pensar as crenças, a educação e a história*, de Pedro Vilarinho Castelo Branco e Maria Dalva Fontenele Cerqueira (orgs)”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 2 (2020): 486-489.

O entendimento de que vivemos em uma sociedade marcada por experiências culturais que atribuem múltiplos sentidos e significados às vivências humanas constitui-se em expressão de reconhecimento dos fenômenos sociais existentes. A noção de pensar sobre os processos educativos institucionalizados no contexto brasileiro se deu, inicialmente, a partir da criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), na década de 1930, junto ao movimento que ficou denominado como “Nova Escola” e como uma das primeiras tentativas de organização do sistema educacional brasileiro. A reflexão sobre as crenças, em especial as religiosas, adquire relevância, igualmente, a partir da ascensão desse tipo de estudos no campo da filosofia das religiões. O objetivo do presente texto é apresentar resenha da obra “História,

* Professor do Departamento de Humanidades da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Licenciado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: victor.juventudes@gmail.com

catolicismo e educação”, escrita por muitas mãos de jovens e experientes pesquisadores e organizada pelos professores Pedro Vilarinho Castelo Branco e Maria Dalva Fontenele Cerqueira, publicada em 2019, pela Editora da Universidade Federal do Piauí (EDUFPI). A obra está dividida em onze capítulos que dialogam entre si, a partir dos temas centrais da proposta: história, educação e catolicismo. É a partir das relações estabelecidas entre os campos da História, da Educação e da História da Educação, portanto, que a obra preocupa-se em dirigir sua mirada, em especial para as relações estabelecidas entre o catolicismo na educação escolar ao longo da historiografia brasileira.

A inegável presença da Companhia de Jesus na história da educação do Brasil é discutida no capítulo intitulado “As escolas confessionais e as práticas de catequese/educação dos jesuítas no Piauí”, no qual os autores buscaram entender a relação entre a reestruturação da Igreja Católica no Brasil e como as novas estratégias de ação da Igreja serviram de apoio para a construção de vínculos mais próximos com as sociedades locais e o mundo moderno, em especial, em relação às instituições de ensino. Os autores enfatizam que as escolas jesuítas tinham como principal objetivo trabalhar no preparo de jovens para a vida profissional, mediante normas, regras e uma formação sólida e atualizada, que estivesse não só a serviço da sociedade, mas também da Igreja.

A presença da Igreja Católica nas instituições escolares também ganha destaque analítico na obra a partir de três capítulos. O texto “Colégio Dom Joaquim: a Igreja Católica e a educação escolar em Parnaíba na primeira década do século XX” apresenta discussão sobre como as ações educativas da Igreja Católica impactavam as sociedades locais, tendo como exemplo e base o caso do Colégio Dom Joaquim, uma escola destinada ao público masculino, fundada na Diocese do Piauí, no ano de 1907. A autora aponta que a instituição não se consolidou e, com seu fechamento, a Igreja Católica manteve em funcionamento uma escola voltada ao público feminino, dirigida por irmãs religiosas. O capítulo “Catolicismo na cultura escolar: o Instituto Monsenhor Hipólito em Picos-PI sob influência do ultramontanismo (1944-1960)”, propõe reflexão acerca de como a instituição analisada, uma escola de caráter confessional, se encontrava inserida na proposta de catolicismo ultramontano, instituído a partir da República, como maneira de enfrentar a constante perda de fiéis em razão da destituição do catolicismo do posto de religião oficial do Estado brasileiro. Já o capítulo “Instituições educativas confessionais (1920-2013): o *habitus* religioso tecendo histórias e memórias de formação” promove debate sobre os conhecimentos históricos de duas instituições confessionais na cidade de Corrente, estado do Piauí, em relação às práticas educativas e a apropriação do conceito de *habitus* religioso. A autora afirma que havia uma correlação entre os *habitus* religiosos e os pedagógicos, que formavam as identidades das instituições e atuavam fortemente na construção identitária dos sujeitos que as frequentavam.

A história regional demarcou seu espaço na obra, principalmente a partir de quatro textos, que objetivaram analisar os contextos educativos religiosos no estado do Piauí. O capítulo denominado “A religiosidade no Piauí colônia: catolicismo adaptado ao modo de vida” discute as adaptações da religião católica aos modos de vida, tendo como recorte espacial o estado do Piauí e como recorte temporal o Brasil colônia. A autora aponta, por exemplo, que entre os habitantes do Piauí colônia existiam peculiaridades do catolicismo impressas em documentos como testamentos e inventários, os quais descreviam o patrimônio dos sujeitos, incluindo imagens, rosários, oratórios e terços. Já o capítulo “Desejos e rancores: os discursos por autonomia eclesiástica da província do Piauí (1829-1838)” propõe debate sobre a construção narrativa das justificativas de constituição de um governo espiritual no Piauí, que fosse deslocado do Maranhão, o que gerou, em 1901, a criação da nova Diocese. Os autores apontam para as diversas disputas, ao longo do século XIX, entre Piauí e Maranhão, baseadas em um binômio dominação-autonomia. O texto “Condurú e a piauidade eclesiástica”, por sua vez, apresenta diálogo com o autor Dom Condurú, revisitando e examinando elementos desse que foi tido como um dos acervos historiográficos mais importantes sobre a formação da Igreja no Piauí. Aponta-se que o acervo deve ser entendido como um repositório documental-transcrito e serve não apenas aos pesquisadores sobre história das religiões, mas, principalmente, aos que se interessam pelas questões da sociedade e da vida cotidiana. O texto denominado “As estratégias discursivas católicas e a implementação dos modelos femininos modernos na Teresina do início do século XX” aponta para reflexão sobre a problemática da formação feminina em Teresina, Piauí, no final do século XIX e início do século XX, a partir de jornais que circulavam na época, obras literárias, estatutos de escolas católicas e depoimentos orais. O autor destaca que a relação entre Igreja e mulheres pode ser percebida em lembranças materiais como livros de oração, fotografias, fitas do Coração de Jesus, anotações sobre retiros espirituais, imagens e outras fontes.

Há um deslocamento espacial na obra para São Paulo, em especial no capítulo “A catequese paroquial e familiar como tática educativa ultramontana na diocese de São Paulo (1860-1874)”, quando buscou apontar como os bispos da Diocese de São Paulo pensaram uma catequese nas igrejas e nas famílias como estratégia educativa ultramontana, dado o contexto histórico vigente. O autor aponta que os bispos aproveitaram uma brecha do Estado e inseriram os contextos de catequeses como espaços educativos, destinando o papel de educadores ao clero e as famílias, para que se pudesse implementar a reforma eclesial que almejavam estabelecer.

Outros temas foram levantados, como o anticlericalismo, por exemplo, a partir do capítulo “Anticlericalismo e as representações da beata na prosa ficcional de Clodoaldo Freitas”, no qual se objetivou analisar as representações das figuras das beatas na crítica anticlerical do livre pensador

e literato Clodoaldo Freitas. As autoras destacam que o autor analisado consegue, sem atacar ao cristianismo, criticar os atos pagãos que ocorriam, associando a religião aos valores de humildade, temperança e benevolência. Ainda, é abordado o tema do patrimônio religioso, a partir do texto “Carlos Borromeu e as *instructionum fabricae*: “novas” regras arquitetônicas para a construção das igrejas no século XVI”, no qual, por fim, objetivou-se compreender a construção de edifícios sacros e objetos litúrgicos a partir da instituição *instructionum fabricae*. A autora enfatiza que as *instructionum fabricae* revelaram um importante papel para a igreja, principalmente em relação ao sistema social no qual foram publicadas, já que podem ser entendidas como um ponto de ramificação das artes, da arquitetura, da economia e das constantes disputas entre política e religião.

Em uma leitura crítica, é possível considerar que a obra cumpre com seus objetivos, na medida em que apresenta importante panorama das relações históricas, sociais, culturais, econômicas, demográficas, etárias e de gênero, em relação ao tema da educação católica no país. Ao final da apreciação da obra, o leitor pode ter um completo panorama das relações da Igreja Católica com a educação, ao longo de múltiplos recortes históricos, espaciais e sociais. Ao analisar os jesuítas, a presença da igreja nas instituições escolares, um recorte regional dessas tensões no estado do Piauí, outro recorte regional em São Paulo e temas diversos como as beatas e o patrimônio histórico material, a obra adquire relevância como acervo necessário aos pesquisadores do campo. A partir da leitura da obra pode-se dizer que se assume um compromisso ético, estético e político, ao ampliar os conhecimentos sobre a temática da história da educação, em uma mirada a partir da instituição Igreja Católica. Há o entendimento de que a construção de uma obra desse porte trata-se de exercício de pesquisa, busca, seleção, curadoria e reflexão sobre determinado tema. Não é possível saber dos processos, das situações e vivências subjetivas pelas quais cada autor passou durante seu trabalho, contudo, em relação esses processos, há grande respeito e admiração.

Referência bibliográfica

Branco, Pedro Vilarinho Castelo; Cerqueira, Maria Dalva Fontenele (orgs). *História, catolicismo e educação*. Teresina: EDUFPI, 2019.

Recebida: 20 de junho de 2020

Aprovada: 28 de julho de 2020

Latinidades autoritárias nos dois lados do Atlântico: uma proposta de estudos transnacionais das direitas no entreguerras por Valeria Galimi e Annarita Gori

Authoritarian latinities on the two sides of the Atlantic: a proposal for transnational studies of the right-wings in the interwar by Valeria Galimi and Annarita Gori

Latinidades autoritárias a los dos lados del Atlántico: una propuesta de estudios transnacionales de las derechas en entreguerras por Valeria Galimi y Annarita Gori

Pedro Ivo Dias Tanagino*

<https://orcid.org/0000-0003-1121-5472>

Resenha do livro: Galimi, Valeria; Annarita Gori, edit. *Intellectuals In The Latin Space During The Era Of Fascism: Crossing Borders*. London; New York: Routledge; Taylor and Francis Group, 2020. (Routledge Studies in Modern History).

Como citar essa resenha:

Tanagino, Pedro Ivo Dias. “Resenha do livro *Intellectuals In The Latin Space During The Era Of Fascism: Crossing Borders*, de Valeria Galimi e Annarita Gori (orgs.)”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 2 (2020): 490-494.

Na década de 2010, especialmente após a onda internacional de protestos que teve início com a Primavera Árabe em 2011, tornou-se clara uma ascensão de movimentos, ideologias, culturas políticas, partidos e governos de extrema-direita, alguns abertamente (neo)fascistas, com um poder

* Doutor em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com estágio de doutoramento (*Junior Visiting Fellowship*) no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL). Pesquisador em estágio de pós-doutoramento na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Bolsa P.E.P.G-PUCSP/PNPD-CAPES, Número do Processo: 88887.373072/2019-00. Projeto: 88882.463217/2019-01 - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). E-mail: pidtanagino@gmail.com

de influência sobre a política europeia que não era visto desde os anos 1930 (Löwy 2015, 653). Nos Estados Unidos, o cenário das eleições presidenciais de 2016, em que foi eleito o candidato republicano Donald Trump, também se caracterizou pela emergência de grupos de direita radicais que vão desde a direita institucionalizada com o *Tea Party* do Partido Republicano, até discursos mais radicais na *alternative right* e nos movimentos neofascistas/neonazistas, que se tornaram atores da mais alta relevância sob o governo Trump (Alexander 2018, 1009). No Brasil, a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 demarcou essa guinada à direita radical, armamentista, evangélica e tecnológica que se difunde rapidamente pela internet.

Entre hoje e o século passado, as direitas radicais, e especialmente os fascismos e neofascismos, guardam em comum o nacionalismo chauvinista e xenófobo, articulado para a exploração dos “pânicos de identidade” que surgem nos campos conservadores, com a violência cultural com que o capitalismo transforma estruturas socioeconômicas e formas de vida, gerando sentimentos “antissistema”, “anti-cosmopolitas”, “antidemocráticos”, “anti-pluralistas”, “anticomunistas”, “anti-globalistas”, etc. Majoritariamente, são favoráveis a políticas autoritárias de segurança pública, como a introdução ou reabilitação da pena de morte. (Löwy 2015, 654). Em resumo, para utilizarmos uma expressão de Francisco Carlos Teixeira da Silva (2000, 179) inspirada na interpretação de Zeev Sternhell (Cf.: Sternhell 1995, 3-35) do fascismo como cultura política, a “negação do outro” continua a ser a tônica dos discursos e práticas fascistas ao longo do tempo.

Esse contexto histórico atual tem imposto às ciências sociais e à historiografia uma atitude de diuturna reflexão sobre o passado trágico dos regimes totalitários e movimentos fascistas que, de forma direta ou indireta, inspiram em grande medida a ascensão das direitas radicais hoje. Nesse cenário pejado pelos desafios de análise e compreensão das novas transformações da política e da forma como a conhecemos, se coloca como necessária e oportuna a leitura do livro *Intellectuals In The Latin Space During The Era Of Fascism: Crossing Borders*, obra coletiva organizada pelas historiadoras italianas Valeria Galimi e Annarita Gori, publicado por Routledge/ Taylor and Francis Group em 2020.

Valeria Galimi é Professora de História Contemporânea na *Università di Firenze*, Itália, com Doutorado pela *Scuola Superiore Sant’Anna di Pisa*. Como pesquisadora e professora em várias universidades e centros de estudo na Itália, França, Israel e Estados Unidos, a autora é especialista na história da França contemporânea, história do antissemitismo europeu, história do fascismo e na história cultural e social da Segunda Guerra Mundial e seu legado. Autora do livro *Sotto gli occhi di tutti. La società italiana e le persecuzioni contro gli ebrei*, Le Monnier 2018. Annarita Gori é Pesquisadora Associada no ICS-UL (Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa), Portugal, e

Professora Visitante no *Department of Portuguese and Brazilian Studies* da *Brown University* (ganhadora do prêmio *FLAD-Brown, Spring Semester, 2020*), com Doutorado pela *Università de Siena*. Sua área de especialização se concentra na propaganda cultural em ditaduras de direita e nas redes intelectuais na Europa do período Entreguerras, com ênfase no Estado Novo português. Ambas as pesquisadoras se colocam, portanto, como investigadoras de reconhecimento internacional no campo da história intelectual da era dos fascismos.

O livro propõe análises que vão para além do estudo do fascismo, lançando luz sobre o ainda pouco investigado domínio do que as autoras chamam “*Latin Space*”, que é ao mesmo tempo geográfico e cultural, e envolve tanto a Europa do Sul quanto a América Latina. O foco do livro está na ação desta categoria chamada “intelectuais”, que envolve funcionários públicos, escritores, jornalistas, artistas, até importantes “agentes transnacionais” inseridos nas redes intelectuais. Nesta obra encontram-se questões como o problema do alinhamento de ideologias e valores nacionalistas a um projeto de criação de uma “República das Letras” transversal às fronteiras nacionais, quais eram os tipos de redes que integravam e quem eram esses intelectuais-em-ação, qual o seu papel histórico? As organizadoras apostaram neste campo de pesquisa ainda pouco explorado, mas promissor, onde se investiga, sob novas óticas e perspectivas, a ação dos intelectuais de direita em suas redes, em suas viagens e na circulação de suas ideias em um circuito transatlântico, durante o período Entreguerras. Seu principal objetivo, sem dúvida alcançado, é oferecer uma contribuição original aos debates sobre os regimes autoritários no período Entreguerras, convidando-nos à novas formas de abordagem (Galimi e Gori 2020a).

O livro se divide em duas partes, e soma ao todo nove capítulos, escritos com a colaboração de oito especialistas deste tema, além das duas organizadoras. O capítulo 1, que abre a obra coletiva, *Hybridizing ideas in the Latin space: Transnational agents and polycentric cross-border networks*, de Annarita Gori e Valeria Galimi, as autoras abordam a importância de agentes intelectuais na difusão transnacional de ideologias de direita, que acabou formando um sentimento de unidade de valores e objetivos que, embora valorizassem o nacionalismo como principal sentimento, também criavam um “espaço latino” internacional e policêntrico de circulação de intelectuais e ideias de direita (Galimi e Gori 2020b, 1-2).

A Parte 1, “Agentes Transnacionais”, é iniciada com o capítulo 2, *António Sardinha and his Ibero-American connections: Traditionalism and universalism*, de Sérgio Campos Matos. O autor traz como principal problema em análise a questão de como Sardinha, líder do Integralismo Lusitano unia um ideal universalista de hispanismo a um nacionalismo contrarrevolucionário católico romano (Matos 2020, 15-16). No capítulo 3, *Ramiro de Maeztu between Spanish and Argentinian nationalism*, Alfonso

Botti e Daniel Lvovich analisam as relações estabelecidas entre Ramiro de Maeztu com os círculos da Direita Nacionalista na Argentina, analisado como agente transnacional crucial para a formação do nacionalismo autoritário entre Europa e América Latina (2020, 35). O capítulo 4, *Pietro Maria Bardi's first journey to South America: A narrative of travel, politics and architectural Utopia*, de Paolo Rusconi, analisa a visão utópica plena de referências ideológicas desenvolvida na interpretação da arquitetura modernista de Pietro Maria Bardi, a partir de suas viagens à Grécia e à América do Sul nos anos 1930 (2020, 57). No capítulo 5, *Plínio Salgado between Brazil and Portugal: Formation and transformation of Brazilian integralism*, Leandro Pereira Gonçalves analisa a trajetória de Plínio Salgado, fundador e chefe supremo da Ação Integralista Brasileira (AIB), maior e mais bem sucedido movimento fascista fora da Europa no período Entreguerras, suas relações e distanciamentos com relação ao Integralismo Lusitano, e os percursos trilhados por Salgado nas redes intelectuais das direitas entre Brasil e Portugal (2020, 85-86).

A Parte 2, “Redes intelectuais”, é iniciada com o capítulo 6, *The Association de la Presse Latine: Efforts and failure of a right-wing transnational pan-Latinist Project*, de Annarita Gori. A partir da análise da obra de autores como Francisco Homem Christo Filho, a historiadora investiga a “latinidade”, de conceito cultural a programa político transnacional, desenvolvido nas redes das direitas inspiradas pelo chamado “pan-latinista” (“*La Vie Latine*”) de Mussolini, como tentativa de resposta à crise da cultura ocidental que se abateu após a Primeira Guerra Mundial (Gori 2020, 109-110). No capítulo 7, *Les amis étrangers: Maurrassian circles and a French perspective on the Latin space during the thirties*, Valeria Galimi aborda as controvérsias surgidas em torno da interpretação do historiador israelense Zeev Sternhell (Cf.: Sternhell 1995) que apontou a França do final do século XIX como nascedouro das raízes da ideologia fascista, que tomou sua forma mais conhecida na Itália dos anos 1920. Portanto, o surgimento do fascismo é tratado pela historiadora a partir de uma perspectiva transnacional (Galimi 2020, 132). O capítulo 8, *Atlantic crossings: Intellectual-politicians and the diffusion of corporatism in thirties Latin America*, de António Costa Pinto, nos apresenta uma análise da ampla tendência ao corporativismo verificada por jornalistas estrangeiros na América Latina do após – Segunda Guerra Mundial, que, comparada ao cenário vivido em países da Europa do Sul, como Portugal, Espanha e Itália, acentua a associação predominante entre catolicismo e autoritarismo, que merece esta investigação minuciosa (2020, 152). No capítulo 9, *Local and global connections of Argentinian, Uruguayan and Chilean fascists in the thirties and early forties*, Ernesto Bohoslavsky e Magdalena Broquetas analisam as conexões internacionais de grupos políticos e jornais na Argentina, Uruguai e Chile existentes dentro de uma cultura fascista transnacional nos anos 1930

e início dos anos 1940, que se apresentavam ideologicamente como a “*terça via*” de seus respectivos países (2020, 171-172).

A proposta de uma abordagem transnacionalista apresentada por Galimi e Gori demonstrou-se um manancial de possibilidades para a historiografia de ideários e movimentos políticos internacionalizados por meio de redes intelectuais sem fronteiras estanques. O transnacionalismo tem múltiplos significados que demarcam diversas perspectivas e assinalam campos de investigação muito distintos, que englobam em um espaço social transnacional “relações sociais que cruzam fronteiras, redes e fluxos de pessoas, ideias e informação, diásporas, reprodução de processos culturais em escala global, reconfiguração e expansão do capital a nível mundial e movimentos sociais que articulam o local e global” (Bohórquez-Montoya 2009, 276). Uma proposta que, sem dúvida, constitui um dos pontos fortes desta obra coletiva, que acaba por oferecer amplos temas de investigação, tratados por pesquisas profundas e de necessária complexidade, apresentando uma variedade de nuances que o tema, com seus intrincados problemas históricos, exige.

Referências bibliográficas

- Alexander, Jeffrey C. “Vociferando contra o Iluminismo: a ideologia de Steve Bannon”. *Sociologia e Antropologia Política*, v. 08.03, (2018): 1009-1023. <https://doi.org/10.1590/2238-38752018v8310>
- Bohórquez-Montoya, Juan Pablo. “Transnacionalismo e historia transnacional del trabajo: hacia una síntesis teórica”. *Papel Político*, 1, n. 14 (2009): 273-301.
- Galimi, Valeria, e Annarita Gori, edit. *Intellectuals In The Latin Space During The Era Of Fascism: Crossing Borders*. London; New York: Routledge; Taylor and Francis Group, 2020. (Routledge Studies in Modern History). <https://doi.org/10.4324/9781351057141>
- Löwy, Michael. “Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil”. *Serviço Social e Sociedade*, n. 124 (2015): 652-664. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.044>
- Silva, Francisco Carlos Teixeira da. Fascismo. Em *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita: ideias, instituições e personagens*, Francisco Carlos Teixeira da Silva, Sabrina Evangelista Medeiros, e Alexandre Martins Vianna, 170-184. Rio de Janeiro: FAPERJ; Mauad, 2000.
- Sternhell, Zeev, Mario Sznajder, e Maia Asheri, orgs. *The birth of fascist ideology: from cultural rebellion to political revolution*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

Recebida: 17 de agosto de 2020

Aprovada: 16 de setembro de 2020

Resenha

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.31894>

A Metástase Identitária

The Identitarian Metastasis

La Metástasis Identitaria

Bruno Garcia*

<https://orcid.org/0000-0002-8776-8535>

Resenha do Livro: Zúquete, José Pedro. *The Identitarians: The Movement Against Globalism and Islam in Europe*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2018.

Como citar essa resenha:

Garcia, Bruno. “Resenha do livro *The Identitarians: The Movement Against Globalism and Islam in Europe*, de José Pedro Zúquete”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 2 (2020): 495-499.

Em 2010, às vésperas da avalanche de protestos provocada pela crise econômica de dois anos antes, José Pedro Zúquete, pesquisador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, publicou *Struggle for the World: Liberation Movements for the 21st Century* (Zúquete e Lindholm 2010). Escrito em parceria com o antropólogo norte americano Charles Lindholm, o livro traça um grande panorama dos principais movimentos sociais e organizações políticas que se opunham ao que os autores chamam de globalização capitalista. Fossem de esquerda, como os zapatistas no México, ou de extrema direita, como o *Front National* francês, a publicação destaca como esses

* Pós-doutorando na Universidade Nova de Lisboa. Doutor em História pelo Programa de História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e mestre em European Studies pela Masarykova Univerzita (Brno, República Tcheca). Tem experiência na área de História Contemporânea em temas como História Intelectual, Filosofia dos Direitos Humanos e Extrema Direita. E-mail: brnogarcia@gmail.com

grupos operavam a partir de uma forte crítica ao estrangulamento dos modos de vida e de identidades locais.

As duas décadas que se seguiram ao fim da Guerra Fria foram marcadas pela integração do mundo em blocos regionais e pela criação de instituições supranacionais para administrá-los. Até que a expansão progressiva e desenfreada sofreu inesperadamente um grande choque. As fissuras na ordem estabelecida já existiam, é verdade, mas elas nunca ficaram tão claras quanto nos anos que se seguiram à crise de 2008. E foi seguindo personagens que viviam nessas fissuras que Zúquete passou a acompanhar a atuação de grupos políticos radicais contemporâneos. Em artigos e livros dedicados a grupos tão diversos como os praticantes da tática *black block* e *skinheads* portugueses, o sociólogo português construiu uma obra robusta sobre alguns dos principais movimentos de contestação no mundo hoje.

Em *The Identitarians: the Movement against Globalism and Islam in Europe*, Zúquete escreve o que ele próprio chama de “crônica de uma rebelião” (Zúquete 2018). Os rebeldes em questão são ativistas e intelectuais de extrema direita articulados em torno da defesa da identidade dos povos europeus. Segundo eles, a globalização é, em parte, projeto de uma elite que almeja à integração e homogeneização de sociedades, à expansão dos mercados e da democracia e ao apagamento das diferenças etnoculturais em nome de um universalismo perverso. Assim, quando advogam em nome do pan-nacionalismo e do etnopluralismo, os identitários julgam estar protegendo a diversidade dos povos europeus e o direito de continuarem existindo.

Em um primeiro momento, é difícil situá-los dentro da diversa e complexa fauna da extrema direita no mundo hoje. O discurso nacionalista e a hostilidade a estrangeiros, por exemplo, são comuns a diversos movimentos, além de parte da plataforma de qualquer partido de direita radical no continente. Da mesma forma, trabalhos recentes como o do etnólogo Benjamin Teitelbaum demonstram que membros associados ao Movimento Identitário muitas vezes também atuam ou são considerados parte do que é chamado de Tradicionalismo (Teitelbaum 2020).

A verdade é que, enquanto movimento, os Identitários se constituem como um fenômeno relativamente recente. A fundação do *Genération Identitaire*, sem dúvida um marco nessa história, se deu em 2012, com jovens que se faziam herdeiros do grupo *Jeuneses Identitaires*, ativo desde 2002. Da França, onde o ativismo de extrema direita, islamofóbico e nacionalista chegou a fundar um partido político próprio, o movimento se espalhou rapidamente para o resto do continente. Hoje, o bloco identitário se encontra enraizado e com lideranças locais em países como Áustria e Suécia, organizando ações públicas e procurando influenciar o debate político europeu.

Os poucos estudos acadêmicos que se voltaram ao tema procuraram dar conta, em linhas gerais, das estratégias de militância, das pautas radicais e de como grupos identificados com o

movimento conseguiram se criar e multiplicar através da mobilização em redes sociais.¹ *Identitarians* vai muito além ao propor, através de uma robusta pesquisa, o primeiro trabalho de fôlego dedicado a uma compreensão geral do movimento.

Talvez não seja exagero afirmar que a grande contribuição do livro esteja na abordagem detalhada da história intelectual dos identitários, citando os autores envolvidos dentro de uma constelação de ideias e correntes consideravelmente ampla. A principal fonte de inspiração está, naturalmente, no movimento intelectual francófono originado nos anos 1960 que projetava atacar o “paradigma hegemônico do capitalismo liberal ocidental através de um combate cultural” (Zúquete 2018, 7). A *Nouvelle Droite*, que tinha em Alain de Benoist seu principal nome, criticava a pretensão universalista da modernidade por entendê-la como a expressão secularizada da tradição monoteísta judaico-cristã. Assim, tanto a visão marxista quanto a liberal eram vistas como grandes propostas supranacionais. Diante do processo de integração regional ocidental, Benoist reagia contestando o que ele julgava ser um apagamento das diferenças. Afirmando sua visão de que cada nação, cada núcleo social e cultural, merecia defender sua singularidade, o filósofo afirmava defender apenas o direito da diferença diante de uma globalização do mesmo.

Benoist segue fiel a essas ideias e é fácil reconhecê-las hoje no interior dos argumentos articulados pela retórica identitária. Zúquete esclarece que os identitários se constituíram como um movimento próprio através de uma cisão interna na *Nouvelle Droite* em meados dos anos 1980. No coração dessa separação estava a crítica feita por Benoist à noção de identidade biológica e o surgimento de membros que viram nela o fundamento decisivo da identidade europeia.

Segundo o sociólogo português, não houve um momento específico de fundação do Movimento Identitário ou um pai fundador determinado, mas figuras que exerceram o papel de criadores. Guillaume Faye, jornalista e escritor francês, depois de anos contribuindo com Benoist, escreveu o que muitos consideram o texto fundamental do movimento. Com “*Pourquoi nous combattons. Manifeste de la Résistance européenne*” (Faye 2001), publicado em 2001, Faye acreditava ter produzido o livro de combate dos identitários. Nele está posta a síntese ideológica do grupo: a visão étnica da geopolítica inscrita num chamado pela defesa de uma identidade biológica e cultural europeia e a leitura de que esse combate é urgente.

A mesma urgência era compartilhada pelo medievalista Pierre Vial, aliado de Faye e criador da revista *Terre et Peuple*. A publicação, fundada em 1995, faz referência explícita à Revolução Conservadora alemã e à expressão infame *Blut und Boden*, apropriada pela ideologia nazista nos anos

¹ Ver *Das Netzwerk der Neuen Rechten: Wer sie lenkt, wer sie finanziert und wie sie die Gesellschaft verändern* (Fuchs e Middelhoff 2019) e *Going Dark: The Secret Social Lives of Extremists* (Ebner 2020).

1930. Desprezando a dicotomia entre direita e esquerda, Vial vê na sua militância o trabalho urgente de defesa da civilização europeia inserida num combate urgente pela própria sobrevivência.

Para o grande público, e mesmo para grande parte do mundo acadêmico, os identitários ainda são pouco conhecidos. Frequentam eventualmente páginas de jornais quando promovem alguma grande ação, mas ainda oscilam quanto à importância política em alguns países. É fácil associá-los a outros grupos de extrema direita ou mesmo a iniciativas xenófobas e fascistas conhecidas por suas filiações, voluntárias e involuntárias, à experiência do fascismo na Europa. Zúquete é cuidadoso ao tratar dessas aproximações, lembrando que há divergências internas dentro do movimento. Isso fica bastante claro na forma detalhada com que remonta esse momento de ruptura com a *Nouvelle Droite*.

Benoist deu vida aos argumentos hoje utilizados por autores como Faye e Vial, mas sempre defendeu o uso positivo da questão da identidade, temendo que fosse utilizada como uma desculpa para xenofobia. Daí sua aversão ao uso ostensivo da identidade biológica. Para Faye, no entanto, a *Nouvelle Droite* abandonou o combate identitário. Cada vez mais encolhida como um movimento intelectual discreto e restrita a publicações sem grande circulação, ela não apenas ignorou a urgência das circunstâncias como se permitiu relaxar na sua marginalidade. A leitura feita por Zúquete é precisa quando reconhece que a cisão entre os dois grupos se fez de forma gradual e condicionada pelo aparecimento de interpretações paralelas para uma série de questões emergentes, em especial o crescimento da imigração não europeia e seu impacto na identidade das comunidades.

Os anos 1980 são atravessados por uma combinação entre a crise do estado de bem estar social e um aumento no desemprego proporcionado pelo processo de desindustrialização. E é nesse momento que a extrema direita cresce, em grande parte, associando essas circunstâncias ao aumento da imigração proveniente de populações muçulmanas do Oriente Médio e do norte da África. Renaud Camus, escritor identificado com os identitários, popularizou a expressão *Grand Remplacement* (Grande Substituição) para descrever o suposto risco demográfico que corre a população nativa europeia.

O islã, visto como uma ideologia perversa com pretensões de expansão global, é apontado explicitamente como o grande inimigo. Um inimigo que as elites globalistas europeias se recusam a reconhecer. Zúquete lembra que a crença geral identitária é de que há uma autoflagelação patológica que impede que a Europa reconheça o confronto, dentro de suas próprias fronteiras, com um inimigo vigoroso e confiante. Porém, o ataque ao bode expiatório favorito também serve para que os identitários se promovam como defensores de uma causa mais ampla. “A imigração em massa e a islamização são apenas sintomas de um processo maior: a substituição de populações europeias por povos do Oriente Médio e africanos”, afirma o líder dos identitários na Áustria,

Alexander Markovics. “Em 50 ou 100 anos, não haverá mais povos europeus originais como nós conhecemos” (Zúquete 2018, 152).

Citações como essa estão em abundância no livro e demonstram o comprometimento do autor com sua proposta de levar a sério o argumento dos autores pesquisados, isto é, de entendê-los nos seus próprios termos. Apesar da pesquisa rigorosa e de um grande número de referências, a leitura é fácil, direta e sem maiores interrupções para debates historiográficos ou teóricos. Isso, por um lado, faz com que a publicação seja acessível a um leitor não especializado. Por outro, aceita o risco de parecer, aos leitores mais sensíveis, acrítico ou complacente para com os autores e militantes estudados.

Provavelmente se antecipando a esses riscos, Zúquete reitera diversas vezes ao longo do livro sua intenção de apenas capturar as dinâmicas de grupo e a forma como eles se definem para si mesmos. Trata-se de fato de um relato seco, sem anestesia, porém bem escrito, de um movimento cuja retórica é no mínimo controversa. Ao que parece, Zúquete simplesmente confia que o leitor tenha maturidade para separar autor e objeto. Seja como for, *Identitarians* se transformou rapidamente em um trabalho incontornável, o livro referência - ou definitivo, como afirmou Cas Mudde (2019, 340) - para os próximos que se vierem a se debruçar sobre o tema.

Referências bibliográficas

- Ebner, Julia. *Going Dark: The Secret Social Lives of Extremists*. Bloomsbury: New York, 2020.
- Faye, Guillaume. *Pourquoi nous combattons. Manifeste de la Résistance européenne*. Paris: L'Encre, 2001.
- Fuchs, Christian, e Paul Middelhoff. *Das Netzwerk der Neuen Rechten: Wer sie lenkt, wer sie finanziert und wie sie die Gesellschaft verändern*. Leipzig: Rowohlt Taschenbuch, 2019.
- Mudde, Cas. *The Far Right Today*. Cambridge: Polity Press, 2019.
- Teitelbaum, Benjamin R. *War for Eternity: Inside Bannon's Far-Right Circle of Global Power Brokers*. New York: Dey Street Books, 2020.
- Zúquete, José Pedro. *The Identitarians: The Movement Against Globalism and Islam in Europe*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2018. <https://doi.org/10.2307/j.ctvpj775n>
- Zúquete, José Pedro, e Charles Lindholm. *Struggle for the World: Liberation Movements for the 21st Century*. Stanford: Stanford University Press, 2010.

Recebida: 01 de agosto de 2020

Aprovada: 02 de setembro de 2020

O partido *Chega*: reformulação e ascensão da direita populista em Portugal*

The Chega party: reformulation and rise of the populist right in Portugal

El partido Chega: reformulación y ascención de la derecha populista en Portugal

Gabriel Fernandes Rocha Guimarães**

<https://orcid.org/0000-0002-5630-6557>

Resenha do livro: Marchi, Riccardo. *A nova direita anti-sistema: o caso do Chega*. Lisboa: Edições 70, junho de 2020.

Como citar essa resenha:

Guimarães, Gabriel Fernandes Rocha. “Resenha do livro *A nova direita anti-sistema: o caso do Chega*, de Riccardo Marchi”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 2 (2020): 500-505.

O livro *A nova direita anti-sistema: o caso Chega*, de autoria de Riccardo Marchi é um estudo do partido que retirou Portugal da pequena lista de países europeus que não tinham representação parlamentar de partidos enquadrados como de extrema direita. Isto se deu com a eleição do deputado único do *Chega*, André Ventura, para a Assembleia da República nas eleições legislativas de 2019. Ventura se despoleta não apenas como deputado único, mas também como principal liderança de seu partido, passando a ocupar importante parcela do debate público português, assim como da grande mídia de seu país.

* PTDC/CPO-CPO/28748/2017

** Pesquisador integrado no Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (CEI-ISCTE). Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisa os temas do nacionalismo, novas direitas, movimentos sociais e partidos políticos. E-mail: gfrgs@isccte-iul.pt

Riccardo Marchi parte da história de vida de Ventura, iniciando o livro ao falar de sua infância e adolescência em Algueirão, no concelho de Sintra, uma freguesia de classe média baixa, marcada por construções decadentes, uma grande população de origem imigrante, e como tal cenário influenciou seu futuro posicionamento político. A criação católica e sua vivência na Faculdade de Direito também são elementos de destaque na parte inicial do livro. Ainda na adolescência, André Ventura deu início a suas atividades políticas, fazendo parte da seção juvenil do Partido Social Democrático (PSD), quando era aluno do Liceu.

A socialização política no PSD terá profundo impacto em Ventura, e mesmo no *Chega*, uma vez que o novo partido surge de um fracionamento oriundo dos quadros internos do PSD. Trata-se de Ventura e alguns outros membros do PSD, próximos do líder do *Chega* desde os tempos de atuação no concelho de Loures. Foi exercendo o cargo de vereador por esse concelho, ainda pelo PSD, que, de acordo com Marchi, Ventura percebeu que o partido pelo qual tinha militado desde muito jovem, não respondia mais a seu desejo de levar a público temas considerados fraturantes e polêmicos, como os direitos das minorias étnicas e sua suposta subsidiodependência, em particular o caso dos ciganos. A educação e aquilo que o *Chega* enxerga como marxismo cultural, são outras temáticas sobre os quais Ventura tinha interpretações consideradas polêmicas, afirmando que a primeira está dominada pelo segundo, o que o levaria a propor a dissolução do Ministério da Educação. A problemática da lei e da ordem, com a castração química para pedófilos, a introdução da prisão perpétua no Código penal português, e o endurecimento das leis contra a violência doméstica, propostas posteriormente por Ventura, são temas com potencial incendiário, geradores de desconforto no quadro político mais estabelecido e, por isso, deixados de lado pelos maiores partidos políticos, pelo menos de acordo com o discurso do *Chega*. Por causa dessa suposta recusa em discutir temas cada vez mais presentes no cotidiano e no imaginário dos portugueses, Ventura e seu círculo mais próximo de membros do PSD em Loures decidem fundar outro partido.

Em 2019 André Ventura e seu círculo de Loures fundam o *Chega*. Inicialmente com uma estrutura organizativa interna bastante rarefeita, e ainda sem uma identidade muito clara, o partido centra-se muito na liderança pessoal de Ventura. Ele enfatiza a denúncia do chamado “politicamente correto”, a defesa exacerbada deste das minorias e sua conivência com o crime, da oligarquização da política por partidos tradicionais e seu distanciamento dos interesses reais dos portugueses comuns, e do protagonismo de ideias supostamente de esquerda, que adentrariam até mesmo partidos da direita tradicional como o Centro Social Democrático (CSD).

Junto a todas as polêmicas em torno a Ventura e sua recorrente aparição nas grandes mídias, o partido esforça-se para adquirir uma estrutura interna e organizativa mais robustas, voltando-se para a institucionalização de uma elite dirigente, assim como para a expansão do partido na

formação de bases ativistas. Volta-se muito para o ativismo *online*, criando várias de suas páginas nos meios de comunicação não convencionais, com particular investimento no *facebook*, havendo, inclusive, uma página especificamente para a *Juventude Chega*.

A utilização das plataformas online e a aposta nas redes sociais leva a uma interessante descrição feita por Marchi das estruturas em formação do partido, desde seu centro dirigente até o recrutamento de filiados e militantes. O que se faz é a criação de plataformas virtuais do *Chega* para freguesias e concelhos, separadamente, sobretudo aqueles em que o *Chega* atrai maior simpatia. Para cada plataforma de uma freguesia ou concelho, há um membro partidário que lança propaganda, notícias, e questões trabalhadas pelo *Chega*. Aparentemente uma peculiar forma de partido de penetração de massas. A disciplina e treinamento voltados para a formação de filiados e militantes não são encontrados no *Chega*, visto que o que acontece é a discussão, em esfera virtual, dos temas apresentados por cada página regional. À medida que indivíduos que habitam na região começam a participar dos debates e troca de ideias, o responsável pela página faz um convite àqueles que apresentam um perfil mais próximo do desejado pelo partido. Todavia, o partido continua muito dependente do carisma pessoal de seu líder.

Marchi mostra que com a eleição de André Ventura para a Assembleia da República nas eleições legislativas de 2019, a imagem do *Chega* nas grandes mídias ganha ainda mais proeminência, assim como as polêmicas de seu líder. A imagem de herdeiro direto do passado nazifascista europeu lhe é, não raras vezes, associada por boa parte dos meios de comunicação, e a identidade do partido é cada vez mais discutida. Marchi aponta que, apesar da heterogeneidade de linhas de pensamento nos quadros internos do *Chega*, é possível localizá-la mais próximo das atuais direitas europeias, de forma mais geral, distante da direita neoconservadora, influente nas últimas décadas do século XX, representada pelo tacherismo na Grã-Bretanha, e pelas forças de sustentação dos governos Reagan e Bush pai e filho, nos EUA.

Trata-se da nova direita populista radical, que tem como traços centrais a crítica incisiva do sistema representativo, visto como um campo de atuação oligárquica, seja ela política ou econômica, mas atuante dentro desse sistema. Defende a cultura e sociedade nacional contra a globalização, econômica e social, e expandindo a ideia de defesa das culturas ameaçadas pela globalização, aos povos da Europa. Apesar do seu nacionalismo, não se coloca como herdeiro do nazismo, fascismo, franquismo ou salazarismo, como os partidos de direita radical do pós-guerra fizeram. E na via populista, defende o que enxerga como maiorias silenciosas frente a elites corruptas.

Ainda que em seu discurso haja, eventualmente, uma curiosa combinação de elementos do patriotismo ultramarino português¹ com o liberalismo de mercado e com o campo ideológico da direita europeia identitária atual, pode-se pensar uma maior aproximação com as direitas populistas anti-sistema do continente europeu. Marchi mostra que o próprio Ventura afirmou serem suas maiores influências, as direitas de outros países da Europa do sul, o *VOX* espanhol, e a *Lega Nord* italiana. Há um certo distanciamento da direita francesa em função do peso do estado na economia em sua proposta de governo.

Os países do Visogrado, com destaque para a Hungria, também exercem alguma influência sobre o *Chega*. Trump tem alguma entrada, embora menor que essas direitas mencionadas, e quando questionado acerca da direita brasileira de Jair Bolsonaro, Ventura respondeu que há alguns pontos de convergências de ideias, mas no geral tende a se inquietar com o que considera a misoginia e homofobia do presidente brasileiro.

O *Chega*, segundo Marchi, é um partido liberal na economia e conservador nos valores. Porém, esses dois âmbitos devem ser sempre bem matizados, tendo em vista as peculiaridades de um e de outro nos planos do partido. Seu liberalismo se assenta, basicamente, em cortes incisivos na carga tributária dos portugueses e na criação de espaços de competição para pequenos e médios empresários nacionais. Não quer dizer, portanto, que o *Chega* defenda um liberalismo global, voltado para a livre iniciativa de grandes corporações atuantes em escala transnacional. Trata-se de um liberalismo de mercado localizado no território nacional, não global, e voltado para setores mais específicos do empresariado português, combinado com um protecionismo de áreas produtivas tradicionais, como pesca e agricultura. Junto a esse liberalismo intranacional, tem-se a crítica do modelo corporativista, que tanto marcou o *Estado Novo* português, em prol de uma sociedade economicamente mais dinâmica, sendo este um ponto de rompimento com o patriotismo imperial *estadonovista*.

O conservadorismo nos valores se manifesta como a defesa de uma sociedade alicerçada na antiguidade clássica e no mundo judaico-cristão. Vale destacar que o Cristianismo é estimado como uma dentre as diversas facetas da vida cultural dos portugueses, e não a defesa da doutrina social da Igreja como centro da vida atrelada ao estado. A estima pelo Cristianismo se dá em termos culturais e não confessionais, lembrando que o *Chega* é muito claro na sua defesa assertiva do estado laico, e o valor que dá ao conhecimento produzido pela comunidade científica. Defende-se a família

¹ O *Chega* não se coloca como herdeiro do Salazarismo, nem saudosista do Império português, como a maioria das organizações de extrema direita fizeram na altura da redemocratização, ou mesmo alguns quadros do CDS fizeram. Os elementos desse *patriotism ultramarine* se mostram no que Marchi descreve como nacionalismo banal. Aquele tipo de identidade nacional que está presente no dia-a-dia, e no caso português, engloba seu passado ultramarino.

tradicional, porém sob a justificativa que ela é a via historicamente mais bem sucedida de manutenção do equilíbrio demográfico nas nações ocidentais. Em relação ao aborto, o *Chega* se coloca prontamente contra, porém sem defender sua criminalização em vias jurídicas, tendo em vista as consequências que isto poderia ter para a mulher. Existe ainda a proposta de lei de castração química para pedófilos, assim como a defesa das forças policiais na sua tarefa de manter a lei e a ordem.

Sobre o tema da imigração, o *Chega* se coloca contrário, sobretudo de países muçulmanos, em face do terrorismo e da possibilidade de formação de guetos étnicos e religiosos dentro dos espaços urbanos. Há uma proposta de endurecimento nas leis de aquisição de cidadania e no controle de fronteiras a fim de barrar com mais eficácia a imigração ilegal. Também almeja-se retirar Portugal do Pacto para a migração de substituição, de 2000, assim como do Pacto para os refugiados, ambos coordenados pela ONU. A crítica feita à ONU é bastante contundente, já que o *Chega* a considera uma organização supranacional almejando governar sobre nações com fronteiras enfraquecidas, coordenando ondas de refugiados que muitas vezes seriam apenas migrantes comuns, gestando espaços sociais transnacionais alicerçados em sociedades de massas cada vez mais homogêneas por uma nova cultura global. Em relação à migração dos países africanos de língua portuguesa, os PALOP, há uma maior tolerância por causa do passado histórico colonial e da proximidade linguística, porém o *Chega* também coloca que não seria possível abertura tão grande à migração oriunda desses países, afirmando que “Portugal não tem condições de receber 30 milhões de africanos”. Para a cidadania, por sua vez, o *Chega* defende o *Jus Sanguinis*, e não o *Jus Solis*, e de acordo com o livro de Marchi, cerca de 62% do eleitorado do *Chega* acredita que ela deva ser facilitada apenas a estrangeiros de origem portuguesa.

Em relação à Europa, existe não o euroceticismo, mas a eurocrítica. Seguindo uma linha que começa a ser adotada pelos partidos de direita populista radical da Europa ocidental, almeja-se não pôr fim à União Europeia, mas reconstruí-la por dentro em outros termos. Defende-se um bloco europeu voltado para si, para o bem-estar de seus habitantes, e não como um polo civilizatório que se expande para outras regiões do planeta, ou que incorpora desmesuradamente massas populacionais de outras regiões. Uma Europa de nações e não de mercados, pensada a partir da escola de pensamento francesa da *Nouvelle Droite*. Escola de pensamento esta, que foi introduzida em Portugal pelo vice-presidente do *Chega*, Diogo Pacheco de Amorim.

Podemos afirmar que o livro de Marchi é extremamente importante para todos aqueles que se interessem pelo tema da nova direita populista radical, não apenas na Europa, mas em todo o continente europeu. Isto porque o *Chega* é um interessante laboratório onde pode-se observar como este tipo de fenômeno político alcança mesmo os países que até há muito pouco eram considerados

exceções a ele, como foi com Portugal. A obra de Riccardo Marchi, além de apontar para a discussão da modalidade organizativa do *Chega*, que lembra a de movimentos políticos de direita radicalizada, mostra com bom grau de acuidade sua estrutura ideológica e discursiva, que o coloca junto com os demais partidos de direita radical europeus.

Referência bibliográfica

Marchi, Riccardo. *A nova direita anti-sistema: o caso do Chega*. Lisboa: Edições 70, junho de 2020.

Recebida: 06 de agosto de 2020

Aprovada: 07 de setembro de 2020

Rupturas e continuidades na preservação do patrimônio cultural internacional: uma entrevista com Peter Burke

Ruptures and continuities in the preservation of international cultural heritage: an interview with Peter Burke

Rupturas y continuidades en la preservación del patrimonio cultural internacional: una entrevista con Peter Burke

Rodrigo Christofoletti*

<https://orcid.org/0000-0002-6346-6890>

Maria Leonor Botelho**

<http://orcid.org/0000-0002-2981-0694>

Como citar esta entrevista:

Christofoletti, Rodrigo; Botelho, Maria Leonor. “Rupturas e continuidades na preservação do patrimônio cultural internacional: uma entrevista com Peter Burke”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 2 (2020): 506-514.

* Professor de Patrimônio Cultural no curso de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e com atuação no Programa de Pós-Graduação em História. Conselheiro da COMPPAC - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico de Juiz de Fora. Líder do grupo de pesquisa Patrimônio e Relações Internacionais (CNPq). Colaborador do Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” (CITCEM) da Universidade de Letras do Porto (ULP). Doutor em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Atua na interface entre a História e as Relações Internacionais com foco no patrimônio cultural.
E-mail: r.christofoletti@uol.com.br

** Professora Auxiliar do Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Diretora do Curso de Mestrado em História da Arte, Patrimônio e Cultura Visual. É investigadora do Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” (CITCEM/FLUP). Com a Prof. Lúcia Rosas e o Prof. Mário Barroca, coordena a Enciclopédia do Românico em Portugal (2018-2021), no âmbito do protocolo de colaboração celebrado entre a FLUP e a Fundación Santa María la Real del Patrimonio Histórico, un Proyecto desde Castilla y Leon. Os seus interesses de investigação são a gestão do património, o património mundial, o *digital heritage*, a história urbana e a historiografia da arquitetura da época românica. E-mail: mlbotelho@letras.up.pt

Na historiografia produzida sobre a História Cultural ele é um de seus maiores expoentes. Nas últimas duas ou três décadas, qualquer pessoa que tenha se graduado em História, ou se motivado a compreender a história da cultura, certamente conhece o nosso entrevistado. Seu nome acabou se tornando um sinônimo de rigor e versatilidade. O professor emérito da Universidade de Cambridge, Inglaterra, Peter Burke, interrompeu gentilmente sua rotina no Reino Unido para conversar conosco sobre o impacto que o tema desse Dossiê traz à contemporaneidade. Passeou por temas complexos que ajudam a compreender o papel do historiador do presente diante dos domínios do patrimônio cultural e das relações internacionais.

O historiador que ajudou a popularizar a história da cultura entre os pares, é hoje, um dos intelectuais estrangeiros mais conhecidos no Brasil e nos países de língua portuguesa, em função de sua produção editorial, quase toda traduzida para o português. Especialista em várias frentes, que vão desde o Renascimento e as Monarquias Absolutas, até a história das ideias e da Cultura, pendula entre a história moderna europeia e a compreensão do tempo presente, aliando boa verve e argúcia. Burke aceitou o desafio de discutir um tema no qual afirma ser apenas um “observador curioso”. Sua produção historiográfica permanece como uma relevante contribuição, capaz de lidar com amplos e diversificados interesses.

Historiador que interroga seu tempo, sem jamais perder o lastro histórico que o consagrou, Burke foi generoso e comedido, perfil próprio dos grandes intelectuais. Na altivez dos seus 83 anos, continua ativo, sobretudo nesse período de quarentena, em que nos confidenciou ter mais tempo para escrever e pesquisar. Entre rápidos passeios no parque vizinho à sua casa e as intermináveis horas à frente de livros, anotações e de seu computador, encontrou tempo para registrar uma série de impressões autorais.

Esta entrevista sintetiza tópicos gerais discutidos ao longo deste dossiê e, embora, nosso entrevistado advirta ser esta uma narrativa de um não especialista, a precisão de suas observações nos ajuda a entender questões subjacentes às entrelinhas do patrimônio cultural em tempos de transição. Diante desta nova era, frente às incógnitas de um tempo em pandemia, perguntas e respostas, muitas vezes se confundem numa dada narrativa comum.

Como será o futuro da preservação do patrimônio em âmbito internacional? Como buscar a compreensão diante desse frenesi estroboscópico que virou o tempo presente? Perguntas como essas, subjacentes às realizadas nesta entrevista motivaram Peter Burke a elaborar possíveis sinalizações.

O resultado dessa conversa o leitor tem agora em mãos.

Boa leitura.

- **Devido ao seu caráter de “novidade temática”, existem poucos estudos sistematizados no campo da interseção entre patrimônio e relações internacionais, e atualmente não há consenso sobre sua definição. Em um cenário mundial interconectado pelo fluxo de informações, esse tema se apresenta como um dos domínios a serem debatidos. Como você vê a crescente preocupação com a preservação do patrimônio como chave para a manutenção da tradição em tempos que se movem entre o esquecimento generalizado e a superprodução de memórias?**

Concordo com você que precisamos explicar a ascensão do patrimônio (local, nacional, global, institucionalizado em museus, livros, cursos e fundações). Penso que isso é uma resposta à aceleração da mudança social, fazendo com que até mesmo as pessoas que ficam em casa se sintam desenraizadas à medida que envelhecem, e também da migração (percebida como uma ameaça às tradições locais e nacionais).

- **O registro e as notícias de catástrofes relatadas recentemente, como os incêndios do Museu Nacional do Rio de Janeiro ou da Catedral de Notre Dame em Paris ou as inundações em Veneza, bem como as ações iconoclasticas realizadas em Bamiyan ou Mossul, deram um novo lugar ao *Heritage* na escala das relações internacionais. Como podemos pensar em questões de identidade e memória quando a herança é destruída em caso de conflito ou desastre (natural)? Como você vê a onda de destruição registrada nos últimos anos e como a sociedade e a academia podem agir para conter ou minimizar esses danos?**

Antes de tudo, eu distinguiria entre destruição deliberada (Mosul) e acidental (Rio de Janeiro e Veneza), tendo em mente que o governo brasileiro, por exemplo, foi responsável pelo não direcionamento de dinheiro para a conservação do museu - um caso de negligência culposa. A destruição deliberada não é nova, Da'esh segue uma longa tradição de iconoclastia, quebrando imagens que são percebidas como ídolos. Paradoxalmente, a tradição opõe-se a outras tradições - venerando imagens, venerando líderes políticos (como Louis XIV, Stalin, Lenin, Saddam, Franco etc.) ou exibindo representações de mulheres nuas em público (na era das sufragistas, uma feminista atacou uma pintura de Velásquez na Galeria Nacional de Londres). A defesa contra o iconoclasmo nos museus é ter guardas ou câmeras nas salas e proteger alguns itens com vidro à prova de balas, como no caso de dois ícones famosos, a Mona Lisa e a Virgem de Guadalupe (em ambos os casos, após ataques malsucedidos terem ocorrido).

- **Ou, assumindo outra perspectiva (mais provocativa, talvez), como podemos entender esses eventos, que assistimos “ao vivo”, à luz da história da arte e dos estudos patrimoniais, quando sabemos que os primeiros registros de destruição intencional remontam a Antiguidade? Somos nós, a sociedade dos tempos atuais, os que procuram adicionar novas camadas a esses eventos?**

Sim, mas o ‘nós’ é apenas um grupo, provavelmente (e espero) um grupo pequeno, que tem sucesso pela surpresa, uma surpresa que é cada vez mais substituída pela cautela.

- **Como o novo século se mostra, a exploração das relações de poder revela novos atores, locais e representações. Considerando a compreensão do mundo contemporâneo entre “práticas e representações”, que exemplos de *soft power* você pode citar que poderiam compreender uma ampliação tão grande da radiografia das relações de poder? O patrimônio (acima de tudo, o reconhecido como “patrimônio mundial”) é forte o suficiente para ser o combustível da mudança social e política?**

A resposta óbvia à sua primeira pergunta sobre o *soft power* é o novo meio da Internet, que levou a novas práticas, se tornando online, e novas formas de representação, especialmente em mídias sociais como o *Facebook*. Uma novidade óbvia é a resposta rápida dos espectadores que “dão *like*” ou *dislike* no que veem. Nada disso precisa ser político, mas os políticos e seus conselheiros, bem como os magnatas da mídia, estão cientes das novas oportunidades de influenciar eleições, distribuir notícias falsas, etc. Quanto à segunda pergunta, parece paradoxal ver o patrimônio como força (ou mesmo combustível) de mudança. Eu vejo o patrimônio como parte da resistência à mudança ou, quando isso falha, uma compensação psicológica por mudanças que são vistas como perdas - de prédios antigos, costumes, músicas etc.

- **O patrimônio cultural tornou-se um ator cada vez mais importante no diálogo multilateral e, como tal, faz parte da ampliação das ações no domínio das relações internacionais. Daí vêm outros objetos de estudo, apenas em pequena medida incorporados até agora no tópico, como a crescente presença de temas que abordam “africanidades”, “asiáticas”, “latinidades” e “orientalismos” (ainda pouco explorados). Como você vê esse processo?**

Fico feliz em ver um crescente interesse no estudo de diferentes culturas, mas descontente com sua reificação e aproveitamento para apoiar nacionalismos e supernacionalismos (para não dizer racismos). Espero que os estudos ajudem a minar os “ismos”, embora não pareçam estar fazendo isso no momento. Veja o caso da reputação de Gilberto Freyre no Brasil. Nos anos 30, ele foi atacado por brasileiros brancos por sugerir que a miscigenação não era algo ruim. Agora ele é atacado por brasileiros negros pela mesma razão!

- **Como você vê a dicotomia local/global na preservação de locais de patrimônio mundial? Que exemplos podem ser dados entre a globalização do patrimônio e a necessidade de preservação local? Qual é a hierarquia que devemos assumir quando defendemos e comunicamos a herança?**

Os locais são locais por definição, embora organizações globais, como a UNESCO, possam ajudar a preservá-los. O que é problemático, além do impacto do turismo, é selecionar o que preservar e decidir quanto restaurar (as muralhas de Carcassonne são agora um monumento não muito da idade média, quando for originalmente construídas, mas mais ao estilo das ideias de restauração do século XIX!)

- **Turismo é terrorismo. A frase escrita na parede ao lado da Ponte Vecchio, em Florença, Itália, registrada em janeiro deste ano, representa uma percepção muito crítica da exploração turística predatória de locais que sofreram seu impacto negativo. Como você vê o binômio turismo/ patrimônio mundial e como, em sua opinião, nos comportamos recentemente em relação a esse assunto?**

Entendo a raiva por trás do grafite, mas acho que é melhor abordar o problema sem moralizar. Os turistas não são maus, alguns deles têm um desejo genuíno por conhecimento e novas experiências e não desejam perturbar os habitantes locais. O verdadeiro problema é sua quantidade e a inevitável destruição, pelo turismo, dos objetos do turismo. Há meio século, Daniel Boorstin citou o exemplo da casa de Washington e a danificação da escada depois que tantos visitantes subiram e desceram. O racionamento de visitas é uma solução parcial, bem como guiar (como no caso dos afrescos de Giotto na capela Scrovegni em Pádua, onde os turistas esperam em uma antessala para serem ‘purificados’, de modo que seu suor não danifique as pinturas). Mas temos que aceitar que os artefatos serão danificados. Eles sobreviveriam por mais tempo se ninguém os visitasse, mas nesse caso, por que mantê-los?

- **Que lugar você vê para os locais de Patrimônio Mundial diante da turistificação? E como devemos administrar o aumento do número de locais inscritos na Lista do Patrimônio Mundial (atualmente, 1121)? Essa disposição por parte dos Estados Membros de obter a marca UNESCO pode não apenas ser um risco para a gestão do patrimônio em escala internacional, mas também nacional e, finalmente, local?**

O aumento pode fazer parte da solução, além de criar novos problemas - tornando os turistas menos presentes, além de se buscar identificar e, na medida do possível, reparar os danos.

- **Há exatamente dez anos, em coluna do jornal Folha de S. Paulo, o senhor escreveu um texto intitulado Caça ao Tesouro, no qual delineou seu entendimento sobre a repatriação de objetos históricos. Nesse texto, o senhor afirmou que a repatriação pode fragmentar o acervo de grandes museus e empobrecer o mundo. O aumento dos pedidos de repatriação ocorre em um momento em que cresce a preocupação da UNESCO, dos governos nacionais, dos museus e da população em geral sobre o que hoje é conhecido como “patrimônio cultural”. No texto, você faz perguntas importantes: Cada objeto de patrimônio cultural que foi retirado de seu ambiente**

original no passado - seja doado, comprado ou roubado - deve ser devolvido? Em caso afirmativo, a quem deve ser devolvido? Os países modernos têm direito de propriedade sobre algo que foi produzido no passado em um território que agora é deles? Essas questões permanecem altamente controversas, envolvendo governos, museus, advogados e marchands. Segundo o texto, o mundo empobreceria se tudo fosse devolvido. Para você, alguns objetos devem ser devolvidos, mas não todos. Imensas coleções internacionais, como a do Museu Britânico e do Louvre, não devem ser fragmentadas. Qual é a sua opinião atual sobre o assunto? Como você vê a relação entre o tráfico ilícito de bens culturais e museus?

Continuo a ver os dois lados nas questões. De um lado, o desenraizamento dos artefatos de seu contexto original (ponto já levantado por Quatremere de Quincy em 1815), transportando-os de um lugar onde são compreendidos e venerados para um onde são só mais um dentre tantos. Some a isso o armazenamento de muitos itens nos porões dos museus, onde praticamente ninguém os vê, exceto curadores e restauradores. Por outro lado, o fato positivo de alguns grandes museus em grandes cidades que expõem muitos tipos de artefatos para vários tipos de pessoas - turistas e crianças em idade escolar, bem como o público em geral - mantendo-os (relativamente) seguros e contratando uma equipe profissional para catalogar, conservar, explicar o que está ali. Esse compromisso é fundamental e possível. Alguns artefatos são tão essenciais para a identidade de um povo que deveriam ser repatriados, conforme os dinamarqueses que devolveram os manuscritos das sagas à Islândia (eu incluiria os mármores de Elgin aqui!). Outros não são essenciais - não vejo por que o Governo britânico proíbe que sejam levados para fora itens do chamado patrimônio nacional, como pinturas italianas trazidas por “turistas” (aristocratas no Grand Tour) como souvenirs. O importante, em qualquer caso, é dar aos artefatos um lar seguro e torná-los acessíveis ao público. Os museus, como as salas de leilão, são responsáveis por investigar a proveniência dos objetos que adquirem ou ajudam a vender. Não estou em posição de dizer quais agem ou negligenciam essa responsabilidade.

- **Em 2020, comemoramos o 75º aniversário da libertação dos campos de concentração de Auschwitz-Birkenau. Novamente, o binômio dor/esquecimento e memória/reparação que são reeditados de tempos em tempos em nossa sociedade, voltam à superfície. Quem visita a musealização construída nos campos de concentração da narrativa do Holocausto se pergunta quais memórias e histórias são efetivamente preservadas em lugares como esses. Em Bark, o historiador francês Georges Didi-Huberman se pergunta em que medida a peregrinação catártica dos visitantes desses locais, agora reconhecidos como patrimônio mundial, ajuda na perpetuação das mensagens contidas em seu patrimônio material. Qual a sua opinião sobre o uso de lugares considerados traumáticos, como Auschwitz, Hiroshima ou o Cais do Valongo, para a preservação de patrimônios mundiais?**

O patrimônio cultural do mundo inclui a memória e a história de muitos eventos traumáticos. ‘Para que não esqueçamos’, a exibição de relíquias desses eventos nos museus oferece um tipo de educação para todos nós, não apenas os descendentes das partes envolvidas (judeus, alemães, mas também hindus, muçulmanos ou sérvios, bósnios etc.)

- **Pessoas tirando selfies em frente ao campo de concentração de Birkenau, ou mesmo dentro do crematório exposto no local, postam suas fotos com palavras absolutamente desprovidas de consciência histórica. É o “piquenique da inconsciência”, que nos alerta que, em relação ao Holocausto e aos crimes nazistas, existe não apenas o perigo do negacionismo, mas também da banalização. O que podemos aprender com esse comportamento?**

Há a necessidade de uma melhor educação. Uma antecâmara (como em Pádua) pode ser uma ideia - uma espera obrigatória de 5 minutos em uma sala com lugares sentados e um panfleto em cada assento, explicando o que está sendo comemorado. Acredito que o Museu Yad Vashem em Israel incentiva cada visitante a se identificar com uma vítima em particular e a descobrir sobre ela.

- **A massificação do patrimônio, devido ao desejo de conhecer os lugares com a marca da UNESCO, levou a perguntar o que podemos chamar de “comercialização do patrimônio”, que conseqüentemente resulta no esvaziamento de seu significado. Que papel os vários atores em nível internacional (e local) devem desempenhar para reverter essa situação? Como podemos transformar locais de patrimônio em locais de construção de conhecimento? Como podemos torná-los fisicamente e intelectualmente acessíveis?**

Para combater a comercialização e a disneyficação, os locais do patrimônio devem ser administrados por órgãos sem fins lucrativos, com o objetivo de informar e educar os visitantes (nativos ou estrangeiros, adultos ou crianças). Isso já acontece em muitos lugares. Pode ser divertido, como no caso do Jorvik Viking Center em York, onde a ambientação atinge o nariz, os olhos e ouvidos dos visitantes!

- **Até que ponto isso pode levar à “despatrimonialização” dos lugares? Já estamos caminhando para um tempo de “pós-patrimônio”? Quais são as novas partes interessadas em um contexto pós-patrimonial? Que instrumentos podemos usar para criar e salvaguardar novos patrimônios em tal contexto?**

Não posso responder às perguntas, a menos que você defina os termos entre aspas. Eles me fazem pensar no movimento futurista na Itália, a esperança de destruir museus pelo bem do futuro, um empreendimento fracassado que leva ao paradoxo de que agora existem museus de

futurismo! Mas a irresistível ascensão de novos itens do patrimônio (como novos eventos exigem comemoração e itens do cotidiano se tornam obsoletos) representa um problema para os gestores do patrimônio, análogo ao surgimento de novos livros no caso de bibliotecários!

- **A frase: “Hoje sabemos cada vez mais sobre cada vez menos e cada vez menos sobre cada vez mais” parece resumir o universo da preservação do patrimônio. Apreciar e preservar são verbos cotidianos em um tempo que sofre os efeitos de uma espécie de “inflação patrimonial”. Como o historiador do presente pode entender essa realidade pendular?**

Essa linha resume muito mais do que o miniuniverso da preservação do patrimônio! Não é difícil de entender, mas é um problema para todos nós convivermos com o hoje, e no futuro como no passado, principalmente nos últimos 500 anos!

- **O senhor acredita que as relações internacionais, em geral, e ligadas à preservação do patrimônio, em particular, mudarão em um mundo pós-pandemia? Claro, não é um exercício de futurologia, mas pode um historiador, acostumado a estudar mudanças e permanências, ser capaz de prospectar o que nos espera no futuro?**

Eu pareço minoria aqui, já que os historiadores a quem respeito estão dizendo que uma história futura do mundo será dividida em 2 períodos, a.C. (antes de Corona) e d.C. (depois de Corona). Coloco mais ênfase na continuidade. Em alguns aspectos, o mundo se recuperará em um período bastante curto, de 5 a 10 anos. Os museus serão reabertos, como restaurantes, bares e universidades, enfim, a vida das pessoas, embora a organização de seus espaços seja modificada. Em outros aspectos, haverá mudanças estruturais. Penso que, por exemplo, as companhias aéreas reduzirão radicalmente seu tamanho, porque, neste caso, o fechamento de curto prazo coincide com uma reação de longo prazo contra as viagens aéreas, devido à ameaça do aquecimento global. Devo acrescentar que, na perspectiva de longo prazo, considerando as pandemias, a crise deste ano é leve. 50 milhões de pessoas morreram em todo o mundo na pandemia da gripe espanhola em 1918. 50 milhões de pessoas morreram na Europa e no Oriente Médio em 1349, quando a população mundial era muito menor (60% dos europeus morreram em pouco mais de um ano). Agora ISSO é o que chamo de crise!

- **A propósito, o que pensa sobre onda iconoclasta de destruição de monumentos ligada ao chamado lado sombrio do passado?**

Sobre as estátuas. 1) Em alguns casos, principalmente os de ditadores que tiveram estátuas erguidas (Stalin, Franco, Saddam ...), estou feliz com sua remoção. 2) Em outros casos, onde um

grupo no passado queria homenagear alguém, geralmente sou a favor de mantê-las. Eles são uma expressão das memórias de uma comunidade, por exemplo, os separatistas do Rio Grande do Sul cujas estátuas, se bem me lembro, ainda são destaque nas ruas de Porto Alegre! Se uma determinada estátua é genuinamente ofensiva para um grupo em particular, ela pode ser colocada em um museu ou, melhor ainda, ter uma segunda inscrição acrescentada a ela. Deixe-me te contar uma história. Depois que os britânicos derrotaram os rebeldes no que era conhecido na época como “motim indiano”, eles ergueram um monumento em Délhi para a memória dos soldados que haviam lutado no lado britânico. Depois de 1947, com a independência da Índia, seria possível pensar que o monumento teria sido demolido, ou pelo menos removido para um ‘parque de estátua’, como aconteceu com muitas estátuas da rainha Vitória. Mas o governo indiano simplesmente adicionou uma segunda inscrição para incluir o outro lado, que os descreve como ‘mártires’ na luta pela independência! Essa maneira de reconciliar conflitos merece ser lembrada, de fato tomada como exemplo a seguir em outros lugares.

Ruptures and continuities in the preservation of international cultural heritage: an interview with Peter Burke

Rupturas e continuidades na preservação do patrimônio cultural internacional: uma entrevista com Peter Burke

Rupturas y continuidades en la preservación del patrimonio cultural internacional: una entrevista con Peter Burke

Rodrigo Christofoletti*

<https://orcid.org/0000-0002-6346-6890>

Maria Leonor Botelho**

<http://orcid.org/0000-0002-2981-0694>

How to cite this interview:

Christofoletti, Rodrigo; Botelho, Maria Leonor. “Ruptures and continuities in the preservation of international cultural heritage: an interview with Peter Burke”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 2 (2020): 506-514.

* Professor of Cultural Heritage in the History course at the Federal University of Juiz de Fora (UFJF) and works in the Postgraduate Program in History. Member of COMPPAC - Municipal Council for the Preservation of the Historic Heritage of Juiz de Fora. Leader of the research group Heritage and International Relations (CNPq). Collaborator at the Center for Transdisciplinary Research “Culture, Space and Memory” (CITCEM) of the University of Letters of Porto (ULP). Doctor in History, Politics and Cultural Property by Fundação Getúlio Vargas (FGV). Acts at the interface between History and International Relations with a focus on cultural heritage. E-mail: r.christofoletti@uol.com.br

** Assistant Professor in the Department of Science and Techniques of Heritage at the Faculty of Letters of the University of Porto and Director of the Master’s Course in History of Art, Heritage and Visual Culture. Researcher at the Transdisciplinary Research Center “Culture, Space and Memory” (CITCEM / FLUP). With Prof. Lúcia Rosas and Prof. Mário Barroca, coordinates the Encyclopedia of the Romanesque in Portugal (2018-2021), within the scope of the collaboration protocol signed between FLUP and Fundación Santa María la Real del Patrimonio Histórico, a project from Castilla and Leon. Her research interests are heritage management, world heritage, digital heritage, urban history and the historiography of Romanesque architecture. E-mail: mlbotelho@letras.up.pt

In the historiography produced on Cultural History, he is one of its greatest exponents. In the past two or three decades, anyone who has graduated in history, or been motivated to understand the history of culture, certainly knows our interviewee. His name ended up becoming a synonym of rigor and versatility. Professor Emeritus at the University of Cambridge, England, Peter Burke, gently interrupted his routine in the United Kingdom to talk to us about the impact that the subject of this Dossier brings to contemporary times. He went through complex themes that help to understand the role of the historian of the present in the fields of cultural heritage and international relations.

The historian who helped to popularize the history of culture among his peers is today one of the most well-known foreign intellectuals in Brazil and in Portuguese-speaking countries, due to his editorial production, almost all of which was translated into Portuguese. A specialist on several fronts, ranging from the Renaissance and the Absolute Monarchies to the history of ideas and culture, he pendulates between modern European history and the understanding of the present time, combining good verve and shrewdness. Burke accepted the challenge of discussing a topic on which he claims to be only a “curious observer”. His historiographical production remains a relevant contribution, capable of dealing with broad and diverse interests.

A historian who interrogates his time, without ever losing the historical backing that enshrined him, Burke was generous and restrained, a profile proper to great intellectuals. At the height of his 83 years, he remains active, especially during this period of quarantine, when he confided to us that he had more time to write and research. Between quick walks in the park next to his house and the endless hours in front of books, notes and his computer, he found time to record a series of authorial impressions.

This interview summarizes general topics discussed throughout this dossier and, although our interviewee warns that this is a narrative by a non-specialist, the accuracy of his observations helps us to understand issues underlying the lines of cultural heritage in times of transition. Faced with this new era, facing the unknowns of a pandemic time, questions and answers are often confused in a given common narrative.

How will the future look like for the preservation of heritage internationally? How to seek an understanding in the face of this frantic strobe that became the present time? Questions like these, underlying those asked in this interview, motivated Peter Burke to elaborate possible signs.

The result of this conversation the reader now has in his hands.

Good reading.

- **Due to its character of “thematic novelty”, there are so far few systematised studies in the field of the intersection between heritage and international relations, and there is currently no consensus on its definition. In a world scene interconnected by information flow, this theme presents itself as one of the domains to be debated. How do you see the growing concern about heritage preservation as key to the maintenance of tradition in times that moves between the generalized forgetting and the overproduction of memories?**

I agree with you that we need to explain the rise of heritage (local, national, global, institutionalized in museums, books, courses and foundations). I think that this is a response to the acceleration of social change, making even the people who remain at home feel uprooted as they grow older and also of migration (perceived as a threat to local and national traditions).

- **The news of catastrophes recently reported, such as the fires of the National Museum of Rio de Janeiro or the Cathedral of Notre Dame in Paris, the floods in Venice and the iconoclastic actions carried out in Bamiyan or Mosul, have given a new place to Heritage on the scale of international relations. How can we think about issues of identity and memory when heritage is destroyed in the event of a conflict or natural disaster? How do you see the wave of destruction recorded in recent years and how can society and academia act to curb or minimize such damage?**

First of all, I would distinguish between deliberate destruction (Mosul) and accidental (Rio, Venice), bearing in mind that the Brazilian government, for instance, was responsible because money for the conservation of the museum was not provided – a case of culpable negligence. Deliberate destruction is not new, Da’esh is following a long tradition of iconoclasm, smashing images that are perceived as idols. The tradition is paradoxically one of opposition to other traditions – venerating images, venerating political leaders (down with Louis XIV, Stalin, Lenin, Saddam, Franco etc), or displaying representations of naked women in public (in the age of the suffragettes, a feminist attacked a painting by Velazquez in the National Gallery of London). The defense against iconoclasm in museums is to have guards or cameras in the rooms and to protect some items with bullet-proof glass, as in the case of two famous icons, the Mona Lisa and the Virgin of Guadalupe (in both cases after unsuccessful attacks had taken place).

- **Or, assuming another perspective (more provocative, perhaps), how can we understand these events, that we watch “live”, in the light of art history and heritage studies, when we know that the first records of intentional destruction date back to Antiquity? Are we, the society of the present times, the ones who seek to add new layers to these events?**
-

Yes, but the ‘we’ is only a group, probably (and hopefully) a small one, that succeeds by surprise, a surprise that is increasingly replaced by caution.

- **As the new century shows itself, the scanning of the power relations reveals new actors, sites and representations. Considering the understanding of the contemporary world between “practices and representations”, which examples of soft power can you name that could comprise such a widening of the radiography of power relations? Does heritage (above all, the one recognized as “world heritage”) is strong enough to be the fuel of social and political change?**

The obvious answer to your first question about soft power is the new medium of the Internet, which has led to new practices, going online, and new forms of representation, especially in social media such as Facebook. One obvious novelty is the rapid response of viewers who ‘like’ or dislike what they see. None of this need be political, but politicians and their advisers as well as media ‘magnates’ are all too well aware of the new opportunities to influence elections, distribute fake news, etc. As for the second question, it seems paradoxical to view heritage as a force (or even fuel) for change. I see heritage as part of the resistance to change, or when this fails, a psychological compensation for changes that are seen as losses – of old buildings, customs, songs, etc.

- **Cultural heritage has become an increasingly important actor in multilateral dialogue and, as such, is part of the broadening of the actions in the domain of international relations. From there come other objects of study, only slightly incorporated in the topic until now, such as the growing presence of themes that approach “Africanities”, “Asianities”, “Latinities” and the “Orientalisms” (still largely unexplored). How do you see this process?**

I am happy to see an increasing interest in the study of different cultures, but unhappy about their reification and their harnessing to support nationalisms and super-nationalisms (not to say racisms). I hope that the studies will help undermine the –isms, although they do not seem to be doing so at the moment. Take the case of the reputation of Gilberto Freyre in Brazil. In the 1930s he was attacked by white Brazilians for suggesting that interbreeding was not a bad thing. Now he is attacked by black Brazilians for the same reason!

- **How do you see the local/global dichotomy in preserving world heritage sites? What examples can be given between the globalization of heritage and the need for it to be locally preserved? What is the hierarchy we should assume when we defend and communicate heritage?**

Sites are local by definition, although global organizations such as UNESCO can help preserve them. What is problematic, apart from the impact of tourism, below, is selecting what to

preserve and deciding how much to restore (the walls of Carcassonne are now a monument not so much to the Middle Ages, when they were originally built, as to 19th-century ideas of restoration!)

- ***Tourism is terrorism.* The sentence written on the wall next to the Ponte Vecchio in Florence, Italy, registered in January of this year, represents a very critical perception of the predatory touristic exploitation of sites that have been suffering its negative impact. How do you see the binomial tourism/world heritage and how, in your view, have we behaved recently regarding this matter?**

I understand the anger behind the graffito but think that it is better to approach the problem without moralizing. Tourists are not wicked, some of them have a genuine desire for knowledge and new experiences and do not wish to get in the way of the locals. The real problem is that of their numbers and the inevitable destruction, by tourism, of the objects of tourism. Half a century ago Daniel Boorstin quoted the example of Washington's house, and the collapse of the stairs after so many visitors had gone up and down. Rationing visits is a partial solution and so is guiding them (as in the case of Giotto's frescos in the Scrovegni Chapel at Padua, where tourists wait in an anteroom to be 'purified' so that their sweat does not damage the paintings). But we have to accept that artefacts will be damaged. They would survive longer if no one visited them but in that case, why keep them at all?

- **What place do you envisage for World Heritage sites in the face of touristification? And how should we manage the increase in the number of sites inscribed on the World Heritage List (as of today, 1121)? Can this willingness on the part of States Parties to obtain the UNESCO brand not only be a risk to heritage management on an international scale, but also national and ultimately locally?**

Increase can be part of the solution as well as creating new problems – spreading the tourists thinner as well as making someone responsible for noticing and so far as possible repairing the damage.

- **Exactly ten years ago, in a column written for the *Folha de S. Paulo* newspaper, you wrote a text entitled *Treasure Hunt*, in which you outlined your understanding of the repatriation of historical objects. In this text, you stated that repatriation could fragment the collections of great museums and impoverish the world. The increase in requests for repatriation is occurring at a time when there is growing concern among UNESCO, national governments, museums and the general public about what is known today as "cultural heritage". In the text you ask important questions: Should each object of cultural heritage that was taken from its original environment in the past - either donated, bought or stolen - be returned? If so, to whom should it be returned? Do modern countries have the right of ownership over something that was produced in the past in a territory that is now theirs? These issues remain**
-

highly controversial, involving governments, museums, lawyers and *marchands*. According to the text, the world would be impoverished, if everything would be returned. For you, some objects should be returned, but not all of them. Immense international collections such as that of the British Museum and the Louvre should not be fragmented. What is your current opinion on this matter? How do you see the relationship between the illicit traffic of cultural goods and museums?

I continue to see two sides to the questions. On one side, the negative, the uprooting of artefacts from their original context (a point already made by Quatremere de Quincy in 1815), taking them from a place where they are understood and venerated to one where they are a few items among many. Add to this the storage of many items in museum basements where virtually no one sees them except curators and restorers. On the other side, the positive value of a few big museums in big cities showing many kinds of artefact to many kinds of people – tourists, and schoolchildren as well as the general public - keeping them (relatively) safe, and hiring a professional staff to catalogue, conserve, explain what is there. Compromise is both essential and possible. Some artefacts are so essential to the identity of a people that they should be repatriated, as the Danes gave the manuscripts of the sagas back to Iceland (I would include the Elgin Marbles here!). Others are not essential – I do not see why the British Government forbids the export of items of the so-called national heritage such as Italian paintings brought back by ‘tourists’ (aristocrats on the Grand Tour) as souvenirs. The important thing, in any case, is giving the artefacts a safe home and making them accessible to the public. Museums like auction rooms are responsible for investigating the provenance of objects they acquire or help to sell. I am in no position to say which ones act on or neglect this responsibility.

- **In 2020 we celebrated the 75th anniversary of the liberation of the Auschwitz-Birkenau concentration camps. Again, the binomial pain/forgetting and memory/reparation that are re-edited from time to time in our society, come back to the surface. Those who visit the musealisation built in the concentration camps on the Holocaust narrative ask themselves what memories and stories are effectively preserved in places like these. In *Bark*, the French historian Georges Didi-Huberman wonders to what extent the cathartic pilgrimage of visitors to these sites, now recognized as world heritage sites, helps in the perpetuation of the messages contained in their material heritage. What is your opinion of the use of places considered to be traumatic, such as Auschwitz, Hiroshima or the Valongo Pier, for the preservation of world heritage sites?**

The world’s cultural heritage includes the memory and history of many traumatic events. ‘Lest we forget’, the display of relics of these events in museums offers a kind of education to all of us, not only the descendants of the parties involved (Jews, Germans, but also Hindus, Muslims, or Serbs, Bosnians, etc).

- **People taking selfies in front of the Birkenau concentration camp, or even inside the crematorium exposed at the site, post their photos with words absolutely devoid of historical consciousness. It is the “picnic of dis-consciousness”, which alerts us that regarding the Holocaust and the Nazi crimes there is not only the danger of negationism, but also of trivialization. What can we learn from this behavior?**

The need for better education. An anteroom (as in Padua) might be an idea – a compulsory 5-minute wait in a room with ample seating and a pamphlet on each seat explaining what is being commemorated. I believe that the Yad Vashem Museum in Israel encourages each visitor to identify with a particular victim and find out about him or her.

- **Heritage massification, due to the urge to know the places with the UNESCO brand, led to ask what we can call the “commercialization of heritage”, which consequently arises to the emptying of its meaning. What role should the various actors at international (and local) level play to reverse this situation? How can we make heritage sites places of knowledge building? How can we make them physically and intellectually accessible?**

To combat commercialization and disneyfication, heritage sites should be managed by non-profit-making bodies with the aim of informing and educating visitors (native or foreign, adults or children). This already happens in many places. It can be made fun, as in the case of the Jorvik Viking Centre in York, where the display reaches the noses as well as the eyes and ears of visitors!

- **To what extent could this lead to the “unpatrimonialisation” of sites? Are we already moving towards a time of “post-heritage”? What are the new stakeholders in a post-patrimonial context? What instruments can we use to create and safeguard new heritage in such a context?**

I can't answer the questions unless you define the terms in inverted commas. They make me think of the futurist movement in Italy, the hope of destroying museums for the sake of the future, a failed enterprise leading to the paradox that there are now museums of futurism! But the irresistible rise of new items of heritage (as new events require commemoration, and everyday items become obsolete) poses a problem for heritage managers, analogous to the flood of new books in the case of librarians!

- **The line: “Today we know more and more about less and less, and less and less about more and more” seems to summarize the universe of heritage preservation. Enjoying and preserving are everyday verbs in a time that suffers the effects of a kind of “heritage inflation”. How can the historian of the present understand this pendulum reality?**
-

That line summarizes much more than the mini-universe of heritage preservation! It isn't hard to understand, but it is a problem for all of us to live with today, and in the future as well as in the past, especially the last 500 years or so!

- **Do you believe that international relations in general, and linked to the preservation of heritage in particular, will change in a post-pandemic world? Of course, it is not an exercise in futurology, but can a historian who is used to studying changes and permanences be able to prospect what awaits us in the future?**

I look like a minority here, since the historians I respect are saying that a future history of the world will be divided into 2 periods, b.C. (before Corona) and a.C. (after Corona). I put more emphasis on continuity. In some ways, the world will recover in a very short period, 5 to 10 years. Museums will be reopened, such as restaurants, bars and universities, people's lives, in short, although the organization of their spaces is modified. In other respects, there will be structural changes. I think, for example, airlines will radically reduce their size, because in this case, the short-term closure coincides with a long-term reaction against air travel, due to the threat of global warming. I must add that, in the long-term perspective, according to pandemics, this year's crisis is mild. 50 million people died worldwide in the Spanish flu pandemic in 1918. 50 million people died in Europe and the Middle East in 1349, when the world population was much smaller (60% of Europeans died in just over a year). Now THAT is what I call a crisis!

- **By the way, what do you think of this iconoclastic wave of destruction of monuments linked to the so-called dark side of the past?**

About the statues. 1) In a few cases, notably those of dictators who had statues of themselves erected (Stalin, Franco, Saddam...), I am happy with their removal. 2) In other cases, where a group in the past wanted to honor someone, I am generally in favor of keeping them. They are an expression of the memories of a community, for example the separatists of Rio Grande do Sul whose statues, if I remember rightly, are still prominent in the streets of Porto Alegre! If a given statue is genuinely offensive to a particular group, it may be placed in a museum or, still better, a second inscription added to it. Let me tell you a story. After the British defeated the rebels in what was known at the time as the 'Indian Mutiny', they erected a monument in Delhi to the memory of the soldiers who had fought on the British side. After 1947, with Indian independence, one might have thought that the monument would have been demolished, or at least removed to a 'statue park', as happened to many statues of Queen Victoria. But the Indian government simply added a second inscription to include the other side, describing them as

‘martyrs’ in the struggle for independence! This manner of reconciling conflicts deserves to be remembered itself, indeed taken as an example to follow elsewhere.

Rupturas y continuidades en la preservación del patrimonio cultural internacional: una entrevista con Peter Burke

Rupturas e continuidades na preservação do patrimônio cultural internacional: uma entrevista com Peter Burke

Ruptures and continuities in the preservation of international cultural heritage: an interview with Peter Burke

Rodrigo Christofoletti*

<https://orcid.org/0000-0002-6346-6890>

Maria Leonor Botelho**

<http://orcid.org/0000-0002-2981-0694>

Cómo citar esta entrevista:

Christofoletti, Rodrigo; Botelho, Maria Leonor. “Rupturas y continuidades en la preservación del patrimonio cultural internacional: una entrevista con Peter Burke”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 2 (2020): 506-514.

* Profesor de Patrimonio Cultural en el Curso de Historia de la Universidad Federal de Juiz de Fora (UFJF) con actuación en el Programa de Posgrado en Historia. Concejal de COMPPAC - Concejo Municipal para la Preservación del Patrimonio Histórico de Juiz de Fora. Líder del Grupo de Investigación Patrimonio y Relaciones Internacionales (CNPq). Colaborador del Centro de Investigación Transdisciplinar “Cultura, Espacio y Memoria” (CITCEM) de la Facultad de Letras de la Universidad de Porto (FLUP). Doctor en Historia, Política y Bienes Culturales por la Fundación Getúlio Vargas (FGV). Actúa en la interfaz entre la Historia y las Relaciones Internacionales con enfoque en el patrimonio cultural. E-mail: r.christofoletti@uol.com.br

** Profesora Auxiliar del Departamento de Ciencias y Técnicas del Patrimonio de la Facultad de Letras de la Universidad de Oporto y Directora del Máster en Historia del Arte, Patrimonio y Cultura Visual. Es investigadora del Centro de Investigación Transdisciplinar “Cultura, Espacio y Memoria” (CITCEM/FLUP). Con la Profa. Lúcia Rosas y el Prof. Mário Barroca, coordina la Enciclopedia del Románico en Portugal (2018-2021), en el marco del protocolo de colaboración celebrado entre la FLUP y la Fundación Santa María la Real del Patrimonio Histórico, un Proyecto desde Castilla y León. Sus intereses de investigación son la gestión del patrimonio, el patrimonio mundial, el *digital heritage*, la historia urbana y la historiografía de la arquitectura de la época románica. E-mail: mlbotelho@letras.up.pt

En el campo de la historiografía dedicada a la Historia Cultural, Peter Burke es uno de sus mayores exponentes. En las últimas dos o tres décadas, cualquiera que se haya graduado en Historia, o esté motivado por entender la historia de la cultura, ciertamente, conoce a nuestro entrevistado. Su nombre, finalmente, se convirtió en sinónimo de rigor y versatilidad. Así, el profesor emérito de la Universidad de Cambridge, Inglaterra, Peter Burke, interrumpió amablemente su rutina en el Reino Unido para hablarnos sobre el impacto que el tema de este Dossier aporta a la contemporaneidad. Recorrió temas complejos que ayudan a entender el papel del historiador del presente ante los dominios del patrimonio cultural y las relaciones internacionales.

El historiador que ayudó a popularizar la historia de la cultura entre los colegas, es hoy, uno de los intelectuales extranjeros más conocidos en Brasil y en los países de habla portuguesa, debido a su producción intelectual, que casi en su totalidad ha sido traducida al portugués. Especialista en varios frentes, desde el Renacimiento y las Monarquías Absolutas, hasta la historia de las ideas y de la Cultura, fluctúa entre la historia europea moderna y la comprensión del tiempo presente, combinando una buena narrativa con un agudo análisis. Burke aceptó el desafío de discutir un tema en el que dice ser sólo un “observador curioso”. Su producción historiográfica sigue siendo una contribución relevante, capaz de hacer frente a intereses amplios y diversos.

Un historiador que interroga su tiempo, sin perder jamás los fundamentos históricos que lo consagraron, Burke fue generoso y comedido, perfil de los grandes intelectuales. En la altivez de sus 83 años, permanece activo, especialmente en este período de cuarentena, en el que nos confió tener más tiempo para escribir e investigar. Entre paseos rápidos en el parque vecino a su casa y las interminables horas al frente de libros, anotaciones y su computadora, encontró tiempo para registrar una serie de impresiones autorales.

Esta entrevista resume los temas generales tratados a lo largo de este dossier y, aunque, nuestro entrevistado advierta que esta narrativa no es la de un especialista, la exactitud de sus observaciones nos ayuda a entender las cuestiones subyacentes, las entrelíneas del patrimonio cultural en tiempos de transición. Delante de esta nueva era, frente a las incógnitas de un tiempo de pandemia, las preguntas y respuestas se confunden, a menudo, en una cierta narrativa común.

¿Cuál será el futuro de la preservación del patrimonio a nivel internacional? ¿Cómo buscar la comprensión delante de este frenesí estroboscópico en el que se ha convertido el tiempo presente? Preguntas como estas, subyacentes a las realizadas en la presente entrevista, motivaron a Peter Burke a elaborar posibles indicaciones.

El resultado de esta conversación el lector tiene ahora en manos.

Buena lectura.

- Debido a su carácter de “novedad temática”, hay pocos estudios sistematizados en el área que vincula al patrimonio y las relaciones internacionales; asimismo, en la actualidad no existe un consenso sobre su definición. En un escenario mundial interconectado por el flujo de informaciones, este tema es uno de los ámbitos a ser debatidos. ¿Cómo ve usted la creciente preocupación respecto a la preservación del patrimonio como la clave para la conservación de la tradición en tiempos que se mueven entre el olvido generalizado y la sobreproducción de memorias?

Estoy de acuerdo con usted en que tenemos que explicar el auge del patrimonio local, nacional, global, institucionalizado en museos, libros, cursos y fundaciones. Considero que esto es una respuesta a la aceleración del cambio social, donde inclusive las personas que permanecen en casa se sienten desarraigadas conforme envejecen, así como las migraciones, percibidas como amenazas a las tradiciones locales y nacionales.

- El registro y las noticias de catástrofes recientes, como los incendios del Museo Nacional de Río de Janeiro o la Catedral de Notre Dame en París o las inundaciones en Venecia, asimismo las acciones iconoclastas en Bamiyan o Mosul; han dado un nuevo lugar al *Heritage* en la escala de las relaciones internacionales. ¿Cómo podemos pensar en cuestiones de identidad y memoria cuando la herencia se destruye en caso de conflicto o desastre (natural)? ¿Cómo ve usted la ola de destrucción registrada en los últimos años y cómo pueden actuar la sociedad y la academia para contener o minimizar este daño?

En primer lugar, yo distinguiría entre destrucción deliberada (Mosul) y accidental (Río de Janeiro y Venecia), teniendo en cuenta que el gobierno brasileño, por ejemplo, fue responsable por el no direccionamiento de dinero para la conservación del museo; siendo este un caso de negligencia culposa. La destrucción deliberada no es nueva, Da'esh ha seguido una larga tradición iconoclasta en los museos, acabando con imágenes percibidas como ídolos. Paradójicamente, a esta tradición se le oponen otras que veneran líderes políticos como Luis XIV, Stalin, Lenin, Saddam, Franco, etc. O la exhibición de mujeres desnudas en público. En la era de las sufragistas, una feminista atacó una pintura de Velásquez en la Galería Nacional de Londres. La defensa contra el iconoclasmo en los museos es tener guardias, cámaras en las salas o proteger algunas piezas con vidrios a prueba de balas, como en el caso de dos iconos famosos: La Mona Lisa y La Virgen de Guadalupe. En ambos casos, estas medidas fueron implementadas luego de que se produjeron ataques fallidos.

- O, asumiendo otra perspectiva, probablemente, más provocativa ¿cómo podemos entender estos acontecimientos, que vemos “en vivo”, a la luz de la historia del arte y de los estudios patrimoniales, cuando sabemos que los primeros registros de
-

destrucción intencional se remontan a la antigüedad? ¿Somos nosotros, la sociedad de los tiempos actuales, los que buscamos añadir nuevas capas a estos eventos?

Sí, pero el “nosotros” es sólo un grupo, probablemente. Un pequeño grupo, que tiene éxito por sorpresa, una sorpresa que se reemplaza cada vez más por la precaución.

- **Como se muestra en el nuevo siglo, la exploración de las relaciones de poder revela nuevos actores, lugares y representaciones. Teniendo en cuenta la comprensión del mundo contemporáneo entre “prácticas y representaciones”, ¿Qué ejemplos de *soft power* podría citarnos para comprender una expansión tan grande de la radiografía de las relaciones de poder? ¿Es el patrimonio, sobre todo, el reconocido como un “patrimonio mundial”, lo suficientemente fuerte para ser el combustible del cambio social y político?**

La respuesta obvia a su primera pregunta sobre el *soft power* es el nuevo medio de la Internet, que acarrió nuevas prácticas, transformándose online, y nuevas formas de representación, especialmente en las redes sociales como *Facebook*. Una novedad, también, obvia, es la rápida respuesta de los espectadores que “dan *like*” o *dislike* a lo que ven. Nada de esto debe ser político, pero los políticos y sus asesores, así como los magnates de los medios de comunicación, son conscientes de nuevas oportunidades para influir en las elecciones, distribuir noticias falsas, etc. Respecto a la segunda pregunta, parece paradójico ver el patrimonio como fuerza (o combustible) del cambio. Yo veo al patrimonio como parte de la resistencia al cambio o, cuando esto falla, como una compensación psicológica por cambios que son vistos como pérdidas de edificaciones antiguas, costumbre, canciones, etc.

- **El patrimonio cultural se ha convertido en un actor cada vez más importante en el diálogo multilateral y, como tal, forma parte de la expansión de las acciones en el ámbito de las relaciones internacionales. A partir de esto surgen otros objetos de estudio, poco incorporados hasta ahora en el tema, como la creciente presencia de materias que abordan “africanidades”, “latinidades”, “orientalismos” y cuestiones “asiáticas”; aun poco exploradas. ¿Cómo ve usted este proceso?**

Me alegra ver un interés creciente en el estudio de diferentes culturas, pero insatisfecho con su reificación y uso para apoyar nacionalismos y supernacionalismos; por no decir racismos. Espero que los estudios ayuden a socavar los “ismos”, aunque en este momento no parecen estar haciéndolo. Examinemos el caso de la reputación de Gilberto Freyre en Brasil. En la década de 1930, fue atacado por brasileños blancos cuando sugirió que el mestizaje no era algo malo ¡Ahora es atacado por brasileños negros por la misma razón!

- **¿Cómo ve usted la dicotomía local/global en la preservación en los sitios declarados patrimonio mundial? ¿Qué ejemplos pueden citarse entre la globalización del patrimonio y la necesidad de preservación local? ¿Qué jerarquía debemos asumir cuando defendemos y comunicamos la herencia?**

Los locales son locales por definición, aunque organizaciones globales, como la UNESCO, pueden ayudar a preservarlos. Lo que es problemático, además del impacto del turismo, es seleccionar qué preservar y decidir cuánto restaurar. ¡Las murallas de Carcasona son ahora un monumento no tan de la Edad Media, época en la que originalmente fueron construidas, sino más del estilo de las ideas de restauración del siglo XIX!

- **El turismo es terrorismo. La frase escrita en la pared junto al Ponte Vecchio en Florencia, Italia, registrada en enero de este año, representa una percepción muy crítica de la explotación turística depredadora de los sitios que han sufrido su impacto negativo. ¿Cómo ve usted el binomio del turismo/patrimonio mundial y cómo, en su opinión, nos hemos comportado recientemente en relación con este tema?**

Entiendo la ira detrás del grafiti, pero creo que es mejor abordar el problema sin moralizar. Los turistas no son malvados, algunos de ellos tienen un deseo genuino de conocimiento y de nuevas experiencias; no desean incomodar a los habitantes locales. El verdadero problema es el número y la inevitable destrucción, por el turismo, de los objetos del turismo. Hace medio siglo, Daniel Boorstin citó el ejemplo de la casa de Washington y el daño a las escaleras después de que tantos visitantes subieron y bajaron. La dosificación de las visitas es una solución parcial, así como el guiado. Medidas que podrían ser de ayuda, como en el caso de los frescos de Giotto, en la capilla Scrovegni en Padua, en donde los turistas esperan en una antesala para ser “purificados”, de forma que su sudor no dañe las pinturas. Pero tenemos que aceptar que los artefactos serán dañados. Sobrevivirían más si nadie los visitara, pero en ese caso, ¿por qué mantenerlos?

- **¿Qué lugar ve usted para los sitios del Patrimonio Mundial frente a la turistificación? ¿Y cómo debemos gestionar el aumento en el número de sitios inscritos en la Lista del Patrimonio Mundial (actualmente, 1121)? ¿Puede esta disposición de los Estados miembros para obtener la marca de la UNESCO no sólo ser un riesgo para la gestión del patrimonio a escala internacional, sino también nacional y, por último, local?**

El aumento puede ser parte de la solución, además de crear nuevos problemas; haciendo que los turistas estén menos presentes, además de tratar de identificar y, en la medida de lo posible, reparar los daños.

- Hace exactamente diez años, en una columna del periódico *Folha de S. Paulo*, escribiste un texto titulado *Caza del tesoro*, en el que esbozaste tu comprensión de la repatriación de objetos históricos. En este texto, usted dijo que la repatriación puede fragmentar la colección de los principales museos y empobrecer el mundo. El aumento de las solicitudes de repatriación se produce en un momento en que crece la preocupación de la UNESCO, de los gobiernos nacionales, de los museos y de la población en general sobre lo que ahora se conoce como “patrimonio cultural”. En el texto, usted hace preguntas importantes: ¿Debe devolverse cada objeto de patrimonio cultural que fue retirado de su ambiente original en el pasado -ya sea donado, comprado o robado-? Si es así, ¿a quién se debe devolver? ¿Los países modernos tienen derecho de propiedad sobre algo que fue producido en el pasado en un territorio que ahora es suyo? Estas cuestiones siguen siendo muy controvertidas, en las que participan gobiernos, museos, abogados y manifestantes. Según el texto, el mundo se empobrecería si todo fuera devuelto. Para usted, algunos objetos deben ser devueltos, pero no todos. Muchas colecciones internacionales, como la del Museo Británico y la del Louvre, no deben fragmentarse. ¿Cuál es su opinión actual sobre el tema? ¿Cómo ve la relación entre el tráfico ilícito de bienes culturales y museos?

Continúo viendo ambos lados de estas cuestiones. Por un lado, lo negativo, el desarraigo de los artefactos de su contexto original (punto ya planteado por Quatremère de Quincy en 1815), transportándolos desde un lugar en donde son comprendidos y venerados a un espacio en donde son sólo un objeto más entre tantos. A eso hay que añadir el almacenamiento de muchos artículos en las bóvedas de los museos, en donde prácticamente nadie los ve, excepto los curadores y restauradores. Por otro lado, el hecho positivo de algunos grandes museos, en grandes ciudades, consiste en exponer muchos tipos de artefactos a varios tipos de personas - turistas y niños, en edad escolar, así como para el público en general - manteniéndolos (relativamente) seguros y contratando a un equipo profesional para catalogar, conservar, explicar lo que hay allí. Este compromiso es fundamental y posible. Algunos artefactos son tan esenciales para la identidad de un pueblo que deberían ser repatriados, como los daneses que devolvieron los Manuscritos de las Sagas a Islandia (¡incluiría los mármoles de Elgin aquí!). Otros no son esenciales - No veo por qué el Gobierno británico prohíbe que sean llevados artículos del llamado patrimonio nacional, como pinturas italianas traídas por “turistas” (aristócratas en el Gran Tour) como recuerdos. Lo importante, en cualquier caso, es dar a los artefactos un hogar seguro y hacerlos accesibles al público. Los museos, como las salas de subastas, son responsables de investigar la procedencia de los objetos que compran o ayudan a vender. No estoy en condiciones de decir cuáles actúan o descuidan esta responsabilidad.

- En 2020, conmemoramos el 75º aniversario de la liberación de los Campos de Concentración de Auschwitz-Birkenau. Nuevamente, el binomio dolor/olvido y
-

memoria/reparación que son reeditados de cuando en cuando en nuestra sociedad, regresan a la superficie. Quien visita la musealización construida en los campos de concentración de la narrativa del Holocausto se preguntan cuáles memorias e historias se preservan, efectivamente, en lugares como estos. En Bark, el historiador francés Georges Didi-Huberman se pregunta en qué medida la peregrinación catártica de los visitantes de esos sitios, ahora reconocidos como patrimonio mundial, ayuda en la perpetuación de los mensajes contenidos en su patrimonio material. ¿Cuál es su opinión sobre el uso de lugares considerados traumáticos, como Auschwitz, Hiroshima o el muelle de Valongo, para la preservación de sitios del patrimonio mundial?

El patrimonio cultural del mundo incluye la memoria y la historia de muchos eventos traumáticos. “Para que no nos olvidemos”, la exhibición de reliquias de estos eventos en los museos ofrece una especie de educación para todos nosotros, no sólo los descendientes de las partes involucradas (judíos, alemanes, sino también hindúes, musulmanes o serbios, bosnios, etc.).

- **Las personas que toman selfies frente al campo de concentración de Birkenau, o incluso dentro del crematorio expuesto en el lugar, publican sus fotos con palabras absolutamente desprovistas de conciencia histórica. Es el “picnic de la inconsciencia”, que nos advierte que, en relación con el Holocausto y los crímenes nazis, no sólo existe el peligro del negacionismo, sino también de la trivialización. ¿Qué podemos aprender de este comportamiento?**

Hay una necesidad de una mejor educación. Una antesala (como en Padua) puede ser una idea - una espera obligatoria de 5 minutos en una habitación con asientos y un panfleto en cada asiento, explicando lo que se está celebrando. Creo que el Museo Yad Vashem en Israel anima a cada visitante a identificarse con una víctima en particular y averiguarlo.

- **La masificación del patrimonio, debido al deseo de conocer los lugares con la marca de la UNESCO, llevó a preguntarnos qué podemos llamar de “comercialización del patrimonio”, lo que en consecuencia resulta en la pérdida de su significado. ¿Qué papel deben desempeñar los distintos actores a nivel internacional (y local) en la reversión de esta situación? ¿Cómo podemos convertir los sitios patrimoniales en sitios de creación de conocimiento? ¿Cómo podemos hacerlos accesibles física e intelectualmente?**

Para combatir la comercialización y la disneyficación, los sitios patrimoniales deben ser administrados por órganos sin fines de lucro para informar y educar a los visitantes (nativos o extranjeros, adultos o niños). Esto ya sucede en muchos lugares. Puede ser divertido, ¡como en el caso del Jorvik Viking Center en York, donde la ambientación alcanza la nariz, los ojos y los oídos de los visitantes!

- **¿Hasta qué punto esto puede conducir a la “despatrimonialización” de los lugares? ¿Ya nos dirigimos a un tiempo de “post-patrimonio”? ¿Cuáles son las nuevas partes interesadas en un contexto post patrimonial? ¿Qué instrumentos podemos utilizar para crear y salvaguardar nuevos activos en ese contexto?**

No puedo responder a las preguntas a menos que Ud. defina los términos entre comillas. Me hacen pensar en el movimiento futurista en Italia, la esperanza de destruir museos por el bien del futuro, una empresa fallida que conduce a la paradoja de que ahora hay museos de futurismo. ¡Pero la irresistible ascensión de nuevos objetos patrimoniales (como nuevos eventos exigen celebración y los artículos del cotidiano se vuelven obsoletos) representa un problema para los gestores del patrimonio, análogo al surgimiento de nuevos libros en el caso de los bibliotecarios!

- **La frase: “Hoy sabemos cada vez más sobre cada vez menos y cada vez menos sobre cada vez más” parece resumir el universo de la preservación del patrimonio. Apreciar y preservar son verbos cotidianos en un tiempo que sufre los efectos de una especie de “inflación patrimonial”. ¿Cómo puede el historiador del presente entender esta realidad pendular?**

¡Esta línea resume mucho más que el miniuniverso de preservación del patrimonio! No es difícil de entender, pero es un problema para todos nosotros convivir con el hoy, y en el futuro como en el pasado, ¡principalmente en los últimos 500 años!

- **¿Cree usted que las relaciones internacionales, en general, y vinculadas a la preservación del patrimonio, en particular, cambiarán en un mundo post-pandemia? Efectivamente, no es un ejercicio de futurología, pero ¿Puede un historiador, acostumbrado a estudiar cambios y permanencias, ser capaz de prospectar lo que nos espera en el futuro?**

Yo parezco minoría aquí, ya que los historiadores a quienes respeto están diciendo que una historia futura del mundo se dividirá en 2 períodos, a.C. (antes del Corona) y d.C. (después del Corona). Coloco más énfasis en la continuidad. En algunos aspectos, el mundo se recuperará en un período muy corto, de 5 a 10 años. Se reabrirán museos, restaurantes, bares y universidades, en definitiva, la vida de las personas, aunque la organización de sus espacios sea modificada. En otros aspectos, habrá cambios estructurales. Creo que, por ejemplo, las compañías aéreas reducirán radicalmente su tamaño porque en este caso el cierre a corto plazo coincide con una reacción a largo plazo contra los viajes aéreos, debido a la amenaza del calentamiento global. Debo añadir que, en la perspectiva de largo plazo, teniendo en cuenta las pandemias, la crisis de este año es leve. 50 millones de personas murieron en todo el mundo en la pandemia de gripe española, en 1918. 50 millones de personas murieron en Europa y Oriente Medio, en 1349, cuando la población

mundial era mucho menor (el 60% de los europeos murieron en poco más de un año). ¡Eso es lo que yo llamo una crisis!

- **Por cierto, ¿qué opinas sobre la ola iconoclasta de destrucción de monumentos vinculada al llamado lado oscuro del pasado?**

Sobre las estatuas. 1) En algunos casos, especialmente los de los dictadores que tenían estatuas erigidas (Stalin, Franco, Saddam ...), estoy contento con su remoción. 2) En otros casos, en los que un grupo en el pasado quería homenajear a alguien, generalmente estoy a favor de mantenerlas. Son una expresión de las memorias de una comunidad, por ejemplo, los separatistas de Rio Grande do Sul cuyas estatuas, si mal no recuerdo, todavía se presentan en las calles de Porto Alegre. Si una estatua en particular es genuinamente ofensiva para un grupo específico, se puede colocar en un museo o, mejor aún, tener una segunda inscripción añadida a él. Déjame contarte una historia. Después de que los británicos derrotaron a los rebeldes en lo que se conocía en esa época como el “motín indio”, erigieron un monumento en Delhi a la memoria de los soldados que habían luchado en el lado británico. Después de 1947, con la independencia de la India, sería posible pensar que el monumento habría sido demolido, o al menos trasladado a un “parque de estatuas”, como les sucedió a muchas estatuas de la reina Victoria. Pero el gobierno indio simplemente añadió una segunda inscripción para incluir otro lado, que los describe como “mártires” en la lucha por la independencia. Esta forma de conciliar los conflictos merece ser recordada, de hecho, tomada como ejemplo a seguir en otro lugar.

Avaliadores

Appraisers

Evaluadores

(v. 26, n. 1-2, 2020)

A Equipe Editorial agradece a todos os avaliadores que emitiram pareceres sobre as submissões enviadas à revista Locus para os dois números do volume 26 (2020):

- Aida Rodríguez Campesino
Universidad Autónoma de Madrid
- Alessandra Souza Melett Brum
Universidade Federal de Juiz de Fora
- Alexandre de Sá Avelar.
Universidade Federal de Uberlândia
- Alexandre Felipe Fiuza
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
- Alexandre de Oliveira Karsburg
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
- Alexandre Sebastião Ferrari Soares
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
- Alexandro Neundorf
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
- Almir Félix Batista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
- Ana Elena Salvi
Universidade Católica de Santos
- Ana Luiza de Castro Pereira Gomes
Universidade Nova de Lisboa

- Ana Paula da Silva
Universidade Estadual Paulista
 - Ana Regina Pinheiro
Universidade Estadual de Campinas
 - António Rafael Amaro
Universidade de Coimbra
 - Ariana Kelly Leandra Silva da Silva
Universidade Federal do Pará
 - Carla Patrícia Silva Ribeiro
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto
 - Carlos André Silva Moura
Universidade de Pernambuco
 - Carlos Eduardo Coutinho da Costa
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 - Carlos Mauro de Oliveira Júnior
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
 - Cesar Agenor Fernandes da Silva
Universidade Católica de Santos
 - Cíntia Vieira Souto
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
 - Clarice Cristine Ferreira Menezes
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 - Cosme Freire Marins
Faculdade Freire
 - Daiane Silveira Rossi
Fundação Oswaldo Cruz
 - Daniel Santiago Chaves Ribeiro
Universidade Federal do Amapá
 - Daniel Valles
Universitat Autònoma de Barcelona
 - Daniel Vinicius Ferreira
Universidade Federal do Paraná
-

- Danielle Tega
Universidade Estadual de Campinas
 - Darlan de Mamann Marchi
Universidade Federal de Pelotas
 - Diego Castelfranco
Universidad de San Andres
 - Diogo Tourino de Sousa
Universidade Federal de Viçosa
 - Emanuela Sousa Ribeiro
Universidade Federal de Pernambuco
 - Érica Cristhyane Morais da Silva
Universidade Federal do Espírito Santo
 - Ernesto Bohoslavsky
Universidad Nacional de General Sarmiento
 - Eustáquio Donizeti de Paula
Instituto Federal do Triângulo Mineiro
 - Everaldo Batista da Costa
Universidade de Brasília
 - Everton Fernando Pimenta
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
 - Fabiano Lourenço de Menezes
Universidade Católica de Santos
 - Fabrício Lyrio Santos
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 - Fernanda Lodi Trevisan
Universidade Estadual de Campinas
 - Fernanda do Nascimento Thomaz
Universidade Federal de Juiz de Fora
 - Fernando Jiménez Herrera
Universidad Complutense de Madrid
 - Flávia de Sá Pedreira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
-

- Flavia Fernandes de Souza
Universidade Federal Fluminense
 - Flávia Schilling
Universidade de São Paulo
 - Francisco Carlos Palomanes Martinho
Universidade de São Paulo
 - Gabriela Daiana Gomes
Universidade Nacional de General Sarmiento
 - Gefferson Ramos Rodrigues
Universidade Federal do Oeste do Pará
 - George Evergton Sales Souza
Universidade Federal da Bahia
 - Gilvan Ventura da Silva
Universidade Federal do Espírito Santo
 - Guilherme Grandi
Universidade de São Paulo
 - Gustavo Querodia Tarelow
Museu Histórico da Faculdade de Medicina da USP
 - Heloísa Afonso Ariano
Universidade Federal de Mato Grosso
 - Hugo André Flores Fernandes Araújo
Universidade Federal de Santa Maria
 - Ítalo Domingos Santirocchi
Universidade Federal do Maranhão
 - Ivan de Andrade Vellasco
Universidade Federal de São João del-Rei
 - Jamilly Nicácio Nicolete
Universidade Estadual Paulista
 - João Paulo Pacheco Rodrigues
Universidade Estadual de Maringá
 - Jorge Onrubia
Universidad Complutense de Madrid
-

- José Inaldo Júnior
Universidade de Brasília
- Jose Marcello Salles Giffoni
Universidade Federal de Minas Gerais
- Juliana Gomes Jardim
Universidade Estadual Paulista
- Leandro Seawright Alonso
Universidade Federal da Grande Dourados
- Leonel Brizolla Monastirsky
Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Lívia de Cássia Godoi Moraes
Universidade Federal do Espírito Santo
- Luciana Murari
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
- Luciana Rachel Coutinho Parente
Universidade de Pernambuco
- Ludmila Scheinkmann
Universidad de Buenos Aires
- Luís Antônio Groppo
Universidade Federal de Alfenas
- Luis Bigotte Chorão
Universidade de Coimbra
- Luis Reznik
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- Maíra Kubík Taveira Mano
Universidade Federal da Bahia
- Marcel Pereira da Silva
Universidade de São Paulo
- Marcos Villela Pereira
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
- Maria Cristina da Costa Marques
Universidade de São Paulo

- Maria Paula Prates
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
 - Maria Susana Arrosa Soares
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
 - Mariana Gonzalez Leandro Novaes
Universidade Federal do Paraná
 - Marilêne Auxiliadora Marinho
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
 - Martinho Alves da Costa Junior
Universidade Federal de Juiz de Fora
 - Melanie Ibañez Domingo
Universitat de València
 - Mirla Cisne Alvaro
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
 - Misael Arturo Lopez-Zapico
Universidad Autónoma de Madrid
 - Mônica do Nascimento Pessoa
Universidade Estadual de Santa Catarina
 - Mônica Karawejczyk
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
 - Natalia Grincheva
University of Melbourne
 - Nayara Galeno do Vale
Universidade Federal Fluminense
 - Pablo Henrique Spíndola Tórres
Centro Universitário Joaquim Nabuco
 - Patricia Ferreira Moreno
Universidade Federal de Juiz de Fora
 - Paula Leonardi
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
 - Paulo Cesar Tomaz
Seminário Presbiteriano do Sul
-

- Paulo Henrique Martinez
Universidade Estadual Paulista
 - Paulo Sérgio da Silva
Universidade Federal de Uberlândia
 - Priscila Enrique de Oliveira
Faculdades São Sebastião
 - Rafael Pinheiro de Araujo
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
 - Regina Horta Duarte
Universidade Federal de Minas Gerais
 - Renata Campello Cabral
Universidade Federal de Pernambuco
 - Renato Amado Peixoto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
 - Renato Soares Coutinho
Universidade Federal Fluminense
 - Ricardo de Oliveira Toledo
Universidade Federal de São João Del-Rei
 - Ricardo dos Santos Batista
Universidade do Estado da Bahia
 - Rozely Menezes Vagas Oliveira
Universidade Estadual de Campinas
 - Ruy Farias
Universidad Nacional de General Sarmiento
 - Samila Pereira Ferreira
Universidad de la Republica
 - Tania Maria Pinto de Santana
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 - Tatyana de Amaral Maia
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
 - Terezinha Santos
Universidade Federal do Oeste da Bahia
-

- Tathianni Cristini da Silva
Universidade Metropolitana de Santos
- Thiago Alves Dias
Universidade de Pernambuco
- Virgílio Coelho de Oliveira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
- Vitor Fonseca Figueiredo
Universidade Federal de Juiz de Fora
- Vivianny Kelly Galvão
Centro Universitário Tiradentes
- Walter de Carvalho Braga Júnior
Universidade Federal do Ceará
- Wellington Barbosa da Silva
Universidade Federal Rural de Pernambuco
- William de Araujo Rezende
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Gerentes Editoriais

Alexandre Luís de Oliveira  
Diego Sebastián Crescentino  
Fernanda Gallinari Sathler Mussi  
Gabriela Santi Ramos Pacheco  
Nilciana Alves Martins  
Pedro Vieira Fellet  
Renata Venise Vargas Pereira  

Assistentes Editoriais

Alice Lazzarini Bento  
Allony Rezende de Carvalho
Macedo  
Bárbara Ferreira Fernandes  
Brendo Filipe Costa Diniz  
Carolina Munck Schaeffer  
Dalila Varela Singulane  
Daniela Cristina Nalon  
Emilla Grizende Garcia  
Gabriel Ícaro da Silva  
Guilherme Gravina Pereira  

Hygor Mesquita Faria  
Jeremy Dioses Campaña  
Kathia Espinoza Maurtua  
Lara Elissa Andrade Cardoso  
Lucas Eduardo de Souza Ferreira  
Rafael de Souza Bertante  
Rosali Maria Nunes Henriques  
Taís Daiele Alves  
Tania Gerbi Veiga  

Bolsistas de Treinamento Profissional

Paulo Roberto Franco Ferreira  

